

Victor Próspero
FAU-USP
São Paulo, 2024

ARQUITETURA PAULISTA E DITADURA MILITAR (1964--1985)

**ARQUITETURA PAULISTA
E DITADURA MILITAR
(1964–1985)**

ARQUITETURA PAULISTA E DITADURA MILITAR (1964–1985)

Victor Próspero

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO
À VERSÃO ORIGINAL, SOB RESPONSABILIDADE DO
AUTOR E ANUÊNCIA DO ORIENTADOR.

A versão original, em formato digital, ficará arquivada
na Biblioteca da Faculdade.

São Paulo, 19 de abril de 2024

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura
e Urbanismo da Universidade de São Paulo
para a obtenção do título de Doutor em Ciências

Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura
e do Urbanismo

Orientador: José Tavares Correia de Lira

Abril, 2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

E-mail: victorprospero@gmail.com

Versão revisada

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Próspero, Victor Piedade de
Arquitetura Paulista e Ditadura Militar (1964-1985) /
Victor Piedade de Próspero; orientador José Tavares Correia
de Lira. - São Paulo, 2024.
444.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade de São Paulo. Área de concentração: História
e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo.

1. Arquitetura Paulista. 2. Arquitetura Moderna. 3.
Ditadura Militar. I. Lira, José Tavares Correia de, orient.
II. Título.

Elaborada eletronicamente através do formulário disponível em: <<https://fichacatalografica.fau.usp.br/>>

Diagramação: Sofia Boldrini

*Ao Donato, referência
de riso e sabedoria*

PRÓSPERO, Victor P. **Arquitetura paulista e ditadura militar (1964-1985)**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

RESUMO

Se a chamada “arquitetura paulista” emergiu como identidade reconhecível no início dos anos 1960, ela se sedimentou e difundiu sobretudo durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Esta pesquisa busca compreender os vínculos e conflitos entre a estética e a política, bem como os impasses do campo profissional nesse período. Importantes nuances e deslocamentos aparecem quando superamos a abordagem da ditadura como simples pano de fundo, ou as narrativas ancoradas somente na memória social construída pelos próprios atores do período, ou a dualidade resistência-colaboração. Convém, portanto, olhar para a complexidade desse momento histórico através das diferentes formas de intervenção, resposta, adaptação, inserção ou acomodação que arquitetos encontraram frente a um contexto de intensa repressão combinada a um crescimento econômico e da construção civil sem precedentes.

Foi comum a abordagem do golpe civil-militar de 1964 como marco de interrupção para uma arquitetura que se afirmava. As duas décadas seguintes, no entanto, parecem demonstrar o contrário, seja pela permanência e difusão dos procedimentos técnicos e estéticos que se consolidaram no início daquela década, seja pelo salto quantitativo nas encomendas que acabaram por mobilizar esse saber-fazer. Se é certo que as expectativas de transformação social que acompanhavam aquela nova estética de fato saíram de cena, também podemos afirmar que – com base em autoritarismo e aumento das desigualdades – o “desenvolvimento das forças produtivas” só se intensificou. Os projetos de racionalização e planejamento dos arquitetos de alguma forma se realizavam, expondo contradições inerentes às apostas de modernização que os animavam. Para além de constatar ou denunciar um quadro contraditório, propõe-se aqui ler as ambivalências nas realizações concretas do período, entre encomendas públicas e privadas – sindicatos, quartéis, clubes, terminais, barragens, sedes administrativas, agências bancárias, torres de escritórios – que mobilizaram essa estética particular e, com ela, um aparato simbólico em disputa.

PALAVRAS-CHAVE:

Arquitetura Paulista ; Ditadura Militar ; Arquitetura Moderna Brasileira

PRÓSPERO, Victor P. **Paulista Architecture and Military Dictatorship (1964-1985)**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

ABSTRACT

The so-called “Paulista architecture” emerged as a recognizable identity in the early 1960s, but it was mainly during the Brazilian military dictatorship (1964-1985) that it established itself. This research seeks to understand the links and conflicts between aesthetics and politics, as well as the impasses of that professional field at the period. Important nuances and shifts appear when we overcome the approach to the dictatorship simply as background, or through narratives anchored only in the social memory built by the period’s actors themselves, or even from a reading of them through the dual lens of resistance-collaboration. We propose, therefore, to look at the complexity of this historical moment through the different forms of intervention, response, adaptation, insertion, or accommodation that architects found in a context of intense repression combined with unprecedented economic growth and a construction industry boom.

Current narratives usually approach the civil-military coup of 1964 as a break for an architectural approach that was settling itself. The following two decades, however, seem to demonstrate otherwise, either by the permanence and spread of technical and aesthetic procedures that were consolidated at the beginning of that decade, or by the quantitative leap in commissions that mobilized such know-how. If it is true that the expectations of social transformation attached to that new aesthetics were indeed interrupted, we can also affirm that—based on authoritarianism and increasing inequalities—the “productive forces development” was only intensified. The architects’ rationalization and planning wills were somehow put into practice, exposing contradictions inherent to the modernization stakes that motivated them. Beyond stating or denouncing a contradictory picture, we propose here to read the ambivalences in concrete achievements of the period, between public and private commissions—unions, military barracks, clubs, terminals, dams, administrative headquarters, bank agencies, and office towers—that mobilized this particular aesthetic and, together with it, a symbolic apparatus in dispute.

KEY-WORDS:

São Paulo Architecture ; Military Dictatorship ; Brazilian Modern Architecture

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	
ESPAÇOS DE AMBIVALÊNCIA	65
1.1 Universidades, repressão e modernização	66
Controle ideológico nas escolas de arquitetura	69
Da integração humanista à segregação tecnocrática	91
Novas escolas particulares como alternativas pedagógicas	101
1.2 Sedes sindicais e o projeto na militância	110
1.3 Arquitetos e encargos públicos	132
O funcionalismo público como brecha de atuação	135
Agentes da “renovação urbana”	149
Arquitetura no alto escalão	164
CAPÍTULO 2	
TERRITÓRIO, SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO	175
2.1 Os militares e as fronteiras internas	176
2.2 Arquitetura paulista na caserna	183
Paradoxos de um quartel sem muros	183
O projeto moderno nos quartéis	203
Artigas vai ao Amapá	215
2.3 Integrar para não entregar?	226
Os arquitetos no planejamento territorial e a integração nacional	227
Engenharia, paisagem e desenvolvimento regional	239
2.4 Chão e cobertura como representação nacional em Osaka	263
2.5 A circulação do bandeirante no território da arquitetura	283
2.6 Infraestruturas de conexão territorial	294

CAPÍTULO 3	
CONSTRUÇÕES DO CAPITAL	325
3.1 Arquitetura na empresa	326
Assalariamento e multidisciplinaridade	326
Engenharia consultiva e seus protótipos de eficiência	339
3.2 Política habitacional e mercado imobiliário	355
Conflitos em torno do modelo BNH	356
Incorporação e projetos para a classe média	366
3.3 Projeto na nova onda financeira	384
Torres corporativas como ilhas de especulação	386
Arquitetura bancária como infraestrutura financeira	406
CONCLUSÃO	
DESLOCAMENTOS E CONTINUIDADES NA POLÍTICA DA ARQUITETURA	423
BIBLIOGRAFIA	432
ACERVOS CONSULTADOS	444

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

Esta tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo é resultado de uma pesquisa iniciada em 2016, como projeto de mestrado, que em 2018 tornou-se doutorado direto. Naquele primeiro momento, elaborei um projeto de pesquisa com foco na discussão de procedimentos técnicos e estéticos que davam corpo a determinada arquitetura, e como se relacionavam ao discurso político em circulação no campo profissional paulista nos anos 1960 e 1970. O recorte temporal no regime militar esteve presente desde o início, e as contradições da atuação de arquitetos durante aquele período também, mas foi sobretudo a partir de 2018 que as tramas políticas da ditadura passaram a fazer parte constituinte da pesquisa com maior força. Naqueles anos, a ditadura retornava ao debate público de modo reconfigurado, contando, entre outros elementos, com o crescimento exponencial da popularidade de um candidato de extrema direita à presidência do país, que mobilizava em seu discurso o elogio àquele regime, a suas práticas de tortura — fato já evidenciado em seu fatídico discurso no golpe de 2016 — e à perseguição de todo o campo político à esquerda, que seria, em suas palavras, “varrido” do país.

Em meio às turbulências políticas do presente, a aproximação a uma vasta historiografia que nas últimas duas décadas trabalhou para aprofundar, nuançar, complexificar e, por vezes, revisar consensos sobre o regime militar que assolou o país entre 1964 e 1985, foi fundamental. Frente ao terror revisionista reacionário que se anunciava no cerne da política no Brasil contemporâneo, impunha-se a urgência de visitar criticamente a história do regime militar, não para reafirmar leituras fáceis, oposições estanques, esquemas generalizantes ou lineares, visões consoladoras de um processo tido como inteiramente superado, mas sim para compreender as nuances e ambivalências que perpassam grande parte dos sujeitos políticos daquele período, e justamente as aparentes minúcias que afinal fizeram parte da construção mesma daquele regime ditatorial. Tais esforços tiveram guinada crucial desde os processos envolvidos na Comissão Nacional da Verdade (2011-2015), — também um dos motivos evidentes para a reação obscurantista que se seguiu — que tornou público e acessível um infinito universo de documentos, trazendo novo fôlego de pesquisa sobre o tema.

E por quê abordar este período do ponto de vista do campo da arquitetura? Se há um campo cada vez mais forte no estudo dos espaços físicos e marcos urbanos da memória do terror, há, por outro lado, uma lacuna expressiva de discussões sobre os impactos da ditadura militar no interior

da arquitetura enquanto disciplina, prática profissional e força produtiva. O campo de historiografia do regime militar conhece inúmeros trabalhos que vêm se aprofundando em episódios ora da produção material, ora da produção cultural e artística, incluindo as áreas de cinema, teatro, música, literatura e artes visuais, ou nas transformações da cultura de massas daquele período com a ascensão da televisão, entre outros movimentos. Nele, entretanto, a arquitetura — a mais “heterônoma” das artes, presente de modo inescapável no “mundo da vida” — é raramente discutida, com exceção de alguns poucos personagens reconhecidos, em geral aqueles mais diretamente envolvidos na luta política como Oscar Niemeyer, Vilanova Artigas, Rodrigo Lefevre e Sérgio Ferro, por exemplo. Como apresentaremos melhor na Introdução da tese, este trabalho buscou abordar de forma mais ampla o campo profissional da arquitetura em São Paulo, e sua produção arquitetônica no país, em relação íntima com as tramas políticas que envolveram seus contratos e encomendas. Buscamos compreender a arquitetura não como um reflexo do contexto político, mas como agente ativo na produção e reprodução das dimensões econômica e política em que está imersa. Com isto em vista, a análise atenta dos objetos em si mesmos mostrou-se fundamental.

Neste sentido, e talvez de forma um tanto heterodoxa, pode-se dizer que essa pesquisa buscou aliar um olhar em certa medida histórico e sociológico para a constituição do campo profissional da arquitetura naquele período — suas disputas internas, formas de legitimação através do discurso político, transformações nos modos de exercer a atividade, entidades representativas, etc — e, ao mesmo tempo, um olhar constante para os objetos produzidos, enquanto matéria que porta em si as contradições do mundo social, em diálogo com a ideia de crítica imanente.

Vale mencionar também que ao longo do desenvolvimento da pesquisa, o caráter transversal da Tese foi aos poucos se tornando inevitável. Dada a amplitude de episódios e tipos de encomendas atreladas à história da construção do regime militar, e tão raramente a ele relacionadas, uma abordagem mais ampla se impôs. Não me propus, porém, a fazer uma apresentação panorâmica de projetos, com base na “evolução” de procedimentos e formas, mas sim de um recorte amplo e heterogêneo de casos que se mostraram relevantes para a reflexão sobre as relações entre estética e política no cerne da reprodução do campo disciplinar. Trata-se, portanto, da proposta de uma história política da produção arquitetônica no regime militar.

Para isto, desde 2016, uma série de arquivos públicos e privados foram consultados, de modo a oscilar entre a pesquisa aprofundada em determinados objetos e a conexão transversal entre diferentes casos e momentos. As

conexões efetivas puderam ser testadas de fato no momento da escrita, não sem um grande desafio, inúmeras ressalvas possíveis e debates abertos. Penso, ademais, que a hipótese presente no trabalho se verifica, mas, mais importante, abre um campo de reflexões e debates: para além dos mecanismos de repressão e perseguição da ditadura, a produção arquitetônica em São Paulo — em suas diversas manifestações e posições no espectro político — esteve intimamente ligada à reprodução do regime militar, revelando a centralidade daquela atividade no processo de modernização conservadora autoritária em curso no período.

*

Visto o longo período em que se desenrolou o processo de pesquisa e escrita desta tese, tive o privilégio de contar com inúmeros apoios e parcerias a que devo profunda gratidão. A começar, é claro, pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, enquanto lugar de base — em níveis institucional, intelectual e pessoal — onde um mundo de reflexões e possibilidades se abre. Reconhecimento que estendo à USP de forma mais ampla, sobretudo à FFLCH e ao IEB, institutos em que cursei grande parte das disciplinas que me possibilitaram ver além do meu campo de atuação imediato.

Esta pesquisa foi possível graças ao apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com a concessão de bolsa, processo Número 2019/06245-1. No mesmo sentido, devo muito à Associação Fulbright, à Universidade de Harvard e seu Departamento de História da Arte e da Arquitetura, que me receberam por um ano com grande hospitalidade, em um período fundamental para aprofundamento de reflexões centrais nesta pesquisa. Agradeço ainda ao apoio em eventos pontuais pela CAPES e pela Society of Architectural Historians.

Esta pesquisa não seria possível, evidentemente, sem o apoio, sensibilidade e parceria de meu orientador José Lira, com quem venho trabalhando desde 2009. Uma escola à parte, professor no melhor e mais generoso sentido, tem papel formador definitivo em minha trajetória e na de tantos outros colegas, com as mais variadas pesquisas e abordagens. A oportunidade de estender a pesquisa por um ano como pesquisador visitante fora do país me trouxe ainda a feliz surpresa de ter um segundo supervisor com quem pude estabelecer trocas riquíssimas, que tornaram-se, afinal, imprescindíveis. O amadurecimento de parte das reflexões aqui apresentadas deve muito ao diálogo e aos caminhos abertos pelo professor Patricio del Real. Agradeço também aos membros da banca examinadora — além do professor

Del Real, professores Marcos Napolitano, Ana Luiza Nobre e Joana Mello — por aceitarem o convite e pelas interlocuções em diferentes momentos e sobre diferentes âmbitos da pesquisa.

O desenvolvimento da pesquisa de arquivo contou com apoio fundamental da Seção de Materiais Iconográficos da Biblioteca da FAU-USP, nas pessoas de Gisele Ferreira de Brito, Juliana Lins e Cristiano Moraes. Agradeço muito pela colaboração também dos acervos de diferentes instituições como o IAC (Instituto de Arte Contemporânea), acervos do Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento São Paulo, Instituto Virgínia e Vilanova Artigas, Casa da Arquitectura, os acervos da biblioteca Frances Loeb, Universidade de Harvard e também dos escritórios Paulo Bastos, Ruy Ohtake, Minoru Naruto, acervo Fábio Penteado, João Rodolfo Stroeter, acervo Sociedade Harmonia de Tênis, acervo familiar da Auxiliar Construtora. Ainda nessa lista, agradeço aos acervos digitais do Metrô de São Paulo, o Arquivo Público do Estado de São Paulo, o Arquivo Nacional e a Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Também sou muito grato aos entrevistados durante esta pesquisa: Paulo Markun, Paulo Vidal, Leo Bonfim Jr, Eduardo de Castro Mello, Cristina de Castro Mello, Maria Helena Flynn, João Rodolfo Stroeter, Nelson Andrade, Paulo Lúcio de Brito, Walter Maffei, Ivone Arantes e Sérgio Ferro.

É importante destacar algumas interlocuções com professores fundamentais em momentos do processo de pesquisa, pelas quais sou muito grato: Joana Mello, Renato Anelli, Carlos Martins e Luiz Recamán, nas duas bancas de qualificação, entre mestrado e doutorado direto; Nancy Stieber e Jorge Francisco Liernur, diálogos fundamentais que pude estabelecer durante a experiência acadêmica internacional; Mônica Junqueira de Camargo, Nilce Aravecchia, Flávia Brito, Hugo Segawa, Ana Castro, Ivo Giroto, Eduardo Costa, professores da FAU-USP com quem tive trocas que impactaram no trabalho. Agradeço ainda aos professores Marcos Napolitano, Alexandre Barbosa, Ricardo Fabbrini, Miriam Hermeto, Marcelo Ridenti, Liliana Segnini, por contatos e contribuições de diferentes formas.

As interlocuções com colegas de pesquisa, nas mais diversas áreas, foram aspecto crucial no desenvolvimento do trabalho, representando a construção de uma atividade acadêmica menos individual e mais coletiva. Desde o trabalho de iniciação científica, o ambiente da universidade possibilitou trocas com pesquisadores mais experientes que tiveram papel fundamental em minha formação, e também colegas de percurso com quem tive a alegria de cruzar em diferentes momentos desses anos. Agradeço muito pela parceria e aprendizado a Paula Dedecca, João Sodré, Juliana Braga, Felipe Contier, Jonas Delecave, Samira Chahin, Bruno Schiavo, Luiz Florence,

Raíssa Oliveira, Diego BIS, professores e pesquisadores com quem convivi em diferentes momentos nos últimos quinze anos, desde o “Golira”, e aos novos companheiros de orientação que se somam no grupo renovado, especialmente João Fiammenghi, que se revelou um grande parceiro de pesquisa. Outra parceria a que sou extremamente grato é a de Catarina Flaksman, também fundamental na acolhida em Harvard e no desenvolvimento de diversos trabalhos. Daquele contexto, agradeço muito também pelo acolhimento e apoio dos pesquisadores Alejandro Nodarse, Aziza Izamova, Walid Akef, Tai Mitsuji, Rachel Hirsch, Trevor Menders, João Cupertino, pelo apoio administrativo de Sean Fisher e Ann Janik, e pelo acolhimento e interlocução dos professores David Roxburgh, Florencia Rodrigues, Marina Corrêa, Gail Fenske, David Fixler, e dos amigos Omar Salomão, Manoela Sawitzki, Bárbara Lourenço, José Miguel Olivar, Jessica Finz e Vitor Agnello. Pelo compartilhamento de materiais e trocas, mesmo que em momentos pontuais da pesquisa, agradeço também a Pedro Tuma, Deborah Neves, Lucas Chiconi, Frederico Teixeira, Vinicius Araújo, Miguel Croce, Luiz Tavares, Guilherme Pianca, Ana Ozaki, Gabriela Tamari, Pedro Beresin, Francesco Perrotta-Bosch, Ícaro Vilaça, Laura Belik, Rafael Urano e Frederico Costa. E registro um agradecimento especial a Sofia Boldrini pelo trabalho de diagramação, fundamental para me ajudar a organizar as ideias e imagens.

Agradeço também ao Centro Maria Antônia da USP por acolher o curso livre “Arquitetura e Ditadura no Brasil”, momento fundamental de colocar à prova algumas das hipóteses dessa pesquisa e compartilhá-las com um público amplo e diverso. Nesse sentido, devo muito também às conversas recentes com Lira, Paula e João, — já mencionados aqui — e Magaly Pulhez, no aprofundamento e desdobramento de temas tão intensamente ligados a esta tese, na curadoria de exposição “Paisagem e Poder” a ser inaugurada em 2024.

Agradeço muito pela parceria, apoio e compreensão, neste período de mergulho e finalização de tese, a Raquel Shenkman e Kaísa Isabel, companheiras de presidência no IAB-SP, à arquivista Renata Tsuchiya, e especialmente ao apoio de Emerson Fioravante também nos momentos de pesquisa no Instituto. No mesmo sentido, devo muito — também pelo apoio fundamental nos primeiros anos desta pesquisa — ao arquiteto e professor Angelo Bucci, grande referência de generosidade e com quem tive o prazer e privilégio de conviver por dez anos no SPBR Arquitetos, outra escola, onde aprendi muito também com os amigos Juliana Braga, Ciro Miguel, Nilton Suenaga, Beatriz Marques, Tatiana Ozzetti, Lucas Roca e Felipe Barradas, entre muitos outros.

Tive a felicidade de dividir momentos da produção dessa tese com processos de militância — aos quais atribuo certa estabilidade emocional

durante a escrita final — e aprendizado inesquecível com companheiros do bairro do Bixiga, nos coletivos Salve Saracura e Saracura Vai-vai, a quem agradeço imensamente. “É na luta que a gente se encontra”. E, é claro, ao acolhimento quase diário dos amigos da Livraria Simples durante alguns anos do desenvolvimento deste trabalho.

Desde o início da formação em arquitetura, até este momento de finalização de um doutorado, tive o privilégio de contar com o companheirismo leve e alegre dos arquitetos Mariana Carvalho, Thaís Marcussi, João Miguel Silva e Gabriel Ronchetti, entre outros grandes amigos. E não posso deixar de dar destaque à gratidão que tenho aos companheiros de reflexão interdisciplinar, parceiros em todas as etapas desse percurso acadêmico, mas especialmente no andar da vida: Marcos Campos, Cadu Valadão, Guilherme Minarelli e Cícero Querido. É claro, entre outros amigos de vida a quem sou muito grato, para além desse trabalho. São importantes também as amizades queridas que compartilharam suas experiências acadêmicas comigo em diferentes momentos: Júlia Goyatá, Maria Chiaretti, Matheus Araújo, Gabriela Loureiro, Aline Pessoa, Lilith Neiman, Thiago Manuca e Edinaldo Junior. Assim como a família expandida, Lígia Portela e Pedro Ivo Neves, a quem agradeço pelas boas conversas, risadas e reflexões, e a Jorge Hereda (in memoriam), com quem gostaria de ter compartilhado este trabalho finalizado.

Por fim, sou eternamente grato a meus familiares pelo apoio irrestrito a esta jornada acadêmica. Pelo exemplo de Donato, pelo amparo incondicional de Rita e Sérgio, pela parceria da vida inteira de Rapha.

Esses anos de doutorado não seriam tão leves, evidentemente, sem o companheirismo diário, as trocas e risadas, o aprendizado constante, ao lado de Nina, que há uma quase década segue adicionando lentes críticas e poéticas em meu olhar para o mundo.



INTRODUÇÃO

“Alguém terá olhos para um dia ler, nas formas que projetei, todo esse sofrimento. Ver-se-á uma poética traduzida. Enfim, os arquitetos não dormiram, eles velaram”
João B. Vilanova Artigas, 1983

Esta Tese busca traçar uma história política da arquitetura no regime militar a partir do campo profissional paulista, combinando a leitura de diferentes trajetórias profissionais, tramas políticas envolvidas em encomendas específicas, bem como de soluções arquitetônicas enquanto portadoras de apostas e contradições, conformando objetos ricos na condensação de elementos do mundo cultural, social e político daquele período. Partimos da hipótese de que, ao contrário de implicar uma interdição na produção de arquitetura que se afirmava no início da década de 1960 — inclusive enquanto cânone disciplinar — o regime militar foi o período em que grande parte de tal arquitetura se desenvolveu e se difundiu. É certo que o golpe civil-militar implicou uma frustração das expectativas de transformação social alimentadas sobretudo pelo espectro político das esquerdas e da esquerda arquitetônica. No entanto, os altos investimentos em construção civil que funcionaram como motor econômico da ditadura acabaram, inevitavelmente, por incorporar os arquitetos como peça integrante das engrenagens produtivas do regime. Já as apostas arquitetônicas, em vez de uma interrupção, acabaram por encontrar um vasto campo de aplicação, pleno de contradições evidentemente que hoje talvez, com o devido distanciamento histórico, sugerem novas análises e interpretações.

Para abordar o tema, a tese se estruturou em três capítulos, que partem dos termos “ambivalência”, “território” e “capital”, como eixos aos quais a arquitetura se relaciona. No primeiro, buscamos discutir espaços de ambivalência, abertos ou criados, em geral, em instituições como universidades, sindicatos e a máquina pública, que foram ou palco de atuação ou clientes frequentes dos arquitetos, antes e durante o regime militar, assumindo reconfigurações importantes ao longo da ditadura. Em torno do conceito de território serão discutidos projetos e práticas discursivas que aproximaram, de certa maneira, campos opostos do espectro político, a saber, a esquerda arquitetônica e os militares com suas ideias de integração nacional associadas ora à soberania ora à segurança nacional. Quanto ao capital, presente certamente também nas grandes obras de integração e infraestrutura, abordaremos ainda sua expansão nas cidades por meio do financiamento à construção civil, mas também na crise do “milagre econômico” e nas sedes corporativas representativas das novas facetas da especu-

lação financeira que emergiram nos anos 1970. Estes enfoques são entradas escolhidas, entre muitas outras possíveis, para refletir sobre as formas arquitetônicas que responderam, impulsionam e deram materialidade a conjunturas político-econômicas durante o regime militar.

É importante, de antemão, situar a escolha do título para o trabalho. Trata-se de uma pesquisa com recorte na arquitetura feita a partir do campo profissional de São Paulo, logo, paulista. A expressão “arquitetura paulista” será problematizada e historicizada ao longo deste trabalho, bem como os pressupostos de relação entre estética e política na construção historiográfica a respeito de seus cânones ou de uma ideia de “escola” serão analisados criticamente. Não se trata, portanto, de simples adesão a esquemas consolidados ao redor da expressão. Vale ainda ressaltar — como o faremos ao longo da tese — que a afirmação de uma identidade paulista e sua crescente hegemonia no cenário nacional têm muito a dizer sobre a posição da arquitetura em relação ao papel central de São Paulo no desenvolvimento capitalista da ditadura. Vale situar também o uso do termo “ditadura militar”. A tese trata, em grande parte, de histórias intimamente ligadas às formas de reprodução do regime via setor da construção civil, reafirmando, portanto, o caráter empresarial-militar daquela ditadura. Reconhecendo, no entanto, o amplo debate existente sobre as categorias e nomenclaturas daquele regime no campo da história política, optamos aqui pela definição sintética de “ditadura militar”, seguindo com abordagens como a do historiador Marcos Napolitano, que aponta para a centralidade dos militares no gerenciamento e administração do regime, a despeito da centralidade de civis na construção das bases jurídicas, institucionais e econômicas da ditadura.¹

Cabe portanto, como introdução, situar essa Tese enquanto esforço historiográfico, frente aos desafios de trabalhar com o período da ditadura militar, mas também frente aos silêncios e construções narrativas do campo da arquitetura.

MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E ESQUERDA ARQUITETÔNICA

A chamada “arquitetura paulista”, apesar de vir ganhando corpo enquanto atitude de projeto ao longo da década de 1950, passa a se reivindicar uma identidade sobretudo após a construção de Brasília.² Além de despontar na

1 NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. Contexto. São Paulo, 2018.

2 DEDECCA, Paula. “A ideia de uma identidade paulista na historiografia de arquitetura brasileira”, in. *Revista Póis*, n. 32, São Paulo, Dezembro, 2012, p. 90-101.

cena nacional como uma alternativa à “escola carioca”, que na nova capital encontrava seu limite e apogeu, a produção vinda de São Paulo congregava traços de uma formação diversa, de certa forma crítica ao cânone nacional, incluindo respostas a um novo contexto produtivo.³ De fato, além do impulso industrial centralizado em São Paulo, o cenário que se abria com a entrada da década de 1960 era carregado de promessas: a “revolução brasileira”, para alguns já em andamento desde 1930, parecia precipitar-se.⁴ Entre as mais diversas correntes políticas, expectativas de desenvolvimento econômico, soberania nacional ou transformação social se anunciavam. Em grande medida essas apostas, entre o final do segundo governo Vargas e os anos João Goulart, vinculavam-se ao que Antonio Candido classificou como uma “luta contra a servidão econômica, em relação ao imperialismo (em nosso caso, sobretudo norte-americano), e a favor da incorporação efetiva à vida nacional das populações marginalizadas e espoliadas”.⁵ Algo que faria com que o país soasse “irreconhecivelmente inteligente”, nas palavras de Roberto Schwarz.⁶ O ambiente de otimismo e as apostas no futuro perpassariam também a arquitetura que então emergia em São Paulo. Como veremos adiante, os arquitetos não só respondem como passam a se engajar ativamente nessa construção mais ampla. Seja através da organização da categoria em torno de demandas como a reforma urbana e habitacional, organizada em pautas corporativas e reivindicada na arena da política estatal, seja na demanda concreta por projetos de edificações em contratos públicos. Para além da geração de arquitetos marcados pelo ethos de “desenhadores de símbolos do Estado”,⁷ do MEC a Brasília, — ainda que tenham respondido também a uma variedade ampla de encomendas públicas e privadas — a década de 1960 abria à categoria um cenário de produção mais complexa e volumosa, e de maior receptividade à experimentação técnica e projetual em múltiplos encargos, programas e escalas em todo o país.

3 CAMARGO, Mônica Junqueira de. “Escola paulista, Escola carioca. Algumas considerações”, in. Anais 13o Docomomo Brasil. UFBA. Salvador, 2019.

4 Vale mencionar um amplo espectro de avaliações divergentes a este respeito feitas no calor do momento, como a ideia de Pré Revolução Brasileira na leitura de Celso Furtado em 1962 ou a crítica contundente de Caio Prado Jr. às estratégias da esquerda nacional em seu Revolução Brasileira de 1966. Diferentes leituras no campo da teoria revolucionária da época foram reunidas por Pericás (2019).

5 CANDIDO, Antonio. “Uma palavra instável”, in. Folha de S. Paulo, 27 de Agosto, 1995.

6 SCHWARZ, Roberto. *Cultura e Política (1964-1969)*. In. SCHWARZ, Roberto. *Cultura e Política*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

7 GORELIK, Adrián. *Das vanguardas a Brasília: Cultura Urbana e Arquitetura na América Latina*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

No plano nacional, a despeito do otimismo, os primeiros anos da década foram marcados pela crise econômica e acirramento das tensões sociais e políticas. A mesma conjuntura que possibilitou o debate sobre Reforma Urbana, dentro da agenda de reformas de base proposta pelo presidente João Goulart, teria como reação o golpe civil-militar de 1964. Apesar de depor um governo distante de uma agenda revolucionária à esquerda, o golpe se afirmou como espécie de contra revolução preventiva⁸ no bojo da Guerra-Fria, buscando estancar o crescimento da pressão popular, dos sindicatos, do trabalho, dos socialistas e dos comunistas.⁹ Com a eliminação de novos personagens que se afirmavam no jogo político — através de cassações, prisões, assassinatos, exílios, aposentadorias compulsórias, intervenção em sindicatos, universidades, imprensa e uma série de outras ações repressivas que se consolidaram por meio de atos institucionais, desde o primeiro momento — se estabelece o regime ditatorial que mereceu diversas interpretações e classificações: regime militar, estado burocrático-autoritário, modelo autocrático-burguês, ditadura empresarial-militar ou civil-militar, entre outros.¹⁰ É fato que se impõe uma ruptura institucional e histórica, reafirmando estruturas vigentes da organização econômica e social brasileira. Por outro lado — e de modo relevante — a ditadura acaba por consolidar uma certa forma de Revolução Burguesa, como observou Florestan Fernandes em seu livro clássico de 1974. Uma forma de reafirmação do incipiente capitalismo brasileiro em rompimento total com os resquícios de idealismo liberal burguês que pudessem pressupor relação intrínseca entre desenvolvimento capitalista e revolução nacional-democrática. Tal rompimento implicava, necessariamente, a instalação de um modelo autocrático que viabilizasse o controle das tensões de classe surgidas do próprio desenvolvimento interno daquele modelo econô-

8 FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. Zahar Editores. 1974.

9 Sobre o golpe de 1964, ver: IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed Civilização Brasileira, 1968; TOLEDO, Caio Navarro. *O governo Goulart e o Golpe de 1964. Coleção Tudo é História*. Paz e Terra. Brasiliense. São Paulo, 1985; FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart, o golpe de 1964 e a ditadura militar no Brasil”, In. HERNÁN, Ramírez. FRANCO, Marina. (org) *Ditaduras no Cone Sul da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021; NAPOLITANO, Marcos. “O golpe de 64 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão bibliográfica”, in. *Contemporânea - História y problemas del siglo XX*, v. 2, p. 208-217, 2011.

10 Seguiremos aqui a definição de Marcos Napolitano, que assume o golpe de 1964 como “civil-militar”, mas o regime ditatorial como essencialmente militar em suas instâncias de decisão, apesar de suas profundas conexões com setores civis em sua reprodução jurídica e econômica. Mas conscientes do rendimento do debate sobre essa categorização.

mico.¹¹ Contra as expectativas de muitos que apostaram no evolucionismo em etapas universais, a ditadura acabaria por consolidar e modernizar o capitalismo nacional que vinha se desenvolvendo rapidamente a partir dos anos 1930. O faria, no entanto, sem concretizar o rompimento com as estruturas arcaicas do latifúndio brasileiro, a superexploração da força de trabalho, sem alianças ou negociações entre campesinato, operariado e burguesia, e, sobretudo, mantendo o caráter dependente da economia do país.

É justamente nesse modelo de modernização capitalista que se concentram grande parte das contradições do período, transbordando inclusive sobre o campo cultural em geral, e, particularmente, sobre a arquitetura. Assim como se convencionou referir-se ao Estado Novo como período de modernização conservadora, a descrição tem servido também a reflexões sobre ditadura militar de 1964.¹² Essa ideia costuma ser tratada como se guardasse certa dose de paradoxo¹³ implícito quando, ao contrário, se mostrou um caminho frequente ou mesmo previsível durante a história dos séculos XIX e XX.¹⁴ A ideia de modernização — processo a que Marshall Berman chamou de “turbilhão da vida moderna”, alimentado por: descobertas científicas, industrialização da produção, explosão demográfica, formas de expansão urbana, Estados nacionais, movimentos de massa, impulsionados pelo mercado mundial capitalista “drasticamente flutuante e em perpétua expansão”¹⁵ — foi carregada de expectativas e de carga simbólica que remetem à liberdade e mesmo à igualdade ou à revolução social, quando, por outro lado, sua concretização por meio do autoritarismo, do controle e repressão às massas, da manutenção ou atualização dos parâmetros de pobreza, parecem ter sido mais a regra que a exceção.¹⁶ Portanto, menos que

11 FERNANDES, Florestan. Op Cit.

12 Conceito que aparece sobretudo a partir do trabalho de 1967 de Barrington Moore Jr e é amplamente incorporado para análises da história brasileira, com ênfase para o Estado Novo, mas também aplicado à ditadura militar. MOORE JR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

13 A “modernização conservadora” entendida como paradoxo nas abordagens historiográficas da ditadura é criticada detalhadamente por Carlos Fico em: FICO, Carlos. “Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas”, in. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p.05-74. Jan./abr. 2017.

14 Se países como Alemanha e Japão são exemplos explorados por Moore (1967) nesse sentido, Fernandes (1972) destrincha o sentido da Revolução Burguesa brasileira de modo que essa “modernização” em conexão intrínseca com a autocracia não aparece como um paradoxo propriamente, mas como necessidade. Para dar conta dos desenvolvimentos internos da economia capitalista sem enfrentar seu caráter dependente, respondendo e controlando as tensões de classe, seria inevitável sua consumação como ditadura.

15 BERMANN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.25

16 ADORNO, Theodor W & HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Ja-

um paradoxo do regime autoritário em si, a contradição que se evidencia em momentos de modernização conservadora, como no período da ditadura militar, é, de um lado, implícita ao processo de modernização capitalista e, de outro, liga-se à realidade do capitalismo periférico no país, sugerindo entre outras coisas uma reflexão sobre a cultura política das esquerdas nacionais, suas posições, discursos, práticas e esperanças.¹⁷ Dentro desse terreno mais amplo, insere-se a cultura arquitetônica, que há décadas vinha se aproximando ética e politicamente das esquerdas comunistas e reformistas. Ao mesmo tempo em que elas se firmavam como correntes ideológicas quase hegemônicas no campo profissional, também seriam expostas a flagrantes contradições naquele momento de repressão e distopia política que se combinavam com uma expansão sem precedentes dos setores da construção civil e da planificação urbana e regional.

Nesse sentido, parece ser proveitoso pensar a produção de arquitetura durante a ditadura militar considerando também premissas fundantes de sua materialidade e epistemologia. Especialmente, tendo em vista o caráter contraditório atribuído à modernização conservadora. Tal contradição estaria ligada à expectativa de uma relação intrínseca entre modernidade, racionalidade, democracia, liberdade, progresso e emancipação social. Soma-se a isso ainda a noção de desenvolvimento das forças produtivas, necessária e inevitável à marcha da história em determinada perspectiva marxista.¹⁸ Não

neiro: Zahar Editores, 1985. Ver também: HARVEY, David. “Modernização”, in. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

17 Vale mencionar aqui a coletânea MOTTA, Rodrigo Patto Sá; NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo. (org) *Comunistas Brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG: Humanitas, 2013; que busca discutir a cultura política comunista no Brasil, em diálogo com a noção de cultura política trabalhada por Serge Bernstein: BERNSTEIN, Serge. *Por uma Cultura Política*. FGV: Rio de Janeiro, 2009. Outra categoria que colabora nesse tipo de olhar para a relação entre cultura e política é a noção de “estrutura de sentimento” de Raymond Williams, incorporada na leitura da situação brasileira por Marcelo Ridenti, sobretudo em sua reflexão acerca do fenômeno que chamou de “brasilidade revolucionária”. Ver: RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade Revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo. Unesp. 2010; WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

18 Perspectiva etapista muitas vezes mencionada quando se trata de arquitetos comunistas como Vilanova Artigas, e já amplamente discutida na historiografia das esquerdas brasileiras dada a importância e dimensão do PCB sobretudo entre os anos 1940 e 1960. Sobre o Partido, ver: SEGATTO, José Antonio. *Uma breve história do PCB*. Ed. Ciências Humanas. 1981. São Paulo; SEGATTO, José Antonio. *Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995; BRANDÃO, Gildo Marçal. *A Esquerda Positiva: As duas almas do Partido Comunista – 1920-1964*. Hucitec. 1997; LIMA, Hamilton. *O ocaso do comunismo democrático: o PCB na última ilegalidade*. Dissertação de Mestrado, Ciência Política, UNICAMP, 1995; Secco & Pericas (org.) *História do PCB*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2022.

apenas sob sua influência, pelas vias técnica e simbólica, a arquitetura entra como parte fundamental nesse processo.

Se a modernização é noção central nessa cultura política em formação — notadamente na história da arquitetura desde o século XIX, em sua relação com desdobramentos da industrialização e da organização do capital¹⁹ — a leitura da condição de subdesenvolvimento em países como o Brasil, bem como as posições anti-imperialistas, foram fundamentais na constituição de posturas e práticas no campo arquitetônico, seja como revisões anti-centristas dos cânones internacionais, seja como comprometimento com a agenda nacional-desenvolvimentista (conforme discutiremos no Capítulo 2 desta Tese) compartilhada por um amplo campo político, com destaque para os grupos em torno do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe).²⁰

O protecionismo econômico, a consolidação da indústria nacional e, por extensão, a noção de racionalização da construção foram traços elementares dessa cultura política da categoria dos arquitetos e definidores de diretrizes da prática profissional no país, em resposta a processos internos e externos que vinham se desenrolando desde os anos 1930, e que chegavam a um momento decisivo sob o regime militar. Se a ditadura, por um lado, implicou na abertura ao capital estrangeiro e alto endividamento externo, por outro, não o fez sem níveis de protecionismo, ampla participação e controle estatal, fundos e investimentos públicos e certa dinamização do mercado interno.²¹ Apesar do caráter conservador e autoritário — e a despeito da transferência de perdas para trabalhadores, seja pela contenção de salários e desqualificação da mão-de-obra, seja pelo modelo de investimentos em benefício das camadas médias e altas, implicando na exploração predatória de recursos naturais, urbanização especulativa e na periferização descontrolada das grandes cidades, ignorando amplamente as demandas colocadas

19 McLEOD, Mary. “Architecture or Revolution’: Taylorism, Technocracy, and Social Change”, In. *Art Journal*, Vol. 43, No. 2, Revising Modernist History: The Architecture of 1920s and 1930s (Summer, 1983), pp. 132-147; ANDERSON, Stanford. “Modern Architecture and Industry: Peter Behrens and the AEG Factories”, in. *Oppositions*, n.23, 1981.

20 A crítica ao imperialismo e a teoria do subdesenvolvimento teriam pesos diferentes dentro do PCB de acordo a época e com as teses predominantes internamente. A primeira, certamente, foi mais presente que a segunda.

21 SINGER, Paul. “O processo econômico” In. REIS FILHO, Daniel Aarão. (org.) *Modernização, Ditadura e Democracia. 1964-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva. 2014. (História do Brasil Nação 1808-2010. Vol.5), pp.183-232; BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A construção política do Brasil. Sociedade, economia e Estado desde a Independência*. Editora 34. São Paulo, 2016.

pelas populações migrantes e pauperizadas —, para não falar em seu caráter ainda *dependente*, a modernização capitalista de alguma forma se consolidava e avançava sobre as fronteiras da construção civil, do planejamento urbano e regional e do saber arquitetônico.²²

Frente à consumação do desenvolvimento capitalista em detrimento de avanços democráticos ou de um estado de bem estar social, parte importante do campo da arquitetura presenciava atônito a explosão urbana e imobiliária, participando, ainda que sem poder ou a contragosto, das tendências em curso, enquanto apostava em uma transformação social ainda por vir. De fato, a categoria não assistiu sem tomar parte no intenso desenvolvimento das forças produtivas naquele momento. Apesar de amplos debates em torno do problema da urbanização, ou mesmo de vias mais críticas e radicais acerca da reforma urbana ou de nova divisão social do trabalho — de certa forma marginalizadas — os saberes técnicos e estéticos desses profissionais foram postos à disposição e amplamente convocados pelo capital e o Estado. A diferença entre promessa e concretização, no entanto, guardava o essencial.

Cabe lembrar ainda, as categorias de ideologia e classe, que mesmo não aparecendo diretamente na Tese, permeiam certamente de modo relevante e estrutural os temas aqui tratados. É o caso, por exemplo, no interesse de classe que direciona a atuação do regime ditatorial ao garantir demandas de empreiteiros e diferentes setores empresariais, nos conflitos vividos pelas organizações de trabalhadores na época, ou os variados usos da burocracia estatal e suas formas de incidir na produção do espaço. Ao mesmo tempo, não se trata aqui de fazer um estudo sobre a ideologia dos arquitetos e da arquitetura moderna enquanto “falsa consciência”, ou de reabilitar, para o caso brasileiro, a ótica tafuriana da “ideologia do plano”. Trata-se, sim, de vasculhar os elementos que compõem empiricamente a produção arquitetônica, nas nuances e variações que ela comporta, nos interstícios ante as práticas discursivas, as formas de organização do trabalho, os padrões de intenção, os procedimentos operativos, as instituições públicas e profissionais e as circunstâncias mais amplas da economia, da política e da sociedade brasileira em anos duros — de ditadura — que se impuseram aos atores do período e foram incontornáveis a qualquer prática calcada em expectativas de impacto emancipatório.

22 Para Furtado em “O mito do Desenvolvimento Econômico” (1974), a “modernização” seria ainda diferente do desenvolvimento, especialmente nos casos de países dependentes. Implicaria na imitação, por parte das elites nacionais, de padrões de consumo dos países centrais do capitalismo, gerando a necessidade de importação de uma gama variada de bens de consumo e mesmo de tecnologias, sem que isso implicasse de fato o desenvolvimento nacional ou a saída de uma condição dependente. FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

CONSTRUÇÕES DA DITADURA, ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA

Desde a criação das escolas autônomas de arquitetura e de movimentos para a afirmação profissional pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, o desenvolvimento da arquitetura em São Paulo — mesmo considerando diferentes tendências e abordagens — se deu em relação estreita com promessas de transformação social. Inicialmente movidas pela crença nos benefícios supostamente trazidos pela industrialização e urbanização do país, especialmente a partir dos anos 1950, ganharia espaço a compreensão e afirmação de um vínculo implicitamente modernista entre vanguarda estética e vanguarda política. A síntese perpassa características fundamentais da produção projetual no período: racionalização dos processos pela industrialização e padronização, uma ética construtiva marcada pela austeridade econômica e verdade dos materiais, intensificação dessas posições pela via da expressividade estrutural. Em seu âmago, pois, uma aposta no papel determinante da técnica e da ciência na evolução da humanidade, a fé nas virtualidades democráticas da produção em série, o entendimento da modernização como processo não apenas necessário como benéfico, a despeito de toda a crítica filosófica e política à aliança entre razão e poder a partir da Segunda Guerra Mundial.

O vínculo entre experimentação estética e engajamento político, como se sabe, é constitutivo das vanguardas modernas.²³ A questão que se coloca aqui, especialmente para a historiografia da arquitetura moderna em contextos de ditadura, é como entender a solidariedade entre tendências de renovação formal e política reacionária, fator recorrente em casos como a relação entre a arquitetura de Giuseppe Terragni e o facismo,²⁴ as aproximações de Le Corbusier a governos autoritários,²⁵ o papel ativo da arquitetura nas guerras mundiais,²⁶ mas também em governos autoritários de orientações políticas variadas, como no caso da própria URSS de Stálin, do Leste

23 BURGER, Peter. Teoria da vanguarda. Cosac Naify. São Paulo, 2008; PIÑÓN, Hélio. Prólogo: Perfis encontrados. In. BURGER, Peter. Teoría de la Vanguardia. Ediciones Península. Barcelona, 1974.

24 CIUCCI, Giorgio. Gli architetti e il fascismo: Architettura e città. Turin: Einaudi, 1989; MAULSBY, Lucy. Fascism, Architecture, and the Claiming of Modern Milan. (1922-1943). Toronto: University of Toronto Press, 2014.

25 McLEOD, Mary. "Architecture or Revolution": Taylorism, Technocracy, and Social Change. In. Art Journal, Vol. 43, No. 2, Revising Modernist History: The Architecture of 1920s and 1930s (Summer, 1983), pp. 132-147.

26 COHEN, Jean-Louis. Architecture in Uniform. CCA: 2011.

Europeu²⁷, do Peronismo na Argentina,²⁸ da Venezuela dos anos 1950,²⁹ e do Estado Novo no Brasil,³⁰ para não falar da relação entre arquitetura e modernização — também conservadora em grande parte das vezes — dos processos de descolonização do sudeste asiático e de países africanos,³¹ e das relações entre arquitetura e certa construção ideológica de “democracia” no cerne da modernização imperialista conduzida pelos EUA.³²

No Brasil, é possível verificar não só o recrutamento por parte da ditadura militar da produção contemporânea de arquitetura, engenharia e planejamento, como a participação empenhada nas obras do regime de alguns dos arquitetos paulistas mais lúcidos, e mesmo mais rigorosos a respeito de suas práticas profissionais e posições políticas à esquerda. Ao fim e ao cabo, como entendê-los para além da acusação de colaboracionismo, ou da recriação a possíveis equívocos estratégicos, contradições morais ou interesses exclusivamente privados? O fato é que a associação entre processos de modernização autoritária e movimentos inovadores na arquitetura foi recorrente em diferentes contextos nacionais e envolveu tantos profissionais progressistas que dificilmente podemos tomá-la como excepcional ou reduzi-la a idiosincrasias pessoais, índoles, inclinações ou comportamentos individuais. É preciso considerar o nexu histórico e ideológico entre modernização e modernismo, inclusive para além da arquitetura; levar em conta tudo o que a historiografia macro e micro-política das ditaduras vem revelando em termos de rupturas e continuidades nas condutas do Estado, de confrontos e acomodações no

-
- 27 LEACH, Neil. ed. *Architecture and Revolution*. Routledge: London, 1999.
- 28 BALENT, Anahí. *Las huellas de la política: vivienda, ciudad y peronismo en Buenos Aires, 1943-1955*. Editorial Prometeo, 2005; E posteriormente também na ditadura militar daquele país, como mostrou SILVESTRI, Graciela. *Apariencia y verdad. Reflexiones sobre obras, testimonios y documentos de arquitectura producidos durante la dictadura militar en la Argentina*. In. *Block*, No. 5, pp. 38-50. 2000.
- 29 BLACKMORE, Lisa. *Spectacular Modernity: Dictatorship, Space, and Visuality in Venezuela, 1948-1958*. University of Pittsburgh Press, 2017.
- 30 MARTINS, Carlos A. F. *Arquitetura e Estado no Brasil: Elementos para uma investigação sobre a Constituição do Discurso Modernista no Brasil*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH-USP, 1988. Tal processo é analisado por Jorge Francisco Liernur de modo transversal com foco na América Latina em LIERNUR, Jorge F. *Architectures for Progress (1955-1980)* In BERGDOLL, COMAS, LIERNUR, DEL REAL (org) *Latin America in Construction: Architecture 1955-1980*. New York: MoMA, 2015.
- 31 STANEK, Lukasz. *Architecture in Global Socialism. Eastern Europe, West Africa, and the Middle East in the Cold War*. Princeton University Press, 2020. STIERLI, Martino; PIERIS, Anoma. ANDERSON, Sean. *The Project of Independence: Architectures of Independence in South Asia. 1947-1985*. MoMA, 2022.
- 32 DEL REAL, Patricio. *Constructing Latin America. Architecture, Politics and Race at the Museum of Modern Art*. Yale University Press, 2022.

interior das máquinas públicas e privadas em composição, de variadas formas de arregimentação e resistência individual e coletiva. Não há porque supor que o envolvimento de arquitetos modernos de São Paulo, polo nacional do poder capitalista, nas políticas e programas de modernização implementados pela ditadura civil-militar fuge à regra. Se é fundamental reconhecer o papel das escolhas, avaliações e posturas dos atores profissionais neste processo, também é importante escapar às ilusões biográficas de excepcionalidade histórica, absoluta autoconsciência, continuidade moral e soberania subjetiva. A força das circunstâncias não é externa às condutas dos indivíduos; é parte constitutiva de suas agências e, por um ardil da história, atravessa e articula, consciente ou inconscientemente, sujeitos, saberes e desejos os mais variados, práticas profissionais, recursos técnicos e materiais, instituições e projetos coletivos, diferentes, divergentes e mesmo contraditórios. Por isso a necessidade de escapar ao mesmo tempo às monografias biográficas e às grandes explicações contextuais, articulando os múltiplos atores envolvidos e as estruturas de poder e produção em funcionamento no período.

Uma narrativa recorrente sobre os impactos da conjuntura política na produção paulista de arquitetura — como veremos adiante — é a de que o golpe de 1964 implicou um corte brutal. Se, por um lado, a ruptura institucional e a repressão política produziram enorme frustração das expectativas mais otimistas, reformistas ou revolucionárias, que então se avolumavam; por outro, é cada vez mais evidente que a instalação da ditadura no país não implicou uma interrupção dessa arquitetura, nem de seu projeto modernizador, como desenvolvido anteriormente. Muito pelo contrário. Tal contradição merece ainda ser explorada, não apenas em sua evidência, nem tanto como ocasião de julgamento das contradições dos atores envolvidos no processo, mas como dado relevante para o exame crítico da memória social do campo arquitetônico e de sua historiografia especializada.

Se a modernização autoritária e conservadora implantada pelo regime militar não correspondia às expectativas mais radicais³³ ou humanistas, foi nela que profissionais tiveram que se inserir e acomodar, experimentar no interior das oportunidades amplamente franqueadas e avançar tanto quanto possível em suas hipóteses técnicas, estéticas ou sociais. Para além da aparente contradição no cenário de arquitetos comunistas e progressistas respondendo a encomendas de um Estado autoritário e anti-comunista, uma série de questões estruturais permeiam essas relações profissionais em suas

33 No sentido da posição “radical” explicada em CANDIDO, Antonio. “Radicalismos”, in. Instituto de Estudos Avançados, 1988. 28 de Setembro.

nuances. Pode-se pensar na simples constatação de que o Estado, mesmo governado por uma ditadura militar, não era homogêneo, assim como não eram as próprias Forças Armadas³⁴; mas o aparato público, seus serviços e burocracia estavam em franca expansão, suas demandas requisitavam complexa expertise profissional, o que muitas vezes se sobrepôs à agenda ideológica hegemônica, levando a contratos pragmáticos, resultando em tratamentos diversos com relação a quadros com papel ativo na difusão de discursos políticos ou culturais considerados subversivos ou perante profissionais que, ainda que de esquerda ou ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCB), pudessem, uma vez silenciados, desempenhar trabalhos de cunho tecnocrático para o regime. Para não falar naqueles pontos de contato entre visões opostas que de alguma forma convergiam em questões de fundo, como na ode ao desenvolvimento industrial, à integração do território, à exploração dos recursos naturais, à instrumentalidade do planejamento e da modernização, entre outras máximas da época. Questões que procuraremos enfrentar nos capítulos que se seguem.

Do ponto de vista dos arquitetos, deve-se considerar a sua condição social de indivíduos pertencentes às classes médias e elites urbanas letradas, bastante homogêneas em termos sociais e raciais, que tiveram acesso à universidade em um momento de grande restrição ao ensino superior no país e que, como tal, integravam os reduzidos quadros profissionais capacitados para oferecer serviços técnicos de qualidade a um mercado de trabalho e uma encomenda estatal que viriam a explodir no período, especialmente entre 1968 e 1973. De modo que não só profissionais já estabelecidos, mas também arquitetos recém-formados poderiam ser absorvidos em grandes empresas de engenharia consultiva, empreiteiras ou até mesmo em organismos especializados do setor público. Professores cassados pelo regime — no intuito de interditar os canais de comunicação e difusão de posições críticas — ou jovens engajados na luta armada, caso sobrevivessem à prisão e à tortura, poderiam inclusive encontrar meios de trabalhar como quadros técnicos também para os setores de construção ou planejamento. E este não foi somente o caso de Vilanova Artigas e Rodrigo Lefevre, mas de muitos outros. Deslocamentos como esses certamente não se deram sem grandes doses pessoais de sofrimento, enfrentando ainda mecanismos de perseguição e censura interna aos locais de trabalho, sendo atravessados por nuances e variáveis diversas no

34 MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964–1969)*. São Paulo, Alameda, 2019; CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis. Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

exercício da arquitetura. Tais deslocamentos, ao mesmo tempo, não podem ser ignorados em favor de uma narrativa apaziguadora das tensões em jogo naquele período da história cultural e política do país, ou mesmo em favor de uma simplificação maniqueísta das possibilidades daquele campo profissional à época.

É imperativo, portanto, abordar de maneira cuidadosa e atenta às formas como diferentes trajetórias profissionais se acomodaram de modo mais ou menos seguro ou vulnerável à situação política da ditadura militar. Como esses profissionais seguiram trabalhando? E em que condições e aparatos de produção? Em que encargos, com que recursos e com que liberdade de decisão? Em que medida seus projetos representaram a continuidade das expectativas modernizadoras que alimentavam? Quais os deslocamentos internos nos procedimentos técnicos e estéticos adotados? Por mais radicais e fiéis a seus princípios políticos que fossem, esses profissionais viveram um momento marcado pelo protagonismo sem precedentes da construção civil na economia nacional e dificilmente se colocariam à parte de tal contexto produtivo. Vale lembrar a centralidade do financiamento público à construção civil via autarquias e política habitacional do regime, o desenvolvimento de novos agentes e mecanismos de produção imobiliária, a predominância crescente das problemáticas da urbanização, da habitação popular, das infraestruturas de transportes, eletrificação, saneamento, dos distritos industriais, contando para tal com o estímulo estatal à encomenda de planos para cidades e grandes empreendimentos em todo o país.³⁵ Não se pode subestimar o impacto destas circunstâncias nas trajetórias profissionais, e mesmo nos compromissos políticos e posições ideológicas dos atores envolvidos. Para além da conjuntura econômica que marcou tais transformações nos limites e oportunidades da profissão, como dito anteriormente, mesmo que sob um regime autoritário as encomendas atendidas pelos arquitetos se justificavam ainda sob o signo da modernização e do desenvolvimento urbano-industrial e até mesmo pelo atendimento a demandas estruturais da população.

Tendo este quadro complexo em vista, uma questão historiográfica fundamental se impõe. O campo profissional da arquitetura e sua vasta produção no referido período não podem ser vistos somente pela ótica que reduz as duas décadas de ditadura ao embate entre Estado terrorista e sociedade civil, ou entre aqueles que inequivocamente o sustentavam e os que

35 FELDMAN, Sarah. “O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau) e a reconfiguração do campo profissional do urbanista”. In. LEME, Maria Cristina. (org.) *Urbanismo e política no Brasil dos anos 1960*. Annablume, 2019. São Paulo. pp.99-128; CAMPOS, Pedro. H. P. *Estranhas Catedrais: as Empreiteiras brasileiras e a ditadura*. Eduff. 2011.

a ele resistiam por fora. Tal leitura, fruto de um processo social de construção da memória política, sem dúvida marcada pelos traumas e divisões constitutivos do período, acaba por suspender ou ocultar possibilidades de reflexão a respeito dos impasses e contradições³⁶ — nuances, ambivalências, vicissitudes e “zonas cinzentas”³⁷ — de um período chave para o entendimento da modernidade nacional, inclusive em suas relações com a geopolítica da Guerra Fria e os circuitos do capital e da cultura na América Latina.

Desde os “anos de chumbo”, os eventos contemporâneos eram acompanhados de significados e juízos históricos, frequentemente mobilizados no sentido de legitimar o arbítrio, ou de ancorar movimentos de oposição à ditadura. Mas foi em meio à redemocratização que processos de construção da memória social do período viriam a se consolidar no país, envolvendo complexos deslocamentos narrativos, nos quais indivíduos, grupos e instituições viriam a delimitar ou terem delimitadas as suas relações com o regime.³⁸ Em meio a eles, por exemplo, liberais, que por anos apoiaram os militares, viriam a se apresentar como representantes dignos da “resistência democrática”³⁹; integrantes da luta armada, que também foram paulatinamente aderindo a uma narrativa de que a guerrilha se explicava por essa mesma resistência democrática, passariam a abdicar dos projetos revolucionários que a animava⁴⁰; os sobreviventes e seus descendentes, por sua vez, começaram a se organizar em favor da memória e dos direitos das vítimas da repressão,⁴¹ enquanto a grande imprensa, mais ou menos complacente com a repressão e a censura no período, consolidava a autoimagem de bastião das

36 NAPOLITANO, Marcos. “Desafios para a história nas encruzilhadas da memória: entre traumas e tabus.” In. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 68, n. 01, p. 18-56, jan./jun., 2020

37 Conceito de Pierre Laborie utilizado em trabalhos como os de Denise Rollemberg (2008) e Janaína Cordeiro para designar posições cambiantes em situações políticas. Ver LABORIE, Pierre. “1940-1944: os franceses do pensar duplo”, in ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v.1, p.31-44.

38 NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*: , v. 8, n. 15 esp., p. 09-44, nov. 2015.

39 ROLLEMBERG, Denise . “Memória, Opinião e Cultura Política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974)”. Daniel Aarão Reis; Denis Rolland. (Orgs.). *Modernidades Alternativas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2008, p. 57-96

40 REIS FILHO, Daniel A. *Ditadura, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2000

41 TELES, Janaína de A. “Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por ‘verdade e justiça’ no Brasil” in. TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

liberdades civis; e os militares viam suas celebrações e delírios patrióticos serem cada vez mais isolados nos limites dos quartéis.

São variados e complexos os caminhos de produção desse capítulo da história brasileira e muito disputada a sua memória, mas entre elas parece ter por muito tempo prevalecido a ideia de que a ditadura se explica na imagem de um Estado que se impõe à sociedade simplesmente pela força e da sociedade civil como lugar de uma resistência comum e homogênea ao arbítrio e à violência. Se tal construção não dá conta das formas pelas quais a ditadura se estrutura, se mantém e se enraiza na sociedade e no mercado, ela também parece ter sido conveniente a indivíduos e grupos que tentaram apagar suas trajetórias de apoio ou participação direta no regime. Os diferentes momentos de construção da memória social da ditadura naturalmente acompanharam as respectivas conjunturas políticas e as frustrações dos agentes nela engajados, como já nos primeiros desembarques de liberais em 1965, ou, como no caso de afastamento de setores da Igreja com o endurecimento do AI-5 a partir de 1968, ou ainda com o desembarque de empresários com a crise do milagre econômico em 1974, desguarnecendo o regime de seus mais fiéis colaboradores e beneficiários, doravante encaminhando a sua crítica mais a seu estatismo do que ao braço forte em relação às tensões políticas e sociais.⁴²

Instituições como as universidades, por exemplo, fortemente relacionadas a uma memória de resistência e contraposição ao regime, sobretudo graças ao movimento estudantil, também deram guarida a focos de íntima relação com o regime, fornecendo quadros, ideias e serviços para ministérios, secretarias, órgãos e empresas estatais ou contribuições na concepção do aparato legal de institucionalização da ditadura como no caso da redação do AI-5 pelo então Ministro Gama e Silva, ex-reitor da Universidade de São Paulo. Ao mesmo tempo, a própria estrutura de ensino superior e os currículos profissionais no país seriam profundamente alterados pelo governo federal, ao passo que os investimentos em ciência, pesquisa e pós-graduação viriam a sedimentar laços estreitos entre o meio acadêmico e as demandas estatais. Não à toa essas instituições assistiram a um processo de expansão e modernização que, além de dar resposta a tópicos do descontentamento estudantil, visava a formação de quadros técnicos para atuar nos diversos ramos do serviço público. Enfrentando aposentadorias compulsórias e cassações de colegas, muitos profissionais seguiram em seus postos e encontraram nesses cargos públicos, dentro e fora da universidade, junto aos mais diversos

campos profissionais e disciplinares, uma forma de seguir trabalhando no *métier*, refletindo, intervindo na realidade e até mesmo prestando auxílio a seus pares perseguidos ou em situação de clandestinidade. Este processo foi recentemente revisado por Rodrigo Motta sob a imagem da “acomodação”, categoria que permite um olhar para além da dualidade resistência-colaboração herdada, em parte, dos regimes de ocupação nazista na França e dos debates historiográficos em torno daquele momento, mas pouco operativa para o caso brasileiro.⁴³

Não só os novos instrumentos de pesquisa, mas também o distanciamento histórico impõem maior complexidade na abordagem do período. A tarefa historiográfica de ponderar entre elementos múltiplos dos acontecimentos históricos e a construção das memórias sobre aquele período se coloca como desafio delicado, compartilhado por um amplo campo de pesquisa interdisciplinar constituído atualmente. Como bem definiu o historiador Marcos Napolitano a este respeito, a pesquisa em história atua “na corda bamba”, buscando diálogos e negociações nas análises de discursos constituídos “entre o trauma e o tabu”.⁴⁴

A DITADURA NA HISTORIOGRAFIA DA ARQUITETURA PAULISTA

No campo da arquitetura, tais operações de construção da memória sobre o regime permeiam a historiografia sobre a produção do período, entrecruzando fatos políticos e elementos de legitimação simbólica ou de distinção de atores, afirmação de posturas frente à conjuntura, e muitas vezes produzindo omissões ou distorções. Avaliações construídas no calor da hora, aliás, fariam fortuna, difundindo-se entre os contemporâneos e informando interpretações retrospectivas. Foi o caso da posição de Sérgio Ferro a respeito da produção de seus colegas no pós-golpe, enunciada no texto *Arquitetura Nova*, de 1967. Este texto marca uma dissidência disciplinar e política, no momento

43 Rodrigo Patto Sá Motta soma atribui aos processos de acomodação também um traço que estaria ligado à “cultura política” brasileira, pressupondo certa predileção para a subsunção de conflitos ou mesmo à cordialidade. Neste ponto a interpretação parece entrar em possíveis generalizações discutíveis, portanto vale ressaltar que não é o sentido dado no presente trabalho. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política”, in. *Páginas*, Universidad Nacional de Rosario, 2016. Para uma análise crítica dessa abordagem ver FICO, Carlos. “Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas”, Op. Cit.

44 NAPOLITANO, Marcos. “Desafios para a história nas encruzilhadas da memória: entre traumas e tabus.” Op. Cit.

em que o arquiteto saía do PCB para se juntar à ALN, e em um movimento coerente escreveu sua crítica às apostas no desenvolvimento das forças produtivas feitas tanto pelo Partido quanto pelo projeto moderno. Tendo em vista a frustração das expectativas de transformação social às quais essa arquitetura dos primeiros anos 1960 se vinculava, Ferro avalia os esforços de continuidade de seus colegas como expressão nostálgica, reafirmação ilusória de intenções, ou caricaturas de si mesmas.⁴⁵ A avaliação era precisa ao demonstrar que de fato tal arquitetura perpetuava determinada forma de desenvolvimento truncado baseado em relações de trabalho espúrias — algo que ele viria a desenvolver alguns anos depois em *O Canteiro e o Desenho* —, ao passo que no plano ideológico alimentava-se ainda de utopias às quais a prática já não correspondia definitivamente. Por outro lado, é importante aqui pensar seus rendimentos nas formas de recepção, difusão e sedimentação que encontrou.

Fruto desse contexto, mas seguramente não só da crítica de Ferro, foi recorrente o depoimento de estudantes dos anos 1970 atestando o conflito flagrante no período entre prancheta e política, em que se atribuía à atividade de projeto o caráter reacionário de “colaboração com o regime”,⁴⁶ através do qual convencionou-se dizer que poucos arquitetos de projeto se formaram naquele período, havendo maior busca pelas artes, pelo planejamento urbano, por novas formas de atuação e pela aproximação a movimentos sociais, sobretudo no fim da década. O próprio Rodrigo Lefèvre alertou para uma forma de difusão simplificada daquilo que seu grupo vinha debatendo ao longo dos anos 1960, e que, segundo ele, já em 1974, “começaram a falar que existiam arquitetos que achavam que os mesmos não deviam trabalhar na prancheta e que não deviam produzir desenho”, mas “não era nada disso”.⁴⁷

Tal fenômeno, visto com distanciamento histórico, ideológico e metodológico, parece explicar mais o círculo de estudantes politizados do que a organização do campo profissional como um todo naquele período. Já nos anos 1970, a pesquisa sociológica realizada por José Carlos Durand, publicada em 1972, mostrava um processo de frustração ampla de estudantes que tinham como modelo o escritório liberal de seus professores mas eram forçados a lidar com a nova realidade do mercado de trabalho dominado

45 FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

46 Algo que pode ser visto retrospectivamente, por exemplo, em depoimentos dos historiadores da arquitetura Carlos Martins e Hugo Segawa, ambos estudantes nos anos 1970, em: LIRA, José et al. (orgs) *Arquitetura e Escrita: relatos do ofício*. São Paulo: Romano Guerra, 2023; A este respeito, vale ver também o depoimento de Abraão Sanovicz à revista *AU*, n17, abr. mai 1988.

47 Entrevista de Rodrigo Lefèvre a Renato de Andrade Maia, in. KOURY, Ana Paula. (org.) *Arquitetura Moderna Brasileira: Uma crise em desenvolvimento*.

pelas grandes empresas de projeto ou o serviço público.⁴⁸ O crescimento do número de profissionais e a realidade do assalariamento na área foi inclusive um dos motivos da criação do sindicato de arquitetos em 1970, visando lidar com essas novas formas de recrutamento a que o campo da arquitetura se adequava.

Para além desse contexto no qual se inseria a crítica de Ferro, vale frisar que tal avaliação consolidou um entendimento compartilhado da situação disciplinar durante o regime que se enraizou na memória social, e gerou frutos em variadas construções historiográficas, alguns dos quais de modo eloquente. O trabalho de Pedro Fiori Arantes (2004) sobre o grupo Arquitetura Nova é um exemplo desse fenômeno. O livro, que dispensa apresentações em sua defesa,⁴⁹ traça em sua primeira parte uma narrativa clara da falência dos ideais desenvolvimentistas de linhagem comunista sintetizados na figura de Artigas, para culminar na revisão crítica de Ferro, Rodrigo Lefevre e Flávio Império, associados a uma busca de práticas alternativas calcadas em dura crítica do campo arquitetônico a seu redor.⁵⁰ Trata-se de um trabalho historiográfico que segue o fio narrativo sugerido por Ferro nos anos 1960 — e construído sobretudo em memórias retroativas — e talvez por isso acabe incorrendo no reforço da memória que sugere a dualidade resistência-colaboração. Personagens como Vilanova Artigas, vinculados à ortodoxia etapista do PCB, deixaram de adotar posições mais radicais que implicassem a negação completa do novo momento político e produtivo da ditadura, estando por isso em oposição à postura de resistir. Junto com Artigas, todo o campo de arquitetos “de prancheta” poderia ser colocado de fora do campo da “resistência” à ditadura.

Outra via narrativa sobre o período que parece tributária da memória social do regime construída por atores do período, — embora também com grande potência crítica e ensaística, sem dúvidas — é desenvolvida por Guilherme Wisnik em sua leitura de obras de Artigas e Paulo Mendes

48 DURAND, José Garcia. *A profissão do arquiteto (estudo sociológico)*. Dissertação de mestrado. FFLCH USP. São Paulo, 1972.

49 Dentre os vários méritos do livro vale citar sua condição de resultado de um trabalho final de graduação, de reivindicar uma hipótese potente e inovadora para aquele momento — de um fio da meada entre o Arquitetura Nova e as práticas de autogestão e ajuda mútua dos anos 1980 e 1990, ligando práticas de certa forma interrompidas pela ditadura e retomadas por outros agentes na redemocratização — e ainda criar acontecimentos históricos como a vinda de Sérgio Ferro para uma mesa de debates com representantes de mutirões da nova geração.

50 ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões*. São Paulo: Editora 34, 2004.

da Rocha. Em uma leitura de aspectos imanentes ao objeto arquitetônico, o crítico analisa a introversão das residências projetadas por ambos como uma espécie de resposta ao momento duro do regime autoritário.⁵¹ Nessa leitura, os dois arquitetos, cassados pelo AI-5 e afastados da universidade, teriam se voltado à produção de casas burguesas, intensificando a experimentação formal e espacial, e implicando também um esforço de “educação” da burguesia⁵², dada a aposta na aliança de classes ainda alimentada pelo PCB, e, no limite, criando formas de “urbanização da vida privada”. A leitura de Wisnik pressupõe a ruptura de 1964 e o recrudescimento de 1968 como golpes fatais na efervescência produtiva de que tal arquitetura fazia parte, o que teria gerado uma crise de demanda de projetos de maior complexidade e relevância social e levado os arquitetos a se focarem em projetos residenciais como experimentos com o que ainda era possível imaginar. Sabe-se, no entanto, que — apesar das múltiplas dificuldades a que foram submetidos e do inegável terror de viver sob ameaças⁵³ — não parece ter sido essa a realidade das encomendas de projetos no período. Especialmente para Artigas, que teve salto de aproximadamente dez vezes em sua produção para o Estado durante os anos 1970, e a diminuição do número de residências em relação à década anterior, como demonstrou pesquisa de Gabriel Cunha.⁵⁴

51 Interpretação reafirmado na recente comunicação feita pelo autor no seminário Critic All, 2021. “Being Public in Private Spaces and Vice-Versa: Brazilian Art and Architecture in the Late 1960s” pp. 625-633.

52 Ideia presente também no trabalho de Arantes, bem como nos trabalhos anteriores de Buzzar e Thomaz. Vale destacar ainda o trabalho fundamental de análise feito por Luiz Recamán e Leandro Medrano (2013) que leva adiante os aspectos anti-urbanos das casas projetadas por Artigas, e procura apontar a partir do Cecap os rumos de uma urbanização sem cidade e de desenvolvimento sem nacionalismo, como características da ditadura, que de certa forma buscam evidenciar o caráter de “ideias fora do lugar” daquela arquitetura no novo regime. MEDRANO, Leandro Silva; RECAMÁN, Luiz. *Vilanova Artigas: Habitação e Cidade na modernização brasileira*. Campinas, SP Editora da Unicamp. 2013.

53 Em depoimento ao pesquisador Rodrigo Kamimura (2016), Paulo Mendes da Rocha relata dificuldades durante a ditadura pela cassação de seu registro profissional além da expulsão da universidade. Por outro lado, e não que isso ateste o contrário às dificuldades, a relação de projetos – encomendas atendidas pelo arquiteto, entre construídas ou não – exposta nos volumes da publicação de sua “obra completa” mostra uma intensa atividade durante o regime, com exceção dos anos de 1965 e 1969, e com especial crescimento nos anos 1970. KAMIMURA, Rodrigo. *O problema social da arquitetura e o processo de modernização em São Paulo: diálogos. 1945-1965*. Tese de Doutorado. 2016. São Carlos.

54 CUNHA, Gabriel Rodrigues. *Uma análise da produção de Vilanova Artigas entre os anos de 1967 e 1976*. IAU USP. São Carlos. 2009.

Com isto em vista, parece haver um traço importante da construção da memória profissional — em geral herdada a partir da memória constituída pelos próprios atores do período — que acaba por omitir, ou diminuir, parte da atuação do campo durante o regime, que contou com vasto número de encomendas de infraestrutura, edifícios públicos e privados. Ao generalizar ainda a experiência de tal ou qual arquiteto, para tratar da produção contemporânea do campo — mesmo que buscando abordar apenas aqueles objetos tidos como de destaque — a operação parece resultar no desenho de uma narrativa de “resistência” heroica, incorruptível, experimental, quando na verdade a imersão naquela realidade era um dado inevitável à grande maioria, e que nem sempre resultou em atitudes mais conservadoras em termos técnicos ou formais. A verdade é que mesmo alguns dos projetos mais disruptivos deles e de outros arquitetos do período foram feitos em diálogo direto com a generalização de soluções e as encomendas resultantes da modernização conservadora, fato dado não só pelas circunstâncias mas também pelo próprio “projeto moderno” no qual se apostava, como discutiremos adiante.

Outro trabalho que também recorre à imagem de uma “arquitetura de resistência” ao tratar da produção de Paulo Mendes da Rocha é o de Daniele Pisani (2013). Ainda assim, o historiador italiano constrói uma narrativa que, embora focada na agência do autor individual em seus feitos de vanguarda, não o faz sem ressaltar nuances daquele momento político. O permanente fluxo de contratos durante o período de maior fechamento ou as contradições da aposta na técnica evidenciadas com o “milagre econômico”, quase nunca abordados nas retrospectivas do arquiteto, são pontos importantes de reflexão trazidos por Pisani.⁵⁵

Como comentado anteriormente, com a redemocratização, há certo sentimento de “triunfo” — embora frágil e relativo, como ficou evidente a partir da recente recuperação da memória de militares e classes médias conservadoras no país — na memória dos vencidos, ou das vítimas da ditadura,⁵⁶ como forma inclusive de isolar o Estado terrorista e salvar o conjunto da sociedade

de 1967 e 1976. IAU USP São Carlos. 2009.

55 PISANI, Daniele. Paulo Mendes da Rocha: obra completa. Barcelona: Gustavo Gili, 2013.

56 Que vigora ao menos até os anos 2010, quando passa a ser alvo de disputas pela recuperação de versões negacionistas elaboradas por militares já desde o regime. JOFFILY, Mariana. “Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas”, in. *Tempo e Argumento*, v. 10, n. 23, p. 204-251, jan./mar. 2018. Talvez justamente a dificuldade de lidar com as bases sociais do regime enquanto fato histórico, seja uma das fraquezas que viabilizou a ressurreição de seus fantasmas mais extremistas.

civil em uma espécie de operação conciliatória.⁵⁷ Este debate historiográfico, que vem animando o campo da história social desde o início dos anos 2000, parece trazer pontos muito pertinentes também ao campo da arquitetura. Na maioria das vezes focada em suas próprias questões disciplinares, considerando desdobramentos estéticos ou técnicos ou até mesmo linhas evolutivas internas ao campo, a historiografia da arquitetura do período parece ter incorporado a ditadura militar quase sempre como simples pano de fundo. É comum, assim, a descrição do período em breves traços do que seria o “contexto” por trás de tal ou qual trajetória ou produção arquitetônica.⁵⁸ A efervescência cultural dos anos 1960 ou a imagem dos “anos de chumbo” figuram entre as generalizações que resumem o cenário no qual aqueles projetos teriam se desenvolvido. É compreensível, uma vez que o foco de muitos trabalhos está na produção projetual e em suas variações internas, no entanto salta aos olhos enquanto conjunto e acúmulo historiográfico o tipo de lacuna que se pode gerar com tal forma de recalque da memória. Sobretudo considerando-se o grau de envolvimento intrínseco entre arquitetura e poder econômico, político e simbólico.

*

É interessante notar, portanto, como tal construção da memória social sobre o período convive com esforços pioneiros de construção historiográfica, dado o relativo entrelaçamento entre arquitetos de projeto, o exercício da crítica e a escrita da história da arquitetura durante a própria ditadura e no momento da redemocratização, quando o espaço da pesquisa começaria a se transformar.⁵⁹ A proximidade entre a construção da memória social e política, as

57 CORDEIRO, Janaina. “Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici”, in. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, no 43, jan-jun, 2009, p. 85-104.

58 Retrospectivas de trajetórias individuais importantes adotam muitas vezes caráter de celebração ou compilado e, inevitavelmente, acabam por deixar de lado os aspectos políticos e históricos aqui comentados. É o caso de livros de projetos, sobre a produção de arquitetos como Siegbert Zanettini, Ruy Ohtake e Décio Tozzi, por exemplo, responsáveis por enorme produção no período, e aparentemente sem pesquisas com maior reflexão sobre as condições produtivas e políticas a que respondiam. Outros como Abrahão Sanovicz, Eduardo de Almeida, Pedro Paulo de Mello Saraiva, Fábio Penteadó, são objeto de livros, teses ou dissertações que buscaram aprofundamento em questões para além do projeto estritamente, embora na maior parte deles a ditadura continue como pano de fundo de impacto pouco relevante.

59 É inclusive na ditadura que os primeiros programas de pós-graduação são criados, marco importante para a profissionalização da pesquisa e lançamento de bases para

interpretações da arquitetura moderna brasileira, e as disputas de narrativas sobre a produção contemporânea, parece revelar, naquele momento, muito das dificuldades derivadas da ausência de distanciamento histórico. Se houve uma guinada historiográfica nos anos 1980 em pesquisas sobre as relações entre arquitetura e política no Estado Novo, por exemplo, vale considerar que o mesmo espaço de tempo nos separa atualmente da ditadura militar.

Se, em 1959, Luis Saia⁶⁰ afirmava especificidades do campo arquitetônico paulista por sua formação originária das escolas politécnicas, e, em 1960, Bruno Alfieri atribuía a alcunha de *brutalismo* à produção de Artigas e seus colegas⁶¹, também Flávio Motta, em 1960, elaborava uma leitura contemporânea e — ao mesmo tempo — um discurso operativo para aquela arquitetura, que se somava à eloquência das análises conjunturais feitas pelos próprios arquitetos amparando explicações de suas obras. Em 1983, Carlos Lemos, Eduardo Corona e Alberto Xavier publicam o catálogo de obras produzidas em São Paulo nas décadas anteriores por essa arquitetura por alguns considerada *brutalista*, evidenciando a explosão de encomendas durante o regime militar, sem que se impusesse a necessidade — nem, talvez, a possibilidade — de minimamente situá-lo.⁶² Em 1973, Yves Bruand (1981) arrisca talvez uma das primeiras análises de conjunto sobre a obra de Artigas e de um “grupo” que se configurava ao redor do arquiteto. Marlene Acayaba, por sua vez, apresenta em 1986 uma vasta coleção de projetos residenciais que permitem apanhar um conjunto de procedimentos peculiares a um saber-fazer compartilhado naquele campo específico, característico de uma “escola”; algo que, em 1982, em parceria com Sylvia Fischer, localiza em relação ao panorama nacional da produção, e tratando-a como especificidade regional. Em 1988, um número da revista *AU* se dedica a uma ampla reflexão sobre essa arquitetura reconhecida como paulista, vista, já naquele momento, como um cânone a ser lido criticamente. Este breve panorama de trabalhos que à época

sua autonomia em relação à prática profissional.

60 SAIA, Luís. *Arquitetura Paulista*. In. XAVIER, Alberto (org) *Depoimento de uma geração – arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

61 Destaque reforçado também na revista *Habitat* três anos depois por Geraldo Ferraz em “Uma cidade universitária no Brasil”, *Zodiac*, 11 (1963)

62 Volume publicado pela editora Pini à época reuniu fascículos produzidos pelo trio e publicados entre 1978 e 1983 na revista *A Construção* São Paulo. Reedição: LEMOS, Carlos. CORONA, Eduardo. XAVIER, Alberto. *Arquitetura Moderna Paulistana*. Romano Guerra. Pini. 2017. Note-se que no volume dedicado à produção do Rio de Janeiro, os anos da ditadura são considerados tão somente como o “período mais negro do autoritarismo”(sic), no qual “as atividades culturais são dificultadas e cerceadas pelo poder, reduzindo significativamente os caminhos de renovação abertos nos anos 60”, os anos 1970 revelando “o empobrecimento da criatividade arquitetônica”. (p. 27)

pretenderam situar as especificidades e potencialidades da produção paulista de arquitetura, tenderam a compreendê-la como uma “escola” de pensamento. Contudo, talvez em função da proximidade histórica e geracional em face das obras e autores analisados, coincidem no silêncio em relação à complexidade do momento político em foco.

Entre os anos 1990 e início dos 2000, trabalhos panorâmicos e com foco na história dos procedimentos de projeto avançaram no estudo da produção paulista dos anos de ditadura. Ainda assim, apesar de se mostrarem capazes de apanhar sua pluralidade, continuariam pouco focados nos nexos e contradições entre arquitetura e política. Trabalhos como os de Hugo Segawa (1998) — propondo uma divisão entre modernidades programática e pragmática —, o de Ruth Verde Zein e Maria Alice Junqueira Bastos (2010), ou ainda de Mônica Junqueira de Camargo (2016), destacaram a explosão de encomendas públicas e privadas durante a ditadura militar, sinalizando para o impacto do “milagre econômico” e seus investimentos em infraestruturas na produção contemporânea, para além das vanguardas e cânones.⁶³ Enquanto “panoramas” de história da arquitetura brasileira ou paulista, é verdade, não se propõem aprofundar a pesquisa histórica de tal ou qual projeto, salta aos olhos o relativo silêncio em face das tramas entre conjuntura política e parte significativa dos objetos produzidos naquele período. Segawa ainda sugere a valorização de marcos externos ao projeto em sua história mais geral da arquitetura do século XX, a exemplo de questões ligadas ao ensino, à urbanização ou mesmo alguns episódios que ilustram inescapáveis impasses profissionais, como as relações com o Estado nos anos Vargas e JK, ou embates de ideias como aquele entre Artigas e o grupo Arquitetura Nova. E se o autor aposta no Pavilhão de Osaka como último suspiro, ápice e limite da “escola paulista”, e Zein e Junqueira situam o projeto como ponto de virada na difusão nacional daquele *brutalismo*, a conjuntura política nacional é tratada como pano de fundo inerte de uma história própria da arquitetura. Aliás, tanto Zein (2005), em seu doutorado sobre o que caracteriza como *brutalismo paulista*, quanto Espallargas Gimenez (2004), investigam essa arquitetura precisamente a partir de seus procedimentos de projeto, suas especificidades e saltos disciplinares — perspectiva delineada com clareza já em 1988 por Sophia Telles, com destaque para a análise do projeto de Osaka em relação ao desenvolvimento da arquitetura brasileira — no contexto da produção archi-

63 SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. São Paulo: Edusp, 1998; BASTOS, Maria Alice Junqueira; ZEIN, Ruth Verde. *Brasil: arquiteturas após 1950*. São Paulo: Perspectiva, 2010; CAMARGO, Mônica Junqueira de. *Poéticas da razão e construção: conversa de paulista*. Tese de Livre Docência. 2012.

tetônica internacional, deixando decididamente de lado a conjuntura política e sua materialidade ativa naqueles projetos. Talvez uma resposta ao fato de todos esses autores terem, eles mesmos, se formado, ingressado na profissão e consolidado suas perspectivas em meio à conjuntura ditatorial, partilhando, portanto, das circunstâncias econômico-políticas da produção, mas também de um ambiente altamente politizado em certos grupos do campo profissional.

Por outra perspectiva, ainda em 1986, o trabalho de Aracy Amaral, professora de história da arte da FAUUSP, colocou a questão política no centro da pesquisa ao analisar o tema do engajamento social entre artistas e arquitetos de 1930 a 1970. A autora abordou longamente as tensões entre projeto construtivo e realismo socialista, transitando especialmente pela produção de artistas próximos ao PCB, a exemplo de Artigas, de modo que a autora antecipa uma reflexão em torno da produção de arquitetura para o Estado autoritário no Brasil. Na década de 1990, trabalhos de pesquisa como os de Miguel Buzzar (1996) e Dalva Thomas (1997), focados na obra de Vilanova Artigas, também passaram a dar maior evidência à questão política. Buzzar alguns anos depois viria a se debruçar sobre a trajetória de Rodrigo Lefèvre, também enfatizando o debate político que a informava — algo incontornável ao tratar do grupo Arquitetura Nova de modo geral — e alguns dos impasses colocados pela ditadura à prática profissional. Tais pesquisas trazem elementos importantes para o entendimento das relações entre a produção paulista de arquitetura e a conjuntura ditatorial. O foco, no entanto, é ainda voltado unicamente aos impasses da vanguarda, o que inevitavelmente acaba conferindo certo heroísmo aos arquitetos examinados, vistos muito mais por seus gestos de ruptura e dissidência do que nas continuidades e acomodações em face das circunstâncias. Alguns dos marcos eleitos por Thomaz e Buzzar ao examinar os conflitos e impasses enfrentados por Artigas, Ferro, Lefevre e Império, constituíram uma sequência recorrente de fatos nos trabalhos posteriores a seu respeito ou sobre o período: as posições expressas por Artigas no artigo “Uma falsa crise” de 1965 e na aula “O Desenho” de 1967, comentários do arquiteto sobre a casa Elza Berquó também de 1967 como expressão de desilusão, e ainda a encomenda ao arquiteto do projeto do Cecap em Guarulhos, também de 1967. De fato, essa sequência de pronunciamentos ou acontecimentos na carreira de Artigas serviu a diversas⁶⁴ reconstituições do período, inclusive em relação, ou melhor, em contraste às posições do grupo

64 Essa trama de posições reaparece em trabalhos como os de Pedro Arantes (2004), Ana Paula Koury (2003), Gabriel Cunha (2009), Daniele Pisani (2013) e em CONTIER, Felipe de Araujo. *O edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Cidade Universitária: projeto e construção da escola de Vilanova Artigas*. São Carlos. 2015.

Arquitetura Nova, a exemplo dos artigos de Ferro, “Arquitetura Nova”, 1967, e de Lefevre, “Uma crise em desenvolvimento”, 1966. Embora fundamental — e de certa forma pioneira ao abrir um campo de reflexão que considerou a produção paulista em relação à política —, e apesar de ganhar camadas de conteúdo a cada reavaliação pelas pesquisas que dela se utilizaram, a reprodução dessa trama de ambivalências de Artigas parece sugerir algumas lacunas naquilo que toca o regime militar, especialmente considerando os recentes rendimentos de pesquisas, revisões e novas frentes de investigação no campo da história social e política⁶⁵.

Pesquisas recentes parecem demonstrar um crescente interesse pela concretude das relações entre política e arquitetura. Dialogando com essa trama conhecida de Artigas, pesquisas como as de Felipe Contier (2015) sobre o edifício da FAU USP, ou de Gabriel Cunha (2009) sobre a atuação do arquiteto durante a ditadura, procuram enfatizar as contradições e nuances presentes na trajetória e na produção em foco. Por meio de um olhar mais amplo para a atuação de Artigas no período, Cunha busca abordar a complexidade e os impasses em questão, analisando projetos, apresentando números de contratos e encomendas ao longo das décadas, e cotejando-os com o testemunho de atores que conheceram de perto tais fatos. Já Contier faz uma pesquisa minuciosa em documentos do processo de produção do edifício da FAU USP, em arquivos burocráticos da Universidade, iluminando embates e decisões da administração universitária no momento de construção, interrupção e retomada da obra entre 1961 e 1969, as tentativas de ingerência no projeto, pressões e respostas relacionadas diretamente às tensões políticas antes e durante o regime. Aqui, a política se mostra também como matéria prima da arquitetura, fundamental para o entendimento da produção

65 Esperamos abordar alguns desses pontos ao longo desta tese. Vale mencionar pesquisas e reflexões recentes sobre o processo de construção política do AI-5, a contextualização da passagem dos governos Castelo Branco para Costa e Silva em 1967, como em: CODATO, A. “O golpe de 64 e o regime de 68”, in. *História, Questões e Debates*, Curitiba, n.40, 2004; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5”, in. *Revista Brasileira de História* [online]. 2018, vol.38, n.79, pp.195-216; Também o contexto universitário entre perseguições, modernização e movimento estudantil, como em: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar. Cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014; LIMA, Gabriel Amato. “A contestação, um fenômeno mundial”: movimento estudantil e ditadura civil-militar nos primeiros anos do Projeto Rondon (1967-69)”, in. XVIII Encontro Regional da ANPUH-MG, 2012; E mesmo o caráter do golpe em 1964 — conforme trabalhos já elencados aqui — e sua compreensão por atores do período ainda em 1965, como no caso de Artigas e sua avaliação no artigo “Uma falsa crise”.

projetual e não mais mero pano de fundo.⁶⁶ Outro trabalho que parte de uma série de fatos já analisados por essa sucessão de pesquisas mas apresenta olhar inovador para os problemas em jogo é a tese do sociólogo José Henrique Bortolucci (2016), que define com clareza um crivo metodológico para pensar a relação entre arquitetura e política a partir do cruzamento entre sociologia e semiologia, lendo a arquitetura como “prática semio-material”, além de propor acompanhar os contornos e transformações da ideia de “povo” nos discursos dos arquitetos. Apesar de traçar um roteiro muito similar aos de trabalhos que se focaram na Arquitetura Nova — definindo uma linha evolutiva do engajamento político na arquitetura entre o nacional-desenvolvimentismo e a autogestão dos canteiros no contexto de redemocratização — há no trabalho de Bortolucci uma contribuição metodológica que situa também a política como dimensão inerente à produção da arquitetura.

Uma outra vertente de trabalhos recentes parece ampliar um campo de pesquisa fundamental, que vem ganhando espaço na última década. É o olhar para o campo profissional a partir das disputas discursivas e da circulação de ideias em suas redes e instituições. O interesse por aspectos do campo arquitetônico paulista que ultrapassam a imagem de determinada produção hegemônica, tem precedentes importantes nas pesquisas de José Durand em 1972 sobre a profissão do arquiteto, ou de Sylvia Ficher (2005) sobre os arquitetos formados na Escola Politécnica da USP. Atualmente, pesquisas de fôlego vêm tomando as escolas de arquitetura, as revistas, os organismos corporativos e os congressos profissionais, como objetos decisivos para o entendimento da história da arquitetura local. Paula Dedecca, por exemplo, se debruçou sobre as disputas do campo profissional através das revistas especializadas e dos concursos de projeto entre os anos 1950 e 1960,⁶⁷ e, em seguida, às interações transnacionais do IAB nacional entre 1920 e 1970.⁶⁸ Taiana Vidotto (2020), centrada no IAB SP, lançou luz sobre os movimentos internos e externos do Instituto durante o regime militar, mapeando deslocamentos importantes que levaram à fundação do Sindicato de Arquitetos de SP, à publicação do *Jornal O Arquiteto*, à organização da 1ª Bienal de Arquitetura de 1973, ou às primeiras experiências da cooperativa de arquitetos.⁶⁹

66 CONTIER, Felipe. Op. Cit.

67 DEDECCA, Paula. *Sociabilidade, crítica e posição. O meio arquitetônico, as revistas especializadas e o debate do moderno em São Paulo (1945-1965)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FAUUSP, 2012.

68 DEDECCA, Paula Gorenstein. *Arquitetura e engajamento: o IAB, o debate profissional e suas arenas transnacionais (1920-1970)*. Tese de Doutorado. FAUUSP, 2018.

69 VIDOTTO, Taiana Car. *O papel das instituições representativas dos arquitetos no Estado de São Paulo durante o Regime Militar (1964-1985)*. Tese de Doutorado. Unicamp: Campi-

Tais esforços de compreensão dos circuitos em que transitavam os atores do campo arquitetônico ganha camada essencial com pesquisas como aquela desenvolvida por Camila Gui Rosatti (2016), fazendo o mapeamento e análise das clientelas dos arquitetos nas encomendas de residências unifamiliares, como momentos relevantes para reflexão sobre a construção social do gosto, entre outros aspectos da produção e reprodução da arquitetura.⁷⁰

Outra linha recente de pesquisas que colabora decisivamente para a compreensão da ditadura na história da chamada arquitetura paulista é aquela que vem abordando as grandes obras e as empresas de engenharia, elementos indissociáveis da conjuntura do “milagre econômico”. Projetos que figuram no catálogo de projetos organizado por Lemos e Xavier, ou nos panoramas de Segawa, Zein e Junqueira, agora ganham outro sentido histórico. Por um lado, uma série de trabalhos se volta à reflexão acerca da racionalização construtiva e da pré-fabricação naquele período⁷¹, e, por outro, pesquisas passam a se deter de modo aprofundado em casos complexos como o Centro de Exposições do Anhembi em São Paulo, grandes obras viárias e de infraestrutura ou mesmo a estrutura profissional das empresas de engenharia consultiva e a relação entre empreiteiras e a ditadura militar.⁷² Essa agenda de pesquisas coloca a dimensão produtiva da arquitetura e da cidade como aspecto intrínseco às obras analisadas, relacionando-as com as disputas políticas e o poder econômico nos recortes considerados. Também o

nas, 2020.

- 70 ROSATTI, Camila G. *Casas burguesas e arquitetos modernos: condições sociais de reprodução da arquitetura paulista*. Tese de Doutorado. FFLCH USP São Paulo, 2016.
- 71 KOURY, Ana Paula. *Arquitetura construtiva: proposições para a produção material da arquitetura contemporânea no Brasil*. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU-USP, 2005; IMBRONITO, Maria Isabel. *Três edifícios de habitação para a Formaespço: Modulares, Gemini e Protótipo*. Dissertação de Mestrado. FAUUSP, 2003.
- 72 D’ALMEIDA, Carolina Heldt. *Produção empresarial da cidade: um laboratório (1965-1974)*. Dissertação de mestrado. USP, São Carlos, 2012; CAMARGO, Teresinha. *As empresas de projeto de engenharia de grande porte no Brasil: passado, presente e a reengenharia para o futuro*. Tese de Doutorado. Escola Politécnica da USP, 1994; CAMARGOS, Regina Coeli Moreira. *Estado e Empreiteiros no Brasil - Uma análise setorial*. Dissertação de mestrado. IFCH. Unicamp, 1993; CAMPOS, Pedro. H. P. *Estranhas Catedrais: as Empreiteiras brasileiras e a ditadura*. Eduff. 2011; PULHEZ, Magaly Marques. *O arranjo gerencial: Estado, empresas de engenharia e arquitetos nos cotidianos de gestão da política habitacional em São Paulo*. Tese de Doutorado. IAU USP, São Carlos. 2014; OLIVEIRA, Raíssa Pereira Cintra de. *Parque Anhembi: a produção de um centro de exposições em São Paulo (1963-1972)*. São Paulo: FAUUSP, 2016; NEVES, Deborah. *Construindo o poder: ditadura e obras públicas em São Paulo (1965-1976)*. Tese de Doutorado. Unicamp. Campinas, 2020; FLORENCE, Luiz R A. *Arquitetura e Autopia: infraestrutura rodoviária em São Paulo 1952-1972*. (Tese de Doutorado) São Paulo: FAUUSP, 2021

deslizamento constante entre história da arquitetura e história do urbanismo fica evidente em trabalhos que abordaram os debates no Seminário sobre Habitação e Reforma Urbana do IAB em 1963, o BNH e o SERFHAU, entre vários outros aspectos e episódios emblemáticos, inclusive, da paulatina especialização do campo do planejamento também enquanto objeto da historiografia.⁷³

Em contraste essencial à investigação de tais relações produtivas, trabalhos recentes como os de Wellington Cançado ou Paulo Tavares, informados pela antropologia e outros campos do conhecimento, revelam aspectos dessa modernização como protagonista de um desenvolvimentismo ambientalmente predatório, parte de um projeto de integração do território que pressupôs — muitas vezes diretamente — a assimilação e aculturação forçada de povos indígenas e quilombolas.⁷⁴ Impulso este que tem sido assimilado também em leituras projetuais que não negam o embate direto com as obras de arquitetura enquanto objetos cruciais daquelas práticas discursivas, como se pode ver em reflexões recentes da historiadora da arquitetura Ana Luiza Nobre ao analisar o lugar do chão na arquitetura brasileira.⁷⁵ Tal tipo de revisão implica, seguramente, um sentido político atualizado e que agrega novas camadas, prometendo ainda muitos rendimentos na historiografia da arquitetura.

Vale lembrar, aliás, pesquisas recentes no panorama nacional que também colocaram a ditadura como dado central na escolha de seus objetos, como a dissertação de Bruno Campos sobre o Quartel General de Oscar Niemeyer em Brasília (2020), a atuação de Sérgio Bernardes para o

73 LEME, Maria Cristina.(org.) *Urbanismo e política no Brasil dos anos 1960*. Annablume, 2019. São Paulo; BONDUKI, Nabil. KOURY, Ana Paula. “Das reformas de base ao BNH. As Propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana”, in. *Arquitextos*. São Paulo. Ano 10. N.120.02. Vitruvius. Maio 2010; PONTUAL, Virgínia; RIBEIRO, Cecília. “A Reforma Urbana dos primeiros anos da década de 1960”, in. *Vitruvius. Arquitextos*. 109.07. ano 10, 2009; LUCCHESI, Maria Cecília & ROSSETTO, Rossella. “A política urbana no governo militar (1964-1985)” In. BONDUKI, Nabil (org). *A luta pela reforma urbana no Brasil: do Seminário de Habitação e Reforma Urbana ao Plano Diretor de São Paulo*. São Paulo: Instituto Casa da Cidade, 2018. pp.35-81

74 CANÇADO, Wellington. *Sob o pavimento a floresta: metamorfoses urbanas e cosmopolíticas do antropoceno*. Tese de Doutorado. UFMG. 2019; TAVARES, Paulo. “Modern frontiers: Beyond Brasília, the Amazon” In. REAL, Patricio del, and Helen Gyger. *Latin American Modern Architectures: Ambiguous Territories* (New York: Routledge, 2012), pp. 191-212;

75 NOBRE, Ana Luiza. “Tanto chão: topografias da arquitetura contemporânea entre Brasil e Portugal”, in. *Arquitetura Atlântica: deslocamentos entre Brasil e Portugal*. NOBRE, Ana Luiza; KAMITA, João Masao (org). PUC-RJ / Romano Guerra, 2019.

regime investigada por Marcelo Felicetti (2020), a trajetória de Burle Marx na ditadura por Catherine Nordenson (2018), ou mesmo o foco no período de redemocratização como na dissertação de Michel Chauí Vale (2016) sobre João Filgueiras Lima durante a prefeitura de Mário Kertész em Salvador, ou a dissertação de Flávio Bragaia (2018) sobre o debate arquitetônico nas revistas emergentes do início dos anos 1980.⁷⁶

Em escopo mais amplo e internacional — sobretudo latinoamericano — alguns trabalhos discutiram a relação entre arquitetura e as ditaduras ou o poder político, como os de Graciela Silvestri (2000) e Tony Diaz (2000), sobre a ditadura argentina e a arquitetura pós-moderna, relação que aparece também na tese de doutorado de Jonas Delecave (2020), com foco no tema do ensino. Daniel Talesnik (2012) e Luis Errázuriz (2009), trabalharam as formas de apropriação da arquitetura moderna chilena feita pela ditadura de Pinochet, e Lisa Blackmore (2017) focou nas relações entre arquitetura e poder na Venezuela dos anos 1950 de modo revelador, algo feito também por Luis Carranza (2010) sobre arquitetura e revolução no México da primeira metade do século XX. A coletânea “Arquitecturas de Estado: empresas, obras e infraestructuras. 1955-1975: casos y debates en Sudamérica”, organizada por Claudia Schmidt e Luis Muller, por exemplo, juntou diversos autores do continente com investigações sobre as formas de produção da arquitetura como parte da própria construção do Estado por meio de grandes infraestruturas. Relações que, de algum modo, vinham sendo trabalhadas desde os anos 1980 por autores como Jorge F Liernur, Adrian Gorelik e Anahi Balent, em sintonia com arquitetura e política como os de Mary McLeod, Jean Louis Cohen, Neil Leach, na esteira da história crítica da arquitetura moderna feita por figuras como Manfredo Tafuri e Giorgio Ciucci.⁷⁷

76 CAMPOS, Bruno Pedro Alves de. Palácio do Exército: conjunto arquitetônico de Oscar Niemeyer para o Quartel General do Exército em Brasília. 1968-1973. Dissertação de Mestrado. FAU UnB. Brasília, 2020; NORDENSON, Catherine Savitt. *Depositions: Roberto Burle Marx and public landscapes under dictatorship*. Austin University Press, 2018; FELICETTI, Marcelo. “Do milagre à maldição: Sergio Bernardes e quatro projetos em Brasília na Ditadura Militar (1968-1974)”. In: MULLER, Luis; SCHMIDT, Claudia. ed. *Arquitecturas de Estado: empresas, obras e infraestructuras. 1955-1975: casos y debates en Sudamérica*. Santa Fe: Ediciones UNL, 2020; VALE, Michel Hoog Chauí. João Filgueiras Lima (Lelé): *Arquitetura Pública e Urbanismo em Salvador (1979-1981 e 1986-1988)*. Dissertação (Mestrado) FAU USP. 2016; FRANDLICH, R. U., & BRAGAIA, F. A. D. (2018). *Arquitetura brasileira e redemocratização: revisão crítica do debate a partir de projetos e artigos publicados nas revistas “Projeto” e “Arquitetura e Urbanismo” entre 1985 e 1988*. *Oculum Ensaios*, 15(2), 189–207.

77 SILVESTRI, Graciela. *Apariencia y verdad*. Op Cit; DIAZ, Tony. *Posmodernismo y dictadura*. In. *Block*, No. 5, pp. 51-53. 2000; DELECAVE, Jonas. *Uma disciplina em crise: disputas pela arqui-*

As especificidades e similaridades da ditadura militar brasileira em relação aos regimes autoritários que lhe foram contemporâneos na América Latina entre os anos 1960 e 1980 — não abordadas nesta Tese — abrem um vasto campo de possibilidades de estudo, de análises comparativas e de estudos da circulação de ideias, profissionais, práticas, e do papel da arquitetura nas relações geopolíticas que excedem em muito o campo profissional local. Relações essas que vêm sendo abordadas em trabalhos como o de Paula Dedecca, mas também nas pesquisas em andamento sobre o CINVA (Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento), coordenadas por Nilce Aravecchia, ou em trabalhos recentes de Patricio del Real situando a arquitetura como arma cultural nas relações de poder nas Américas.⁷⁸

Diferentes facetas desse processo de “modernização conservadora”, portanto, vêm sendo exploradas nas agendas de pesquisa em história da arquitetura e do urbanismo, de modo a iluminar nuances e contradições da produção do espaço urbano, da construção civil, e do projeto arquitetônico em suas dimensões simbólicas ou econômicas em relação íntima com o desenrolar da história política. Esperamos dar conta, nos capítulos desta Tese, de apresentar uma história política da arquitetura paulista na ditadura militar brasileira, considerando as relações profundas entre arquitetura e as dimensões política e econômica nos processos de reprodução daquele regime, sem, no entanto, deixar de lado a atenção aos objetos arquitetônicos em si mesmos, como testemunhos daquele processo histórico, como produtos da agência e incidência cultural e política de arquitetos dentro daquela conjuntura.

tura na Escuelita de Buenos Aires (1976-1983). Tese de Doutorado. FAUUSP. São Paulo, 2020; ERRÁZURIZ, Luis Hernán. Dictadura militar en Chile: antecedentes del golpe estética-cultural. In. *Latin American Research Review*, vol 44, No. 2, 2009; TALESNIK, Daniel. “Monumentality and Resignification: the UNCTAD III building in Chile”. In. REAL, Patricio del, and Helen Gyger. *Latin American Modern Architectures: Ambiguous Territories* (New York: Routledge, 2012), pp. 191-212; BLACKMORE, Lisa. *Spectacular Modernity*. Op. Cit; CARRANZA, Luis E. *Architecture as Revolution: episodes in the history of modern Mexico*. Austin: University of Texas Press, 2010; MULLER, Luis; SCHMIDT, Claudia. ed. *Arquitecturas de Estado*. Op.Cit.

78 DEDECCA, Paula Gorenstein. *Arquitetura e engajamento: o IAB, o debate profissional e suas arenas transnacionais (1920-1970)*. Tese de Doutorado. FAUUSP. 2018; DEL REAL (org) *Latin America in Construction*. Op Cit; ARAVECCHIA-BOTAS, Nilce. *Habitação e desenvolvimento na América Latina: o Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento (CINVA) como zona transnacional*. Pesquisa FAPESP em andamento.

FORMA ARQUITETÔNICA E DISCURSO POLÍTICO: BREVE DIGRESSÃO

Como mencionado aqui, desde a passagem para os anos 1960, a busca por uma síntese entre estética e política foi operada na produção arquitetônica envolvendo problemáticas variadas, como a racionalização de processos pela industrialização e padronização, a afirmação de uma ética construtiva via austeridade e verdade dos materiais, ou a intensificação dessas posições por meio da expressividade estrutural, entre outras. Se tal conexão era evidente no discurso dos próprios arquitetos, como no caso emblemático de Artigas, — em sua defesa da moral construtiva, da exposição do trabalho por meio das formas de ripas estampadas no concreto, ou dos modos de “dialeticamente” negar o peso das estruturas em seus delicados pontos de apoio — uma carga política foi sendo também atribuída a tais procedimentos de projeto, com a sedimentação de narrativas em circulação no campo ou organizadas na própria historiografia, como discutido acima em relação às leituras sobre a ditadura nesse processo. Para citar outro exemplo canônico, a ligação dos procedimentos de formalização em projetos de Paulo Mendes da Rocha a uma determinada estética da “construção do território” foi um discurso iniciado pelo próprio arquiteto, ao lado do historiador da arte Flávio Motta, nas justificativas e explicações para o Pavilhão do Brasil em Osaka, e que ganharam desdobramentos na narrativa agenciada por ele mesmo a partir dos anos 1980.

Tendo em vista tal relação estabelecida entre forma construída e discurso político, interessa a esta Tese — para além das transformações concretas na paisagem decorrentes das políticas do regime militar, ou de seus impactos na organização do campo profissional da arquitetura — analisar como um grupo de procedimentos de projeto carregou consigo um discurso político progressista, e, a despeito disso, foi mobilizado amplamente durante a ditadura.

Não caberá aqui uma reflexão ampliada sobre a construção historiográfica a respeito de uma “identidade” paulista, que, conforme já mencionado, foi feita com cuidado em trabalhos recentes como os de Paula Dedecca e Felipe Contier.⁷⁹ Tampouco nos deteremos na ponderação das construções de uma ideia de “escola”, cotejada em paralelo à ideia de uma “escola” carioca, como já feito por Mônica Junqueira de Camargo, Hugo Segawa, Ruth Zein e

79 DEDECCA, Paula. “A ideia de uma identidade paulista na historiografia de arquitetura brasileira”, Op. Cit; CONTIER, Felipe de Araujo. *O edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Cidade Universitária*. Op. Cit.

Sophia da Silva Telles.⁸⁰ Vale, no entanto, dedicar o fechamento desse capítulo introdutório a uma breve recapitulação de aspectos internos ao desenvolvimento dos procedimentos de projeto que estarão em questão em boa parte dos projetos a serem abordados nesta Tese.

A ideia de uma escola atribuída à comunidade de procedimentos partilhados no campo profissional paulista reconheceu tanto aspectos de continuidade quanto de ruptura com a arquitetura desenvolvida a partir do Rio de Janeiro, por figuras como Oscar Niemeyer, Lúcio Costa ou Affonso Eduardo Reidy. Sua consolidação nos anos 1960, coincidiu com as primeiras atribuições da alcunha de *brutalismo*, uma forma de categorização interna e, ao mesmo tempo, de enquadramento em um esquema então usual no panorama internacional. A categoria foi desenvolvida mais recentemente por autores como Ruth Zein e Luís Espallargas, que, na esteira de Flávio Motta, Bruno Alfieri e Yves Bruand, buscaram tirar o Brasil do isolamento típico das leituras de sua arquitetura. Se estes autores procuraram no *brutalismo* inglês um paralelo possível para especialmente pensar a produção paulista daquela época, atores do período, como o próprio Artigas, já haviam refutado tal parentesco.⁸¹ Sérgio Ferro, por sua vez, já em 1967 classificou a arquitetura que via ser feita por seus colegas no período como uma “espécie cabocla de *brutalismo*” e em 1986, refletindo em retrospectiva sobre o assunto, reafirmou que o *brutalismo* de Artigas era de fato diferente daquele de Corbusier nos anos 1950, ou de seus contemporâneos europeus e japoneses. Para ele, o uso da estrutura por Artigas teria sido especialmente marcado por uma afirmação ética precisa e

80 Para uma defesa da categoria “escola” para este caso ver: CAMARGO, Mônica Junqueira de. Escola paulista, Escola carioca. Algumas considerações. Anais 13o Docomomo Brasil. UFBA. Salvador, 2019; ZEIN, Ruth Verde. A arquitetura da escola paulista brutalista 1953-1973. Tese de doutorado. Porto Alegre: FAU-UFRGS, 2005. Vale lembrar que já nos anos 1980, Júlio Katinsky atribuiu à ideia de “escola paulista” a característica de “perigosa montagem ideológica”. Ver “Escola Paulista, o que restou?”, AU, 17, abr. mai 1988.

81 O próprio Artigas comentou a respeito, em 1965, ao refletir sobre as relações da obra do falecido Carlos Milan e aquela arquitetura em desenvolvimento na Europa: “O conteúdo ideológico do brutalismo europeu é bem outro. Traz consigo uma carga de irracionalismo tendente a abandonar os valores artísticos da arquitetura, de um lado, aos imperativos da técnica construtiva que se transforma em fator determinante; de outro lado, a forma arquitetônica surgiria como acidente da solução técnica”, em ARTIGAS, João B V. “Em branco e preto”, in *Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, (17): 78, abril/maio, 1988. Algumas reflexões mais recentes sobre o caráter político dos brutalismos teriam ainda possíveis rendimentos para um desdobramento dos temas tratados aqui, como em: VIDLER, Anthony. “Another Brick in the Wall”, in. *October*, vol. 136, 2011, pp. 105–32; HARTOONIAN, Gevork. “On Brutalism”, in. *Time, History and Architecture: Essays on Critical Historiography*. Abingdon, Oxon ; New York, NY: Routledge, 2018.

não na lógica do *as found* dos ingleses, em outras palavras, por uma radicalidade que permitia utilizar a estrutura como elemento expressivo apenas daquilo que de fato fosse estrutural. Diferentemente dos *brutalismos* internacionais que fariam uso do concreto aparente em volumes e fachadas sem papel estrutural, configurando léxico menos claro, segundo Ferro. O desenho da estrutura em Artigas teria papel justamente contrário: de modo didático, tornar explícitos os esforços, tensões e comportamento dos materiais.⁸²

A este respeito, e em relação aos diálogos e rebatimentos entre as produções de arquitetos no Rio de Janeiro e em São Paulo, o depoimento de Niemeyer em 1958 e sua leitura por Artigas à época, — somados à virada na orientação interna aos Partidos Comunistas naquele momento e seu respectivo impacto nos meios artísticos — parecem configurar importantes marcos para a afirmação de tal identidade paulista a partir do início dos anos 1960.⁸³ É então que ganham centralidade nos discursos em circulação as ideias de “ética construtiva” relacionada à “função social” da arquitetura. De fato, é o próprio Niemeyer quem propõe em 1958 uma tal autocrítica em favor da “simplificação da forma plástica”, do “equilíbrio com os problemas funcionais e construtivos”, da concisão e da pureza formal como modo de atender aos que considerava os “problemas fundamentais da arquitetura”.⁸⁴ Nela, uma série de elementos são evocados como representativos de uma postura mais ética na profissão, “que não se exprimem por seus elementos secundários, mas pela própria estrutura, devidamente integrada na concepção plástica original”.⁸⁵ Em resposta ao depoimento do colega, Artigas escreveu um comentário entusiástico, que via como uma revisão daquilo que o arquiteto carioca vinha praticando até então, indicando que o depoimento tivera grande repercussão “no meio artístico paulista, em particular entre os arquitetos progressistas” e que sintetizava “num só bloco as reivindicações culturais, artísticas e profissionais dos arquitetos”.⁸⁶ Estruturava-se, assim, uma relação entre ética e estética, que associava experimentação formal, qualidade técnica e racional-

82 “Reflexões sobre o brutalismo caboclo” revista Projeto n.86 abr. 1986. In. FERRO, Sergio. *Arquitetura e Trabalho Livre*. CosacNaify. São Paulo. 2006.

83 BUZZAR, Miguel Antonio. *João Batista Vilanova Artigas: elementos para a compreensão de um caminho da arquitetura brasileira. 1938-1967*. Editora Unesp. 2014; KAMIMURA, Rodrigo. *O problema social da arquitetura e o processo de modernização em São Paulo*. Op. Cit.

84 NIEMEYER, Oscar. “Depoimento” In. XAVIER, Alberto (org) *Depoimento de uma geração – arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

85 NIEMEYER, Oscar. “Depoimento” In. XAVIER, Alberto (org) *Depoimento de uma geração – arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

86 ARTIGAS, João B. Vilanova. “Revisão crítica de Niemeyer” In. XAVIER, Alberto. Op. cit.

lização da construção, sobretudo lendo-as como elementos de uma atuação política contundente.

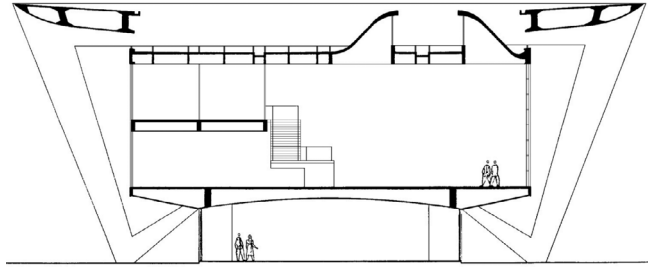
Anos mais tarde, em 1984, Artigas assim resumiria a equação: “o que me encanta é usar formas pesadas, chegar perto da terra e, dialeticamente, negá-las”.⁸⁷ Somando-se à ideia de ética construtiva, ou à resposta aos problemas fundamentais da arquitetura com “concisão e pureza”, como quis Niemeyer, Artigas intensificou a experimentação estética a partir das tensões estruturais, evidenciando-as por meio do contraste formal entre cargas e suportes, entre o maciço das empenas e a silhueta dos pilares. A expressividade do concreto armado seria, pois, obtida não através de formas fluidas e leves mas de traços fortes, diagonais que exprimiam didaticamente os esforços que agiam sobre a construção. Sobretudo os pilares são objeto de um desenho minucioso, evidenciando o trabalho de transferência dos esforços. Esse tipo de solução não estava de modo algum alheia aos procedimentos em circulação no panorama internacional, e parecia em sintonia com a obra de arquitetos que haviam circulado no Brasil em contextos como as Bienais de Artes, como foi o caso do italiano Pier Luigi Nervi em 1951 e do japonês Kenzo Tange em 1956.

Também a obra de Reidy teve contribuição decisiva para as soluções que se sedimentam em São Paulo nos anos 1960: a expressividade da estrutura nos pórticos do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (1954), procedimento de formalização central na forma de dar unidade ao edifício, antecedido pela Escola Brasil-Paraguai (1953) do mesmo arquiteto, mas também por procedimentos de Oscar Niemeyer na Escola Júlia Kubitschek (1951) e no Hotel de Diamantina (1951). Se por um lado o edifício do MAM é marcado pela engenhosidade no cálculo estrutural, por outro, ele se afirma por certa austeridade, especialmente no uso do concreto aparente, que o diferenciavam da arquitetura de Niemeyer. Essa dicotomia entre austeridade e engenhosidade seria elevada ao centro do discurso “paulista”, com destaque para as formulações que buscaram conectar as esferas da produção projetual e a dimensão política. Artigas afirmava, já em fins da década de 1950, a necessidade de mostrar os vestígios do trabalho do canteiro, o que se faria mais presente em suas obras na década seguinte, chegando a um uso até mesmo contraditório entre discurso estético e processos construtivos de fato (tendo em vista, por exemplo, o discurso de racionalização e a complexificação da manufatura com objetivos formais).⁸⁸ Em 1958, por outro lado, Paulo Mendes da Rocha

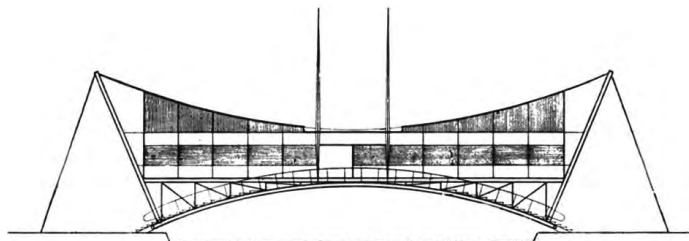
87 In. ARTIGAS, João Batista Vilanova. *Caminhos da arquitetura*. Org. José T. C. Lira, Rosa Artigas. CosacNaify, 2004

88 CONTIER, Felipe de Araujo. *O edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Cida-*

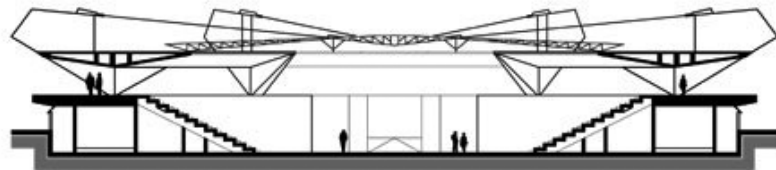
1 Museu de Arte Moderna, Rio de Janeiro, 1955. Affonso Eduardo Reidy.



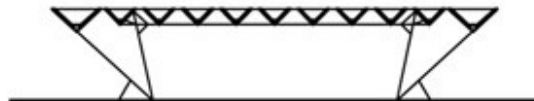
2 Pavilhão de Volta Redonda no Parque do Ibirapuera, 1954. Sérgio Bernardes.



3 Ginásio do Clube Paulistano, 1958. Paulo Mendes da Rocha.



4 Anhembi Tênis Clube, 1961. Vilanova Artigas.



já demonstrava uma via de experimentação técnica diretamente tributária de Reidy⁸⁹ em seu projeto para o ginásio do Clube Paulistano, radicalizando a expressividade estrutural para além da funcionalidade de um modo que Artigas ainda não havia chegado a fazer⁹⁰, inclusive utilizando-se de uma estrutura mista em concreto e aço atirantado extremamente ousada e pouco usual naquele período.⁹¹

É interessante notar como a experimentação formal e estrutural se dava de modo concomitante nos projetos de Artigas e de seus companheiros mais jovens, superando, por vezes, a configuração de uma relação entre mestre e discípulos — apesar do domínio do cálculo como via de experimentação mais contundente em seu caso⁹² — de modo que seu papel de liderança possivelmente tenha se dado sobretudo através do discurso e das instituições naquele momento (a saber, sua atuação na FAU-USP e no IAB-SP, bem como sua rede de relações a partir do PCB). Nos anos seguintes, Artigas fez uma série de projetos explorando o desenho da estrutura perimetral — desdobramentos da solução projetual dada pelo arquiteto à casa Mário Taques Bittencourt (1958), mas também das escolas públicas projetadas na virada da década, como os ginásios de Itanhaém (1959) e Guarulhos (1960) — com colunas engenhosamente desenhadas como elementos de transferência dos esforços da grande cobertura, que abriga o programa articulado em vazios e define suas fachadas: Anhembi Tênis Clube, vestiários do São Paulo FC e Santa Paula Iate Clube, todos de 1961.

de Universitária: projeto e construção da escola de Vilanova Artigas. São Carlos. 2015.

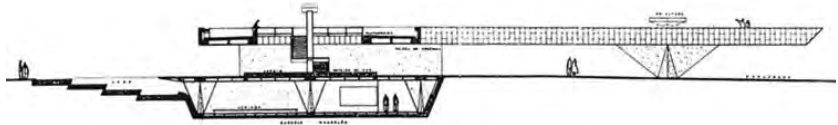
89 PISANI, Daniele. In. SERAPIÃO, Fernando. WISNIK, Guilherme. [org]. *Infinito Vão: 90 anos de arquitetura brasileira.* Catálogo. Editora Monolito. 2019.

90 Se o projeto do Estádio do Morumbi em 1953-54 já configurava uma estrutura em concreto aparente de grande escala, a análise do corte de suas arquibancadas demonstra um desenho mais ligado à função e ao espaço das arquibancadas, enquanto o corte do ginásio do Paulistano permite entrever uma expressividade que busca evidenciar os esforços estruturais, dando forma aos apoios em concreto a partir do esforço delineado pelos tirantes de aço.

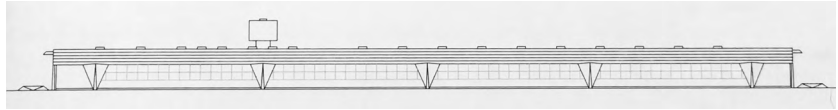
91 Segundo a historiadora da arquitetura Mônica Junqueira de Camargo, o arquiteto teria confirmado que à época do projeto teve também como referência fundamental para tal solução o projeto do Pavilhão de Volta Redonda no Parque do Ibirapuera em 1954, do arquiteto carioca Sérgio Bernardes.

92 Como professor experiente, engenheiro-arquiteto de formação, e por suas viagens de estudos, talvez tivesse de fato papel também investigativo no que toca às referências internacionais como pelo estudo das estruturas de Nervi, entre outros, além do domínio de procedimentos de Wright já desde as décadas anteriores. Sobre as viagens do arquiteto ver: SODRÉ, João Clark de Abreu. *Roteiros americanos: as viagens de Mindlin e Artigas pelos Estados Unidos, 1943-1947.* Tese de doutorado. São Paulo: FAU-USP, 2016.

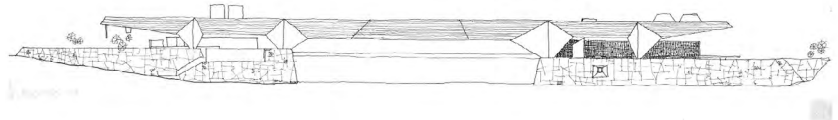
5 Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, Rio de Janeiro, 1957-1960. Marcos Konder Netto e Hélio Ribeiro Marinho



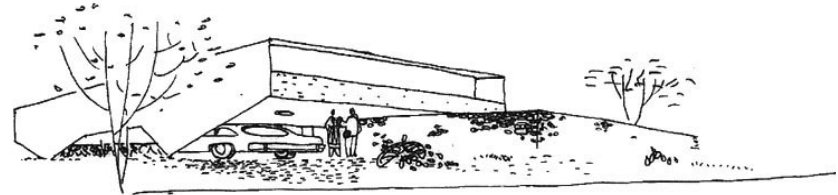
6 Grupo Escolar em Santos, 1961 - Abrahão Sanovicz



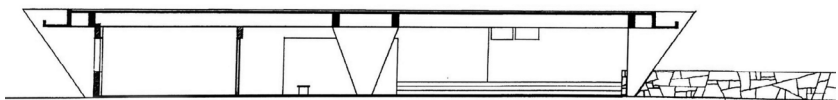
7 Garagem de Barcos Santa Paula, 1961. Vilanova Artigas.



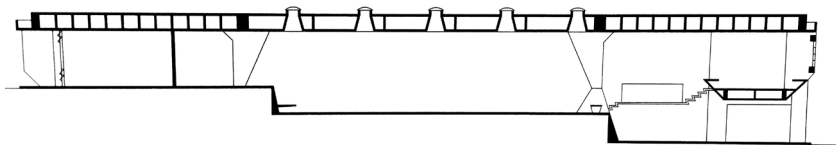
8 Casa Taques Bittencourt, 1956. Vilanova Artigas.



9 Ginásio em Itanhaém, 1959. Vilanova Artigas



10 Ginásio em Guarulhos, 1960. Vilanova Artigas



Uma série de projetos na história da arquitetura nacional e internacional daquele período podem ser vistos como antecedentes ou concomitantes, antecipando ou compartilhando tais procedimentos de projeto. Um exemplo é o projeto do Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial⁹³ no Rio de Janeiro, de Marcos Konder Netto e Hélio Ribeiro Marinho (1957-1960), que parece antecipar toda uma genealogia de projetos no desenho das colunas, embora tal forma adquira outro sentido e função em casos como o emblemático edifício da FAU-USP (1961-1969).

O Pavilhão do Brasil na Exposição Internacional de Osaka, 1970 — que aparece como marco na historiografia da arquitetura brasileira e será discutido detidamente no Capítulo 2 desta Tese em seus significados também dentro das elaborações discursivas dos arquitetos em relação ao desenvolvimento nacional e ao planejamento territorial — é um exemplo emblemático na mobilização desses procedimentos de projeto que se sedimentaram durante a década de 1960. O conjunto de características que define o Pavilhão brasileiro, como a cobertura em grelha sobre o chão livre, entre outros, definitivamente não estava restrito ao Brasil. Estava, sim, ligado à circulação transnacional de operações técnicas e estéticas, das quais foram parte os estudos de Mies Van der Rohe para o Convention Hall (1954), mas especialmente o não construído Pavilhão Bacardi (1958) em Cuba.⁹⁴ Entre os desdobramentos dessa circulação, o projeto de Juan Campos para o Pavilhão Cubano na Conferência da União Internacional de Arquitetos em Havana, em 1963 — construído pouco depois da Revolução naquele país —, empregou coordenadas *miesianas* para dar forma a um lugar que assumiu forte carga política naquele contexto, e receber a reunião internacional que se focava na discussão sobre o papel da arquitetura nos países subdesenvolvidos. Arquitetos brasileiros, incluindo muitos do campo profissional paulista, participaram da Conferência de Havana em um momento fundamental de reflexão sobre as conexões entre técnica, estética e desenvolvimento nacional.⁹⁵ Logo após esse evento, o arquiteto Fábio Penteadó, membro ativo do Instituto de Arquitetos, venceu o concurso para o Harmonia Tênis Clube (1964) em São Paulo, apresentando soluções muito semelhantes às dos dois pavilhões cubanos. O projeto do Penteadó estava diretamente relacionado às ideias de Artigas para

93 Em 1961 já pronto, o edifício é publicado na Acrópole n.276, embora nas primeiras versões de 1957 ainda não estivesse presente o elemento das colunas, como se pode ver na revista Módulo.

94 Jorge Francisco Liernur, “Menos es Mísero: notas sobre a recepção da arquitetura de Mies Van der Rohe en America Latina” in *Trazas de Futuro: episodios de la cultura arquitectónica de la modernidad en América Latina*. Santa Fe: Ediciones UNL, 2021.

95 Paula Dedecca, *Arquitetura e Engajamento: o IAB, o debate profissional e suas arenas transnacionais (1920-1970)*. Op. Cit.



a FAU-USP, e que tinha fortes semelhanças com outro projeto recém-construído no Uruguai, o Urnário do arquiteto Nelson Bayardo (1962).⁹⁶

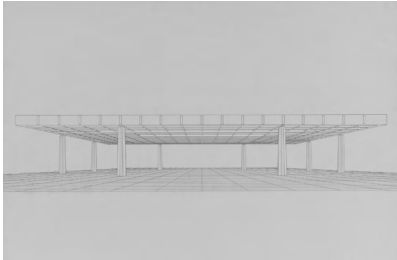
Em muitos desses projetos, tais procedimentos *miesianos* foram então combinados com experimentos contemporâneos em concreto armado aparente, com referência em particular às obras de Le Corbusier ou de Marcel Breuer dos anos 1950 e 1960. Como na FAU-USP, foi comum a associação da cobertura em grelha às “empenas cegas”, que funcionavam como vigas perimetrais, resultando em grandes superfícies com textura em ripas de madeira estampadas no concreto. Diferentes abordagens e formas de manusear os grandes planos de concreto aparente marcaram, então, as paisagens latino-americanas, desde o Banco de Londres de Clorindo Testa em Buenos Aires (1966) até o edifício da CEPAL em Santiago do Chile, por Emilio Duhart (1973), tão representativo do desenvolvimentismo por abrigar tal instituição quanto da eloquência na expressividade do concreto.

Como veremos ao longo da Tese, tais procedimentos de projeto seriam fundamentais para a expansão da indústria da construção civil nos processos de desenvolvimento nacional, no mundo e na América Latina, e especialmente no Brasil, onde aquela cobertura em grelha — ao modo do Pavilhão Bacardi — dependia de estruturas de concreto, e não de elementos de aço, cuja produção própria fora interdita em meio às disputas geopolíticas e à pressão imperialista por manutenção da dependência econômica do país.⁹⁷

96 Ruth Verde Zein buscou demonstrar ainda conexões, para além de Le Corbusier e do brutalismo inglês, com projetos como Convention Hall em Chicago, de Mies Van der Rohe em 1953, ou o edifício Larkin, de Frank Lloyd Wright em 1904.

97 Para uma referência das pressões geopolíticas no sentido de interditar os avanços na soberania nacional da produção de estruturas metálicas em suas diversas fases de confecção, ver: DA SILVA, Elcio G.; MACEDO, Danilo M. “Estruturas metálicas no concreto

12 Pavilhão Bacardí em Havana, Mies Van der Rohe, 1958. [Acervo MoMA]

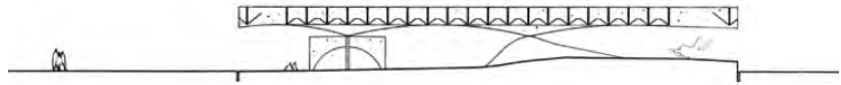


13 Sociedade Harmonia de Tênis, São Paulo, Fábio Penteadó, 1964. [Acervo Fábio Penteadó]

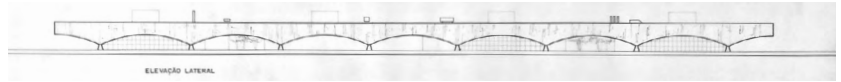
Esta especificidade, que no Brasil teve uma história singular com o notável desenvolvimento tecnológico do concreto desde os anos 1930, é importante para entender projetos como o Pavilhão Brasileiro em Osaka, que esteve lado a lado com representações de outras nações concretizadas pela busca por outros efeitos simbólicos e geopolíticos. Em contraponto aos pavilhões de alta tecnologia construídos em megaestruturas metálicas pelos países mais industrializados, o projeto brasileiro mostrou como sua tecnologia de vigas de concreto protendido poderia, a uma só vez, representar determinado senso de identidade nacional e criar um nível de solo radicalmente aberto, à semelhança do que estava sendo feito, de fato, em todo o território do país com infra-estrutura pública. Discutiremos mais adiante as contradições e nuances de tais elementos condensados naquele projeto.

A grande cobertura em grelha, como forma recorrente de abrigar espaços públicos ou privados criados naquele momento, teve também uma série de desdobramentos em meio à repetição e gradual transformação de soluções. Em relação aos projetos mencionados até aqui, o Hospital Escola da Santa Casa (1968) em São Paulo, de equipe liderada também por Fábio Penteadó, foi mais um caso exemplar daqueles procedimentos em circulação: definido por grandes empenas cegas, neste caso elas mesmas transformando-se em apoios a partir de leve curvatura, mobilizando solução muito parecida com a dada a uma Escola Técnica em Santos (1968) pela equipe que juntava, além de Penteadó, Artigas e Mendes da Rocha. Tal procedimento de desenho da estrutura que definia a fachada dos edifícios em arcos abatidos, apesar dos vários precedentes na arquitetura internacional, parece dialogar com os palácios de Niemeyer em Brasília, alguns dos quais ainda em

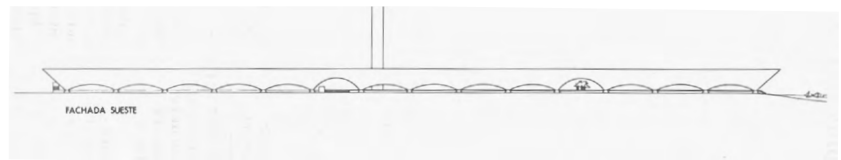
14 Pavilhão de Osaka,
1969. Paulo Mendes da
Rocha.



15 Versão inicial e
versão final do Hospital
Escola da Santa Casa,
1968. Fábio Penteadó.



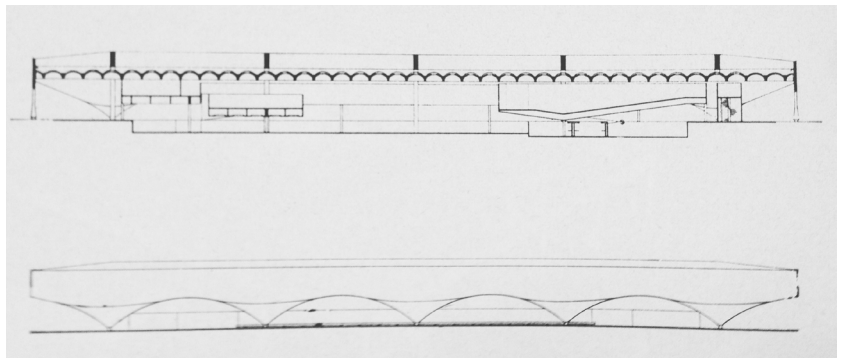
16 Centro de
Treinamento DIPOA,
Campinas, 1977.
Miguel Juliano.

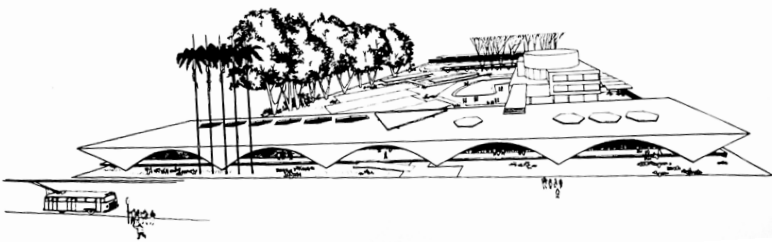


17 Escola de
Administração
Fazendária, vista frontal
de estrutura externa,
1973. Pedro Paulo de
Mello Saraiva.



18 Estudo para Escola
em Santos, 1968.
Vilanova Artigas, Fábio
Penteadó e Paulo
Mendes da Rocha.

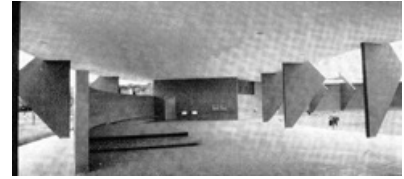
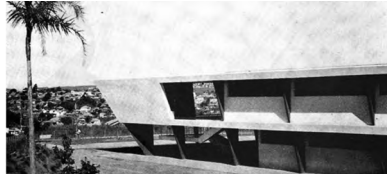




conclusão ao longo dos anos 1960. Pedro Paulo de Melo Saraiva tratou dessa forma sua proposta para a competição do Ginásio do Clube Paulistano (1958), e concretizou a solução no projeto construído para a Escola de Administração Fazendária, em Brasília (1973). Esse tipo de desenho da estrutura se tornaria cada vez mais recorrente, da sedimentação e consagração à difusão em maior escala nos anos 1970, das rodoviárias às agências bancárias, como veremos ao longo da Tese. A associação entre as ideias de “ética construtiva” e “função social” teria encontrado vazão no surto desenvolvimentista que contagiou o meio profissional nos anos 1960 e patrocinou a crescente difusão destes procedimentos. A natureza política e social inerente ao desenho, por outro lado, seria colocada à prova sobretudo a partir de 1964.

A associação entre expressividade do concreto armado aparente e posições políticas mais à esquerda foi frequente também em trabalhos desenvolvidos por outros arquitetos daquele mesmo círculo. No entanto, arquitetos de gerações diferentes mas que circularam nos mesmos espaços, como Rino Levi, Ícaro de Castro Mello, Oswaldo Corrêa Gonçalves, Abraão Sanovicz, Carlos Millan, Joaquim Guedes, Fábio Penteadó, João Clodomiro de Abreu, Jorge Wilhelm, Décio Tozzi, Miguel Juliano, Pedro Paulo de Mello Saraiva, Ruy Ohtake, Paulo Bastos, Mayumi Watanabe, Geraldo Vespasiano Puntoni, Ivone Arantes, Júlio Katinsky, Haron Cohen, Jorge Bonfim, Siegbert Zanettini, João Walter Toscano, Giselda Visconti, Maurício Tuck Schneider, Telesforo Cristofani, Luigi Vilavecchia, Flavio Pastore, entre muitos outros, compartilharam variadas soluções tectônicas — mesmo que por períodos curtos, e com particularidades e diferenças essenciais — sem necessariamente compartilhar discursos e posições políticas.⁹⁸ É certo, no entanto, que mesmo com as

20 Grupo Escolar de
Presidente Prudente, 1962.
João Clodomiro Abreu



21 Grupo Escolar em
Santos, 1962. João
Clodomiro Abreu

22 Grupo Escolar no
Guarujá, 1961-1965.
Maurício Tuck Schneider



23 Escola Jardim Ipê,
São Bernardo do Campo;
Escola Técnica de
Comércio, Santos, 1963
Décio Tozzi

diferenças políticas, mais à esquerda ou à direita, aquele campo profissional paulista comungava, em grande parte, da cultura política nacional-desenvolvimentista, como mencionado anteriormente. Ainda assim, essas diferenças atestam aspecto relevante para as reflexões que se seguirão aqui, a saber, a ambivalência não só dos sujeitos políticos mas também dos signos e formas, conforme suas variadas apropriações e significados políticos cambiantes e em disputa. Pode-se dizer ainda, que eram ali compartilhadas determinadas apostas disciplinares, práticas discursivas, “estruturas de sentimento”, que procuraremos abordar ao longo da Tese.⁹⁹

*

Com este campo profissional local em vista, cabe aqui mencionar algumas lacunas evidentes na presente Tese, decorrentes antes de escolhas feitas no processo de pesquisa e nos problemas abordados. Vale destacar, aliás, que não se trata de um trabalho com pretensão de ser definitivo nem panorâmico, abrangendo a totalidade da produção de arquitetura paulista durante a ditadura militar. Trata-se, antes, de uma história política a seu respeito e de seu campo profissional durante os anos do regime, a partir de questões colocadas pela pesquisa e de lentes ligadas a determinados aspectos da trans-

do se considera a extensão nacional que tomaram durante os anos 1960. Arquitetos como Acácio Gil Borsoi, José Galbinski, Miguel Pereira, José Maria Gandolfi, Luiz Forte Neto, Paulo Zimbres, Oscar Arine, José Carlos Laender, passando ou não por São Paulo, manusearam um saber-fazer muito próximo ao dos arquitetos ditos “paulistas”, atuando em diferentes regiões do Brasil no mesmo período, sem que fossem reconhecidos como um extensão daquele grupo.

99 WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

formação do *métier* em suas relações com o Estado, o capital e variadas instituições. Com isto em vista, esta Tese apresenta um percurso transversal, não necessariamente cronológico, que visa refletir sobre o vasto campo de atuação dos arquitetos, especialmente os de São Paulo, no regime militar, abordando diferentes tipos de projeto, mas também deixando alguns de lado — especialmente aqueles já amplamente abordados pela historiografia — como as casas unifamiliares. Não se trata de negar a importância desses projetos, uma vez que evidentemente constituem momentos cruciais de experimentação arquitetônica e que deles pode se extrair reflexões indispensáveis para pensar a imersão da arquitetura na história cultural do período.¹⁰⁰

O interesse na relação ambivalente entre arquitetura e política acabou também direcionando a pesquisa para casos de arquitetos mais próximos à cultura política das esquerdas à época,¹⁰¹ o que certamente poderia ser diferente, de modo a abranger com maior cuidado arquitetos como Rino Levi, Ícaro de Castro Mello, Jacob Ruchti, Miguel Forte, Salvador Candia, ou o escritório Croce, Aflalo e Gasperini, atores de intensa atuação em projetos públicos e privados no período, que aparecem no trabalho mas ainda de forma lateral. O mesmo ocorre com a obra de Lina Bo Bardi naquele contexto. A riquíssima trajetória da arquiteta tem sido hoje vastamente pesquisada e publicada, o que por si só justifica direcionar maior energia a outros casos, uma vez que se trata de uma Tese voltada a diferentes episódios do campo paulista de arquitetura. Ainda assim, é preciso reconhecer que há certo protagonismo dos já muito estudados Vilanova Artigas e Paulo Mendes da Rocha em certas partes

100 Se a crítica imanente das formas presentes nas casas produziu trabalhos fundamentais como os de Wisnik e Medrano e Recaman, também foi objeto de trabalhos sociológicos como o de Camila Gui Rosatti, que abre um universo de relações possíveis ao desvendar os clientes por trás daquelas encomendas e as trocas estabelecidas com seus arquitetos, bem como as redes em que circulavam, e que indiretamente produziam também aquela arquitetura. ROSATTI, Camila Gui. *Casas burguesas e arquitetos modernos: condições sociais de reprodução da arquitetura paulista*. Tese de Doutorado. FFLCH USP, São Paulo, 2016.

101 Ainda está por ser feito um esforço de pesquisa que ilumine com maior clareza as posições políticas de arquitetos variados desse campo profissional de forma mais ampla. Muitos eram ditos de esquerda, em depoimentos, mas há, em geral, pouquíssimos documentos de atividade política concreta, por exemplo. Algo que nos leva à questão aqui explicitada sobre o cuidado com as construções de memória sobre o período. Tal fato parece evidenciar também que o campo da arquitetura era definido, em parte, por uma cultura política difusa e frágil, ligada a ideais nacional-desenvolvimentistas, mas com pouca firmeza em outros temas, com poucas exceções de personagens mais engajados politicamente. Se não eram os poucos comunistas do PCB, ou revolucionários que foram para a luta armada, talvez transitassem na órbita do “radicalismo”, no sentido tratado por Antonio Candido.

do trabalho, o que se justifica pelo interesse deste trabalho em repensar determinadas construções historiográficas fortemente apoiadas nessas figuras, quase sempre como personagens solitários, inclusive no trânsito entre forma e política na leitura de seus projetos.

No caso de Lina Bo Bardi, a arquiteta teve uma trajetória menos inserida naquele campo profissional e mais construída como exceção: fosse por sua posição privilegiada em círculos da elite paulistana; por sua posição de poder com acesso a políticos e empresários da comunicação e das indústrias; por seu destaque no campo da cultura em museus como o MASP e o MAM-BA e aproximação às neovanguardas nacionais e internacionais; por sua trajetória intelectual não alinhada, trazendo leituras menos ortodoxas do desenvolvimento industrial e propondo outras leituras do “popular” e sua agência; ou ainda por ser uma mulher arquiteta, com muito poder, gerando reações naquele círculo profissional que triangulava entre IAB-SP, FAU-USP e Mackenzie. Arquitetas como Mayumi Watanabe, Rosa Kliass, Ivone Arantes, Giselda Visconti, tiveram também atuação intensa e contribuições inestimáveis para a profissão, e certamente passaram por limitações impostas por seus colegas e pelos marcadores de gênero da época, mas Lina Bo Bardi parece ter gerado um outro tipo de reação, por sua posição social muito específica e atuação muito singular.¹⁰² Não à toa, é difícil enquadrar o Museu de Arte de São Paulo como produto daquele campo disciplinar paulista e das ideias que nele circulavam, por mais que muitas vezes sejam genericamente tratados como parte de uma mesma corrente *brutalista*. Para os efeitos dessa Tese, ainda, vale lembrar que Lina Bo Bardi não chegou a projetar equipamentos e infraestruturas como barragens, usinas, terminais rodoviários, agências bancárias, escolas públicas, fóruns ou edifícios de apartamentos e escritórios naqueles anos. Fica evidente como o caso mereceria um capítulo exclusivo e geraria longos debates, justificando, portanto, a escolha de deixá-lo para outro momento.¹⁰³

102 Há uma série de pesquisas recentes ou em andamento que vêm lançando luz sobre tais relações, entre elas: Camila, REIS, Camila G. *O lugar das mulheres na arquitetura contemporânea no contexto brasileiro*. FAU-USP, Dissertação (Mestrado), 2022; FUENTES, Maribel Aliaga. et. al. Mayumi Souza Lima e a unidade São Miguel: a herança feminina da Brasília dos anos 1960. *Revista FASEM*. 2019; DEDECCA, P. *UIFA, UIA, IAB: diálogos transnacionais sobre a mulher arquiteta (1960-1967)*. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 67, 2023; TAMARI, Gabriela. “Paisagismo, campo, gênero e prática”, in. 4o Seminário de História e fundamentos da arquitetura e do urbanismo. FAU-USP, 2023; SILVA, Joana M. “Arquitetura e política” in, *Mulheres arquitetas. Revista Monolito*, n.36

103 Episódios da trajetória da arquiteta ao longo do regime militar foram abordados de maneira cuidadosa por Francesco Perrotta-Bosch no livro: *Lina: uma biografia*. São Paulo: Todavia, 2021.

A presente Tese, portanto, centrará análises em projetos que mobilizaram, de alguma forma, procedimentos técnicos e estéticos em circulação nos anos 1960 e 1970 aos quais certa carga política foi atribuída, pelos próprios atores ou por construções historiográficas ulteriores. Pretende-se, com isso, historicizar a produção daqueles objetos como parte das tramas políticas e econômico-políticas do período, e não apenas como reflexo delas. Tais procedimentos, como já mencionado, respondiam a demandas por racionalização — mobilizando a pré-fabricação, modulação e padronização —, ou pela expressividade das estruturas, utilizando-se de técnicas avançadas de concreto protendido. Essas duas vias acabaram por gerar abordagens por vezes muito diferentes, mas também com pontos de encontro em diversos casos. A prática projetual que as mobilizou, contudo, esteve em geral associada à busca por afirmar certa compreensão de “função social da arquitetura”, aspecto que nos interessa aqui para pensar tais práticas discursivas e a atuação dos arquitetos em meio ao regime militar e à construção de um processo de modernização conservadora autoritária.

O foco no campo profissional paulista, cabe ressaltar, apresenta ainda motivos que vão além da circulação de procedimentos e formas comuns. A posição do estado de São Paulo enquanto centro dinâmico de acumulação e reprodução de capital no Brasil, polarizando agentes e forças produtivas de alcance nacional, parece representar aspecto decisivo na intensidade com que as encomendas de projeto a arquitetos locais aumentaram durante o regime militar. Se o país como um todo passou por um salto na construção civil e no estabelecimento de infraestruturas as mais variadas, grande parte dos projetos estiveram concentrados em empresas e consultorias localizadas na capital paulista, mobilizando profissionais formados e atuantes nesta cidade. A hegemonia de certa arquitetura que ali se sedimentou desde o início dos anos 1960 teria, portanto, uma conexão íntima com o desenvolvimento capitalista e a expansão da estrutura estatal em todo o território nacional, levada a cabo pela ditadura militar.



CAPÍTULO I
ESPAÇOS DE AMBIVALÊNCIA

1.1 UNIVERSIDADES, REPRESSÃO E MODERNIZAÇÃO

A partir dos anos 1940, com o tensionamento da tradição acadêmica dominante, a criação das primeiras faculdades autônomas de arquitetura e a afirmação de suas especificidades profissionais, a universidade se tornou um lugar privilegiado de avaliação e orientação da produção e reflexão acerca de suas relações com o mundo social e político.¹ Enquanto tal, passou a ressoar também sobre as carreiras individuais de arquitetos e professores, como instância de prestígio e distinção no campo.²

Enquanto espaço de pesquisa, das ciência e humanidades, a universidade tornou-se também central na produção de uma nova geração de interpretações e análises críticas sobre o país no que concerne às culturas e identidades nacionais, à estrutura social, sua formação e desafios, às relações raciais e de classe, à condição colonial e o subdesenvolvimento econômico, às contradições que cercavam seu processo de industrialização e urbanização, entre outros tópicos que encontraram na Universidade de São Paulo um lugar especial de florescimento a partir dos anos 1950.³ Nesse sentido, assim como nas faculdades de filosofia, ciências humanas e ciências sociais aplicadas, os cursos de arquitetura e urbanismo em todo o país também se deixaram marcar por tais tendências, assim como por formas variadas de politização do conhecimento científico, da produção acadêmica e da vida universitária. Não à toa, um dos resultados imediatos do golpe civil-militar de 1964 foi a perseguição e o controle ideológico nas universidades, assim como a busca de uma reforma universitária capaz de convergir para os propósitos desenvolvimentistas e autoritários do Estado. O que, como veremos, viria a ser instituído pela ditadura.⁴

1 Nesse sentido, é importante lembrar a criação da Universidade de São Paulo em 1934, e dos cursos de arquitetura da FAU-USP em 1948 e do Mackenzie em 1947. No caso da USP, sobre a formação de arquitetos antes disso, na Politécnica, ver FICHER, *Sylvia*. *Os Arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. EDUSP, 2005. Citar mestrados de João e Paula etc.

2 BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2008; BOURDIEU, Pierre. “Sistemas de Ensino e Sistemas de Pensamento”, in. *A Economia das trocas simbólicas*. (org. Sergio Miceli) São Paulo: Perspectiva, 2011. pp.203-229

3 Um texto importante da época que reflete sobre tal condição é CANDIDO, Antonio. (1959). *A sociologia no Brasil*. Tempo Social, 2006, 18(1), 271-301

4 Outra avaliação da época sobre tal transformação e cooptação pelo projeto de Reforma dos militares foi feita por Florestan Fernandes, no mesmo período de sua aposentadoria compulsória pelo regime: FERNANDES, Florestan. *Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução?* (1975) São Paulo: Expressão Popular, 2020.

Na historiografia da arquitetura brasileira, o conflito político dentro das universidades não deixou de figurar como momento relevante, embora, em geral, tenha sido reduzido a poucos episódios, quase sempre centrados em alguns poucos personagens de destaque. Seja como for, perseguições, prisões, inquéritos, cassações, demissões e aposentadorias compulsórias de professores e estudantes de arquitetura dão o tom da presença do regime no interior das instituições, e acabaram por marcar a memória do campo cultural e profissional da arquitetura.⁵ Mais do que o peso simbólico e político em todo um campo de saber e profissão, e a erosão ou dispersão de experimentos pedagógicos inovadores, episódios do tipo tiveram impacto incalculável na trajetória individual dos personagens diretamente atingidos e para suas famílias, fator que vem sendo objeto de longos esforços de recuperação da memória, verdade e justiça, por meio da busca de fatos, documentos e depoimentos ou de ações oficiais de reparação.⁶

Para além disso — e frente a um panorama mais amplo dos impactos do regime militar sobre o campo profissional da arquitetura — é importante reconhecer a especificidade da universidade e seu lugar na construção de referências, ideários e capitais culturais.⁷ Dado, portanto, o papel central da universidade nos processos de legitimação entre pares no campo profissional da arquitetura, as arbitrariedades e abusos cometidos pelo regime militar contra professores universitários acabaram ganhando papel central na própria consolidação de uma leitura sobre os impactos da ditadura no campo profissional de modo geral. É certo que a repressão à livre expressão e à produção de conhecimento é uma ponta de lança do autoritarismo e, de fato, tem peso simbólico e exemplar para qualquer área do conhecimento e de atuação. No entanto, vale lembrar que a lógica das cassações a professores universitários, ou mesmo as formas de repressão indireta por que muitos passaram, com contratos cancelados ou não renovados, indicações ou promoções obstruídas, isolamento institucional, entre outras formas de ataque, não são exatamente

5 Trataremos aqui sobretudo de casos em São Paulo e, de passagem, sobre a UnB, mas foram muitos os casos de professores atingidos pelo controle ideológico do regime nas universidades, como Sylvio de Vasconcellos em Minas Gerais, Edgar Graeff na UnB e na UFRGS junto a Demétrio Ribeiro, Enilda Ribeiro, entre muitos outros.

6 Ver Relatório do GT Políticas de Reparação da FAUUSP sobre a ditadura civil-militar (1964-1985), Instalado por deliberação da Congregação em 30/09/2021. E sobre o balanço entre memória e história ao tratar da ditadura, conforme mencionado em outras partes deste trabalho, ver: NAPOLITANO, Marcos. “Desafios para a história nas encruzilhadas da memória: entre traumas e tabus.” In *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 68, n. 01, p. 18-56, jan./jun., 2020.

7 BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974.

generalizáveis para o campo profissional da arquitetura em sua reprodução e funcionamento para além das salas de aula e institutos de pesquisa.

A própria história da repressão nas universidades é atravessada por inúmeras nuances nas formas de inserção e acomodação que profissionais acabavam por encontrar naqueles espaços institucionais, nos quais — por um traço fundamental das próprias convicções tecnocráticas do regime — houve grandes investimentos visando processos de modernização, expansão de vagas, criação de institutos, centros de pesquisa, cursos de especialização e pós-graduação. Inclusive nos campos da arquitetura e do urbanismo, a criação de novos espaços para a formação de técnicos em planejamento urbano — uma decorrência direta da política habitacional e urbana do regime — abriu espaço para a *acomodação*⁸ de profissionais e especialistas, bem como para recém graduados que se direcionaram para postos de trabalho nas novas instituições de planejamento surgidas com as regiões metropolitanas, na administração municipal ou nas consultorias em desenvolvimento urbano e infraestruturas.⁹

Como mostrou o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, a história da relação entre universidades e o regime militar no Brasil já se apresenta como um campo vasto de estudos, envolvendo desde os planos, discussões e acordos de cooperação internacional que resultaram na Reforma Universitária de 1968 até as formas de controle ideológico nas mais diversas instituições. O assunto é mobilizado aqui como um dos pontos iniciais, mas incontornáveis, da história do campo da arquitetura durante os anos de ditadura. Passaremos, neste item, por episódios em grande parte já conhecidos, embora alguns ainda muito pouco abordados.

Nesse sentido, os esforços das Comissões da Verdade, em nível nacional, estadual e daquelas desenvolvidas nas próprias universidades, como a USP e a UnB, ampliaram significativamente o acesso a informações sobre as práticas de repressão, censura e controle ideológico em suas mais variadas formas. Trata-se, portanto, de lembrar aqui o impacto desastroso das arbitrariedades do regime no interior das universidades de todo o país, e no campo da arquitetura em particular, bem como os resultados ambíguos daquele projeto

8 A ideia de *acomodação* é usada aqui conforme proposta por Rodrigo Patto Sá Motta a respeito do trânsito e da inserção de profissionais em diversas áreas do Estado e do mercado durante o regime. O conceito, já mencionado na introdução, será abordado muitas vezes ao longo da tese e melhor desenvolvido oportunamente. Ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política”, In. *Páginas*, Universidad Nacional de Rosario, 2016.

9 FREITAS, João Francisco Bernardino. “As contradições do projeto educacional no Estado de Segurança Nacional: uma experiência singular”, In. LEME, Maria Cristina.(org.) *Urbanismo e política no Brasil dos anos 1960*. São Paulo: Annablume, 2019.

modernizador autoritário tanto na interdição das apostas mais otimistas dos arquitetos e professores, quanto na abertura de novos espaços — embora instáveis e frágeis — que abrigaram a persistente atuação pedagógica e reflexiva de profissionais afetados pela perseguição política.

1.1.1 CONTROLE IDEOLÓGICO NAS ESCOLAS DE ARQUITETURA

No caso de São Paulo, um exemplo muito emblemático do caráter duplo perseguição-modernização é certamente a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Para além do caso muito conhecido e lembrado da aposentadoria compulsória de Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha e Jon Maitrejean em 1969, a FAU-USP teve, na verdade, diferentes momentos de perseguição e repressão internalizadas na própria administração universitária, envolvendo um grande número de arquitetos, professores e estudantes.

Se logo após o golpe de 1964 alguns professores e estudantes foram alvo de Inquéritos Policiais Militares, como Artigas, Abelardo de Souza e Sylvio Sawaya, e, por ocasião do AI-5, aconteceram as aposentadorias já mencionadas, outras fases de perseguição se deram em formas menos diretas, através de cancelamento ou indeferimento de contratos, rescisões, retenção de documentos, alegações de desligamento por abandono de cargo ou mesmo de acúmulo de cargos, ou alegação de falta de recursos para contratações específicas. Passaram, de uma forma ou de outra, por modos de perseguição interna como estes não só profissionais mais diretamente ligados à oposição ao regime, como Sérgio Ferro, Rodrigo Lefevre, Sérgio Souza Lima e Mayumi Watanabe, mas também arquitetos como Décio Tozzi e Flávio Império, e professores de outras áreas indicados para contratos na FAUUSP, como Janice Theodoro da Silva, Sérgio Paulo Moreyra, Paulo Cesar Xavier, entre outros.¹⁰

Estudantes também foram detidos ou perseguidos em diversas ocasiões, alguns deles presos por longo período e enfrentando complicações para retornar às aulas, como foi o caso de Angela Maria Rocha, Jonas Malaco, ou, ainda pior, nunca retornando à escola, como foi o caso de Antônio Benetazzo, assassinado pelo regime.¹¹ Vale lembrar episódios emblemáticos como a invasão militar

10 Comissão da Verdade da USP. Volume 5: FAUUSP. 2018

11 Antônio Benetazzo ainda não teve seu caso reconhecido pela instituição como vítima do terrorismo de Estado dos militares. A Congregação da FAU-USP em 2022 aprovou um conjunto de medidas reparatórias de natureza simbólica como a titulação póstuma de estudantes vítimas do regime. Sobre Benetazzo ver: Cardenuto, Reinaldo (org.) An-

1 Foto após a batalha da Maria Antônia, 1968. Acervo Folhapress.



do CRUSP em 1968, ou a batalha da rua Maria Antônia no mesmo ano, em que grupos anticomunistas do Mackenzie atacaram estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, logo em frente. A batalha desdobrou-se no enfrentamento direto entre os dois grupos, na atuação violenta da polícia, especialmente contra os militantes de esquerda, na morte de um estudante secundarista e na depredação do prédio da FFCL, logo depois transferida para a Cidade Universitária. Ou ainda, apenas nove dias após o incidente, a prisão de estudantes de todo o Brasil no congresso clandestino da UNE em Ibiúna.¹² No fim da década de 1970, diversos estudantes foram detidos por organizarem manifestações na Faculdade de Medicina da USP, momento em que o movimento estudantil se reorganizava e ganhava espaço frente a uma ditadura enfraquecida.

Mas os mecanismos de controle ideológico também operavam dentro da Universidade através de dirigentes, servidores e atores civis engajados com as demandas do regime contra a “subversão”. Figuras emblemáticas foram o reitor Gama e Silva (1963-1969, em dois mandatos sucessivos), que mais tarde foi responsável pela redação do AI-5; ou Pedro Moacyr de Amaral Cruz, diretor da FAU-USP (1965-1968), colaborador da ditadura, conhecido como “cabrão”, ou ainda por meio de burocratas que reproduziam determinado *modus operandi*, em grande parte das vezes seguindo recomendações vindas diretamente do DEOPS e do SNI, ou mesmo os chamados “dedo duro”, informantes infiltrados ou espontâneos.¹³

tonio Benetazzo, *permanências do sensível*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2016.

12 Ver depoimentos organizados em SANTOS, Maria C L dos. (org.) *Maria Antônia, uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.

13 “Dedo-duro na USP” in. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 26 jul. 1964, p. 4, apud. Comissão da Verdade da USP, Volume 5.



2 Invasão militar no campus e no CRUSP, 1968. Ao fundo, o edifício da História e Geografia, projeto de Eduardo Corona. Acervo Folhapress.

Como veremos ao longo desta tese, foram inúmeras e variadas as formas como a repressão do regime atingiu profissionais do campo da arquitetura, nos mais variados postos de trabalho, em setores públicos e privados. As universidades, como espaço central de legitimação no campo e também de produção de conhecimento, orientação de condutas e difusão de discursos, é ponto de parada obrigatório para tratar dos impactos do regime na arquitetura, seu *métier* e sua produção.

É inescapável, nesse sentido, a trajetória de Vilanova Artigas nos anos 1960 e 1970. Assunto já amplamente discutido na historiografia da arquitetura moderna brasileira e paulista, as oscilações, dilemas, impasses e posições do arquiteto acabaram por formar um bloco de fatos e relatos encadeados, constantemente citados em monografias sobre o arquiteto, e que muitas vezes deram o limite até onde a historiografia foi capaz de avançar na abordagem da relação entre arquitetos paulistas e a ditadura.¹⁴ Trataremos dessa sucessão de posições e conflitos de forma diluída, em meio a diferentes temas e acontecimentos que acompanharam a atuação do arquiteto no período, como as encomendas de sindicatos ou de quartéis militares, entre outras questões. Especificamente a trajetória de perseguições a Artigas no

14 THOMAZ, Dalva Elias. *Um olhar sobre Vilanova Artigas e sua contribuição à arquitetura brasileira*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAUUSP, 1997 ; BUZZAR, Miguel A. *João Batista Vilanova Artigas: elementos para a compreensão de um caminho da arquitetura brasileira. 1938-1967*. São Paulo: Editora Unesp, 2014 ; ARANTES, Pedro F. *Arquitetura nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões*. São Paulo: Editora 34, 2004 ; CONTIER, Felipe de Araujo. *O edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Cidade Universitária: projeto e construção da escola de Vilanova Artigas*. Tese de Doutorado. IAUUSP, São Carlos. 2015.

interior da FAU, entretanto, merece ser abordada aqui, junto à reflexão sobre o aparato repressivo instalado dentro das universidades.

Pouco tempo depois do golpe civil-militar de 1964, Artigas e Abelardo de Souza, professores da FAUUSP, foram presos por conta de um Inquérito Policial Militar. Artigas, talvez o professor mais influente na escola à época e uma das grandes vozes da ala de intelectuais do Partido Comunista Brasileiro, teve voz de prisão enquanto dava aula, e foi escoltado para fora da sala diante de seus alunos.¹⁵ Poucos dias depois de ser liberado, o arquiteto foi indiciado em outro processo — seu nome fora encontrado nas cadernetas de Luís Carlos Prestes — de modo que seguiu para o exílio no Uruguai, para evitar uma nova prisão arbitrária.¹⁶ Um ano depois, o arquiteto Alfredo Paesani, ele mesmo afastado da docência no Mackenzie, foi ao Uruguai com a missão de buscar Artigas, que ficou ainda por um período clandestino no país, hospedando-se em casas de amigos e conhecidos do PCB.¹⁷

O reitor Gama e Silva, indicado ainda pelo governo Carvalho Pinto, anterior ao golpe, havia confabulado ativamente com o movimento golpista e, com o novo regime sendo instalado, ocupou provisoriamente as pastas dos Ministérios da Justiça e da Educação. Como reitor, ganhou grande autonomia para agir como “porta voz da revolução” - como os golpistas gostavam de se referir ao regime - atuando dentro da Universidade e utilizando-a em prol de suas ambições políticas, de modo que buscou demonstrar competência na caça a professores e estudantes tidos por “subversivos”. Gama e Silva nomeou inclusive uma comissão especial voltada a investigar atividades “subversivas” na USP. A existência da comissão passou ao largo do Conselho Universitário, algo que evidencia os interesses do reitor, mais voltados à arena política externa à universidade do que a suas próprias normas e regulamentos. O relatório resultante da comissão foi publicado nos jornais em outubro de 1964, com uma lista de 52 pessoas a serem investigadas, e concluindo “serem realmente

15 Fato mencionado em diversos depoimentos, inclusive em carta de Florestan Fernandes de 09 de setembro de 1964. In. ADUSP *O controle ideológico na USP (1964-1978)*. Edusp. São Paulo, 2018.

16 Segundo depoimento de sua filha, Rosa Artigas, o arquiteto ficou um mês preso e 21 dias incomunicável. Também segundo seu depoimento, Artigas era fiador do imóvel alugado por Prestes. Ver Contier, p.149.

17 Há uma série de depoimentos sobre este momento de clandestinidade de Artigas, alguns gravados para a exposição Ocupação Vilanova Artigas, Itaú Cultural (2015), outros colhidos em trabalhos sobre o arquiteto. É o caso de Contier, 2015; CUNHA, Gabriel Rodrigues. *Uma análise da produção de Vilanova Artigas entre os anos de 1967 e 1976*. São Carlos: IAUUSP, 2009; KAMIMURA, Rodrigo. *O problema social da arquitetura e o processo de modernização em São Paulo: diálogos. 1945-1965*. Tese de Doutorado. São Carlos: IAU-USP, 2016.



AB-SP
MANIFESTAÇÃO
DE ARQUITETOS
1 OUT 1964

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL
DEPARTAMENTO DE SÃO PAULO
Fundado em 4-11-1948 - Praça de Urubiete Pádua, Caixa Postal nº 1.110, JARDIM
BOA VISTA, SÃO PAULO, SP - TELEFONE MAR. 3 - SÃO PAULO - BRASIL

MANIFESTO

Os arquitetos paulistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária do Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo, veem a público manifestar:

- 1ª - Que é relativamente recente a adoção, por parte dos intelectuais brasileiros, de posições que revelam a busca de caminhos próprios e férteis para a nossa cultura, com abandono das superadas posições alheias à realidade brasileira;
- 2ª - que, nesta benéfica orientação, os intelectuais têm obtido resultados que nos honram como brasileiros, projetando mundialmente suas obras científicas, técnicas e artísticas, como contribuição nossa ao progresso do homem em geral;
- 3ª - que os arquitetos se orgulham de sempre terem enviado esforços nesse sentido, levados por sua própria formação humanista, sendo já conhecida a preocupação da classe pelos destinos pátrios, assim como a qualidade da contribuição que podemos coletivamente dar ao desenvolvimento cultural;
- 4ª - que, para trilhar sempre esta linha de desenvolvimento consentâneo com nossas necessidades, é fundamental a constante e diligente troca de idéias e de experiências, sem a qual estiolamos a produção cultural e atrasamos o desenvolvimento geral do país;
- 5ª - que, do mesmo modo, a formação de futuros profissionais deve ser feita de molde a propiciar aos estudantes a escolha de diretrizes em um amplo e ilimitado campo de idéias, propostas e investigações; em outros termos, nenhuma restrição pode ser feita em universidades, ao livre trânsito de idéias e à polêmica que delas surgirá, sob risco de diminuir nos formandos a capacidade de participar com plena consciência, da luta pela superação e subdesenvolvimento que está esmagada toda a nação.



AB-SP
MANIFESTAÇÃO
DE ARQUITETOS
1 OUT 1964

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL
DEPARTAMENTO DE SÃO PAULO
Fundado em 4-11-1948 - Praça de Urubiete Pádua, Caixa Postal nº 1.110, JARDIM
BOA VISTA, SÃO PAULO, SP - TELEFONE MAR. 3 - SÃO PAULO - BRASIL

MANIFESTO

Os arquitetos paulistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária do Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo, veem a público manifestar:

- 1ª - Que é relativamente recente a adoção, por parte dos intelectuais brasileiros, de posições que revelam a busca de caminhos próprios e férteis para a nossa cultura, com abandono das superadas posições alheias à realidade brasileira;
- 2ª - que, nesta benéfica orientação, os intelectuais têm obtido resultados que nos honram como brasileiros, projetando mundialmente suas obras científicas, técnicas e artísticas, como contribuição nossa ao progresso do homem em geral;
- 3ª - que os arquitetos se orgulham de sempre terem enviado esforços nesse sentido, levados por sua própria formação humanista, sendo já conhecida a preocupação da classe pelos destinos pátrios, assim como a qualidade da contribuição que podemos coletivamente dar ao desenvolvimento cultural;
- 4ª - que, para trilhar sempre esta linha de desenvolvimento consentâneo com nossas necessidades, é fundamental a constante e diligente troca de idéias e de experiências, sem a qual estiolamos a produção cultural e atrasamos o desenvolvimento geral do país;
- 5ª - que, do mesmo modo, a formação de futuros profissionais deve ser feita de molde a propiciar aos estudantes a escolha de diretrizes em um amplo e ilimitado campo de idéias, propostas e investigações; em outros termos, nenhuma restrição pode ser feita em universidades, ao livre trânsito de idéias e à polêmica que delas surgirá, sob risco de diminuir nos formandos a

data em

DIRETÓRIO ACADÊMICO DA FACULDADE DE ARQUITETURA MACKENZIE
UNIVERSIDADE MACKENZIE - RUA MARANHÃO, 88 - TEL. 2500-10 - SÃO PAULO

EXMO. SENHOR DOUTOR
JOSE TIMOCO BARRETO
DD. JUIZ DA 2ª AUDITORIA DE GUERRA DA 2ª REGIÃO MILITAR

DOCUMENTO
ASSINADO
EM 22 MARÇO
DE 1966
POR
SR. JOSÉ BARRETO
SR. ASSINATURA

Meretíssimo Juiz

Atentos ao desenvolver do julgamento do professor arquiteto João Batista Villanova Artigas, e conscientes da importância do resultado do mesmo, tanto para a Universidade, quanto para a Arquitetura, vimos, como seus futuros colegas profissionais, trazer a V.Excia., hoje na difícil função de arbitrar os destinos da nossa cultura, este depoimento simples e sincero, sob pena de estarmos nos omitindo quando nosso próprio futuro profissional está em julgamento.

Falar da inteligência, cultura, seriedade e capacidade docente e profissional do professor arquiteto Artigas é desnecessário. Basta lembrar a sua participação nas bancas de concursos de livre-docência na Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo e em outras Faculdades; sua colaboração na elaboração de novos cursos de arquitetura; sua participação na estruturação do ensino na Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo; sua participação, mais de uma vez, como presidente do Departamento de Planejamento, peça fundamental de ensino da mesma Faculdade; sua atuação e influência na nossa arquitetura e de sobejo conhecida; suas obras encontradas por todo o país e estão registradas em tôdas as revistas nacionais e estrangeiras, especializadas ou não; sua atuação no campo profissional não é menor: sócio fundador do Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento de São Paulo; membro por três (3) anos do Conselho Superior do mesmo Instituto, dois dos quais como Vice-Presidente, onde desenvolveu luta pelo reconhecimento e regulamentação da categoria.

Queremos sim, é lembrar o profissional que pauta o seu pensamento e sua obra no respeito ao homem e na busca incessante da melhoria de suas condições de vida; no respeito ao pensamento e opões do próximo; na procura da harmonia nas relações entre os homens, e entre eles e o que os cerca, na defesa dos variados interesses da nossa cultura; pela humanização da cidade; pela busca em adequar suas estruturas a nossa época; pela consciência da necessidade de dar condições ao homem brasileiro de usufruir os resultados de todos os nossos conhecimentos e nossa técnica.

Queremos sim, é salientar a orientação eminentemente humanística em que se pauta a sua obra e sua vida.

Temos certeza que a sua absolvição não será ac-

Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo - Rua Maranhão 88, 52.3731

Of. 012 65/66
São Paulo, 22 de Março de 1966.

DOCUMENTO
ASSINADO
EM 22 MARÇO
DE 1966
POR
SR. JOSÉ BARRETO
SR. ASSINATURA

EXMO. SR. DR. TINOCO BARRETO
DD. JUIZ DA 2ª AUDITORIA DE GUERRA DA 2ª REGIÃO MILITAR

MERETÍSSIMO JUIZ:

Preocupados com o desenrolar de julgamento de arquiteto João Batista Villanova Artigas, nesse professor, julgamos necessário trazer nesse depoimento espontâneo a V.Excia., hoje um árbitro dos destinos fundamentais da cultura nacional para que possa temer com toda segurança a atitude que virá em salvaguarda da Arquitetura em nossa terra e, portanto, de próprio interesse nacional nesse setor.

Colocou-se sempre o professor Artigas como verdadeiro representante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, sendo responsável pelas reformas de ensino por que vem passando, que a colocam entre os melhores estabelecimentos de ensino no âmbito de mundo e das mais adaptadas às exigências de país no momento. Exerce a função de Assistente de professor Anhaia Nello, desde 1940 na Escola Politécnica, integrou-se na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo desde seu início em 1948 passando a regente de cátedra da mesma em 1958. Teve sua atividade docente sempre marcada pelo mais profundo apreço por parte de seus alunos como e demonstram as inúmeras vezes que paranimfou turmas de formandas da Faculdade de Arquitetura e de Escolas de Arquitetura de todo o país. O mesmo apreço

Na pág. anterior
3 e 4 Manifestação
do IAB-SP contra a
prisão de professores.
Outubro de 1964.

[Acervo Instituto
Virgínia e Vilanova
Artigas]

5 e 6

Manifestações do
GFAU e DAFAM,
centros acadêmicos da
USP e do Mackenzie,
pela liberdade e
integridade de Vilanova
Artigas.

[Acervo Instituto
Virgínia e Vilanova
Artigas]

7 Estudantes
ameaçam greve no
caso da demissão de
professores, Outubro
de 1964. Jornal Última
Hora.

[Acervo Instituto
Virgínia e Vilanova
Artigas]

USP: Estudantes Ameaçam Greve

ESTUDANTES da Universidade São Paulo entraram em greve imediatamente, caso sejam demitidos professores daquela instituição, segundo a decisão ontem tomada por assembleias realizadas em varias faculdades da USP. Os universitários comparecerão à escola, porém não vão assistir às aulas, em sinal de protesto.

Os professores Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Cruz Costa e Mario Schemberg — da Faculdade de Filosofia; e o arquiteto João Vilanova Artigas, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo estão ameaçados de "degola". Corre também um boato que esta lista poderá atingir mais de dez mestres

Apreensão

Em vista do clima de apreensão que reina dentro da Faculdade, agora ainda mais justificado com a exoneração de David Rosenberg e Marco Lindenberg, os estudantes cogitam de uma consulta às autoridades políticas e militares visando saber o que existe de concreto a respeito da demissão de professores da Faculdade de Filosofia, fazendo sentir que qualquer sanção contra

docentes da escola poderia vir a ser interpretado no meio estudantil como desrespeito à autonomia universitária, à liberdade de cultura e livre pensamento, de consequências imprevisíveis.

UEE

A diretoria da União Estadual dos Estudantes, derrubada depois da revolução de abril, marcou novo Conselho de Presidentes de Centros Acadêmicos, que se realizará no Gremio Politécnico dia 11 de outubro às 10 horas com a seguinte ordem de dia: I — Relatório de diretoria; II — Discussão sobre a regularização do Movimento Universitário Paulista e III — Marcação de data de Congresso Universitário para eleição da diretoria da UEE, com prazo de 1 ano.

Manifesto

Com o apoio de 40 centros acadêmicos de São Paulo, foi lançado ontem manifesto em que os presidentes dos centros manifestam "o mais vivo repúdio as atitudes de elementos que se auto-intitulam interventores" na União Estadual dos Estudantes, os quais impediriam pela coação e força a realização de um Conselho de Presidentes legalmente convocado". Deploira o manifesto o proceder dos ditos "interventores" que auxiliados por elementos estranhos ao meio universitário e mesmo estudantil, praticaram atentado às tradições democráticas do País, violando o recibo do Gremio Politécnico, local da reunião, causando danos materiais no prédio e agredindo um dos presidentes do Centro Acadêmico. Esperando a não repetição de fatos identicos aos verificados, os assinantes manifestam "a confiança numa direção segura da entidade máxima dos universitários paulistas, através de elementos capazes para as suas funções e merecedores do apoio já expresso em reunião realizada democratica e pacificamente em julho do corrente ano".

Mais Exonerações

O "Diário Oficial" de Brasília publicou ontem a exoneração do professor Sebastião Baeta Henrique, catedrático da Escola Paulista de Medicina. Na mesma edição foram publicadas as aposentadorias — já divulgadas — de professores da mesma escola Lindenberg.

Suplicy Derrotado

Com a vitória de André Villalobos, da chapa Libertação e Ação no Gremio da Faculdade de Filosofia, o sr. Suplicy de Lacerda sofreu mais uma derrota em eleições universitarias. Ha informações que o pleito será impugnado, e contra esta medida coloca-se a propria chapa derrotada, a "Integração e Trabalho".

Em manifesto sobre as eleições, o candidato eleito afirma: "A participação maciça do eleitorado (80%), nesta Faculdade, demonstra o caracter plebiscitario do pleito que legitimo um programa, comum às duas chapas. A opção discordante desta lista de trabalho não conseguiu compor uma terceira chapa, ainda que, democraticamente, lhe foram oferecidas todas as facilidades". Após tecer comentarios sobre o processo eleitoral, a prisão de Florestan Fernandes e a "apreensão" ante o projeto que extingue a UNE, Villalobos finaliza: "O resultado das eleições expressa claramente o pensamento da totalidade dos universitarios da FF a respeito da situação existente. Portanto, autoriza a diretoria eleita a fazer um apelo às autoridades, no sentido de que restabeleça o respeito à autonomia universitária, à liberdade de cátedra e a livre manifestação do pensamento".

impressionantes as infiltrações de ideias marxistas nos vários setores universitários, cumprindo sejam afastados daí seus doutrinadores e os agentes dos processos subversivos”.¹⁸ Além da FAUUSP, com dois professores e um aluno incluídos, foram apontados também professores como Mário Schenberg, Fernando Henrique Cardoso, Caio Prado Jr, Florestan Fernandes, Paul Singer e Lenina Pomeranz, entre muitos outros.¹⁹ Em resposta à lista de professores “subversivos” amplamente noticiada, entidades como o departamento paulista do Instituto de Arquitetos do Brasil e também os centros acadêmicos de arquitetura da USP e do Mackenzie se manifestaram em notas públicas contra as demissões e arbitrariedades, além de terem ameaçado entrar greve estudantil, elevando a tensão. O IAB-SP, diplomaticamente mencionando acreditar no “constante aperfeiçoamento do regime democrático”, apelou para que “nenhum professor seja afastado do magistério e pesquisa por questões de ordem ideológica”, já que tais ausências prejudicariam “nosso futuro atrasando o desenvolvimento do país”.²⁰

No segundo semestre de 1965, o IPM teve fim, Artigas saiu da clandestinidade e retornou à FAUUSP, respondendo ainda ao inquérito das Cadernetas de Prestes em liberdade, graças a um *habeas corpus*, tendo que se apresentar periodicamente à polícia até 1967.²¹ Ao sair da prisão ainda em 1964, antes de viajar ao Uruguai, o arquiteto foi homenageado por estudantes com uma exposição de sua obra na FAU-USP, e novamente, em 1965, com uma sala individual na 8a Bienal de Arte de São Paulo.

Já em 1966, a Universidade parecia se recompor — dentro do possível — com a absolvição daqueles indiciados por força de Gama e Silva, ao mesmo tempo em que se recompunha o movimento estudantil após os primeiros anos sob ataque. Havia uma relativa e aparente liberalização do regime em curso, o que incluía — ironicamente — expectativas de início da abertura política, com a entrada do General Costa e Silva na presidência do país.²² Nesse contexto, o diretor da FAUUSP, Pedro Cruz, o “Cabrão”, professor titular da Escola Politécnica,²³ convidou Artigas para ministrar a aula inaugural de 1967, — apesar

18 Correio da Manhã, 9 de outubro de 1964. In. ADUSP. O controle ideológico na USP (1964-1978). Edusp. São Paulo, 2018.

19 ADUSP. Op. Cit.

20 Manifestação do IAB-SP contra a prisão de professores. Outubro de 1964. Acervo Instituto Virgínia e Vilanova Artigas

21 Contier, Op. Cit.

22 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5” In. *Revista Brasileira de História* [online]. 2018, vol.38, n.79, pp.195-216

23 Pedro Moacir do Amaral Cruz foi um personagem marcante contra quem os estudantes se voltaram. Em 1967 os conflitos desse diretor com alunos culminou na ocupação do

da explícita desavença entre os dois, das sucessivas tentativas do diretor de modificar o projeto do novo edifício na Cidade Universitária, entre outros fatores conflitantes — certamente em um movimento político de amortecimento dos conflitos com o Grêmio estudantil da FAU, ainda que temeroso de que a aula apresentasse conteúdos militantes de oposição ao regime.²⁴ A expectativa era compartilhada também pelos estudantes, que segundo depoimento do próprio Artigas pareciam não ter compreendido muito bem o gesto do diretor com o convite.²⁵ Trata-se da famosa aula “O Desenho”.

É compreensível que nela o arquiteto tenha evitado fazer oposição aberta ao regime, uma vez que acabara de sair de uma situação de extrema pressão em exílio involuntário, uma prisão e dois inquéritos. Tinha à sua frente não só o diretor “Cabrão” como também outros colegas reacionários de diferentes unidades da USP — certamente informantes e potenciais “dedo duros”— em um momento de possível início de abertura política, e ainda com orientação do PCB, então na ilegalidade, para evitar tal tipo de confronto público direto, uma vez que grande parte de seus membros de destaque estavam sob perseguição e vigilância.

Como mostrou o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, apesar de todo o aparato autoritário construído desde o golpe de 1964, o General Costa e Silva assumiu o governo em busca de melhorar a imagem do regime, desgastada pelo mandato anterior, marcado pelo arrocho salarial e pela recessão, em momentos de busca por conter a inflação — para além, é claro, de todo o regime de exceção que se instaurou, apesar do considerável apoio de setores das classes médias ao golpe civil militar de 1964. O novo governo se iniciava, também, em um contexto em que não tinha os mesmos poderes excepcionais de que gozava Castello Branco para consolidar a “revolução” como uma ditadura, com base nos primeiros Atos Institucionais, cassações de mandatos

edifício da FAU-USP à rua Maranhão pela polícia, ferindo prerrogativas de autonomia universitária. Em 22 de Maio de 1967, a Folha de S. Paulo descreveu o conflito: “Na assembleia realizada hoje de manhã, foi redigido um manifesto em que os estudantes expõem suas reivindicações e acusam o diretor da FAU, prof. Pedro Moacir do Amaral, de ser ‘testa de ferro de um grupo de engenheiros da Escola Politécnica que quer incorporar a FAU àquela Faculdade, como departamento’. Em seu manifesto, os alunos e excedentes exigem a admissão de todos os excedentes, a demissão do diretor, a formação de uma direção constituída de arquitetos, e revogação de diversas medidas administrativas tomadas pelo diretor, desde 1965, e o diálogo com as autoridades universitárias”. Tais demandas ilustram também como a tensão por incorporação dos alunos excedentes do vestibular pressionava por uma solução e levaria à Reforma Universitária.

24 Contier Op. Cit.

25 Depoimento de Artigas no Rio Grande do Sul em 1980. Apud CONTIER, Felipe. Op. Cit. p.154.

parlamentares e expurgos extensivos em instituições públicas, incluindo as Forças Armadas. Costa e Silva, então, em um primeiro momento afirmou-se como um ditador “moderado”, em busca do “diálogo e da tolerância”. Alguns exilados inclusive retornaram ao país, e uma brecha de expectativas de mudança se abriu.²⁶

Em meio ao aparente arrefecimento da ditadura as oposições voltaram a testar quais eram de fato os limites da tolerância anunciada. O movimento estudantil voltava a ganhar corpo e se reorganizar, novas greves operárias ocorreram, e também no Congresso a oposição testou agir com maior firmeza. No contexto internacional, a experiência cubana continuava a inspirar admiração, assim como as lutas por independência de países colonizados na África e a Revolução Cultural na China. Em toda parte, a juventude atravessava uma nova onda de rebeldia, organizando-se em variadas vertentes da contracultura e no movimento estudantil, tendo como foco as manifestações de Paris. No Brasil, o momento também coincidiu com os Festivais Internacionais da Canção, o Neoconcretismo nas artes visuais, o Tropicalismo na música e no teatro, a consagração do Cinema Novo, assim como com a organização de grupos de luta armada contra o regime. A temperatura passou a subir no ano de 1968, com a intensificação de manifestações, ocupações de universidades e greves. O assassinato do estudante Edson Luís no Rio de Janeiro desencadeou uma onda ainda maior de protestos estudantis, engajando agora também familiares das classes médias indignados e personalidades da cultura. A radicalização de grupos de direita acarretou casos graves, como os ataques ao Teatro Ruth Escobar quando da temporada da peça *Roda Viva*, dirigida por Zé Celso Martinez Corrêa, e à FFCL na rua Maria Antônia, como mencionado. Grandes greves operárias também marcaram aquele ano, como as de Contagem e Osasco. Ao mesmo tempo, grupos de luta armada sequestraram personalidades estratégicas, chegaram a matar um militar estadunidense, e fazer ataques direcionados aos militares brasileiros, culminando no ataque ao II Exército em São Paulo, ao qual voltaremos no Capítulo 2.

Com a escalada dos conflitos, a perda de apoio e a cobrança de grupos de direita radical que provocavam situações de violência em série, o governo passava a ser cobrado inclusive pela mídia, que duvidava de sua capacidade de gerir a crise. Nesse cenário, um discurso do deputado Márcio Moreira Alves (MDB) — apoiador do golpe em 1964, convertido à oposição ao longo dos anos — criticando a violência do regime contra estudantes e protestos, foi usada como motivação para que a ditadura pudesse recuperar seus poderes

extraordinários e aprofundá-los ainda mais. O famigerado Ato Institucional n.5 foi então instituído, com redação do ex-reitor Gama e Silva — agora como Ministro da Justiça —, de modo a conferir poderes ilimitados ao Presidente da República, que poderia agora fechar as casas parlamentares, cassar mandatos e direitos políticos e civis, confiscar bens, censurar a imprensa e decretar estado de sítio. Ficava suspensa a possibilidade de *habeas corpus* para crimes considerados políticos ou contra a segurança nacional e foram retomados os expurgos no serviço público, entre outras arbitrariedades.²⁷

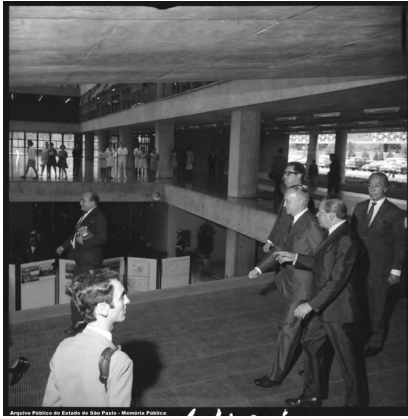
Em abril de 1969, o mesmo Gama e Silva elabora uma nova lista — interferindo diretamente na Universidade de São Paulo — com 42 professores a serem aposentados compulsoriamente, dentre os quais figuravam novamente Vilanova Artigas e Florestan Fernandes, entre outros. Em um segundo decreto, intelectuais como Elza Berquó, Caio Prado Jr, Emília Viotti, Jean-Claude Bernardet, José Arthur Gianotti, Octavio Ianni, e novamente Fernando Henrique Cardoso, Mário Schenberg e Paul Singer.²⁸ Foram incluídos também os arquitetos Paulo Mendes da Rocha e Jon Maitrejean, que não tinham atuação política organizada, mas atuaram como representantes no Conselho Universitário, onde tiveram enfrentamentos com Gama e Silva durante seu reitorado, e foram por ele lembrados naquele momento de poderes excepcionais do jurista.

Após a aposentadoria compulsória, Artigas, Mendes da Rocha e Maitrejean seguiram trabalhando como arquitetos, com momentos de dificuldades e momentos em que não podiam assinar projetos. Essa condição, porém, foi repleta de variações, conforme veremos ao longo da Tese. Artigas chegou, em 1969, a acompanhar o diretor da FAU-USP Ariosto Mila na primeira prova de vestibular realizada no edifício recém-inaugurado, por ele projetado em 1961. Depois disso, o arquiteto foi forçadamente afastado da docência, retornando apenas dez anos depois, com a Lei de Anistia de 1979.²⁹ Também em 1969, o novo edifício da FAUUSP recebeu como um de seus primeiros eventos a Cerimônia de Aprovação do Novo Estatuto da Universidade — fruto da Reforma Universitária do regime — com a presença do governador Abreu Sodré, do Vice-Presidente da República, Almirante Augusto Rademaker e muitos militares. É emblemático que o projeto — símbolo de expectativas emancipatórias — tenha sido ostensivamente por aquela forma de

27 Idem.

28 ADUSP. O controle ideológico na USP. Op. Cit.

29 Além das manifestações contra prisões já em 1964, vale mencionar a edição do *Jornal Arquiteto*, em 1977, com manifestação de repúdio à repressão nas universidades. *Arquiteto* n.48/49, 1977.



8 e 9 Cerimônia de aprovação do Novo Estatuto da USP, 1969. [Arquivo Público do Estado de São Paulo]

apropriação, ocupando seus amplos vãos com uma solenidade marcante da modernização conservadora autoritária que se instalara no país. O edifício não foi só ocupado por ela, como em parte teve sua obra levada a cabo pelo impulso de “reforma” universitária, com a pressão por expansão de vagas e controle de docentes e discentes que antes estavam no centro da cidade, imersos nos conflitos políticos.

O trabalho de Felipe Contier demonstra como a obra da FAU-USP, interrompida em 1963, foi retomada em 1965 por decisão de Pedro de Amaral Cruz, que tentou cancelá-la, mas acabou optando por concluir — não sem inúmeras tentativas de modificação no projeto — para suprir aquelas demandas. Cabrão acabou sendo responsável pela continuidade do processo, pois passou a insistir contra os esforços de Gama e Silva em cancelar a obra, junto a uma série de outras modificações feitas pelo reitor no plano da Cidade Universitária. Esse fato é interessante enquanto parte de uma *zona cinzenta* ocupada pelo diretor reacionário da FAUUSP à época, movido, é claro, por suas intenções tecnocráticas ligadas à Reforma Universitária do regime, mas acabando por desempenhar um papel ambivalente crucial para a história do projeto de Artigas.³⁰

A Reforma Universitária — a que voltaremos adiante — buscava responder a uma série de demandas, entre elas o acordo com os Estados Unidos, o MEC-USAID, com suas recomendações às instituições educacionais brasileiras, e também à necessidade de acalmar o movimento estudantil, com a ampliação significativa do número de vagas nas universidades públicas. Outro fator na busca do regime por neutralizar a adesão de estudantes a movimentos políticos de esquerda foi o Projeto Rondon, iniciado em 1967,

que buscou integrar alunos em atividades de reconhecimento do território nacional, viagens a regiões distantes de São Paulo, com finalidade de pesquisa social e geografia, ou mesmo de caráter assistencialista. O Projeto se apresentava como uma preocupação com a integração da universidade aos problemas geopolíticos do país, o que de fato atraía estudantes.³¹ Como veremos no Capítulo 2, o Projeto Rondon estava intimamente ligado à agenda de Segurança Nacional dos militares, doutrina que se organizava em torno de uma visão do território nacional focada na defesa de fronteiras “internas e externas”, preocupada, sobretudo, com a ocupação populacional e econômica dos considerados “vazios demográficos”, com atenção permanente ao “inimigo interno” que poderia criar focos de guerrilha naquelas áreas sem presença do Estado ou do capital. A participação de estudantes no Projeto chegou a ser expressiva, — com cinco operações realizadas entre 1967 e 1969, tendo neste último ano um total de quinze mil alunos inscritos no processo seletivo — de modo que é relevante considerar também as dinâmicas de consentimento com o regime, para além de uma imagem do movimento estudantil generalizado para o total da população universitária.³²

No contexto de “modernização” a que se ligava a Reforma, a FAU USP abriu seu segundo fórum de ensino em 1968, com vistas também à mudança para o novo edifício.³³ No âmbito das comissões do fórum, as avaliações a respeito das “necessidades do país” às quais o ensino deveria se voltar, dividiram opiniões, sobretudo entre os grupos mais politizados. É conhecida a divisão entre um grupo ligado a Artigas, defendendo a necessidade do desenvolvimento das forças produtivas rumo a uma etapa de consolidação do capitalismo nacional para então passar a uma etapa de revolução social, e um grupo ligado a Sérgio Ferro e Rodrigo Lefevre, que vinham criticando a visão etapista do desenvolvimento nacional do PCB, em nome de um combate imediato à intensificação da exploração e dominação da força de trabalho pelo processo de modernização.³⁴

O debate entre essas duas correntes de pensamento já foi amplamente discutido na historiografia da arquitetura brasileira e paulista, de modo que

31 LIMA, Gabriel Amato. “A contestação, um fenômeno mundial”: movimento estudantil e ditadura civil-militar nos primeiros anos do Projeto Rondon (1967-69). XVIII Encontro Regional da ANPUH-MG, 2012.

32 Idem.

33 Para maiores informações sobre os Fóruns de ensino da FAU-USP em 1963 e 1968, ver CONTIER, Felipe. Op. Cit; e COSTA, Juliana Braga. *História, Arte e Arquitetura: Flávio Motta e o ensino como ofício*. Tese de Doutorado, FAUUSP. 2017.

34 FERRO, Sérgio. “FAU, travessa da Maria Antônia”, in. SANTOS, Maria C L dos. (org.) *Maria Antonia, uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.

passaremos brevemente pelo tema aqui.³⁵ Ao menos desde 1965, Artigas e o grupo formado por Ferro, Lefevre e Flávio Império, que se convencionou chamar de “Arquitetura Nova”, vinham debatendo na imprensa arquitetônica os rumos do desenvolvimento nacional e, nele, o papel político da arquitetura. Os três arquitetos, formados em 1961, foram alunos de Artigas e se viam como seus seguidores e, dele incorporando questões tanto da técnica e da poética quanto da ética e da política, de modo que, fiéis a tal aprendizado, passariam a se opor à posição do mestre frente à situação do país a partir de 1964. Este grupo de jovens arquitetos se constituiu desde a formação na universidade e atuaram juntos em projetos que chegaram a ser construídos quando ainda eram estudantes, como um edifício em Brasília, no início dos anos 1960.

O número 319 da revista *Acrópole*, dedicado aos trabalhos de Ferro, Lefevre e Império, em 1965, incluiu um texto de Artigas intitulado “Uma falsa crise”, que reforçava a crença no desenvolvimento das forças produtivas como caminho a ser trilhado, a despeito do golpe de 1964:

“Nas circunstâncias históricas em que vivemos, os países subdesenvolvidos desejam a industrialização quaisquer que sejam as suas decorrências (...) já que agora, para transformar o nosso mundo, no qual o atraso do desenvolvimentos capitalista, ou a sua convivência com o feudalismo, provoca espetáculos de miséria social muito piores”.³⁶

Em resposta, Lefèvre publicaria um ano depois o texto “Uma crise em desenvolvimento”, reforçando, ao contrário, questões críticas ao desenvolvimentismo, que já vinha levantando desde 1963.³⁷ Em 1967, Ferro escreveu seu célebre ensaio “Arquitetura Nova”, — texto ao qual voltaremos algumas vezes no percurso desta Tese — em que colocou com clareza a crítica aos

35 ARANTES, Pedro. Op. Cit ; BUZZAR, Miguel. *Rodrigo Brotero Lefevre e a ideia de Vanguarda*. Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2001 ; KOURY, Ana Paula. *Grupo Arquitetura Nova: Flávio Império, Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro*. São Paulo: Romano Guerra; FAPESP, 2003. O pesquisador João Fiammenghi vem desenvolvendo doutorado com uma leitura e sistematização crítica das posições da época, sobretudo no âmbito do Fórum de 1968 na FAU-USP, situando o debate entre tais correntes dentro de um problema maior, relativo às apostas produtivas, envolvendo arquitetura e desenho industrial.

36 ARTIGAS, João B Vilanova. “Uma falsa crise” in. *Acrópole*, n.319, 1965.

37 FERRO, Sérgio; LEFÈVRE, Rodrigo. “Proposta inicial para um debate” in. *Encontros GFAU 63*, São Paulo: FAUUSP, 1963 ; LEFÈVRE, Rodrigo. “Uma crise em desenvolvimento”, in. *Acrópole*, n.333, 1966.

colegas que seguiam projetando da mesma forma em meio a um contexto já radicalmente diferente daquele otimismo que os animava no início da década de 1960.³⁸ É nessa conjuntura que se insere a aula “O Desenho” de Artigas, já mencionada, e seu não posicionamento político aberto naquele momento.

Esta sucessão de debates está diretamente relacionada às escolhas políticas desses arquitetos. Enquanto Artigas seguia firme em relação às posições do PCB — inclusive após as denúncias dos crimes de Stalin em 1956 no XX Congresso do PCUS, e as elaborações disso pelo PCB nos anos seguintes — reafirmando a leitura etapista da história, pregando a necessidade de uma revolução burguesa no país que abrisse caminho para uma revolução proletária.³⁹ Ferro e Lefevre, também membros do Partido desde os tempos de estudantes, seguiram Carlos Marighella na dissidência e saída do PCB em 1967 para fundação da ALN (Ação Libertadora Nacional), uma organização de orientação revolucionária.

Naquele período, Artigas já fazia críticas aos colegas que optaram pela luta armada, e também Lefevre havia se manifestado sobre a impossibilidade de seguir atuando profissionalmente após o golpe, como se nada houvesse acontecido. Em leitura retrospectiva daquele contexto, ambos os lados reafirmaram suas posições. Artigas, já nos anos 1980, comentou a opção de parte da esquerda pela luta armada:

“Vi rapazes em 1968 tentarem seguir a luta armada. Eu os impedi, apesar de na época ‘ter transformado alguns deles em meus inimigos’. Mas tenho a impressão de que, com isso, salvei uma centena de jovens que, hoje, estariam nas listas dos desaparecidos do período da repressão. Isso está no meu coração como a melhor contribuição política que dei à juventude de minha pátria. Digo isso com profunda emoção.”⁴⁰

38 O texto de Ferro foi publicado pela primeira vez na revista *Teoria e Prática*, n.1, 1967, e estava em diálogo com leituras de conjuntura feitas pelo entorno do arquiteto, com destaque para Roberto Schwarz, que em texto de 1969 incorporou a análise feita por Ferro como parte de sua leitura do panorama cultural do país entre 1964 e 1969, para não falar da relação das análises de Ferro do canteiro e da produção da casa com os Seminários do Capital na FFCL. Ver SCHWARZ, Roberto. “Cultura e Política (1964-1969)”, In. SCHWARZ, Roberto. *Cultura e Política*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

39 Como a “Declaração de Março de 1958”, e sua reafirmação no V Congresso, de 1960. Ver SEGATTO, José Antonio. *Uma breve história do PCB*. Ed. Ciências Humanas. 1981. São Paulo.

40 Depoimento a Livia Pedreira, 1983, in. XAVIER, Alberto (org) *Depoimento de uma geração – arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p.217

Por outro lado, Ferro, já nos anos 2000, lembrava:

“Não fomos nós que começamos a luta armada (...) A necessidade de resistir a eles se impunha. Você me pergunta: como um professor universitário poderia pegar em armas? Eu respondo: como um professor universitário poderia não fazê-lo? Vendo jovens estudantes nas ruas massacrados, mortos? (...) Ao mesmo tempo se ensinava arquitetura como uma ética, muito mais do que como estética. E essa ética transmitida aos alunos era um pouquinho do fermento que os levava à luta. Era uma situação em que é difícil descrever a angústia. Luta armada é coisa feia, não é bonita. É morte, é sofrimento. Mas não havia outro jeito.”⁴¹

E quanto ao rebatimento de tal cisão política nas esquerdas no campo da arquitetura, também Lefevre registrou em 1974:

“Nessa época, 1968, 1969, apareceu uma corrente de pessoas que pensavam que fazer arquitetura não era necessariamente você sentar numa prancheta, rabiscar e mandar esse desenho para a obra. Era uma atividade profissional, que, num certo momento, estava comprometida com a situação geral do Brasil, e que nós não tínhamos muita saída para produzir alguma coisa de bom, de razoável. Apareceram outras pessoas, uma outra corrente, que achava que produzir projetos de arquitetura era a única possibilidade do arquiteto. (...) Isso causou também muita confusão. Algumas pessoas começaram a ser dedadas, começaram a falar que existiam arquitetos que achavam que os mesmos não deviam trabalhar na prancheta e que não deviam produzir desenho. Não era nada disso, também. Simplesmente nós achávamos que talvez fosse importante, em certo momento, pensar um pouco e aprender a pensar um pouco, antes de fazer alguma atividade profissional.”⁴²

41 Revista *Caros Amigos*, n.49, 2001.

42 Entrevista de Rodrigo Lefèvre a Renato de Andrade Maia, in. KOURY, Ana Paula. *Arquitetura Moderna Brasileira: Uma crise em desenvolvimento*. (org.)



10 Trabalho de TCC orientado por Rodrigo Lefevre, instalado no vão da FAUUSP em frente às rampas. Coleção do arquiteto da Seção de Materiais Iconográficos da Biblioteca da FAUUSP

Conforme abordado na introdução deste trabalho, é importante lembrar o caráter de tais depoimentos como parte da construção de memórias sobre aquele período, com suas contradições, seleções e construção de autonarrativas. Mais do que isso, no entanto, a oposição entre as posturas de Artigas e as de Ferro e Lefevre teve eco já nos anos 1970, especialmente entre os estudantes da FAU-USP que se organizaram em torno de duas revistas que de certo modo constituíram desdobramentos de tais antagonismos: *Desenho e Ou...*⁴³ Se nos anos 1960 o grupo “Arquitetura Nova” buscou investigar hipóteses teóricas, empíricas e políticas em suas próprias obras arquitetônicas,⁴⁴ na década seguinte cada um deles acabou por aprofundar-se em um caminho diferente da prática profissional, dividindo-se entre a academia, a arquitetura cênica e as artes visuais, ou mesmo, no caso de Lefevre, no desenho da produção em grande escala, como veremos mais adiante.⁴⁵

43 DEDECCA, Paula; SODRÉ, João C. A. “Cultura e política nas publicações dos estudantes da FAUUSP, 1950-1972”, In: LIRA, José T. C. (ed.) *História e Cultura Estudantil: revistas na USP* São Paulo: EDUSP, 2012. p.162-185.

44 Os projetos de casas desses arquitetos não serão abordados aqui. Esses casos — já amplamente abordados na historiografia — tiveram um papel experimental importante, embora tenham sido poucas as oportunidades, de fato, para aplicação de soluções que revertissem relações de divisão social do trabalho no canteiro. Vale lembrar, tendo em vista o panorama cultural da época, que a ideia de uma “arquitetura nova”, descrente no desenvolvimentismo e apostando em soluções a partir mesmo de certa precariedade, chegou a se inspirar no Cinema Novo e sua “estética da fome”. Além das casas, que ficaram mais conhecidas, Ferro e Lefevre projetaram ainda um conjunto de escolas públicas para o FECE entre 1967 e 1968, em meio às duras críticas que vinham fazendo às apostas nacional-desenvolvimentistas. Sobre essa produção, ver alguns dos trabalhos já citados, como ARANTES, 2002; KOURY, 2003; BUZZAR, 2001; mas também GUIMARÃES, Humberto Piu. Rodrigo Brotero Lefevre: a construção da utopia. Dissertação (Mestrado). EESC USP São Carlos, 2006 ; QUEVEDO, Yuri Fomin. *Entre marchadeiras, mãos e mangarás: Flávio Império e as artes plásticas. 2019*. Dissertação (Mestrado) – FAUUSP, São Paulo, 2019.

45 Textos de Ferro e Lefevre, separadamente, seguiram elaborando questões fundamentais dos estudos da produção material da arquitetura e da divisão social do trabalho no canteiro de obras. FERRO, Sérgio. “A produção da casa no Brasil” [1969]; “A casa popular” [1979]; “O canteiro e o desenho” [1976/1979], in. FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac & Naify, 2006 ; LEFÈVRE, Rodrigo. “Casa do Juarez” *Ou...*, n.4, 1971 ; “Projeto de um acampamento de obra: uma utopia” Dissertação de mestrado, FAUUSP, 1981. Textos de Lefèvre reunidos em KOURY, Ana Paula. *Arquitetura moderna brasileira: uma crise em desenvolvimento*. São Paulo: Edusp / Fapesp, 2019.

Ferro e Lefevre, jovens professores na FAU USP à época, foram presos em 1970, passaram pela Operação Bandeirante (OBAN), pelo DEOPS e finalmente pelo presídio Tiradentes.⁴⁶ Com eles, também foram presos os arquitetos Sérgio de Souza Lima, Carlos Heck e Júlio Barone, acusados de atuarem junto a Marighella, então caçado como o principal inimigo do regime. Juntos compunham um “grupo dos arquitetos” no interior da ALN,⁴⁷ que dava apoio logístico e estratégico às ações da organização, utilizando-se de mapas do GEGRAN ou desenhando esquemas arquitetônicos de alvos específicos, entre outras funções técnicas. Ferro, ao sair da prisão, não teve o seu contrato renovado na FAUUSP como era de praxe— situação até hoje não reconhecida oficialmente pela instituição.⁴⁸ Sem outros meios de vida, o arquiteto se mudou com a família para a França, onde acabaria se estabelecendo como docente da Escola de Arquitetura de Grenoble. Já Lefevre, ao encontrar situação parecida em sua saída da prisão, entrou com mandado de segurança e conseguiu retornar à FAUUSP para dar aulas três anos depois. Nesse ínterim, foi contratado por uma grande empresa de engenharia consultiva em 1972, episódio que abordaremos com maior profundidade no Capítulo 3.

Como mencionado de início, a repressão assumiu formas diferentes, afetando profissionais que não chegaram a ter o mesmo destaque que Artigas, por exemplo. O caso de Sergio Souza Lima e Mayumi Watanabe foi, também, dramático. O casal foi preso no ano de 1970. Watanabe, antes ligada ao PCB, foi detida por um mês, deixando os dois filhos com os avós. Já Sérgio, que se tornara membro da ALN, ficou preso por um longo período, passando por um intenso ciclo de torturas.⁴⁹ Os dois tiveram processos de contratação retardados e arquivados na USP sem qualquer justificativa, com declarações de

46 Há uma série de documentos desses fatos, como depoimentos dos arquitetos nos interrogatórios realizados na prisão, disponíveis online no Arquivo Nacional do Ministério da Justiça. No documento ESP-ACP-CNF/6000-81-1, do SNI em conjunto com o II Exército, a grade de presos é exposta junto a transcrição dos depoimentos dados na OBAN e DOI-CODI. O documento tem também a referência 115 DOI-8585/70, de 22 de Dezembro de 1970. Ali, em meio a depoimentos de todos os envolvidos no chamado “grupo dos arquitetos”, muitas informações sobre reuniões nas casas ou escritórios de outros colegas, não diretamente envolvidos, aparecem, como Lina Bo Bardi ou Sérgio Zaratini. O caso de Lina foi investigado e recontado na biografia da arquiteta escrita por Francesco Perrotta Bosch.

47 Segundo documentos encontrados por Contier (trabalho em desenvolvimento), o grupo já havia se reunido anteriormente em uma chapa do IAB-SP, junto a Flávio de Carvalho.

48 Ver Relatório do GT Políticas de Reparação da FAUUSP sobre a ditadura civil-militar (1964-1985), Instalado por deliberação da Congregação em 30/09/2021.

49 Entrevista de Sérgio Ferro ao autor, com os pesquisadores Felipe Contier e João Fiammenghi, 2023.

que o acúmulo de cargos na universidade e na prefeitura estava sendo analisados. Em documento de 1977, parte de um dossiê do DEOPS sobre professores da USP, consta uma lista feita pelo Gabinete do Reitor, elencando contratações indeferidas, onde constam para a FAUUSP nomes como os de Mayumi Watanabe, Sergio Souza Lima, Ricardo Ohtake — que também fora preso em 1971 — Pedro D’Alessio, Carlos Roberto Monteiro Andrade e Irineu Mangili Filho.⁵⁰ No mesmo ano de 1977, a arquiteta encabeçou uma chapa de oposição nas eleições para o IAB-SP, contra a chapa de situação encabeçada pelo arquiteto Pedro Taddei. A Agência de São Paulo do SNI investigou os antecedentes de ambos, para verificar a possível infiltração comunista no Instituto, levantando fatores “subversivos” em ambas as trajetórias. No caso de Taddei, o documento chega a mencionar que esta mesma Agência desaconselhara sua contratação na USP em 1974, configurando mais um exemplo de colaboração entre a universidade e os órgãos de controle e repressão.⁵¹

Watanabe e Sousa Lima vinham sendo monitorados desde o primeiro momento da ditadura. Em 1963 tornaram-se professores na Universidade de Brasília, onde desenvolveram seus mestrados.⁵² A UnB foi, desde a sua criação, objeto de apreensão por parlamentares conservadores, que temiam seu caráter contestatório e denunciavam, mesmo antes do golpe, a presença de uma intelectualidade marxista e de um campo artístico demasiadamente libertário. A efervescência na nova Universidade ensejou até mesmo a criação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) em 1963, para investigar a capacidade didática dos docentes, como forma de deslegitimar a instituição que se firmava como espaço de questionamentos e atuação das esquerdas universitárias que vinham de todo o país para a nova capital. A Universidade chegava já ao golpe civil-militar de 1964 já sob suspeita.⁵³

50 Relatório da Comissão da Verdade da USP, Volume 5, FAUUSP: p.75

51 Documento 0883-116-ASP/SNI/78, Arquivo Nacional.

52 ver FUENTES, Maribel de C. A. *Os primeiros mestrados da FAU-UnB: de um passado que não se construiu*. UnB, Brasília, 2017.

53 Relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília. FAC-UnB, 2016.

11 e 12 Ficha de Mayumi Watanabe e Pedro Taddei, cabeças de chapas opostas para o IAB-SP em 1977, registrando potencial de "infiltração comunista" nos dois casos. [Arquivo Nacional, SNI]

CGNE	S. N. I. AGÊNCIA CENTRAL 004345 02.3.78 PROTÓCOLO	10 110093
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES		
INFORMAÇÃO N.º 0883 116 ASP/SNI /78		
DATA	: 28 Fev 78	
ASSUNTO	: INFILTRAÇÃO COMUNISTA - INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL -Seção São Paulo	
REFERÊNCIA	: PB Nº 020/16/AC/78	
ORIGEM	:	
DIFUSÃO	: AC/SNI	
ANEXO(S)	:	

Em resposta ao solicitado no documento referenciado, esta ASP informa que nossos arquivos registram o seguinte:

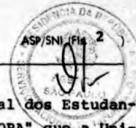
- Sobre MAYUMI WATANABE DE SOUZA LIMA, filha de MINORU WATANABE e YURI WATANABE, DLN 5 Dez 1935 - JAPÃO (Brasileira naturalizada), arquiteta, casada com o subversivo SÉRGIO PEREIRA DE SOUZA LIMA:
 - Em 9 Nov 65, a 4a. ZAé divulgou a relação dos participantes do " 1º Encontro Internacional de Professores e Estudantes de Arquitetura " realizado em CUBA, do qual a nominada participou.
 - Em abr 70, foi demitida do "Fundo Estadual de Construção Escolares (FECE), por açambarcar projetos.
 - Em 02 Dez 70 foi presa pelo DOI/II EX, tendo prestado depoimento / sobre o envolvimento de seu espôso SÉRGIO PEREIRA DE SOUZA LIMA na organização terrorista auto denominada "VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA".
 - Em 20 Out 71, o II EX informou que a nominada, quando lecionava na FAU/SANTOS, foi a causadora de desentendimentos havidos entre alunos e o corpo docente daquela Faculdade.
 - Conforme levantamento feito por esta ASP em Jun 77, a nominada estava trabalhando na "Companhia Estadual de Construções Escolares " (CONESP), empresa ligada à SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, ocupando o cargo de Superintendente de Planejamento, percebendo, em 1977, o salário de Cr\$ 33.750,00.
- Sobre PEDRO TADDEI NETO, filho de PEDRO TADDEI JÚNIOR e NOÊMIA VASCONCELOS TADDEI, DLN 20 Jul 43 -LINDOIA/SP, arquiteto, casado com MARIE ANNE WORMS TADDEI, consta:
 - Em 1963, era o responsável pela sucursal de SÃO PAULO do jornal / "O MOVIMENTO", editado pela UNE.

CGNE

-segue-

CONFIDENCIAL

CONTINUAÇÃO INFÃO Nº 0883 /116/ASP/SNI/78



- b. Em Out 67, como vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes da USP (DCE-USP), declarou ao jornal "ÚLTIMA HORA" que a Universidade Brasileira estava de luto, devido às últimas cassações que atingiram alguns catedráticos daquela Universidade.
- c. Em fins de 1967 formou-se pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo -FAU/USP. Em 1969 foi para a FRANÇA, ali permanecendo até 1972, estudando, trabalhando e mantendo contato com refugiados políticos brasileiros.
- d. Em Abr 74 a AESI/USP expediu um PB a esta ASP solicitando os antecedentes do nominado, cogitado para ser Técnico Especializado na Universidade de SÃO PAULO -USP. De acordo com orientação dessa AC, a AESI/USP foi cientificada verbalmente dos dados aqui existentes sobre o nominado que desaconselhavam o seu aproveitamento.

TOA PESSOA QUE TORE CO-
MUNICADO D'ESTE DOCUMENTO
E A RESPONSABILIDADE PELA MANU-
TENÇÃO DE SEU FOLIO (SAY)

A Revolução de 64 é irreversível e
consolidará a democracia no Brasil.

CONFIDENCIAL

No dia 09 de abril de 1964 — com o decreto do primeiro Ato Institucional — o campus da UnB foi invadido por tropas militares, em maio de 1964 foram demitidos mais dezesseis professores — entre os quais estavam intelectuais como Ruy Mauro Marini e Perseu Abramo, e arquitetos como Edgar Graeff e José Zanini Caldas — e uma reforma foi anunciada. O Reitor Anísio Teixeira foi demitido logo de início, junto à destituição do Conselho Diretor da Universidade, do qual faziam parte Darcy Ribeiro, Alcides Rocha Miranda, entre outros. Uma série de prisões foram feitas também naquele primeiro momento. Estudantes se organizaram exigindo a readmissão de professores, elevando a tensão em 1965, contexto em que mesmo o reitor indicado pelo regime Zeferino Vaz — que ainda buscava alguma acomodação com o projeto inicial da Universidade — não resistiu às pressões de setores diversos e renunciou ao cargo. Diante da iminência de mais demissões e agravamento da situação, sem consenso possível, professores se organizaram em torno de um pedido de demissão coletiva, em protesto e defesa à autonomia universitária.⁵⁴

Parte importante dos professores de arquitetura, e alguns professores ligados ao CEPLAN (Centro de Planejamento da UnB, criado em 1962) também se demitiram naquele momento, apresentando inclusive uma carta de demissão de Oscar Niemeyer — que estava fora do país — à universidade. As polêmicas em torno da reestruturação do curso de arquitetura envolveram um convite ao arquiteto Sérgio Bernardes — que ao longo dos anos se aproximou paulatinamente do regime — e uma carta pública de Niemeyer nos jornais, sugerindo ao colega que só aceitasse o convite caso todos os professores fossem readmitidos, tanto os que haviam se demitido, quanto aqueles afastados por motivos políticos.⁵⁵ No processo de reestruturação do curso, já em 1967, também o arquiteto Fábio Penteadó foi convidado a colaborar, período em que uma série de arquitetos paulistas foram contratados pela UnB e trabalharam no CEPLAN desenvolvendo projetos para aquele novo campus universitário, como Pedro Paulo de Mello Saraiva, que coordenou o Centro, José Galbinski, Paulo Zimbres, Luís Fisberg, Léo Bomfim Jr e Miguel Pereira.⁵⁶ Essa nova leva de professores conviveu com uma universidade sob intenso controle ideológico e ondas de repressão durante o ano de 1968.

Mayumi Watanabe e Sergio Souza Lima figuravam entre os professores e mestrados ligados ao CEPLAN e à UnB que se demitiram em 1965. A partir de então, retornam a São Paulo, deixando em Brasília uma importante

54 Idem.

55 FUENTES, Maribel de C. A. *Os primeiros mestrados da FAU-UnB*. Op. Cit.

56 Ver PEREIRA, Miguel. *Arquitetura: cultura, formação, prática e política profissional*. São Paulo: Pini, 2005.

obra iniciada, a Superquadra de São Miguel. A obra em questão, suas contradições e sua continuidade em meio àquele processo político, nos levam a abrir um flanco de reflexões sobre as apostas da arquitetura, suas frustrações e também suas permanências em meio à modernização conservadora autoritária que se instaurava no país.

1.1.2 DA INTEGRAÇÃO HUMANISTA À SEGREGAÇÃO TECNOCRÁTICA

A Unidade de Vizinhança São Miguel — um dos vários resultados da circulação de arquitetos paulistas nos anos 1960 em Brasília — foi uma encomenda do Ministério de Relações Exteriores intermediada por Niemeyer, direcionada em 1963 a um convênio entre a Novacap e a UnB. A quadra, na Asa Norte, foi planejada por um conjunto de professores ligados ao programa de Mestrado em Arquitetura daquela Universidade e ao CEPLAN, que àquela altura vinha desenvolvendo projetos exemplares com pré-fabricação, como o Colina, conjunto de alojamentos para professores (1962), por João Filgueiras Lima, o Instituto Central de Ciências, por Niemeyer, . Os projetos envolvidos naquela Superquadra seguiam plano urbanístico coordenado por Fernando Burmeister. Mayumi Watanabe e Sérgio Sousa Lima desenvolveram o projeto dos edifícios de apartamentos, Geraldo Santanna e Marcia Aguiar Batista fizeram projetos das escolas, Afonso Leiva o paisagismo, e o plano de pré-fabricação foi conduzido por Luiz Henrique Pessina.⁵⁷

Os trabalhos de Mestrado na área de edificações eram orientados por João Filgueiras Lima, Lelé. Ali, Mayumi Watanabe desenvolveu, além do projeto dos edifícios, uma tese situando a trajetória da pré-fabricação no país, experiências recentes de grande potencial, e, sobretudo, traçando uma argumentação em favor do planejamento econômico, da viabilidade dos sistemas racionalizados de construção somente através da condução estatal — para controle das etapas do processo produtivo e garantia de estabilidade do serviço e da demanda — e da conexão intrínseca do problema habitacional com a questão fundiária.⁵⁸ Os elementos construtivos seriam produzidos em

57 Para mais informações sobre os trabalhos, ver: FUENTES, Maribel de C. A. *Os primeiros mestrados da FAU-UnB*. Op. Cit.

58 LIMA, MWS. *Aspectos da habitação urbana: projeto de habitação coletiva para a unidade de vizinhança São Miguel*. Dissertação de mestrado. Brasília: Faculdade de Arquitetura da UnB, 1965, vols. 1 e 2; Acervo Mayumi Watanabe, arquivo digitalizado em anexo à tese BUITONI, Cássia Schroeder. *Mayumi Watanabe de Souza Lima: a construção do espaço para a educação*. Dissertação de Mestrado. FAUUSP. São Paulo, 2009. O tema foi muito bem trabalhado também no Trabalho Final de Graduação: BREYTON, Ugo. *Prá-*

13 Imagens de maquete dos edifícios da Unidade de Vizinhança São Miguel, Dissertação de Mayumi Watanabe, UnB. [Acervo Mayumi Watanabe, Centro Documental Sérgio Buarque de Holanda, Fundação Perseu Abramo]



uma Usina e laboratório, a serem instalados na área industrial de Brasília e atenderiam futuramente a outras obras da Novacap, fatores já previstos no contrato a ser licitado.⁵⁹ Fica evidente, neste caso, a relação íntima entre projeto de arquitetura e modelo de desenvolvimento nacional.

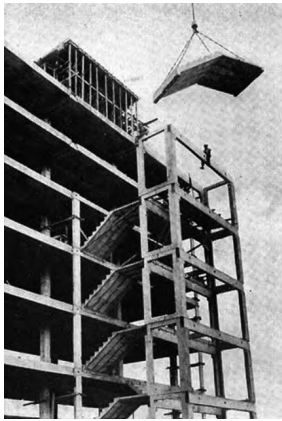
A forma como o plano para a Unidade de Vizinhança foi submetido a sucessivos cortes é representativa daquele momento de frustração de expectativas de transformação social. Os cortes implicavam um interdito sobretudo na lógica produtiva proposta, algo que indicava o conflito entre as apostas dos arquitetos e a intensificação da reprodução do capital que se instaurava a partir daquele início de regime militar. Como mostrou pesquisa feita pela historiadora da arquitetura Joana Mello, o Edital de Concorrência Pública para a construção, aberto em 1965, foi marcado por pedidos de revisão e mudanças por parte das firmas interessadas. A necessidade de maquinário de grande porte estava entre os principais motivos de protesto das empreiteiras. As firmas se opunham ainda à falta de acabamentos finos e luxuosos naquela lógica de pré-fabricação, e argumentavam que a racionalização dos canteiros de obras implicaria no crescimento do desemprego como consequência. Os argumentos tornavam ainda mais evidente o interesse classista, por um lado, e o desejo permanente de exploração intensiva de mão de obra, por outro.⁶⁰

Mesmo com cinco propostas de construtoras que atenderiam à demanda de pré-fabricação, a licitação foi cancelada após a pressão e assumiu-se que

tica, participação e industrialização da construção: teoria e prática de Mayumi Watanabe de Souza Lima. Orientação de Paula Dedecca. AEC, São Paulo, 2020.

59 SILVA, Joana Mello de C. “Um canteiro de experimentações: o Ceplan e a Unidade de vizinhança de São Miguel”, In. Seminário Intelectuales, expertos y vanguardia. La cultura arquitectónica en el cono sur. Rosario, UNR, 2018.

60 Idem.



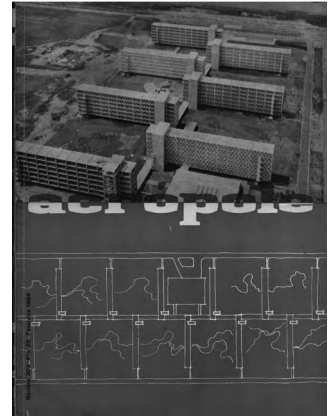
14 e 15 Fotos do CRUSP em Cabral. Neyde. A Universidade de São Paulo: modelos e projetos, 2000.

a obra seria feita pelo método manufactureiro convencional, com o emprego de mão-de-obra mal remunerada. O caso é exemplar de um processo que se estendeu pelos vinte e um anos de ditadura militar e por todo o território nacional: a indústria da construção civil, um dos pilares do regime e da reprodução do capital, apesar de apoiar-se no discurso do desenvolvimento, perpetuava e intensificava um ciclo de exploração da força de trabalho que jamais se reverteria em ganhos sociais.

A quadra acabou por ser dividida entre dois partidos de projeto diferentes, as “torres” e as “lâminas”. O arquiteto mineiro Hélio Ferreira Pinto acabou por ficar responsável pelo desenvolvimento da última tipologia, enquanto Sérgio de Souza Lima ficou encarregado do desenvolvimento das “torres”, já por fora do CEPLAN.⁶¹

Ambas as tipologias foram marcadas pelo raciocínio de estruturas perimetrais, na fachada dos edifícios. Se na “lâmina” os montantes estruturais periféricos encontravam com uma viga de transição, que direcionava os esforços para os pilares, na “torre” a estrutura periférica descia diretamente até o solo, com esforços distribuídos em uma laje de base moldada *in loco*, e formando um térreo sob pilotis diferente do usual na nova capital. O acabamento do concreto armado da torre, deixando as marcas das formas de madeira, contrapunha-se à imagem de pré-fabricação esperada inicialmente, destacando o aspecto inevitavelmente manufactureiro daquela obra. No edifício em barra, o projeto previa uma estrutura mista em que grandes

61 O momento pós-golpe e pós licitação da obra da Unidade de Vizinhança São Miguel é ainda pouco esclarecido nos trabalhos a respeito. Há indicação de que Sérgio de Souza Lima teria seguido no desenvolvimento das torres enquanto Mayumi Watanabe retornava a São Paulo, mas são informações a confirmar com futura pesquisa documental.



vigas longitudinais duplas pré-fabricadas receberiam as cargas verticais e a redirecionaram para os pontos de apoio, estes em troncos de pirâmide executados *in loco*.

Impasses de natureza parecida apareceram também nas obras do CRUSP (Conjunto Residencial da USP) projetado por Eduardo Kneese de Mello, professor da FAUUSP, que havia coordenado as obras do Hotel em Brasília (1958) em estrutura metálica, uma das primeiras realizações da nova capital. Iniciado em 1961, o projeto do CRUSP foi a primeira experiência com pré-moldados em verticalização de grande porte no país. Em meio aos diversos projetos para a Cidade Universitária da USP, a verba para o Conjunto foi liberada com prioridade visando a conclusão de parte dos edifícios em maio de 1963, para abrigar atletas dos jogos Pan Americanos a serem realizados no país. Ironicamente, a urgência, que justificaria a construção em pré-fabricados, acabou por justificar que a obra fosse dividida entre as duas firmas construtoras melhor colocadas na licitação: a segunda colocada, Servix Engenharia Ltda, ficou a cargo da execução dos seis primeiros blocos em estrutura convencional, enquanto a primeira, Ribeiro Franco S.A. Engenharia e Construções, teve tempo para desenvolver o sistema e o cálculo de estruturas pré-moldadas. O plano de otimização do canteiro envolvia também o uso de painéis industrializados tipo “Formiplac” na fachada, bem como de painéis laminados que viabilizaram uma construção sem tijolos ou pintura de paredes, e pisos plásticos que foram assentados diretamente sobre a laje de concreto, sem contrapiso, tudo na lógica de uma “obra seca”, altamente racionalizada.⁶²

Uma série de modificações foram feitas no projeto nessa segunda etapa, incluindo a ocupação de pilotis e mudança de usos previstos, e a demolição

de um dos blocos ainda em construção, em 1966, por ordem do reitor Gama e Silva, que à época afirmou: “às vezes um advogado tem ideias melhores sobre arquitetura que os arquitetos”.⁶³ Tais alterações vieram junto a várias outras no plano da Cidade Universitária, sobretudo com o fim da gestão de Paulo Camargo de Almeida no Fundusp, o escritório técnico da Universidade, em 1966,⁶⁴ incluindo a eliminação de uma série de espaços de convivência projetados, e foram possíveis também devido à situação política. Em 1968, militares invadiram os conjuntos residenciais, expulsando estudantes e esvaziando os edifícios.

Também em relação a impactos diretos das viradas políticas nos anos 1960, vale destacar o contraste entre o plano para o Setor das Humanas — que contava com projetos de professores da FAUUSP, muito coerentes entre si — e a posterior execução de Edifícios Modulares em substituição aos projetos para as faculdades de Filosofia, Ciências Sociais e Letras, já na segunda metade dos anos 1970. Como bem mostram os trabalhos de Felipe Contier e de Neyde Cabral, durante aquele período de administração da reitoria de Ulhôa Cintra, a divisão em setores da construção universitária teve uma série de projetos não realizados, substituídos ou modificados, e também certos conjuntos de projetos ficaram a cargo de diferentes grupos de professores arquitetos, implicando, por vezes, certa forma de disputa interna.⁶⁵

Projetos para o Setor a que se atribuía a ideia de *core*, como Centro Cívico-Cultural, de convivência, passaram por diversas versões, de Oswaldo Bratke, Hélio Duarte e Rino Levi, afinal não construídas. O Conjunto Esportivo teve um grupo de edifícios desenhado por Ícaro de Castro Mello, e o conjunto das Engenharias, edifícios projetados por Oswaldo Bratke, Zenon Lotufo, Oswaldo Corrêa Gonçalves, entre outros. Para o Setor das Humanas, houve um alinhamento das soluções projetuais, com a liberação do térreo livre através da proposta de grandes estruturas em consonância com o projeto da FAUUSP. Além deste edifício, o edifício de História e Geografia, projetado por Eduardo Corona, foi o único também construído no conjunto. Os outros

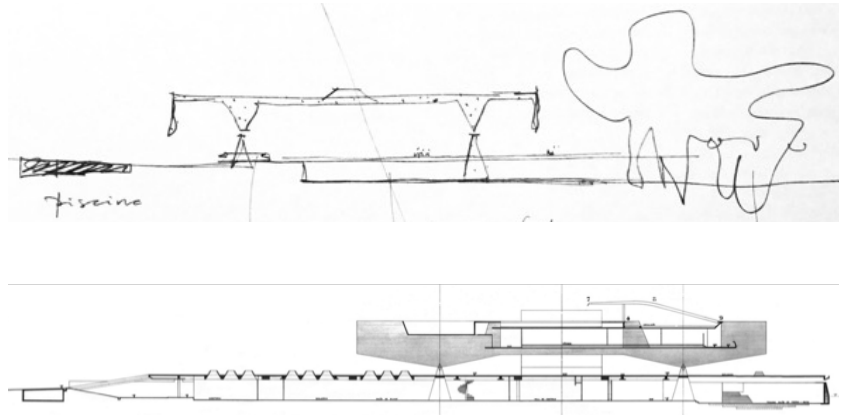
63 Jornal da Tarde, 1 de Novembro de 1966, artigo do reitor em réplica ao protesto de arquitetos contra a demolição do conjunto J do CRUSP. Os protestos foram feitos pelos autores do projeto do CRUSP, mas também pelo IAB-SP e por Roberto Cerqueira César em artigo no *Estado de S. Paulo*. Para mais detalhes do episódio, entre várias outras modificações no plano da Cidade Universitária naquele momento, ver CABRAL, Neyde A. Joppert. *A Universidade de São Paulo: modelos e projetos*. São Paulo: Edusp, 2018.

64 ver CERÁVOLO, Ana Lúcia. Paulo de Camargo e Almeida: arquitetura total na trajetória de um arquiteto brasileiro. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2000.

65 CONTIER, Felipe. Op. Cit.

17 Jôquei Clube de
Goiânia, 1962 - Paulo
Mendes da Rocha e
João de Gennaro

18 Clube XV de
Santos, 1963. Pedro
Paulo de Mello
Saraiva.



projetos que formavam o Setor eram: Letras, por Carlos Millan, Filosofia e Sociologia, por Paulo Mendes da Rocha, Geologia, por Pedro Paulo de Mello Saraiva, Matemática, por Joaquim Guedes. Somam-se a tais edifícios — especialmente de arquitetos do grupo mais próximo a Vilanova Artigas, mas não dentro daquele Setor — os projetos do Instituto de Eletrotécnica, por Fábio Penteadó, e do Instituto de Criminologia, por Décio Tozzi, este último também construído, entre 1963 a 1966.⁶⁶

Segundo depoimento de Paulo Mendes da Rocha a Neyde Cabral, não se tratava de projetos que exerciam “influência” um sobre o outro, mas sim de um grupo de profissionais em consonância, com um pensamento em comum, uma forma de leitura da realidade, mais que uma “escola” em termos de reprodução da forma.⁶⁷ Seguindo o esquema de planta em torno de um vazio central — com aberturas zenitais, rampas como *promenade* com centralidade no espaço, salas no piso superior e no inferior semi enterrado mas não no piso térreo —, os projetos de Mendes da Rocha e Pedro Paulo de Melo Saraiva avançavam na pesquisa estrutural comum àquele grupo de professores de diferentes gerações.

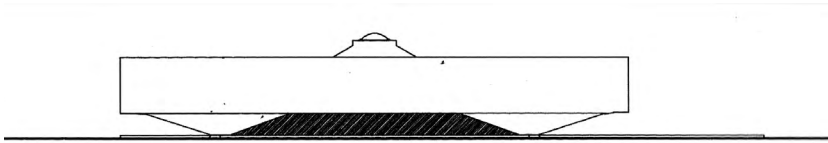
No projeto de Saraiva é possível reconhecer o tipo de encontro entre empena cega e pilar que seria desenhado pelo arquiteto também em seu projeto para o Clube XV de Santos, em 1963, ao modo do projeto de Artigas para a Garagem de Barcos de Santa Paula. Ainda em seu projeto para o Instituto de Geologia, o arquiteto situa no grande vão uma base de volume cônico que se diferencia dentro do conjunto, procedimento recorrente em projetos

66 O conjunto amplo do Plano da Cidade Universitária e seus projetos de edifícios foi objeto de artigo de Geraldo Ferraz na revista *Zodiac* n.11, em 1963.

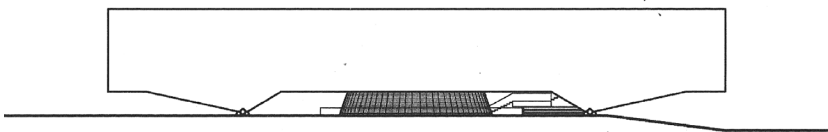
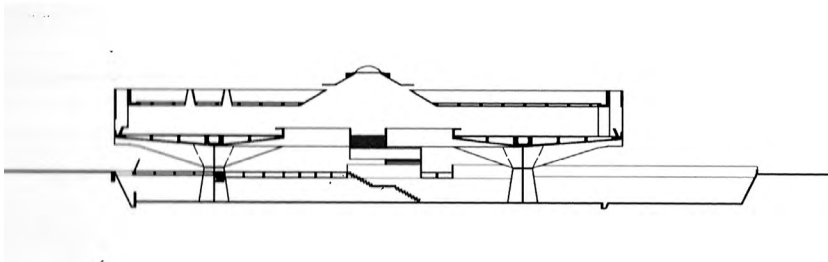
67 CABRAL, Neyde. Op. Cit. p.372



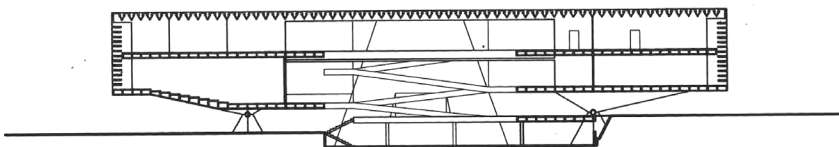
19 Corte representando o conjunto dos edifícios do Setor das Humanas. Redesenho da publicação "Corredor das Humanas", GFAU, FAUUSP, 2009.



20 e 21 Edifício do Departamento de Filosofia, Antropologia e Sociologia da FFCL. Paulo Mendes da Rocha. Redesenho da publicação "Corredor das Humanas", GFAU, FAUUSP, 2009.



22 e 23 Edifício do Departamento de Geologia, Paleontologia, Mineralogia e Petrografia da FFCL. Pedro Paulo de Melo Saraiva. Redesenho da publicação "Corredor das Humanas", GFAU, FAUUSP, 2009.



24 a 29 Edifícios na
Cidade Universitária
da USP: Instituto de
Criminologia (1963),
História e Geografia
(1962), Arquitetura e
Urbanismo (1961)



nacionais e internacionais da época e que seria utilizado pelo arquiteto em projetos posteriores como na segunda versão para a Assembléia Legislativa de Santa Catarina (1964). No projeto de Mendes da Rocha, também o desenho escultural dos pilares, dividindo em coluna e capitel um conjunto de expressividade marcada pela tensão estrutural, remete a uma pesquisa compartilhada entre aqueles arquitetos — e em consonância com projetos contemporâneos no panorama internacional, como de Pier Luigi Nervi e Marcel Breuer certamente — e notadamente a uma pesquisa interna à obra do próprio autor, que aparecia no Jôquei Clube de Goiânia, vencedor de concurso nacional no mesmo ano de 1962, em parceria com João de Gennaro, e em diversos projetos posteriores como a escola Jardim Calux, em São Bernardo do Campo (1972), entre outros.

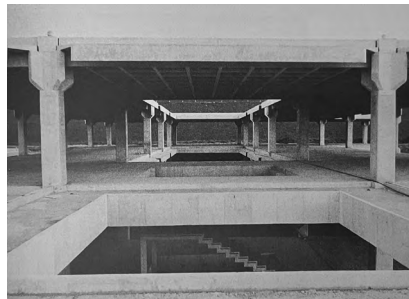
Esse conjunto de projetos, dada a demora no início de suas obras e às dificuldades econômicas ligadas ao fim da administração Carvalho Pinto, — mas sobretudo com o fim da administração de Paulo Camargo de Almeida no Fundusp, como já mencionado, e por força também das intervenções do reitor Gama e Silva — seria em grande parte deixado de lado. No caso da Geologia, de Pedro Paulo de Melo Saraiva, por exemplo, o arquiteto explicou em depoimento que a primeira versão apresentada apostava no uso de vigas *vierendeel*, solução rechaçada por seu calculista, Roberto Zuccolo, o que demandou um segundo estudo com maior tempo de trabalho e levando-os a perder o tempo administrativo para que o projeto fosse levado adiante.⁶⁸ Os edifícios da FAUUSP e da História e Geografia tiveram estaqueamento iniciado em 1963 e, naquele mesmo ano, foram interrompidos. A primeira seria retomada somente em 1965, conforme demonstrou Contier, por força da pressão do reacionário diretor Pedro Cruz sobre o reitor Gama e Silva, que se manifestou reiteradamente contra a continuidade daquele projeto de Vilanova Artigas. Sua continuidade acabava por ser, contraditoriamente, viabilizada graças à urgência pelo aumento de vagas e pela saída de alunos e professores do centro da cidade, como já mencionado aqui.⁶⁹

Até o início dos anos 1970, os respectivos Institutos e Faculdades do Setor das Humanas ficaram sem sede própria na Cidade Universitária. No fim dos anos 1960, parte relevante desses cursos, antes ligados à FFCL, ficariam desabrigados, implicando uma pressão por mudança rápida ao campus no Butantã. Com o agravamento daquela situação a partir de 1973 e a crise do “milagre” no regime, o Fundusp passou então a estudar novos projetos para

68 Depoimento de Saraiva à pesquisa de Neyde Cabral. Ver também depoimentos dos arquitetos na publicação “Corredor das Humanas”, GFAU, 2009.

69 CONTIER, Felipe. Op. Cit.

30 e 31 Edifícios
Modulares e
expansíveis da FFLCH,
por volta de 1974.
Projeto Fundusp.
Reprodução de Cabral,
Neyde. Acervo SEF
USP.



as unidades, agora com sistemas modulares e expansíveis que reduziriam os custos previstos, — combinando colunas em concreto moldado *in-loco*, lajes nervuradas com formas em cubetas, e paredes de alvenaria tradicional — respondendo também a um rearranjo do orçamento universitário que agora contava também com novos campi pelo estado. O modelo de construção modular adotado foi inspirado em experiências de universidades alemãs e sua recente aplicação brasileira na UFMG.⁷⁰

Não deixa de ser emblemático das mudanças de abordagem pré e pós golpe, refletindo os projetos em disputa naquele período, tanto para o ideal de universidade quanto para a visão de construção. Por mais que os edifícios modulares adotassem um modelo de racionalização, ele assumia forte aspecto tecnocrático, voltado sobretudo à produção rápida de salas de aula segmentadas, sem chegar a dialogar com o debate acumulado da pré-fabricação da arquitetura brasileira a exemplo daquilo que fora feito na UnB dos anos 1960. Nos grandes vãos desenhados para as unidades do Setor das Humanas, outra visão era proposta: nem a pré-fabricação como eixo, nem os espaços tecnocráticos, mas sim grandes estruturas que abrigavam espaços francamente abertos, com continuidades e meios níveis, expressividade do concreto armado, evidenciando os esforços estruturais, de fato seguindo uma linha que o edifício da FAUUSP representou como nenhum outro. Frente às outras opções de abordagem, pode-se dizer, como sugere Contier, que essa via enveredava por uma nova “monumentalidade da técnica”.⁷¹ Ao longo dessa tese veremos como tal abordagem não deixou de aparecer em inúmeros projetos do regime, ganhando contornos simbólicos também em disputa e constantemente reapropriados.

70 CABRAL, Neyde. Op. Cit.

71 CONTIER, Felipe. Op. Cit.

1.1.3 NOVAS ESCOLAS COMO ALTERNATIVAS PEDAGÓGICAS

Outro resultado marcante da Reforma Universitária encampada pelo regime em 1968 foi a abertura de caminho para a criação de um crescente número de faculdades privadas, para além da expansão das universidades federais. A Reforma se associava a um contexto de expansão do mercado interno e também externo, à crescente abertura a empresas multinacionais, e os diplomas passaram a ser parte cada vez mais relevante nas formas de reprodução das classes médias no país.

Como mostrou Rodrigo Patto, a Reforma do regime vinha como resposta a uma série de pressões vindas de diferentes setores da sociedade e das universidades. Havia, de fato, uma urgência por mudanças estruturais nas universidades: na organização por cátedras, no crescente número de excedentes dos vestibulares, em aspectos administrativos e também de conteúdo. Como em muitos âmbitos da vida nacional, tal necessidade ganhava formas diferentes de acordo com os grupos políticos que disputavam os rumos do país. Assim como na disputa pelos sentidos do nacional-desenvolvimentismo, também no debate sobre as universidades havia projetos de modernização em jogo, com ideais muitas vezes opostos. Por um lado, a demanda por modernização vinha gerando respostas como a criação da UnB, conduzida por Darcy Ribeiro, com uma estrutura inteiramente nova, dividindo o ensino em Institutos de modo a aproximá-lo da pesquisa, integrando conhecimentos, visando um sentido “humanista” e politizado das diferentes áreas do conhecimento, com reforço da noção de autonomia universitária, ao mesmo tempo que trabalhando dentro de um ideal de soberania e desenvolvimento nacionais. Por outro lado, a pressão por modernização passaria a reforçar aquelas áreas com impacto na exploração econômica, em abordagens de caráter tecnicista, então com repúdio à politização do conhecimento especializado. Para não falar, é claro, de tendências mais conservadoras, que buscavam preservar as cátedras e o sentido mais restrito e exclusivo daquelas instituições. Certamente os apoiadores do golpe civil-militar e aqueles que construíram o regime se concentravam nas duas últimas tendências mencionadas. Em meio à grande pressão por mais verbas e vagas, bem como por reestruturação, o regime aproveitou para encampar seu próprio projeto, com o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, e também para uso político de barganha com o movimento estudantil, entre outros aspectos.⁷²

72 Motta, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar. Cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014.

Além disso, a presença dos Estados Unidos através do acordo MEC-USAID fora também decisiva para trazer parâmetros à reformulação das universidades brasileiras no regime. Desde 1956, o assessor estadunidense Rudolph Atcon havia elaborado uma proposta que se desdobrou, então, na Lei 5540 de 1968, que criava a figura das Fundações Universitárias. Ao mesmo tempo que tal Lei mantinha certo controle do Estado sobre essas instituições, como parte do caráter autoritário e centralizador, ela garantia independência econômica, viabilizando uma crescente desobrigação do Estado com relação ao ensino superior, e criando uma nova pressão pela anulação da gratuidade do ensino.⁷³

Enquanto as universidades públicas conseguiram se manter gratuitas — e ampliar-se em número de vagas — em meio às disputas possíveis naquele momento, a criação de faculdades privadas ganhou espaço, como forma de aparecimento de um mercado que atenderia às demandas crescentes dos excedentes de vestibulares. Se entre 1962 e 1973 o número de estudantes nas universidades públicas aumentou de 100 mil para 800 mil, nas privadas passou de 40 mil para 500 mil.⁷⁴ As escolas criadas partiam das novas leis e também do Currículo Mínimo para cursos de arquitetura, reestruturado em 1962, e agora, novamente, em 1969.⁷⁵

Durante os anos 1970 novos cursos de arquitetura surgiram em escolas particulares, abrindo espaços para profissionais afastados de instituições tradicionais como a FAU-USP e o Mackenzie, e configurando-se também como espaços abertos — em certa medida — à busca por alternativas pedagógicas. Foi o caso, como veremos, dos cursos de São José dos Campos (1969) e Santos (1969), mas também de cursos criados ao longo dos anos 1970, como a FAU Braz Cubas, em Mogi das Cruzes (1972), a Universidade de Taubaté (1974), a PUC-Campinas (1974) e a Belas Artes (1979), e a Faculdade de Arquitetura Farias Brito, em Guarulhos — com sede projetada

73 Propostas de cobrança no ensino superior público ganharam força nesse momento em toda a América Latina. Ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “As políticas universitárias das ditaduras militares do Brasil, da Argentina e do Chile” in. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.) *Ditaduras Militares. Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

74 PRONSATO, Sylvia Adriana Dobry. *Para quem e com quem: ensino de arquitetura e urbanismo*. Tese de Doutorado. FAUUSP São Paulo, 2008. Ver também: MOREIRA, Suzana Maria. *O ensino de arquitetura e urbanismo nos anos 70: a experiência da FAU São José dos Campos*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Unicamp. Campinas: 1989.

75 SANTOS Jr, Wilson Ribeiro dos. *O currículo mínimo no ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: 1969-1994*. Tese de Doutorado. FAUUSP, 2001

por Eduardo Kneese de Mello em 1980 — para não falar da própria expansão dos cursos de arquitetura nas universidades federais do país. Foram importantes também, naquele momento, a abertura de cursos de especialização ou pós-graduação que passaram a se estruturar nas universidades públicas. São notórios os casos do Mestrado em Arquitetura na Escola de Engenharia da USP São Carlos, criado por Paulo de Camargo e Almeida, com acento importante para pesquisas em industrialização da construção e o problema habitacional (1971), ou o campo de pesquisa em Estruturas Ambientais Urbanas, na FAU-USP, desde 1972. Os cursos de especialização em planejamento urbano se multiplicaram naquele período, conforme voltaremos a comentar no Capítulo 2, decorrente do contexto de institucionalização do planejamento em nível federal pelo Serfhou, e o crescimento da demanda por Planos Diretores em todo o país.

É emblemático também desse período de expansão do ensino privado a participação intensiva do BNH, como presença constante do regime militar que vai além da Reforma Universitária. Os convênios do BNH com a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura (ABEA), mas também com convênios de pesquisa específicos com cada universidade, e notadamente o apoio decisivo da autarquia ao IAB-SP na produção da Bienal de Arquitetura de São Paulo, em 1973, com sua programação e seleções expositivas voltadas a estudantes e universidades.⁷⁶

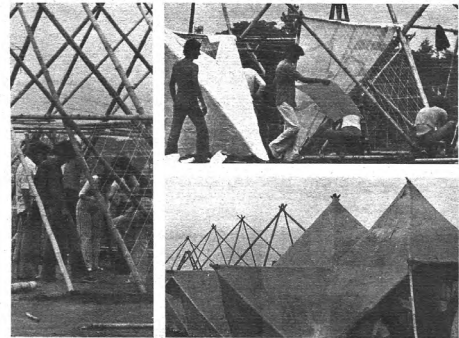
Vale comentar brevemente, portanto, o caso da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São José dos Campos, cuja elaboração do curso teve início a partir de 1969. O designer Vicente Bicudo convidou os arquitetos Paulo Bastos e Siegbert Zanettini para formularem propostas iniciais de estruturas para o novo curso. A FAUUSP, já naquele momento, era vista por estes arquitetos como “entrando em um processo de engessamento” — talvez por conta do crescimento e renovação de sua estrutura burocrática, mas talvez também pela desconfiança da ampliação do alcance, da expansão das vagas, como fatores não só de democratização mas também de perda de qualidade, leitura com contradições e certo caráter elitista, mas certamente, também tratava-se da expressão de uma disputa de mercado em curso — portanto, seu caso inspirava a necessidade de abrir um outro tipo de curso de arquitetura, livrando-se de vícios e abrindo espaço para experimentação.⁷⁷ Apesar disso, é evidente que professores como Bastos e Zanettini, entre outros, traziam consigo um debate acumulado dos Fóruns de Ensino da FAU-USP em

76 Jornal Arquiteto, tema constante pelo menos entre os números 17 e 23.

77 PRONSATO, Sylvia. Op. Cit..

Educação

Em São José,
a arquitetura
sai do gabinete



Os modelos de uma experiência
educacional vistos antes da
crise na Faculdade de Arquitetura
de São José dos Campos

20

1962 e 1968. Mas foi o Instituto de Comunicação e Artes da Unb que serviu de inspiração para o novo curso, motivando a criação de um Instituto de Projeto e Comunicação, onde os primeiros anos do curso aconteciam, visando uma formação ampla, de contato entre as artes e conhecimentos integrados, deixando para os últimos anos a formação mais estritamente ligada à prática profissional. Houve também uma busca dos professores por uma participação constante dos estudantes no debate sobre a estrutura curricular.

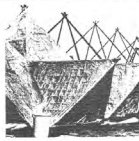
Um exemplo do espaço para experimentação naquela nova faculdade foram os cursos de primeiro ano que buscaram trabalhar com apropriações de espaços da cidade de São José dos Campos, fazendo uso de recursos audiovisuais, entre outros, e com a participação de professores de diferentes áreas, incluindo figuras como o cineasta Jean-Claude Bernardet, os linguistas Haroldo de Campos e Décio Pignatari, o maestro tropicalista Damiano Cosella, junto a professores mais próximos aos arquitetos, como o sociólogo Juarez Brandão, o engenheiro Ernest Mange, e os arquitetos Walter Toscano e Flávio Império.⁷⁸ Vale notar, aliás, como muitos desses nomes vinham da FAU-USP.

Este caráter aberto e integrado proposto para o curso acabaria por conflitar com a fundação Valeparaibana, mantenedora da faculdade, por suas expectativas financeiras, e de funcionamento de um curso como qualquer outro, sem espaço para especificidades que pudessem gerar maiores custos. Uma série de conflitos e crises se dariam a partir dessas incompatibilidades. Em 1970, um ano após a criação da faculdade, um grupo de professores se demitiu coletivamente por terem ficado meses sem recebimento de salários e

78 Idem. Ver também MOREIRA, Suzana Maria. *O ensino de arquitetura e urbanismo nos anos 70: a experiência da FAU São José dos Campos*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Unicamp. Campinas: 1989.

Ensino

FAU-São José: uma crise na busca da nova Universidade



Criada em 1970, a Faculdade de Arquitetura de São José dos Campos constitui-se em importante experiência educacional. Iniciado por um Instituto de Projetos e Consultoria, está chegando à construção de Ateliê Integrado. O acervo de conhecimentos acumulados já faz o professor avançar para um Sistema de Unidades Departamentais.

Contudo, a partir de novembro de 1974, o pedido de demissão do então diretor, prof. Alvaro José Rosa Monteiro, desencadeou uma série de problemas que agora, sete meses depois, mostra um quadro de suas suspensas, maioria de professores demitidos, paralisação do processo de reconhecimento e vestibulares para 1975 ainda não realizados. A nomeação em janeiro deste ano de um novo diretor para a escola, prof. Arildo

Borges Diniz, foi seguida pela demissão de 38 dos 44 professores, reatada a volta estrutural dos cursos sérios e contratação de novos professores, a maioria vindos do ITA. A estrutura departamental também foi transformada. Criou-se um Departamento de Disciplina Fundamental, voltado para as ciências exatas e operacionais.

As mudanças foram alvo de denúncias por parte do corpo docente, que levou documentação ao MEC e ao ministro Ney Braga, da Educação, solicitando a presença da ANEA — Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura — e da CEAU — Comissão de Ensino de Arquitetura e Urbanismo, órgão ligado ao MEC.

O presidente da ANEA, prof. arq. Nestor Goulart Reis, em companhia do assessor César, realizou visita oficial à escola, da qual resultou um relatório das autoridades do ensino superior sugerindo medidas para a solução dos problemas administrativos e continuação do alto nível de ensino alcançado, com a permanência nos órgãos colegiados de professores-arquitetos. Logo depois disso o novo diretor e a maioria dos professores recém-contratados demitiram-se, dando um novo capítulo na busca de soluções para o reinício do curso em São José dos Campos.

A seguir, o prof. Nestor Goulart Reis, também diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e membro da CEAU, comenta os problemas do ensino superior da arqui-



tes de arquitetura surgiram ou de cursos de engenharia ou de belas artes. Com a reforma do ensino, muitas escolas de arquitetura foram transformadas em cursos dentro de instituições de tecnologia, perdendo muito da volta autônoma. Ora, todo o esforço, entre 1963 e 1969, na área do ensino de arquitetura foi no sentido de afirmar a peculiaridade do ensino de arquitetura e a importância de um corpo docente voltado para o próprio setor. Hoje, os concursos nacionais de arquitetura mostram que o que se deseja de estruturas em arquitetura não deve ser igual ao que se deseja nos cursos de engenharia. Não que se ensine menos cálculo, mas a abordagem deve ser diversa. O que ocorreu em São José foi uma lição, pois mostra a importância de se manter a autonomia das escolas de arquitetura, tendo em vista os

também como protesto contra o desinteresse da fundação mantenedora pelas experiências novas no ensino que propunham. Em resposta a tal movimento, os alunos ficaram em assembléia permanente, negando a contratação de novos professores. Entre uma crise e outra, com conquistas dos protestos de estudantes, como a recontração de professores do período inicial e a volta do IPC, que havia sido desmobilizado, mas também com perdas, como a permanência das limitações de infraestrutura pela qual protestavam, o curso passa por um segundo momento. Com o aumento do número de alunos, novos professores contratados viriam da recente experiência da FAU Santos, como Sergio Souza Lima, Rodrigo Lefevre, Ari Fernandes e Francisco de Oliveira. Apesar das limitações impostas à estrutura do IPC, é implementado um novo Ateliê Integrado, envolvendo profissionais de diferentes áreas, e em 1974 é apresentada uma estrutura de Unidades Interdepartamentais de Ensino e Pesquisa. Aquela instituição, apesar da evidente limitação estrutural, permaneceu entre 1970 e 1976 com repetidas tentativas de reestruturação e experimentação, por um corpo docente extremamente politizado e engajado na reflexão sobre as relações entre arquitetura e desenvolvimento nacional. Em 1976 a instituição mantenedora finalmente desmontou a escola.⁷⁹

Paulo Bastos, membro ativo do PCB e responsável por coordenar a formação do curso de São José dos Campos, havia passado por algumas experiências de perseguição nas universidades. Além de um breve período na UnB, em meio ao processo de reestruturação do curso, Bastos teve passagem pelo Mackenzie, que, como escola privada, tinha mecanismos de controle ideológicos próprios e não necessariamente iguais aos das instituições públicas, como vimos. Foi demitido daquela instituição sem grandes explicações logo

em abril de 1964. Readmitido poucos anos depois, graças à pressão de estudantes em greve, foi demitido uma vez mais à época do AI-5.⁸⁰ Mayumi Watanabe, também próxima ao Partido, foi uma das professoras intensamente envolvidas na construção do curso de São José dos Campos, chegando a ser diretora entre 1973 e 1974. A arquiteta refletiu profundamente sobre a condição do ensino de arquitetura e suas instituições, colocando a questão da democratização do ensino, de suas formas contraditórias naquele período — com a Reforma do regime e o impulsionamento das escolas privadas —, e tratando do que chamou de “mitos e impossibilidades reais nas universidades privadas e públicas”.⁸¹

Os cursos privados não deixavam de potencializar e se beneficiar de polos regionais de desenvolvimento, atingindo também novos públicos por sua distribuição no território. No caso de São José dos Campos, a economia industrial do Vale do Paraíba em franca expansão, sua proximidade com a capital paulista e as possibilidades de convênios com a prefeitura, foram atrativos para o curso e para professores. De forma ilustrativa para o momento de expansão universitária no país, em escala local, a FAU SJC foi fundada no mesmo ano em que a FAU USP havia se mudado para a Cidade Universitária, ampliando muito suas estruturas. Além disso, aquela experiência ligava-se diretamente também ao primeiro desmonte da FAU UnB, com professores que retornaram para São Paulo e viram em São José dos Campos, e também na FAU Santos, aberta em 1970, possibilidades concretas de seguir com a elaboração de novas práticas pedagógicas.

Cabe lembrar, como comentado de início, que as instituições de ensino foram importante espaço de legitimação no campo profissional, como atividade paralela à prática de projetos, em que arquitetos elaboravam reflexões, instigavam novas gerações, mas também fomentavam seu próprio reconhecimento frente aos pares.⁸² Ainda que as faculdades em grande parte, já naquele momento, não pagassem bons salários, o aspecto de uma atividade complementar — ou central, como no caso de Watanabe — parece ter sido sempre relevante para parte dos arquitetos, uma vez que o fluxo de projetos e contratos era muitas vezes instável.

Ao mesmo tempo que a FAU SJC, a FAU Santos foi também uma alternativa importante para muitos arquitetos no período, e, na verdade, dada a intensidade e pioneirismo de suas atividades logo de início, alguns de seus professores e experiências foram levados à FAU SJC a partir de 1972. As

80 Depoimentos de Arquitetos, IAB-SP, 2001. Acervo IAB-SP

81 X Encontro Nacional sobre Ensino de Arquitetura, 1993. Apud. PRONSATO, Sylvia. Op. Cit.

82 BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974.

discussões para sua fundação se iniciaram já em 1968, como decorrência e desdobramento do Plano Físico Diretor de Santos. A Faculdade deveria formar profissionais competentes para “manter, colocar em prática e reformular” o Plano, quando se fizesse necessário.⁸³ Este plano havia sido feito por Oswaldo Corrêa Gonçalves, professor da FAUUSP, membro da diretoria do IAB-SP, e muito atuante em Santos. Corrêa Gonçalves iniciou conversas sobre a Faculdade de Arquitetura com Aníbal Clemente, diretor da PRODESAN (Progresso e Desenvolvimento de Santos SA), empresa criada para atuar no planejamento da cidade junto à prefeitura, e participou da concepção. A proposta dos dois foi levada à Sociedade Visconde de São Leopoldo, Dom David Picão, que atuaria como mantenedora do novo curso de arquitetura. O processo de criação, por meio de Corrêa Gonçalves, tinha também apoio do IAB-SP, que se posicionava pelo aumento das vagas de formação de arquitetos e urbanistas.⁸⁴

Assim como em São José dos Campos, a FAU Santos, por um período, foi um lugar em que professores puderam colocar em prática experimentos de ensino de arquitetura marcados pelo engajamento político. Professores como Sérgio Ferro e Rodrigo Lefevre, Mayumi Watanabe e Sergio de Souza Lima, trabalharam junto aos sociólogos Francisco de Oliveira e Gabriel Bolaffi, entre 1970 e 1971, desenvolvendo estudos com os estudantes em visitas às favelas da região. A experiência foi interrompida, após a prisão de alguns deles, como vimos há pouco.

“Eu diria que em Santos, com o período político de uma crise, inclusive da esquerda, a gente estava à procura de uma saída para a vida pessoal, para a vida profissional, para a vida nacional: mas, afinal, vamos ficar fazendo o quê? Então, se de um lado ainda havia arquitetos que ficavam discutindo forma com o aluno, para nós parecia algo absolutamente impossível de ficar fazendo. Eu não podia ficar discutindo a casa do burguês, dizendo se o

83 FORTIS, Sérgio Novita. *A formação do arquiteto a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UNISANTOS - Universidade Católica de Santos - trajetória, organização curricular e condições de funcionamento no período de 1970 a 2003*. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Católica de Santos, Santos: 2004.

84 VIDOTTO, Taiana Car. “O edifício da FAU-Santos (1976-1979)”, In. *Anais do 6o Seminário Docomomo São Paulo*. São Carlos, 2018.

concreto vai ser aparente ou não, quando se tinha aquela situação no país.”⁸⁵

Pela fala de Mayumi, é possível notar a conexão íntima entre experiência pedagógica e leitura da conjuntura política da época, por este grupo de arquitetos. A avaliação da arquiteta, aqui, é muito próxima àquela defendida por Ferro em seu texto *Arquitetura Nova*, de 1967, texto que foi inclusive republicado em folheto na FAU Santos em 1970. Pouco tempo depois, ainda em 1972, Francisco de Oliveira escreve um ensaio seminal sobre a economia brasileira, fazendo uma *Crítica da razão dualista* presente na tradição desenvolvimentista e também uma lúcida crítica do milagre econômico. Nessa leitura, Oliveira levantou ressalvas importantes às apostas no processo construtivo do “mutirão” de autoconstrução, — indicando sobretudo o lugar de tal sobre-trabalho na reprodução do capitalismo brasileiro, e mesmo do processo de industrialização do país, considerando que quando é aceito que o trabalhador construa a própria casa, colabora-se para uma consolidação do rebaixamento dos salários e conseqüente aumento das taxas de lucro — iniciando, assim, um debate que se prolongaria ao longo das décadas seguintes. Certamente tal reflexão é tributária do período em que o sociólogo ensinou em Santos, junto aos colegas mencionados. A leitura ia em sentido próximo àquela desenvolvida por Ferro nos textos *A Produção da Casa no Brasil*, de 1969, e *A Casa Popular*, de 1972, e, o que reforça a indicação dos diálogos que se deram na FAU-Santos naquele momento.⁸⁶

Outras experiências de ensino importantes despontavam naquele momento, em meio às várias faculdades privadas fundadas, como já enumeradas aqui. Dentre as instituições particulares, vale destacar o ponto de guinada, já no final da ditadura, representado pela Belas Artes (FEBASP) que em 1982 criou o Laboratório de Habitação, a partir da experiência da Cooperativa de Arquitetos, organizada no fim dos anos 1970 pelo IAB-SP e o Sindicato de Arquitetos, por figuras como Alfredo Paesani, Jon Maitrejean e Joan Villà. Arquiteto formado no Mackenzie em 1965,⁸⁷ Villà se exilou em seguida em Barcelona, estando entre os arquitetos que enfrentaram um

85 Depoimento de Mayumi Watanabe a Gerson Pinto, 1989. Apud. BUITONI, Cássia S. p.30

86 FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac & Naify, 2006; A versão do texto *A casa popular*, circulou como publicação do GFAU, da USP, em 1972.

87 Vale lembrar aqui que pouco se fala sobre a experiência de professores do curso de arquitetura do Mackenzie frente à repressão do regime. Ao menos Fábio Penteadó e Paulo Bastos tiveram dificuldades em se manter no curso naquele período, fruto da tensão política, segundo depoimentos dos arquitetos (ver Depoimentos IAB-SP 2001).

contexto adverso na ditadura. Ao retornar, o arquiteto participou de tais experiências que redirecionaram o foco dos arquitetos para pensar assessorias técnicas às periferias da cidade. Agora na Belas Artes, com figuras como Jorge Caron e Nabil Bonduki, a experiência ganhou dimensão integrada, entre professores e estudantes, gerando uma série de resultados concretos, e com desdobramentos tanto em outras universidades — como foi o caso das experiências na Unicamp posteriormente — como na prefeitura de São Paulo ao final dos anos 1980.⁸⁸

88 POMPÉIA, Roberto, A. *Os laboratórios de habitação no ensino de arquitetura: uma contribuição ao processo de formação do arquiteto*. Tese de Doutorado. FAU-USP, São Paulo, 2006.

1.2 SEDES SINDICAIS E O PROJETO NA MILITÂNCIA

Se por um lado a relação de Vilanova Artigas com o PCB foi já amplamente explorada pela historiografia especializada, focalizando sobretudo o discurso do arquiteto — suas oscilações entre o realismo socialista e o construtivismo, a crítica ao imperialismo, o peso da orientação partidária na visão etapista de aposta no desenvolvimento das forças produtivas e aliança com a burguesia nacional, para a qual pensaria modos renovados de vida privada a partir de seus projetos de casa, entre outros aspectos — parece ter sido pouco explorada, por outro lado, a relação fundamental estabelecida, através do Partido, entre arquiteto e os sindicatos como lugares fundamentais da organização operária.⁸⁹

A dimensão política da arquitetura de Artigas certamente não se limitou a sua potência lírica, ou na relação entre discursos e desenhos, mas foi marcada por seu papel ativo no partido, como na revista *Fundamentos*, promovendo reuniões em sua casa e assumindo papéis centrais que inclusive o levariam à prisão, perseguição, cassação e exílio, como vimos há pouco.⁹⁰ Outro elemento ilustrativo desse papel pode ser pensado a partir da relação de engajamento direto com trabalhadores organizados, algo notável na ampla encomenda de sindicatos — sedes, reformas, colônias de férias — ao arquiteto entre os anos 1950 e 1970. Justamente enquanto projetou uma série de sedes sindicais, Artigas passava por momentos de deslizamentos em sua abordagem projetual. É notável um deslocamento histórico na trajetória do arquiteto da necessidade de comunicabilidade da arquitetura com o *povo* à afirmação da técnica como centro da experimentação estética. De certa forma, sua obra passava de um diálogo com a arquitetura carioca de matriz corbusiana para uma postura que conferia certa monumentalidade à técnica em si, como comentado há pouco.⁹¹ Isso se deve não só, mas também, aos deslocamentos da URSS e do PCB após a morte de Stalin, a relativização do realismo socialista e o redirecionamento a

89 Optamos aqui por abordar especificamente os projetos de sindicatos de Artigas, por se tratar de um conjunto documental consistente e vasto, bem como pela relação direta do arquiteto com essas entidades através do PCB. Há outros projetos de interesse para sindicatos que, no entanto, foram objeto de concursos e não encomendas diretas. É exemplo o concurso para o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo, com primeiro lugar de Zenon Lotufo e Ubirajara Ribeiro (1963).

90 Vale considerar por exemplo o fato de um dos inquéritos contra Artigas ser devido a sua presença nas Cadernetas de Luís Carlos Prestes e, segundo depoimento de sua filha, Rosa Artigas, a Gabriel Cunha, ter constado como fiador de um imóvel do líder comunista. CUNHA, Gabriel Rodrigues. *Uma análise da produção de Vilanova Artigas entre os anos de 1967 e 1976*. IAU USP. São Carlos. 2009.

91 CONTIER, Felipe. Op. Cit.

um discurso em favor da racionalização da construção, bem como à afirmação em nível nacional de uma agenda de alianças e desenvolvimento das forças produtivas como etapa fundamental daquele momento histórico.⁹²

Vale lembrar que, desde 1958, o PCB se voltava a uma orientação mais reformista, com foco no desenvolvimento nacional, pressupondo a necessidade de o país passar por uma revolução burguesa, com a consolidação do capitalismo nacional — superando a dependência e o imperialismo — para que, decorrente disso, fosse possível uma revolução social via luta de classes de fato.⁹³ Tal leitura etapista da história justificava as apostas na aliança entre capital e trabalho, e conseqüentemente, na aliança entre o PCB e a burguesia nacional para superar aspectos arcaicos do país como a estrutura latifundiária ou a dependência econômica internacional. Além disso, o Partido desde 1958 apostou no fato de que o processo político brasileiro dali em diante se daria de forma democrática, hipótese desmontada em 1964, quando se debruçou novamente com a necessidade de formular um balanço da conjuntura e uma orientação tática frente à situação delicada do país.⁹⁴ Tais características daquela força política — de certa forma hegemônica no campo da esquerda à época, embora fosse uma agremiação na maior parte do tempo clandestina, devido às reiteradas ondas de perseguição — são fundamentais para pensar a centralidade do discurso nacional-desenvolvimentista na cultura política das esquerdas da época, e também na formação e legitimação da produção dos arquitetos engajados politicamente.

A encomenda de projetos de sindicatos concretizava um vínculo possível entre o movimento operário e a arquitetura, como atendia também a um programa, que se considerava imprescindível ao desenvolvimento nacional: sedes para a reunião de trabalhadores e sua organização. Nesse sentido, o incremento no processo de desenvolvimento nacional integrava também as expectativas de aliança entre operariado e burguesia nacional e, no caso, as novas sedes dessas entidades encarnavam a imagem institucional do movimento de trabalhadores. Sedes, portanto, modernas, com estruturas aparentes e robustas, grandes vãos para as reuniões de um movimento de massas, e ao mesmo tempo

92 São marcos em geral mencionados sobre esse redirecionamento, o XX Congresso do PCUS em 1956, a fala de Kruchev no Congresso da União Internacional dos Arquitetos em 1960 exaltando a racionalização e uma quebra com o realismo socialista, e, no Brasil, a “Declaração de Março de 1958”, e sua reafirmação no V Congresso, de 1960. Ver CARONE, Edgard. *O PCB. (1964-1982)*. Vol.3. DIFEL. São Paulo, 1982.

93 SEGATTO, José Antonio. *Uma breve história do PCB*. Ed. Ciências Humanas. 1981. São Paulo.

94 Ver “O VI Congresso do PCB e a Construção do Politicismo Tático” in. Secco & Pericas (org.) *História do PCB*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2022.

34 e 35 Sindicato dos
Têxteis de São Paulo,
Brás, 1959. Maquete
da primeira versão do
projeto, e fotografia
do edifício construído,
com detalhe dos
pilares externos.
[Acervo Instituto
Virgínia e Vilanova
Artigas]



alguns deles edifícios marcadamente urbanos, em altura, inseridos em áreas em adensamento nas cidades, como o Brás e a Liberdade em São Paulo.

Vale notar que o movimento sindical naquele momento passava por uma fase crítica de sua história. Pelo menos desde os anos 1930, durante o governo Vargas, vinham sendo vistos como “colaboradores” com o desenvolvimento do país — viabilizando a penetrabilidade do Estado nas massas, e ao mesmo tempo a representação simbólica do operário *no* Estado — mantidos sob regulamentação e burocratização que buscavam cada vez mais um controle que se apresentasse pela forma racional e impessoal, através de normas e leis.⁹⁵ Característica que viria — depois do intervalo democrático de 1946 a 1964 — a se acentuar com o golpe militar, tanto pelo estabelecimento da Política Salarial e da criação do FGTS, quanto especialmente pelo caráter autocrático e repressor. Além de inviabilizar greves e mobilizações, a ditadura viria a intervir diretamente nos sindicatos, mudando suas gestões e o papel, por exemplo, dos comunistas nessas organizações (papel já desempenhado havia décadas e, em geral, motivo de conflitos com diferentes governos, a exemplo dos sucessivos períodos na condição de ilegalidade do PCB).

Com o incremento da industrialização e da demanda por mão de obra, há um paulatino aumento também do número de trabalhadores sindicalizados entre 1945 e 1964, período em que novos temas passam a ser abordados pelos operários organizados, como a inflação, o desemprego, problemas de custo de vida e de abastecimento. Muitos autores chamaram de fase “populista” o período que se segue após 1945, por assumir características como a presença de uma ideologia nacionalista, a existência de organizações paralelas — como



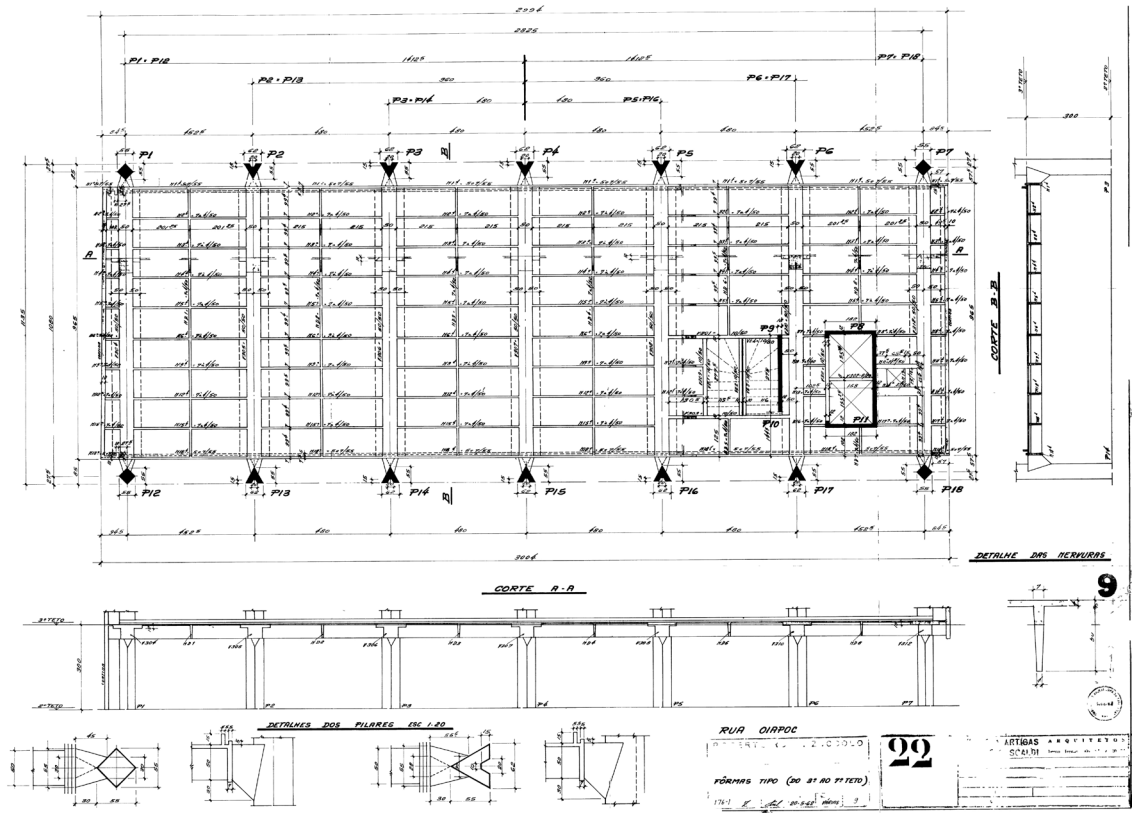
o DIEESE, mas considerando também sistemas como SESI, SESC, os IAPs e a própria CLT — e a participação dos sindicatos agora *consentida* pelo Estado.⁹⁶ A grande presença da esquerda no controle dessas organizações seria um marco do período democrático, e conseqüentemente das alianças que estabeleceu tanto com o segundo governo Vargas quanto com Goulart. Segundo Heloísa Martins, apesar de seu reconhecimento legal anterior, o sindicato atinge outro patamar enquanto órgão de mobilização da classe operária quando se une ao populismo.

Nesse contexto de intervalo democrático, a esquerda atuou aceitando as regras do jogo enquanto pôde assumir o controle dos sindicatos, em aliança com os governos chamados “populistas”, elaborando programas ou reivindicações que beneficiassem os trabalhadores, em uma sociedade dividida em classes. Essa colaboração com o Estado não acontecia, no entanto, sem tensões internas nas disputas pela direção das entidades. Comunistas se manifestavam contra propostas de um sindicato “apolítico”, e muitas vezes advogavam uma maior liberdade sindical. Além disso, vale ressaltar as crescentes divisões entre esquerdas dentro dos sindicatos. Entre 1960 e 1963, um grande número de greves é realizado, assumindo caráter reivindicatório, que excedia em muito as demandas salariais e corporativas. O movimento sindical, portanto, com hegemonia de comunistas e trabalhistas, fazia-se presente — e com papel determinante — na política nacional, com exigências amplas como o apoio à agenda de Reformas de Base.⁹⁷

96 WEFFORT, Francisco C. “Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do pós-guerra)” *Estudos Cebrap*, n.4, Abril - Maio - Junho, 1973, pp.65-106 ; IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed Civilização Brasileira, 1968.

97 Para uma análise que diverge da categorização de “sindicalismo populista” representada sobretudo por WEFFORT (1973), dando menos ênfase no entrelaçamento entre

36 Prancha do projeto estrutural, por Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi, em parceria com o escritório de Roberto Zuccolo. 1960. Seção de Materiais Iconográficos, Biblioteca da FAU-USP.



Martins procurou demonstrar como a própria legislação trabalhista e sindical foi sobretudo uma forma de estabelecer limites ao movimento operário:

“A formalização ou institucionalização das relações de trabalho evidencia que, no momento em que o movimento sindical tornou-se potencialmente perturbador ao equilíbrio da sociedade capitalista, não foi destruído, mas sim incorporado e explorado por ela, em função de seus interesses. Assim, quando na democracia populista, principalmente no início da década de 1960, os interesses políticos do grupo hegemônico exigiram o apelo nacionalista ao proletariado, os limites institucionais foram ultrapassados, permitindo ampliar a faixa de ação do movimento sindical. Mas, nem por isto, esses sindicatos, oficializados numa sociedade capitalista e para ela, deixaram de ser manipulados.”⁹⁸

Mesmo com tais fragilidades, o sindicalismo do intervalo democrático pôde atuar como catalisador político e agente de pressão sobre os governos. A aparente ameaça à ordem capitalista, e a ampla presença da esquerda nos movimentos de trabalhadores, seriam, não à toa, elementos fundamentais para a construção do golpe de 1964 (ensaiado ao longo dos dez anos anteriores e consumado pretensamente como uma contra-revolução preventiva). Em linhas gerais, a ditadura restabeleceu — a exemplo do Estado Novo — o

sindicato e estado e voltando o foco à agência própria dos trabalhadores com protagonismo do PCB, ver SEGATTO, José A. *Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. Apesar de autores como Weffort reconhecerem o papel da pressão dos trabalhadores sobre os rumos do Estado, a ideia de populismo esteve atrelada à avaliação de que as entidades estiveram dominadas por certo “sindicalismo de cúpula” durante o período democrático, justamente devido à ligação íntima com governos e partidos políticos. É interessante notar como tal avaliação, feita no calor da época por acadêmicos, está muito próxima do discurso que circulava dentro dos próprios sindicatos contra os dirigentes “profissionais”, algo que alimentaria paulatinamente ao longo da ditadura militar a ideia de um “novo-sindicalismo”, ligado ao chão de fábrica, e não tutelado por partidos ou questões externas. Ironicamente, o próprio novo sindicalismo que emergiu viria a impactar de maneira sem precedentes a realidade externa aos sindicatos e a abalar em parte as estruturas do regime militar.

98 MARTINS, Heloisa H T de Souza. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. Op. Cit.

sistema sindical “apolítico”, que teria por objetivo somar-se como instrumento do desenvolvimento econômico do país, por meio do controle direto do Estado sobre as entidades. A contenção de atividades de caráter político, alegadamente um desvio das funções sindicais e da colaboração com o desenvolvimento, justificaria intervenções em grande escala nas direções de sindicatos em todo o país. Junto a isso, seriam regulamentadas restrições ao direito de greve e uma política salarial que procurava viabilizar ajustes fiscais e de inflação pelo arrocho dos salários, operação também justificada pela “contribuição” dos trabalhadores nos “esforços” de desenvolvimento nacional.

Tal recuperação histórica do problema político que permeia os sindicatos à época ajuda a compreender o lugar dos sindicatos no cenário político do golpe civil-militar de 1964, bem como no caráter assumido por essas entidades durante o regime que se instalou. A partir disso, podemos refletir sobre os desdobramentos dessa conjuntura nas análises de projetos para sindicatos entre os anos 1960 e 1970, considerando as tramas que os envolveram. Os projetos de Vilanova Artigas para organizações dos trabalhadores — embora existam outros casos interessantes no mesmo período — permitem refletir sobre os vínculos estabelecidos entre arquiteto do PCB e as direções sindicais, e o caráter simbólico assumido pela arquitetura proposta para essas sedes sindicais, em um momento em que o nacional-desenvolvimentismo era parte definidora do vocabulário e da cultura política também dos trabalhadores organizados.⁹⁹

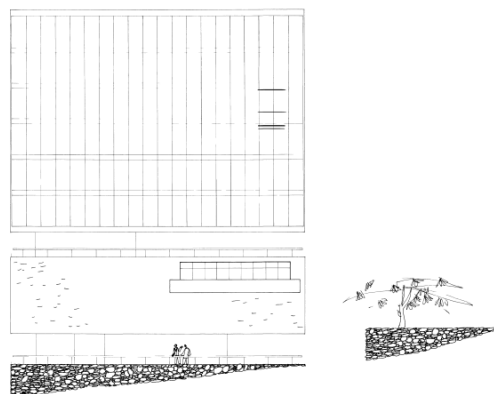
Como veremos, vários desses projetos são atravessados pela ruptura do golpe militar, e é possível acompanhar pelos documentos a trajetória de cancelamentos de contrato, mudanças de assinatura, revisões de soluções, ou mesmo continuidades e retomadas. Antes disso, o arquiteto já havia desenvolvido projetos para o Sindicato dos Bancários, nos anos 1940, entre outros. Merecem destaque projetos como a sede dos Têxteis em São Paulo, no Brás, projetado entre 1959 e 1961, modelo de sede verticalizada que teria desdobramentos ainda em uma série de propostas do arquiteto para edifícios de grande porte. Foi o caso, por exemplo, do quase nunca reconhecido edifício do Sindicato dos Rodoviários no bairro da Liberdade (1963-1971), São Paulo, projeto de Artigas construído, mas com poucos elementos de destaque na paisagem ou na tradição disciplinar da arquitetura.

99 Sobre os Metalúrgicos e os Têxteis de São Paulo, para melhor compreender as tramas em que estava envolvido o contrato ao arquiteto nesses casos, ver: NETO, Murilo Leal Pereira. *A reinvenção do trabalhismo no “vulcão do inferno”. Um estudo sobre os metalúrgicos e têxteis em São Paulo: a fábrica, o bairro, o sindicato e a política (1950-1964)*. Tese de Doutorado. FFLCH USP. São Paulo, 2006.

Este modelo vertical ganharia contornos mais expressivos nos estudos para a sede dos Petroleiros e para os Metalúrgicos do ABC, soluções praticamente idênticas. Considerando a sede dos Têxteis, no Brás, vale destacar como essa torre — aparentemente simples — se enquadra dentro da pesquisa estrutural da obra de Vilanova Artigas. A forma encontrada pelo arquiteto para liberar a planta livre, demanda típica dos edifícios de escritórios modernistas, se dá pela definição de eixos estruturais totalmente externos à laje, pilares de seção triangular que recebem os esforços de vigas transversais sem qualquer interferência no espaço interno criado. Apesar da materialidade final, com uma grande empena cega em concreto e um trabalho artístico de texturas em seu acabamento final, pode-se pensar no partido estrutural em diálogo com uma lógica *miesiana*, mais que a tradição modernista brasileira corbusiana. Como veremos adiante, esse partido estrutural teria desdobramentos nos mais diversos programas atendidos pelo arquiteto.

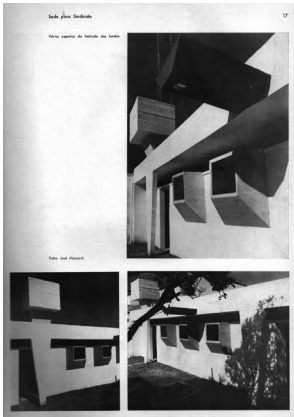
Na ocasião de inauguração da sede dos Têxteis, nove anos após o início do projeto, já em 1968, Artigas proferiu um discurso profundamente engajado com a entidade sindical, assumindo praticamente o lugar de membro do sindicato. O arquiteto celebrava a “pujança e capacidade de realização dos trabalhadores quando unidos”. Aquela sede, concretizada a partir de seus desenhos, era agora “o ponto de encontro necessário para a troca de opiniões, para as assembleias e reuniões culturais, para nossas festas e comemorações”. O que antes “parecia um sonho, hoje é uma realidade concreta”. O evento tinha como motivação não apenas celebrar a nova sede construída, mas, confirmando a pujança atribuída pelo arquiteto aos trabalhadores organizados, anunciava-se ali o início dos trabalhos para uma nova construção: a Colônia de Férias dos Têxteis, em Praia Grande, que, segundo Artigas, “completaria a realização da sede”, passando de fato a “etapas cada vez mais altas de nossa capacidade realizadora”. Aquela Colônia visava “transformar o descanso merecido pelo trabalhador num descanso ativo, criador, capaz de engrandecê-lo cada vez mais”. Aquelas conquistas confirmavam sua capacidade, de crescente “importância e significação”, colocando-se “tarefas à altura da missão do trabalhador no mundo novo que vemos despontar apoiado nos ombros dos que produzem”.¹⁰⁰ O conteúdo de tais falas em meio àquele período conturbado, como vimos há pouco, e de tamanha pressão sobre si, é emblemático e ilustrativo do ânimo de Artigas com relação à organização real e concreta dos trabalhadores em suas entidades.

100 Documento datilografado pelo arquiteto com correções à mão. Acervo Instituto Virgínia e Vilanova Artigas.



Um esquema um pouco diferente para sedes de sindicatos em torres foi experimentado em estudos para o Sindicato dos Petroleiros e para a sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campos. Nenhum dos dois foi construído, mas no caso dos Metalúrgicos do ABC — sindicato que ganhava força ao longo das décadas anteriores dada a expansão da indústria automobilística e setores de montagem que se estabeleceram na região — o projeto foi levado adiante por alguns anos. Iniciado em 1963, contratado por dirigentes ligados ao PCB — o Sindicato tinha secretário geral forte do Partido, Horizon Saraiva de Castro, que com o golpe, foi substituído pelo interventor Clemitre Guedes — o processo foi afetado pelo golpe de 1964. Havia sido aprovado na municipalidade em 1965, contando com assinaturas de Carlos Cascaldi naquele momento de inquéritos, exílio e clandestinidade de Artigas. A proposta de Artigas e Cascaldi para a sede daquele sindicato de destaque foi abandonada em 1969. A gestão vigente naquele momento era exercida por Paulo Vidal, sindicalista que transitava bem na interlocução com o governo, e agia como continuidade das gestões interventoras pós golpe de 1964. A motivação para o cancelamento do projeto, desenvolvido ao longo dos seis anos anteriores, era que os comunistas buscavam fazer construções suntuosas, que não correspondiam ao orçamento de um sindicato, nem com sua representação simbólica desejável. Segundo Vidal, em substituição à proposta para um “Palácio dos Trabalhadores”, sua gestão apresentou uma proposta mais austera, com desenho de planta elaborado por ele mesmo e desenvolvido por um engenheiro.¹⁰¹

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC se tornou o mais central dos sindicatos na emergência do novo sindicalismo, e não deixa de ser emble-



mático que o projeto de um dos mais reconhecidos arquitetos da época tenha sido abandonado em nome de uma desavença política. A nova sede, segundo o presidente do sindicato, projetada sem arquitetos, fora ocupado por enormes assembléias diversas vezes após sua inauguração nos anos 1970, e foi palco de momentos históricos nas décadas posteriores.¹⁰² Tal dinâmica de uso e ocupação do espaço enriquece a leitura dos desenhos da versão não construída de Artigas para aquele sindicato. O embasamento do edifício lâmina abria pequenos espaços de varanda, quase como parlatórios, púlpitos para discursos voltados à área externa do edifício.

Além da entidade do ABC, Artigas fez estudos também para os Metalúrgicos de São Paulo, e o projeto construído para os Metalúrgicos de Guarulhos, 1969, em uma edificação baixa com o grande vão de reuniões definido por estrutura metálica complementar ao fundo, diferente da maioria das soluções dadas pelo arquiteto em que o grande vão é incorporado na organização do volume único do projeto.

Elementos construtivos e de expressividade presentes em estudos como aquele do ABC foram incorporados no projeto do Sindicato dos Tecelões de Itú. A sede projetada para a malha urbana de uma pequena cidade do interior paulista se adequa a seu entorno por meio de uma construção térrea, com elementos em concreto como aberturas protuberantes na fachada ou pilares com leve inclinação. Mesmo em uma situação como esta, pouco suntuosa neste caso, a experimentação técnica e plástica com o concreto se faz presente.

102 Vale ressaltar momentos icônicos, em diferentes períodos, com a militância de apoio a Luís Inácio Lula da Silva, importante membro do Sindicato desde os anos 1960. Em 2016, quando o ex-presidente passava por uma prisão preventiva, fruto da Operação Lava-Jato, fez um discurso para multidões em frente ao edifício.

39 Visita do
Governador Laudo
Natel à Sede do
Sindicato dos
Metalúrgicos do ABC
em 1973
Arquivo Público do
Estado de São Paulo



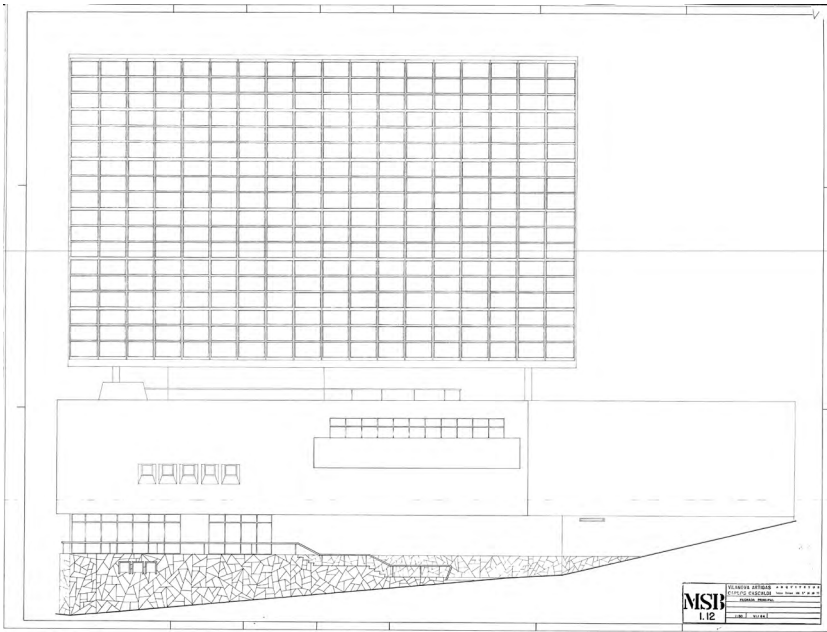
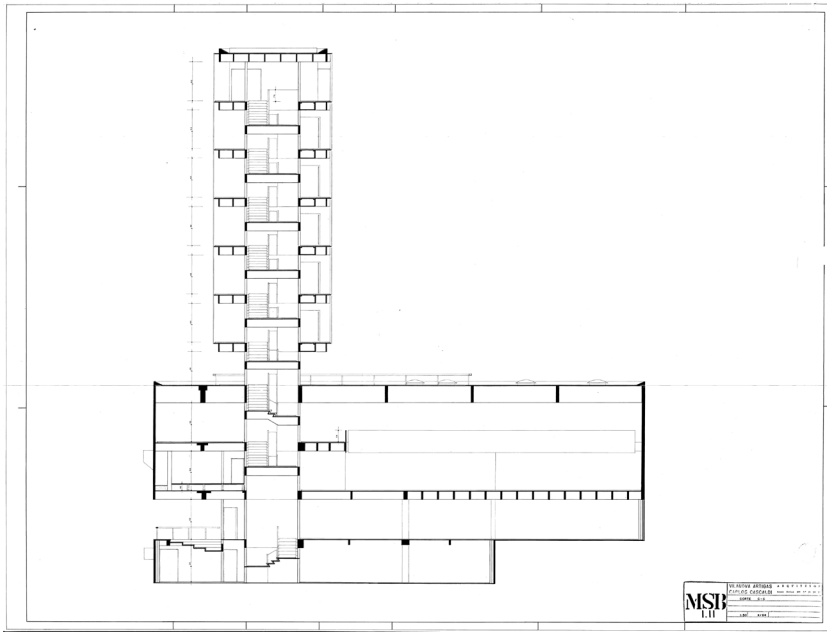
40 Sede construída
em 1970 pela diretoria
- Paulo Vidal e Luís
Inácio da Silva
Fonte: Sindicato dos
Metalúrgicos do ABC

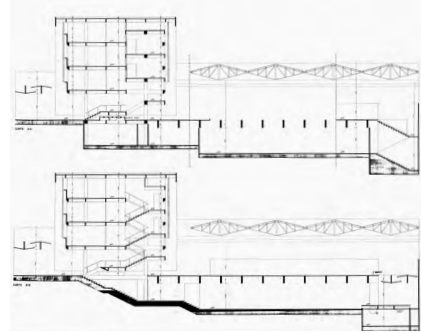


O recurso expressinho utilizado nas janelas sugere um diálogo indireto com projetos daquela época como o Whitney Museum de Marcel Breuer em Nova York (1964-1969), ou mesmo o módulo habitacional pré-fabricado projetado por Niemeyer no CEPLAN da UnB em 1962.

Como vimos há pouco em seu discurso de 1968, Artigas desenvolveu uma série de projetos também para Colônias de Férias desses Sindicatos — espaços que ganhavam centralidade na identidade das entidades e também como espaços de encontro para as organizações. Para a Colônia de Férias dos Metalúrgicos de São Paulo, seu projeto previa uma torre mais alta e uma menor, ambas sobre um embasamento único que se refere de modo surpreendente aos procedimentos de projeto da FAU-USP, especialmente em planta: uma circulação infinita, em torno de um vazio central, conectando duas faixas de programa. Neste caso, não distribuídos em meios níveis deslocados, mas na mesma laje e apenas em dois níveis. Há, portanto, um só lance de rampas, que não deixa de definir formalmente um dos limites do espaço. A distribuição da estrutura tem modulação concentrando pares de pilares em cada faixa do embasamento, de maneira que a estrutura das torres já estava resolvida nesses eixos. É digno de nota como o projeto localizou a piscina — um dos centros do programa da Colônia de Férias — sobre laje, e exatamente no vão central sobre os vazios criados em planta. Nos cortes é possível notar também como o desenho das colunas tem destaque no espaço livre do nível terreno, marcando a transição de esforços — como de praxe em toda a obra de Artigas —, mas nesse caso, tratando a base do pilar como se construída em pedra. Se o recurso às paredes de pedra fora sempre utilizado pelo arquiteto, isso em geral se dava nas paredes e arrimos que continham movimentos de solo, contrastando com a estrutura construída que viria a repousar sobre o chão, a exemplo da Garagem de Barcos Santa Paula, mas também a tantos

41 Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, 1963-1969, São Bernardo do Campo (não construído)
Seção de Materiais Iconográficos
Biblioteca da FAU-USP

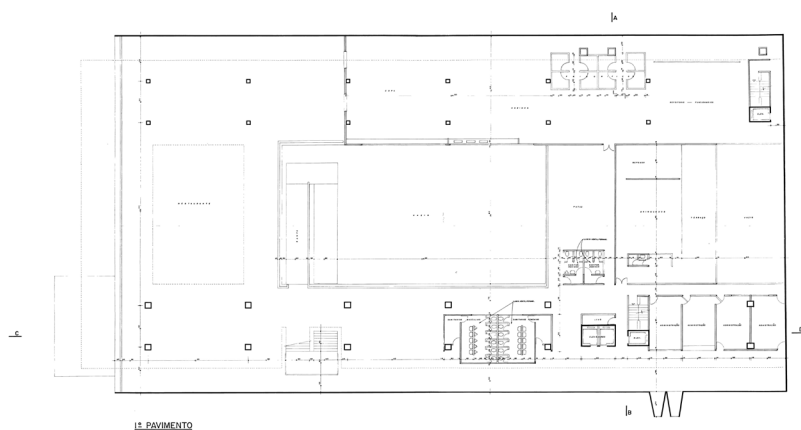




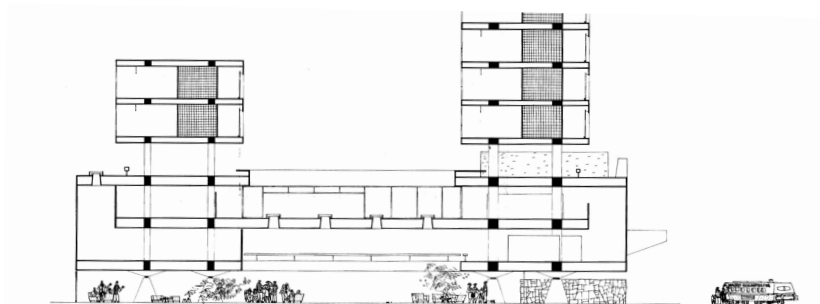
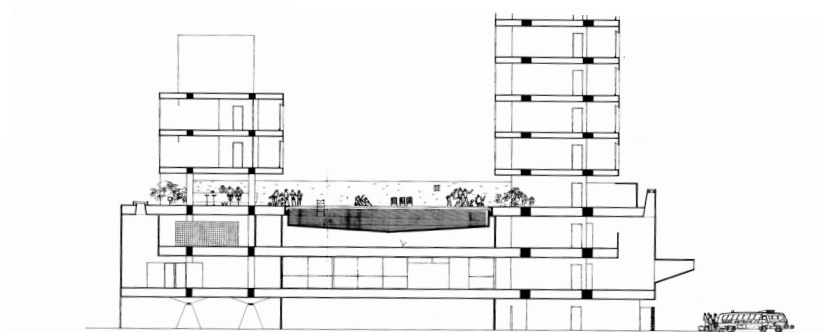
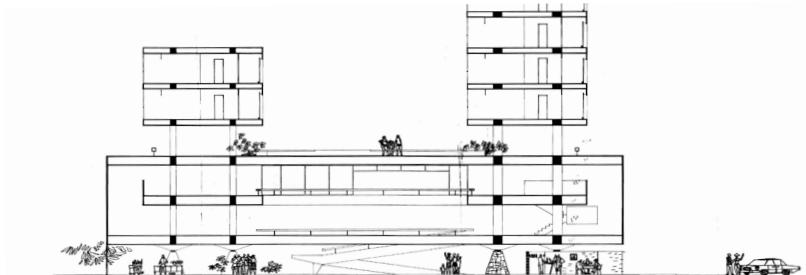
outros projetos em que tal elemento apareceu. Aqui, na Colônia de Férias do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, a base da coluna em pedra parece fugir à própria lógica do material, indicando um movimento curioso do arquiteto em meio a décadas de pesquisa estrutural e formal.

Na mesma família de projetos para Colônias de Férias, a encomenda para o Sindicato dos Rodoviários, na Praia Grande, litoral paulista, teve início em 1982 e se desenvolveu até o ano de 1986 no escritório de Artigas e seus colaboradores. O projeto teve diversas soluções com torres maiores e menores, para abrigar andares de hotel, e com um embasamento cujas soluções estruturais buscavam maior expressividade nas formas de iluminação zenital para os espaços de convivência. O projeto chegou a ser construído e radicalmente modificado em alguns anos. Ao longo do desenvolvimento, as estruturas de sombreamento foram eliminadas, deixando apenas a piscina sobre laje — acima do embasamento — destacando-se como elemento estrutural (ainda reconhecível, apesar dos novos revestimentos aplicados). Nos desenhos de execução, há também uma série de estudos para a disposição de cores nos revestimentos da piscina, ao modo daqueles feitos pelo arquiteto para casas nos anos 1950, como a Casa Baeta, entre outras.

Voltando, então, ao Sindicato dos Têxteis de São Paulo, Artigas projetou, entre 1969 e 1971 a Colônia de Férias daquela entidade na Praia Grande. Neste caso, um edifício horizontal de grandes proporções abriga por completo o equipamento de lazer dos trabalhadores têxteis. Alguns volumes organizam quartos, salas e espaços livres, todos dispostos sob uma grande cobertura e totalizando 6650m². O programa da colônia vai além do apoio como apartamentos e vestiários, contando com vasto aparato de espaços de sociabilidade para frequentadores: salas de projeção de filmes, bilhar, conferências, jogos, música, bailes, jardim interno, áreas para programação infantil, entre outras.



44 a 47 Colônia de Férias do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, São Vicente (1970s): Planta do 10 Pavimento; Cortes transversais. Seção de Materiais Iconográficos Biblioteca da FAU-USP

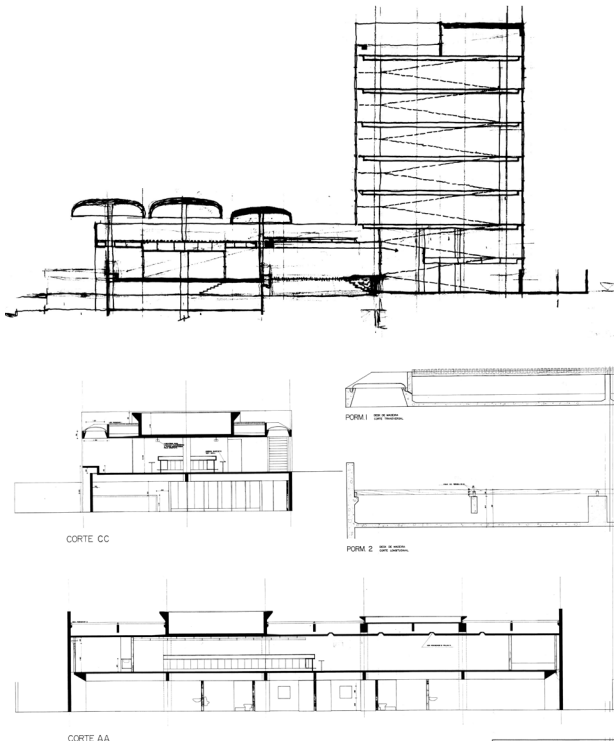


O loteamento daquela área na Praia Grande abria a Avenida dos Sindicatos, que concentrou várias Colônias como aquela, incluindo também aquela dos Rodoviários, também projetada por Artigas. Por volta de 1969, quando os Têxteis se organizavam para dar início ao projeto, encontraram uma série de dificuldades com o terreno, uma vez que aquela área de mangue estava sendo aterrada pela Prefeitura local para a demarcação das novas ruas. O fato do loteamento se situar sobre mangue, e a execução das ruas concorrente com o planejamento de construções pelos sindicatos, demonstra uma evidente diferença de tratamento dada aos empreendimentos que não visavam a comercialização, e sobretudo, neste caso, aqueles voltados aos trabalhadores organizados. O projeto da Colônia dos Têxteis, no entanto, mirou a construção de um equipamento de qualidade para os trabalhadores, apostando em áreas de sociabilidade cobertas para driblar os dias chuvosos, e combinando lazer, descanso a um lugar de encontro e organização política.

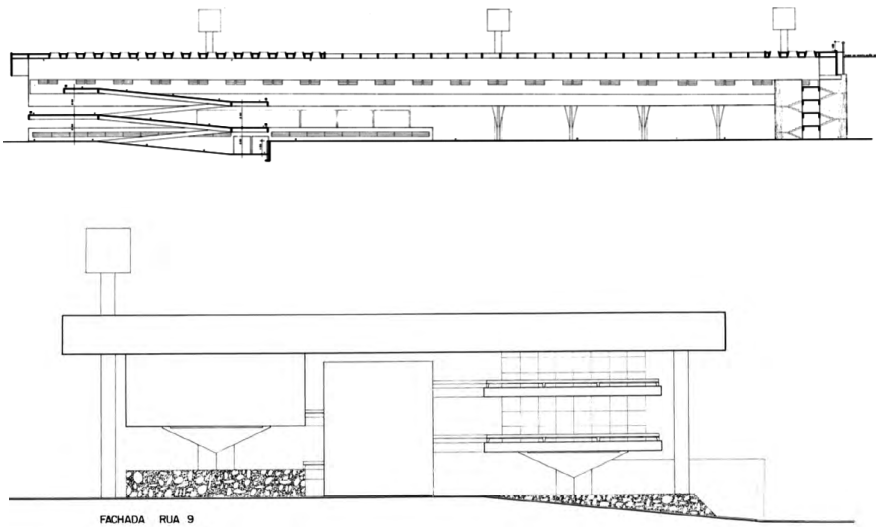
Também neste caso, a solução é muito próxima daquela dada às escolas do início dos anos 1960 e sobretudo do edifício da FAU-USP, novamente. Há semelhança inclusive com as rodoviárias já na década de 1970, o que faz lembrar do caráter amplo da abordagem técnica e estética do arquiteto para uma diversidade de projetos, independentemente dos programas atendidos, buscando um modo de resolver demandas com estruturas tão pesadas quanto expressivas, a atendendo a um postulado de desenvolvimento industrial e social do país, “da casa ao viaduto”. Justamente este postulado parece encarnar também pontos sensíveis e contraditórios do projeto: grandes pilares se definem como coluna e capitel, congregando por um lado a expressividade estrutural e por outro certa visão de montagem, típica das estruturas pré-fabricadas, ou de “obras de arte” rodoviárias como pontes e viadutos. Fotos do canteiro de obras, no entanto, revelam o caráter tradicional de sua execução, e mesmo precário, que contrasta com a beleza resultante das estruturas acabadas. As condições de trabalho no canteiro, expressas na ausência de equipamentos de proteção, por exemplo, — assunto que na segunda metade dos anos 1970 vinha sendo cada vez mais abordado nas revistas de engenharia, devido ao grande número de revoltas de trabalhadores por conta do elevado número de acidentes de trabalho nas grandes obras do regime¹⁰³ — levanta uma relevante contradição ainda presente naquele momento, mesmo em meio a encomendas do próprio movimento de trabalhadores.

103 CAMPOS, Pedro H. “Os empreiteiros de obras públicas e as políticas da ditadura para os trabalhadores da construção civil” in. EM PAUTA, Rio de Janeiro, 2014, n. 33, v. 12, p.65-83

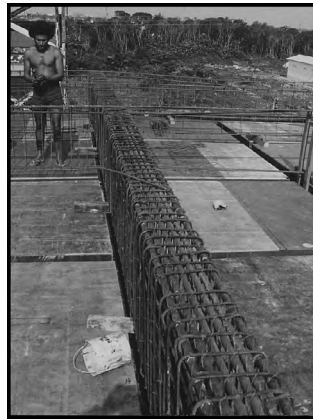
48 Colônia de Férias
do Sindicato dos
Rodoviários, Praia
Grande (1982-1986)
Projeto Executivo
Seção de Materiais
Iconográficos
Biblioteca da FAU-USP



49 Colônia de Férias
dos Têxteis, Praia
Grande, SP (1970-
1981) ; Desenhos
Seção de Materiais
Iconográficos
Biblioteca da FAU-USP



50 e 51 Colônia de
Férias dos Têxteis,
Praia Grande, SP
(1970-1981); Fotos de
Obra.
Seção de Materiais
Iconográficos
Biblioteca da FAU-USP



Novamente aqui, para os Têxteis, as paredes em pedra aparecem, mas remetendo com clareza ao terreno em movimento, e do qual despontam as colunas em concreto — dessa vez com aspecto liso das formas, e não as marcas de ripas de madeira, como apareciam na FAUUSP. Para além desse tratamento dos materiais, guardando algum resquício da fase wrightiana do arquiteto, vale reforçar seu partido de disposição espacial, novamente definido pelas duas faixas de programas distribuídas em planta como em circulação infinita, agora sim, também em meios níveis. As etapas de construção do edifício tomaram partido dessa organização em volumes diferentes, construindo antes os dois pequenos edifícios e o volume de circulação em rampas, para depois construir a grande cobertura que os abrigaria. Tal esquema privilegia a definição de um grande vazio central, uma recorrência nos projetos do arquiteto e de seus colegas à época, que acabou por aparecer, quando não nos edifícios universitários ou escolares, em espaços da sociabilidade burguesa, como clubes ou residências unifamiliares. Aqui, no espaço de lazer dos trabalhadores, aquela forma parecia assumir sentidos concordantes com aspectos políticos do discurso do arquiteto.

Na segunda metade dos anos 1970, as obras avançavam em ritmo acelerado, mas enfrentaram momentos de incerteza com atrasos e interrupções do processo devido a questões de financiamento e acordos com a Caixa Econômica Federal, e notadamente a crise econômica crescente daquele período, com inflação galopante na passagem para a década de 1980. Em tal situação, a ausência de cobertura gerou prejuízos, considerando o madeiramento e a impermeabilização das partes concluídas e descobertas, naquela região com chuvas constantes. No fim da década, na medida em que a cobertura ia se aproximando de ser concluída, eventos foram realizados no espaço criado e até mesmo os quartos já começavam a funcionar.



52 e 53 Colônia de Férias dos Têxteis, Praia Grande, SP (1970-1981); Fotos de Obra. Seção de Materiais Iconográficos Biblioteca da FAU-USP

Diferente do caso da Colônia dos Rodoviários, — em que a qualidade da obra parece ter sido aos poucos comprometida durante o próprio processo de projeto executivo — agora, com o Sindicato dos Têxteis, que contratara Artigas para desenhar sua sede ainda nos anos 1950, a obra parecia ser apropriada com orgulho pelo contratante. “O Trabalho Têxtil”, jornal da entidade, publicou um especial acerca do processo da construção da nova Colônia, mostrando “como é difícil construir uma colônia de férias”, e detalhando os gastos com cada etapa da obra, desde 1974 até o início dos anos 1980. Ali, destacavam a relação entre Artigas e sua “obra de arte”, e atestavam com orgulho: “Nossa colônia de férias não é um sonho”.¹⁰⁴

Na mesma edição, um trecho de entrevista de Artigas ao jornal foi destacado. Ali, o arquiteto trazia alguns pontos relevantes de como, naquela passagem para os anos 1980, mantinha firmes alguns elementos de seu discurso político. Na colônia, o trabalhador teria um “lazer desalienante”. Seria ali um espaço para “organizar a vida social capaz de planificar o futuro da categoria na sua volta ao trabalho”, uma colônia “para criar raízes a serem plantadas”. Enquanto espaço não só de descanso, segundo Artigas, seria voltada menos ao corpo, e mais à cabeça do trabalhador. “A maneira contrária de como o patrão trata o operário”. A aliança entre trabalhadores e desenvolvimento fomentada pelos comunistas nos anos 1960 reaparece aqui no discurso de Artigas, demonstrando ainda algum ânimo com as possibilidades de futuro a partir da organização operária: “Esta realização do

104 Em outro documento da entidade, é possível notar que a recorrência de tal prestação de contas também indica que o sindicato procurava se proteger de eventuais denúncias de irregularidades. “Quem pensa que o dinheiro destinado à construção de nossa colônia de férias está sendo mal empregado, engana-se”. A execução do projeto foi de responsabilidade do empreiteiro Agustin Mallart.

Sindicato marca a possibilidade dos brasileiros para o futuro: veja como nós vamos construir nossa aurora verdadeira daqui a algum tempo. O exemplo de como fazer as coisas está dado”.¹⁰⁵ O discurso do arquiteto permite entrever algum otimismo e persistência, frente aos anos de ditadura que se passaram e o atingiram diretamente. Ao mesmo tempo, o peso dado àquele edifício enquanto exemplo de como seria construída a “aurora verdadeira” dos trabalhadores, parece sugerir também indícios do descompasso entre as diferentes gerações das esquerdas, que agora travavam novas disputas por hegemonia com vistas ao processo de redemocratização do país.¹⁰⁶

A apropriação daquela obra ainda em andamento — que já completava praticamente uma década de processo, àquela altura — produziu um episódio emblemático do arco histórico de transformações e permanências tanto na arquitetura quanto no próprio sindicalismo. A Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) do ano de 1980 aconteceu no edifício da Colônia de Férias do Sindicato dos Têxteis ainda em obras, fazendo uso do potencial político de seu grande vão interno, em pleno momento de declínio da ditadura e início do longo processo transição política. Aquele grande encontro, com presenças desde a do emergente líder do novo sindicalismo, Luís Inácio da Silva, como também do tradicional líder comunista Luís Carlos Prestes, indicou depois de longa assembleia com disputas e polêmicas a fundação da Central Única de Trabalhadores (CUT), fechando um arco histórico que conectava a esquerda comunista dos anos 1950 à nova esquerda que emergia com o fim da, e levando ao fim a ditadura, envolvendo para além dos sindicatos, movimentos relevantes do período como aquele Contra a Carestia, e a própria fundação do Partido dos Trabalhadores (PT).

105 Jornal “O Trabalho Têxtil”, 1980. Coleção Vilanova Artigas, Seção de Materiais Iconográficos, Biblioteca da FAUUSP

106 Sobre tal descompasso, ver o capítulo “A nova esquerda nos anos 1970 e a implosão do frentismo cultural”, em NAPOLITANO, Marcos. *Coração Civil*. Op Cit. p.263



Artigas e sua obra de arte

El arquitecto autor e articulador Vilfredo Artigas faz o estudo do projeto da nova Colônia de Férias. Administrador das terras do município que ele administra, o "Estatuto Estat" sobre sua obra, a Colônia de Férias dos Têxteis, tem o propósito de ser um espaço para o lazer e o convívio social, onde se possa desenvolver não só o lazer, mas também a cultura e a educação.

Em 1970, Artigas, arquiteto e administrador da obra, inicia o projeto de construção da Colônia de Férias dos Têxteis. A obra é dividida em duas partes: a primeira, a construção das casas, e a segunda, a construção das áreas comuns.

No entanto, dois anos, o projeto de construção da Colônia de Férias dos Têxteis, em 1970, é interrompido. A obra é retomada em 1971, com o projeto de construção das áreas comuns.

Artigas, arquiteto e administrador da obra, inicia o projeto de construção da Colônia de Férias dos Têxteis. A obra é dividida em duas partes: a primeira, a construção das casas, e a segunda, a construção das áreas comuns.

NOSSA COLÔNIA DE FÉRIAS NÃO É UM SONHO

Uma obra em construção, para o arquiteto Vilfredo Artigas, não é um sonho, é uma realidade. Ele está trabalhando para que a Colônia de Férias dos Têxteis seja uma obra de arte, não apenas uma obra de construção.

Veja como é difícil construir uma colônia de férias. E quanto custa.

DE 10 A 20 DE AGOSTO DE 1971
 O custo da obra é de R\$ 100 milhões. O custo da obra é de R\$ 100 milhões. O custo da obra é de R\$ 100 milhões.

DE 20 A 30 DE AGOSTO DE 1971
 O custo da obra é de R\$ 100 milhões. O custo da obra é de R\$ 100 milhões. O custo da obra é de R\$ 100 milhões.

DE 30 DE AGOSTO DE 1971
 O custo da obra é de R\$ 100 milhões. O custo da obra é de R\$ 100 milhões. O custo da obra é de R\$ 100 milhões.

DE 30 DE AGOSTO DE 1971
 O custo da obra é de R\$ 100 milhões. O custo da obra é de R\$ 100 milhões. O custo da obra é de R\$ 100 milhões.

Em 1970, Artigas, arquiteto e administrador da obra, inicia o projeto de construção da Colônia de Férias dos Têxteis. A obra é dividida em duas partes: a primeira, a construção das casas, e a segunda, a construção das áreas comuns.

Em 1971, Artigas, arquiteto e administrador da obra, inicia o projeto de construção das áreas comuns. A obra é dividida em duas partes: a primeira, a construção das áreas comuns, e a segunda, a construção das áreas comuns.

Em 1972, Artigas, arquiteto e administrador da obra, inicia o projeto de construção das áreas comuns. A obra é dividida em duas partes: a primeira, a construção das áreas comuns, e a segunda, a construção das áreas comuns.

Em 1973, Artigas, arquiteto e administrador da obra, inicia o projeto de construção das áreas comuns. A obra é dividida em duas partes: a primeira, a construção das áreas comuns, e a segunda, a construção das áreas comuns.

Em 1974, Artigas, arquiteto e administrador da obra, inicia o projeto de construção das áreas comuns. A obra é dividida em duas partes: a primeira, a construção das áreas comuns, e a segunda, a construção das áreas comuns.

Em 1975, Artigas, arquiteto e administrador da obra, inicia o projeto de construção das áreas comuns. A obra é dividida em duas partes: a primeira, a construção das áreas comuns, e a segunda, a construção das áreas comuns.

Em 1976, Artigas, arquiteto e administrador da obra, inicia o projeto de construção das áreas comuns. A obra é dividida em duas partes: a primeira, a construção das áreas comuns, e a segunda, a construção das áreas comuns.

Em 1977, Artigas, arquiteto e administrador da obra, inicia o projeto de construção das áreas comuns. A obra é dividida em duas partes: a primeira, a construção das áreas comuns, e a segunda, a construção das áreas comuns.



54 e 55 Colônia de Férias dos Têxteis, Praia Grande, SP (1970-1981) Seção de Materiais Iconográficos Biblioteca da FAU-USP

56 Artigas na obra da Colônia de Férias dos Têxteis [Acervo IVVA]

57 e 58 Colônia de Férias dos Têxteis, Praia Grande, SP (1970-1981) ; CONCLAT, 1980, na obra
Seção de Materiais Iconográficos
Biblioteca da FAU-USP





59 Cenas do Documentário "1a Conclat - Conferência Nacional dos Trabalhadores" Produção CUT e Tatu Filmes

1.3 ARQUITETOS E ENCARGOS PÚBLICOS

Por ocasião da primeira Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, em 1973, Miguel Pereira escreveu manifestação em nome do diretório nacional do IAB, afirmando que: “A criação do BNH e, posteriormente, do SERFHAU, definiu o golpe de misericórdia no exercício liberal de nossa profissão”.¹⁰⁷ O arquiteto se referia a dois pilares fundamentais da política urbana e habitacional do regime — o Banco Nacional de Habitação e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo —, mas também de uma cadeia de financiamento da construção civil que esteve nas bases do funcionamento da economia nacional, como veremos nos próximos capítulos. Em Julho do mesmo ano, o IAB encaminhou ao Presidente da República, General Garrastazú Médici, uma manifestação exigindo a revisão do Decreto 72.493, que estabelecia regras de progressão da carreira de funcionários públicos e não concedia a arquitetos possibilidades dignas e condizentes com as funções que tais profissionais vinham assumindo naquele quadro de desenvolvimento nacional. A manifestação dos arquitetos alertava:

“É certo que as transformações do sistema econômico e social definiram para o arquiteto uma correspondente e radical transformação no mercado de trabalho, condicionando-lhe a evolução dos procedimentos profissionais, do exercício liberal da profissão, no sentido da atividade assalariada. Este novo conjunto de fatores tem exigido novos parâmetros de formação profissional e uma prática mais sofisticada e instrumentada, para a qual os arquitetos estão atentos e preparados. Nesse nosso estágio de exercício profissional do arquiteto, o Serviço Público surge, indubitavelmente, como centro de interesse na definição de novos caminhos na perseguição de um “know how” brasileiro que responda aos desafios do atual processo de desenvolvimento. Os arquitetos brasileiros esperam, portanto, que os organismos que detêm o poder de decisão respondam à evolução desse acervo de serviços já prestados, ao mesmo nível com que as referências à arquitetura brasileira têm sido feitas para o consumo nacional e internacional.”¹⁰⁸

107 *CJ. Arquitetura*, n.3, 1973.

108 *Idem.*

Não obstante a manifestação do IAB, a pesquisa sociológica de José Carlos Durand, realizada no início dos anos 1970, apontou que o funcionalismo público era, na verdade, visto com certo estigma pelos próprios arquitetos. No senso comum do campo, ressaltava-se menos, segundo a pesquisa, a contribuição social desses profissionais e mais um rótulo de improdutividade, como parte de uma burocracia que seria desestimulante à criatividade, com a reprodução de atividades rotineiras dentro da “máquina emperrada do Estado”.¹⁰⁹ Essa avaliação apareceu naquele trabalho de 1972 através de entrevistas com profissionais variados, em um universo aparentemente restrito. Conforme veremos, por outro lado, o setor público foi lugar importante de recrutamento profissional, e, em muitos casos, concedeu ao arquiteto responsabilidades de escala inédita na transformação da cidade. Especialmente naquele período de modernização conservadora em que o Estado ainda respondia por uma série de atribuições na construção direta de equipamentos ou na formulação de planos, fosse elaborando estudos iniciais ou amparando editais de concursos, concorrências, licitações e criação de parâmetros para consultorias externas, ou ainda por meio do desenvolvimento de projetos completos.

A consciência de certo potencial “ocioso” nas atribuições dadas a arquitetos no setor público motivou também recorrentes protestos e críticas organizadas pelos órgãos de classe, como o IAB e os Sindicatos de Arquitetos que passaram a se formar desde o início dos anos 1970. A valorização do profissional de arquitetura nas repartições públicas foi um dos fatores importantes que impulsionaram a criação de entidades sindicais no campo da arquitetura. Em São Paulo, o Sindicato dos Arquitetos se formou em 1970, com articulações que partiram do IAB-SP, envolvendo arquitetos como Alfredo Paesani, Jon Maitrejean, Ícaro de Castro Mello e João Clodomiro de Abreu, que chamavam a atenção para o crescente número de profissionais formados, que vinham sendo absorvidos pelo mercado de trabalho em novas formas que demandavam reflexão e suporte da categoria.¹¹⁰ A criação de uma carreira específica para arquitetos no serviço público em nível estadual foi uma demanda central naquele momento, partindo da necessidade de diferenciar postos de arquitetos e engenheiros, mesmo em um contexto em que o estado de São Paulo contava com 347 arquitetos em diferentes órgãos, como o Departamento de Obras

109 DURAND, José Garcia. *A profissão do arquiteto (estudo sociológico)*. Dissertação de mestrado. FFLCH USP. São Paulo, 1972.

110 Carlos Alberto Barbosa, “A hora e a vez da Federação dos Arquitetos” in. *Arquiteto*, IAB-SP, 1972, n.1, p.2 ; Sobre o contexto de formação do Sindicato, ver VIDOTTO, Taiana Car. *O papel das instituições representativas dos arquitetos no Estado de São Paulo durante o Regime Militar (1964-1985)*. Tese de Doutorado. Unicamp: Campinas, 2020.

Públicas (DOP), o Fundo Estadual de Construções Escolares (FECE), o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), a Companhia Energética de São Paulo (CESP), entre outros organismos como na Secretaria de Economia e Planejamento.¹¹¹

A revista *Visão*, em Junho de 1972, dedicou uma reportagem aos problemas das cidades e da arquitetura no Brasil. Lembrando a necessidade de “verdadeiras cirurgias”, segundo o Prefeito Figueiredo Ferraz, para resolver o problema de cidades como São Paulo, a reportagem destacava que “a melhor técnica operatória é o planejamento urbano (com o que todos concordam) e o mais adequado cirurgião é o arquiteto (o que muitos ainda não descobriram)”. A pequena participação do setor público no número de construções aprovadas pela prefeitura aparecia na reportagem como um índice da baixa valorização do arquiteto na construção da cidade.¹¹² Também a revista *Veja*, em Junho de 1973, por ocasião da primeira Bienal de Arquitetura de São Paulo, reunindo uma longa reportagem ao estado da profissão da arquitetura e do urbanismo, juntando depoimentos de arquitetos e destacando também descontentamentos e reivindicações por valorização.¹¹³

Durante o regime militar, vários campos profissionais, passaram por um fenômeno paralelo àquele do conflito político aberto, que levou a prisões, mortes, exílio, militância clandestina ou luta armada. Trata-se do processo que Rodrigo Patto Sá Motta buscou caracterizar como estratégia de *acomodação*, e que trataremos aqui como formas de *inserção* nas estruturas do Estado ou do mercado. Em postos de trabalho mais ou menos estáveis, muitos desses profissionais encontraram lugar possível de atuação, uma brecha para colocar ideias em prática, e mesmo um espaço através do qual era possível dar resguardo a colegas em situação de perseguição política e clandestinidade.¹¹⁴ Este processo foi frequente no campo cultural mais amplo durante o regime militar, em lugares como a Universidade, repartições públicas em diferentes áreas, órgãos de cultura, ciência e pesquisa.¹¹⁵

111 Álvaro Caldeira, “O arquiteto, uma carreira que não existe” in. *Arquiteto*, IAB-SP, 1972, n.1, p.13

112 *Visão*, Junho de 1972. Disponível na Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade.

113 Revista *Veja*. “I Bienal Internacional de Arquitetura – Tema: o ambiente que o homem organiza”, São Paulo: 20 de junho de 1973, no 250, pp. 84-92

114 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política*. Páginas, Universidad Nacional de Rosario, 2016.

115 ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994 ; MAIA, Tatyana Amaral. *Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)*. São Paulo: Iuminuras, 2012.

Interessa olhar, aqui, para o funcionalismo público no campo da arquitetura em São Paulo durante o regime militar, suas transformações e expansão, seu funcionamento ora como lugar de brechas de atuação ora como lugar de reprodução burocrática, como lugar que oscilou entre o anonimato ou o reconhecimento de experimentações, e lugar também de inserção que por vezes viabilizou maior importância da arquitetura junto ao poder político.

1.3.1 O FUNCIONALISMO PÚBLICO COMO BRECHA DE ATUAÇÃO

A trajetória do funcionalismo público na arquitetura não é, certamente, uma novidade do período do regime militar, embora, como veremos, as condições econômicas e institucionais tenham — não sem contradições — ampliado este espaço de atuação.

Um marco histórico fundamental para a relação entre arquitetos e encomenda pública — em sua maior parte não como servidores, vale frisar — é o Programa de Ação do Governo do Estado (PAGE), na administração de Carvalho Pinto (1959-1963). Neste momento, houve um aumento exponencial da demanda por projetos públicos, que, graças a negociações do IAB-SP, foram distribuídos a algo em torno de 160 arquitetos com seus escritórios autônomos, para projetarem escolas, fóruns e equipamentos de saúde em todo o Estado, como bem mostrou Mônica Junqueira de Camargo.¹¹⁶ O investimento total do PAGE chegava a ser algo próximo a um terço do Plano de Metas do governo JK, e o tinha de fato como inspiração.¹¹⁷

Dentro do PAGE, as escolas configuraram a encomenda mais numerosa aos arquitetos. Os projetos escolares tiveram como mote, naquele período, a não padronização dos edifícios, em nome de uma adequação às diferentes situações. Este fato acabava por justificar e fortalecer o papel dos arquitetos naquele grande número de projetos contratados. O campo profissional paulista teve no PAGE uma oportunidade sem precedentes para se afirmar e se consolidar, sedimentando tanto novos procedimentos de projeto quanto discursos sobre a função social da arquitetura. Vale mencionar, inclusive, que muitos desses profissionais liberais mantiveram continuidade em contratos de projeto para o FECE após o governo Carvalho Pinto, adentrando o período do regime militar, e com obras para a CONESP que foram se adequando às

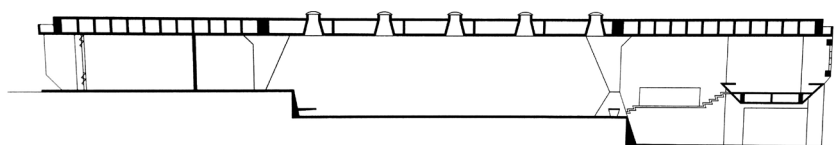
116 CAMARGO, Mônica Junqueira de. “Inventário dos bens culturais relativos ao Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1963), in. *Revista CPC*, São Paulo, n.21 especial, p.164-203, 1. sem. 2016.

117 CONTIER, Felipe. Op. Cit.

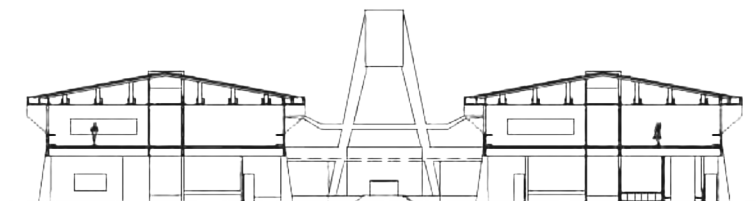
transformações e normatizações da encomenda pelo órgão público.¹¹⁸ São exemplos disso arquitetos como João Clodomiro de Abreu, Paulo Bastos, Décio Tozzi, Roberto Tibau, Ícaro de Castro Mello, Paulo Mendes da Rocha e Vilanova Artigas, — incluindo Sérgio Ferro e Rodrigo Lefevre, que, justamente em um momento de críticas mais agudas às apostas desenvolvimentistas, após o golpe projetaram um conjunto de oito escolas para o FECE — entre muitos outros.

Ao mesmo tempo que a prática liberal da profissão, em pequenos escritórios, teve um momento de fortalecimento com o fluxo de encomendas públicas e privadas durante o “milagre”— coincidindo com a afirmação profissional da categoria propriamente dita, vinda desde os anos 1940 e coroada agora com a construção de Brasília — também as posições de trabalho dentro do setor público acompanhavam o incremento e multiplicação das encomendas. Se o Departamento de Obras Públicas (DOP), do Estado de São Paulo, elaborava projetos e coordenava a construção de equipamentos públicos, já na passagem para os anos 1960, o governo Carvalho Pinto criou o FECE para dar foco à rede escolar, estabelecer diretrizes e orientar os novos projetos. No início da década, no entanto, o responsável por contratar arquitetos que responderam a demandas do PAGE era ainda o IPESP — autarquia criada em 1935, que tinha também seu próprio corpo técnico de servidores públicos — que trabalhou em paralelo ao DOP na execução das obras do período.

Com o passar dos anos e a mudança de orientação política e estratégica, considerando a saída de personagens como Plínio de Arruda Sampaio da coordenação do PAGE, por exemplo, o FECE passaria por uma transformação, assumindo o caráter de padronização das construções escolares. O Fundo — coordenado pelas arquitetas Clementina Ambrosio e Sabatina Gervásio naqueles anos 1960 — passava por projetos diversos, desde aqueles encomendados a arquitetos autônomos até as tipologias desenvolvidas dentro da repartição pública, como as Escolas Rurais ou os Ginásios Vocacionais, iniciados em 1962 e interrompidos pela ditadura em 1969, devido ao caráter “subversivo” que lhes foi atribuído. Arquitetos como Geraldo Vespaziano Puntoni — servidor do DOP que em 1961 esteve envolvido nos projetos de Escolas Industriais, ligados ao SENAI e à coordenação de Lúcio Grinover, mas também em uma série de projetos para o Fundo a partir de 1962 — passaram a desenvolver Projetos Padrão para o FECE, baseados na construção em etapas e na reprodutibilidade do modelo. O arquiteto Silvio Breno, também envolvido no desenvolvimento dos projetos padrão, teria viajado ao México para estudar escolas projetadas por Juan O’Gorman nos anos 1930, suas soluções proje-



60 Escola em Guarulhos, 1961, Vilanova Artigas.



61 Escola Padrão CEMI-CEME, 1972. Corte transversal. Geraldo Vespasiano Puntoni.
Fonte: BECK, Sebastian.

tuais, mas também programas de uso.¹¹⁹ Os desdobramentos desse estudo foram compartilhados com a arquiteta Mayumi Watanabe no planejamento dos Centros Educacionais padronizados por área e módulos, de modo a viabilizar diferentes combinações e mesmo sua futura desmontagem.¹²⁰

É interessante notar a diferença do modelo espacial resultante dos projetos para escolas do início dos anos 1960 — no âmbito do PAGE havia ainda maior abertura às diferentes soluções projetuais para organização do programa escolar — e as Escolas Padrão, já nos anos 1970, que passavam a definir uma estrutura a ser reproduzida, com programa já mais avançado nas pré-definições, e uma maior segmentação dos espaços, pela combinação de elementos estruturais, ainda que também com um uso do concreto armado que delineava aspectos da identidade daqueles edifícios tipo.

Nessa variedade de projetos conduzidos pelas equipes internas à estrutura do Estado, era comum também o trânsito de um profissional entre diferentes áreas por determinado período, como forma de “empréstimo”. Foi o caso de Puntoni, funcionário do DOP desde 1961, locado no FECE entre 1963 e 1967, cedido para o CECAP entre 1967 e 1970, para a CESP entre 1970 e 1973 e para a EMURB entre 1973 e 1979.¹²¹ Também Mayumi Watanabe — que trabalhou para o FECE entre 1966 e 1969, foi Superintendente de Planejamento da CONESP entre 1976 e 1978, e entre 1983 e 1984 — passou por diversos órgãos públicos depois de sua experiência no Ceplan de Brasília, como a COGEP, a SEADE, a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, entre

119 BECK, Sebastian F. *São Paulo. uma linha do tempo através do arquiteto geraldo vespasiano puntoni*. Dissertação (Mestrado) FAU-USP, São Paulo, 2017.

120 ver BUITONI, Cássia Schroeder. *Mayumi Watanabe de Souza Lima: a construção do espaço para a educação*. Dissertação de Mestrado. FAUUSP São Paulo, 2009.

121 BECK, Sebastian F. Op Cit.

vários outros, encontrando diferentes espaços para elaboração de propostas de racionalização da construção, culminando na experiências de usinas encampadas pela própria prefeitura no CEDEC dos anos 1990.

Tanto Puntoni quanto Watanabe tiveram — em graus diferentes — envolvimento com o PCB, sobretudo no início dos anos 1960. O primeiro especialmente na juventude comunista, mas também presidindo o Comitê dos Arquitetos em 1964¹²², e a segunda tendo sido de fato filiada ao Partido, próxima ao grupo de arquitetos da ALN e presa pelo regime por um curto período, como mencionado no item anterior. Em meio a outros casos, como veremos, esse tipo de trajetória reforça a leitura de que o setor público — apesar de um lugar em que vigoraram formas de perseguição interna, represálias, isolamento, demissões arbitrárias e variadas formas de expressão do autoritarismo do regime — foi também lugar de guarida, de acomodação, com trabalhos, por vezes, menos em evidência, e mesmo como lugar de estabilidade e apoio para colegas clandestinos, como Artigas ou Ferro, e ainda como possibilidade de inserção e brecha para atuação relevante ainda dentro do campo profissional.

Em outra área na estrutura pública, na prefeitura, a arquiteta Ivone Arantes é um caso emblemático para pensar o funcionário arquiteto no período, através das posições de sujeitos políticos ativos em organizações de esquerda contra o regime. Arantes se formou no Mackenzie em 1965, e trabalhou na Divisão de Parques e Áreas Verdes da prefeitura desde recém formada. Por desavenças internas ao departamento, foi transferida para a Divisão de Cemitérios, onde acabou tendo oportunidades de projetos inusitados e únicos naquele contexto.¹²³ Para além dos cemitérios de Vila Formosa, Perus, Cachoeirinha e Brás — suas áreas livres e edificações — foi no Crematório da Vila Alpina que se abriu um espaço relevante para a atuação de Arantes enquanto arquiteta.

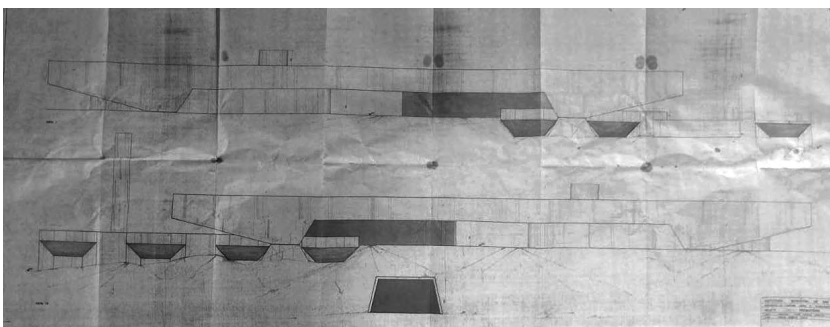
O crematório foi um encargo da administração Faria Lima (1965-1969), e trazia em si a polêmica do destino dos cemitérios, tanto no aspecto cultural — das formas de lidar com os corpos e a morte — quanto no aspecto urbano, que foi enfrentado pelo próprio prefeito, ao sair em defesa de ocupar menos terra urbana com cemitérios tradicionais e lápides em grandes áreas.

122 Vespasiano Puntoni menciona este Comitê em entrevista a Beck, mas não encontramos maiores informações a respeito (se era ligado ao PCB ou apenas uma organização prévia ao Sindicato de Arquitetos).

123 Entrevista de Ivone Arantes ao autor, junto ao pesquisador João Fiammenghi e os arquitetos Guilherme Pianca e Luiz Tavares, a quem agradeço o compartilhamento das imagens.



62 Fotografias externa e interna do Crematório da Vila Alpina (1968-1970)
Acervo pessoal Ivone Arantes



63 Cópia de desenhos de fachadas do Crematório da Vila Alpina (1968-1970)
Acervo pessoal Ivone Arantes

Tal debate já vinha sendo colocado há algum tempo, e, no campo arquitetônico, pode ser visto na revista *Acrópole* n.303, de 1964, formulado por Jorge Wilhelm, que no projeto chamado “Nova Paulista” buscava uma solução para dar uso à grande área do cemitério do Araçá, em região tão central da cidade.

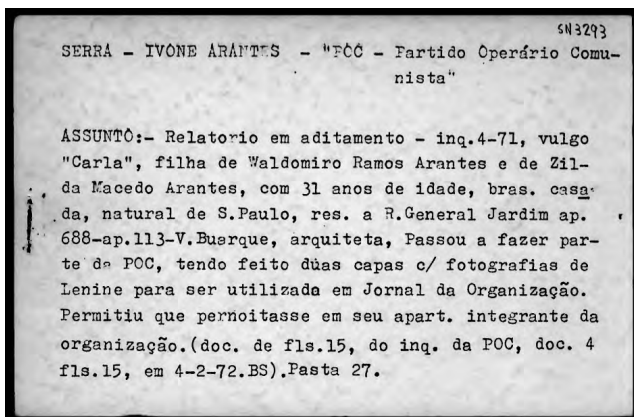
Além da motivação modernizadora, pesquisas recentes apontam para o interesse que o regime passava a ter por crematórios, na medida em que havia crescente demanda pelo desaparecimento de corpos, tanto de presos políticos ou “indigentes” — como preferiam chamar à época para encobrir o tratamento policial a vítimas da violência do Estado.¹²⁴ Tal hipótese ganha força com o fato de que o chefe daquela Divisão de Cemitérios — amigo de Arantes, que garantiu a ela autonomia para desenvolver o projeto — fora demitido e substituído por profissional próximo a Fleury, o responsável pelo sistema de repressão, tortura e assassinatos da ditadura.¹²⁵

Antes disso, portanto, a arquiteta recebera o encargo por volta de 1968, e desenvolveu o projeto, que teve solução consolidada em 1970. Trata-se de uma situação excepcional de autonomia no desenvolvimento do projeto — dentro da prefeitura e com as limitações orçamentárias recorrentes naquele âmbito — que fora garantida especialmente por dois elementos: a chefia do departamento e sua confiança na arquiteta, e a responsabilidade de condução da concorrência também conferida a Arantes para a escolha da construtora que ficaria responsável pelo projeto dali em diante. Nesse processo, a concorrência por técnica e preço teve entre os três concorrentes finalistas a empresa do engenheiro Roberto Zuccolo, calculista de renome já à época, que vinha trabalhando com vários colegas de Ivone Arantes, entre eles Pedro Paulo de Melo Saraiva, desenhando grandes estruturas em concreto armado aparente, com grande expressividade e cuidado no detalhamento. A escolha final de Zuccolo seria crucial para garantir o desenvolvimento da obra de acordo com o projeto de Arantes. Logo após a finalização da concorrência, Ivone Arantes foi presa pela Operação Bandeirante (OBAN), e ao sair, descobriu que havia sido demitida por abandono de cargo, pelo novo chefe da Divisão, o amigo de Fleury.

Arantes foi presa por ter diagramado alguns números do jornal *Política Operária*, do POC, organização trotskista da qual fazia parte desde recém formada. Seu apartamento à rua General Jardim servia de biblioteca para

124 “Cinzas da ditadura: Documentos inéditos indicam que crematório da Vila Alpina foi planejado para ocultar cadáveres da ditadura”, *Intercept*, 25 de Julho, 2022. Mas também no depoimento de Ivone e seu marido, também arquiteto, a preocupação que tinham já à época com essa possibilidade aparece.

125 Entrevista de Ivone Arantes ao autor, junto ao pesquisador João Fiammenghi e os arquitetos Guilherme Pianca e Luiz Tavares.



64 Página de ficha de Ivone Arantes no DEOPS, indicando sua prisão entre 1971 e 1972
[Arquivo Público do Estado de São Paulo]

amigos — para a leitura de livros que não eram recomendáveis para circulação em público naquele momento — e chegou a abrigar colegas em situação de fuga enquanto a arquiteta era funcionária pública. Dois elementos saltam aos olhos aqui: a existência, ainda que excepcional, de arquitetos ligados aos movimentos trotskistas nos anos 1960, e, por outro lado, o fato de que mesmo residências de funcionários públicos desempenharam tal papel na proteção de redes de amigos e companheiros de causa.

Ao sair da prisão e encontrar seu cargo interdito, a arquiteta passou a trabalhar em obras diversas fora da prefeitura, mas mais adiante conseguiu passar em novo concurso público, dessa vez para o Departamento de Obras Públicas do Estado de São Paulo, o DOP. Arantes circulava no IAB-SP, que chegou a premiar seu projeto para o crematório na Bienal de Arte de 1971, além de publicar texto de Fábio Penteadó sobre o caso no *Jornal Arquiteto*.¹²⁶ Segundo depoimento da arquiteta, em uma ocasião no Instituto, Artigas perguntou-lhe pessoalmente como ela havia sido contratada novamente pelo Estado se estava na lista de presos políticos. Mais tarde, na ocasião da Anistia de 1979, Arantes entendeu o motivo. Seu nome constava com sobrenomes diferentes nos inquéritos militares e nos documentos do CREA, graças a um casamento que não fora adiante. A máquina de perseguição e repressão do Estado, em um caso como o de Arantes, deixou passar um detalhe, que garantiu a possibilidade de trabalho daquela funcionária pública. Em outros casos, como o próprio Artigas, que fizera a tal pergunta, a exceção seria por notório saber, como veremos em alguns casos nos próximos capítulos.

O projeto de Ivone Arantes para o crematório da Vila Alpina, contudo, revela um domínio da atividade de projeto digno daqueles profissionais que se

tornaram mais reconhecidos no campo. É emblemático que Arantes tenha sido tão pouco considerada nas publicações especializadas tanto da época como na historiografia da arquitetura moderna brasileira e paulista. Talvez isso se deva a sua produção com número não muito grande de projetos construídos, ou ao fato de ter sido funcionária pública grande parte de sua trajetória, ou mesmo a ter dedicado, parte dela, ao paisagismo, ou ainda — algo que hoje revela-se sistemático — ao fato de ser uma arquiteta mulher. Vale notar que em grande parte dos documentos, entre premiações, carimbos de projeto ou reportagens — como era o caso de Lina Bo Bardi, vinda do contexto italiano em que essa era a norma — seu título profissional é escrito no masculino: arquiteto Ivone Arantes.

Na Vila Alpina, o crematório de fato se configurou como grande parque, e teve suas funções concentradas em um edifício, uma grande cobertura. O edifício foi definido por grandes empenas, marcadas pela expressividade da estrutura em concreto armado aparente e pelo desenho dos pontos de apoio. O procedimento de projeto que define a fachada inevitavelmente remete a projetos da época feitos por colegas de Arantes, como a Garagem de Barcos Santa Paula (1961), de Artigas, ou o Clube XV de Santos (1963), de Saraiva. Salta aos olhos, porém, como o projeto da arquiteta não se resume a uma filiação ou às referências próximas daquele momento. A definição de elementos curvos em vidro no interior da planta, com diferenças de nível e manipulação cuidadosa da luz natural, criando uma espacialidade única dentro da produção daquele *métier*, respondem a uma demanda da própria arquiteta por criar um crematório que tivesse caráter sensível para um momento delicado pelo qual famílias passariam naquele ambiente.

Em outra chave, um caso canônico e inescapável ao discutir obras públicas produzidas durante o regime militar, em um período ainda de estruturação da política urbana e habitacional da ditadura, foi projeto do CECAP em Guarulhos (1967), de Vilanova Artigas, Fábio Penteadó e Paulo Mendes da Rocha. Não se trata aqui de adentrar no projeto, já amplamente discutido na bibliografia sobre arquitetura paulista, mas é importante lembrar de alguns de seus aspectos relevantes para pensar a relação entre arquitetos e regime militar, mas também o papel relevante de arquitetos no serviço público naquele período, e alguns desdobramentos daquele processo em outras encomendas. Projetos similares para a CECAP foram desenvolvidos para outras cidades, como Serra Negra, Americana, Jundiaí, entre outras, e coordenados por arquitetos que compartilhavam em grande parte da abordagem dada ao conjunto de Guarulhos por Artigas, como o próprio Fábio Penteadó, Abrahão

Sanovicz, envolvendo prestação de serviços e consultorias de colegas como Paulo Mendes da Rocha e Pedro Paulo de Mello Saraiva.

“Graças ao total apoio que a implantação do Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães do Prado vem recebendo do Banco Nacional de Habitação e da Prefeitura Municipal de Guarulhos, o superintendente da CECAP, Sr Silvio de Sousa Pinheiro, acredita que, já em 1973, estará definitivamente construído e equipado aquele que, representando uma nova concepção de moradia e de vida comunitária, será o maior conjunto habitacional da América Latina.”¹²⁷

A CECAP (Caixa Estadual de Casas para o Povo), criada em 1949, voltava-se à construção de habitação para trabalhadores sindicalizados, com critérios de prioridade diversos. A reportagem de 1971 em número especial da revista *Manchete* sobre o BNH celebrava os conjuntos da CECAP produzidos durante o regime militar, destacando a criação de milhares de unidades habitacionais em conjuntos urbanizados que ofereciam aos moradores uma “realidade urbana” com comércio, escolas, hospitais e recreação, e financiando a “casa própria” em prazos de até vinte anos. Segundo a revista, que naquele número efetuava um grande esforço de celebração do regime, “a CECAP passou a representar um papel social de grande importância no atendimento da classe operária”.¹²⁸ A despeito da existência da autarquia já desde os anos 1940, é relevante olhar para os usos da questão habitacional feitos pela ditadura, tema que será discutido com maior profundidade no Capítulo 3 desta tese.

Em 1966, a autarquia era dirigida por Zezinho Magalhães, que definiu como seu assessor o arquiteto servidor público Ruy Gama. A encomenda de um grande conjunto em Guarulhos, próximo à área do futuro aeroporto de Cumbica, se abria como ponto articulador fundamental no planejamento regional daquele vetor de expansão urbana e metropolitana entre o rio, o parque ecológico do Tietê, as vias expressas que viriam a ser criadas, e a nova centralidade a ser definida pelo aeroporto. Gama teria, então, indicado a Magalhães que convidasse Vilanova Artigas para elaborar o projeto do conjunto, e junto a ele, o arquiteto Fábio Penteadó. Aquela encomenda pública, firmada em 1967, vinha, como vimos, em um momento delicado da

127 Revista *Manchete*, n.991, 1971.

128 Idem.

trajetória de Artigas, uma vez que o arquiteto havia sido detido e respondido a inquéritos militares. Com isto em vista, Penteado assumia papel relevante na mediação e assinatura do projeto. O convite a Mendes da Rocha teria sido feito em seguida pelos dois arquitetos contratados.¹²⁹

Quanto à tensão política envolvida, vale lembrar que o ano de 1967 como momento da contratação merece ser lido em suas nuances históricas. Como já mencionado também, a entrada do General Costa e Silva na presidência era acompanhada de certa expectativa por um processo de abertura política.¹³⁰ Para diversos atores civis daquele processo histórico, não estavam claros ainda os contornos do regime e seu destino, para além dos sucessivos atos arbitrários e repressivos que acompanharam o golpe civil-militar de 1964 e os atos institucionais iniciais que delinearão a ditadura até 1965. Portanto, mesmo para os servidores públicos ou diretores das autarquias naquele momento, há que se abrir espaço para a compreensão das *zonas cinzentas* — seguindo a definição de Denise Rollemberg para o período — que tanto viabilizavam a atuação de esquerdistas como Ruy Gama dentro da máquina pública, quanto também abriam brechas para a contratação de um reconhecido comunista como Artigas.

Além dos arquitetos convidados, uma equipe foi formada com profissionais contratados, como Arnaldo Martino¹³¹ e Renato Nunes, e com servidores públicos da CECAP ou para ela transferidos, como foi o caso do próprio Ruy Gama, de Giselda Visconti e Vespasiano Puntoni, vindos do DOP.¹³² A equipe de consultores envolveu Eugênia Paesani para equipe socioeconômica, e, para a pesquisa na área educacional, Celso Lamparelli, Mayumi Watanabe e Alice Gonzaga. O cálculo estrutural foi feito pelo escritório Figueiredo Ferraz,

129 CERÁVOLO, Fabiana. *A pré-fabricação em concreto armado aplicada em conjuntos habitacionais no Brasil. O caso do conjunto Zezinho Magalhães Prado*. Dissertação (Mestrado), EESC USP, São Carlos, 2007.

130 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5”, in. *Revista Brasileira de História* [online]. 2018, vol.38, n.79, pp.195-216

131 Arnaldo Martino, teve a oportunidade de desenvolver um projeto público de grande porte em que a pré-fabricação foi de fato levada a cabo: a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo (1969). Fruto de um concurso, o projeto vencedor foi feito pela equipe composta por Martino, Sergio Bergamin, José Savoy, Paulo Bruna, Ana Maria de Biasi, Jurandyr Bueno, Alfred Talaat e Marcos Tayata. O projeto se localizava no bairro Água Funda, em São Paulo, e tornou-se um caso exemplar das possibilidades da pré-fabricação, mas também de exceção.

132 Uma série de arquitetos oscilaram entre a condição de escritórios autônomos e contratos temporários no setor público trabalhando para administrações específicas, como no caso de João Clodomiro de Abreu na COHAB, durante os anos 1960, ou Paulo Sergio de Sousa e Silva, já no fim dos anos 1970.

e também no acompanhamento da obra seriam incluídos profissionais como Falcão Bauer e Alfredo Paesani, que era sócio de Penteadó em seu escritório.¹³³

O projeto contava com 10.680 unidades habitacionais, 32 edifícios de 3 andares organizados em freguesias, e mais uma série de equipamentos, como grupos escolares, escola industrial, hospital geral, ginásios, centro de saúde, teatro, comércio, igreja, clube, entre outros. O conjunto foi construído em cinco etapas diferentes, passando por mudanças substanciais entre fases do processo. Além das grandes dimensões e de sua posição estratégica na região metropolitana, um traço fundamental do empreendimento para pensar a produção arquitetônica naquele momento político e econômico foi sua dimensão produtiva, a articulação entre projeto e planejamento, e sua proposta de pré-fabricação.

Este grande conjunto habitacional, que abria uma exceção na obra de Artigas, — que em ano 1952 articulou críticas eloquentes à construção de moradia popular como medida de “autoconservação” da burguesia, denunciando, já naquele período, certa ideologia da planificação¹³⁴ — foi também emblemático das disputas pela abordagem produtiva da construção civil proposta via arquitetura. Se a cultura política do nacional desenvolvimentismo era amplamente difundida entre arquitetos, seus desdobramentos na prática projetual não eram homogêneos.¹³⁵ Como vimos, arquitetos comunistas adotavam posições variadas frente à produção material da arquitetura, ao canteiro de obras ou à industrialização da construção, especialmente considerando os diferentes círculos profissionais e de regiões do país, o que excede o recorte desta Tese.

É notável como, no conjunto de Guarulhos, três arquitetos que vinham se consolidando como expoentes da abordagem construtiva via grandes vãos, vigas protendidas, lajes grelha, empenas de concreto aparente, resultando em objetos de exceção marcados pela expressividade estrutural — em geral, abordagem ainda muito associada a um canteiro de obras de

133 Documento com proposta de equipe e honorários. Acervo Instituto Virgínia e Vilanova Artigas.

134 ARTIGAS, João B. V. “Caminhos da arquitetura moderna” in. ARTIGAS, Rosa; LIRA, José T. C. (org.) *Vilanova Artigas: Caminhos da arquitetura*. São Paulo: CosacNaify, 2004. p.39

135 As disputas em torno do projeto do CECAP não se restringiram, no entanto, ao debate sobre a industrialização e o canteiro, mas foram marcadas também pelo tema da qualidade urbanística. Um debate entre os arquitetos responsáveis pelo projeto, incluindo Ruy Gama, Mendes da Rocha, em oposição ao arquiteto Cândido Malta Campos Filho, se deu durante disciplina da FAUUSP em 1968, e foi publicado na revista *Desenho*, n.4, 1972.

65 e 66 Fotografias
do conjunto Cecap
Zezinho Magalhães,
Guarulhos, com parte
das obras concluídas.
Acervo IVVA



organização eminentemente artesanal, embora apontasse para um desejo de industrialização —, agora, naquela encomenda específica, trabalhavam para formular um projeto estruturado por sistemas otimizados e de alta eficiência na produção e montagem, com peças pré-moldadas ou pré-fabricadas, desde a estrutura dos edifícios até componentes de fachada e mobiliário fixo combinados, ou na modulação e repetição estrita de caixilharia. Frente ao mal estar dos anos imediatamente pós golpe civil-militar, um projeto daquelas dimensões com construção altamente racionalizada e planejado era uma forma de dobrar a aposta no desenvolvimento, a despeito da situação política e apostando também em sua mudança breve.

A realidade política se impunha, no entanto, através dos caminhos impostos como forma de reprodução do capital no regime de modernização conservadora. A exemplo dos casos já mencionados, como o CRUSP e a Superquadra de São Miguel, o conjunto de Guarulhos também teve a proposta de pré-fabricação abandonada. Neste caso, já logo de início, na concorrência, o método convencional de construção acabou por prevalecer, de modo que grande parte dos elementos pensados para montagem otimizada — como paredes de 9cm ou armários e bancadas em concreto que faziam elementos de fachada — acabaram por ser executados em meio a um processo massivo, de exploração intensiva da mão de obra barata.

Dentro do amplo planejamento da produção e do canteiro, foram feitos protótipos inclusive para geladeira e fogão, a serem combinados com o projeto de mobiliário e bancadas dos apartamentos. Para além do ganho de otimização da obra em escala e tempo, conforme a proposta inicial, tais equipamentos desenhados para aquela situação são ilustrativos do desejo dos arquitetos por ocupar um papel de desenho total que impulsionasse também a indústria em suas diversas escalas. Assim como em muitos casos daquele



67 Revista Manchete, n.991, 1971. Especial sobre o BNH, reportagem sobre o Cecap de Guarulhos.

período, a interdição de tais desejos se dava através das concorrências para empresas de construção, que negavam qualquer possibilidade de experimentação em sistemas construtivos. A necessidade de instalação de usinas próprias, para empresários da construção, pedia a garantia de demanda permanente para mantê-las em funcionamento. Tal aspecto exigia planejamento econômico integrado, entre política habitacional, produção industrial e ciclos da construção civil.¹³⁶ A viabilização desse salto de qualidade e de processos na construção, portanto, demandava uma política clara vinda do Estado brasileiro, algo que, como veremos, esteve distante do foco do regime militar, que investiu pesadamente naquele setor da economia, mas de modo a perpetuar as relações de exploração da mão de obra nos canteiros.

Apesar da já mencionada celebração do empreendimento pela revista *Manchete* como parte dos esforços coordenados das instituições do regime vigente à época, o projeto, que foi elaborado para dez mil unidades habitacionais, quando apresentado para o BNH, teve aprovadas somente 480 unidades para financiamento. O fato foi determinante para mudar toda a proposta e seu sistema construtivo, dependente de planejamento econômico e produtivo. Apesar do problema de custo alegado pela autarquia, o projeto

136 Debate sistematizado já à época na Tese do arquiteto Paulo Bruna, na FAUUSP, em uma abordagem que argumentava em favor de uma organização das forças produtivas com coordenação do Estado para garantir a demanda e a produção. Apesar do ponto de convergência com a abordagem de Mayumi Watanabe na parte teórica de seu Mestrado na UnB, a arquiteta fez uma defesa firme do caráter estatal de uma economia planejada, dentro da qual faria sentido o planejamento da produção industrial e de habitação integradas — abordagem em linha com os debates do Seminário de Habitação e Reforma Urbana e dos arquitetos brasileiros que foram à UIA em Havana, ambos os eventos em 1963.

havia reduzido custos através da otimização nos próprios elementos do projeto como revestimentos, tipos de materiais e cálculo estrutural, com a redução de aproximadamente 37% no volume de concreto, entre outros aspectos, que faziam sentido quando considerados em conjunto e coordenados pelo planejamento construtivo da pré-fabricação.¹³⁷

A experiência de Guarulhos teve desdobramentos em projetos para outras cidades, que, embora em menor escala, davam continuidade a soluções de projeto ensaiadas no primeiro. Penteado e Artigas continuaram contratados pela CECAP e visitaram diversas cidades buscando avaliar terrenos e ter contato com prefeituras para viabilizar implantações de conjuntos. A resposta à abordagem dos arquitetos nem sempre foi positiva. A proposta que apresentaram para a cidade de Americana previa a implantação do conjunto próximo à represa da cidade, considerando a qualidade de vida de um grande conjunto que se beneficiasse daquele ambiente existente, e também próximo à cidade. Segundo depoimento de Penteado, o prefeito teria se revoltado contra a proposta, justificando que operários não precisavam de lazer, mas sim de moradia perto da fábrica.¹³⁸

Já na cidade de Jundiaí (1972), o prefeito fora simpático à proposta apresentada. De duas mil unidades, apenas 432 foram construídas. No projeto, a organização por freguesias se repetia, e a conexão de blocos foi feita por rampas ao invés de escadas. As rampas seriam adotadas novamente dessa forma no conjunto projetado para a cidade de Marília. Nos dois projetos, os armários definindo elementos de fachadas continuariam existindo e marcando o desejo latente pela industrialização não realizada.

Abraão Sanovicz, — arquiteto próximo ao círculo de Artigas e Penteado, mas ainda mais ligado às questões da industrialização da construção, especialmente por meio do desenho industrial, do planejamento de componentes a serem incorporados pelo mercado da construção, como veremos mais adiante em outras experiências de projeto fora das encomendas públicas — também foi contratado pela CECAP para desenvolver projetos de conjuntos no interior paulista, nas cidades de Serra Negra (1975) e Sumaré (1976). Citando sempre como referência o conjunto de Guarulhos, Sanovicz deu solução similar à estrutura do edifício em Serra Negra, embora não juntando os blocos em duplas. Em Sumaré, a solução das unidades caminhava em outro sentido, com casas geminadas.¹³⁹

137 CERÁVOLO, Fabiana. *A pré-fabricação...* Op. Cit.

138 CUNHA, Gabriel. Op. Cit.

139 SILVA, Helena Ayoub. *Abraão Sanovicz Arquiteto*. Romano Guerra. São Paulo, 2018.

A expansão dos conjuntos habitacionais da CECAP pelo interior paulista, com participação de tais arquitetos pode ter tido dimensão localizada, mas não deixa de ser representativa de um momento do desenvolvimento econômico de pequenas cidades próximas a pólos industriais e que tiveram investimentos pontuais do BNH para produção de unidades habitacionais para trabalhadores sindicalizados — naquele momento, representados por sindicatos em geral alinhados ao regime dada a intervenção e repressão perpetrada desde 1964.

1.3.2 AGENTES DA “RENOVAÇÃO URBANA”

A cidade de São Paulo, sob gestão do prefeito Brigadeiro Faria Lima (1967-1969), contratou, em 1968, um consórcio de consultorias — modelo de atuação que, como veremos, tornou-se frequente nessa passagem de décadas durante o regime militar — para elaborar o Plano Urbanístico Básico de São Paulo (PUB), do qual resultaram Corredores de Atividades Múltiplas, associados às linhas de Metrô, infraestrutura de responsabilidade da prefeitura naquele período e que acabava de ter seus projetos aprovados para início das obras.

A partir das recomendações daquele plano, duas gestões depois, a administração de Figueiredo Ferraz (1971-1973), aprovou o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), em 1971 — parte de um contexto nacional de institucionalização do planejamento urbano que comentaremos mais no próximo capítulo — e para cumprir suas diretrizes de desenvolvimento urbano, associados eminentemente à implantação das linhas de Metrô e de avenidas expressas, havia que se investir em áreas de reurbanização ligadas diretamente a essas intervenções de eixos de mobilidade.

Tal necessidade levou a prefeitura a criar uma empresa pública com a finalidade de elaborar projetos de reurbanização. A Empresa Municipal de Urbanização (EMURB) foi fundada, então, em 1971 pelo prefeito Figueiredo Ferraz, com finalidade estratégica de atuar na urbanização das áreas lindeiras às grandes obras do Metrô e das vias expressas.¹⁴⁰ Na lei que criava a empresa, o objetivo principal ficava descrito como: “execução de programas de desen-

140 A centralidade das vias expressas é emblemática do modelo de desenvolvimento urbano adotado no período, apesar da centralidade concomitante dada ao Metrô dentro da lógica do planejamento municipal. O arquiteto Roberto Cerqueira César, parte de diretorias do IAB-SP, professor da FAU-USP e sócio de Rino Levi, foi responsável pelo plano de avenidas expressas e pelo PDDI em 1971, assumindo a COGEP e em seguida a EMURB. Foi também responsável pelo plano de regiões metropolitanas mais adiante, enquanto Secretário de Estado.

volvimento de áreas urbanas, bem como de planos de renovação das que se apresentarem em processo de deterioração”.¹⁴¹

A criação da Coordenação Geral de Planejamento (COGEP) e, em seguida, da EMURB, implicavam um movimento de fortalecimento do corpo técnico da prefeitura para lidar com projetos urbanos, na contramão do movimento dominante à época que era a terceirização de tais serviços para consultorias externas, como veremos nos próximos capítulos. Do ponto de vista do campo profissional da arquitetura, é fundamental um olhar para as demandas criadas dentro da administração municipal, e dentro desses órgãos, que acabaram por mobilizar diversos arquitetos para prestação de serviços e consultorias à prefeitura, bem como um amplo corpo de profissionais no próprio quadro de funcionários da municipalidade. Foi o caso da presidência da Empresa, pela qual passaram arquitetos como Roberto Cerqueira Cesar (1972-1973), Alberto Botti (1973-1975), Ernest Mange (1975-1979), ou também outros cargos de diretoria, em que estiveram Nestor Goulart Reis Filho, Pedro Paulo de Melo Saraiva, William Mumford, Vespasiano Puntoni, entre outros.

Um objetivo central da EMURB era o de agilizar as intervenções urbanas, o que justificava sua distinção em relação a outras secretarias e perfis de carreira profissional dentro da prefeitura. A empresa chegava inclusive a ter regras próprias de licitação.¹⁴² Tudo isso mostra como o desejo da administração municipal por efetivar reformas urbanas visíveis em curto prazo se sobrepunha a limitações da máquina pública. A relação estabelecida entre estações de metrô planejadas ou em obras e os projetos de intervenção encampados pela empresa, além do caráter simbólico de entregar obras modernizantes no fim de uma gestão, tinham também — e de modo central — o interesse em reverter ao poder público ganhos de valorização imobiliária nas áreas do entorno de investimentos públicos em infraestrutura.¹⁴³ Se a EMURB atuou junto ao Metrô no planejamento, desapropriação e reurbanização de regiões de intervenção, tais planos eram pensados de forma a permitir a comercialização de áreas agora valorizadas, visando amortizar os custos de implantação da rede metروiária — objeto de altos valores em empréstimos internacionais. Além disso, algumas áreas associadas às linhas de metrô receberam recursos federais via BNH, Projetos CURA, que seriam

141 Caput do artigo 5o da Lei 7670 de 24/11/1971. Apud. HECK, Eneida R B G. *A Emurb como instrumento de planejamento urbano em São Paulo 1971-2001*. Dissertação (Mestrado). São Paulo, FAU USP, 2005.

142 HECK, Eneida. Op Cit.

143 Idem.

administrados também pela EMURB, apesar do programa ser fundamentalmente voltado à transferência da ação planejadora para a iniciativa privada.¹⁴⁴

A empresa realizou, nos anos 1970, planos de reurbanização ligados ao Projeto CURA como no caso do Jabaquara-Conceição, que contou com estudos do escritório Croce, Aflalo e Gasperini, projetos para Vila Guilherme, Terminal Fernão Dias e Freguesia do Ó, e outro eixo ligado à linha Leste-Oeste do Metrô, envolvendo Parque D Pedro II, trechos Brás-Bresser, Belém-Carrão, Carrão-Itaquera.¹⁴⁵ Projetos desta nova linha passaram também a ser desenvolvidos pelos próprios técnicos do Metrô, e não mais em consultorias externas, como veremos no Capítulo 2. O chamado “Projeto Leste” mereceu um caderno especial da EMURB no jornal *Arquiteto* do IAB-SP com o Sindicato de Arquitetos.¹⁴⁶

O arquiteto William Mumford, enquanto Coordenador de Planejamento da EMURB, chegou a propor uma tipologia de adensamento habitacional e de tráfego em grandes estruturas sobre as coberturas dos terminais intermodais criados junto à linha Leste-Oeste do Metrô, radicalizando a lógica de transformação ocasionada pelas obras de transporte.¹⁴⁷ Além disso, a empresa desenvolveu uma série de estudos como o plano para a Nova Vergueiro, inicialmente projeto de Roger Zmekhol, a renovação do edifício Martinelli, que seria ocupado pela prefeitura, diferentes planos para o Anhangabaú — um interno à EMURB, proposto por Nestor Goulart em 1972, outro encomendado a Vilanova Artigas em 1974, e mais diversos estudos pontuais para travessias e galerias, até promover o concurso de 1981, com projeto vencedor de Jorge Wilhelm e Rosa Kliass — estudos para a rua Treze de Maio, por Ricardo Ohtake, a Vila Itororó, com projeto de Décio Tozzi, e a Grota da Bela Vista, encomendada a Paulo Mendes da Rocha, entre outras escalas de intervenção, como o contrato de projetos de passarelas ou a canalização e retificação de córregos.

144 Ver LUCCHESI, Maria Cecília. *Curam-se cidades: uma proposta urbanística da década de 70*. São Paulo: Dissertação (Mestrado), FAUUSP, 2004.

145 Alguns desses analisados em: ANELLI, Renato. “Urbanização em rede. Os Corredores de Atividades Múltiplas do PUB e os projetos de reurbanização da Emurb - 1972-1982”, in. *Arquitextos*, São Paulo, ano 08, n. 088.01, Vitruvius, set. 2007

146 *Jornal Arquiteto*, n.14, 1975

147 Depoimentos a Haifa Sabbag em “O distanciamento da moradia popular: recuperação de áreas deterioradas da malha urbana da cidade de São Paulo”, *Módulo*, n.74, Fev. 1983.

Canalização dos córregos para evitar as enchentes

O projeto de São Paulo está empunhado em por dentro as enchentes em toda a Capital. Com esta finalidade, vem sendo planejado o Rio de Janeiro, a fim de obter junho a fim de junho a fim de junho. Esta verba será empregada apenas em parte do plano de obras, pois segundo cálculos superficiais o plano custará aos cofres públicos 5 milhões de cruzados. Já se fez o orçamento anual. O plano prevê 470 quilômetros de canalização e a verba prevista no orçamento de 73 e de 30 milhões de cruzados. Ainda em estudos conta mais 600 quilômetros, porém, fora do projeto.

A Secretaria de Obras quer uma rápida execução do plano, e já tem construídos os seguintes trechos: galeria da Igreja dos Martíris, na Vila Carlos; Água Fria em Vila Pompéia; córrego do Triângulo desde o Brooklin até o trecho final no aeroporto e canal da Taboão. Este último em alguns lugares apresenta problemas antes da execução.

TRECHOS PROBLEMÁTICOS

Diversos são os trechos que dão maior trabalho. Mooca e Centro do Itororo, na Água Para, córrego do Sapatarí, Paracatu e Vinte e Nove, o primeiro no Itaipu e o segundo último na Zona Norte, Rincão e Uramelina são in-

teriores da estrada de ferro em Vila Matilde, é muito difícil. O tronco da Vila Guilherme apresenta grande dificuldade para construção. A respeito do Rio Tamandará, a Prefeitura não poderá fazer. O projeto de canalização é pertencente ao Estado. A Prefeitura tem somente a obrigação de substituir os pontos e fazer limpeza do canal.

OBRAS EM EXECUÇÃO

Dentro do planejamento feito pelos técnicos da Secretaria de Obras estão as construções que serão feitas: nova travessia para o córrego do Peú, duas novas travessias dos córregos Anápolis, canalização do Tamandará na Vila Carlos; água Fria em Vila Pompéia; córrego da Taboão desde o Brooklin até o trecho final no aeroporto e canal da Taboão. Este último em alguns lugares apresenta problemas antes da execução.

DESAPROPRIAÇÕES

As desapropriações estão feitas paulatinamente dentro dos processos já conhecidos ao público. Recorda-se que as desapropriações da avenida Paulista e da Avenida Paulista, na Rua Leste, as quais foram feitas em 1969, de acordo com definições.

CORREGO ARICANDUVA

Busca-se a solução de problemas dos habitantes da região conhecida como "Córrego Aricanduva". Este quilômetro já foram construídos até o cemitério de Vila Carlos. Vila Manchester, Santa Brígida e Vila Helena, é outro trecho para canalização. Os trechos do Marquês também já foram em parte canalizados, restando apenas alguns trechos. O Departamento de Obras poderá assumir o trecho de trabalho tão logo seja obtida a verba do BNH.

Como atua o BNH no setor de saneamento

Muitos ainda não entendem o sentido de ação do Banco Nacional de Habitação, ao criar um sistema financeiro específico para o setor de saneamento básico, dedicando uma parcela dos recursos do estabelecimento destinados a habitação, para o setor indonacionalmente então a campo de poder público.

No entanto, esse procedimento integra adequadamente nas condições estabelecidas para o planejamento governamental, a partir de uma situação que os técnicos oficiais classificam como de "total paralisada", verificada em 1964, e que exigiu recursos, o estudo da implantação de técnicas de produção e a consideração de um imenso potencial de trabalho que não se usava.

A partir desse diagnóstico, provocou-se uma intervenção governamental em caráter urgente para a toda da obra mais urgente em matéria de preço e de qualidade, ao mesmo tempo em que busca pacificar sempre maiores dificuldades de instalação.

Exatidão a estratégia indicou como a mais adequada aos problemas da indústria habitacional de São Paulo, foram incrementados, ao passo, sistemas de coordenação modular, racionalização de produção, elevação da produtividade de mão-de-obra e melhoria da gestão e vários outros aspectos que hoje influem poderosamente na evolução correta do setor de trabalho a uma redução de custos na indústria da construção, através de economias de escala.

Foi essa estratégia indicada que permitiu a adoção de um sistema financeiro de saneamento para reduzir o déficit habitacional. Esse procedimento causou alguma controvérsia, diante da pergunta natural que surge: por que o BNH não usou uma parcela de 35% da demanda anual de habitação — e parte para o financiamento de infraestrutura urbana, no caso, dos sistemas de água e esgoto?

A resposta, dada ao Sr. Mário Trindade, nos parece lógica e válida, pois o presidente do BNH esclarece com o déficit estimado — inclusive pelo ONU — em cerca de 7 ou 8 milhões de habitações, em um ano, mas não mais de 4 milhões de unidades de moradia, considerando que habitações consideradas satisfatórias para serem destinadas dos serviços de água e esgoto e energia elétrica.

"Assim, afirmou o Sr. Mário Trindade, para cada casa que o financiamento ligou um sistema de abastecimento de água — que custaria pouco menos de 100 cruzeiros por unidade — estaríamos reduzindo uma unidade no déficit habitacional brasileiro. E com um pouco mais por unidade, estaríamos — através do sistema de esgoto — reduzindo também esse déficit".

Fundamentalmente, por efeito dessa estratégia indicativa, os investimentos do BNH no setor de saneamento, favoreceram a ampliação de oferta de terrenos capazes de receber edificações e comunidades, propiciando a redução dos custos final das habitações, e com isso, tendo beneficiado no setor sanitário.

Segunda-feira, 15 de abril de 1974



Na obra há cerca de cem trabalhadores envolvidos na canalização. Ainda 10 por cento dos moradores de uma zona...

Para a pesquisa, um mundo dentro de SP

A pesquisa para a construção de um mundo dentro de São Paulo, em termos de saneamento básico, tem sido uma tarefa árdua. A cidade de São Paulo é considerada um dos maiores centros urbanos do mundo, com uma população de cerca de 10 milhões de habitantes. A falta de saneamento básico é um dos maiores problemas da cidade, e a construção de um sistema de saneamento básico é uma tarefa árdua. A pesquisa para a construção de um mundo dentro de São Paulo, em termos de saneamento básico, tem sido uma tarefa árdua.



O novo bloco que ainda recebe os apartamentos.

FOLHA DE S. PAULO LOCAL 7

Enquanto o velho Bexiga lamenta, começa a surgir a nova Bela Vista

Antes mesmo de serem inauguradas as novas instalações da Bela Vista já se fala em uma nova cidade. Enquanto o velho Bexiga lamenta, começa a surgir a nova Bela Vista. A cidade de São Paulo está passando por uma transformação radical. Enquanto o velho Bexiga lamenta, começa a surgir a nova Bela Vista. A cidade de São Paulo está passando por uma transformação radical.



Muitos projetos e o mais o mais da obra.

Os planos são fabulosos

Os planos são fabulosos. A cidade de São Paulo está passando por uma transformação radical. Enquanto o velho Bexiga lamenta, começa a surgir a nova Bela Vista. A cidade de São Paulo está passando por uma transformação radical.

É interessante notar que enquanto arquitetos do quadro técnico da empresa atribuíam um caráter positivo à possibilidade da EMURB desapropriar terrenos nas áreas de intervenção, tratando o fato como um aspecto social e de reforma urbana,¹⁴⁸ por outro lado, essas desapropriações acabavam por ter forte impacto na expulsão de populações negras e de baixa renda, em favor de uma valorização imobiliária desejada e gerada pelo próprio poder público. Essa lógica pode ser vista nos casos da Nova Vergueiro, da Grota da Bela Vista, e notadamente na recuperação do edifício Martinelli, ocupado até então por moradias e comunidades organizadas, que foram despejadas violentamente pela polícia.¹⁴⁹ Cabe ressaltar como fica explícito, aqui, uma face neoliberalizante do regime militar que se mostrava em paralelo à afirmação de empresas estatais e o relativo protecionismo da modernização conservadora. Aspecto esse a que retornaremos nos capítulos seguintes da tese.¹⁵⁰

Fruto desse panorama institucional e de uma das encomendas da prefeitura via EMURB / COGEP, um projeto que ganhou visibilidade ao longo das décadas, mesmo sem ter sido construído, é o estudo assinado por Paulo Mendes da Rocha para a área da Grota, na Bela Vista, desenvolvido entre 1973 e 1974, na administração do prefeito Miguel Colassuono. O plano encomendado pela prefeitura correspondia à área da Grota que seria definida no mapa das novas Z8-200, zonas de preservação criadas pela COGEP, que se definia entre a Rua dos Ingleses e a Avenida Nove de Julho, no bairro da Bela Vista.¹⁵¹ O plano foi fruto de uma colaboração com a equipe da COGEP, envolvendo Benedito Lima de Toledo, e contou com consultoria externa do professor e historiador da arte Flávio Motta e da socióloga Maria Ruth Amaral Sampaio. O projeto de arquitetura foi coordenado por Mendes da Rocha,

148 Ver depoimentos de Domingos Teodoro de Azevedo Marques, Clementina Delfina de Ambrosia e Vespaziano Puntoni, em BECK, Sebastian. Op. Cit. p.173

149 Sobre o Martinelli, trabalho apresentado pelo arquiteto Guido Otero no *Seminário Marcadores Contemporâneos*, FAUUSP, 2023. Sobre o assunto das remoções para valorização, vale ver as reportagens: “A Nova Vergueiro sem favelas”, *Folha de S. Paulo*, 30 de Março de 1974 ; “Enquanto o velho Bexiga lamenta, começa a surgir a nova Bela Vista”, *Folha de S. Paulo*, 15 de Abril de 1974.

150 Magaly Pulhez apontou para essa característica na adoção da terceirização como modo fundamental de institucionalização do planejamento urbano em escala nacional, abrindo para outros aspectos desse caráter neoliberal que exploraremos tanto no âmbito do território e grandes obras quanto na consolidação do mercado imobiliário urbano.

151 O projeto aparece de forma discreta em reportagem de número especial do *Jornal Arquiteto* dedicado à atuação da COGEP, apontando a necessidade de uma atuação específica e cuidados em áreas como a Bela Vista com suas “peculiaridades”. Ver *Jornal Arquiteto* n.17, 1973.

Outro aspecto raramente relacionado ao projeto de Mendes da Rocha para a área da Grota é a história urbana e cultural daquela região, tema que merece ao menos uma breve digressão. A várzea do rio Saracura Grande fora ocupada ao menos desde meados do século XVIII por populações negras aquilombadas, ocupando uma área ainda considerada distante do centro da cidade, não desejada pela especulação imobiliária devido a sua topografia, e que acabava por fornecer condições favoráveis para outra forma de ocupação que não aquela que construía a cidade oficial.¹⁵³ As áreas verdes e o rio abriam possibilidades de usos econômicos, como a lavagem de roupas para terceiros, pequenas hortas ou o uso de espécies que nasciam em porções inundadas daquela área ainda não urbanizada pelo poder público. Assim, se dava o uso tanto alimentício quanto religioso da vegetação presente nas várzeas e encostas da geomorfologia de Grota, no entorno do rio Saracura Grande.¹⁵⁴

Com a passagem dos séculos, o quilombo da Saracura se transformou junto ao seu entorno, mas em grande medida permaneceu, com fortes traços culturais, vínculos de sociabilidade e formas de organização comunitária. A maior evidência disso esteve configurada na fundação do cordão carnavalesco Vai-Vai, em 1928, que se tornou Escola de Samba posteriormente. Criado no casario entre encostas, próximo à travessa que viria a se chamar rua Una, o cordão se organizou a partir da prática de cortejos pelas ruas da região, naquilo que ficou conhecido como Quadrilátero da Saracura.¹⁵⁵ Além das práticas diretamente ligadas ao samba — em suas diferentes formas, roda ou cortejo — o Vai-Vai funcionou, para aquela área, como estrutura de vínculos sociais e comunitários sem paralelo. A escola que se estruturava era organizada de maneira distribuída entre as casas, com lugares para guardar bateria e fantasias, pontos de trabalho para costura e confecção de objetos, entre outras funções. Esse complexo comunitário teve sua primeira sede, finalmente, nos arredores da rua 14 de Julho, na área do Bixiga, próximo ao rio Japurá. A sede seria deslocada daquela localização na ocasião da obra da avenida Radial Leste, uma continuidade do Elevado construído na gestão Maluf (1969-1971), que levaria grande parte daquela área do Bixiga

153 LIMA, Alessandro. “Vestígios de um quilombo paulistano: uma análise da paisagem arqueológica do bairro do Bixiga”, in. *Argumentos*, vol 17, n.1, jan/jun, 2020.

154 Documento de Projeto de Educação Patrimonial, Mobilização Saracura-Vai vai, levanta tais informações através da história oral do bairro e também de notícias de jornal de época.

155 Segundo a diretoria cultural do Vaivai, a levada rítmica de sua bateria é tributária da história de sua formulação a partir de cortejos, o que determina fôlego específico, força das batidas, entre outros aspectos, intimamente conectados com o território físico por onde transitam historicamente.

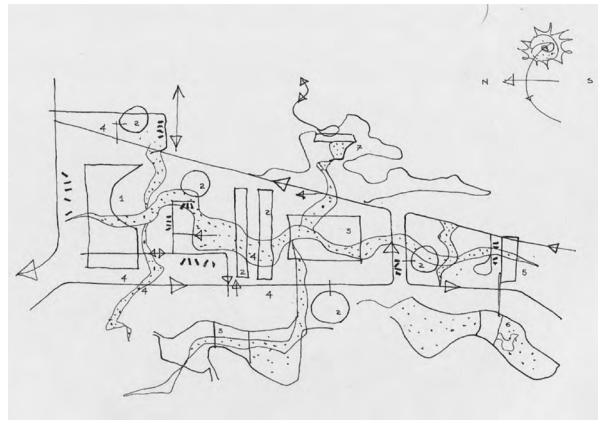
à demolição. A nova localidade cedida pela prefeitura para o funcionamento da Escola, agora já em 1972, retornava à Grota do Saracura Grande, mas com o rio recém canalizado. Após uma década de usos improvisados no encontro das ruas São Vicente, Cardeal Leme e Lourenço Granato — importantes eixos daquele pequeno vale, ainda marcado pelo casario do início do século XX e pela residência da população negra — por volta de 1978 a nova sede social e o palco foram finalmente cedidos pela prefeitura, consolidando a nova ocupação, da agora Escola de Samba, junto à praça 14 Bis.¹⁵⁶

É relevante retomar tal história para situar o contexto da intervenção planejada pela EMURB/COGEP. A demanda por um novo desenho urbano visava reorganizar a ocupação, aproveitando-se do investimento recente na canalização de um rio, para gerar uma onda de “renovação”, como pode ser visto nas reportagens de jornal do período. Se a expectativa ideológica veiculada nos jornais era de que o “velho Bixiga” daria agora espaço para a “nova Bela Vista”, é interessante notar como o projeto coordenado por Paulo Mendes da Rocha buscou apontar formas de garantir que aquela população permanecesse no local. A proposta fazia isso por meio da sugestão de um instrumento de locação social, ainda inexistente na cidade. Além disso, a equipe propunha o projeto para uma nova sede da Escola de Samba próxima à praça 14 Bis, buscando consolidar e dar novo desenho à recente ocupação do Vai-vai naquele entroncamento de vias. O estudo propunha a nova sede junto a uma “escola de música popular” como equipamento público, e área de “evolução” dos ensaios de desfiles a serem realizados na rua São Vicente. A iniciativa de fortalecer o enraizamento da Escola por meio do novo projeto pode ser vista como um traço incomum à tradição modernista na qual aqueles arquitetos se formaram e atuavam. Tratava-se também de estratégia crucial para manter os vínculos sociais daquela região de história cultural e social majoritariamente negra.

Outro aspecto relevante é a diretriz de preservação de alguns conjuntos de casario histórico, considerando aqueles associados a vielas e muros de arrimo marcantes para aquela paisagem. É fundamental, nesse sentido, a presença na equipe do historiador da arquitetura Benedito Lima de Toledo. Da mesma forma, a presença de Flávio Motta e Maria Ruth Sampaio certamente foram decisivas para a leitura que o projeto fez da região, o respeito às manifestações culturais que ali se estabeleceram historicamente, entre outros aspectos.

156 “Vai Vai consegue novo local”, *O Estado de S. Paulo*, 10 de Janeiro de 1979, p.18

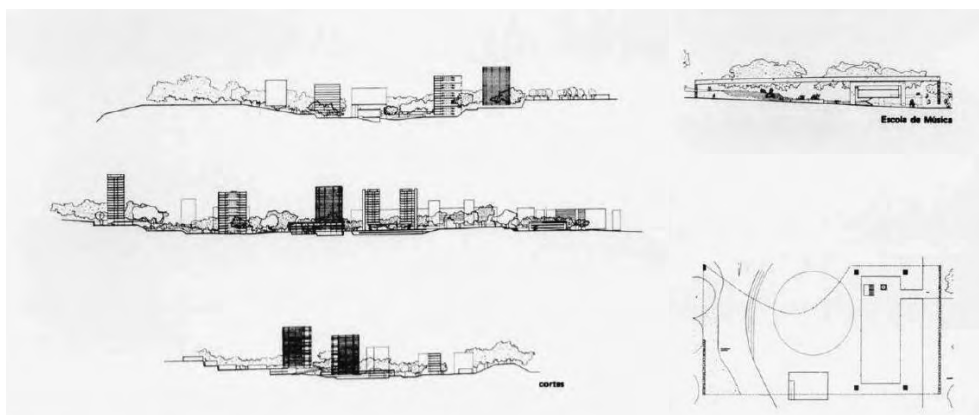
71 a 73 Capa do caderno da COGEP de apresentação do projeto; Acervo IAB-SP Plano geral; Cortes gerais do plano; Projeto para a Escola de Música, que envolveria atividades do Vai-Vai, Módulo, n.42, pp.53-9, mar./maio 1976.



com participação da recém formada arquiteta Christina de Castro Mello.¹⁵² A consultoria de paisagismo tinha também papel relevante na abordagem daquela situação, e foi feita por Koti Mori e Klara Kaiser.

Um aspecto raramente observado ao se tratar desse projeto, é que sua encomenda está encadeada com investimentos públicos em infraestrutura naquela área, sobretudo a partir do término da canalização do riacho Saracura Grande no trecho que corria aos fundos do casario das ruas Rocha e Almirante Marques de Leão. Com esta obra, criou-se uma nova rua, chamada Cardeal Leme, finalizada junto a outra rua nova, Lourenço Granato, apenas no fim dos anos 1960. O investimento em canalização de córregos era também um resultado da política econômica e urbana do regime militar, uma vez que em 1969 o Banco Nacional de Habitação (BNH) criou uma linha de crédito para obras de saneamento e infraestrutura. É possível notar a recorrência do tema nos jornais da época, inclusive, algo que se tornava um trunfo para governantes, que propagandeavam resolver o problema das enchentes e doenças ao canalizar córregos nos bairros paulistanos. A ocupação das áreas de várzea tinha, por um lado, um aspecto de falta de planejamento, de fato, uma vez que o modelo de ocupação e parcelamento do solo acabava por conflitar com a inundação dessas porções e impactar negativamente a população que ali vivia. Por outro lado, tal ocupação — em geral por famílias de baixa renda, justamente pelo caráter vulnerável implicado — tinha outros atributos, culturais e de reprodução material da vida.

152 Embora apareça em alguns documentos como coordenadora do projeto, Christina de Castro Mello nega que esse fosse seu papel no projeto, uma vez que era recém formada. Entrevista com a arquiteta, realizada pelo autor em 2023.



Para além daqueles conjuntos históricos de exceção, no entanto, a maior parte do casario da região estaria destinada à demolição, algo que certamente acabaria por trabalhar no sentido contrário da permanência de seus moradores na região, mas sobretudo de seus modos de vida, relações de vizinhança e usos da rua. Esse tipo de leitura era ainda pouco desenvolvida no panorama profissional paulista — apesar dos estudos desenvolvidos por Maria Ruth Sampaio e Carlos Lemos sobre as casas de periferias — ao passo que vinha se fortalecendo muito em trabalhos como o do arquiteto carioca Carlos Nelson Ferreira dos Santos.¹⁵⁷ Naquele início de anos 1970, de fato, a leitura da paisagem urbana dentro das ideias de patrimônio histórico e cultural era ainda muito incipiente no campo profissional local. A valorização de construções ligadas à história operária ou à vida cotidiana, assim como o tipo de casario histórico que definia aquela área da Grota — diferentes dos casarões ou grandes monumentos — passaria a ganhar espaço crescente exatamente naquele momento, com os estudos da COGEP para zonas de preservação Z8-200 a partir de 1974.¹⁵⁸

O projeto concentrou intervenções de construção em áreas consideradas “deterioradas”, com previsão de grande número de demolições.¹⁵⁹ Nesses trechos, edifícios altos de apartamentos ou hotéis foram propostos, de modo a concentrar o adensamento e liberar grandes áreas verdes, tanto nas encostas já existentes quanto nos miolos de quarteirão. Assim, os quarteirões,

157 Trabalhos do arquiteto que vinham desde o processo de projeto para Brás de Pina (1969) até o livro *Quando a rua vira casa?* de 1980.

158 TONASSO, Mariana C P. *Zonas de conflito? Zoneamento e preservação do patrimônio cultural em São Paulo (1975-2016)*. Dissertação (Mestrado), FAUUSP, São Paulo, 2019.

159 Cadernos da COGEP. Acervo do IAB-SP

74 e 75 Assinatura de circular do Movimento Negro Unificado convocando para o Dia da Consciência Negra em 1981, no endereço da rua Almirante M de Leão; [Acervo pessoal José Carlos Adão]; Fundo de uma das casas onde foi fundado o cordão carnavalesco Vai Vai. 1972. Foto Dirceu Leme, Reprodução Acervo Beatriz Messina / Minoru Naruto

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO
MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO
Rua Almirante Marques de Leão 510
Bela Vista - CEP - 05330
São Paulo - Capital



de perfil excessivamente longitudinal, podiam ser cruzados por novas vielas verdes abertas pela intervenção.

Segundo relatos, os arquitetos chegaram a apresentar a proposta a Adoniran Barbosa, sambista icônico do bairro do Bixiga, mas não despertaram interesse do músico, que à mesma época cantava a tragédia de famílias que passavam pela expulsão de suas “malocas” para dar lugar a novos edifícios.¹⁶⁰ É interessante notar que a não construção do projeto implicou uma série de permanências e seus desdobramentos, que não deixam de ser ilustrativas das tensões em jogo naquele tipo de renovação urbana. Na rua Almirante Marques Leão — até 1930, Caminho da Saracura — o mesmo casario que viria a ser demolido, próximo ao sobrado onde nascera o cordão Vai-Vai, deu lugar a uma das sedes do Movimento Negro Unificado, em gestação naquele momento.¹⁶¹ Ainda mais adiante, na mesma rua, se estabeleceu importante Terreiro de Candomblé, o Ilê Asé Iyá Osum, outro ponto de fortalecimento da cultura afro-brasileira naquela área e que estabeleceu vínculos diretos com a Escola de Samba.¹⁶² Essas não são informações laterais, mas elementos que conectam uma história de séculos, das práticas daquela população negra, cuja permanência naquele território não pareceria ser compatível com as novas torres propostas pelo projeto de 1974. Apesar do movimento relevante dos arquitetos no sentido de afirmar a necessidade de permanência daqueles

160 Entrevista de Christina de Castro Mello ao autor.

161 BRAUNS, Ennio; SANTOS, Gevanilda; OLIVEIRA, José Carlos (org). *Movimento Negro Unificado: a resistência nas ruas*. Edições SESC SP; Fundação Perseu Abramo, 2019.

162 Ver NASCIMENTO, Larissa A C do. *Entre sambas e rezas: negociações e ressignificações da cultura afro-brasileira no Bexiga*. São Carlos: UFSCar, 2015 ; ALEXANDRE, Claudia. *Orixás no terreiro do samba. Exú e Ogum no Candomblé da Vai-Vai*. São Paulo: Griot, 2021.

Uma reurbanização bem moderna

O principal objetivo de tal projeto de reurbanização é a melhoria da qualidade de vida dos moradores que vivem nessas áreas degradadas. O projeto prevê a construção de novas unidades habitacionais, a criação de áreas verdes, a melhoria das condições de saneamento básico e a criação de equipamentos públicos. O projeto também prevê a criação de uma nova malha viária, a melhoria das condições de segurança pública e a criação de uma nova identidade urbana para a área.



Do Instituto de Estudos Urbanos um projeto para Vila Santa Genevieve e área de Vila Guarani.

ASSIM SE FAZ O PLANEJAMENTO ORDENADO

O planejamento urbano é uma atividade essencial para a organização do espaço urbano. Ele envolve a análise das condições existentes e a proposição de soluções para os problemas urbanos. O planejamento ordenado busca criar um ambiente urbano saudável, seguro e agradável de se viver.

76 Folha de S. Paulo, 30 de Março de 1974.

77 Revista Manchete, Edição Especial B, 1974, sobre São Paulo

moradores no local, ou de fortalecimento da Escola de Samba ali — a despeito da pouca especificidade dada a ela, e sua conseqüente diluição na proposta de uma escola de música, de modo mais genérico — o choque epistemológico fica evidente, especialmente quando lido com distanciamento histórico, e com a sucessão de eventos que conecta quilombo e movimento negro, cordão carnavalesco e terreiro, através dos séculos.

Ironicamente, a proposta dos arquitetos, mesmo com as limitações relacionadas a seu tempo, à formação daqueles profissionais, seu lugar social e racial, parece ter sido considerada ousada demais, e incompatível com a lógica dominante já naquele período, da simples valorização imobiliária associada à construção de novas infraestruturas públicas. A abertura de áreas verdes, a desapropriação de muitos imóveis, desvios de ruas, e a visão de conjunto implicando um enfrentamento daquele solo excessivamente parcelado, apareciam certamente como impeditivos na lógica da administração municipal. Para não falar, é claro, da crise econômica que se iniciava naquela metade da década de 1970, o que certamente tinha impacto na viabilidade de um plano daquelas dimensões.

Conforme mencionado, o estudo para a Grota acontecia no mesmo momento que estudos contratados para as áreas da rua Treze de Maio, Vila Itororó, também no Bixiga e tratando de construções históricas, de modo a combinar preservação e intervenções novas. Também naquele momento, a EMURB contratou projetos como os de Jorge Wilhelm para a renovação do Pátio do Colégio (1974) e para a Nova Augusta (1973), e desenvolveu projetos como o dos calçadões do centro antigo, por Haron Cohen, e da nova Praça da Sé, José Assis Lefevre e equipe (1976), indicando como se aquecia o debate sobre centros históricos naqueles anos 1970.

Em mais uma intervenção planejada para as proximidades da avenida Paulista, entre uma série de outros projetos, a EMURB agora sob a gestão Miguel Colassuono (1973-1975) abre concorrência para o plano de transformação do eixo lindeiro à avenida 23 de Maio, chamado Nova Vergueiro. O próprio termo de referência indicava diretrizes para um plano que definisse grande esplanada no nível térreo, com centro comercial, e torres que explorassem o potencial de centro de negócios da área, dando continuidade ao centro da cidade pelo novo eixo. A reurbanização do trecho visava transferir para a iniciativa privada não só projeto e construção, mas também a gestão dos novos imóveis, fruto de desapropriações e investimentos públicos. O consórcio vencedor foi formado pelas empresas Guarantã Servlease e Proureb, com projeto de Roger Zmekhol. O projeto gerou polêmicas pelo caráter de privatização de áreas públicas — embora tal direcionamento fosse comum a intervenções planejadas pela EMURB e também a intervenções decorrentes dos Projetos CURA na cidade — e acabou sendo arquivado na transição entre as gestões Colassuono e Setúbal.¹⁶³

Dada a visibilidade da polêmica a respeito daquela área junto à avenida 23 de Maio, novas propostas passaram a aparecer no debate público, sobretudo com a ideia de instalar ali a ampliação da Biblioteca Mário de Andrade e um centro cultural. A diretora do Departamento de Bibliotecas Públicas da cidade, Noemi do Val Penteadó, teria convencido o prefeito da importância de levar a biblioteca para o local e o tema, então, retornou à EMURB, que passou a estudar o assunto em meados de 1975. A empresa contratou a Plae — escritório dos arquitetos Eurico Prado Lopes e Luiz Telles, que já havia projetado o Mercado Distrital de Pinheiros (1968), edifício que mobilizava de maneira original a expressividade do concreto armado em uma grande cobertura para espaço de uso público — para integrar a comissão interna que discutiria o programa de necessidades e o planejamento para a nova biblioteca e centro cultural. O escritório tinha expertise em projetos de *layout*, desenho de fluxos de gestão dos espaços, entre outros aspectos que justificaram sua participação naquela etapa do trabalho, para a qual a EMURB não tinha quadros com conhecimento suficiente, e que antecedia a escolha de um projeto de arquitetura. No início de 1976 a empresa abriu uma concorrência pública para escolher o responsável pelo projeto de arquitetura, e a Plae, que já vinha participando do processo internamente, saiu vencedora.¹⁶⁴

163 O projeto e seu cancelamento foram abordados dentro de uma análise ampla dos projetos de desenho urbano pela Emurb nos anos 1970, em ANELLI, “Urbanismo em Rede” in. *Vitruvius*. Op. Cit.

164 SERAPIÃO, Fernando. *Centro Cultural São Paulo: espaço e vida*. São Paulo: Editora Mo-

O projeto, vizinho ao Centro Operacional do Metrô (1972), de Croce, Aflalo e Gasperini, foi então desenvolvido pela empresa dos jovens arquitetos Prado Lopes e Telles, com desenho ousado de estruturas metálicas, em diálogo com a tradição “paulista” que se consolidou nas décadas anteriores, mas também em ruptura com ela. Depois de uma primeira versão energicamente rejeitada pelo prefeito Olavo Setúbal e por Ernest Mange, presidente da EMURB, — que diziam querer algo mais sólido para afirmação da imagem pública da prefeitura¹⁶⁵ — a segunda e definitiva versão se materializou, mesmo assim, em um edifício com características pouco usuais naquele contexto. O desenho da estrutura previu peças de inúmeros tamanhos diferentes, uma montagem complexa de elementos estruturais e não estruturais, que traçava curvas em grandes vãos — algo que a dupla de arquitetos vinha explorando em outros projetos de edifícios públicos, no Mato Grosso e São Paulo — e definiu um grande edifício semi enterrado na encosta da avenida 23 de Maio, sem reproduzir o procedimento de elevar o edifício, como era comum na cultura disciplinar da época.¹⁶⁶ O procedimento de construção de topografias a partir da relação entre chão e cobertura, algo marcante no Centro Cultural São Paulo (1976), vinha se desenvolvendo em outros projetos do escritório, com características variadas e estruturas de aço ou concreto,¹⁶⁷ e notadamente em projeto para a Força Pública de São Paulo, instituição militar que naquele período encomendou projetos de Ícaro de Castro Mello, e não deixava de guardar pontos de tensão com arquitetos como Eurico Prado Lopes, atuante no IAB-SP.

A arquiteta Christina de Castro Mello, em 1975, logo após o projeto para a Grota da Bela Vista no escritório de Mendes da Rocha, foi presa pela ditadura. Após meses detida, a arquiteta não voltaria a trabalhar no mesmo escritório, considerando a cassação do arquiteto na USP anos antes, situação pouco segura para quem acabava de ser presa política. Ao retornar à atividade, Christina foi trabalhar com Eurico Prado Lopes, com quem havia atuado no IAB-SP, e se envolveria então no processo de projeto da nova Biblioteca Central de São Paulo.

À época da gestão de Prado Lopes como presidente do IAB-SP, entre 1974-1975, o Instituto fora invadido e revirado por militares. Dias depois, o próprio Eurico ficou sabendo que seria preso, e recorreu a contatos da família de sua esposa, que era de uma família de generais. O próprio governador

nolito, 2012.

165 Entrevista de Christina de Castro Mello ao autor, 2023.

166 ver *A Construção São Paulo*, n.1785

167 SERAPIÃO, Fernando. Op. Cit.

Paulo Egydio acabou por fazer a mediação e ligar para o General Golbery do Couto e Silva para garantir que o arquiteto não seria detido.¹⁶⁸ Dias depois, Christina de Castro Mello e Rita de Cássia Alves Vaz, sua colega de trabalho já à época, acabaram por entrar no alvo da repressão. Essa onda de prisões políticas fazia parte de nova investida da ditadura contra o Partido Comunista do Brasil (PCB), como forma de garantir que o partido seguisse desmobilizado naquele momento em que os planos de reabertura do regime eram inevitáveis. Havia também uma disputa interna às Forças Armadas que colocava o projeto de reabertura dos Generais Geisel e Golbery contra a linha dura de Sylvio Frota, Ministro do Exército, grande entusiasta e operador da sistematização da perseguição política na ditadura. Essa disputa chegou a ter impactos em outros arquitetos como veremos adiante.

Ainda um último caso de contratação da EMURB que vale mencionar, o estudo para o Vale do Anhangabaú feito por Vilanova Artigas em 1974, é outro exemplo demonstra a centralidade mantida mesmo por arquitetos perseguidos politicamente no desenvolvimento urbano a despeito da perseguição política.¹⁶⁹ Apesar da instabilidade e da tensão política vivida pelo arquiteto naquele período, como vimos, seu escritório vinha desenvolvendo um número crescente de projetos públicos (assunto ao qual voltaremos adiante). O convite para a elaboração do plano vinha na esteira de projetos de passarelas que Artigas desenvolveu para a EMURB entre 1972 e 1973. O arquiteto desenvolveu o estudo de 1974 para o Vale com uma equipe de arquitetos concentrada em seu escritório e consultorias externas como comunicação e engenheiros de tráfego.¹⁷⁰ A proposta apresentada focava-se especialmente no desenho de passarelas sobre o leito da grande avenida, definindo esplanadas laterais e edificações para terminais, de modo a separar com clareza pedestres e veículos, e era também pensada como parte de propostas de articulação viária mais ampla, excedendo o vale. O projeto contou ainda, em uma segunda etapa, com uma proposta de desenho de pavimentação dos passeios públicos por Roberto Burle Marx.

168 O episódio foi narrado em entrevista de Christina de Castro Mello, mas também nos livros de Fernando Serapião, e em outros depoimentos sobre a época: MARTINS, Paulo Egydio. *Paulo Egydio conta: depoimento ao CPDOC-FGV* São Paulo: Imp. Oficial, 2007 ; MARKUN, Paulo. *Farol alto sobre as diretas 1969-1984*. Brado Retumbante. Benvirá, 2014.

169 O projeto foi amplamente debatido na historiografia da arquitetura paulista, especialmente em BUCCI, Angelo. *Anhangabaú, o chá e a metrópole*. Dissertação (Mestrado), FAU-USP, São Paulo, 1998 ; HERENÚ, Pablo. *Sentidos do Anhangabaú*. Dissertação (Mestrado), FAU-USP, São Paulo, 2007.

170 HERENÚ, Pablo. Op. Cit.

Durante os anos 1970, como mostrou Eduardo Ferroni, a EMURB dedicou quantidade de trabalho impressionante ao Vale, tendo em vista o número de estudos desenvolvidos e, sobretudo, a falta de articulação ou continuidade entre eles. Muitos foram abandonados ou cancelados, como o de Artigas, por fatores provavelmente relacionados à descontinuidade entre gestões dos prefeitos nomeados durante o regime. Escritórios como Croce, Aflalo & Gasperini, Benno Perelmutter, e Figueiredo Ferraz desenvolveram uma série de propostas para passarelas, galerias, e para o Terminal na Praça da Bandeira.¹⁷¹

Outro plano para o Anhangabaú já havia sido apresentado pela própria EMURB, elaborado por Nestor Goulart Reis Filho 1972 enquanto quadro técnico interno à empresa. Naquela ocasião, o Reis Filho defendeu uma solução “megaestrutural” para o Vale, sobrepondo lajes, criando níveis para uso de pedestres e centros comerciais sobre os níveis de tráfego de veículos.¹⁷² O projeto vinha na esteira de um entusiasmo do arquiteto, à época, por projetos em grande escala, com partidos baseados grandes estruturas e da multiplicação de níveis de uso público, como em referências estadunidenses — de áreas livres sobre lajes de estacionamentos em cidades como Washington ou Rochester — mobilizadas por Reis Filho, ou mesmo de outro projeto urbano recentemente inaugurado em São Paulo, do qual o arquiteto era um entusiasta, a Praça Roosevelt.¹⁷³ Essa praça, em localização central e valorizada na cidade, foi marcada por uma ostensiva estética do concreto armado aparente, organizada em grandes lajes que abrigavam múltiplos usos e criavam novas topografias. O projeto foi feito pelo arquiteto-paisagista Roberto Roberto Coelho Cardozo, com os arquitetos Antonio Augusto Nunes Netto e Marcos de Souza Dias, e cálculo estrutural de Figueiredo Ferraz. O contrato veio da administração Faria Lima em 1967, tendo como insumo alguns eventos, incluindo um debate no IAB-SP.¹⁷⁴

Dentre os projetos para o Anhangabaú, em 1977, a EMURB elaborou também, sob responsabilidade do arquiteto Paulo Sérgio Sousa e Silva, projeto para o acesso da estação de Metrô da linha Leste-Oeste no Vale — este sim, construído —, agora com uma abordagem mais voltada à inserção na paisagem do centro histórico da cidade e também sua adequação à

171 Idem.

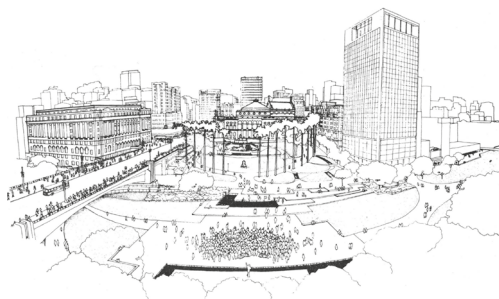
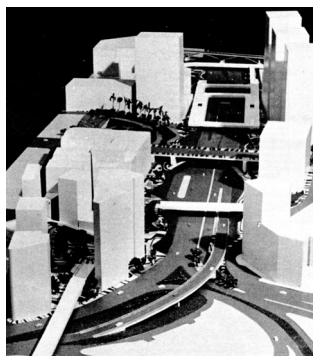
172 “Megaestrutura: solução para o Anhangabaú” in. *A Construção São Paulo*, n.1293, 1972.

173 Reis Filho demonstra seu apreço pelo projeto da Praça Roosevelt em seu livro *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo, Perspectiva, 1970.

174 *Acrópole*, n.380, 1970.

78 Estudo de Vilanova Artigas para o Vale do Anhangabaú. Revista Módulo, Julho, 1975

79 Projeto vencedor para o Concurso do Vale do Anhangabaú, Jorge Wilhelm e Rosa Kliass, 1981. Revista Projeto, 1981



topografia.¹⁷⁵ Em 1981, a EMURB promove um concurso a ser organizado pelo IAB-SP para o novo Plano de Reurbanização do Vale do Anhangabaú. Com 93 trabalhos apresentados, na prefeitura de Reynaldo de Barros (1979-1982), o plano vencedor e de fato realizado foi coordenado por Jorge Wilhelm e Rosa Kliass.¹⁷⁶

A sucessão de estudos para o Anhangabaú, mas também outros planos desenvolvidos ou contratados pela EMURB e comentados aqui, demonstram não só a intensa participação dos arquitetos na elaboração de projetos para a cidade e sua participação no debate público naquele momento histórico, como também os limites evidentes dessa atuação, uma vez que em grande medida tinham seus projetos cancelados ou inviabilizados em detrimento de interesses de ordem econômica ou política que acabava por se resolver em outras instâncias.

1.3.3 ARQUITETURA NO ALTO ESCALÃO

É fato historiográfico relevante que arquitetos — especialmente aqueles dos círculos do IAB-SP, considerando sua posição na circulação de ideias no campo — tenham, de fato, atuado tão intensamente na construção das cidades. Ao contrário da noção de que a categoria esteve alheia à produção dos espaços e, sobretudo, a seu planejamento, a pesquisa histórica revela como estes profissionais estiveram ativos tanto no mercado quando no Estado

175 “Singularidades arquitetônicas e construtivas da Estação Anhangabaú” In. Revista *Projeto* n.58, 1983.

176 “Concurso público nacional para elaboração do Plano de Reurbanização do Vale do Anhangabaú”, In. Revista *Projeto*, n.30, 1981.



80 Centro Cultural São Paulo em obras. Eurico Prado Lopes e Luiz Telles (1976). Foto: Sergio Berezovsky.

durante o regime militar, e, em muitos momentos, com papéis de destaque e centralidade nas tomadas de decisão (vale lembrar, antes disso, dos engenheiros-arquitetos Prestes Maia e Anhaia Melo que foram prefeitos da cidade de São Paulo). É o caso, durante a década de 1970, de arquitetos como Roberto Cerqueira César e Jorge Wilhelm, que por sua intensa atividade profissional no campo do urbanismo — e, é claro, pelas boas relações políticas cultivadas — foram alçados a postos de Secretários de Governo, no Estado de São Paulo.

O empresário Paulo Egydio Martins foi nomeado novo Governador do Estado de São Paulo em 1975 pelo Presidente General Ernesto Geisel, que assumia o país com a promessa de levar a cabo um processo de abertura “lenta, segura e gradual”, em uma disputa política interna ao regime e às Forças Armadas contra grupos da chamada “linha dura”. Egydio havia sido Ministro da Indústria do governo Castello Branco, e também primeiro superintendente do Codivap (Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba).

Na ocasião desse segundo cargo, Paulo Egydio buscou apoio da arquiteta Rosa Kliass — que conhecera através de sua esposa, e com quem manteve relação de grande admiração intelectual — para montar um grupo de apoio com técnicos e intelectuais que o auxiliassem no tema do Desenvolvimento Integrado Regional. Entre eles, estavam figuras como os professores da FAU-USP Juarez Brandão e Nestor Goulart Reis Filho, e o economista Paul Singer. Foi nesse contexto que o empresário e superintendente conheceu o arquiteto Jorge Wilhelm. A presença de Kliass foi fundamental na condução dos debates e também na atribuição de valor a determinados temas como a questão ambiental.¹⁷⁷

177 MARTINS, Paulo Egydio. *Paulo Egydio conta: depoimento ao CPDOC-FGV*. São Paulo: Imp. Oficial, 2007

Ao ser nomeado Governador, Paulo Egydio definiu, então, dois arquitetos como os principais nomes para conduzir o planejamento de sua gestão no período de transição: Jorge Wilhelm e Roberto Cerqueira César. O primeiro havia sido parte de sua equipe na Codivap, e Cerqueira César — a quem o próprio Paulo Egydio definia como de família “quatrocentona” — teria conhecido através do escritório de Rino Levi. Segundo o Governador, ele tinha claro que deviam ser dois arquitetos, e não economistas ou engenheiros,¹⁷⁸ pois sua ideia de planejamento estava atrelada a uma visão de espaço: “escolhi dois arquitetos porque queria ver o homem inserido no espaço das várias regiões que compõem São Paulo, e ter um planejamento regional”.¹⁷⁹ A presença do caráter regional do planejamento se colocava como fator relevante para Egydio, após sua experiência na Codivap. Trataremos mais a respeito do planejamento regional durante o regime militar no Capítulo 2 desta tese.

Coube a Wilhelm elaborar análises para alimentar uma “estratégia de governo”, papel central naquele momento inicial, e que se prolongaria ao longo dos anos de governo. Enquanto isso, Cerqueira César, já desde o início, dedicava-se a estudar a região metropolitana de São Paulo e sua institucionalização. Assim, entre 1975 e 1979, os arquitetos ficaram, ao se iniciar aquela administração de fato, na secretaria de Planejamento e de Negócios Metropolitanos, respectivamente.

Ambos se afastaram de seus escritórios durante o período de gestão pública. Wilhelm vinha desenvolvendo uma série de Planos Diretores e consultorias em projetos urbanos, além de projetos de edificações, — tanto em seu escritório autônomo como em sociedade com a empresa SERETE — e Cerqueira César, além de sócio do escritório de Rino Levi, escrevia colunas semanais no jornal *O Estado de S. Paulo* sobre urbanismo, dava aulas na FAU-USP, e vinha de uma sucessão de cargos públicos no município.

178 O depoimento de Paulo Egydio foca nos dois arquitetos, ao passo que em depoimento de Jorge Wilhelm sobre o período aponta, além dos dois, mais um economista: Nelson Gomes Teixeira. WILHEIM, Jorge. *A obra pública de Jorge Wilhelm. 50 anos de contribuição à cidade e à vida urbana*. São Paulo. DBA. 2003.

179 Idem.

CONFIDENCIAL

017

Cent d. A. INFO n.º 658 / 18-102 / AS -CIF. de 24 MAI 1977 16 -)

versivos:

a) JORGE WILHEIM

- Secretário Estadual de Economia e Planejamento. Por sua função, é o principal diretor do SEADE.
- Militante do PCB, atualmente não estruturado.
- Em 1947 já era membro da União da Juventude Comunista de SÃO PAULO (UJC/SP), órgão do PCB para a Juventude.
- Em 22 Abr 47, o jornal HOJE (PCB/SP) noticiou que integrou a comissão de estudantes da UJC/SP que iriam à PRAGA/TCHECOSLOVÁQUIA participar do Festival Mundial da Juventude Democrática, promovido pela Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), órgão do Movimento Comunista Internacional (MCI).
- Em 28 Ago 53 participou de coquetel de apoio ao jornal NOVOS RUMOS, do PCB.
- Em 15 Set 53 era membro da Campanha de Finanças da Imprensa Popular, que reunia fundos para edições de jornais pelo PCB.
- Em Ago 55 compareceu ao V Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes pela Paz e Amizade, realizado pela Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD) órgão do Movimento Comunista Internacional (MCI), e que teve lugar em VARSÓVIA/POLÔNIA. Era o vice-presidente da delegação brasileira (PCB).

- Sua esposa, JOANA WILHEIM, possui registros que a apontam como ligada a atividades subversivas.

b) RUBENS MURILO MARQUES

- Funcionário do SEADE.
- Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e do PCB.
- Em 1957, como militante do PCB, participou intensamente de atividades do Movimento Estudantil, em SÃO PAULO/SP.
- Em 1963 frequentou o Centro de Estudos Sociais, entidade ligada ao PCB em SÃO PAULO.
- Em 1964 era membro da União Cultural BRASIL/URSS, em SÃO PAULO/SP.

CONFIDENCIAL



CONFIDENCIAL

den. rec. 408 p. 142/168 Fl. 2

Continuação — Nome: JORGE WILHEIM

HISTÓRICO	PAG.
estudantes pertencentes à "JUVENTUDE COMUNISTA DO BRASIL", que iria à PRAGA, participar do "FESTIVAL MUNDIAL DA JUVENTUDE DEMOCRÁTICA".	
21 Jan 75 - INFORME	
- A respeito do epígrafado, provável integrante da equipe do futuro Governador PAULO EGYDIO MARTINS, esta AI remete cópia dos seguintes informes:	
- Uma carta-circular expedida pelo Jornalista ODON PEREIRA DA SILVA, compadre de LUIZ CARLOS PRESTES - qualidade esta declarada pela Sra MARIA CARMEM RIBEIRO PRESTES, mulher do líder comunista. Tal carta foi endereçada a todos os jornais de SÃO PAULO, podendo significar a instalação de uma poderosa célula comunista no futuro Governo do Estado de SÃO PAULO, visando implantar um "SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL", orientado e dirigido pelo KGB.	
- As considerações acima são tecidas pelo próprio informante.	
- "Regras que os comunistas usam para conquistar o poder". No mesmo documento é feita a alusão ao nome do epígrafado, dando parecer desfavorável a integração do mesmo na equipe do futuro governador.	


81 e 82 Documentos do SNI qualificando Wilheim como subversivo [Arquivo Nacional, Ministério da Justiça]

83 Em outro documento, referindo-se agora à menção a Wilhelm por Sylvio Frota, é apresentada a leitura de que apesar do passado comunista, o Secretário não estaria usando do cargo "em prol de causas ideológicas contrárias ao regime vigente no país".

[Arquivo Nacional
Ministério da Justiça]

CONFIDENCIAL

CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO Nº **6504** /117/77



lher a importância de R\$ 22.899,10 correspondente à verba de representação de AGO 76 e a recolher outros R\$ 22.899,10, referentes à verba de representação de DEZ 76 ou então oferecer defesa no prazo de noventa dias. O assunto ainda não foi julgado pelo TCE.

5. Após o episódio da saída do Ministro FROTA, veio a público, através da imprensa, a relação que seria a citada quando da saída do Gen. FROTA. Em tal relação tinha-se o nome de JORGE WILHEIM.

6. Apesar de WILHEIM ser possuidor de antecedentes que dizem ter sido no passado ligado ao comunismo, o acompanhamento de sua atuação à frente da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado / não conota estar ele se utilizando do cargo em prol de causas ideológicas contrárias ao regime vigente no País.

.....

TODA PESSOA QUE TOMAR O
CUMPRIMENTO DESTE DOCUMENTO
FICA RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO
DE SEU SIGILO (RSAS)

A Revolução de 64 é irreversível e
consolidará a democracia no Brasil.

CONFIDENCIAL

Especialmente a Secretaria de Planejamento, sob Wilhelm, parece ter ganhado centralidade relevante. Na montagem da equipe de governo, todos os secretários escolhidos eram encaminhados a conversar com o futuro Secretário de Planejamento, que canalizou as propostas para definir logo de início a estratégia de governo e suas linhas matrizes. Enquanto Secretário, Wilhelm teve inclusive papel decisivo na escolha do futuro prefeito da cidade, sugerindo o nome de Olavo Setúbal, que veio de fato a ser nomeado.¹⁸⁰

Em seus depoimentos, Jorge Wilhelm dizia ser reconhecido dentro da equipe de governo como um “oposicionista” ao regime. Segundo ele, haveria, naquele momento, um ponto de acordo que residia na oposição à “linha dura” e na defesa da abertura proposta por Geisel. Muitos dos secretários estariam ali por “comungarem dos propósitos políticos contrários à tortura e à ditadura militar”.¹⁸¹ É interessante notar como o depoimento do arquiteto sobre aquele cenário de trabalho, em um governo nomeado pelo regime, vai exatamente no sentido da construção social da memória hegemônica liberal da ditadura, conforme trabalhado pelo historiador Marcos Napolitano.¹⁸² Haveria, nessa construção, certo consenso, que unia profissionais e intelectuais de parte da esquerda e do empresariado, em nome da abertura, contra o regime de arbitrariedades que tomara conta do país — nessa visão hegemônica — sobretudo a partir de 1968.

Ao mesmo tempo, o arquiteto passou por sucessivos incômodos durante seu trabalho no governo, fosse pelo fato de ser parte daquele regime, inevitavelmente, fosse pelo fator prático de sofrer tentativas de perseguição interna e intimidação, vindas ainda de setores mais radicais das Forças Armadas, que o viam como “infiltrado comunista” na máquina pública. Documentos do SNI revelam que investigações internas apontavam Wilhelm como um parte do plano de Prestes para “instalar uma poderosa célula comunista no Governo do Estado, visando implantar um Sistema de Comunicação Social orientado e dirigido pelo KGB”.¹⁸³ Referiam-se à construção do Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (Seade), criado para implantar novas tecnologias de informação e estatística no Estado, ligado à análise territorial e aos objetivos do planejamento, portanto central para sua Secretaria. Sua indicação de Rubens Murilo Marques para dirigir o Sistema, por indicação de

180 WILHEIM, Jorge. *A obra pública de Jorge Wilhelm*. Op. Cit.

181 Idem.

182 NAPOLITANO, Marcos. “Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro”, *Antíteses*, v. 8, n. 15 esp., p. 09-44, nov. 2015.

183 Documento do SNI, DPN PES 801p.142/168. Arquivo Nacional, Ministério da Justiça

Fernando Henrique Cardoso,¹⁸⁴ parece ter aguçado ainda mais a imaginação dos militares do SNI, por sua suposta relação com o grupo Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).¹⁸⁵

Por ter participado da Juventude Comunista enquanto estudante, Wilhelm apareceu com frequência nos interrogatórios do regime a presos políticos, e teve seu nome circulando em diversos documentos no sistema de informações, sobretudo por estar agora dentro do Estado em cargo relevante. Algo parecido ocorria com José Mindlin, Secretário de Cultura, que deixou o cargo após o assassinato de Manoel Fiel Filho pelo regime.¹⁸⁶ Na ocasião em que se acentuou a disputa interna ao regime, em nível federal, com a demissão de Sylvio Frota do Ministério do Exército em 1977, este representante da “linha dura” publicou lista de nomes para alertar sobre “comunistas infiltrados”, na qual o nome de Wilhelm constava duas vezes.¹⁸⁷

É ilustrativa a história contada pelo arquiteto sobre a visita que recebera de um coronel do SNI antes de sua posse como secretário. O militar interrogou Wilhelm buscando uma afirmação clara sobre seu alinhamento político, ao que o arquiteto diz ter respondido que era “liberal”. O coronel teria saído, então, satisfeito. De fato, há fichas no SNI que definem dessa forma a “posição ideológica” do então futuro secretário de governo.¹⁸⁸ Dentre outras histórias que evidenciam a obsessão de controle ideológico interna ao Governo, o arquiteto relatou ainda ter encontrado sob sua mesa de reuniões um gravador.¹⁸⁹

Enquanto Secretário, Jorge Wilhelm buscou fomentar debates sobre modelo de desenvolvimento envolvendo, já naquele momento, uma ampla agenda ambiental no debate público.¹⁹⁰ Com a crise do petróleo e a pressão do debate mundial a respeito de outras fontes energéticas, parte do assunto se impunha, de certa maneira. Como Secretário, realizou grandes seminários anuais com convidados internacionais, alguns deles realizados no Parque

184 WILHEIM, Jorge. *A obra pública de Jorge Wilhelm*. Op. Cit.

185 Documento n.658/S102/A5, SNI / Ministério do Exército, 24 de Maio de 1977. Arquivo Nacional, Ministério da Justiça

186 GASPARI, Elio. *A ditadura Encurralada*. Cia das Letras. São Paulo, 2005.

187 Idem. p.160

188 É possível encontrar documentos do SNI monitorando Wilhelm ainda em 1983 quando o arquiteto assumiu a Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPPLA) e era filiado ao MDB, desde 1979. [ASP-ACE-CNF-13895/83 - SNI - Arquivo Nacional, Ministério da Justiça]

189 WILHEIM, Jorge. *A obra pública de Jorge Wilhelm*. Op. Cit.

190 Em 1964 Wilhelm já havia organizado junto a Rosa Kliass debates no IAB-SP sobre Paisagem. O Instituto, em 1975, organizou uma série de cursos sobre meio ambiente, atestando a crescente centralidade do tema.



84 Homenagem
a Jorge Wilhelm e
Roberto Cerqueira
César no IAB-SP, 1975.
Jornal Arquiteto, n.23.

Anhembi — projetado por ele mesmo na década anterior. Em 1976, o tema era a questão energética e ambiental, com foco na energia solar. Em 1977, o foco foi nas alternativas no desenvolvimento de infraestrutura e serviços urbanos. Em 1978, recursos naturais, e em 1979, um seminário focou em discutir alternativas de modelo econômico. O último, já em fase mais avançada do processo de abertura, causou desconfortos ao presidente Geisel, em fim de mandato, de modo que a participação internacional teve que ser suspensa. Mesmo assim, o seminário se realizou, com grande número de economistas, de diferentes espectros políticos e abordagens, envolvendo figuras como Paul Singer, Ignácio Rangel, Luiz Gonzaga Belluzzo, Bresser Pereira, Carlos Lessa, mas também Pedro Malan e João Sayad, entre outros.¹⁹¹

Já Roberto Cerqueira César, de origem “quatrocentona” — e, segundo Paulo Egydio, diferente de Wilhelm, imigrante judeu italiano — escrevia para o *Estado de S. Paulo* desde 1958, de modo que não parecia representar perigo para o regime. O arquiteto, relacionado a grupos culturais de um espectro mais liberal e conservador, e de uma geração mais velha que Wilhelm, ainda que muito ligado ao IAB-SP, acumulava já alguma experiência no setor público e no debate do planejamento urbano em São Paulo. Menos por meio das consultorias, como Wilhelm, mas sobretudo envolvido no debate sobre a capital paulista, desde os anos 1950. Passou, então, por alguns cargos públicos, desde a colaboração com a administração Faria Lima (1965-1969), à direção da COGEP (1971-1972) já sob Figueiredo Ferraz (1971-1973), até a presidência da EMURB (1972-1973), sendo responsável pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) de São Paulo, de 1971, que reunia também o Plano das Vias Expressas, a Lei de Zoneamento e a Lei das Áreas

191 WILHEIM, Jorge. *A obra pública de Jorge Wilhelm*. Op. Cit.

Verdes. Enquanto na EMURB, Cerqueira César já aprofundava o debate sobre as regiões metropolitanas da cidade, pensando projetos pontuais sempre em consonância com análises dos planos de tráfego em escala metropolitana, e buscando incrementar a leitura do planejamento para além do município com pesquisas estatísticas renovadas.

A atuação do arquiteto como Secretário de Negócios Metropolitanos do Governo do Estado de São Paulo, na administração de Paulo Egydio, portanto, deu continuidade a um debate que se consolidou e ganhou força sob sua gestão. A EMPLASA (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano) foi fundada naquele período, substituindo o GEGRAN (Grupo Executivo da Grande São Paulo), agora com escopo de planejamento de toda a região metropolitana de São Paulo. A empresa abrigou muitos arquitetos de carreira pública, como por exemplo Sérgio Zaratin, ativo em gestões do IAB-SP e atuação política que o aproximou de grupos do PCB, da ALN e posteriormente do PT.¹⁹²

Naquele momento de intensas transformações urbanas, é curioso ver como as críticas à especulação imobiliária, por exemplo, pareciam vir mais dos setores conservadores que daqueles progressistas, de modo geral ainda muito engajados em uma visão de desenvolvimento baseada em novas construções, e tributária da construção de Brasília — o que viria a se enfraquecer ao longo dos anos 1970, sobretudo com a reação aos impactos concretos do modelo de desenvolvimento adotado pelo regime militar. Enquanto Cerqueira César presidiu a EMURB, três mandatos de segurança foram impetrados contra a empresa, visando embargar as obras em andamento, denunciando que visavam apenas a “especulação imobiliária”, representando “verdadeiro perigo à ordem jurídica e atentado até contra a Segurança Nacional”.¹⁹³ Frente a muitas manifestações contra a descaracterização da paisagem urbana paulistana, o arquiteto escreveu uma série de artigos defendendo propostas variadas, como aquela para a Nova Paulista, por exemplo, projeto que conduziu na EMURB durante sua gestão, que separava pistas de automóveis da esplanada de pedestres, visando a otimização de fluxos em resposta a uma leitura da engenharia de tráfego em escala metropolitana. O projeto foi abandonado, após ter um primeiro trecho de obras concluído, na ocasião da exoneração do prefeito Figueiredo Ferraz pelo governador Laudo Natel, momento em que Roberto Cerqueira César se demitiu em solidariedade.¹⁹⁴

192 Segundo depoimento do arquiteto ao autor, passou um longo período morando em Cuba, nos anos 1960.

193 BRUNA, Paulo (org.) *Roberto Cerqueira César. São Paulo na visão do urbanista*. São Paulo: Edusp, 2020.

194 Idem.

No dia 11 de Março de 1975, a sede do IAB-SP lotou para homenagear os recém empossados Secretários de Estado, Wilhelm e Cerqueira César. O presidente do Instituto, Eurico Prado Lopes destacou “o reconhecimento da constante luta pela valorização da competência técnica e profissional como critérios para preenchimento de cargos públicos”, e completou ainda afirmando que “desde já está implícito um melhor diálogo entre os arquitetos, através do IAB, e os níveis de decisão governamental de São Paulo”. Vespasiano Puntoni também fez parte da homenagem enquanto presidente do Sindicato de Arquitetos do Estado de São Paulo. Na ocasião, Wilhelm definiu que sua responsabilidade dali em diante seria “muito mais política que técnica”.¹⁹⁵

A atuação de arquitetos em diversos tipos de instituições, e dentro da máquina pública, com variados pesos decisórios, é fato relevante para pensar as tensões, disputas, deslizamentos, entre arquitetura e política naquele período do regime militar. Trazer à luz essa variedade de formas como esses profissionais atuaram durante a ditadura é relevante para rever criticamente as narrativas sobre o campo arquitetônico e sua pretensa interdição durante aquele período de autoritarismo. Por um lado, tais fatos sugerem uma série de contradições e limitações inerentes à disciplina por seu inegável envolvimento com o capital e o Estado em suas formas de condução do desenvolvimento econômico e produtivo, e nem sempre social, enquanto por outro lado, tais formas de atuação possível durante uma ditadura merecem, muitas vezes, ser lidas a partir de suas potencialidades, das questões que insistiram em trazer, ou das apostas na criação de equipamentos e infraestruturas que visavam atender a uma sociedade democrática, pela qual as expectativas ou ações diretas variaram também de acordo com os sujeitos, seus grupos culturais, políticos, suas possibilidades e limites evidentes. Nos capítulos a seguir, continuaremos investigando tais aspectos de ambivalência tão presentes e constituintes do campo disciplinar da arquitetura naquele período, através de outras questões e agentes.



CAPÍTULO II
TERRITÓRIO, SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO

2.1 OS MILITARES E AS FRONTEIRAS INTERNAS

Muito se escreveu sobre o nacional-desenvolvimentismo e os projetos em disputa nesse âmbito, à esquerda ou à direita, com diferenças cruciais na abordagem de questões como reformas sociais, liberdade de organização, os resultados do crescimento econômico, distribuição e desigualdade de renda, etc. Para além disso, no entanto, parte fundamental do projeto de desenvolvimento do regime militar, foi atrelada ainda a uma cartilha mais ampla: a Doutrina de Segurança Nacional. Em tal doutrina, a ideia de desenvolvimento era indissociável da noção de *segurança*. O impulso planejador dos militares tinha nas estratégias de desenvolvimento e integração nacional instrumentos de guerra contra o “inimigo interno”, visando ocupar “vazios demográficos” e regiões consideradas vulneráveis do ponto de vista militar, como as fronteiras ou áreas sujeitas à influência de grupos de guerrilha. Essa abordagem envolvia, é claro, a velha ideia de “colonização” da Amazônia e a assimilação cultural de povos indígenas, para além da violência direta contra essas populações nos processos de obras de infraestrutura país adentro.¹ A Doutrina orbitava não só em torno da disputa militar pelo território nacional, mas também acerca das “fronteiras” ideológicas, disputando apoio popular por meio de forte propaganda nacionalista utilizando-se do desenvolvimento como imagem da modernização.

A *segurança*, portanto, demandava o engajamento de toda a população em um projeto nacional que garantisse certa forma de “estado de alerta” coletivo contra possíveis inimigos internos:

“Segurança é um *estado*, ao passo que Defesa é um ato ou um conjunto de atos — diretamente ligado a determinado tipo de ameaça caracterizada e medida. A Defesa organiza-se para o fim especial de repelir um ataque previsto, ao passo que a Segurança, no sentido em que a encaramos, é estabelecida como *doutrina integral* contra qualquer tipo de ameaça que ela própria — a Segurança — torna inoperante e desencoraja”²

-
- 1 Em 2013 foi resgatado o Relatório Figueiredo — sumido desde os anos 1970, pretensamente devido a um incêndio — que apurou entre 1967 e 1968 a matança de indígenas. O relatório foi analisado pela Comissão da Verdade em conjunto com uma série de outras evidências da violência sistemática cometida contra povos originários no período.
 - 2 Trecho de General Lyra Tavares em ARRUDA, Antônio de. *ESG: História de sua doutrina*. São Paulo: GRD, Brasília: INL-MEC, 1980.

Dessa forma também a ocupação do território era pensada enquanto fator fundamental:

“Não há uma fórmula definindo o que Segurança significa, ou tenha significado, para todos os governos e povos em qualquer situação. Segurança representa diferentes coisas para diferentes povos. Para muitos, significa, primordialmente, a manutenção do ‘status quo’. Para outros, a Segurança só poderá ser conseguida através da expansão territorial, da conquista de um império ou da submissão de outras nações ou povos”³

O engajamento da população em uma visão de “ordem” e o controle territorial eram, portanto, indissociáveis do projeto de desenvolvimento nacional. Não à toa a revista da Escola Superior de Guerra levava o título *Segurança e Desenvolvimento*, e é revelador o fato de tal publicação, à época, ter sido um veículo respeitado — para além dos círculos da direita inclusive — na discussão sobre política, economia, ciência e problemas nacionais de modo geral.⁴

Criada nos anos 1940 inspirada na escola estadunidense, a ESG foi espaço de discussão de projetos de desenvolvimento nacional que chegou a receber como professores convidados expoentes da intelectualidade mais à esquerda, como Sérgio Buarque de Holanda ou mesmo Mário Pedrosa, para não falar da presença de Nelson Werneck Sodré, que fora militar, fatos que reforçam a leitura de grupos e culturas políticas da época como corpos mais ambivalentes do que binários, que se viram inseridos, em inúmeros momentos, naquilo que Denise Rollemberg chamou de *zonas cinzentas*.⁵

Para além da trajetória interna da própria Escola e relações de sua doutrina com referências estadunidenses, como veremos, uma base intelectual

3 Trecho de Padelford e Lincoln citado em ARRUDA, Antônio de. *ESG: História de sua doutrina*. São Paulo: GRD, Brasília: INL-MEC, 1980.

4 O Acervo Bibliográfico do IAB-SP, por exemplo, tem dois exemplares carimbados com registro de 1970, ano em que a gestão tinha em sua diretoria arquitetos como Pedro Paulo de Mello Saraiva e Alfredo Paesani.

5 ROLLEMBERG, Denise. “Memória, Opinião e Cultura Política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974)”. Daniel Aarão Reis; Denis Rolland. (Orgs.). *Modernidades Alternativas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2008, p. 57-96 ; A historiadora usa o conceito de “zonas cinzentas” e “penser-double”, usadas por Pierre Labourier para interpretar os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial na França como a ocupação nazista em Vichy.

1 Caderno de levantamentos e análises da região de Altamira, Pará, desenvolvido com grupo de estudantes integrantes do Projeto Rondon [Acervo Bibliográfico IAB-SP]



orgânica ligada diretamente à ESG — base civil de papel fundamental para a construção do golpe de 1964 — foi aquela de grupos de extrema direita empresarial como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Ligados à Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Desenvolvimento Econômico, tais Institutos contaram com personalidades como o economista Roberto Campos, e empresários como Paulo Ayres Filho, Gilbert Huber Jr, João Batista Leopoldo Figueiredo, que tiveram com passagem pelo Banco do Brasil ou por colaboração com governos anteriores. Estes grupos se organizaram a partir de descontentamentos com o governo de Juscelino Kubitschek, consolidando-se durante o governo Jânio Quadros, e sobretudo após sua renúncia, em torno de uma agenda anticomunista, de reformulação liberal do Estado e associação direta com empresas multinacionais.⁶ A oposição à agenda nacional-desenvolvimentista — focada em uma aliança entre capital e trabalho, contra as “estruturas arcaicas” que ainda definiam o país, em nome da consolidação de um capitalismo nacional — agregada em torno do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) também animava os empresários daquele movimento de “reação”.⁷ Como o nome mostra, os Institutos pretendiam passar uma imagem técnica e intelectual, quando em grande medida funcionam como plataforma política, conectando empresário e militares. Tal base orgânica somada à doutrina militar passou ainda

6 DREIFUSS, René. *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1987.

7 Sobre o ISEB, ver: TOLEDO, Caio N. de. *ISEB: Fábrica de Ideologias*, São Paulo: Ática, 1977; FRANCO, Maria Sylvia de C. “O Tempo das Ilusões”, in: CHAUI, M. e FRANCO, M. S. C., *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: CEDEC/ Paz e Terra, 1978; MANTEGA, Guido. *A economia Política Brasileira*. 4 ed., Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1986

pela construção de uma pretensa agenda “antitotalitária”, envolvendo grupos ligados aos Estados Unidos e eventos como o Congresso pela Liberdade da Cultura, como demonstrado pela historiadora Elizabeth Cancelli.⁸

Se a ditadura fora marcada pela tensão política, por um projeto “revolucionário” de repressão da oposição pelos militares e seus financiadores, a construção daquele regime durante as duas décadas em que perdurou — mesmo que de modo tortuoso e pouco claro — não aconteceria porém sem pontos de contato, sobreposições, consensos, ou mesmo pontos de concordância. No âmbito da Doutrina de Segurança Nacional, o afã planejador dos militares e sobretudo seus ideais de integração nacional e ocupação do território podem ser vistos como pontos chave nos elementos compartilhados com a esquerda arquitetônica.

“uma parte essencial do curso (da ESG) constituída por três ou quatro viagens extensas por todo o Brasil, a fim de [os estudantes] se inteirarem in loco dos problemas e projetos ligados ao desenvolvimento e segurança nacionais, tais como novos projetos hidrelétricos, novos complexos industriais, a indústria nacional do aço, principais projetos de habitação para favelados, o órgão regional de desenvolvimento SUDENE, programas de ação cívica e novas táticas de guerra contra-revolucionária.”⁹

Vale notar aqui a importância dada pelos militares para o reconhecimento do território nacional, sob a perspectiva do desenvolvimento regional, tema que de modo algum seria uma especificidade da direita. Pelo contrário, o interesse pela SUDENE mostra como o próprio nacional-desenvolvimentismo e seus instrumentos — neste caso, pensado por Celso Furtado, por exemplo — estavam em disputa. A própria ideia de economias regionais, a partir de 1964, passa por distorções fundamentais em favor da expansão do capitalismo monopolista combinado com a necessidade de ocupação territorial sob a perspectiva da *segurança*.¹⁰

8 Cancelli, Elizabeth. *O Brasil na Guerra Fria Cultural*. São Paulo: Intermeios, 2017.

9 STEPAN, Alfred. “Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira”, Rio de Janeiro: Artenova, 1975. Apud. FELICETTI, Marcelo. “O idealismo em ruínas: o projeto da Escola Superior de Guerra”, PUC-RIO.

10 Sobre a SUDENE, seus caminhos e contradições durante as mudanças de regime político, ver OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

A exemplo das viagens pelo país para reconhecimento do território já feitas na ESG, essa abordagem ganharia dimensão sistêmica a nível federal durante o regime militar pela via do Projeto Rondon, que levava estudantes a diversas regiões do país em uma agenda de pesquisa e projetos de assistência social.¹¹ O projeto colocava em prática uma agenda de “ocupação” do território nacional com a participação de alunos das universidades e, ao mesmo tempo, tinha caráter estratégico na disputa ideológica contra as esquerdas, uma vez que buscava suprimir as demandas estudantis por contato com a realidade “popular”, com os problemas sociais brasileiros, e assim inibir jovens da adesão ao movimento estudantil.¹² Também aqui ficava evidente o cerne do projeto militar coordenando segurança e desenvolvimento, e com a clareza de travar uma disputa ideológica que demandava a conquista da juventude ou ao menos anular o projeto de oposição.

Como visto no capítulo anterior, também nas universidades o tom foi dado pelo binômio “segurança e desenvolvimento”, já que foram combinadas a repressão ao movimento estudantil organizado, a intervenção em reitorias pelo país, em paralelo ao investimento em expansão de vagas, e um projeto de “modernização” que se expressava na tecnocracia e busca por produtividade. Para além do Projeto Rondon, a “conquista de mentes” se daria também pela via da expansão de cursos de especialização na área de planejamento territorial e urbano.¹³ Ao mesmo tempo em que o regime investia na formação de uma tecno-burocracia para atender à crescente demanda por planejamento no amplo panorama de integração e desenvolvimento territorial e regional, os cursos de especialização, pós-graduação e também as vagas de trabalho em setores públicos acabavam por permitir a inserção e acomodação de profissionais, inclusive daqueles associados aos círculos de esquerda.

-
- 11 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar. Cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014; Vale ressaltar que a prática de viagens para conhecer o território nacional acontecia também em outros circuitos, — representando também um ponto em comum entre os campos da esquerda e da direita na disputa pelo planejamento territorial — como as viagens com estudantes da FAUUSP organizadas com arquiteto-engenheiro e funcionário do IPHAN, Luís Saia, nos anos 1950. Ver SODRÉ, João C. A. *Arquitetura e viagens de formação pelo Brasil: 1938-1962*. (Dissertação de Mestrado) São Paulo: FAUUSP, 2010)
- 12 LIMA, Gabriel Amato. “A contestação, um fenômeno mundial”: movimento estudantil e ditadura civil-militar nos primeiros anos do Projeto Rondon (1967-69). XVIII Encontro Regional da ANPUH-MG, 2012.
- 13 FREITAS, José Francisco Bernardino. “As contradições do projeto educacional no Estado de Segurança Nacional: uma experiência singular”. In. LEME, Maria Cristina. (org.) *Urbanismo e política no Brasil dos anos 1960*. São Paulo: Annablume, 2019.

A Doutrina de Segurança Nacional, no entanto, parece ter sido de certa forma fragmentada, apesar de frequentemente tratada de modo generalizante, tal a sua sedimentação em países latino americanos a partir de uma matriz estadunidense, como demonstrou a pesquisadora Maud Chirio.¹⁴ Sua unidade estaria de fato na “guerra total contra o comunismo”, expressa nos esforços por combater o “inimigo interno”. Chirio lembra que antes do regime militar o pensamento dos militares na América Latina estava longe de ser exclusivamente norte-americano e em sua diversidade teria traços de forte especificidade nacional. Assim, embora a chamada Doutrina de Segurança Nacional tenha sido fundamental para o alargamento das ambições políticas por parte dos militares, bem como ponto crucial de seu contato com as elites civis conservadoras, do ponto de vista da massa de oficiais das Forças Armadas sua difusão enquanto teoria política não foi a de maior impacto na oficialidade militar. Diferentemente dos EUA, para quem as ambições externas tornaram-se centrais a partir da Segunda Guerra Mundial e com a Guerra Fria, a doutrina que teria dado liga à massa militar brasileira focava-se especialmente no “inimigo interno”, sem articular-se exatamente a uma teoria geral do exercício do poder. Trata-se da teoria da “guerra revolucionária”, importada não dos Estados Unidos, mas sobretudo da França. Tal teoria, elaborada a partir de guerras anti-coloniais como a da Argélia, fornecia uma análise do comportamento do inimigo ideal-típico — independentista, subversivo, “terrorista” ou comunista — e respondia, em fins dos anos 1950, a uma lacuna doutrinária no Brasil uma vez que a guerra nuclear ou convencional não se adaptavam à situação geopolítica do país.¹⁵ Deste contexto foi importada também a teoria da “contrainsurgência”, com forte impacto na prática da tortura e nas formas de combate à luta armada no país. Na passagem para os anos 1960, sobretudo a teoria da “guerra revolucionária” passa a ser integrada à Doutrina de Segurança Nacional, como peça chave na coesão e disciplina militar, sobretudo após o golpe de 1964 para governar o país e manter o poder a despeito das inúmeras divergências internas e grupos políticos em disputa.¹⁶

A relação estabelecida aqui entre segurança e desenvolvimento sugere inevitavelmente um resgate da genealogia do poder feita por Michel Foucault.¹⁷

14 Chirio, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

15 Chirio, Maud. *Op. Cit.*

16 *Idem.*

17 ver FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

Embora a ditadura estabelecesse um controle disciplinar pela via da repressão policial, da perseguição política, do controle de sindicatos e universidades, do sistemático extermínio de populações indígenas e prisão daquele considerados “indigentes”, o regime político estabelecido se construiu também pela via da governamentalidade, das técnicas de governo e da gestão das populações no território — conforme descrito por Foucault¹⁸ — com vistas à aquisição, preservação e desenvolvimento da paz social e contenção dos ânimos revolucionários, sediciosos ou ameaçadores à perpetuação da ditadura. Ou seja, a viabilização política do controle se deu também através de alto investimento em determinada “agenda positiva”, com a ocupação e integração dos territórios, a proteção das fronteiras externas e a mobilização das populações no projeto de modernização conservadora e desenvolvimento nacional.

É aí que a *zona cinzenta* da arquitetura e do urbanismo parece se constituir de modo consistente. Por mais críticos que fossem os arquitetos, naquele momento histórico — e com as limitações inerentes à cultura política da própria esquerda comunista em sua maioria —, era inevitável que a maior parte do campo profissional fosse capturado por tal agenda.

A proposta deste capítulo é olhar para os modos como a arquitetura engajou-se com a construção do regime naquilo que havia de mais intimamente ligado à Doutrina de Segurança Nacional, seja por meio do desenho de símbolos do regime, de edificações estratégicas voltadas ao controle militar do Estado e das fronteiras, ou às próprias instituições das Forças Armadas, mas também equipamentos e infraestruturas voltadas para o projeto de integração nacional, planos notadamente não exclusivos daquele regime mas que no momento eram indissociáveis do projeto político que os concretizava.

2.2 ARQUITETURA PAULISTA NA CASERNA

2.2.1. PARADOXOS DE UM QUARTEL SEM MUROS

“O velho casarão viveu 50 anos de história do Brasil e por isso, missão cumprida, entrega hoje a bandeira do comando a um prédio novo, moderno, no Ibirapuera, o novo QG do II Exército. Não parece nem de longe com um quartel, embora seja estrategicamente perfeito.” (O Estado de S. Paulo, 1968)

Assim o jornal Estado de São Paulo, em maio de 1968, anunciava a inauguração do Quartel General do II Exército na região do Parque do Ibirapuera, ao lado da Assembléia Legislativa também recém inaugurada. A passagem de um “velho casarão” para um edifício moderno em área militar controlada, plana, longe de pontos mais altos que pudessem representar perigo a seus aquartelados, era simbólica neste momento de afirmação do regime que, ao final daquele ano, aprovaria o Ato Institucional número 5, intensificando os elementos ditatoriais do regime, já presentes desde 1964.¹⁹ Pouco depois de inaugurado, em 26 de junho de 1968, o QG foi alvo de um ataque — posteriormente assumido pelo grupo de luta armada VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) — que atirou contra o edifício uma caminhonete carregada de cinquenta quilos de explosivos, causando a morte de um soldado de dezoito anos.²⁰ No ano seguinte, 1969, a zona militar do parque do Ibirapuera assistiu à instalação da Operação Bandeirante: um corpo centralizado e clandestino de polícia política dentro do exército em São Paulo, reconhecido já à época

19 NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. Contexto. São Paulo, 2018.

20 Folha de S. Paulo, 1968. O ataque — ocorrido no mesmo dia em que a Passeata dos Cem Mil — foi tratado pela imprensa como o 11o de uma série de explosões que vinham acontecendo e chamando atenção, e havia sido justificado como resposta à provocação do General Manuel Lisboa, que reagindo ao roubo de armas pela VPR desafiou: “que usem essas armas contra nós. Mas previno que usem bem, usem pelas costas”. Posteriormente as integrantes da VPR Renata Guerra e Dulce Maia afirmaram – em depoimento ao livro “Mulheres que foram à luta armada” de Luiz Maklouf – que o ataque fora um erro estratégico, não servindo para nada e ainda culminando na morte do soldado. Segundo elas, justamente para evitar mortes, o ataque havia sido feito de madrugada com o quartel vazio.

como “desvio de doutrina” militar. O funcionamento da Oban no QG do II Exército gerava inconvenientes, como a convivência diária de recrutas com a tortura, de modo que era imprescindível a transferência de seu funcionamento para uma localização ainda próxima porém segura e discreta.²¹

As demandas da operação implicavam custos com os quais Brasília afirmava não poder arcar — embora não se opusesse a seu funcionamento — de modo que uma rede de apoio a socorreria por meio de auxílios pontuais ou de uma “caixinha” colaborativa: o prefeito Paulo Maluf forneceu infra estrutura extra para o entorno do quartel,²² o ministro da Fazenda Delfim Neto articulou reuniões com representantes dos grandes bancos brasileiros, que contribuíram financeiramente com verbas para aquisição de “equipamentos para enfrentar a subversão”. “Dei dinheiro para o combate ao terrorismo. Éramos nós ou eles” declarou Gastão Vidigal, dono do Banco Mercantil São Paulo, em depoimento anos mais tarde.²³ Somavam-se em peso grupos de emissoras de TV, jornais, Fiesp, entre outros representantes do poder econômico. Em meio ao chamado “milagre brasileiro”, poder econômico e instrumentos repressivos do Estado funcionavam então de modo flagrantemente interdependente. O QG do Ibirapuera nascia já como palco de tais conflitos e composições.

A arquitetura moderna esteve —inevitavelmente — no centro dos acontecimentos políticos da ditadura militar, dos palácios aos porões. A esta altura do século XX, já não era novidade a associação da estética modernista ao poder e ao Estado, com suas aspirações modernizadoras no Brasil. Desde o Estado Novo essa relação se consagrou, dando o tom da finalidade positiva da vanguarda arquitetônica nacional: afirmar uma identidade nacional, construir uma “tradição” a partir do moderno e impulsionar o desenvolvimento. De Vargas a Kubitschek, a relação entre arquitetos e governantes foi fundamental para a consolidação da imagem do arquiteto moderno como artista construtor de símbolos do Estado e de seu impulso modernizador. A experimentação técnica e formal patrocinada pelo mecenato público legitimaria profissionais de ponta, propiciando-lhes o uso franco das regras autônomas de seu próprio

21 Espaço na delegacia na esquina da Rua Tutóia com a rua Tomás Carvalhal, cedida pelo governador Roberto de Abreu Sodré; Ali ficaria o DOI CODI, recentemente tombado pela memória do terror, como centro de tortura e extermínio, e como marco da ditadura (Processo 66578/12 ; Resolução 25 12/05/14)

22 Além de assinar a doação da área municipal para a União em 1969 (Lei 7.372/69), o prefeito Maluf aprovaria créditos suplementares para execução de muro após o ataque de 1968 (Lei 7.407/69), entre outros investimentos estratégicos como renovação do asfalto e da rede elétrica.

23 GASPARI, Elio. A ditadura escancarada. Cia das Letras. São Paulo, 2002.

campo artístico.²⁴ Essa relação fundamental não seria, evidentemente, um traço inerente à interação entre encomenda pública e o campo profissional da arquitetura no país. Em São Paulo, o PAGE e outras formas de encomenda atestam a diversidade nas formas de relação entre arquitetura e Estado, para não falar na participação da categoria na elaboração de políticas públicas ou gradativamente compondo os quadros do funcionalismo público, como vimos nos capítulos anteriores.

A primeira metade da década de 1960 foi marcada por uma profusão de concursos de projeto para variados tipos de encomendas.²⁵ O Instituto de Arquitetos do Brasil vinha trabalhando desde meados dos anos 1950 para ampliar o número de concorrências desse tipo, aproximando-se de instituições variadas em um esforço de explicação das vantagens e garantias de concursos como processos qualificados, transparentes e democráticos. Entre essas instituições estavam as próprias Forças Armadas. Em 1963, o departamento de São Paulo do IAB já argumentava perante a aeronáutica sobre a necessidade de fazer um concurso aberto para o plano das instalações do Quartel da Força Aérea em Pirassununga, como veremos mais adiante. Em maio de 1964, o instituto publicava novo regulamento para a organização de concursos corroborando assembléia do IAB nacional, pouco depois da lista de um corpo nacional de jurados, incidindo na consolidação institucional desse tipo de concorrência junto ao Estado a despeito do novo regime.²⁶

Entre concorrências para encomendas de clubes privados, edifícios esportivos e culturais, sedes institucionais e centros cívicos, no fim de 1964 foi escrito o edital para o concurso do Quartel General do II Exército, na região do Ibirapuera, localizado ao lado da Assembleia Legislativa, resultado de um outro concurso, em 1961. O edital foi fruto de parceria entre o Ministério da Guerra e o IAB São Paulo. Vale notar o peso, neste momento, de um IAB dirigido por chapa de entusiastas do regime: presidida por Alberto Botti, a chapa venceu uma das poucas eleições tensas para a seção paulista do Instituto, marcada pela disputa entre direita e esquerda, sendo a chapa perdedora encabeçada por Carlos Milan, arquiteto ligado à esquerda católica e ao movimento Ação Popular.²⁷ Apesar disso, o Instituto chegou a publicar

24 GORELIK, Adrián. Das vanguardas a Brasília: Cultura Urbana e Arquitetura na América Latina. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

25 DEDECCA, Paula. Sociabilidade, crítica e posição. O meio arquitetônico, as revistas especializadas e o debate do moderno em São Paulo (1945-1965). Dissertação de mestrado. São Paulo: FAUUSP, 2012.

26 Documentos do acervo histórico do IAB-SP: Carta à Aeronáutica em 1960 e documento sobre lista de corpo nacional de jurados, 1964.

27 MATERA, Sergio. Carlos Millan: um estudo sobre a produção em arquitetura. FAUUSP

2 e 3 Manifestação do IAB-SP enviada ao Governador do Estado de SP e ao Presidente da Câmara, com algumas páginas de assinaturas.
[Acervo IAB-SP]

OSL/338/64
BBT

São Paulo, 1º de Abril de 1964

Senhor Governador

O Conselho Diretor do Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo, transcreve abaixo, o APÊLO formulado por arquitetos que, reunidos durante todo o dia de hoje em sua sede social, resolveram expressar seus sentimentos à Nação.

" APÊLO À NAÇÃO "

"Os arquitetos de São Paulo, reunidos na sua associação de classe, na expectativa da solução desta gravíssima crise político-militar, que atravessa a nação brasileira, esperam confiantes que as autoridades constituídas encontrem uma solução que evite o derramamento de sangue entre irmãos, para a grandeza da pátria comum, assegurando a continuidade das liberdades democráticas."

Sem mais, reiteramos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente
INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL
- Departamento de São Paulo -

Roberto C. S. Afialo
Arq. Roberto C. S. Afialo
Presidente em Exercício

João Clodogiro de Abreu
Arq. João Clodogiro de Abreu
1º Secretário

Exmo. Sr.
Dr. Adhemar Pereira de Barros
DD, Governador do Estado de São Paulo
Capital



INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL
DEPARTAMENTO DE SÃO PAULO

Fundado em 11-11-1913 - Órgão de Utilidade Pública Decreto Estadual nº 1.246, 11-12-1953
SEDE PRINCIPAL: AVIA BENTO FREITAS, 306 • SÃO PAULO • TELEFONE: 34-024

APÊLO À NAÇÃO

Os arquitetos de São Paulo, reunidos na sua associação de classe, na expectativa da solução desta gravíssima crise político-militar, que atravessa a nação brasileira, esperam confiantes que as autoridades constituídas encontrem uma solução que evite o derramamento de sangue entre irmãos, para a grandeza da pátria comum, assegurando a continuidade das liberdades democráticas.

PAULO BASTOS
ALFREDO S. PAEZANI
ALESSANDRO VENTURA
SERGIO A. M. DA SILVA
PAULO M. ZIMBRES
CARLOS LOIZ DASILVA
HENRIQUE
EDUARDO POMPEU
CARLOS F. GUIMARÃES
DAVID P. DANA
Sergio T. De T...
Assis...
Robert Backup
MARCIO F. L...
L. Mendes da Rocha
RODNEY GUARALDO
ALBERTO D. MORGIA DE ANDRADE

apenas
Alfredo S. Paezani
Sergio A. M. Da Silva
Paulo M. Zimbres
Carlos Loiz Dasilva
Henrique
Eduardo Pompeu
Carlos F. Guimarães
David P. Dana
Sergio T. De T...
Assis...
Robert Backup
Marcio F. L...
L. Mendes da Rocha
Rodney Guaraldo
Alberto D. Morgia de Andrade



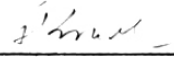
MINISTERIO DA GUERRA
II EXÉRCITO
QUARTEL GERAL

Offício nº 213-21 São Paulo, SP, 22 de abril de 1965

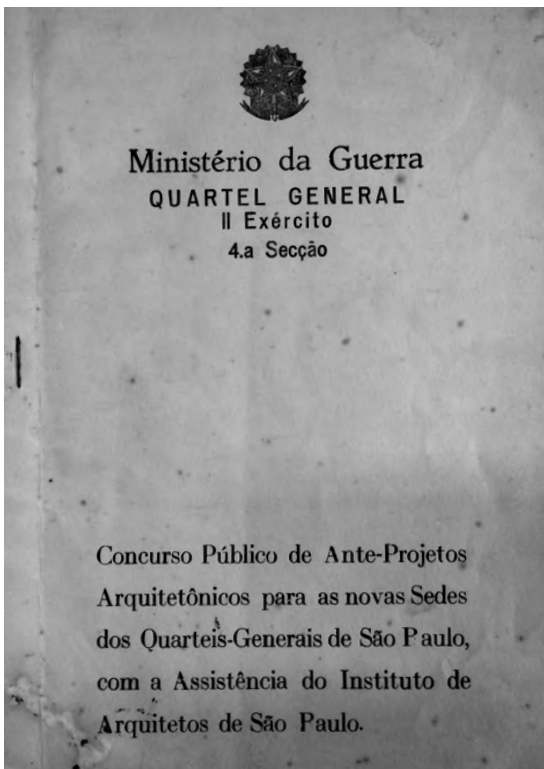
Ao
Snr. Arquiteto PAULO DE MELLO BASTOS
Av Paulista, 726 - Cj 1102
Capital - S Paulo

Tenho em vista o resultado do Concurso Público dos Ante-Projetos para a Construção dos Novos Quartéis Gerais de São Paulo, tenho a honra de convidar V. Sa. para a realização do projeto definitivo dos Quartéis Gerais de São Paulo, de acordo com as condições já estipuladas na Minuta do Contrato de Prestação de Serviços e Cessão de Direitos.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Sa. meus protestos de consideração e apreço.



General de Exército AMAURY KRUEHL
Comandante do II Exército



4 e 5 Edital do
Concurso, Ministério
da Guerra / IAB-SP
[Acervo Paulo Bastos]
Documento de contrato
assinado por Kruehl
[Acervo Paulo Bastos]

uma manifestação de preocupação com os rumos do golpe civil-militar no próprio dia 01 de Abril de 1964:

“Os arquitetos de São Paulo, reunidos na sua associação de classe, na expectativa da solução desta gravíssima crise político-militar, que atravessa a nação brasileira, esperam confiantes que as autoridades constituídas encontrem uma solução que evite o derramamento de sangue entre irmãos, para a grandeza da pátria comum, assegurando a continuidade das liberdades democráticas.”²⁸

Curiosamente o documento não levava a assinatura de Botti, presidente do Instituto no período, a despeito mesmo de seu conteúdo genérico. Considerando a centralidade da agenda de afirmação profissional e defesa da categoria, no cerne do IAB, seu relativo alinhamento ao regime representou não só a possibilidade de intermediar encomendas públicas no caso de concursos como o do Quartel, como também o papel de mediação, em alguns casos, na defesa de arquitetos presos ou que tiveram seus registros profissionais cassados.²⁹

O concurso foi divulgado em Fevereiro de 1965, dois meses após a escrita do edital — aparentemente em decorrência de acertos e discordâncias entre IAB-SP e Ministério da Guerra — e em Abril daquele ano os resultados foram divulgados. É relevante o fato de que a divulgação dos resultados se deu com uma exposição das 28 propostas, com maquetes e desenhos, na sede dos Diários Associados, rua Sete de Abril, com a presença não só do General Amaury Kruel — comandante do II exército e responsável pelo concurso —, mas também do Ministro da Guerra à época, o General Costa e Silva, que viria a ser Presidente do país pouco tempo depois. Chama a atenção o fato de a cerimônia dar-se justamente na sede de um importante grupo de mídia, o que evidencia tanto o apoio desses atores ao regime quanto às expectativas voltadas para a arquitetura como vetor e representação do projeto de modernização encampado pelo regime. O evento foi televisionado pela rede Tupi, registrando falas entusiásticas de Costa e Silva, referindo-se aos jovens

2005.

28 Documentos do acervo histórico do IAB-SP

29 KAMIMURA, Rodrigo. O problema social da arquitetura e o processo de modernização em São Paulo: diálogos. 1945-1965. Tese de Doutorado. 2016. São Carlos. Ver depoimento de Alberto Botti, que afirma ter desempenhado tal papel no IAB-SP, mas do qual não encontramos documentos.

arquitetos vencedores como os “novos Niemeyer”, que “logo veriam sua obra prima construída”, e de Kruel, exaltando o papel do IAB-SP na organização do concurso.³⁰

O júri foi composto por quatro militares e quatro arquitetos: Cel. Augusto Osório, Major Hans Altenburg, Cel. José Barreto, Major Maurício Moreira, e os arquitetos Ary de Queiroz, Salvador Candia, Israel Sancovski e Jon Maitrejean — este último, em 1969, cassado como professor da FAU-USP por ser considerado subversivo, mesmo sem fazer parte de qualquer organização política.

A equipe vencedora foi formada pelos jovens arquitetos Paulo de Melo Bastos, Léo Bomfim Jr, Oscar Arine, Ubirajara Ribeiro e Paulo Sergio Souza e Silva. Chama atenção, logo de início, o fato de parte da equipe do projeto vencedor ser filiada ao Partido Comunista do Brasil (PCB). O fato motivou recurso de um dos concorrentes, pedido surpreendentemente negado pelo general responsável. Segundo depoimento de Bastos, o General Amaury Kruel perguntou: “eles são arquitetos? São. Eles ganharam o concurso de arquitetura? Ganharam. Então eles vão fazer o projeto.”³¹

Kruel havia sido Ministro da Guerra do Presidente João Goulart, deposto pelo golpe civil-militar de 1964. O General aderiu ao golpe enviando tropas paulistas para a Guanabara após oscilar e negociar com seus colegas e forças oposicionistas, bem como sugerir a Jango – ainda seu aliado – que abandonasse suas bases políticas para se manter no cargo.³² Esse tipo de nuance parece importante para uma ressalva diante das aparentes contradições na contratação de arquitetos comunistas pelo regime militar — instaurado, entre outras coisas, com o intuito de eliminá-los — e traz à tona a necessidade de pensar as forças armadas como corpo relativamente heterogêneo.³³ Sobretudo no início do regime, quando ainda existia a preocupação com uma presença capilarizada da base militar do PCB no exército. Vale lembrar que durante o governo Castelo Branco foram feitas 90% das sanções e expurgos a

30 Documento audiovisual do acervo dos Diários Associados, sob guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo e também em registros da Cinemateca Brasileira.

31 Depoimento de Paulo Bastos à pesquisa RODRIGUES, Pedro Henrique. A obra do arquiteto Paulo Bastos. Dissertação de Mestrado. FAUUSP. 2008. p.136

32 TOLEDO, Caio Navarro. O governo Goulart e o Golpe de 1964. Coleção Tudo é História. Paz e Terra. Brasiliense. São Paulo, 1985.

33 MARTINS FILHO, João Roberto. O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964–1969). São Paulo, Alameda, 2019; CHIRIO, Maud. A política nos quartéis. Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

militares durante todo o regime.³⁴ Vale lembrar ainda que parte dos militares expurgados entraria para a luta armada, como no caso de Carlos Lamarca entre outros. Com isso em vista, impõe-se como cuidado imprescindível não simplificar a relação que se estabelecia entre forças armadas e sociedade civil naquilo que toca à perseguição política. Não só de anti-comunistas era feito o exército, como também o golpe e a construção do regime instalado tinham caráter não só militar mas amplamente amparado por atores civis.³⁵

Salta aos olhos, portanto, o tipo de nuances a que estavam sujeitas essas relações entre o poder estabelecido e os que prestaram serviços para ele. Em 1970, poucos anos após a inauguração do Quartel de São Paulo, o arquiteto Paulo Bastos fora sequestrado por grupos paramilitares de caça a comunistas. Seu contato e boa relação com o II Exército — vinha se fortalecendo com a convocação para uma sequência de outros projetos para as forças armadas — seria fundamental para que a família conseguisse localizá-lo e obter ajuda para o resgate.³⁶ Em 1975, enquanto atuava intensamente com projetos para o Estado, como quartéis de Bombeiros em São Bernardo³⁷ e Santo André, escolas ou agências bancárias para a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, o arquiteto novamente ficou dias com paradeiro desconhecido após ser levado de seu escritório por homens que se apresentaram como representantes da operação OBAN e do II Exército, o que levou a denúncias feitas por sua esposa chegarem até o Ministro General João B Figueiredo, chefe do Serviço Nacional de Informações à época.³⁸ Em seguida ficava esclarecido que de fato Bastos, e também Léo Bomfim Jr, foram presos e indiciados naquele

34 NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. Contexto. São Paulo, 2018.

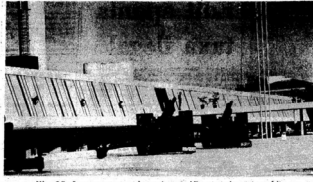
35 ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008. ; IANNI, Octavio. A ditadura do grande capital. São Paulo: Expressão Popular, 2017. ; REIS, Daniel Aarão. Ditadura Militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro. Zahar, 2000.

36 RODRIGUES, Pedro Henrique. A obra do arquiteto Paulo Bastos. Op. Cit.

37 Além da boa referência que tinham pelo projeto dos Quartéis do II Exército, o primo de Léo Bomfim Jr., Jorge Bomfim, liderava o Departamento de Obras de São Bernardo do Campo, de onde convocou diversos arquitetos paulistas para encomendas públicas. Especialmente no Quartel de Bombeiros de São Bernardo do Campo é possível notar a adesão à aposta na expressividade da estrutura no desenho das colunas mesmo em um edifício de modo geral pragmático; Bastos chegou a receber condecoração militar por parte do Corpo de Bombeiros em 1978 ; Sobre Jorge Bomfim, ver dissertação de mestrado de Luiz Boscardin, 2012.

38 Arquivo Nacional - Ministério da Justiça - Processo DICOM n.53-424 - 04/03/1975 / Consultadas também fichas do DEOPS e documentos afins no Arquivo Público do Estado de São Paulo

TERÇA-FEIRA, 7 DE MAIO DE 1968



Novo QG não parece um quartel, mas é um prédio estrategicamente perfeito

É o fim do velho QG

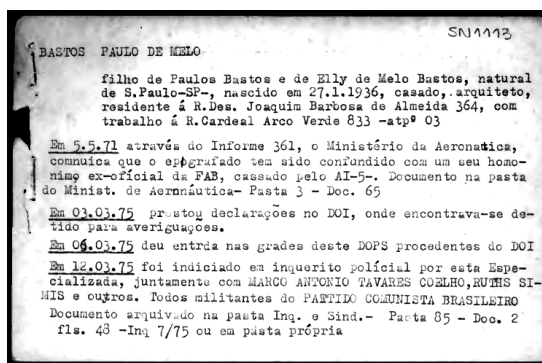
Este prédio, no Distrito, vai ser um novo marco na história da arquitetura brasileira. O projeto foi desenvolvido pelo arquiteto Oscar Niemeyer, e a obra será executada pela Companhia Saneamento de São Paulo. O novo quartel-general do Exército Brasileiro, conhecido como o "Quartel", é um exemplo de modernidade e funcionalidade. O projeto foi desenvolvido pelo arquiteto Oscar Niemeyer, e a obra será executada pela Companhia Saneamento de São Paulo. O novo quartel-general do Exército Brasileiro, conhecido como o "Quartel", é um exemplo de modernidade e funcionalidade.

momento, figurando entre 19 acusados do PCB junto ao deputado e membro do comitê central Marco Antônio Coelho, na ocasião da chamada Operação Radar, ofensiva sobre o Partido já no governo Geisel que visava anular os comunistas no contexto inevitável de crescimento da oposição no congresso e de início da construção do processo de abertura.³⁹ Bastos se mantinha, de fato, ligado ao Partido desde 1960, chegando a abrigar Vilanova Artigas em sua casa nos momentos de clandestinidade e perseguição logo após o golpe militar.⁴⁰ Ambos assinaram ainda um manifesto pela “refundação” do PCB, já fortemente desmobilizado e fragmentado, no início dos anos 1980 com a perspectiva de reabertura do regime e legalização dos partidos.⁴¹ Léo Bomfim Jr. após a prisão, como tantos outros, se afastaria da militância partidária. Também parte da equipe de projeto do Quartel, Oscar Arine se tornaria chefe no departamento de obras do Mato Grosso, e Paulo Sergio Sousa e Silva desenvolveria projetos para a aeronáutica, como veremos adiante.

A arquitetura ganha, neste caso, uma camada histórica que ultrapassa a representação do nacional-desenvolvimentismo, compartilhada com grande parte da produção moderna brasileira desde os anos 1950. No Quartel General do II Exército, tais contradições e nuances — entre a defesa do resultado do concurso pelo General Kruel em 1965 e o nascimento da Oban em 1969, logo após a sua inauguração, como momentos de conflitos internos à lógica do próprio regime — são constitutivas do projeto do edifício e de sua presença

39 (Folha de S. Paulo, 1975)
40 Depoimento Paulo Bastos ao IAB-SP, 2001. Acervo IAB-SP
41 Arquivo Nacional - Ministério da Justiça - Documento de refundação do PCB com assinaturas, consta em documentação de monitoramento do Serviço Nacional de Informações sobre as movimentações políticas de opositores.

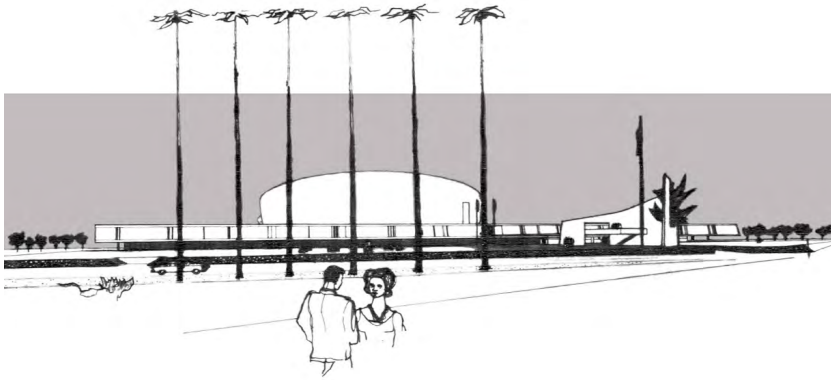
7 Honraria concedida a Bastos pelo Corpo de Bombeiros, 1978 [Acervo Paulo Bastos] Ficha de Bastos no DEOPS, 1975 [Arquivo Público do Estado de São Paulo]



na cidade, expressando, de certa maneira, as ambivalências e contradições do mundo social e político do período em suas características imanentes.

A ata do júri, publicada na revista Acrópole n.321, apenas em Setembro de 1965, ressalta a clareza de raciocínios espaciais e volumétricos no projeto, exaltando o modo como se “coloca o bloco no terreno, com elegante passarela e muro-monumento, a conseqüente definição dos espaços externos e a valorização de visuais desde o Monumento das Bandeiras”. Eram premissas básicas a serem atendidas: “adequação à paisagem, estrutura adequada à flexibilidade interna, monumentalidade e expressão plástica ‘específicas de uma edificação de comando militar’, participação do público nas solenidades militares, introversão do funcionamento a salvo de interferências e visão externas, *meios de defesa* constituídos pelas próprias características do conjunto”. O jornal Folha de S. Paulo estampava em suas páginas de 7 de maio de 1968: “o novo QG não parece um quartel, mas é um prédio estrategicamente perfeito”.

O projeto vencedor respondeu às premissas de defesa reafirmando tais aspectos nos procedimentos internos de sua forma, espaço e estrutura: por meio de taludes e pequenos arrimos possibilitou a primeira separação e controle entre interior e exterior dispensando a necessidade de muros, fazendo a defesa pelas características intrínsecas ao edifício, ao mesmo tempo garantindo seu caráter duplo de discrição mas somando-se à composição de uma paisagem monumental, com os edifícios existentes e de maior destaque do Ginásio e da Assembléia, destacando-se portanto por sua horizontalidade, rebaixamento e perspectiva gerada pela inclinação de sua volumetria, de modo que abria perspectivas para os outros pontos do conjunto urbano. A separação dos taludes é vencida pela passarela de acesso principal, constituindo eixo central definido por uma marquise a partir da praça pública de solenidades.



8 Quartéis do II Exército: Perspectiva do projeto vencedor entregue no concurso de 1965 [Acervo Paulo Bastos]

Um olhar para outros projetos mais bem colocados no concurso reforça os motivos da leitura do júri ter privilegiado o projeto de Bastos e equipe. O segundo colocado, projeto de David Ottoni, propôs um edifício modernista típico que parecia dialogar bem tanto com a Assembléia Legislativa quanto com a austeridade desejada pelo exército enquanto instituição, mas resultava em um quartel muito pouco protegido e exposto. Já o terceiro colocado — equipe liderada por Powel Martin Liberman e Richard Kohn — pelo contrário, apresentou uma solução “brutalista” mais ostensiva, com elementos pré-moldados que definiam paredes externas elevadas e soltas do volume principal, de modo a estabelecer certa proteção, mas enquanto isso o nível térreo ficava aberto por completo sob pilotis. Para além disso, a presença dessa estrutura pesada não seria harmônica com o conjunto do Ibirapuera.⁴²

Embora Paulo Bastos fosse aluno próximo de Artigas e imerso no contexto que viria a ser reconhecido como “escola paulista”, é possível notar certa conexão do projeto do Quartel do II Exército com a arquitetura de Oscar Niemeyer, combinando aspectos de diferentes fases e projetos do arquiteto carioca. Aparentemente, não à toa o próprio Ministro Costa e Silva chegou a comparar os arquitetos do novo QG a “novos Niemeyer”. É possível notar no “muro-monumento” junto à praça de solenidades a presença do mesmo tipo de solução dada por Niemeyer à Capela do Palácio da Alvorada. No projeto de Bastos, apesar de externo ao edifício, e de pequena escala, sua forma curva e ascendente é elemento fundamental para o conjunto, marcando a paisagem em contraste com a discrição do quartel, conferindo uma nota de organicidade em meio à austeridade do conjunto. Não se trata de uma parede curva que encerra um ambiente fechado, como na Capela do Alvorada, mas de uma

42 Projetos em *Acrópole* n.321, 1965.

9 2o, 3o e 4o colocados no concurso. Revista Acrópole n.321.



Quartéis-Generais de São Paulo 2.º prêmio

projeto: David Ottoni, arquiteto

Procurava-se uma simples solução do ponto de vista espacial e construtivo e que atendesse o programa solicitado e onde resultasse com o caráter do edifício. A solução adotada com o respeito dos elementos permitiu atingir os objetivos e onde deu ao edifício, pela repetição dos elementos estruturais, o ritmo e a simetria que se desejava.

A solução do hall central, contendo os elementos mais importantes do programa e onde se encontram os pontos de maior interesse, contendo as partes essenciais de cada quarto, muito flexível e adaptável a qualquer alteração do programa.

As salas foram estudadas de maneira a possibilitarem qualquer rearranjo de distribuição de salas e

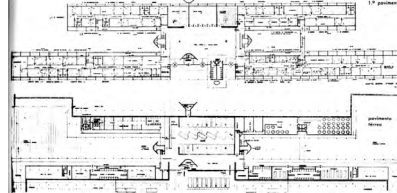
No governo tirado foi previsto hall de serviço sendo distribuído em pontos de circulação vertical que ficam no 1.º pavimento, no 2.º pavimento e 3.º pavimento.

Nesta fase experimental ainda não se deu, no entanto, referência à distribuição das salas no pavimento superior de grande área de espaço.

No 1.º pavimento foi localizada, para atender o programa, o hall geral que ficará ficando no centro do serviço. Do hall geral o público se dirigirá à sala onde se acha localizada o Quartel-geral principal e, servindo-se do pórtico de informação, seguirá o caminho indicado.

A circulação das salas é facilitada pela 3.ª planta de distribuição que possuem: o acesso direto ao corredor central; o encaminhamento e acesso central pelo corredor externo; e utilização do acesso pelo elevador.

Obtem-se assim, um trânsito que, dentro de uma determinada região, não entorpecimento do mesmo, satisfazendo a segurança de circulação. As autoridades superiores têm circulação independente e privativa.



Quartéis-Generais de São Paulo 3.º prêmio

projeto: Fovell Martin Liberman e Richard Kahn, arquitetos
colaboração: H. Rappaport, A. de M. Taborani, arquitetos, O. P. Azeiteiro, consultor estrutural; Isaac Abulafia, engenheiro

Na elaboração do presente anteprojeto, foram levados em conta os seguintes requisitos fundamentais:

- Eficiência operacional.
- Monumentalidade.
- Caracter indistintamente militar.
- Integração no conjunto do conjunto.

Objetivos: inicialmente, de executar uma solução que atendesse perfeitamente as necessidades administrativas do Quartel-geral. Haveria a solução de grande número de salas destinadas ao mesmo propósito, a fim de atender as necessidades independentes e a iluminação direta, a fim de que o programa não precisasse de condições de iluminação de grande dimensão para permitir rearranjos futuros, a solução em planta deveria ser modular, com previsão de pontos estruturais removíveis. Todas as estruturas deveriam ser previstas para serem removidas sem necessidade de grandes reformas.

Em vista dessas premissas, optamos por uma planta em forma de grade, com pilares espaçados uniformemente de 12 em 12 metros. Esta solução permitia combinar a planta interligando halls iluminados centralmente, com grandes extensões lineares de salas. Possibi-

lizaríamos também fachadas cegas, por motivos de segurança, sem prejuízo da iluminação das salas. Todas as estruturas estando localizadas no 1.º pavimento, as divisões independentes do prédio foram separadas no térreo, onde elas se distribuíam radialmente em torno do hall geral. Os três Quartéis-gerais de maior importância, próximos dos governos dos Estados, próximos do hall geral, foram com possibilidades de serem independentes.

Foi prevista uma unidade principal no alinhamento do prédio principal, sendo o ponto de partida de circulação e de estacionamento, e outra unidade secundária no hall central, a fim de que os movimentos de circulação, fossem realizados em torno de um ponto central, facilitando a circulação de veículos e pedestres.

O sistema estrutural foi baseado em colunas espaçadas de 12 m com baldaços de 6 m nos extremos, permitindo um diagrama de momentos fletores racionalmente equilibrado.

A solução das fachadas seria em placas de concreto exposto e pintado.

Do ponto de vista plástico, procuramos a integração do prédio dos Quartéis-gerais no conjunto do edifício de Assessoria Legislativa.



Quartéis-Generais de São Paulo 4.º prêmio



projeto: Antônio Rabin Morais e Fábio E. Kai de Sá Moreira, arquitetos

Condições gerais

O programa, a ser realizado, tem caráter de projeto e não de execução. Foi considerado o edifício, a ser construído, como um conjunto de salas destinadas ao mesmo propósito, com uma unidade principal e outras unidades secundárias. A solução adotada foi baseada em uma planta em forma de grade, com pilares espaçados uniformemente de 12 em 12 metros. Esta solução permitia combinar a planta interligando halls iluminados centralmente, com grandes extensões lineares de salas. Possibi-

lizaríamos também fachadas cegas, por motivos de segurança, sem prejuízo da iluminação das salas. Todas as estruturas estando localizadas no 1.º pavimento, as divisões independentes do prédio foram separadas no térreo, onde elas se distribuíam radialmente em torno do hall geral. Os três Quartéis-gerais de maior importância, próximos dos governos dos Estados, próximos do hall geral, foram com possibilidades de serem independentes.

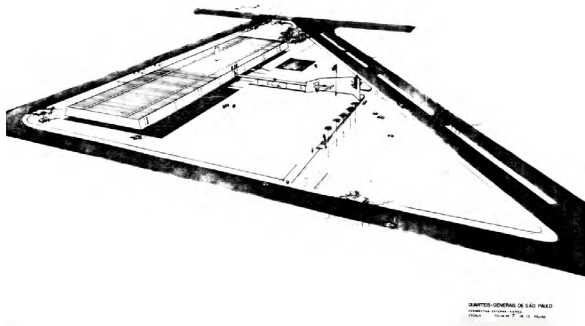
Foi prevista uma unidade principal no alinhamento do prédio principal, sendo o ponto de partida de circulação e de estacionamento, e outra unidade secundária no hall central, a fim de que os movimentos de circulação, fossem realizados em torno de um ponto central, facilitando a circulação de veículos e pedestres.

O sistema estrutural foi baseado em colunas espaçadas de 12 m com baldaços de 6 m nos extremos, permitindo um diagrama de momentos fletores racionalmente equilibrado.

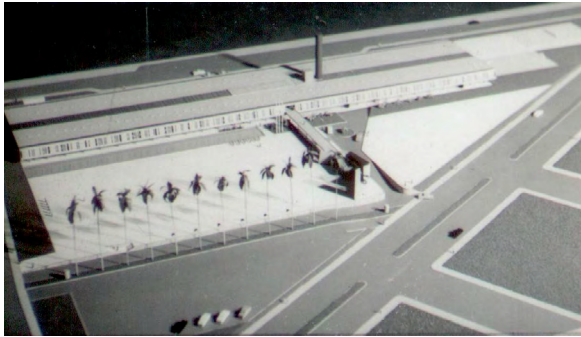
A solução das fachadas seria em placas de concreto exposto e pintado.

Do ponto de vista plástico, procuramos a integração do prédio dos Quartéis-gerais no conjunto do edifício de Assessoria Legislativa.





10 Perspectiva do projeto vencedor entregue no concurso de 1965 [Acervo Paulo Bastos]



11 Maquete exposta nos Diários Associados em 1965, divulgação dos resultados [Acervo Paulo Bastos]



12 Cartão postal com vista do lago do Ibirapuera. Ao fundo, o QG à frente do Ginásio e ao lado da Assembléia Legislativa [anos 1970]



13 Vista aérea do conjunto do Ibirapuera. QG à direita, acima do Ginásio

estrutura aberta, como um ícone, que define um plano elevado, quebrando a horizontalidade dominante, ampliando a entrada do quartel e o início da marquise que abriga o eixo de acesso. A importância desse septo de concreto, contudo, parece fundamental aqui por seu flagrante papel simbólico. O movimento ascendente da estrutura curva remete de modo preciso à cultura visual da modernidade arquitetônica brasileira em sedimentação naquele período. Através da arquitetura, o principal edifício militar do Estado de São Paulo conectava-se diretamente ao palácio residencial da presidência em Brasília, o centro do poder.

Para além de uma evidente conexão com certa tradição da fase “brutalista” de Le Corbusier, especialmente em La Tourette — e que certamente Bastos aprendera de Carlos Milan, com quem trabalhou até 1964 — no edifício do quartel, a fachada em tronco de pirâmide se aproxima, ainda que indiretamente, da inclinação utilizada por Niemeyer no Centro Técnico da Aeronáutica em São José dos Campos (1947). A seção transversal do quartel, no entanto, mostra como se trata estruturalmente de um caso diferente já que explora sobretudo os balanços das lajes, com estrutura recuada, para abrir espaço para os taludes no nível inferior gerando a defasagem de níveis fundamental para a solução que diferenciava o projeto dos outros concorrentes. Algo que não deixa de remeter, novamente, a soluções dadas por Niemeyer sobretudo em anexos de edifícios monumentais, como nos casos do Itamaraty ou do Palace Hotel em Brasília, mas também com horizontalidade, modulação e área livre interna similar àquela do Instituto Central de Ciências da UnB. Nos balanços, o nível superior é encerrado por painéis de concreto armado moldados in loco em disposição alternada que fazem sombreamento, como uma segunda pele que protege as áreas internas, recuadas e resguardadas por uma faixa ajardinada como intermédio. Fica, assim como indicado nas diretrizes do júri, protegida a área interna e tira-se proveito disso conferindo unidade a todo o edifício com sua fachada definida por tais painéis fazendo a função de brise e definindo um só plano externo de fachada. É de se notar como os arquitetos se valeram do vocabulário militar para descrever estes procedimentos de projeto: não só a implantação em “trincheira”, mas também o controle e proteção fornecidos pelas seteiras abertas entre brises assumindo a função de “casamata”, fortificação em volume rebaixado com rígido controle da comunicação com seu exterior.

Destacam-se no projeto, portanto, as características marcadas pela ambiguidade: casamata sobre pilotis, trincheira com balanços, monumentalidade discreta. Um edifício extremamente exposto, implantado em vasto campo aberto, ao mesmo tempo que semi-enterrado, protegido, introvertido,



14 Fotografia do Quartel do II Exército recém inaugurado ; Croqui [Acervo Paulo Bastos]

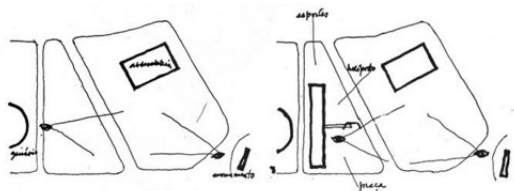


Fig. 1

Fig. 2

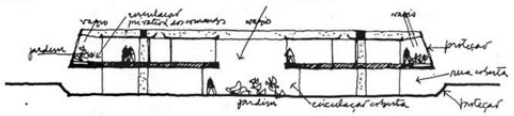


Fig. 3

15 Croquis de implantação e cortes transversais [Acervo Paulo Bastos]

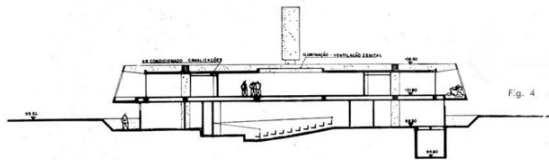
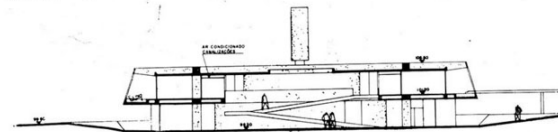


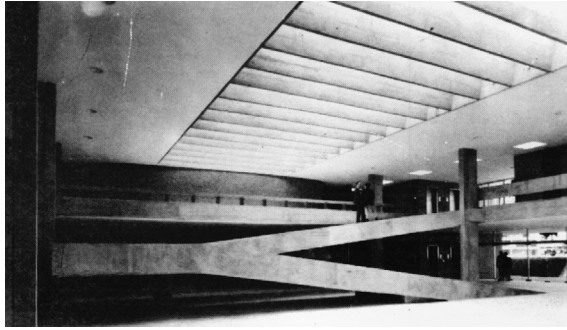
Fig. 4

Corte C-C

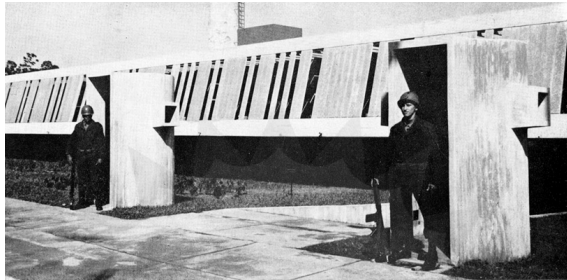


Corte D-D

16 e 17 Fotografias
internas, QG II Exército
[Acervo Paulo Bastos]



18 e 19 Fotografias
de vista externa
[Acervo Paulo Bastos]



definido como fortificação embora sem muros. Esse tipo de dualidade entre espaços de guerra e de abertura, parece constituir uma representação aguda da modernização conservadora daquele momento.

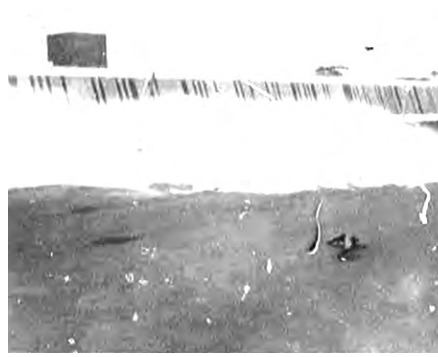
Somada ao caráter estratégico do grande plano aberto e de sua liberação para o aparecimento monumental de outros edifícios do conjunto do Ibirapuera, a grande esplanada constituída na implantação do Quartel assume relevância fundamental para o regime na medida em que as celebrações militares, desfiles, paradas, ganhavam importância gradativa na afirmação nacionalista e do êxito da ditadura. A comemoração do Sesquicentenário da Independência em 1972 foi momento chave para isso, deslocando inclusive o centro das comemorações do país para a cidade de São Paulo de modo a aproximar o regime das vitrines de desenvolvimento tecnológico disponíveis no estado.⁴³ Em paralelo ao uso da avenida paulista — com o novo MASP recém inaugurado — o comando da região sudeste seria inevitavelmente lugar estratégico para as celebrações. A curva ascendente do “muro-monumento” abrigava, em sua abertura, a massa civil que se aglomerava para assistir militares enfileirados exaltando a ordem no país do “milagre”.

Para além das descrições do projeto que circularam no campo da arquitetura, ou de sua apropriação por autoridades e eventos de massa, a descrição do ataque de 1968 é também ilustrativa das soluções projetuais que responderam à demanda estratégica do programa. Uma caminhonete acompanhada de um carro vermelho entra no eixo de acesso — o segundo carro aguarda do lado de fora, um soldado tenta atirar contra o veículo, que avança, mas sua arma não funciona — e acelera no sentido do edifício enquanto seu motorista pula para fora.⁴⁴ O veículo vence o vão-trincheira que protege a construção principal e choca-se com a parede do nível inferior do quartel explodindo. Todo esse trajeto se dá no plano devassado do entorno, estrategicamente definido, isolando o edifício e garantindo sua segurança de modo a tornar visível toda e qualquer aproximação.

43 CORDEIRO, Janaina. Ditadura em tempos de milagre: Comemorações, orgulho e sentimento. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

44 Folha de S. Paulo, 1968

20 Imagens de Inquérito Policial aberto para investigação do ataque ao QG em 1968 [Arquivo Nacional - Ministério da Justiça]



21 O Estado de S. Paulo, junho de 1968.

O ESTADO DE S. PAULO
 JUNHO DE 1968
 TERRORISTA MATA SOLDADO-ESTUDANTE

Terrorista mata soldado-estudante

'Violência à violência'

O Rio sai em calma

Sodré não sabe se volta

Nota oficial narra atentado

UM BOM FOTÓGRAFO COMEÇA PELA MÁQUINA

FOTOPTICA

Foi de repente, pela Abílio Soares

Sodré diz que agirá

Hely aguarda união contra subversivos

Nota oficial narra atentado

UM BOM FOTÓGRAFO COMEÇA PELA MÁQUINA

FOTOPTICA

22 Fotografia do momento imediatamente após a explosão [Acervo Folha de S. Paulo]



23 e 24 Cerimônia militar no Quartel do II Exército, 1973, com o Governador Laudo Natel e público sobre a marquise ao fundo [Arquivo Público do Estado de São Paulo]



Em depoimento à revista Acrópole logo após o ataque da VPR ao Quartel, em 1968, Bastos afirmou que acreditava que seu projeto trazia uma melhoria a uma instituição fundamental para o país: o Exército, “naquilo que tinha de válido e permanente”. Ao ser questionado por jornais sobre a ausência de muros em seu projeto como um facilitador para o ataque contra o quartel Bastos condenou o ataque ao edifício, como algo movido “por uma situação e um significado momentâneos”, e que acabaria por invalidar os esforços do projeto no sentido de “humanizar a aridez dos quartéis”.⁴⁵

Aqui, a arquitetura é intrinsecamente ligada à demanda estratégica e também expõe didaticamente o acontecimento do conflito armado. Fica exposto também o conflito pessoal de um arquiteto como Bastos, no afã de reafirmar a importância do Exército como instituição nacional para além do momento político, crença de resto alinhada às diretrizes do PCB, que desde a sua fundação nos anos 1920 possuía um departamento especificamente voltado à militância militar,⁴⁶ e durante o regime militar adotava postura de não enfrentamento e aposta no desenvolvimento das forças produtivas. Não obstante, dada a doutrina hegemônica nas Forças Armadas e sobretudo o período político vivido, o Quartel era inevitavelmente um projeto de guerra, construído sob os conflitos e ocupado com eles.

45 *Acrópole* n.351, 1968.

46 Sobre o assunto, ver: MORAES, João Quartim de. *A Esquerda Militar no Brasil: Da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*. São Paulo: Expressão Popular, 2005; CUNHA, Paulo Ribeiro da Cunha. *Militares e militância: Uma relação dialeticamente conflituosa*. São Paulo: Unesp, 2020.

2.2.2 O PROJETO MODERNO NOS QUARTÉIS

Conforme mencionado anteriormente, em 1963 o departamento de São Paulo do IAB já argumentava com a aeronáutica da necessidade de fazer um concurso aberto para o plano das instalações do Quartel da Força Aérea em Pirassununga. O concurso só veio a ocorrer no fim da década, sucedendo os estudos para o Quartel da 4a Zona Aérea no Campo de Marte em São Paulo, desenvolvido por Carlos Millan em 1963, pouco antes de seu falecimento em um acidente de carro.⁴⁷ Millan era uma referência importante para as novas gerações que se formavam na FAU-USP e no Mackenzie naquele início de década, e tinha atuação relevante na consolidação daquele campo arquitetônico paulista com uma abordagem projetual contundente e de traços próprios — em uma linha de diálogo forte com obras de Le Corbusier dos anos 1950. O arquiteto era também membro da Ação Popular, movimento da esquerda católica à época, e que ao longo da década se juntaria à resistência armada ao regime.⁴⁸ O projeto de Millan respondia a um programa de grande porte, concentrando inúmeras funções administrativas, alojamentos, refeitórios, anfiteatro e até heliporto. A solução dada para a relação entre o quartel e a rua é traço relevante do projeto, que, da mesma forma que o quartel do Ibirapuera, resolvia os “meios de defesa” na própria arquitetura. Não é menor o fato de que Paulo Bastos trabalhava com Millan neste momento, portanto quando participou do concurso para o QG do Ibirapuera já tinha alguma experiência com encomendas militares e com o tipo de demanda por segurança que a arquitetura devia responder naqueles contextos.

No projeto de Millan, o embasamento é definido por um subsolo e um nível térreo semi-enterrado, que abrigam vasto programa de apoio, incluindo uma área de enfermagem e apoio médico no térreo, e uma área para alojamento de 148 praças no subsolo provida de iluminação zenital, em uma separação hierárquica radical entre estes e os oficiais de outras patentes nos níveis superiores da edificação. O volume construído pelos dois níveis de embasamento é totalmente fechado por paredes de concreto, em inclinação de fora para dentro, também como uma base de pirâmide. Diferentemente do Ibirapuera, no entanto, aqui o concreto se formaliza como um talude, uma formação topográfica, que encerra estes programas em um subsolo

47 Projeto e relatórios de Carlos Milan para a Aeronáutica sob guarda da Seção de Materiais Iconográficos da FAUUSP.

48 MATERA, Sergio. *Carlos Millan: um estudo sobre a produção em arquitetura*. FAUUSP, 2005; RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro. Artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Unesp. São Paulo, 2014.

prolongado, e cria um novo térreo acima do nível da rua. Este sim, seria um nível aberto, com terraços e áreas de convivência, anfiteatro e biblioteca, mas devidamente protegido e separado do espaço da rua. A partir dessa laje elevada se abriam os elementos de iluminação zenital para os ambientes do nível subsolo, e um vazio central comunicava um jardim na cota mais baixa com os níveis que se desdobravam acima. Para além da iluminação zenital, o muro de concreto que definia o perímetro entre rua e quartel criava uma espécie de fosso inglês para alguns ambientes que, no subsolo, não iam até o limite mas abriam recuo para uma espécie de jardim externo — procedimento que também pode ser comparado às galerias-jardim que resguardavam as salas superiores do quartel no Ibirapuera. Este nível sobre o embasamento se abria como um intermediário entre base e torre, criando um respiro entre volumes e possibilitando também a formalização de elementos de exceção, como o anfiteatro, espaço criado a partir de uma parede curva em forma “caracol”, em diálogo com o Le Corbusier dos anos 1950.

Acima do nível intermediário, duas torres se erguiam. Uma menor, destinada a alojamentos com duas camas e um banheiro, e outra maior, abrigando salas administrativas, de reuniões, de estudos, pequenos escritórios que se dispunham em uma planta quadrada, com estrutura liberada das paredes e modulada em esbeltos pilares de concreto, fachada livre da estrutura que se organizava em *brises* verticais, e um grande átrio central que iluminava os ambientes de circulação e acesso às salas. Interessante notar como este esquema do edifício administrativo teria ecos em projetos dos anos 1970 que analisaremos no próximo capítulo.

Já em 1968, o Plano Piloto para Quartéis da 4a Zona Aérea em Pirassununga foi objeto de uma concorrência fechada, que teve entre seus participantes o arquiteto Ícaro de Castro Mello — cujo escritório havia realizado à época uma série de projetos também para a Força Pública do Estado de São Paulo — além uma equipe liderada por Zenon Lotufo, e o escritório Serra & Silva, de que falaremos em breve. Sua equipe era composta também pelos arquitetos Eduardo de Castro Mello e Paulo Mendes da Rocha, provável autor dos desenhos do plano.⁴⁹ O Plano Piloto se organizava em dois eixos, um norte-sul conectando às vias existentes e outro leste-oeste onde se dava a disposição dos programas fundamentais daquele conjunto. Assim se organizavam em setores os edifícios de usos residenciais ou militares. Localizado às margens do rio Mogi-Guaçú, o plano tinha elementos importantes definidos a partir da lógica

49 Segundo entrevista de Christina de Castro Mello ao autor, Mendes da Rocha teria feito os desenhos do projeto para o concurso, mas sem assinar como parte da equipe. Não tivemos acesso a mais informações que pudessem confirmar a autoria e participação.

aeroportuária, dos cones de aproximação de aviões, desenrolando-se em área praticamente toda plana. A única elevação no terreno destinou-se a uma praça que concentrou programas escolares, capela, administração, departamento de pessoal e polícia militar. Áreas esportivas e de lazer dialogam com aquele rio, com áreas de remo e clube náutico. Era criado também um lago artificial entre setores, que se conectava a área residencial que era servida também de centros comerciais, escolas, cine-teatro, hotel e hospital.

Um dos edifícios detalhados na proposta é um grande edifício para o refeitório central. Com mil lugares para cadetes e mais centenas de lugares divididos por hierarquia, entre oficiais superiores e subalternos, o edifício do refeitório era exemplar de uma lógica estrutural refinada, clara e sóbria, a gosto dos militares. A grande laje em planta quadrada era completamente livre de pilares, e sua estrutura se concentrava em dois eixos de volumes estruturais que abrigavam internamente escadas e pequenos “monta-carga” para deslocamento de pratos e lixo separadamente. O eixo estrutural definia também um limite para área de lavagem preliminar e um grande balcão para café. Estes eram os únicos elementos fixos em toda a extensão da laje. A cozinha industrial — setorizada e organizada minuciosamente a partir das demandas de um refeitório daquelas dimensões — se organizava no pavimento superior, também em planta quadrada mas ocupando apenas a área central daquele perímetro do edifício, já que este pavimento superior servia também de área onde se desenvolviam as grandes vigas que suportariam o volume como um todo. Trata-se de uma solução estrutural que libera o pavimento térreo do refeitório de qualquer interferência, uma planta livre radical, e um volume superior definido por grandes vigas vierendeel de modo a travar todo o conjunto e garantir o maior vão possível. Pelo que se pode ver nos desenhos de estudo preliminar, o pavimento inferior não necessitava de tirantes para seguir livre pois era apoiado diretamente no solo. Outros edifícios que se dispunham e repetiam em série eram também definidos por uma grande viga vierendeel, mas aqui diretamente em suas fachadas, eram áreas do departamento de ensino da zona aérea. A sucessão de edifícios de ensino seguia um eixo que encontrava finalmente o grande volume do refeitório, e era ladeado por outro edifício ainda maior, mas que se desenvolvia enquanto plataforma plana e baixa, chamado “corpo de cadetes”.

Embora as informações sobre o concurso sejam escassas, sabe-se que os vencedores da competição foram os arquitetos Geraldo Gomes Serra e Paulo Sérgio Sousa e Silva, responsáveis pelo desenvolvimento do Plano Piloto de 90.000 hectares, e pelo detalhamento dos projetos construídos para conjunto

esportivo, Ginásio, Estádio, Alojamentos, Refeitório, Hospital, Teatro, edifício Sede do Comando, Central Telefônica e marquises do conjunto.⁵⁰

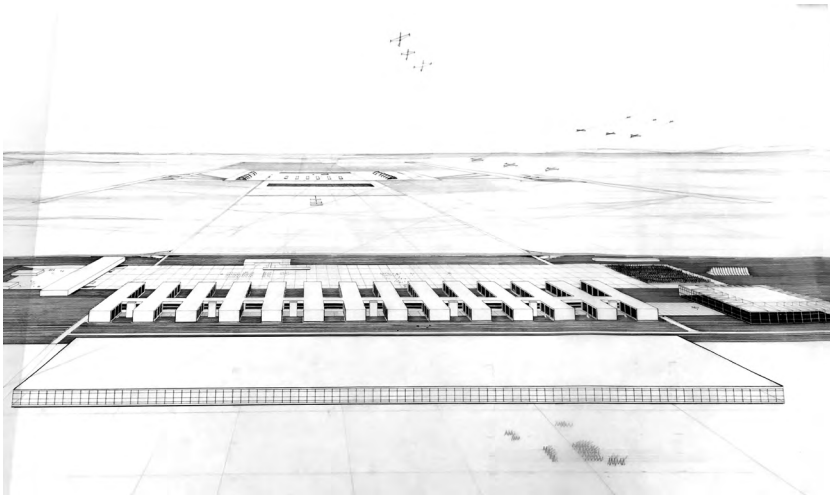
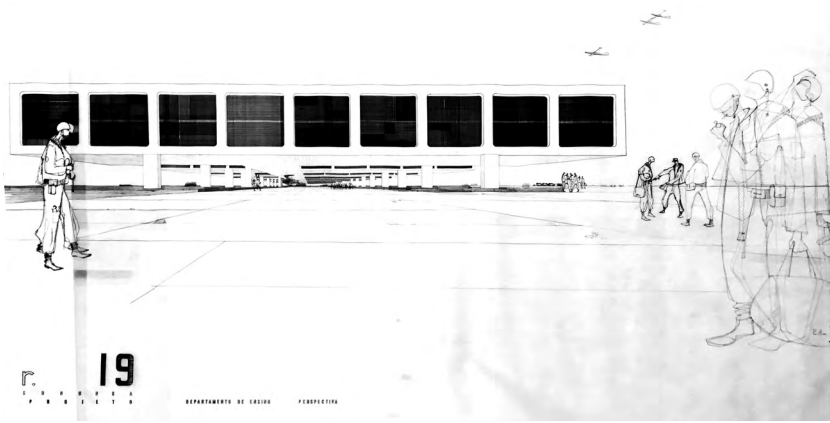
Paulo Sérgio Sousa e Silva havia participado da equipe de projeto do QG do Ibirapuera, fato interessante para refletir sobre a linhagem de arquitetos (ligados de algum modo às esquerdas) e seus colaboradores e os projetos para militares que vinham desde Millan em 1963, Bastos em 1965 e agora Silva e Serra em 1968. Paulo Sergio Sousa e Silva, no mesmo momento em que participava do desenvolvimento do QG liderado por Bastos, fundou com Geraldo Gomes Serra um escritório autônomo — Serra & Silva, que viraria Proplasa S.A anos depois, com a saída de Silva — que atendeu a diferentes tipos de encomendas. Paulo Sérgio havia trabalhado com Artigas em 1961, logo após sua formatura na FAU-USP. Geraldo Serra, formado na mesma turma daquela escola, fez parte do círculo de Sérgio Ferro, Flávio Império, Rodrigo Lefevre, Mayumi Watanabe, Sérgio de Souza Lima, Wanda Whitaker, entre outros, que em sua maior parte participaram da luta armada a partir de 1967. Seu caso é curioso, pois apesar de muito próximo do grupo — todos formados na FAU-USP no mesmo ano, eles se reuniam em ateliê na Rua Haddock Lobo em São Paulo especialmente na primeira metade dos 1960 — ele não chegou a se envolver com a dissidência armada comunista. Enquanto isso, Serra venceu a concorrência para os Quartéis da 4a Zona Aérea em Pirassununga junto a Paulo Sergio Sousa e Silva — marido de Wanda Whitaker, embora não tão próximo ao referido grupo — e em 1969 passou a dar aulas na FAU-USP, indicado por Joaquim Guedes, com que havia trabalhado anteriormente.⁵¹

O concurso da 4a Zona Aérea em Pirassununga foi determinante para futuras obras deste escritório, que continuaria atuando sem Paulo Sérgio Sousa Silva. Logo após o projeto de Pirassununga, Silva foi trabalhar na Promon, com Marcelo Fragelli, e depois na Hidroservice. Agora tocando o escritório sozinho, desdobramentos fundamentais para a continuidade dos projetos de Geraldo Serra a partir do contato com os militares da aeronáutica foram: novo projeto para o refeitório da 4a Zona Aérea no Campo de Marte em São Paulo (1971), em substituição ao de Millan, o próprio Plano Diretor da cidade de Pirassununga (1971), a Plano de Desenvolvimento Turístico para o

50 Agradeço a João Fiammenghi, doutorando pela FAU-USP, que compartilhou materiais acessados na Pasta Funcional de Geraldo Gomes Serra enquanto professor da instituição. Pela documentação de currículo do arquiteto, alguns projetos para a Aeronáutica em Pirassununga já viriam sendo feitos desde 1965, datando de antes da concorrência para o Plano Diretor da área. Mesmo com entrevista ao arquiteto, não foi possível confirmar a discrepância de datas.

51 Entrevista de Geraldo Serra ao autor, com João Fiammenghi e Mariana Machado.

25 a 27 Quartel da 4a Zona Aérea em Pirassununga, Concurso, Ícaro de Castro Mello e equipe, 1968 [Acervo FAUUSP - Ícaro de Castro Mello]



28 e 29 Alojamentos
da 4a Zona Aérea em
Pirassununga, Geraldo
Serra e Paulo Sérgio
Sousa e Silva, 1970
[Pasta Funcional de
Geraldo Gomes Serra,
FAUUSP]



Rio Mogi-Guaçu, naquela mesma cidade, a Escola de Aviação do Ministério da Aeronáutica no Rio de Janeiro (1970), as Alas Internacionais dos aeroportos de Viracopos (1970) e Congonhas (1973), o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Rio Branco, no Acre (1971) com uma série de projetos de edifícios públicos incluídos, como veremos adiante, entre outros planos que se seguiram.

Geraldo Serra, professor do Departamento de Tecnologia da FAUUSP entre 1969 e 1972, chegou a utilizar seu projeto para os alojamentos da aeronáutica em Pirassununga como estudo de caso a ser apresentado aos alunos, incluindo na programação visitas à obra que acabava de ser finalizada, para refletir sobre as soluções estruturais e acabamentos.⁵² O projeto de fato era exemplar em sua didática construtiva. Os elementos estruturais modulados rigorosamente ficavam destacados dos planos de vedação em tijolos ou de elementos em concreto que se destacavam no volume como exceções. Entre os pilares, brises definiam as fachadas dos quartos. Na planta fica evidente também um procedimento didático de separação entre estrutura e definição de áreas de programa, que no pavimento térreo ficam recuadas e com quinas curvas. Nos dois pavimentos tipo a subdivisão em apartamentos é quebrada pelas paredes curvas dos banheiros. Em corte transversal fica claro também outro elemento de racionalização do conjunto: um “mezanino” de tubulações, como intitulado nas pranchas de desenho. O nível do térreo, mais livre e flexível, recebe um rebaixamento de laje no eixo central longitudinal, mas ao invés de um forro falso, tratava-se de uma laje destacada, de fato em forma de mezanino, criando praticamente um nível técnico separado das lajes tipo.

52 Pasta Funcional Geraldo Gomes Serra, FAUUSP. Serra voltaria a ser professor da mesma instituição nas décadas seguintes.



INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL
DEPARTAMENTO DE SÃO PAULO

Fundado em 4-11-1943 - Órgão de Utilidade Pública Decreto Estadual n.º 1.544, 11-12-1951
SÉDE PRÓPRIA: RUA BENTO FREITAS, 306 • TELEFONE 36-4254 • SÃO PAULO • BRASIL

OLS/063/63
b5t

São Paulo, 7 de outubro de 1963

AO
Ministério da Aeronáutica - 4ª Zona Aérea
A/C Cel. Oswaldo Penna Fayao de Carvalho
Largo. Santa Ifigênia, 40
Capital

Prezados Senhores

Em resposta a pedido de esclarecimento formulado por Vv.Ss. à nossa entidade, através do arquiteto (César Luiz Pires de Mello), sobre a realização de concursos de projetos de arquitetura, temos a lhes informar o seguinte:

I - Importância dos Concursos de Arquitetura

Em obras de caráter monumental, a importância do projeto arquitetônico, torna-se mais acentuada, impondo-se a necessidade da realização de um concurso para sua escolha. O concurso, contando com a maior participação de arquitetos, não só possibilita a escolha do melhor projeto, que uma vez construído será uma das expressões culturais e artísticas de nossa época, como também incentiva a introdução de novas soluções e idéias, colaborando de maneira decisiva para o progresso de nossa técnica construtiva. Os concursos de projetos de arquitetura patrocinados pelo Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo, serão organizados pelo próprio Departamento, de acordo com (as normas existentes),

*o Regulamento Oficial para Concursos de
Arquitetura do Instituto de Arquitetos do
Brasil*

30 Correspondência sobre as vantagens de realização de concursos de arquitetura, do IAB-SP ao Ministério da Aeronáutica, 1963. [Acervo IAB-SP]

31 e 32 Declarações do Ministério da Aeronáutica (comandos do Rio de Janeiro e de São Paulo) confirmando os serviços prestados pela Proplasa S.A. [Documentação para emitida à época dos projetos, 1974, e anexa a processos de Geraldo Serra na FAU-USP, constam em sua Pasta Funcional na instituição]



MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

A PROPLAN PROJETOS E PLANEJAMENTOS
LTDA.

Atendendo a consulta de V.Ss; informo conhecer a sua Firma, tendo a mesma realizado varios serviços de proje - tos e plantas, para o Ministério da Aeronáutica, demonstrando alto valor técnico profissional.

dig B. J. Coutinho Marques
Maj Brig - JOSÉ MARIA MENDES COUTINHO MARQUES
Comandante da 6ª Zona Aérea

PROPLASA PROJETOS E PLANEJAMENTO LTDA - sucessora de PROPLAN PROJETOS E PLANEJAMENTO LTDA.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
COMANDO GERAL DO AR
IV COMANDO AÉREO REGIONAL
QUARTEL GENERAL

S. T. O.
M. da Silva
Chefe do Estado Maior do Comar

A T E S T A D O

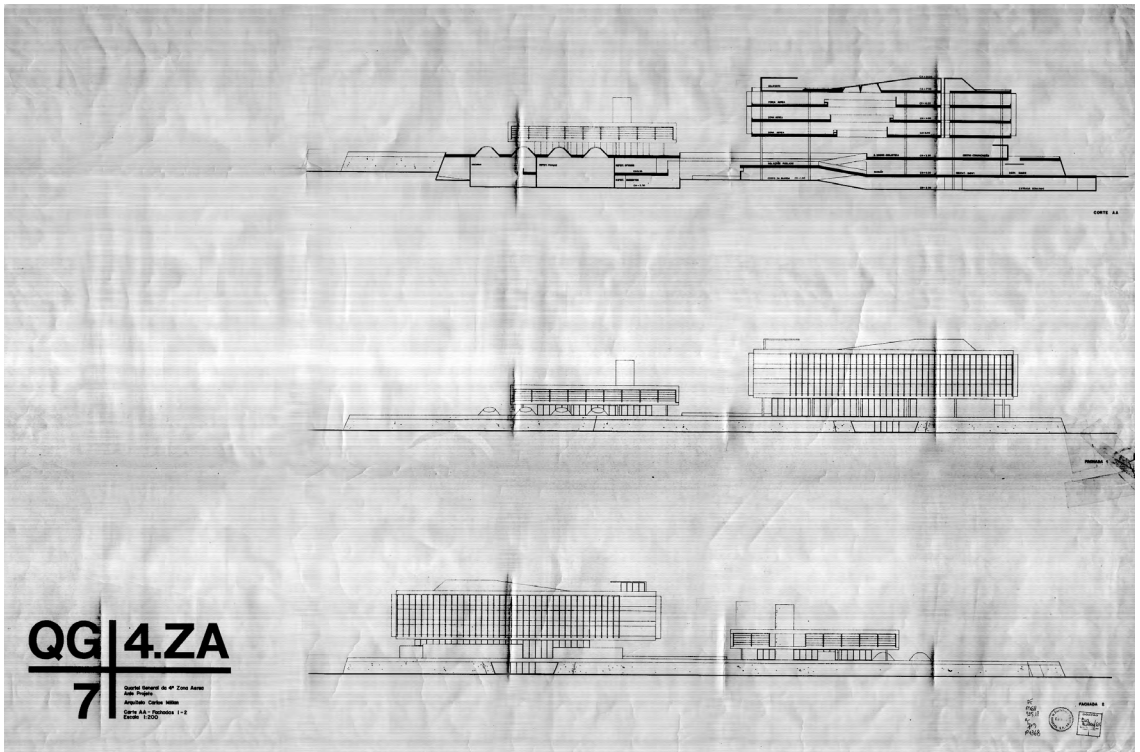
Atestamos, para fins de concorrência pública, que a firma PROPLAN - Projetos e Planejamento Ltda, com escritório à Rua Cardeal Arcoverde, 607 - Capital, São Paulo, executou dentro dos padrões exigidos e a contento deste Serviço Regional de Engenharia, o Plano Diretor do Quartel General do IV Comando Aéreo Regional, iniciado em 20/07/70 e entregue em 15/12/70. E, nada mais constando, o presente atestado vai assinado por mim, LUIZ IGNÁCIO DA SILVA, que o datilografou, e pelo Ten Cel Engº AR LINDO MEDINA FILHO, Chefe do Serviço Regional de Engenharia do IV Comando Aéreo Regional.

São Paulo, 26 de setembro de 1974

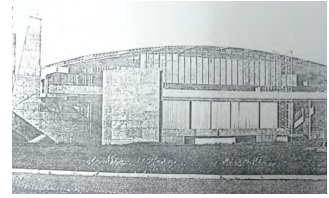
Arildo Medina Filho
ARILDO MEDINA FILHO - Ten Cel Engº
Chefe do Serviço Regional de Engenharia do IV
Comando Aéreo Regional

Luiz Ignácio da Silva
LUIZ IGNÁCIO DA SILVA - Fisc. Agr. N. 14
Datilógrafo

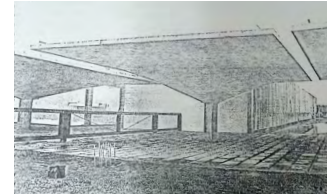
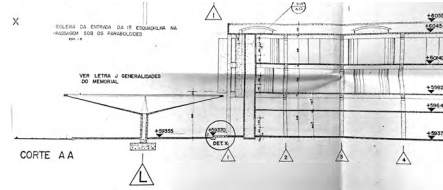
33 Quartel da 4a Zona
Aérea em São Paulo,
Campo de Marte,
Carlos Milan, 1963
[Acervo FAUUSP -
Carlos Milan]



34 Ginásio da 4a
Zona Aérea em
Pirassununga, Geraldo
Serra e Paulo Sérgio
Sousa e Silva, 1970
[Pasta Funcional de
Geraldo Gomes Serra,
FAUUSP]



35 e 36 Alojamentos
da 4a Zona Aérea em
Pirassununga, Geraldo
Serra e Paulo Sérgio
Sousa e Silva, 1970
[Pasta Funcional de
Geraldo Gomes Serra,
FAUUSP]



Já no Ginásio de Esportes, é possível vislumbrar um desejo de destaque e expressividade estrutural, curiosamente aos moldes da obra de Ícaro de Castro Mello — que também disputou a concorrência para a encomenda. Esta expressividade, sobretudo do concreto armado aparente, ganha espaço especial na marquise que conecta edifícios. O desenho era de uma cobertura com grande inclinação direcionada, em planta, para seu ponto central, onde se localizava uma única coluna servindo também como ponto de descida de águas pluviais. Este módulo quadrado se repetia seguidamente com pequenos intervalos. Tal esquema estrutural e formal foi comum naquele período, aparecendo em projetos nas décadas seguintes como a rodoviária de Fortaleza ou o terminal de ônibus Ana Rosa em São Paulo.

Tais instalações, em Pirassununga, foram visitadas com frequência por autoridades do regime militar, como os presidentes generais Garrastazú Médici e Ernesto Geisel, resultando em imagens emblemáticas de tais figuras em ambientes de concreto aparente, balanços e texturas de formas de madeira ripada. Não se pode dizer que aquelas construções eram exatamente monumentais, mas justamente sua austeridade, sobriedade, ritmo, hierarquia e rigor davam aos militares aquilo que desejavam para sua auto-representação simbólica.

O arquiteto Ubyrajara Gilioli, parte dos círculos à esquerda no campo profissional da arquitetura em São Paulo, desenvolveu também projeto para as Forças Armadas, o Hospital Militar de São Paulo (1968). O projeto foi vencedor de um concurso fechado organizado pelo Serviço de Engenharia da Força Pública de São Paulo, para este hospital de 30.000m² localizado em área da Polícia Militar, muito próximo à Serra da Cantareira. O atendimento do hospital se dá todo em uma plataforma no nível térreo — servida de uma malha de *domos* para iluminação zenital — e se ergue sobre ela um bloco



37 Hospital Militar de São Paulo (1968)
[Imagem de internet do Centro Médico da Polícia Militar]

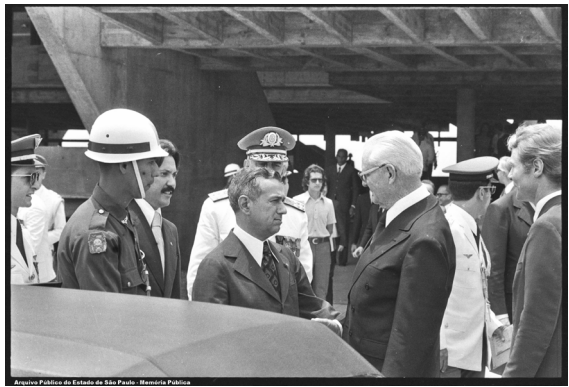
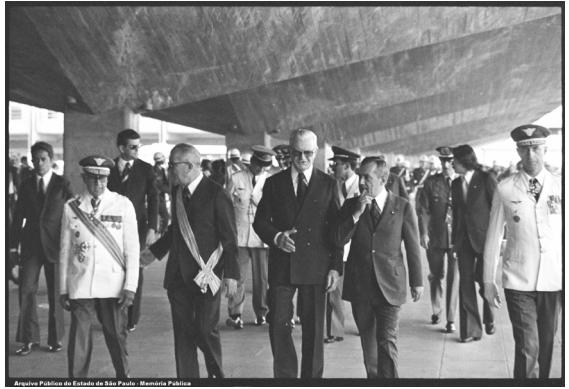
vertical com 400 leitos em apartamentos.⁵³ Também definido por um caráter sóbrio e austero, a torre do hospital se formaliza através da modulação de sua estrutura de concreto armado aparente e planos de *brises* verticais que resguardam os quartos e controlam a luminosidade interna.

É interessante notar como, de fato, a arquitetura aparece em diversos momentos mobilizada pelo regime de variadas maneiras. A própria Presidência da República chegou a mencionar o IAB como forma de chancela a planos para Centros Turísticos em áreas militares da Guanabara, sem que o Instituto tivesse ciência do assunto, levando-o a protestar publicamente contra o fato, e posteriormente colocar-se à disposição para organizar formas de colaboração no desenvolvimento dos referidos planos e com os devidos cuidados ambientais.⁵⁴ A presença do General Costa e Silva na exposição dos projetos para o QG do Ibirapuera nos Diários Associados, em 1968, e especialmente sua fala tecendo elogios aos arquitetos e ao IAB — conforme descrito no item anterior — são fatos emblemáticos da consciência dos militares em relação à relevância da arquitetura na construção de marcos do poder, para além do papel das obras no desenvolvimento da construção civil e consequentemente da economia.

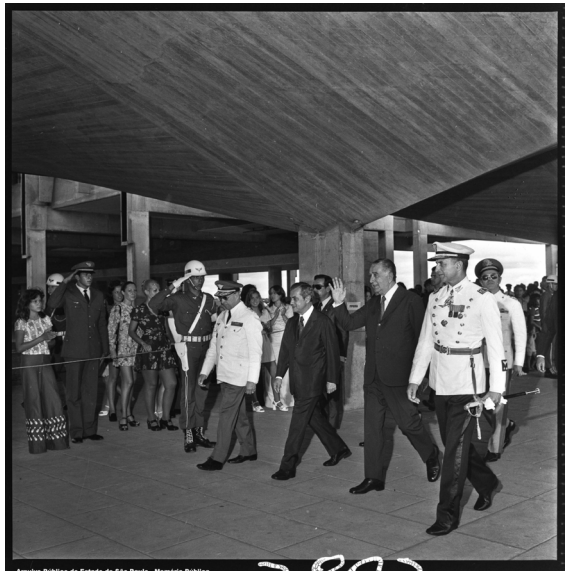
53 LEMOS, Carlos. CORONA, Eduardo. XAVIER, Alberto. *Arquitetura Moderna Paulistana*. Romano Guerra. Pini. 2017.

54 *Jornal Arquiteto* n.11 p.3

38 e 39 Presidente General Ernesto Geisel e Governador Laudo Natel visitando os Alojamentos da 4a Zona Aérea em Pirassununga [Arquivo Público do Estado de São Paulo]



40 Presidente General Garrastazú Médici visitando os Alojamentos da 4a Zona Aérea em Pirassununga [Arquivo Público do Estado de São Paulo]



2.2.3 ARTIGAS VAI AO AMAPÁ

Em 1971, outro Quartel General digno de análise na história da produção de arquitetura militar pelos profissionais paulistas foi criado. Não em São Paulo, mas em Macapá, o novo Quartel da Guarda Territorial foi projetado por Vilanova Artigas. Não tanto por seu papel histórico, como o Quartel do Ibirapuera que esteve no centro de conflitos políticos internos, o Quartel do Amapá ganha destaque como elemento intrigante na trajetória projetual de Artigas. Muitas vezes citado, mas sempre de passagem, o projeto merece um olhar atento para pensar as relações entre arquitetos e ditadura naquilo que excedeu o antagonismo entre resistência e colaboração.

O momento do “milagre econômico”, como vimos trabalhando, foi marcado pela ampliação da demanda por arquitetura, e não seria diferente para o escritório de Artigas. O próprio arquiteto, em depoimento retrospectivo de 1983 refletiu sobre o contexto das encomendas, em paralelo ao terror das perseguições que sofreu nos anos 1960, culminando com a cassação na universidade em 1969:

“Fiquei sem salário. Dei continuidade ao meu trabalho, neste escritório humilde. Inegavelmente aproveitei-me um pouco do milagre econômico e durante esse período fiz algumas escolas e escrevi alguns artigos (...) Para falar a verdade, eu sobrevivi. E depois de cassado, vivi a década de 1970 cercado pelo medo.”⁵⁵

A década de 1970 foi, de fato, marcada por um aumento exponencial na encomenda de projetos ao arquiteto, sobretudo em obras públicas. Como mostrou pesquisa de Gabriel Cunha, o número de projetos para o Estado, por exemplo, passou de 8, nos anos 1960, para 61, nos anos 1970.⁵⁶ Não é necessário retomar aqui como esse número de projetos se inserem em um contexto de aposta no desenvolvimento das forças produtivas, a despeito de certa desilusão que poderia ter acometido o arquiteto naquele período distante da universidade, e que estaria expressa, entre outros momentos, em sua explicação da casa Elza Berquó enquanto manifestação *pop* e irônica.⁵⁷

55 Depoimento a Livia Pedreira, 1983, in. XAVIER, Alberto (org) *Depoimento de uma geração – arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p.217

56 CUNHA, Gabriel Rodrigues. *Uma análise da produção de Vilanova Artigas entre os anos de 1967 e 1976*. IAU USP. São Carlos. 2009.

57 ARTIGAS, João Batista Vilanova. “Arguição de memorial”, 1984. in. *Caminhos da arqui-*

Naquele mesmo período, no Território Federal do Amapá, criado em 1943, o General Ivanhoé Gonçalves Martins foi indicado pelo presidente General Costa e Silva como governador entre 1967 e 1972.⁵⁸ Considerado membro da “linha dura” das forças armadas, o General Martins foi responsável pelo contrato de Artigas para fazer os projetos não só do Quartel da Guarda Territorial, mas também da Secretaria de Segurança do Estado e de uma escola, ambas também construídas. Além destes, outros estudos de edifícios públicos foram desenvolvidos e não construídos, como projetos para um museu, um pronto socorro, o Marco Zero de Macapá e uma praça de esportes, onde uma das construções previstas, desde sua concepção, levava o nome de Ginásio Costa e Silva.

O Território do Amapá vinha se aproximando de arquitetos paulistas desde a década de 1950, quando Oswaldo Bratke venceu o concurso para o projeto da Vila Serra do Navio. Aproximação ao modernismo que se revela por exemplo em correspondências entre Artigas e o diretor da Divisão de Segurança e Guarda daquele estado. Tratando sempre com reverência o “Professor Artigas” — mais que arquiteto — o diretor reporta a Artigas comentários do governador sobre o programa e as divisões internas do anteprojeto não sem antes adicionar a ressalva: “Devo esclarecer que vosso trabalho foi classificado como magnífico, dada sua perfeição e riqueza de detalhes com linhas ultra modernas aliada a uma sobriedade que nos emociona”.⁵⁹

O projeto para o Quartel da Guarda chega a ser citado por Artigas anos depois, após sua anistia, em sua aula de titulação na FAUUSP, em 1984:

“Este é o Quartel da Guarda, e vale a pena que eu lhes diga que foi feito em Macapá, para proteger a fronteira do Brasil. É uma estrutura muito bonita, articulada em cima, de tal forma que se a levantássemos podia-se tirá-la todinha e todo o contraventamento é feito na altura deste andar que está aqui. (...) Reparei que entre a sombra e o sol há uma diferença de temperatura muito grande e que eu podia fazer uma arquitetura que se casasse mais

tetura. Org. José T. C. Lira, Rosa Artigas. CosacNaify, 2004. Apesar da ironia, no próprio texto da arguição, Arigas apresenta a solução de colunas com troncos de árvore como uma demonstração das qualidades do avanço técnico.

58 TOSTES, José Alberto. WEISER, Alice. TAVARES, Ana Paula C. *Arquitetura Moderna no Estado do Amapá*. In: TOSTES, José Alberto (org.) *Planejamento urbano regional no Estado do Amapá*. Macapá: UNIFAP, 2018. p.278

59 Correspondência, Seção de Materiais Iconográficos da FAUUSP, Coleção Vilanova Artigas

ou menos com as peculiaridades do meio ambiente. Devo dizer que deu um resultado, se não perfeito, muito agradável para mim. Um soldado de lá, segundo soube, acabou se comovendo com isso e pintando um painel por conta dele, no meio do edifício, que não conheço.”⁶⁰

É possível notar certa naturalidade de Artigas ao tratar do fato de ter projetado um quartel naquele momento histórico e de sua vida pessoal, o que parece dizer algo a respeito de como compreendia o papel das forças armadas na defesa das fronteiras, do território e mesmo do desenvolvimento do país.

Uma série de grupos culturais da época, com entrelaçamentos variados, compartilhava, de certa forma, a cultura política do nacional-desenvolvimentismo. O próprio nacionalismo, uma palavra instável, conforme explicou Antonio Candido, ganhou novo sentido à época como forma de busca por “uma cultura vinculada ao povo”, da “politização da inteligência e da arte, contra a servidão econômica em relação ao imperialismo” e pela “incorporação efetiva à vida nacional das populações marginalizadas e espoliadas”.⁶¹ Noção essa que ia certamente além do “senso comum” nacionalista, no qual orbitavam pontos de contato relevantes mesmo com a Doutrina de Segurança Nacional dos militares.

Assim como Bastos no caso do Ibirapuera, nota-se na posição de Artigas uma visão do Exército como instituição nacional a ser disputada, e não apenas como síntese do Estado terrorista totalmente apartado da sociedade civil. É importante considerar, além disso — algo que fica evidente nas correspondências trocadas entre Artigas e os militares contratantes — o foco do arquiteto em trabalhar com os projetos que pareciam lhe interessar mais, com programas de caráter público e democrático. Nesse sentido, o Quartel da Guarda Territorial parecia ser uma mediação, uma abertura de oportunidade.

Este projeto pode ser pensado dentro de um quadro mais amplo da prática de Artigas, a partir de uma questão que se colocava já desde a segunda metade dos anos 1950: se antes a arquitetura brasileira buscou representar por meio de sua monumentalidade a construção de uma identidade nacional, e se isso estava também presente no caráter popular que Artigas buscou no início de sua obra com tendência — ao menos em discurso — mais próxima ao realismo socialista, em um segundo momento o caráter monumental se

60 ARTIGAS, João Batista Vilanova. *Caminhos da arquitetura*. Org. José T. C. Lira, Rosa Artigas. CosacNaify, 2004. p.250

61 CANDIDO, Antonio. “Uma palavra instável”, in. *Folha de S. Paulo*, 27 de Agosto, 1995.

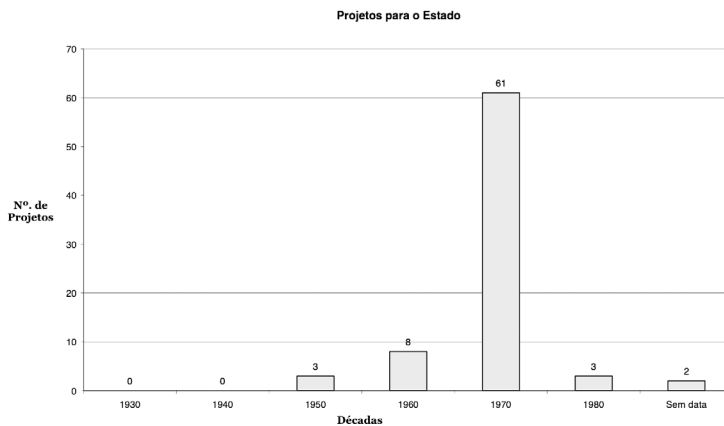
41 Artigas encontra
com o Governador do
Estado de São Paulo,
Paulo Egydio Martins,
em Jaú, 1975
[Acervo Instituto
Artigas]



voltaria para a representação do desenvolvimento como valor em si.⁶² A técnica e o processo produtivo entravam no centro da narrativa. Aqui, é possível notar que mesmo um edifício de organização programática muito simples e de caráter muito pragmático, como é o caso do Quartel do Amapá — que não pode ser caracterizado como um edifício monumental — teve como objeto de maior cuidado o desenho de sua estrutura: os pilares como elementos que resolvem por si só todo o conjunto. São, além disso, das poucas partes em que o arquiteto encontra espaço para a afirmação de certa autonomia do desenho arquitetônico, recorrendo — como de praxe em sua trajetória — à expressividade estrutural, à formalização a partir das tensões estáticas, definindo nessas colunas um foco de desenho cuidadoso e técnica minuciosa, fazer as transições de esforços e definir encontros delicados entre peso do conjunto e ponto de apoio no solo. De certa forma, dentro de uma tradição clássica, o ritmo e a austeridade caracterizam o edifício com resquícios de uma composição monumental e centralidade da elaboração técnica. A relação entre arquitetura e desenvolvimento, prática projetual e discurso político tem, aqui, um caso produtivo para reflexão.

A descrição que o arquiteto fez do projeto em 1984 mostrava linhas mestras de seu raciocínio de modo claro: todo o edifício definido por uma só operação estrutural. O projeto se constitui por uma espécie de pórtico, delimitado por pilares de seção triangular com base articulada que fazem a captação das águas pluviais e estruturam não só vigas superiores da cobertura,

62 Ver CONTIER, Felipe de Araujo. *O edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Cidade Universitária: projeto e construção da escola de Vilanova Artigas*. São Carlos. 2015 ; e BUZZAR, Miguel Antonio. *João Batista Vilanova Artigas: elementos para a compreensão de um caminho da arquitetura brasileira. 1938-1967*. Editora Unesp. 2014.



42 Gráfico do número de encomendas de Artigas para o Estado. Dissertação Gabriel Cunha, 2009.

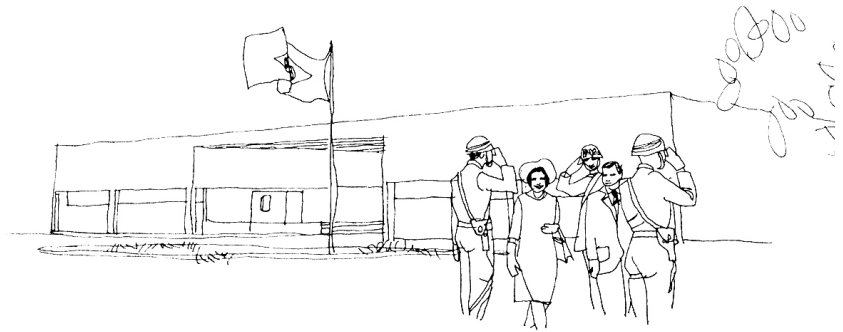
mas também a laje intermediária por meio de consoles dos pilares que a buscam funcionando como contraventamento, dado o ângulo já conformado pela seção triangular daquelas colunas. No centro do edifício do quartel um vão livre marca a entrada e o caráter monumental de edificação pública. O partido estrutural que resolve o conjunto pode ser pensado em relação à pesquisa estrutural desenvolvida por Artigas desde o fim dos anos 1950.

Uma comparação do Quartel do Amapá com o projeto do Anhembi Tênis Clube, de 1961, parece profícua para examinar este caso. Em ambas as obras, os pilares soltos do edifício modulam toda sua extensão, como um exoesqueleto,⁶³ dentro do qual são dispostos volumes fechados ou abertos. Pelas plantas dos dois projetos, nota-se o uso da coluna de seção triangular, que no Anhembi se volta para fora e no Quartel para dentro. Essa inversão define o papel desempenhado pelas colunas nos diferentes casos. No Anhembi a seção implica movimento pelo qual a coluna se projeta ainda mais para a face externa do edifício, definindo uma tendência a externalizar o pórtico e a consolidar a unidade do edifício, perceptível em corte transversal. No Quartel, a seção reflete o movimento da coluna em busca da laje intermediária com extensões que remetem a estruturas pré-fabricadas, e sustenta uma cobertura que se estende de forma independente criando beirais, como um elemento separado, novamente mais afim à lógica da pré-fabricação.

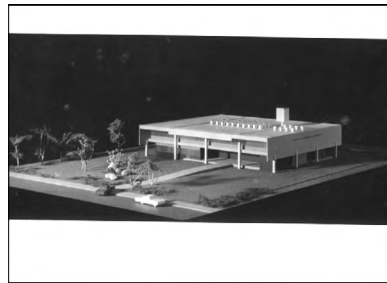
Por mais que o projeto do Amapá, dez anos depois, procure afirmar-se pelo desenho da estrutura, parece fazê-lo de modo mais contido e em diálogo com certa racionalização mais austera e menos totalizante, aberta, ao contrário, à sua repetição ad infinitum. Os projetos de 1961, sobretudo o Anhembi Tênis

63 BASTOS, Maria Alice Junqueira; ZEIN, Ruth Verde. *Brasil: arquiteturas após 1950*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

43 Croqui da
Secretaria de
Segurança [Acervo
FAUUSP - Vilanova
Artigas]



44 a 47 Secretaria
de Segurança do
Amapá, Macapá,
1971, Vilanova Artigas
[Acervo FAUUSP -
Vilanova Artigas]



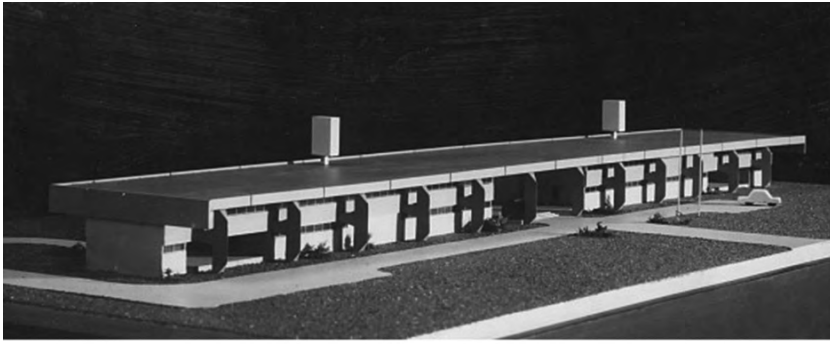
Clube apreendido por seu corte transversal, apresentam formas radicais de uma ética construtiva possível, enquanto em 1971, com a demanda de um Quartel, a resposta projetual talvez mostre certa resignação, ou mesmo limites da conjuntura, com embates técnicos nem sempre dominados pelo arquiteto enquanto coordenador do processo, dada a distância e a correlação de agentes em diferentes regiões do país, algo que se pode notar em correspondências de obra em que a resistência à solução em pórtico se manifesta pelo lado de empresas de engenharia com argumentos de custo e de otimização do uso e reutilização de formas.⁶⁴ De todo modo, a engenhosidade presente na estrutura do quartel parece não se concretizar em uma forma forte, como vinha sendo constante na obra do arquiteto em toda a década anterior.

No texto “Arquitetura Nova”, de 1967, Sérgio Ferro criticou a prática arquitetônica que lhe parecia continuar a atuar da mesma forma que antes do golpe de 1964, apontando que a permanência do mesmo modo de fazer arquitetura — antes aliado às esperanças de transformação política — agora não encontrava ressonância na vida social, dada a ruptura brusca do novo regime instaurado.⁶⁵ Os arquitetos teriam entrado em uma espécie de cegueira marcada pela “didatização forçada dos procedimentos”, agora vazios de sentido. Esta leitura, feita no calor dos acontecimentos da época e em meio às rupturas no seio das esquerdas brasileiras, parece revelar com precisão o processo em curso, apesar de ter produzido uma visão totalizante que ignorava, de certa forma, os conflitos em diferentes escalas tanto da circulação de ideias e posições políticas quanto das respostas projetuais a encomendas contraditórias.

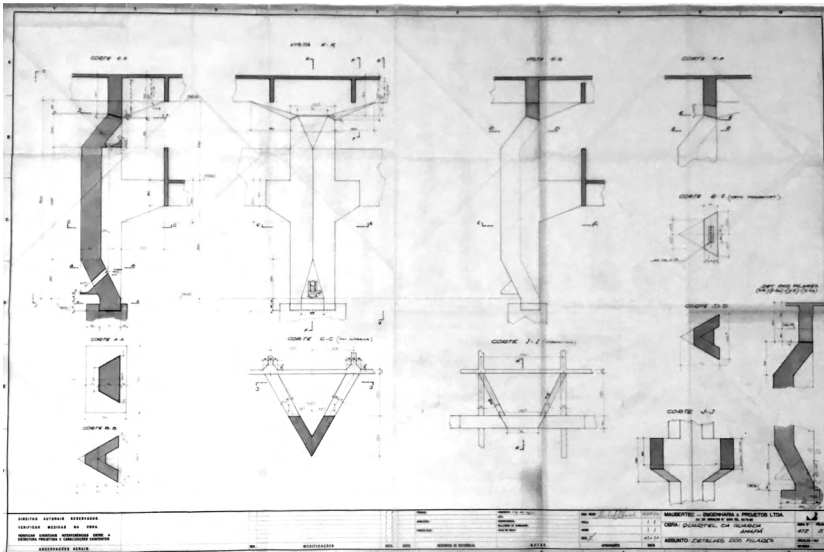
A comparação entre os projetos do Quartel da Guarda Territorial e o Anhembi Tênis Clube, com seus dez anos de diferença entremeados pela ruptura política da ditadura militar, parece revelar nuances e ressalvas à interpretação de Ferro. De fato, as expectativas de transformação social interrompidas em 1964 não davam mais o mesmo sentido à experimentação do início da década. Tal caráter experimental, à época inclusive, permitiu em grande medida um avanço formal muitas vezes desconectado do desenvolvimento das forças produtivas, implicando em formas “exageradas” desde suas primeiras elaborações antes do golpe. O Clube Anhembi parece ser um exemplo eloquente, na medida em que se constitui a partir de uma síntese radical e de uma expressividade contundente, podendo ser lido como um caso de “didatização forçada” já no cerne da sedimentação dos procedimentos de projeto daquilo que se consagrava como

64 Correspondências na Seção de Materiais Iconográficos da FAUUSP, Coleção Vilanova Artigas.

65 FERRO, Sérgio. “Arquitetura Nova” (1967) In. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

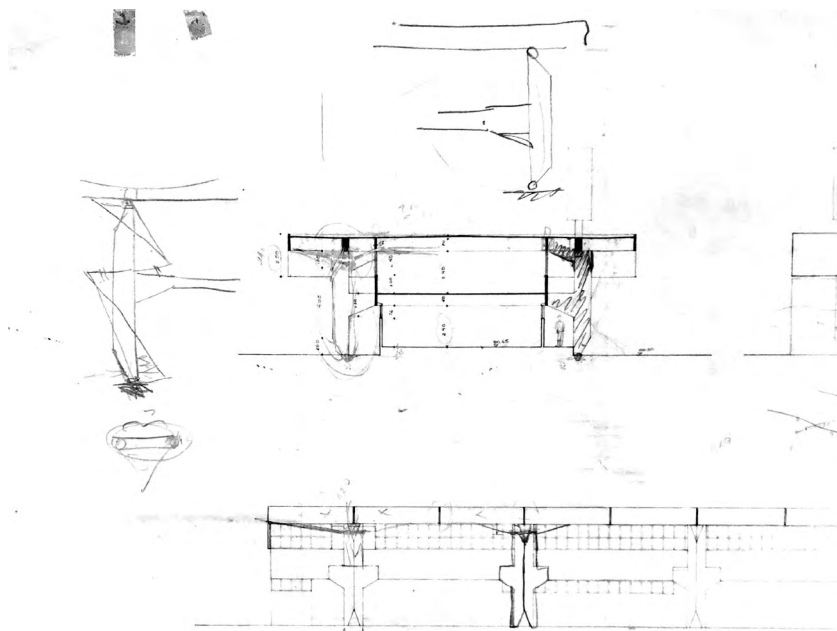
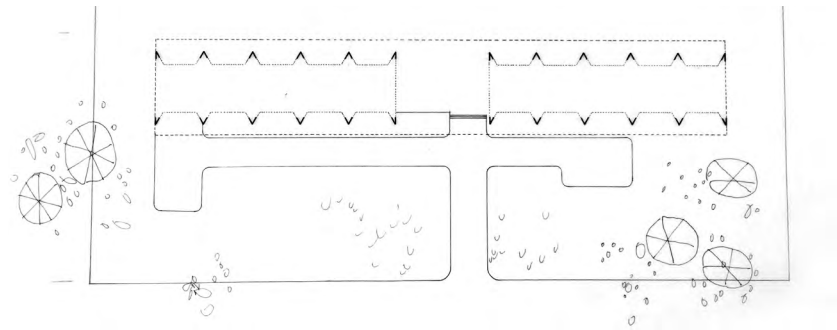
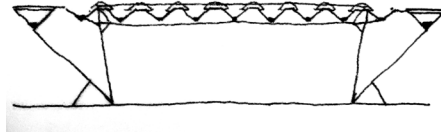
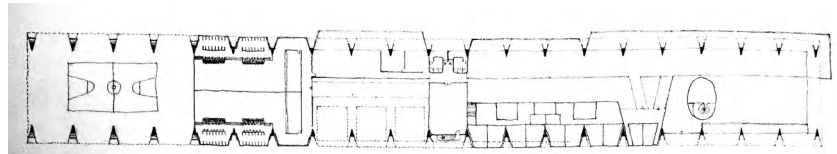


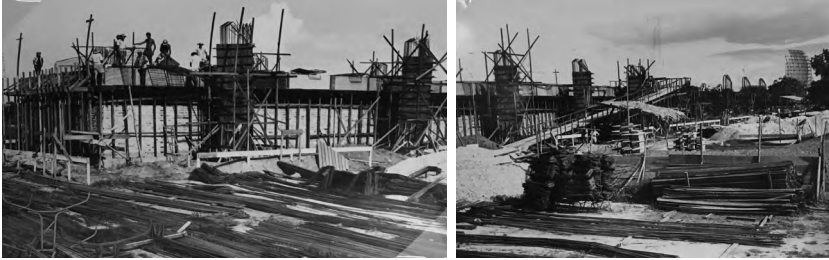
50 Maquete e edifício do Quartel da Guarda Territorial em Macapá, 1971. Foto José Moscardi. [Acervo FAUUSP - Vilanova Artigas]



51 Prancha de detalhamento estrutural do Quartel da Guarda Territorial, 1971 [Acervo FAUUSP - Vilanova Artigas]

52 Plantas
simplificadas, croquis e
cortes; Anhembi Tênis
Clube, 1961, e Quartel
da Guarda Territorial,
1971 [Acervo FAUUSP
- Vilanova Artigas]





uma “escola” logo no início dos anos 1960. É claro que a crítica de Ferro tinha em vista uma difusão e aplicação reiterada desses procedimentos, e sua reafirmação exagerada em um quadro de ampliação de encomendas e da concretização desses projetos agora em um contexto marcadamente distópico. Mas o caso do Quartel do Amapá parece revelar ainda, para além de tais processos de “diluição”, certa resignação que, mesmo assim, permite entrever no desenho possibilidades de uma racionalização da construção aliada à pesquisa estrutural constante. Se a busca pela inovação no cálculo se fez presente mesmo em um projeto de pouco destaque para a trajetória do arquiteto, a realidade da racionalização do canteiro de obras em Macapá demonstrava de forma eloquente os limites evidentes e intrínsecos à modernização conservadora brasileira.

Se a história interna da arquitetura sugere um olhar para as contradições iminentes no objeto desenhado por Artigas naquele contexto de ambivalência e tensão política, ao situar tal encomenda no história política da ditadura militar deve-se lembrar que o Quartel da Guarda Territorial não era objeto qualquer dentro da visão ampla de Segurança Nacional colocada em prática pelo regime. Vale lembrar que esse tipo de contrato não se dava de forma isolada, e constitui um quadro amplo de intervenções nas fronteiras do país visando a consolidação de cidades médias como novas centralidades, de modo a ocupar possíveis “vazios demográficos”, fortalecer áreas de importância militar estratégica, desenvolver economicamente tais regiões e impulsionar fluxos migratórios e de capital por meio de investimentos em infraestrutura como parte do Projeto de Integração Nacional que se apresentava naquele exato momento. A relevância que a “ocupação do território” tinha para arquitetos inseridos na cultura política comunista era ainda mais crucial para os militares da ditadura, que em sua “agenda positiva” convocaram com sucesso os melhores técnicos e, junto a isso, sua estética e apostas de modernização.

2.3 INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR?

Conforme mencionado já algumas vezes até aqui, o golpe civil-militar de 1964 e a construção do regime, estão imersos em uma disputa política e pelo modelo de desenvolvimento nacional. É ponto passivo que o projeto civil-militar que tomou de assalto o poder rompeu com o otimismo da aliança de classes fomentado por setores progressistas que visavam a consolidação de um capitalismo nacional com reformas sociais, agregando capital e trabalho num só campo. O novo regime se construiu em cima do controle ideológico direto sobre trabalhadores e oposição, de modo que tivesse amplo espaço de manobra para executar reformas de toda natureza implementando um novo modelo de Estado tecnoburocrático autoritário. Agora o desenvolvimento técnico e industrial pressupunha uma aliança mais profunda com o capital estrangeiro e ajustes fiscais baseados sobretudo no rebaixamento de salários viabilizado pela intervenção em sindicatos, como vimos. Dessa forma, há um rompimento evidente com parte fundamental do projeto nacional-desenvolvimentista, que é o escopo das reformas sociais. Por outro lado, como mostrou Pedro Fonseca, se os dois primeiros governos militares assumiram caráter mais liberal na economia, os mandatos de Médici e Geisel colecionam elementos comuns ao desenvolvimentismo, como o impulsionamento da industrialização com intervenção estatal, certo grau de planejamento da economia por meio de um “projeto nacional” e incremento da burocracia.⁶⁶

Portanto, embora um tema caro ao nacional-desenvolvimentismo progressista de alas do pensamento isebiano ou de figuras centrais como Celso Furtado, — considerando a menção aqui a órgãos como a SUDENE, a CODEVASF ou a CIBPU, de grande potencial de transformação social e objeto de apostas dos setores à esquerda no espectro político do início dos anos 1960 — é importante reconhecer que o regime militar deu foco talvez inédito no planejamento territorial, por meio de planos de integração nacional e de uma cadeia de institucionalização e investimentos estruturada em âmbito federal. Tal abordagem, como mencionamos na abertura do capítulo, esteve intimamente ligada ao pensamento da ESG e à Doutrina de Segurança Nacional, e deve ser analisada com isso em vista. Cabe, no entanto, ressaltar que não se trata aqui de generalizar todo e qualquer planejamento territorial como algo típico da ditadura militar, ou qualquer simplificação do tipo. Nem tampouco de abordar a participação dos arquitetos neste universo de encomendas de planificação como uma simples forma de colaboração desses profissionais

66 FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Desenvolvimentismo, a construção do conceito*. Brasília, Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

com aquele regime. Trata-se, sim, de historicizar e buscar uma compreensão nuançada a respeito de um período de grande relevância na produção de projetos e planos, que ocuparam intensamente o campo profissional da arquitetura e do urbanismo, não só de forma pragmática como também na construção do imaginário de arquitetos sobre o engajamento político através do projeto, ou mesmo o início de uma desilusão com tal possibilidade.

Vale ainda frisar que essa tese busca traçar uma história política da arquitetura durante o regime militar, portanto não tem como objeto central de pesquisa o planejamento ou o projeto de cidades novas, que aparecem e têm peso fundamental nessa história mas são objetos tratados de forma aprofundada em um vasto campo de pesquisa.

2.3.1 ARQUITETOS NO PLANEJAMENTO TERRITORIAL E INTEGRAÇÃO NACIONAL

Como visto no exemplo da atuação de Artigas no Amapá, muitos arquitetos do campo profissional paulista receberam encomendas para atuar em cidades no oeste paulista, centro-oeste e norte do país, convidados a desenhar cidades novas, planos diretores e edifícios institucionais. A busca da expertise técnica justificava escolhas de arquitetos de diferentes espectros políticos, como vimos, e as comissões se configuravam como espaço de inserção para profissionais muitas vezes em situação de risco por seu alinhamento à esquerda. O caso de Geraldo Serra, abordado há pouco a partir de seus projetos para a Aeronáutica, é ilustrativo neste aspecto. Tal projeto abriria uma série de outras oportunidades ao arquiteto, sobretudo uma frente de encomendas em Rio Branco, no Acre. O escopo de projetos envolvia desde o Plano Diretor da cidade — ainda muito pequena, com falta de infraestruturas e equipamentos — até uma série de edifícios institucionais, como a Assembléia Legislativa, um hospital, o aeroporto da cidade, entre outros. Segundo Serra, a ocasião do Plano de Rio Branco viabilizou, por exemplo, que ele convidasse Mayumi Watanabe para colaborar com os levantamentos cadastrais da região, aproveitando para tirar a arquiteta de São Paulo em um momento delicado de perseguição, quando seu marido acabava de ser preso e uma série de interrogatórios envolvendo práticas de tortura aconteciam com aqueles que estavam próximos aos grupos de luta armada.⁶⁷

Algo parecido se deu com o grupo de arquitetos chamado GPI (Grupo Planejamento Integrado), composto por militantes ligados à luta armada, que

67 Entrevista com Geraldo Gomes Serra, realizada em 2022 em parceria com João Fiammenghi e Mariana Machado.



se organizaram para responder a encomendas de Planos Diretores de modo não só a sobreviver mas também como forma de viabilizar suas atividades políticas. O grupo foi responsável pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Franca, entre outras dezenas de cidades pequenas e médias. Anos mais tarde, um de seus integrantes foi fundador da Hidrobrasileira, empresa de engenharia consultiva.⁶⁸

O Plano Diretor de Rio Branco fora contratado pela prefeitura da cidade, conforme as diretrizes estabelecidas em nível nacional pelo Serfhau (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo). Criado em 1964 junto ao BNH (Banco Nacional de Habitação) e regulamentado pouco depois, o Serfhau (1966-1975) foi o primeiro órgão federal responsável pela elaboração e coordenação da política de planejamento urbano, formalizada em um marco institucional centralizado, com diretrizes para a criação de instituições nos níveis estadual e municipal, bem como condições e orientações para a elaboração de planos diretores locais integrados. O modelo adotado viabilizou também a participação da iniciativa privada no atendimento às demandas de planejamento, com impactos que veremos adiante.⁶⁹ Com o fim do Serfhau, em 1975, o BNH criou novos mecanismos e linhas de crédito para a elaboração de planos urbanos, como o Fundo de Financiamento de Planos de Desenvol-

68 FERREIRA, Mauro. Planejamento Urbano nos tempos de Serfhau: o processo de construção e implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Franca. (Tese de Doutorado) São Carlos: EESC USP, 2007.

69 FELDMAN, Sarah. "O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau) e a reconfiguração do campo profissional do urbanista". In. LEME, Maria Cristina.(org.) Urbanismo e política no Brasil dos anos 1960. Annablume, 2019. São Paulo. pp.99-128

vimento Local Integrado (FIPLAN) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano (FNDU).⁷⁰

Segundo Serra, suas encomendas no Acre teriam vindo através da relação que estabeleceu com militares da aeronáutica graças a seus projetos para Pirassununga, que o apresentaram ao prefeito de Rio Branco, antigo engenheiro da Divisão de Águas do Rio de Janeiro, com quem manteve boa relação.⁷¹ O plano deu diretrizes para o crescimento da cidade sobretudo através de novas obras viárias, avenidas não muito largas para evitar um alto número de desapropriações, que se prolongavam de modo a atravessar o rio com propostas de novas pontes. Equipamentos como hotel, ginásio de esportes, praças, acesso ao aeroporto e estação rodoviária faziam parte também das diretrizes.⁷² O Plano Diretor indicou e serviu de base também para obras de saneamento na cidade, que passaram a ser objeto de financiamento pelo BNH a partir de 1969. É possível notar, portanto, o entrosamento entre os principais focos do plano e as frentes mais consolidadas do planejamento e execução de grandes obras no país. A expansão da rede viária, a construção de pontes e infraestruturas de saneamento básico eram objeto de projeto das empresas de Engenharia Consultiva que se afirmavam no cenário nacional como detentoras do saber técnico de alta especialização, tornando-se quase braços do estado, absorvendo o grosso dos projetos públicos, agora terceirizados. Como bem demonstrou Sarah Feldman, o papel de tais empresas na economia nacional se firmou sobretudo a partir do vasto número de encomendas de Planos Diretores aberto pelo Serfhau, que demandava dos municípios a elaboração de planos. Uma vez que a maior parte das municipalidades não tinha corpo técnico formado para responder a esta demanda, as consultorias tiveram amplo mercado aberto para atuar. Mais do que isso, o contrato de um plano tornava-se caminho para outras encomendas — de maior interesse — para o desenho e planejamento de infraestruturas e obras pesadas, como demonstrado no caso de Rio Branco. As empresas de engenharia consultiva, conforme veremos adiante com maior profundidade, abriram portanto seus departamentos de urbanismo para atender ao promissor cenário aberto pela legislação de política urbana do regime.⁷³

Como no caso da capital do Acre, a construção de equipamentos e obras de diversos tipos acabava por ser objeto atrelado ao Plano Diretor do município,

70 SERRA, Geraldo G. *Urbanização e centralismo autoritário*. São Paulo: Edusp, 1991.

71 Entrevista com Geraldo Gomes Serra.

72 SERRA, Geraldo G. *Urbanização e centralismo autoritário*. Op. Cit.

73 FELDMAN, Sarah. “O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau) e a reconfiguração do campo profissional do urbanista”. Op. Cit.

encaixando-se também em alguma linha de financiamento do BNH, motor da economia brasileira naquele momento. Para além do mencionado FIPLAN, os Projetos CURA (Comunidade Urbana para Renovação Acelerada) teriam papel central a partir de sua criação em 1973, financiando planos focais e obras em cidades de variados portes.⁷⁴ O próprio Serra, depois dos trabalhos no Acre, atuou em uma série de projetos para a prefeitura de Cuiabá, envolvendo o Plano Diretor Integrado para a cidade, fruto de um Projeto CURA.

É fundamental pensar o amplo escopo de planos decorrente da política do Serfhau dentro de um contexto político e estratégico definido pelo regime para os Planos de Integração Nacional. É claro que o tema da integração territorial e regional não é uma exclusividade do regime militar, sendo que o assunto era recorrente já desde o século XIX, com momentos de incremento ao longo do Estado Novo e na Constituição de 1946, e com intensificação de suas apostas nos anos 1950. No entanto, é a partir de 1964 que um conjunto de medidas implementadas consolida certa institucionalização de práticas de regionalização, em sintonia com a intensificação de aspectos do nacional-desenvolvimentismo — em detrimento dos aspectos de reforma social presentes em parte importante de suas formulações em meados do século, é importante dizer — com forte centralização no governo autoritário. Apesar das evidentes contradições e limitações, o planejamento urbano foi objeto de um aparato que combinava novas autarquias ao peso de Ministérios. O período da ditadura de 1964 combina o afã desenvolvimentista por investimento industrial distribuído através de uma leitura regional como forma de “superação do atraso” com a Doutrina de Segurança Nacional que enxergava no planejamento territorial uma forma de controle e dominação, de modo a ocupar o que se considerava como “vazios demográficos”, — como levantado inicialmente aqui — integrar e assimilar populações indígenas, pacificar as lutas camponesas e sindicais, e ao mesmo tempo fixar populações, estabelecendo atividades econômicas em áreas consideradas vulneráveis, e fortalecendo o poder militar nas áreas sujeitas à subversão, insurreição ou à influência de grupos de guerrilha.

74 ver LUCCHESI, Maria Cecília. *Curam-se cidades*. Harry James Cole foi responsável pela criação do programa, com foco sobretudo na atuação da iniciativa privada no planejamento, e na atuação em escala pontual, em territórios específicos a serem revalorizados, envolvendo desapropriações, planos de infraestrutura pública e projetos para edificações em um só conjunto. Algo similar ao que as Operações Urbanas viriam a fazer nos anos 2000. O caráter dos Projetos CURA acabaram por ser mais voltados à valorização imobiliária estratégica e menos ao caráter social da intervenção urbana.

Portanto, se o planejamento regional fora objeto de apostas de arquitetos como Anhaia Mello desde os anos 1930 com grande influência em gerações que se formavam na FAU-USP nas décadas posteriores, e vinha também de um período de grandes apostas em âmbito nacional na década de 1950, a partir de 1964 se adequava a mudanças como a legislação de 1967 e o caráter centralizador do regime, com grande protagonismo do Ministério do Interior (MINTER), ao mesmo tempo que uma busca do governo por aproximação à iniciativa privada.⁷⁵

Tal abordagem de planejamento esteve presente em documentos de construção do aparato jurídico do regime militar desde seu início em 1964, não só na Lei n.4380 que institui BNH e Serfhau, como também no Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), abrindo programas específicos dentro do escopo do Plano de Integração Nacional, e ao longo do tempo apareceria na Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU) e nos Planos Estratégicos de Desenvolvimento como o de 1967, como de modo geral marcou a abordagem de atuação do Ministério do Interior coadunado com o Ministério do Planejamento. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), de 1974, ressalta a importância do planejamento urbano dentro da abordagem territorial estratégica para o desenvolvimento nacional, instituindo uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano com recomendações de reorientação de investimentos no sentido de descompressão urbana nos grandes centros, reversão de fluxos migratórios, crescimento de cidades médias e núcleos interiorizados, de modo que a ordenação territorial atendesse às necessidades específicas de cada região do país.⁷⁶ A própria criação do Ipea (entre 1964 e 1971), como elevação do patamar técnico na sistematização de dados socioeconômicos da população, foi elemento crucial no planejamento em escala nacional. A partir do incremento nas bases de dados, o BNH lançava fundos de desenvolvimento urbano específicos para cada região.⁷⁷ A CNPU foi objeto de debates extensos no campo profissional da arquitetura e do urbanismo, a exemplo da grande quantidade de artigos publicados a respeito no *Jornal Arquiteto*. Entre propostas no início de sua montagem e críticas ao longo de seu funcionamento, uma das discussões foi em torno da criação de um Ministério do Desenvolvimento Urbano, que era visto

75 FELDMAN, Sarah. Anais Enanpur UFSC, Santa Catarina. 2009.

76 VIEGAS, Danielle H. “Território, ditadura e desenvolvimento: perspectivas históricas sobre os programas de regionalização no Brasil” in. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. v.22, 2020.

77 SERRA, Geraldo G. Urbanização e centralismo autoritário. Op. Cit.



tanto como oportunidade de fortalecer o poder de negociação e gestão de órgãos diferentes, quanto como um “tapa buracos” para problemas mais estruturais.⁷⁸

Se a centralização em nível federal permitiu que o aparato institucional uniformizasse o incentivo ao planejamento urbano em nível municipal, na visão de atores do período como Geraldo Serra aí também residiu parte da fraqueza daquele modelo, uma vez que para muitas cidades os critérios impostos não atendiam necessariamente a demandas da comunidade local organizada, por exemplo. O plano elaborado por empresas de consultoria muito distantes das realidades locais era muitas vezes deixado de lado no momento de sua execução e considerado como gasto injustificado.⁷⁹ A diretriz que indica a descompressão dos grandes centros acabava também sendo contraditória com os vultosos investimentos na construção civil e produção de moradias para as classes médias em lugares como São Paulo, via financiamentos do BNH.

A concretização dos planos de integração regional e nacional foram, é certo, extremamente dependentes dos planos e obras rodoviárias. Como demonstra a pesquisa de Luiz Florence, é evidente que tal abordagem vinha de décadas anteriores, do plano Madeira-Mamoré no Estado Novo à intensificação da abordagem no governo JK, em obras como a rodovia Belém-Brasília. No entanto, o regime militar incrementou os esforços em ações como o Plano Nacional Rodoviário de 1964, que se somaria às investidas por conexão de regiões consideradas “vazios demográficos” renovadas em diferentes casos como no Plano Modular Integrado Nacional, de 1973.⁸⁰ Sobretudo na

78 Jornal Arquiteto n.51 p.20

79 SERRA, Geraldo G. Urbanização e centralismo autoritário. Op. Cit.

80 VIEGAS, Danielle H. “Território, ditadura e desenvolvimento: perspectivas históricas



região da Amazônia — objeto de ofensivas de “colonização” também nas décadas anteriores, ganhando especial acento a partir da criação da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) em 1966 — se faz ver o impacto das obras rodoviárias como condutoras do Plano de Integração Nacional desde 1970. O caso de Altamira é emblemático enquanto exemplo de uma nova ocupação territorial estruturada completamente no entorno de rodovias, desenhada como plano em forma de “espinha de peixe” para tal.⁸¹ São eloquentes as conhecidas imagens de propaganda de diversas empresas que atuaram nessa forma de ocupação da Amazônia, dizendo com clareza que “a Amazônia já era”, ou que “chega de lendas; vamos faturar!”. Outras ainda, na esteira dos investimentos na Zona Franca de Manaus, mostravam imagens que remetem ao avanço industrial e propagandeavam: “isto é a Amazônia”. As obras da Transamazônica receberam alto investimento propagandístico que procuravam situar tal obra faraônica no panorama internacional enquanto dispositivo de escala continental. Como bem sintetizou Florence, uma perfeita “autopia militar”.⁸²

Mais que uma questão de conexão territorial, a construção de estradas se configurava como o tipo de empreendimento que mais marcou as emprei-

sobre os programas de regionalização no Brasil” in. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.22, 2020 ; ALBUQUERQUE BOMFIM, P. R. de. “Fronteira Amazônica e planejamento na época da ditadura militar no Brasil: inundar a hileia de civilização”, in. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 30, n. 1, p. 13–33, 2010.

81 TAVARES, Paulo. “Modern frontiers: Beyond Brasília, the Amazon” In. REAL, Patricio del, and Helen Gyger. *Latin American Modern Architectures: Ambiguous Territories* (New York: Routledge, 2012), pp. 191-212

82 FLORENCE, Luiz R A. *Arquitetura e Autopia: infraestrutura rodoviária em São Paulo - 1952-1972*. (Tese de Doutorado) São Paulo: FAUUSP, 2021.

teiras do país. Enquanto grandes obras como hidrelétricas possibilitaram a mudança de patamar técnico tanto de construtoras como de escritórios técnicos de engenharia, as obras rodoviárias foram objeto de empresas dos mais diversos portes desde os anos 1940.⁸³ Como veremos adiante, ao analisar casos em que arquitetos sintetizaram sua visão de desenvolvimento em formas fortes, a ideia de conectividade e de “rasgar o continente” era um ponto em comum entre as epistemologias de modernização que permearam tanto a cultura política progressista da esquerda arquitetônica quanto a visão estratégica do regime militar, apesar das nuances e oposições.

Não eram novidade também, à época do regime militar, os planos para cidades novas, que desde o século XIX foram comuns em diferentes estados, atrelados a variados contextos políticos e econômicos. Como já mencionado, este não é um foco do trabalho, o que demandaria diálogo com um outro repertório historiográfico, contudo, trata-se de ponto inescapável ao passarmos pelo panorama de encomendas que ocupavam cada vez mais os arquitetos naquele período. A partir dos anos 1950, sobretudo, parece se intensificar o processo de criação de pequenas cidades, agora associadas a empreendimentos de grande porte: usinas, barragens, estações de energia, áreas de mineração e grandes zonas industriais. As cidades novas eram elementos fundamentais também na busca por ocupação de áreas menos populosas — por vezes parte de planos de “colonização” de regiões, muitas vezes ligadas ao esforço de interiorização impulsionado por Brasília⁸⁴, ou então a empreendimentos de localização motivada pela exploração de recursos naturais — ao passo que no regime militar o estabelecimento de grandes empreendimentos que criavam consigo novos assentamentos atendia perfeitamente à demanda do regime por ocupar regiões como indutores de desenvolvimento econômico, dentro de uma visão ampla de planejamento territorial.

O planejamento regional integrado se definiu para além da escala do território ou da região, mas por sua complexidade e pelas diferentes camadas envolvidas, de modo a articular questões sociais, econômicas, espaciais e administrativas. Assim, esteve em geral ligado diretamente à história de grandes empreendimentos de infraestrutura, frequentemente acompanhados de “obras de apoio”, dentre as quais estavam a criação de núcleos residen-

83 CAMPOS, Pedro. H. P. *Estranhas Catedrais: as Empreiteiras brasileiras e a ditadura*. Eduff. 2011.

84 O tema chegou a ser objeto de um congresso internacional sediado na nova capital em 1959, objeto investigado em DEDECCA, Paula G. “Um evento e alguns cabos de guerra: o Seminário Internacional de criação de Cidades Novas, 1958” In. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. v.24, 2022.

ciais, alojamentos ou mesmo cidades novas. O modelo de planejamento para tais casos foi inspirado por diferentes formas em circulação naquele período, desde as *company towns* inglesas a sua adaptação estadunidense via *Regional Planning Association of America* (RPAA), até a experiência da *Tennessee Valley Authority* (TVA) e mesmo elementos que orbitaram nos debates dos CIAM's.⁸⁵

A TVA foi um ponto de concentração e irradiação por onde técnicos de várias regiões do mundo passaram na primeira metade do século XX.⁸⁶ A autarquia estadunidense criada no âmbito do *New Deal*, em 1933, tinha como objetivo geral impulsionar o desenvolvimento e melhorar o bem estar social daquela bacia que cruzava sete estados do país, com um escopo amplo que ia desde controlar enchentes e desenvolver a navegação até impulsionar a agricultura e a instalação de fábricas de nitrato e fósforo, envolvendo é claro a produção de energia com usinas e barragens.⁸⁷ O grande investimento e centralização estatal dos projetos e obras se colocavam como um desafio político de aceitação e apoio da população estadunidense, sobretudo considerando a tradição liberal do país e o forte impacto das obras em suas regiões. Nesse sentido, a participação de arquitetos se tornava elemento chave na mediação da engenharia de alta complexidade com a construção de imagens fortes e persuasivas de identidade nacional daquele país.⁸⁸

No bojo do interesse pelos resultados da TVA, desde o Estado Novo e perpassando os governos do período democrático posterior, autoridades políticas e técnicos visitaram o Vale do Tennessee, nos Estados Unidos, o que não seria diferente para visitas de arquitetos como Anhaia Mello, Prestes Maia e Vilanova Artigas, interessados no planejamento regional e nas grandes obras de infraestrutura.⁸⁹ Nos anos 1940 governos contrataram consultorias daquela experiência para informar possíveis abordagens da área

85 VIANNA, Mônica P. *Da edificação ao traçado urbano: a experiência de planejamento regional integrado da CESP*. (Tese de Doutorado) São Carlos: IAU-USP, 2012.

86 GORELIK, Adrián. *La Ciudad Latinoamericana. Una figura de la imaginación social del siglo XX*. Siglo veintiuno ediciones, 2022.

87 UEDA, Maria de L Y. *Cidade e hidrelétrica: Itaipu, a barragem e as vilas residenciais*. São Paulo: (Dissertação de Mestrado) FAUUSP, 2008.

88 CULVAHOUSE, Tim. ed. *The Tennessee Valley Authority: Design and Persuasion*. New Jersey: Princeton University Press, 2007.

89 Sobre a viagem de Artigas aos EUA, com objetivo sobretudo ligado ao ensino, mas também passando pelo interesse nas infraestruturas do país, ver SODRÉ, João C A. *Roteiros Americanos: as viagens de Mindlin e Artigas pelos Estados Unidos, 1943-1947*. (Tese de Doutorado) São Paulo: FAUUSP, 2016. PAIVA, Kauê Felipe. "Prestes Maia em escala transnacional: a articulação macrorregional do segundo pós-guerra e a atuação do urbanista" in. *Caderno de Resumos, 4o Seminário de História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo*. PPGAU, FAU-USP, 2023.

do rio São Francisco, o que resultou na criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) em 1945 e posteriormente na Comissão de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) em 1948, inspiradas na experiência da TVA, visando o aproveitamento econômico do Vale do Rio São Francisco, por uma lente de planejamento regional integrado. A abordagem da região passaria da ênfase na irrigação, regularização da vazão de rios, garantias de navegação fluvial, piscicultura recreativa e comercial ou lazer aquático, até a supressão de parte desses outros usos em favor da prioridade exclusiva à geração de energia elétrica e aos investimentos massivos em rodovias no governo JK.⁹⁰

Assim como a CODEVASF, outras instituições como a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai (CIBPU) desenvolveram ao longo dos anos 1950 estudos aprofundados de planejamento regional integrado, com foco na geração de pólos econômicos industrializados ao longo de bacias hidrográficas, associadas em geral a grandes obras de infraestrutura. A Comissão foi responsável pelo início dos estudos para a usina de Itaipu, envolvendo um contexto diplomático delicado e conflituoso, entre Paraguai e Brasil, bem como funcionou enquanto ponto focal da atuação de variadas empresas de engenharia consultiva, de modo a atestar seu alto grau de complexidade.⁹¹

Ainda no período democrático pré 1964 uma série de instituições autônomas vinham sendo criadas no país para pensar o planejamento de modo integrado em seus níveis regional e municipal, como o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e a Sociedade Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS) — encerrada em 1964 e dividida em duas empresas, Planasa e Asplan — ou centros ligados a universidades como o Centro de Estudos e Pesquisas Urbanísticas (CEPEU), centro da FAU-USP de relevância nos anos 1950, coordenado por Anhaia Melo, e o Centro de Pesquisas e Planejamento Urbano e Regional (CEPUR), na UFPE, em Recife, com apoio de recursos da SUDENE.⁹² A partir do golpe civil-militar, para além da intensificação do desenvolvimento econômico induzido por um poder altamente centralizado, o processo de institucionalização do planejamento urbano teria impactos concretos também na escala regional e nas novas cidades.

90 VIANNA, Mônica P. *Da edificação ao traçado urbano: a experiência de planejamento regional integrado da CESP*. Op. Cit.

91 UEDA, Maria de L Y. *Cidade e hidrelétrica: Itaipu, a barragem e as vilas residenciais*. Op. Cit.

92 Para um documento de época a respeito, circulando no meio paulista, ver: “UFPE formará quadros em urbanismo”, in. *Jornal Arquiteto* n.26, p.10

No campo da arquitetura em São Paulo, é importante notar como essas instituições foram importantes para a consolidação de um novo perfil profissional de arquitetos-planejadores, que assumiriam na administração municipal ou em consultorias atividades de caráter cada vez mais gerencial e multidisciplinar, como administradores ou tecno-burocratas produzindo diagnósticos de questões sociais e demográficas e estabelecendo metas para a organização de atividades econômicas no território. Em paralelo a uma crescente cisão nos tipos de atividades desempenhadas por arquitetos de diferentes perfis, nos grandes empreendimentos de infraestrutura havia ainda um amplo campo de atuação com espaço para o projeto em diferentes escalas: do desenho urbano à unidade habitacional, passando pelo desenho das plantas de usinas, das instalações de barragens, ou de equipamentos de lazer associados aos alojamentos, sedes administrativas, e em alguns casos envolvendo o redesenho da orla de rios ou mesmo na definição de ações de contrapartida ambiental, cultural e social dentro dos estudos de impacto elaborados por consórcios responsáveis.

Projetos como os de Ernest Mange e Ariaki Kato (Planemak), para Jupiá (1959-1964) e Ilha Solteira (1967-1974), envolveram desenho de amplo escopo de “obras de apoio” ao empreendimento hidrelétrico, envolvendo alojamentos temporários ou permanentes como novo núcleo urbano. Joaquim Guedes desenvolveu planos de novos conjuntos urbanos para Marabá (1973), Barcarena (1978) e Caraíba (1976), e teria feito ainda estudos para escoamento de minérios da Serra dos Carajás (descoberta em 1967), que começava a ser explorada sistematicamente naquele momento, em direção ao porto de Itaquí, próximo a São Luís.⁹³ Seu plano para Marabá considerava também a intensidade da exploração de minérios em Carajás como dado relevante. O plano de Guedes para Marabá, resultado de uma concorrência do Serfhau, foi cancelado em favor de um novo contrato com o escritório de Harry Cole, arquiteto que concentrou grande número de encomendas por planos diretores naquele período após sair de uma carreira interna às autarquias de política urbana.⁹⁴

No caso de Ilha Solteira, a pesquisadora Carolina Heldt mostrou como a legislação de loteamentos aprovada em 1967 seria decisiva para regulamentar um uso condominial de todo aquele conjunto após a construção da

93 QUINTANILHA, Rogério. *As cidades que criamos: arquitetura de cidades novas a partir da experiência de Caraíba de Joaquim Guedes*. (Tese de Doutorado) São Paulo: FAUUSP, 2016.

94 FELDMAN, Sarah. “O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau) e a reconfiguração do campo profissional do urbanista”. *Op. Cit.*

hidrelétrica, contando com a participação de intelectuais urbanistas como Nestor Goulart Reis Filho, Paulo Bruna e Maria Ruth de Amaral Sampaio.⁹⁵ Cabe lembrar a relação desse tipo de planejamento e regulamentação com formas de controle dos trabalhadores pelas empresas em cidades novas que funcionam como verdadeiras vilas operárias em grande escala. Tal elemento passava pela garantia de maior eficiência nas atividades, combinando isolamento total de muitos desses empreendimentos com a barganha de patrões e empregados por meio de contrapartidas como sinal de tv, que colaborava para manter certa alienação em detrimento da auto organização e revolta de trabalhadores, como aconteceu por exemplo na obra da barragem de Tucuruí.⁹⁶ Ilha Solteira, a propósito, teve status de “área de segurança nacional” para seu estabelecimento, por seu caráter estratégico no desenvolvimento, enquanto centro de produção energética, mas também como fato ilustrativo da “segurança” enquanto *estado* compartilhado coletivamente, na visão da doutrina militar.

É interessante notar como o tipo de análise populacional e econômica feitas nos planos coordenados por Guedes remetiam a um tipo de trabalho já desenvolvido pela SAGMACS, da qual o arquiteto fez parte, muito antes do golpe militar e da intensificação da agenda de integração nacional dos militares. A expertise técnica daquele grupo ligado ao Padre Lebrez não ficaria, de modo algum, apartada da tecno-burocracia do novo regime. É o que se vê, por exemplo, na constituição dos cursos de especialização como o Curso Especial de Metodologia do Urbanismo e da Administração Municipal (Cemuam), no Rio de Janeiro.⁹⁷ Muitos profissionais formados em uma tradição “humanista” e “progressista” e dedicados ao urbanismo em suas diferentes escalas e formas de atuação, acabaram por ser sistematicamente incorporados à gestão pública de municípios ou estados, bem como convocados a fundar ou integrar novos cursos de especialização ou pós-graduação que visavam qualificar novos técnicos para o crescente trabalho de planejamento urbano e regional aberto sobretudo pelo Serfhau.

95 D'ALMEIDA, Carolina Heldt. Produção empresarial da cidade: um laboratório (1965-1974). Dissertação de mestrado. USP, São Carlos, 2012. (p.70;p.116)

96 CAMPOS, Pedro. “Ditadura, interesses empresariais, fundo público e ‘corrupção’: o caso da atuação das empreiteiras na obra da hidrelétrica de Tucuruí”, In. *Projeto História*, São Paulo, v. 66, pp. 81-114, Set.-Dez., 2019

97 FREITAS, José Francisco Bernardino. As contradições do projeto educacional no Estado de Segurança Nacional: uma experiência singular. Op. Cit.

2.3.2 ENGENHARIA, PAISAGEM E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Não só o Brasil e outros países latino americanos tiveram grande interesse nas obras de infraestrutura energética e no planejamento regional estadunidense, como abordou Adrián Gorelik com foco nas redes transnacionais de circulação de ideias e profissionais técnicos, mas o domínio da técnica concretizado em novas arquiteturas da paisagem, naquele momento, despertou interesse em figuras como Le Corbusier, que chegou a incorporar traços do desenho daquelas “casas de força” em projetos de sua fase “brutalista”. Mais que o aprendizado técnico, em suas diferentes escalas, o interesse do arquiteto franco-suíço se traduziu também em formas de síntese ou transposição estética, com desdobramentos em projetos como sua Unité d’habitation em Marselha.⁹⁸ Mais que a reconfiguração do campo profissional da época, interessa aqui refletir também sobre tais conexões e transposições de procedimentos de formalização entre diferentes escalas, elemento que foi relevante na definição de determinadas abordagens da arquitetura brasileira, como veremos mais adiante.

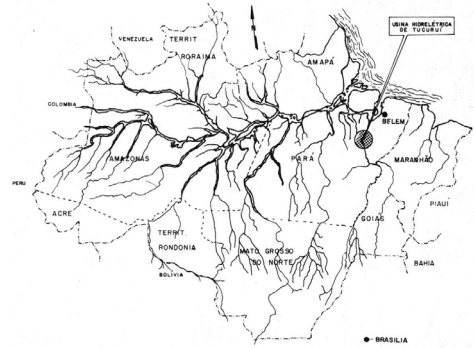
Em 1982 um número da revista *Projeto* estampava em página inteira uma imagem da usina hidrelétrica de Tucuruí afirmando que os arquitetos “vêm conquistando um importante espaço nas grandes obras civis”, sem nunca perder de vista a “melhoria do bem estado do ser humano” buscando adequar as necessidades técnicas com o respeito à natureza, de “maneira harmônica”.⁹⁹ Trata-se de um exemplo relevante da permanência de certo otimismo no campo arquitetônico em relação às grandes obras como demonstração do desenvolvimento do país, levantando a questão da “harmonia” com a natureza como ressalva, tema que a partir de meados dos anos 1970 aparecerá com maior frequência como veremos.

Como vimos até aqui, o planejamento regional integrado buscava articular portanto aspectos geográficos, sociais e econômicos, e um dos meios comuns de colocá-lo em prática foi através de grandes empreendimentos de infraestrutura, sobretudo em torno da produção de energia elétrica, como nos casos de planos encampados pela Companhia Energética de São Paulo (CESP). A região, neste caso, acabava por ser definida especialmente através das bacias hidrográficas, algo que já vinha sendo apontado — para além da referência do TVA — em estudos da CEPAL, considerando as bacias como

98 BACON, Mardges. “Le Corbusier and postwar America. The TVA and Béton Brut”, in. *Journal of the Society of Architectural Historians*, n.1, March 2015, 13-40.

99 “Usina hidrelétrica de Tucuruí: obra pioneira na Amazônia”, *Revista Projeto*, n.44, 1982

61 “Usina hidrelétrica de Tucuruí: obra pioneira na Amazônia”, Revista Projeto, n.44, 1982



unidades fundamentais para pensar o território e as dinâmicas sócio-econômicas de regiões. O sucesso dessas premissas no TVA esteve relacionado a seu conteúdo político mais amplo, voltado sobretudo à recuperação econômica dos EUA após a quebra da bolsa, no âmbito dos investimentos do New Deal. O escopo de aproveitamento múltiplo das bacias hidrográficas e interdisciplinaridade que se abria a partir dos investimentos em determinadas regiões acabava por alimentar uma cadeia mais ampla de produção e desenvolvimento.

Tanto naquele caso quanto no Brasil dos anos 1960, a ideia de região que partia da geografia física era apropriada de modo a informar e potencializar as dinâmicas de reprodução do capital para além de núcleos urbanos consolidados.¹⁰⁰ A bacia hidrográfica como unidade definidora do desenvolvimento regional estaria ligada a aspectos como a irrigação, abastecimento, navegação, distribuição para usos domésticos, comerciais e industriais, recreação, piscicultura, controle de enchentes e — é claro — a produção de energia elétrica, de modo que as abordagens de empreendimentos de infraestrutura buscavam um aproveitamento “múltiplo” das águas, ou mesmo “integral”, considerando a bacia em sua totalidade como recurso econômico.¹⁰¹ Algo que, certamente, durante o regime militar, se somou à leitura do território guiada pelo binômio segurança-desenvolvimento.

Para além das já mencionadas comissões com foco nas bacias hidrográficas do rio São Francisco ou do Paraná-Uruguai, desde meados do século

100 VIANNA, Mônica P. *Da edificação ao traçado urbano: a experiência de planejamento regional integrado da CESP*. p.162 e OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

101 idem.

XX, os planos regionais ganharam importância no âmbito de instituições como a SUDENE e a SUDAM, entre as outras regiões do país, assumindo papel central no projeto nacional-desenvolvimentista apesar das mudanças de administração e regime. Da perspectiva de Celso Furtado — que atuou na SUDENE — por um desenvolvimento econômico acompanhado de reformas sociais e geração de maior autonomia das populações nas regiões, o desenvolvimentismo brasileiro passaria à perspectiva empresarial-militar que viu no desenvolvimento regional uma necessidade de segurança nacional.

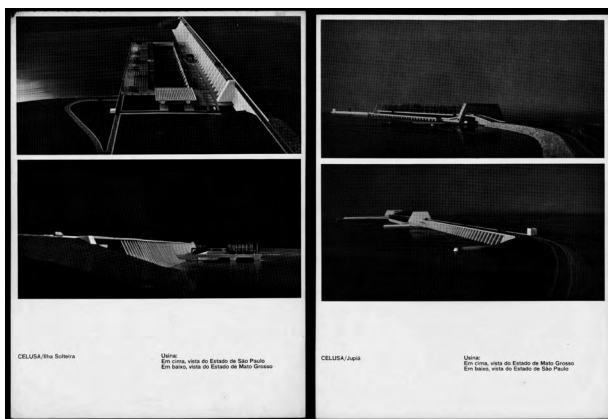
Já na ocasião da criação da SUDAM, em 1966, o governo do Presidente-Marechal Castelo Branco reforçou a ideia de colonização da Amazônia e de “integrar para não entregar”.¹⁰² Ideia esta que, embora não criada naquele momento, era propagada pelos militares, assumia caráter duplo uma vez que o regime atuava também no aprofundamento do caráter dependente da economia brasileira, na subserviência a interesses estadunidenses e com investimentos baseados em amplo endividamento externo, sendo qualificado pela oposição, muitas vezes, justamente como *entreguista*. A frase naquele momento, portanto, assume caráter mais voltado à *segurança* nos termos comentados há pouco, que propriamente à soberania nacional e econômica presente na busca pela superação do subdesenvolvimento, por exemplo. Trata-se, antes, de “não entregar” ao inimigo interno. O *Relatório Mecor* (Ministro Extraordinário para os Organismos Regionais), e a *Operação Amazônia*, ambos de 1967,¹⁰³ produzido no âmbito da criação da SUDAM para definir diretrizes de ocupação da Amazônia, explicitava com clareza a centralidade da questão da *segurança* como motor dos planos de desenvolvimento regional:

“Os problemas de segurança na Amazônia confundem-se, sobretudo, com o desenvolvimento e povoa-

102 Superintendente de Desenvolvimento da Amazônia da SUDAM, João Walter de Andrade, em 1968: “A Amazônia é um mundo a ser descoberto. Não nos compete o pessimismo e o desânimo diante das dificuldades impostas pela selva imensa que Alberto Rangel denominou de “Inferno Verde” e Ferreira de Castro de “Misteriosa e implacável, mundo bárbaro e assombroso que domina e que não é evocada sem um estremecimento de pavor”. [...] para eliminarmos esse quadro negro que mancha a grande nação brasileira, cumpre-nos o dever de lutarmos [...] até estabelecermos na selva uma sociedade economicamente estável, modelada ao mais alto padrão de civilização nacional”. in. GONÇALVES, Eliezer. De assombros e de sonhos. Lugares no Tempo Presente para a convergência e divergência militar-civil ao discurso de um “Brasil Grande” na Amazônia Paraense (1970-1974). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Pará, 2016.

103 Idem.

62 Maquetes das barragens de Ilha Solteira (1967-1974) e Jupia (1959-1964), podem ser vistas em suas representação enquanto projeto arquitetônico.



mento orientado. Não é possível por conseguinte, tratar e planejar a segurança da área, sem atentar para as alternativas de progresso material e social. [...] Não bastará atuar nas áreas mais críticas. O problema impõe uma visão conjunta, global para todo o delineamento de providências a investimentos a realizar”¹⁰⁴

De volta a São Paulo, considerando a relevância dos empreendimentos de geração de energia elétrica como impulsionadores de desenvolvimento regional e planejamento territorial, um marco de consolidação, intensificação e expansão desses empreendimentos no regime militar é a criação da CESP em 1966. Antes, os primeiros empreendimentos hidrelétricos foram feitos em concessões para empresas estrangeiras, como a Light and Power; Nos anos 1940, a criação de pequenas estatais ainda se voltava a atender a demandas de empreendimentos industriais pontuais, ou a cidades específicas, sem um investimento mais global. É nos anos 1960, com a criação da CESP, que uma visão integral de planejamento e de aproveitamento múltiplo das bacias hidrográficas aparece. Significando não apenas o aproveitamento econômico, mas possibilitando também um impacto social regional estruturado. No Brasil, esses grandes empreendimentos e planos ganhavam ainda especificidades no desenho das barragens, por suas demandas de dimensionamento e regulação da vazão dos rios, controlando as grandes enchentes.¹⁰⁵ Fato que demonstra como nos trópicos a intenção de “domar a natureza” ganha outros contornos,

104 Relatório Mecor, item 6.1 Operação Amazônia. Idem.

105 KATINSKY, Júlio. “Das pequenas usinas às grandes barragens”, in. *Sinopses*, São Paulo, n.27, pp.22-30, jun.1997



63 Construção da Usina de Jupiá, Núcleo Urbano provisório, 12000 habitantes. Folheto de projeto. Seção de Materiais Iconográficos, Biblioteca FAU-USP.

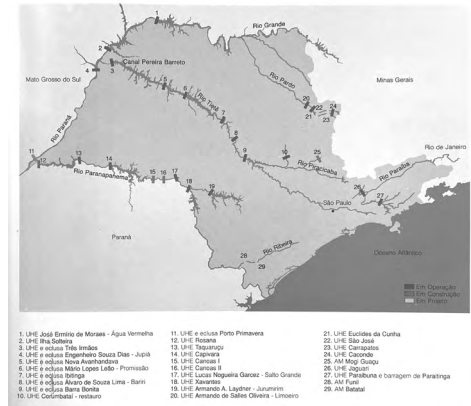
ligados diretamente a adequações na interação com os modos de vida que se relacionam com tais rios, entre outros aspectos, que abordaremos ao final do Capítulo.

O surgimento da Companhia, portanto, aglutinou diferentes empresas e práticas existentes anteriormente e já resultantes do grande investimento em usinas hidrelétricas em meados do século XX. Em 1964 e 1965, antes de juntar-se ao conglomerado que criou a futura CESP, a CELUSA (Centrais Elétricas de Urubupungá) celebrava o avanço das obras de Jupiá e Ilha Solteira, ambas parte do complexo de Urubupungá. Em folheto com o rosto do Governador Adhemar de Barros estampado em página inteira, que destacava as obras de Jupiá — divisa de São Paulo com Mato Grosso — como resultado dos trabalhos da CIBPU iniciados na década de 1950, o texto técnico era concluído com afirmações de cunho nacionalista:

“Jupiá e Ilha Solteira não serão apenas mais duas hidroelétricas: seu significado econômico e social transcende a própria obra física e projeta-se, poderosamente, como fator de impulso ao desenvolvimento de todo o país. Isto é Urubupungá, obra de redenção nacional”¹⁰⁶

Dado o escopo de planejamento integrado do qual faziam parte as usinas e barragens, com diversos programas complementares e diferentes disciplinas envolvidas, os arquitetos ganhavam espaço e relevância por sua formação generalista e pela demanda de projetos em variadas escalas dentro

106 Folheto síntese do projeto de Jupiá, CELUSA. Seção de Materiais Iconográficos Biblioteca da FAU-USP.



do escopo dos empreendimentos. A Companhia criou sua Divisão de Arquitetura e Urbanismo sobretudo para atender a crescente demanda de projetos para “obras de apoio” com projetos cada vez mais elaborados para as vilas de operadores, suas casas, hotéis, refeitórios, clubes, piscinas e áreas esportivas:

“Ao longo do tempo, foram desenvolvidas variadas propostas para partes diferentes dos empreendimentos hidrelétricos, como o alojamento de seus trabalhadores, as edificações comunitárias, as vilas de operadores, os canteiros e escritórios, as casas de força, as casas de comando, o comando de eclusa, as subestações e, mesmo, as intervenções mais amplas visando o reservatório, como os assentamentos de populações e de atividades, o sistema viário, o tratamento paisagístico, o reflorestamento e a piscicultura”¹⁰⁷

Foi comum às experiências dos anos 1960 a construção de alojamentos temporários ou permanentes para trabalhadores dos canteiros de obras desses empreendimentos, como nos casos já mencionados, de Jupia (1959-1964) e Ilha Solteira (1967-1974) — ambos projeto da Planemak, de Ernest Mange e Ariaki Kato — gerando processos conflituosos marcados pelo controle e tutela dos trabalhadores residentes pela Companhia responsável. Em meados dos anos 1970, um modelo diferente de apoio ao empreendimento passou a ser adotado, fazendo uso de cidades existentes nos arredores como locais de moradia para trabalhadores e operadores. Desse modo, parte dos trabalhadores de canteiro acabavam por ficar nas cidades após as obras, e os investimentos realizados em equipamentos de apoio eram incorporados à vida comunitária do município sem que ficassem obsoletos. Foram experiências nesse modelo as usinas de Capivara (1976), Água Vermelha (1978) e Nova Avanhandava (1982).



Se por um lado a Divisão de Arquitetura e Urbanismo interna à CESP se voltava sobretudo às “obras de apoio” em sua ampla variedade de programas, ao mesmo tempo deve ser considerada a predominância das intervenções ao nível da paisagem, o desenho de orlas ou mesmo de equipamentos diretamente ligados às barragens e usinas, como as casas de comando, que em sua complexidade de instalações tornavam-se objeto mais da engenharia e do design, de caráter altamente especializado. Apesar da dominância de engenheiros nas decisões de tais empreendimentos, a arquitetura participava na organização geral do conjunto e nos detalhamentos de suas partes. Com a presença de arquitetos como Hélio Pasta ou Ernest Mange nos empreendimentos, era crescente a importância do projeto arquitetônico na implantação de elementos como casas de comando e de força, subestações, definição formal das estruturas de barragens para aproveitamento hidroenergético e organização dos elementos que compunham as usinas, bem como no raciocínio de integração daquelas estruturas ao meio ambiente e à paisagem em transformação.¹⁰⁸

Como mostra Vianna, Hélio Pasta fez a primeira intervenção direta de arquitetura no desenho da casa de força, antes área exclusiva da engenharia, no projeto da usina de Salto Grande (1958), rio Paranapanema, coordenado pelo escritório de Ícaro de Castro Mello. Ali também o paisagismo teria papel pioneiro na recuperação da paisagem do entorno da usina. Ao longo dos anos 1960 e 1970, Pasta seria um dos arquitetos com maior envolvimento em projetos hidrelétricos, assumindo posição de direção na CESP, e definindo, ao lado de engenheiros, a concepção de elementos centrais do empreendimento como casa de força, barragem e vertedouro, para além das obras de apoio.¹⁰⁹ Antes da

108 idem.

109 Idem, p.183

formação da Companhia enquanto órgão público, em 1966, com grande corpo técnico, empreiteiras ditavam o ritmo de planos e obras, em prejuízo, muitas vezes, do caráter amplo e integrado dos projetos. Esse tipo de qualidade esteve no cerne da auto-afirmação da Divisão de Arquitetura e Urbanismo atuante nos empreendimentos da CESP.

A escala territorial e o grau de complexidade econômica, social e ambiental daqueles projetos configuravam um importante atrativo para a atuação de arquitetos, em detrimento do caráter autoral. Júlio Katinsky afirmou em depoimento sobre a Companhia: “pela primeira vez, uma larga experiência de iniciativa estatal se conjugava com a universidade, as empresas, a indústria e as firmas de projeto, para se atingir um objetivo fundamental para o desenvolvimento econômico e social”.¹¹⁰ A referência já longínqua na TVA estadunidense dos anos 1930 não deixava também de ter forte carga ideológica, como denuncia o título do livro “TVA, a democracia em marcha”, escrito por David Lilienthal, presidente da autarquia estadunidense, em 1944.¹¹¹ Ao mesmo tempo, arquitetos como Katinsky e Paulo Bruna reconheciam a mesma importância no Plano Quinquenal da União Soviética, que envolvia a implantação de hidrelétricas como ponto estratégico do planejamento econômico nacional, acabando por impulsionar a própria TVA nos Estados Unidos como resposta.¹¹²

Vale lembrar como o sucesso da planificação empenhada pelo TVA acabou se direcionando para a indústria da guerra, tendo grande parte da geração de energia aproveitada para a confecção de bombas atômicas. Nas palavras do próprio David Lilienthal, aquela capacidade de destruição acumulada, graças à capacidade produtiva gerada pela TVA, teria garantido o “sustento da Liberdade do mundo”, uma vez que evitara a “conquista do mundo por parte dos russos”.¹¹³ A experiência no Tennessee, enquanto exemplo máximo da capacidade de planejamento do desenvolvimento, acaba por servir de exemplo preciso daquilo que Theodor Adorno procurou demonstrar em sua crítica da razão iluminista.¹¹⁴ A excessiva crença na razão levaria a seu contrário, como ficou explícito nas grandes

110 TSUKUMO, Nina. *Arquitetura na CESP*. São Paulo: CESP, 1994.

111 Ver também KATZ, Barry M. “Ideology and Engineering in the Tennessee Valley” In. CULVAHOUSE, Tim. ed. *The Tennessee Valley Authority: Design and Persuasion*. New Jersey: Princeton University Press, 2007.

112 VIANNA, Mônica P. *Da edificação ao traçado urbano: a experiência de planejamento regional integrado da CESP*. Op. Cit.

113 LILIENTHAL, David E. *TVA. A democracia em marcha*. Rio de Janeiro: ECB, 1956. apud. KATINSKY, Júlio. “Das pequenas usinas às grandes barragens”, in. *Sinopses*, São Paulo, n.27, pp.22-30, jun.1997

114 ADORNO, Theodor W & HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

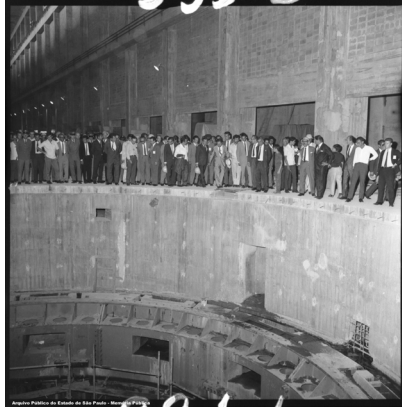
guerras, para não falar de uma série de outros eventos nas relações de poder em escala global. Levando em conta a elaboração brasileira daqueles preceitos e abordagens técnicas — com a urgência do planejamento regional integrado em uma situação de busca por superação da dependência econômica internacional, por um lado, mas com impactos de outra magnitude nos ecossistemas tendo em vista a necessidade de incrementar as formas de controle da vazão dos rios, como já mencionado, por outro lado — o colapso de alto impacto social e ambiental como resultado dos investimentos mais otimistas na razão e na técnica parece se repetir, ainda que em outro registro.

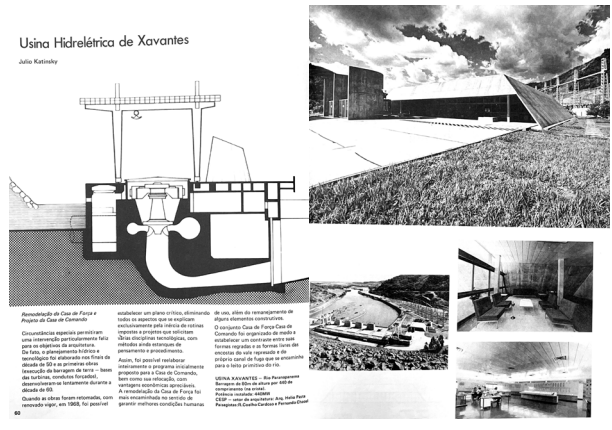
Considerando tais aspectos ideológicos, vale ressaltar que arquitetos como Pasta — que trabalhou com Ícaro de Castro Mello — ou Mange — que trabalhou com Hélio Duarte —, eram em geral considerados parte de “grupos culturais” ligados à cultura política liberal, e não de esquerda. Já arquitetos como Júlio Katinsky, Abrahão Sanovicz e Ruy Ohtake — que também tiveram intensa ligação com encomendas da CESP, como fosse dentro da Companhia ou por meio de consultorias contratadas — foram próximos aos círculos de esquerda, embora em diferentes graus e históricos de envolvimento, e nunca diretamente filiados.

Em um papel de direção na CESP, Pasta seria responsável por viabilizar a contratação de variados profissionais de renome para projetos pontuais em meio às obras de apoio ou edifícios de destaque para a Companhia. Entre eles, estavam duas grandes referências do campo, e também expoentes do PCB: Oscar Niemeyer, com estudos para Centro Operacional e Nova Sede da CESP em São Paulo, entre 1978 e 1985, e Vilanova Artigas, com projetos desenvolvidos para escritórios distritais em diferentes cidades e um hospital em Porto Primavera (1977), todos não construídos. O hospital desenhado por Artigas chegou a etapas avançadas do desenvolvimento de projeto, partindo de uma solução similar à que o arquiteto propôs para o Pronto Socorro em Macapá (1971): uma estrutura metálica que se desenvolve por cima da laje, garantindo uma área totalmente livre de interferências no espaço interno, com grandes vigas dispostas na cobertura, externamente, em um partido com forte aspecto *miesiano*. Também Paulo Mendes da Rocha elaborou, em 1971, projetos para escritórios distritais da CESP não construídos. Esse tipo de contratação parecia mirar uma valorização simbólica dos grandes empreendimentos da CESP e, ao mesmo tempo, afirmar a solidez da empresa pública como promotora de desenvolvimento econômico e social.¹¹⁵

115 Muitos outros arquitetos foram contratados para projetos pontuais ligados aos empreendimentos da CESP. Dentre esse grupo de maior destaque, vale mencionar ainda João Walter Toscano, Eduardo de Almeida, Arnaldo Martino, Telesforo Cristofani, entre outros. Vale mencionar nomes de arquitetos ligados à CESP que trabalharam em uma série desses projetos e vieram eventualmente a ocupar cargos de direção nas décadas

67 a 70 Governador
Laudo Natel em visita
às obras de Ilha
Solteira, 1970.
Vila de Ilha Solteira
com projeto de Ernest
Mange.
[Arquivo Público do
Estado de São Paulo]





71 “Usina Hidrelétrica de Xavantes: Remodelação da Casa de Força e Projeto da Casa de Comando” in Revista *Módulo*, n.64, 1981.

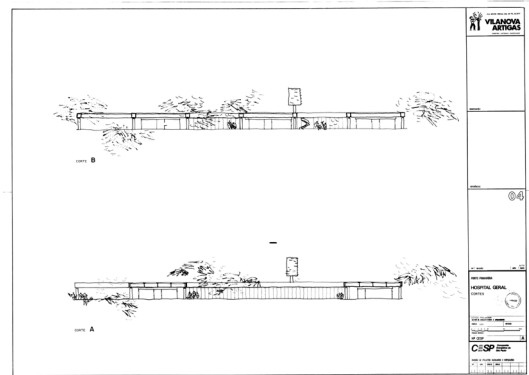
É interessante notar, por exemplo, como um projeto tão específico quanto a remodelação da Casa de Força da Usina de Xavantes (1970), por Júlio Katinsky, ganhou espaço em revistas de arquitetura, no caso a *Módulo*, algo que indica o interesse despertado por aquele tipo de trabalho, não só enquanto técnica, como também enquanto representação de atuação no desenvolvimento do país. É possível notar no desenho de Katinsky como busca espaços de maior expressividade por meio do uso do concreto, utilizando-se de paredes curvas, com bases de cone que definem áreas para máquinas. Já na Casa de Comando, é definido um volume em base de pirâmide, como se a estrutura em concreto brotasse do solo.¹¹⁶

Em meio às mencionadas obras de escritórios regionais ou distritais, tem destaque o escritório de Rio Claro da CESP, projetado por Hélio Pasta em 1966, com paisagismo de Waldemar Cordeiro. Projetado antes mesmo das Centrais de Energia de Rio Claro serem incorporadas à CESP, o escritório se concretizou como obra de expressividade relevante para aquela cidade. O edifício respondia a demandas muito pragmáticas de organização e simplicidade, com um vão livre no térreo e fachada definida por painéis de vidro com peitoris em painéis leves industrializados. A estrutura de concreto que define o edifício de forma mais contundente é delineada por pórticos sucessivos, pontos de apoio em formato triangular definindo o ponto de tensão no encontro com o chão como de praxe na produção paulista do período. O pórtico, no entanto, se combina com uma área de empena na parte superior que acaba por esconder a estrutura que se repete, gerando uma espécie de

116 seguintes, não abordadas aqui, como Hélio Penteadó, Cesar Bergstrom, Glaycon Mota Melo, Adolpho Yutaka Sato, Carlos de Almeida Vidal, Nina Tsukumo. Revista *Módulo*, n.64, 1981.

72 Escritório regional da CESP em Rio Claro, Hélio Pasta (1966).

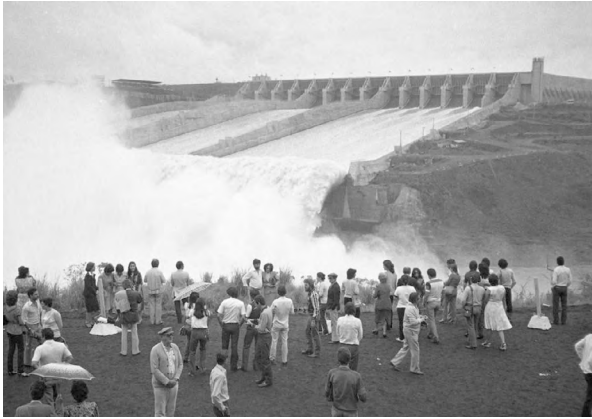
73 Hospital para núcleo urbano de Porto Primavera (1977), Vilanova Artigas. Seção de Materiais Iconográficos, Biblioteca FAU-USP.



híbrido de soluções que circulavam desde o início daquela década. De todo modo, salta aos olhos como aquele e vários outros edifícios da Companhia mobilizaram os procedimentos arquitetônicos mais atuais e em experimentação por aqueles mesmos profissionais que circulavam em seus setores técnicos, de modo que funcionava mesmo como um espaço privilegiado para a atuação e sedimentação de questões daquela disciplina.

Na maior parte dos projetos hidrelétricos, especialmente a partir dos anos 1960 — com o crescimento da demanda e a insuficiência de corpos técnicos como o da CESP —, parte dos projetos era desenvolvida por empresas de engenharia consultiva, e, através delas, muitos arquitetos tiveram a possibilidade de trabalhar com tal tipo de encomenda. Muitas dessas empresas foram fundadas por técnicos vindos exatamente do setor público dedicado à produção energética e ao tratamento de bacias hidrográficas, como no caso das empresas Themag, Hidroservice e CNEC.¹¹⁷ Se a primeira foi responsável pelo detalhamento da usina de Jupuíá, outras se especializaram em partes específicas do processo, como no caso da Montreal e o planejamento da montagem de grandes estruturas. O projeto executivo do complexo binacional de Itaipu, no rio Paraná, divisa com Paraguai, foi desenvolvido por uma combinação que envolveu as quatro firmas mais ativas no ramo: Themag, Hidroservice, Promon e Engevix, com coordenação da IECO/ELC (consórcio de empresa estadunidense e italiana), e projetos de arquitetura para obras de

117 PULHEZ, Magaly Marques. *O arranjo gerencial: Estado, empresas de engenharia e arquitetos nos cotidianos de gestão da política habitacional em São Paulo*. Tese de Doutorado. IAU USP, São Carlos. 2014.



74 Itaipu binacional, 1982. Foto: Carlos Piccino, Agência O Globo.

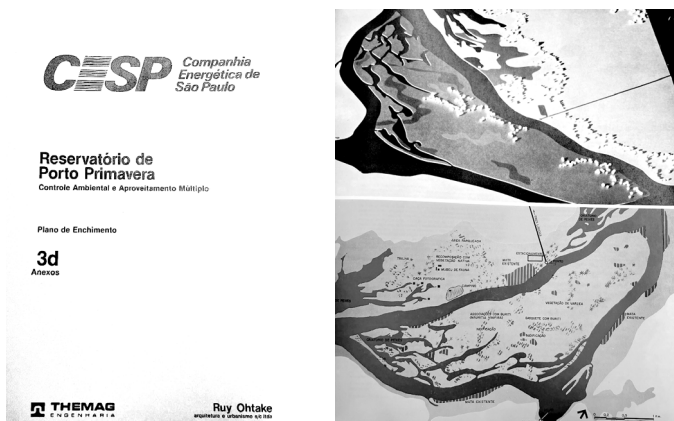
apoio desenvolvidos pela Serete Engenharia e pelo escritório do engenheiro-arquiteto paranaense Rubens Meister.¹¹⁸

Presentes em obras em todo o país — e notadamente no mercado internacional, dado o investimento do próprio regime naquele setor nacional de serviços técnicos — tais empresas ficaram responsáveis por inúmeros projetos do tipo, e seus departamentos de arquitetura seriam convocados não só a colaborar como a coordenar os diferentes setores do complexo multidisciplinar demandado para responder às encomendas. Na Hidroservice, por exemplo, o arquiteto João Rodolfo Stroeter foi responsável pela coordenação de uma barragem como a de Sobradinho, BA, uma das maiores represas criadas à época, dentro do plano regional da CHESF a partir da bacia do Rio São Francisco. Para a CESP, o arquiteto coordenou o projeto de usinas e barragens em Paraibuna e Paraitinga (1978). Também para a CESP, vale mencionar a participação de Walter Maffei pela IESA no projeto da usina de Nova Avanhandava (1982), ou da Promon em José Ermínio de Moraes (1978), e a Themag, em consórcio com o escritório de Ruy Ohtake, em Porto Primavera. Trataremos com mais atenção desse tipo de empresa no próximo capítulo.

118 UEDA, Yumi. Op. Cit. Meister foi responsável por uma vasta produção e tem sido objeto de pesquisas recentes como: ZULIAN, Henrique W. Rubens Meister, três projetos em Curitiba. FAU-USP, Dissertação (Mestrado), 2020; BATISTA, Fábio D. “Biografia arquitetônica de Rubens Meister”, in. 4o Seminário de História e fundamentos da arquitetura e do urbanismo. FAU-USP, 2023.

75 a 78 Eclusa,
Casa de Máquinas,
Extravasores
e Barragem de
Sobradinho, CHESF,
projeto Hidroservice,
João Rodolfo Stroeter.
Acervo Memória da
Eletricidade



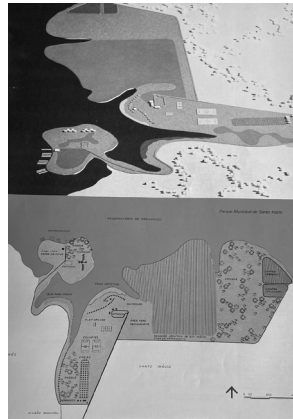


79 Caderno de consultoria do consórcio Themag-Ruy Ohtake com análise de aproveitamento múltiplo da bacia e controle ambiental para o Reservatório de Porto Primavera [Acervo Escritório Ohtake]

Como em muitos outros nichos, passava a ser comum o contrato das empresas para o desenvolvimento do projeto executivo dos empreendimentos, ou mesmo para estudos de viabilidade e impacto ambiental. Ohtake, conforme mencionado, coordenou diversos projetos, estudos de controle ambiental, análises de impacto e de aproveitamento múltiplo das bacias em consórcio com empresas variadas além da Themag, como o CNEC e a Hidroservice, o que demonstra a proeminência de arquitetos — mais uma vez — assumindo papéis generalistas em grandes equipes multidisciplinares, com grande agência sobre processos de transformação da paisagem, não só urbana, como vemos aqui.¹¹⁹ A CESP, por sua vez, passou ao longo dos anos 1970 a incrementar seu próprio instrumental para lidar com as análises de impacto ambiental, bem como propor e executar ações de mitigação de danos ou recuperação da paisagem. Para tal, profissionais como o geógrafo Aziz Ab'Saber ou os arquitetos paisagistas Roberto Coelho Cardozo, Fernando Chacel e Waldemar Cordeiro foram contratados. O escopo variava também entre as escalas do impacto imediato da implantação de usinas e barragens, até o planejamento ambiental e paisagístico de toda a área dos reservatórios, considerando reflorestamento, diretrizes para áreas de erosão e para uso e ocupação do solo no entorno dos reservatórios.

119 No caso do arquiteto Ruy Ohtake, seu escritório cresceu consideravelmente nos anos 1970 com encomendas de diversos tipos — algumas que veremos no capítulo seguinte — e, segundo depoimento de familiares, chegou a ter viagem de estudo ao Vale do Tennessee apoiada pela CESP no fim daquela década. Alguns dos estudos desenvolvidos foram Nova Avanhandava (1982), Três Irmãos (1978), CNEC, Reservatórios de Rosana e Taquaruçu (1980), Hidroservice, Porto Primavera, Themag (1979), Cubatão, Recuperação de Áreas Alodiais, com Hidroconsult (1977) para o Governo do Estado de SP.

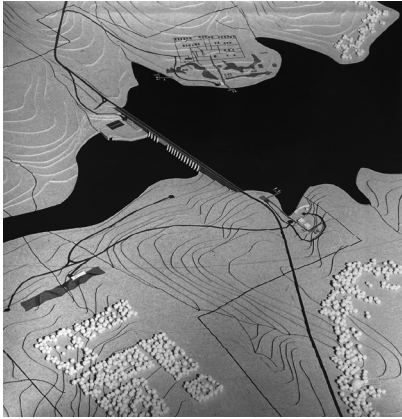
80 Estudos de Impacto Ambiental e Aproveitamento Múltiplo para os Reservatórios de Rosana e Taquaruçu, 1980. Ruy Ohtake para CESP [Acervo Escritório Ohtake]



Cabe lembrar que tais respostas incipientes ao impacto ambiental causado pelos empreendimentos hidrelétricos vinha na esteira de anos de atuação violenta do regime militar sobre regiões consideradas desabitadas, ou áreas vistas exclusivamente através de seu potencial econômico, vide a escola desde os anos 1950 pelo foco na exploração energética dentre outras possibilidades como a navegação fluvial. Sobretudo a partir da crise internacional do petróleo de 1973, parece haver um momento de alerta no campo profissional da arquitetura para o assunto meio-ambiente e uso de recursos naturais. Isso levaria o IAB-SP a organizar, em 1975, uma série de cursos sobre a questão, envolvendo nomes como o geógrafo Aziz Ab'Saber, algo que estava alinhado com os seminários que Jorge Wilhelm organizou enquanto Secretário de Planejamento do Governo do Estado de São Paulo, conforme mencionado no Capítulo 1.¹²⁰ Desde então, independente das propostas de mitigação incorporadas nos projetos dos grandes empreendimentos, a própria instalação de barragens, represas e usinas hidrelétricas passaria a entrar sob um conjunto de questionamentos que envolvem a reflexão sobre modelos de desenvolvimento e seus impactos inerentes sobre o meio ambiente ou mesmo modos de vida ligados àquelas bacias hidrográficas impactadas.

O próprio Júlio Katinsky, arquiteto que participou de muitos projetos para a CESP, apontou em texto de 1997 os erros em série que foram cometidos nas décadas anteriores sobretudo no controle às formas de ocupação no entorno de reservatórios, nas atividades agrícolas com uso de químicos, entre outros elementos que acumularam impactos alarmantes nas bacias hidro-

120 Algumas manifestações que circularam no *Jornal Arquitecto* a respeito: “IAB-SP contra a destruição do meio-ambiente”, in *Jornal Arquitecto*, n.14; “A frente em defesa do meio-ambiente”, in *Jornal Arquitecto*, n.17, 1974.



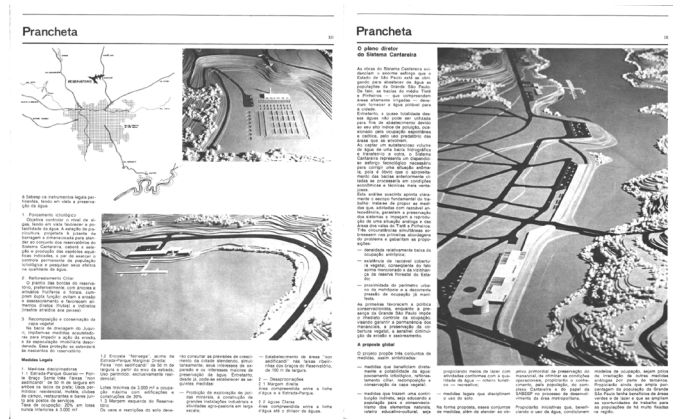
gráficas. A regularização da vazão dos rios inegavelmente gera impactos sobre a fauna, bem como as grandes massas de água implicam em mudanças climáticas em escala local e regional, com impactos em espécies aquáticas ou ribeirinhas. As alterações drásticas que grandes empreendimentos desse tipo tiveram também nas populações ribeirinhas foram, certamente, traumáticas, gerando — muito além do desenvolvimento local previsto nas expectativas mais otimistas, deslocamento de populações, com prejuízos sociais e culturais. Mesmo a lógica das estações de piscicultura que alocam espécies regularmente nos reservatórios, com grande dependência da atuação da Companhia responsável, parece algo insustentável no tempo. Segundo ele, “a ocupação humana das bacias dos rios paulistas e do Tietê em particular, mereceu estudos apenas incipientes, muito aquém das necessidades das populações interessadas ou afetadas por esses grandes empreendimentos”.¹²¹

Em paralelo à participação dos arquitetos em empreendimentos hidrelétricos, vale lembrar também a produção para loteamentos e balneários, em rios nas cidades do interior paulista ou no litoral, que operaram com o desenho da paisagem, a redefinição de orlas e manuseio das águas. Algo que pode ser visto em projetos como a orla turística de Santos, por Flavio Pastore e Luigi Villa Vecchia (1970) — autores também da rodoviária da cidade — respondendo em parte ao Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de autoria de Oswaldo Corrêa Gonçalves.¹²² Ou no projeto de Paulo Mendes da Rocha para a orla urbana do rio Jaú, contrato contemporâneo aos projetos de Artigas para aquela cidade. Ainda diversos projetos de Ruy Ohtake que se inseriram

121 KATINSKY, Júlio. “Das pequenas usinas às grandes barragens”, in. *Sinopses*, São Paulo, n.27, pp.22-30, jun.1997

122 *Acrópole* 274, 1970

82 Plano Diretor para o Sistema Cantareira, Ruy Ohtake, Julio Katinsky, Hélio Pasta, Hélio Penteadó, Roberto Burle Marx, Aziz Ab'Saber. *Jornal Arquitecto*, n.30, 1975 [Acervo IAB-SP]



no aproveitamento múltiplo das bacias hidrográficas — portanto parte do planejamento regional e decorrentes dos empreendimentos hidrelétricos — também atendiam a usos de lazer ou loteamentos balneários, como no caso dos estudos para a região da Represa de Ibitinga, ou mesmo desenhando áreas de pesca e bases náuticas, como no caso de Taquaruçu.

Ainda dentro dessa escala de intervenções, se destaca o Plano Diretor do Sistema Cantareira, encomenda para a SABESP, que mereceu algumas páginas no *Jornal Arquitecto*, e o prêmio anual do IAB-SP para a categoria de Planejamento Regional, em 1974. Este plano envolveu arquitetos ligados à CESP como Hélio Pasta e Hélio Penteadó, junto a Júlio Katinsky e Ruy Ohtake, que desenharam um plano de ocupação para a região da Cantareira no município de Mairiporã, com diretrizes para garantir o bom funcionamento daquele complexo de abastecimento de água da metrópole paulista e o baixo impacto da ocupação humana no entorno daquele sistema, incluindo medidas como o reflorestamento de vegetação ciliar, e diretrizes de uso ocupação do solo. Junto ao plano e à indicação de medidas gerais para o conjunto, alguns edifícios foram desenhados, como equipamentos para receber roteiros educativos e centros operacionais.¹²³ Motivo daquele Plano Diretor, o sistema de abastecimento executado pela Companhia de Águas do Estado de São Paulo (COMASP) foi propagandeado em revistas como a *Realidade*, convidando leitores a visitar as obras daquela avançado complexo de infraestrutura de saneamento, e orgulhando-se de ser “o maior da América Latina”.¹²⁴ Katinsky, Pasta e Ohtake, que interagiram diversas vezes em projetos para a CESP, tiveram uma ampla atuação conjunta em encomendas de infraestruturas como esta para o sistema

123 *Jornal Arquitecto*, n.30, 1975

124 *Realidade*, “Cidades”



83 Propaganda da COMASP sobre as obras do Sistema Cantareira, Revista Realidade

cantareira, algumas centrais telefônicas que veremos mais adiante, ou a subestação rebaixadora de energia da Eletropaulo (1973), mais mencionada nos panoramas da historiografia da arquitetura brasileira e paulista.

A relevância do debate público sobre a estrada Rio-Santos nos anos 1970, expressa em textos e depoimentos no *Jornal Arquiteto*,¹²⁵ atestam também o crescente interesse no debate ambiental para o campo da arquitetura e do urbanismo naquele momento, frente aos intensos impactos de transformação da paisagem em curso durante o regime e especialmente como resultados do “milagre”.¹²⁶ O paisagista Roberto Burle Marx chegou a fazer expedições na área por onde esta obra se prolongaria, coletando espécies para preservação da flora que viria a ser destruída em partes. As visitas foram gravadas por José Tabacow e usadas pelo cineasta João Vargas para uma série de TV chamada “Expedições Burle Marx”.¹²⁷

Um projeto de grande relevância no período, tratando do desenho da paisagem, do manejo de orlas urbanas, e que foi implantado parcialmente, foi o projeto de Ruy Ohtake para o Parque Ecológico do Tietê (1976). Também foi premiado pelo IAB, no IX Congresso Brasileiro de Arquitetos. Contratado pela Secretaria de Obras e Meio Ambiente do governo Paulo Egydio Martins,

125 “Burle Marx denuncia prejuízos à natureza na Rio-Santos” in. *Jornal Arquiteto*, n.12, p.13; “Na Serra do Mar, proteção e valorização do ecossistema”, in. *Jornal Arquiteto*, n.43, p.8-9

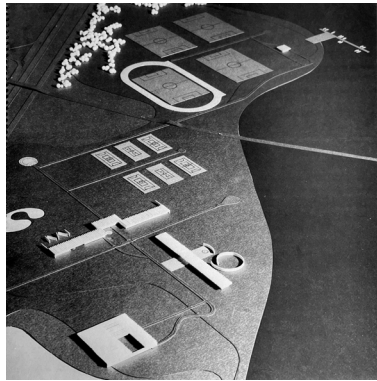
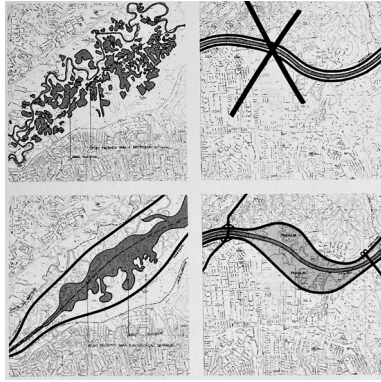
126 “IAB-SP contra destruição do meio ambiente” in *Jornal Arquiteto*, n.14 ; “A frente em defesa do meio ambiente” in. *Jornal Arquiteto*, n.17, 1975

127 Agradeço especialmente a Frederico Teixeira pela indicação desse fato. O episódio teve a participação de um grupo grande de paisagistas e arquitetos, e aparece também no livro NORDENSON, Catherine. *Depositions: Roberto Burle Marx and Public Landscapes under Dictatorship*. Austin: University of Texas Press, 2018.

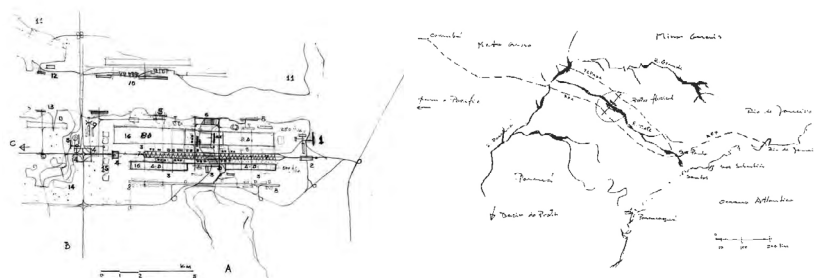
em 1977, o projeto buscava tirar proveito da retificação do rio — que era justificado, entre outras coisas, pela contenção das enchentes, dado que diz muito sobre as formas de ocupação do solo no entorno dos rio — define como partido básico o afastamento das avenidas marginais, para criar áreas de parque público, com alargamentos de braços d'água e de áreas de vegetação. Na área foram previstos diversos equipamentos de uso público como núcleos comunitários, núcleos esportivos, parques infantis e centros culturais, dispostos ao longo daquele percurso linear. O desenho dos edifícios vinha na esteira da pesquisa formal encampada por Ruy Ohtake, como fica visível nas maquetes de apresentação desses projetos combinados a planos territoriais: a organização dessas pequenas construções, em planta, dialoga em composição com a paisagem planejada do entorno, suas curvas de nível, contrastes entre terra e água, eixos viários, etc. Alguns elementos das obras construídas chamam atenção para como o próprio arquiteto buscava situar-se, entre as tradições disciplinares paulista e carioca, a exemplo do vazio circular criado em uma das lajes de uso livre, lembrando a marquise do Ibirapuera de Niemeyer.

O plano, de forma mais ampla, se definiu pela coordenação de um escopo multidisciplinar que envolvia diferentes departamentos do Estado e das municipalidades, com projetos específicos para tratamento do solo e dos movimentos de terra em grande escala, estudos agrônômicos e botânicos, planos de saneamento, tratamento das águas, seus canais e afluentes, previsão e contenção de enchentes, projeto dos lagos com pequenas eclusas, entre outros aspectos para os quais havia sabe acumulado suficiente tendo em vista as experiências da CESP, tanto de Ohtake, mas sobretudo considerando a presença de Hélio Pasta na equipe. Somando-se a isso, é claro, o urbanismo do parque, interno e externo em suas conexões com a malha urbana, os projetos de edificações para os equipamentos públicos, e o projeto de paisagismo, coordenado por Roberto Burle Marx.¹²⁸

Na esteira de tais intervenções de caráter amplo, considerando o projeto da paisagem como parte integrante do projeto arquitetônico, Paulo Mendes da Rocha já em 1980 fez um projeto para a Cidade do Tietê, uma cidade nova, desenhada a partir da interação com a orla do rio, de modo a confundir edificações e infraestruturas urbanas. O cruzamento de ferrovias e obras hídricas que passavam a viabilizar a navegação no Tietê — avançando no sentido da possibilidade de conexão entre oceanos Atlântico e Pacífico —, segundo o arquiteto, “convocam a uma visão arquitetônica da própria geogra-



85 Cidade do Tietê,
1980, Paulo Mendes da
Rocha. Pressuposto de
conexão com sistema
de bacias hidrográficas
continental. Projeto
hoje no acervo da
Casa da Arquitectura
em Portugal



fia”.¹²⁹ Trata-se de uma “cidade-porto fluvial”, em localização estratégica para impulsionar o desenvolvimento agrícola e a logística da incipiente navegação naquela bacia hidrográfica. O plano respondia à demanda de Paulo Maluf para criar uma nova capital para São Paulo; tema que esteve presente em debates no IAB-SP e no *Jornal Arquitecto*. É emblemático que tal projeto, que fazia referência a toda uma bacia hidrográfica e à interiorização do desenvolvimento regional, fosse pensado para ser a capital do Estado, e que sua vida longa enquanto referência projetual para gerações seguintes acabasse por omitir a natureza política da encomenda.

Este projeto marca certa mudança de paradigma internamente à obra do próprio arquiteto, inaugurando tanto um discurso mais contundente em relação à dimensão territorial da arquitetura, quanto uma sucessão de experimentos em que buscava exceder a lógica do lote, explodindo o edifício em estruturas conectadas, gerando novos “microcosmos” e uma lógica de relações internas entre volumes e conexões. O projeto para a Cidade do Tietê, com sua generalização das dinâmicas urbanas através da lógica do desenho arquitetônico, como bem analisou Daniele Pisani, acaba por reafirmar — mesmo no momento de declínio do regime militar — a lógica tecnocrática hegemônica desde os anos de Juscelino Kubitschek, que pressupunha a relação direta entre industrialização, progresso e desenvolvimento social.¹³⁰

Antes disso, Mendes da Rocha havia projetado alguns escritórios distritais para a CESP, e um reservatório, para a cidade de Urânia (1968), mas aparentemente não entrou tão a fundo nas encomendas de empreendi-

129 Memorial do projeto, 1980. in. WISNIK, Guilherme. (org) *Encontros, Paulo Mendes da Rocha*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

130 PISANI, Daniele. *Paulo Mendes da Rocha: obra completa*. Barcelona: Gustavo Gili, 2013.



Navegação fluvial para o desenvolvimento agrícola

O único meio de desenvolver uma região, principalmente no seu setor agrícola e mineral, é através da navegação fluvial, com o aproveitamento integral dos recursos de cada bacia hidrográfica, que envolve além da navegação e energia, as necessidades da irrigação, obras contra enchentes e saneamento básico.

A afirmação é do professor Paulo Mendes da Rocha, diretor do Departamento de Estudos e Projetos do Conselho Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, que defendeu, ainda, na conferência realizada, a construção de rodovias num primeiro estágio para erradicar o isolamento e desenvolver e justificar a navegação fluvial num estágio posterior.

Segundo a capacidade de transporte por fluvios navegáveis, demonstrou ser algumas vezes superior que a capacidade da rodovia e o custo de conservação da primeira inferiores ao da segunda.



Prof. Mendes da Rocha Olho nos Estados Unidos, durante a construção da

86 A Construção São Paulo, n.1852, 1983

87 Folha de S.Paulo, 07 de Outubro de 1971. Reportagem com entrevista ao engenheiro e pai de Paulo Mendes da Rocha, guardada no acervo pessoal do arquiteto e exposta na mostra “Paulo Mendes da Rocha: Geografias Construídas, 2023” curadoria Grosman e Cohen

mentos energéticos. Em 1974 desenvolve o plano para a orla do rio Jaú, entre alguns outros planos ou consultorias para bairros ou regiões. O interesse pelo desenho das orlas foi marcante em toda a trajetória do arquiteto, e passou a se mostrar com maior clareza naquela naquela virada para os anos 1980. Já em 1991, em novo texto sobre o Tietê, em folheto organizado pelo IAB-SP sobre visões e projetos para aquele rio, o arquiteto avança em um discurso em que evoca a soberania continental latinoamericana, e sua construção sobre os “escombros do colonialismo”, sem deixar de evidenciar o apreço pelas grandes obras que redefiniram a paisagem nas décadas anteriores:

“A nova geografia, constituída pelo conjunto das represas e eclusas no rio Tietê, é um espaço — nova natureza — para reflexão sobre instalações humanas, empreendimentos produtivos, aventuras comerciais, industriais, transformações instigantes diante do que sabemos hoje sobre o passado e o que desejamos no futuro.”¹³¹

Embora tenha se acentuado especialmente a partir da Cidade do Tietê, momentos de seu discurso na década anterior apontam para o entusiasmo com a interação entre técnica e natureza, sobretudo buscando a referência do projeto de arquitetura em “um projeto maior, de ordem mais ampla”.¹³² O entusiasmo com relação ao trabalho da CIBPU, ou com a transposição do Rio São Francisco, na passagem dos anos 1960 para 1970 já eram mencionadas pelo arquiteto como marcos fundamentais e referências para um racio-

131 “Tietê... Futuro desenhado” in. *Projeto Tietê*. São Paulo: Editora Pini / IAB-SP, 1991.

132 “Uma casa concreta”, in revista *Artes*, n.20, 1970.

cínio de projeto que extraísse da técnica todo seu potencial transformador. Tal discurso será abordado mais adiante, na ocasião do projeto de Mendes da Rocha e equipe para o Pavilhão do Brasil em Osaka (1969). Segundo o arquiteto, ainda, antes de sua cassação na FAU-USP, chegou a dar como exercício a seus alunos o projeto de barragens, como forma de aproximação à complexidade técnica, mas também à escala da paisagem.¹³³

Mesmo com todo o investimento político e de recursos no planejamento regional em torno de bacias hidrográficas durante o regime, fica evidente vingou como a escolha desde JK pelo foco na produção de energia e no desenvolvimento do rodoviarismo. Algo que pode ser visto em documentos de época como a reportagem já nos anos 1980 sobre a contínua espera pela conexão de bacias e a navegação urbana.¹³⁴ Na lógica da transposição de escalas, mencionada no início deste item, a potencialidade das infraestruturas hidroviárias planejadas desde os anos 1950 — e imaginada muito antes disso — permaneceu latente no imaginário dos arquitetos formados com aquele *métier* técnico como referência. Mendes da Rocha foi, certamente, o exemplo mais bem acabado dessa relação.

Além da produtividade tanto do regime quanto do setor de engenharia, os grandes projetos de infraestrutura ocuparam lugar privilegiado, portanto, no imaginário do campo profissional da arquitetura, assunto ao qual retornaremos nos itens que encerram o presente Capítulo, sobre a síntese operada pelo Pavilhão do Brasil em Osaka e sobre a presença do *bandeirante* enquanto referência na construção de identidade paulista.

O desejo de desenhar a totalidade do território nacional, e de conferir amplo impacto social à atividade de projeto, aparecem nos discursos de arquitetos de forma difusa, mas também cada vez mais respaldados pela atuação real nas crescentes encomendas relacionadas ao setor de produção energética e planejamento regional. Aqui, mais que “ocupação” e “integração” do território, trata-se de modificação da geografia, — ao modo da descrição retroativa de Mendes da Rocha sobre o Tietê, em 1991 — algo que permeou o imaginário de arquitetos no país, e seguramente com grande intensidade no campo profissional paulista.

Tais ideias tiveram desdobramentos variados nas décadas posteriores ao regime militar, com difusão considerável também nas gerações seguintes, produzindo, no entanto, mais resultados em termos de sínteses estéticas que

133 Depoimento do arquiteto ao autor, junto a Angelo Bucci e Tatiana Ozzetti, 2017. Não conseguimos encontrar ementas de disciplinas ou formulação de tais exercícios na pasta do arquiteto na FAU-USP.

134 “A economia de uma região à espera da hidrovía Paraná-Tietê” in. *A Construção São Paulo*, n.1852, 1983

propriamente na continuidade ou expansão da atuação pública da arquitetura, dado, é certo, o contexto político e econômico da redemocratização e virada neoliberal no país. Temas que excedem o recorte proposto para esta tese, e sobre os quais refletiremos mais nas considerações finais.

2.4 CHÃO E COBERTURA COMO REPRESENTAÇÃO NACIONAL EM OSAKA

O Pavilhão do Brasil na Exposição Internacional de Osaka, 1970 — projeto já amplamente discutido na historiografia da arquitetura brasileira — se consagrou como síntese de um momento da produção da arquitetura nacional. O projeto consolidou certa hegemonia paulista no país no campo da arquitetura, com um pavilhão que mobilizou procedimentos técnicos e estéticos em diálogo com a produção de arquitetura das infraestruturas e da “ocupação do território” em voga no período. É inevitável, por exemplo, o paralelo entre os terminais rodoviários produzidos em série para cidades país afora — como veremos a seguir — e os procedimentos de formalização e disposição espacial do Pavilhão brasileiro. Ora lido como ápice e limite da produção que irradiava a partir de São Paulo,¹³⁵ ora como ponto de virada para sua difusão em escala nacional,¹³⁶ o Pavilhão, de modo geral, teve lugar de “salto disciplinar”, como qualificou a historiadora Sophia da Silva Telles.¹³⁷ Seu lugar canônico na história da arquitetura brasileira, no entanto, coloca questões relevantes para pensar tanto os elementos de tal “salto”, na forma como sintetiza as práticas construtivas e tensões do período, quanto para refletir sobre os discursos em circulação no campo profissional da arquitetura naquele momento.

Resultado do concurso nacional com o maior número de participantes até então,¹³⁸ a equipe vencedora era composta pelos arquitetos Mendes da Rocha, Julio Katinsky e Ruy Ohtake, o engenheiro Shigueru Mitsutani, os artistas Carmela Gross e Marcello Nitsche, e o historiador de arte Flávio Motta. Ao que consta, o contrato do pavilhão foi assinado na mesma semana em que Mendes da Rocha foi cassado da Universidade de São Paulo,¹³⁹ fato emblemático das ambivalências daquele período político, e que na verdade parece revelar mais uma “contradição aparente” do que um conflito insolúvel. Trata-se, na verdade, de um daqueles momentos privilegiados para a análise das lógicas inerentes, tanto da arquitetura quanto do regime militar. Aqui, como mencionado em

135 SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. São Paulo: Edusp, 1998.

136 BASTOS, Maria Alice Junqueira; ZEIN, Ruth Verde. *Brasil: arquiteturas após 1950*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

137 TELLES, Sophia da Silva. *Arquitetura Moderna no Brasil: O desenho da superfície*. FFLCH-USP, 1988.

138 A competição recebeu um total de 83 inscrições. *Acrópole*, n.360, abril de 1969.

139 Fato abordado em COSTA, Juliana Braga. *Ver não é só ver. Dois estudos a partir de Flávio Motta*. 2010. 247p. Dissertação de Mestrado. FAUUSP, São Paulo, 2010; e também por PISANI, Daniele. *Paulo Mendes da Rocha: obra completa*. Barcelona: Gustavo Gili, 2013.

outros momentos anteriores, temos um objeto privilegiado também para a análise de sobreposições momentâneas, pontos de convergência ou contato, entre os pólos opostos do espectro político especialmente naquilo que concerne a seus discursos sobre território, natureza, harmonia social e racial, e mesmo em aspectos do nacional-desenvolvimentismo.¹⁴⁰

Como já cuidadosamente demonstrado pela pesquisa da arquiteta Juliana Braga Costa, o concurso aberto para o pavilhão aconteceu graças ao IAB, através de seu presidente Eduardo Kneese de Mello que conseguiu negociar a partir de seu posicionamento contra um concurso restrito, com apenas cinco profissionais pré-selecionados, como sugerido pelo governo federal.¹⁴¹ O júri foi composto por arquitetos indicados pelo IAB — garantindo assim certa autonomia para o campo profissional e seus critérios próprios — e representantes do governo mais ligados à pragmática dos setores agrícola e industrial do que à ideologia do regime propriamente (não que se pudesse separar as coisas com facilidade).¹⁴² Tal composição chama a atenção para a tentativa do regime de promover o país no cenário internacional visando especialmente as relações comerciais. No entanto, mesmo a promoção dos avanços tecnológicos do país — como seria de se esperar daquele regime de aspirações tecnocráticas — foi, aqui, mediada e equilibrada por preocupações próprias ao campo arquitetônico: para o júri, o projeto não deveria ser guiado por esforços exibicionistas tecnológicos, mas sim utilizar um *know-how* técnico carregado do espírito de identidade nacional.¹⁴³ Tais critérios conferem à escolha do projeto vencedor mais uma camada histórica relevante, embora Mendes da Rocha em si reivindicasse para seu desenho um apelo universal.¹⁴⁴

140 Deve-se dizer que o objetivo aqui não é exatamente acrescentar fatos novos ao que já é conhecido do projeto de Osaka, mas sim usá-lo para discutir as práticas discursivas e a trama entre arquitetura e política daquele período.

141 COSTA, Juliana Braga. *Ver não é só ver*. Op. Cit. Também em 2010, o projeto foi analisado por ZEIN, Ruth; AMARAL, Izabel. “Feira Mundial de Osaka de 1970”, in *Arqtexto*, 16, 2010, pp.108-127

142 Fábio Yassuda, empresário agrícola, José Macedo Soares, do Ministério da Indústria e Comércio, e Alfredo Grieco, secretário. O júri selecionado pelo IAB era composto pelos arquitetos Henrique Mindlin, Giancarlo Gasperini, Pedro Paulo de Mello Saraiva e Miguel Pereira. (*Acrópole*, n.360, abril de 1969) É relevante notar a proximidade de Saraiva com soluções como a do projeto vencedor em seu próprio trabalho, e o curioso fato de Pereira ter sido um comunista politicamente ativo, embora também muito ativo no IAB, e, portanto, lidando constantemente com nuances e formas de acomodação institucional no regime.

143 *Acrópole*, n.361, maio de 1969

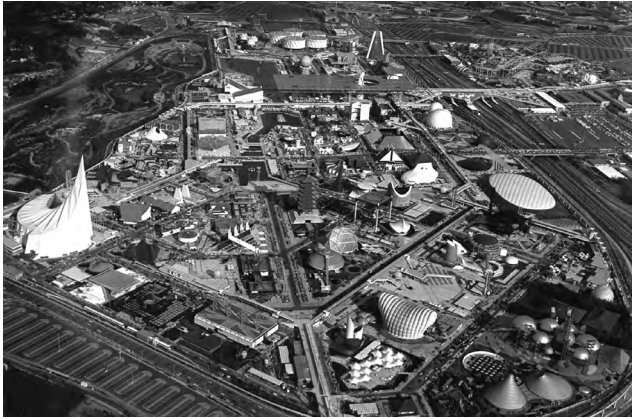
144 PISANI, Daniele. Paulo Mendes da Rocha: obra completa. Op. Cit.

Ainda sobre a aparente contradição que justapõe no tempo o contrato para Osaka e sua aposentadoria compulsória da universidade, vale lembrar nuances que historicizam tal contradição. Além da relativa autonomia do campo profissional garantida pelo IAB no processo, a decisão do governo para entrar na exposição Osaka 70 foi tomada às pressas,¹⁴⁵ restando um tempo curto para a atuação de mecanismos de investigação e repressão. O próprio regime tinha suas nuances e complexidades internas — como temos visto em vários casos aqui, como no QG do Ibirapuera, entre outros — representando, além de interesses empresariais diversos, também diferentes linhas militares.¹⁴⁶ Além disso, Mendes da Rocha — não filiado ao PCB e nem parte de outros grupos dissidentes — não era um alvo preferencial dos mecanismos repressivos, ao que tudo indica. Seu afastamento da FAUUSP, como também já abordado aqui, parece ter se dado especialmente devido a desentendimentos com o reitor da universidade, que aproveitou o momento de arbitrariedade para colocá-lo na lista de prejudicados.¹⁴⁷ Um outro aspecto a ser considerado é que o sistema repressivo do regime, quando direcionado às classes médias urbanas, tendia a visar agentes de participação política direta — ou que levariam a personagens de organizações políticas — ou pessoas com peso na circulação de idéias, produção acadêmica e cultural. Este tipo de diferenciação transparece no fato de que o projeto arquitetônico de Mendes da Rocha foi selecionado e construído em Osaka, enquanto o plano de exposição concebido por Flávio Motta como parte da mesma proposta foi obstruído pelo regime. O fato de um ter sido aprovado, e o outro não, enfatiza as diferenças entre a arquitetura, como elemento abstrato, e a exposição, como um discurso mais claro e literal que articula palavras e imagens. O projeto arquitetônico, embora extremamente refinado e reforçando constantemente uma abordagem “humana” da técnica, tinha inevitáveis pontos comuns com o espírito tecnocrático do regime e suas apostas na indústria da construção

145 COSTA, Juliana Braga. *Ver não é só ver*. Op. Cit.

146 Além da conhecida divisão entre linhas branda e dura, havia pelo menos quatro grupos claramente definidos dentro das Forças Armadas. Ver MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964–1969)*. Op. Cit.

147 KAMIMURA, Rodrigo. *O problema social da arquitetura e o processo de modernização em São Paulo: diálogos. 1945-1965*. Tese de Doutorado. 2016. São Carlos; e CONTIER, Felipe de Araujo. *O edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Cidade Universitária: projeto e construção da escola de Vilanova Artigas*. São Carlos. 2015. Como mostra Contier, possivelmente uma das principais discordâncias que fez o reitor incluir Mendes da Rocha na lista de professores “subversivos” a serem aposentados dizia respeito à construção do edifício FAUUSP.



88 JA, The Japan Architect. Edição Especial Expo 70 Projects. n.151, Abril 1969

civil como caminho para o desenvolvimento nacional. A posição do Pavilhão enquanto marco na história daquilo que foi chamado de “escola paulista” alça tais pontos comuns a temas relevantes de análise crítica.

Para além do impacto do Pavilhão brasileiro no campo profissional brasileiro, a Exposição Mundial de Osaka foi uma boa demonstração das diferentes abordagens arquitetônicas no panorama internacional daquele momento histórico. Dentre as diversas características do metabolismo, das estruturas geodésicas ou das estruturas tecnologicamente exibicionistas, grandes coberturas e a mistura entre construção e paisagem não foram aspectos exclusivos da representação do Brasil. Os pavilhões dos EUA e do Reino Unido trataram de questões similares, mas respondendo de diferentes maneiras. Enquanto este último foi feito através da combinação de pesadas estruturas verticais a uma grande cobertura horizontal e componentes construtivos internos que remeteram à montagem *as found* de elementos industriais, já o primeiro criou um uma parabolóide através de elementos leves, como cabos de aço, em diálogo com as tramas geodésicas mas utilizando tal repertório para fundir chão e cobertura. Esse duomo em estrutura leve estabelecia dentro do pavilhão americano um mundo paralelo, dialogando diretamente com as ideias de Buckminster Fuller para proteger e separar radicalmente a ilha de Manhattan de seu entorno. De forma parecida mas ainda mais ousada, o Pavilhão da Pepsi oferecia uma experiência imersiva. Reunindo vanguarda artística e capital multinacional, este pavilhão buscava provocar todos os sentidos na construção da experiência em uma realidade paralela. O espaço era coberto por uma estrutura de cúpula facetada: de dentro era feito de espelhos com imagens invertidas dos espectadores, enquanto de fora era desfocado por uma névoa artificial.

O Pavilhão Brasileiro, com sua relação solidez-leveza e sua abertura radical, — como veremos — parece ter certa coerência reafirmada quando comparado às soluções de tais representações de grandes empresas ou países centrais do capitalismo, ao mesmo tempo em que parece dizer muito sobre o contexto específico do Brasil naquele momento, em meio às dinâmicas globais. Considerando suas dimensões tímidas, quando visto no plano geral da Expo 70, e, mais que isso, sua quase total ausência em publicações internacionais da época,¹⁴⁸ é intrigante pensar nos sentidos da posição de relevância do Pavilhão no cenário brasileiro desde aquele momento, bem como o sucesso tardio que alcançou ao longo das décadas posteriores no dentro e fora do país.¹⁴⁹

O Pavilhão condensou procedimentos de projeto que se sedimentaram na produção arquitetônica do país desde os anos 1950.¹⁵⁰ Sua cobertura retangular de 50m x 32,5m pairava sobre o nível do chão, completamente aberto, definido por uma sinuosa topografia artificial, com pontos de apoio a um só tempo delicados e tensos. A expressividade estrutural do concreto aparente definia o conjunto, que se desenhava através de grandes vigas longitudinais protendidas com curvas abatidas que refletiam o momento fletor, de modo a esquadrihar uma grande grelha aberta para a iluminação zenital em toda a sua extensão, em diálogo com a solução da FAUUSP e muitos outros projetos da década de 1960. Os poucos espaços fechados foram levados ao subsolo. O pavilhão, dessa forma, se configura como uma espécie de infraestrutura para passagem e estar, sem ambientes fechados, aberto em todas as direções. Uma sombra para abrigar a atividade humana, como se buscava defender nas descrições do projeto, em consonância com o discurso construído pela exposição proposta. A cobertura refletia no piso um “chão de estrelas”, e o solo sinuoso era “o mesmo de Osaka”.¹⁵¹

148 COSTA, Juliana B. Ver não é só ver. Op Cit.

149 Especialmente após o Prêmio Pritzker de Paulo Mendes da Rocha em 2006, a obra do arquiteto ganha impulso e circulação internacional e o Pavilhão tem destaque em diversas publicações. O projeto chegou a ser incorporado em elaborações teóricas e historiográficas de Kenneth Frampton, como exemplo da categoria de megaforma, trabalhada pelo autor desde fim dos anos 1990. “Megaform as urban landscape” in. ALLEN, Stan. & McQUADE, Marc. orgs. Landform Building: Architecture’s new terrain. Princeton University School of Architecture. Lars Müller Publishers. 2009.

150 Além dos trabalhos de Juliana Braga Costa e de Daniele Pisani, para uma análise e descrição mais aprofundada da arquitetura e formal do Pavilhão Brasileiro, ver ZEIN, Ruth Verde & AMARAL, Izabel, “Feira Mundial de Osaka de 1970”, In *Arqtexto*, 16 (2010) pp.108-127 ; E também a edição especial “Paulo Mendes da Rocha”, *A+U*, 12 (2021) 160.

151 Memorial de projeto, Revista *Acrópole*, n.372, 1970.

A operação básica traçada no projeto deixa evidente a dualidade entre técnica e natureza. Um chão, à primeira vista, quase intocado — mesmo que inteiramente fabricado, ocupado em seu nível inferior e, surpreendentemente, coberto de asfalto — opera certa metonímia em referência à natureza, enquanto a construção que paira em forma rígida e bem definida esquadrinha a criação do lugar, em uma espécie de “construção do território”, como gostava de falar o arquiteto. A síntese de ações em intensa circulação naquele momento é flagrante: a modificação do solo, de sua topografia, a dominação da natureza pela técnica, a ocupação e delimitação do território.

Considerando o referido papel de síntese, o pavilhão brasileiro em Osaka poderia ser lido como manifestação de um “grupo cultural”, como cunhado por Raymond Williams, ao sintetizar em uma obra-manifesto elementos que circularam no meio arquitetônico paulista,¹⁵² mas também enquanto objeto privilegiado através do qual elementos do mundo social aparecem. Ademais, seu papel como símbolo de uma hegemonia emergente no campo profissional do período justifica uma leitura que vá além de sua posição interna à cultura disciplinar, movimento raro na historiografia especializada, no trato deste projeto específico. O pavilhão, portanto, deve ser lido também como uma prática discursiva, através de suas suposições, hipóteses e investimentos epistêmicos, bem como das nuances, ambivalências e contradições que representou.

Aos aspectos arquitetônicos do Pavilhão, soma-se ainda uma importante camada de construção discursiva sobre o desenvolvimento nacional e sua história através do plano de exposição apresentado pela equipe e coordenado por Flávio Motta.¹⁵³ Apesar da potência e lucidez de diversas das proposições ali desenhadas. A mostra proposta se organizava através de obras de artistas e cientistas emblemáticos da história do país, afirmando uma visão de progresso reivindicada pelos autores enquanto *humanista*. Apesar da potência daquela leitura, a narrativa construída não deixava de expor

152 WILLIAMS, Raymond. “A fração Bloomsbury”. Plural (Online), São Paulo, v. 6, p. 137-168, dez. 1999.

153 A principal fonte de informação disponível sobre o plano de exposição da Motta é também a pesquisa de Juliana Braga Costa (2010), que expôs pela primeira vez os painéis de estudo de curadoria e os analisou. Este objeto é tomado aqui como um elemento importante para ler de perto o discurso que sustenta uma parte considerável da chamada “arquitetura paulista”. Embora os arquivos de Flávio Motta tenham sido cuidadosamente estudados e organizados por Costa, o material feito por Motta para a exposição de Osaka encontra-se no acervo de Paulo Mendes da Rocha doado à Casa da Arquitectura, Matosinhos, Portugal. O historiador Daniele Pisani (2015) também abordou este material e o inseriu em um amplo panorama das obras de Paulo Mendes da Rocha.

também pontos evidentes da já mencionada convergência epistemológica entre o vocabulário de expectativas emancipatórias de setores da esquerda arquitetônica e o próprio regime em sua incursão de modernização conservadora. Algo que se mostra no entusiasmo pela conexão dos povos através da ocupação do território, pelas apostas na transformação da natureza e na construção de infraestruturas continentais, passando por exemplos variados e com diferentes implicações, como a transposição do Rio São Francisco, a conexão das bacias hidrográficas do Prata e da Amazônia, ou a construção de estradas a exemplo da Belém-Brasília. A convergência de leituras também aparecia no discurso sobre a diversidade cultural e a “colaboração de todas as raças” para a construção de um projeto nacional desde os tempos coloniais, pressupondo uma ideia de harmonia social, alinhada com o discurso oficial do regime naquele momento (ponto a que retornaremos em breve).

É claro que, em uma exposição internacional com aquela, não era de se esperar que a proposta dos arquitetos fosse abertamente uma crítica do regime. Mesmo com temas em sintonia e algumas ideias em comum, a mostra mobilizaria sua erudição em favor de uma leitura progressista do país, que excedia a tecnocracia da ditadura e do empresariado nela envolvido, e provavelmente por isso foi negada. A exposição montada por indicação do regime — que substituiu a proposta de Motta —, no entanto, trazia também elementos como o discurso de “democracia racial”, propagandas da modernização universitária envolvendo imagens do edifício da FAUUSP recém inaugurado, e o uso de diversos artefatos de diferentes matrizes culturais do país, entre carrancas, redes, elementos católicos, etc, de modo a reelaborar elementos próximos à proposta de Motta, mas certamente intensificando o aspecto propagandístico que beneficiava o regime.¹⁵⁴

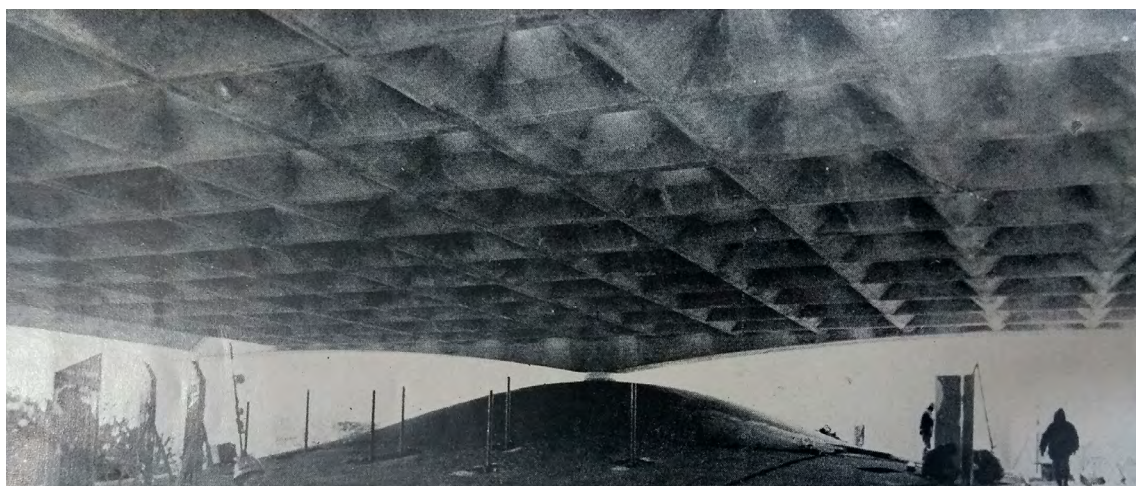
Como mostrou Juliana Braga Costa, poucos participantes do concurso para o pavilhão brasileiro sugeriram diretrizes para a exposição a ser montada junto ao projeto arquitetônico, e aqueles que o fizeram propuseram mostras estereotipadas das tradições e traços culturais brasileiros.¹⁵⁵ Fábio Yassuda — o representante do regime no comitê do concurso — chegou a sugerir possíveis temas de exposição em carta ao presidente do IAB, Kneese de Mello. E a maioria consistia, de fato, em estereótipos regionais. Um deles, no entanto, se destaca ao considerar a equipe vencedora e o foco de nossa análise: “A imagem do Brasil: a grande democracia racial, o uso de vazios sociais, a ação governamental, a coordenação regional-continental”.¹⁵⁶ Frente à proposta de

154 COSTA, Juliana Braga. Ver não é só ver. Op. Cit.

155 Idem.

156 Este documento foi encontrado no Acervo Histórico do Instituto dos Arquitetos do Bra-

89 Fotografia do Pavilhão em obras,
Revista Acrópole
n.372, 1970



Motta, parece flagrante o alinhamento temático e de abordagem, de modo geral. Em seus estudos curatoriais, a busca por conferir ao progresso industrial uma dimensão “humanista”, — e a ideia de um projeto *humanista* foi recorrente na descrição do projeto vencedor em reportagens na mídia — reunindo abordagens técnicas e artísticas em favor de uma visão otimista do desenvolvimento, estava em linha também com o tema geral da Expo 70 de Osaka: “Progresso e Harmonia para a Humanidade”.¹⁵⁷ Para além da ideia de “humanizar” o progresso técnico, parece haver uma busca difusa por aproximar a perspectiva apresentada à tradição renascentista e, de modo mais geral, à teleologia do Iluminismo.

Apesar da posição dos arquitetos se diferenciar em grande medida da tecnocracia autoritária da ditadura, — e sabemos que se localizava no viés reformista de esquerda do período — alguns de seus aspectos estruturais acabavam por reforçar os eixos de ação do desenvolvimentismo menos sensível aos seus impactos violentos de sua ação sobre a natureza, sobre outras epistemologias e modos de vida. Não seria anacrônico buscar compreender como se deram esses pontos de convergência, uma vez que se trata de um objeto exemplar entre as práticas que vislumbravam um caminho emancipatório.¹⁵⁸

Um tema central na exposição e na síntese operada pelo projeto do Pavilhão foi também fundamental em toda a metanarrativa de Mendes da Rocha, divulgada significativamente pelas novas gerações de arquitetos que o seguiram: a ideia de *território*. Dentro desta noção cabem conceitos de natureza e de como nela intervir. Um “trambolho”, disse certa vez o arquiteto sobre seu conceito de natureza.¹⁵⁹ Um ambiente indomado, hostil ao assentamento humano e, portanto, objeto de transformação e controle através da tecnologia. O oposto de organização, ordem e hierarquia. Como revela a proposta para a exposição de Osaka, a história das civilizações teria sido,

sil, Departamento São Paulo. Não está claro se foi ou não publicado junto com o edital do concurso. Alguns dos tópicos por região foram: “Amazônia: contos, mitos, desenvolvimento”, “Bahia: o elemento negro, psicologia, o barroco”, entre outros, como “Samba” e a história da indústria do café.

157 Catálogo da Exposição Internacional Osaka 70: consultado no Acervo de Kenzo Tange, Frances Loeb Library, Universidade de Harvard.

158 Embora reconhecidas em leituras consagradas da obra de Mendes da Rocha como Guilherme Wisnik e Daniele Pisani, as contradições do enquadramento da natureza pelo arquiteto e outros tópicos aqui desdobrados foram ainda pouco abordados no campo de pesquisa especializado com a devida distanciamento histórico e crítico.

159 Ver PISANI, Daniele. *Uma Genealogia da Imaginação de Paulo Mendes da Rocha*. Porto: Dafne Editora, 2017.

de fato, guiada por lutas pela organização de assentamentos humanos sobre ambientes indomáveis.¹⁶⁰

Na exposição de Motta, a natureza seria vista através de sua “dimensão social” e sua abordagem guiada pela “busca de uma nova monumentalidade representada por amplos interesses da vida coletiva”.¹⁶¹ Alguns dos planos de engenharia mencionados há pouco, incluídos na seleção de Motta, eram exemplares de uma atuação calcada no domínio da natureza pela técnica, muitas vezes com um cunho social fundante, mas também em grande parte movidos sobretudo por motivações econômicas. Por outro lado, as tentativas de conexão e integração foram cruciais para a ideia de soberania nacional e como meios para superar a condição de uma economia subdesenvolvida e dependente. Embora a própria ideia de soberania circulasse pelos dois pólos do espectro político no Brasil, ela era também marcada por divergências irreconciliáveis, haja vista a relação com as corporações multinacionais ou a influência estadunidense no golpe de 1964 e durante o regime militar.

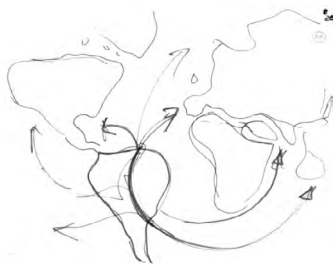
Uma das obras da exposição de Motta para Osaka, o plano faraônico de conexão entre a Amazônia e a bacia do rio Prata, — resultado de trabalhos da CIBPU nos anos 1950 — “criando uma nova costa” de modo a atravessar a América do Sul, foi um exemplo expressivo de tentativas de integração não só do território brasileiro, mas também de fortalecimento das relações continentais.¹⁶² Isto pode ser visto como parte de uma tradição de afirmação da soberania do continente, na recusa em aceitar a dependência econômica e cultural, sobretudo em relação às políticas estadunidenses e seu ostensivo imperialismo na relação com a América Latina. Como vimos, entretanto, mesmo os mais ousados empreendimentos hidrelétricos que implicaram em estudos avançados de planejamento regional acabaram, em grande parte, tendo outras finalidades preteridas em favor de um desproporcional protagonismo da produção energética como ganho econômico. Desde JK, as múltiplas facetas de tais intervenções territoriais em grande escala deram lugar privi-

160 É importante lembrar que Artigas também mobilizou a dominação da natureza enquanto ideia central de seu entendimento de arquitetura enquanto episteme: “O fazer histórico para o homem, como sabeis, comporta dois aspectos. De um lado, este fazer é dominar a natureza, descobrir os seus segredos, fruir de sua generosidade e interpretar as suas frequentes demonstrações de hostilidade. Dominar a natureza foi e é criar uma técnica capaz de obrigá-la a dobrar-se às nossas necessidades e desejos”; ARTIGAS, João B. V. “O Desenho” (1967) in. ARTIGAS, Rosa; LIRA, José T. C. (org.) *Vilanova Artigas: Caminhos da arquitetura*. São Paulo: CosacNaify, 2004.

161 Estudos de Motta para a curadoria do pavilhão.

162 Este plano fez parte dos estudos da CIBPU durante os anos 1950, quando era liderada por Paulo de Menezes Mendes da Rocha, pai de Paulo Mendes da Rocha.

93 Estudos de Flávio Motta para curadoria da exposição do Pavilhão do Brasil em Osaka, 1970. Representação do plano da CIBPU para conexão das bacias hidrográficas cortando o continente.

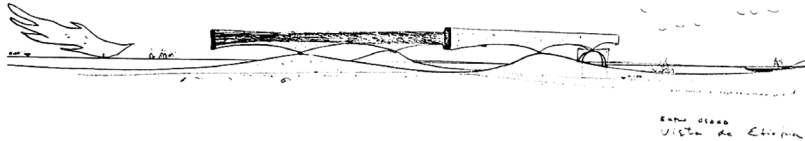


94 Desmonte do Morro do Castelo, Foto de Augusto Malta, 1922. [Instituto Moreira Salles]



legiado a este aspecto e àquele da integração rodoviária. Esse tipo de escolha foi crucial para que o imaginário de integração territorial, representado pelo plano da CIBPU e resgatado por Motta e Mendes da Rocha, fosse suplantado em favor de grandes obras de impacto predatório nas florestas do norte do país como a Transamazônica e a Belém-Brasília. Vale lembrar, contudo, o aspecto ambivalente que atravessa grande parte dos atores naquele período, e destacar que esta última figurou entre os objetos celebrados pela exposição proposta pela equipe para representar o país em Osaka.

Não só a ocupação ou integração do território era uma ideia central no pensamento de Mendes da Rocha, em diálogo direto com as experiências dos anos 1960 que vimos até aqui, mas também a ideia de *construir* território seria paulatinamente levantada nos discursos e projetos do arquiteto nas décadas seguintes. Na exposição de Osaka, o Aterro do Flamengo do Rio de Janeiro aparecia como um exemplo de território construído, de modo a abrigar uma expansão da cidade por meio da domesticação da costa. O Flamengo fora antecedido por uma série de reformas urbanas e intervenções territoriais que ocorreram no Rio durante as primeiras décadas do século XX, conduzidas pelo prefeito Francisco Pereira Passos e pelo urbanista Donat-Alfred Agache. O desmonte de morros foi uma ação central destas operações, como forma de liberar espaço para circulação, luz e ventilação, além de renovar o valor atribuído a partes da cidade. O desmantelamento do Morro do Castelo, em 1921, foi uma operação emblemática de supressão e transformação da natureza como parte das reformas urbanas. Curiosamente, este caso seria objeto constantemente de exaltação por Mendes da Rocha, compondo seu imaginário como ilustração do que a técnica humana era capaz de fazer: com jatos de água desmontar um morro inteiro e estabelecer uma nova



geografia.¹⁶³ Entretanto, não só a natureza foi suprimida na operação do Morro do Castelo. Ela também foi marcada pela ação higienista informada por teorias de eugenia da passagem do século XIX para o XX, e pelo deslocamento de populações pobres que viviam na área — quase todos negros, vistos pelos urbanistas como elementos de decadência da região.¹⁶⁴ O desmantelamento foi, portanto, imagem eloqüente também dos significados da *desterritorialização* como um processo inerente à própria ideia de construção do território. Como implícito na própria palavra e em sua conotação militar, o território não é constituído apenas de espaço físico, mas sim das relações de poder que o atravessam.¹⁶⁵

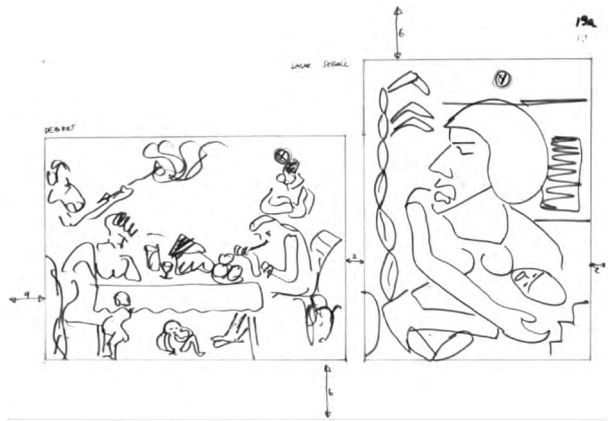
163 A relevância histórica do episódio para Mendes da Rocha — no que concerne à relação técnica-natureza — foi bem explorada na exposição “Ocupação Paulo Mendes da Rocha”, 2018, em São Paulo, com curadoria do crítico Guilherme Wisnik, onde toda uma parede foi ocupada com projeção de imagens do desmonte do Morro. A imaginação do arquiteto foi analisada em profundidade pelo historiador Daniele Pisani no livro há pouco mencionado “Uma Genealogia da Imaginação”, dando atenção especial ao fascínio do arquiteto por Veneza como parte de sua abordagem do território, da natureza e da técnica. Também dentro do mesmo universo temático, ver: VILLAC, Maria Isabel. “La Construcción de la mirada” (Tese de doutorado) Universitat Politècnica de Catalunya, 2002; e um conjunto de conversas do arquiteto com a autora em América, natureza e cidade. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

164 LÓPEZ-DURÁN, Fabiola. *Eugenics in the garden: transatlantic architecture and crafting of modernity*. Austin, University of Texas Press, 2018. ; CARVALHO, Bruno. *Porous City: a cultural history of Rio de Janeiro*. Liverpool: Liverpool University Press, 2013. ; LEU, Lorraine. “Eradicating blackness from the ideal city: urbanization, global spectacle, and Brazil’s centenary”, In: FREIRE-MEDEIROS, Bianca & O’DONNELL, Julia. ed. *Urban Latin America*. Nova Iorque: Routledge, 2018.

165 GUATTARI, Félix, “Espaço e Poder” *Espaços & Debates*, 16 (1986); No dizer de Milton Santos, o território é o lugar “onde se realizam todas as paixões, poderes, forças e fraquezas”, podendo ser caracterizado como “chão mais identidade”. SANTOS, Milton. et

96 Estudos de Flávio Motta para curadoria de exposição do Pavilhão do Brasil em Osaka 1970.

O estudo retrata as obras “Femme Camacan Mongoyo” (1834) e “Jantar” de Jean-Baptiste Debret (1830) e “Mulata com criança” de Lasar Segall (1924).



Novamente, o imaginário da construção do território é evidente nos procedimentos de projeto do pavilhão de Osaka. Em uma leitura distanciada e esquemática do projeto, a sólida cobertura paira sobre a topografia natural. O volume toca o solo através de poucos pontos de apoio, e — como dizia Artigas — tem seu peso dialeticamente negado. Como sugere a leitura metafórica de Sophia Telles, um encontro tenso entre a construção e o solo que refletia as lutas históricas do Brasil por terra.¹⁶⁶ Também Ana Luiza Nobre abordou de forma precisa tal relação, que se reflete em toda uma tradição disciplinar da arquitetura moderna brasileira, calcada em relações com a terra que pressupõem um solo movediço, uma natureza “áspera e temível, da qual seria prudente guardar alguma distância”. Ao chão, nesse sentido, estaria associada mais uma tradição ligada à extração que àquela do cultivo.¹⁶⁷ Algo que pode ser cotejado dialeticamente com a frequente afirmação ideológica do chão como espaço público, elemento discursivo constante em tal cultura disciplinar.

Durante a abertura da Expo70 em Osaka, um representante do governo japonês caracterizou o Brasil como um “país sem discriminação racial”. Na ocasião, o Ministro das Relações Exteriores brasileiro Mário Gibson Barbosa descreveu o pavilhão e a exposição como um intento de mostrar não as

al. *Território e territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007; Ideia à qual pode-se somar a leitura de Claude Raffestin: “Ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço” RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.p.50

166 TELLES, Sophia da Silva. *Arquitetura Moderna no Brasil: O desenho da superfície*. Op. Cit.

167 NOBRE, Ana Luiza. “Tanto chão: topografias da arquitetura contemporânea entre Brasil e Portugal”, in. *Arquitetura Atlântica: deslocamentos entre Brasil e Portugal*. NOBRE, Ana Luiza; KAMITA, João Masao (org). PUC-RJ / Romano Guerra, 2019.



97 Detalhe de Carranca instalada em uma das elevações do solo no Pavilhão. Livro Oficial da Expo70 em Osaka [Acervo Kenzo Tange, Frances Loeb Library, Universidade de Harvard]

máquinas produzidas no país, mas sim o “corpo e a alma” de seu povo.¹⁶⁸ Aqui podemos recuperar a carta de Yassuda a Kneese de Mello sobre a organização da competição para o projeto do Pavilhão que, além de sugerir tópicos de exposição como a “grande democracia racial”, também destacou que — em resposta ao tema principal da Expo — o Brasil poderia servir como exemplo de harmonia social para outros países, já que se tratava de uma nação pacífica e acolhedora.¹⁶⁹ Soma-se a isso a já mencionada exposição de fato contratada pelo regime para representar o país dentro do Pavilhão, que em seu catálogo reproduzia com clareza tal discurso.¹⁷⁰

Vale ressaltar que tal construção esteve presente também no discurso de setores das esquerdas e do campo da arquitetura, e foi mobilizada até mesmo no plano expositivo de Motta: o desenvolvimento do país fora obra do “trabalho das diferentes etnias” que nele se estabeleceram. No meio arquitetônico mais próximo à cultura política comunista, a exemplo de Vilanova Artigas e muitos de seus alunos, a categoria de “povo” era constantemente mobilizada de modo a exprimir um corpo único e idealizado, uma espécie de “outro” interno ao cenário nacional.¹⁷¹ Inserido em um discurso informado pela ideia de luta de classes, o “povo” aparecia em geral como operariado, sem

168 Livro Oficial da Expo 70 de Osaka. Acervo de Kenzo Tange. Frances Loeb Library, Universidade de Harvard.

169 Acervo do Instituto Brasileiro de Arquitetos, Departamento de São Paulo.

170 “Of all races” é a chamada em umas das partes do catálogo da exposição, como mostra Juliana Braga Costa. COSTA, Juliana Braga. *Ver não é só ver*. Op. Cit.

171 O papel e as formas da noção de *povo* neste mesmo contexto foram explorados pelo sociólogo José Henrique Bortoluci, embora a questão racial ainda não tenha sido abordada em suas pesquisas sobre o campo arquitetônico. BORTOLUCCI, José Henrique. *Architecture and the people: material and cultural politics of housing in São Paulo, 1950-1995*. University of Michigan. 2016.

que se colocasse o conflito racial como questão (algo que já vinha sendo feito sistematicamente por outros setores da intelectualidade ou pelo movimento negro da época).¹⁷² Ainda nas esquerdas, diversas tendências reconheciam no campo o lugar privilegiado para a revolução, de modo a tratar muitas vezes a partir dali o “povo” — camponeses — como categoria romantizada.¹⁷³

A exposição proposta por Motta representava o povo brasileiro em suas diversas formas através de obras de arte emblemáticas, de modo a inseri-las em uma narrativa quase épica do desenvolvimento nacional, e, atendendo à temática geral da Expo 70, afirmar a conjunção entre progresso técnico e harmonia social.¹⁷⁴ A escolha por uma narrativa de desenvolvimento nacional a partir das obras de artistas e cientistas brasileiros pode ser vista também em oposição a uma abordagem daquela mesma década que privilegiava um olhar mais aproximado daquilo que à época se convencionou chamar o “popular”, como nas exposições organizadas por Lina Bo Bardi, *Bahia, Nordeste* ou *A mão do povo brasileiro*, em que mobilizava saberes e práticas por ela considerados “pré-artesanaís” para pensar as possibilidades de *design* e industrialização próprias à situação do Brasil enquanto país subdesenvolvido. Tal abordagem esteve em sintonia com o campo político e cultural mais amplo que mobilizou a ideia de “nacional-popular”, tema com muitos rendimentos e no qual não nos aprofundaremos aqui.¹⁷⁵

172 Não se trata de uma menção anacrônica uma vez que intelectuais negros e movimentos organizados desde o início do século XX vinham tratando tal questão e fazendo a crítica da ideia de “democracia racial” como chave interpretativa do país. Ver ALBERTO, Paulina. *Termos de Inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX*. Campinas: Unicamp, 2018; e também NASCIMENTO, Abdias do. “O mito da democracia racial” [1968] In. *The Brazil Reader: História, Cultura, Política*. Ed. James Green, Victoria Langland, Lilia Schwarcz. Durham: Duke University Press, 2018; No campo da arquitetura, pode-se mencionar uma aparição do tema ao fim dos anos 1970, no *Jornal Arquiteto*, n.58, com o artigo “O negro e a habitação urbana no Brasil” em diálogo com textos de Abdias do Nascimento, Darcy Ribeiro, e com o estudo “São Paulo 1975, crescimento e pobreza”. Ainda considerando o campo da esquerda de forma mais ampla, na cultura política “radical” e isebiana é importante lembrar da relevância da produção de Guerreiro Ramos nos anos 1950, para não falar dos estudos de Florestan Fernandes e Roger Bastide na mesma época. Em relação aos comunistas, ver: ROCHA, Gabriel dos Santos. “A questão racial no Partido Coumista (1922-1943)” in. Secco & Pericas (org.) *História do PCB*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2022. pp.241-264

173 RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro. Artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Unesp. São Paulo, 2014.

174 Este e outros pontos foram mais aprofundadamente desenvolvidos no artigo do autor: “The Shade and the Land: a Critical Approach to the Brazilian Pavilion in Osaka 1970” [em processo de revisão para publicação no *Journal of the Society of Architectural Historians*].

175 Em suas manifestações nos grupos culturais brasileiros a ideia nem sempre esteve conectada à sua formulação original por Antonio Gramsci, mas no caso de Lina Bo Bardi,

O próprio Flávio Motta vinha desde o início dos anos 1960 fazendo esforços de aproximação entre desenho industrial e “arte popular” em suas pesquisas e cursos de estética na FAU-USP, interesse cultivado desde seu trabalho na revista *Habitat* junto a Bo Bardi nos anos 1950.¹⁷⁶ A exposição pensada para Osaka, no entanto, esteve orientada em outro sentido, de afirmação das contribuições para o desenvolvimento. Em oposição à valorização do “popular”, Mendes da Rocha chegou a criticar a exposição contratada pelo regime para instalação em Osaka, entre outros aspectos, por expor “berimbaus, redes e tendas de índios”, segundo ele, “como sempre se fez”. Ao invés disso, a mostra proposta por sua equipe teria sido um “ensaio de consciência sobre a ocupação dos espaços na América, pela civilização de um modo geral”.¹⁷⁷

Com tais contradições, e em consonância com as mais promissoras propostas de desenvolvimento nacional associadas a reformas sociais, incluindo as de Celso Furtado em economia e de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro em educação, o discurso organizado em torno do Pavilhão de Osaka por Flávio Motta, Paulo Mendes da Rocha, e sua equipe buscou responder às mesmas reivindicações de soberania e progresso técnico através de certo lirismo e com formas fortes.¹⁷⁸ Enquanto o plano de exposição cancelado pelo regime expunha com clareza uma narrativa, o projeto arquitetônico

a arquiteta era leitora do filósofo italiano já desde os anos 1950. RUBINO, Silvana. *Rotas da modernidade : trajetória, campo e história na atuação de Lina Bo Bardi, 1947-1968*. Campinas: Unicamp, Tese de Doutorado, 2002; CARRANZA, E. G. “Casa Valéria Cirell e o nacional-popular”, in. *Pós FAUUSP*, 21(35), 2014, 118-138; Sobre o “nacional-popular” ver: CHAUI, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986; RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro. Artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Unesp. São Paulo, 2014.

176 COSTA, Juliana Braga. *História, Arte e Arquitetura: Flávio Motta e o ensino como ofício*. Tese de Doutorado, FAUUSP. 2017.

177 COSTA, Juliana B. Op. Cit. Entrevista de Paulo Mendes da Rocha em 2006 citada pela autora. Quanto à exposição contratada pelo regime para a instalação em Osaka, vale mencionar a pintura do piso em toda a área do Pavilhão Brasileiro nas cores branco, verde, azul e amarelo, configurando talvez uma das maiores violências àquele projeto arquitetônico, mas ocupando-o de modo sintomático com elementos do “nacionalismo” vigente então.

178 É importante notar a efervescência da produção cultural da época, representada na seleção de Motta para a exposição de Osaka através das artes visuais de Hélio Oiticica, Lygia Clark, Marcelo Nitsche, Nelson Leirner, Mário Cravo, Antonio Dias, Bruno Giorgi e Burle Marx; exibições de filmes organizadas por Paulo Emílio Salles Gomes; fotografia de Marcel Gautherot e Pierre Verger, entre outros, como mostrado por Costa, 2010. Alguns destes já estavam trabalhando em uma direção oposta à lógica nacional-desenvolvimentista, lidando especialmente com questões de corpo, matéria e percepção.

se materializava em uma poderosa síntese — abstrata em sua forma — das expectativas e proposições reforçadas por muitos arquitetos brasileiros do período. Ao mesmo tempo, esta síntese tornou-se uma exibição eloqüente dos principais procedimentos de projeto que, naquele exato momento, respondiam às exigências da modernização conservadora da ditadura militar. Além de serem difundidos e generalizados quase como “estilo” por todo o país e atenderem às novas demandas públicas e privadas daquele regime, as edificações daquilo que antes era uma “nova arquitetura” foram incorporadas pela explosão urbana desigual e violenta de uma modernização recém-iniciada e já fraturada.

Mais do que uma simples contradição entre intenções puramente progressistas e um beco sem saída autoritário-conservador, a abordagem “humanista” dos arquitetos foi marcada em sua própria estrutura interna por compreensões de natureza, território, raça e povo, através de enquadramentos que acabavam por ser mais próximos à modernização conservadora do que de seu oposto. A riqueza de produtos culturais decorrentes daquele discurso podem, hoje em dia, ser reinterpretados criticamente, considerando os longos e constantes processos de revisão da modernidade e das tradições iluministas, bem como as inúmeras mudanças teóricas, epistemológicas e práticas que abrem novos caminhos tanto no estudo quanto na prática da arquitetura.

2.5 A CIRCULAÇÃO DO BANDEIRANTE NO TERRITÓRIO DA ARQUITETURA

Embora não explícito no Pavilhão Brasileiro de Osaka, um tema que subjaz momentos relevantes do discurso da chamada “arquitetura paulista” — e sobretudo suas conexões com o período de grandes obras e planos territoriais do regime militar — perpassando questões de território e raça, é a figura histórica do *bandeirante*. Pelo menos desde os anos 1920 representados como pioneiros e desbravadores de caminhos, que ocupavam o interior do território brasileiro longe dos assentamentos costeiros, os bandeirantes não eram nem colonizadores europeus, nem pioneiros, já que essas terras eram ocupadas por populações indígenas por muito tempo. Este caráter heróico aparece constantemente no imaginário paulista e é reivindicado por muitos como uma imagem fundacional da identidade regional.¹⁷⁹ Embora sua presença no território seja um capítulo inescapável da história, seus violentos impactos sobre as populações indígenas têm sido cada vez mais destacados ao longo das décadas pela historiografia e debates públicos sobre memória e monumentos, especialmente como reação à sua imagem construída como heróis nacionais desde o início do século XX.¹⁸⁰

179 Durante as primeiras décadas do século XX, iniciativas de recuperação do *bandeirante* foram feitas por inúmeros intelectuais e publicistas, entre os quais Affonso d’Escragolle Taunay. Notadamente em seu plano ornamental para o Museu Paulista em 1922, ele daria aos planaltos de Piratininga um papel central na formação nacional do Brasil, especialmente em relação a seu território, posicionando-os em um imaginário de vanguarda. Ver LOPES, Silvia Raimundo. “Bandeirantismo e identidade nacional”, In. *Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica* 6 (2004); e MARTINS, Paulo Garcez, “O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista”, In. *Anais do Museu Paulista* 6/7 (2003): 9-36.

180 [1] Aspecto tratado desde as primeiras pesquisas históricas sobre o tema, incluindo a de Alcântara Machado, *Vida e Morte do Bandeirante*, que foi ampla e diferentemente apropriada, entre as narrativas heróicas e prosaicas da recuperação histórica do passado colonial de São Paulo. Uma obra contemporânea de referência sobre o tema é John Manuel Monteiro, *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo* (São Paulo: Companhia das Letras, 1994). [2] Várias intervenções em monumentos públicos que retratam os *bandeirantes* como heróis nacionais aconteceram na última década como parte de uma onda internacional mais ampla de protestos contra homenagens a figuras opressoras. São casos emblemáticos na paisagem paulistana o Monumento às Bandeiras e a estátua do Borba Gato. [3] Um marco da operação de retratar os *bandeirantes* como heróis da construção da nação foi o Centenário da independência do Brasil em 1922. Com um calendário de comemorações organizado pelo governo federal — no qual a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil foi um dos principais fatos, incluindo as reformas urbanas do Rio de Janeiro — seria também um momento para os *paulistas*

Enquanto a identidade da arquitetura moderna brasileira havia sido definida pela dominância de arquitetos cariocas do período Vargas até a construção de Brasília, arquitetos paulistas ganharam destaque no campo profissional nacional durante os anos 1960. Em uma disputa por hegemonia, estes últimos reivindicavam — sem necessidade de um manifesto, ou algo que o valha — uma identidade regional para se distinguirem do cenário arquitetônico anterior.¹⁸¹

O caráter pioneiro dos bandeirantes serviu ao discurso de um amplo campo cultural paulista, utilizado enquanto imagem forte de ocupação territorial e de dominação da natureza, e foi associado à identidade da capital paulista na primeira metade do século XX, então, buscando se estabelecer como a “locomotiva do progresso do país”.¹⁸² O IV Centenário da cidade

disputarem a hegemonia não só através de suas recentes realizações como potência econômica emergente, mas também através da história e valorização de sua região no cenário nacional. Os eventos e desfiles locais envolveriam o Museu Ipiranga (Museu Paulista) e a Semana de Arte Moderna. Após 1922, usos semelhantes do *bandeirante* como símbolo da identidade regional foram feitos na “Revolução” constitucionista de 1932, na fundação da Universidade de São Paulo em 1934, e no Quarto Centenário da cidade de São Paulo em 1954 (Lopes, *Bandeirantismo e identidade nacional*).

181 Como apontado ao longo do texto, o auto-reconhecimento e a construção social da arquitetura *paulista* como identidade teve um ponto de inflexão em 1960. Se em 1959 Luís Saia escreveu sobre a especificidade e produtividade do campo profissional local durante as últimas décadas (*Diário da Noite*, 1959), em 1960 Flávio Motta escreveu sobre a arquitetura brasileira na revista *Zodiac* destacando o poder das manifestações paulistas, “Rapporto Brasile,” *Zodiac* 6 (1960). No mesmo número desta revista, Bruno Alfieri nomeou pela primeira vez a arquitetura *paulista* como “brutalismo”, “João Vilanova Artigas: ricerca brutalista”, *Zodiac* 6 (1960). Três anos depois, também no *Zodiac*, Geraldo Ferraz distinguiu claramente a arquitetura *paulista* das tendências anteriores e notadamente da arquitetura *carioca*, “Uma cidade universitária no Brasil”, *Zodiac* 11 (1963). Em 1973, o “brutalismo paulista” mereceu um capítulo próprio na história da arquitetura brasileira escrita por Yves Bruand, *L'Architecture Contemporaine au Brésil*. Lille: Université de Lille III, 1973. Naturalmente, a partir daí, esta oposição foi feita em diferentes momentos durante os anos 1970, e começou a ser lida criticamente pelos próprios arquitetos, culminando em um número especial que discutia o tema na revista brasileira *AU*, 17 (1988). Para uma visão panorâmica deste processo de construção da identidade, ver DEDECCA, Paula. A ideia de uma identidade paulista na historiografia de arquitetura brasileira. Revista Pós, n. 32, São Paulo, dez, 2012, p. 90-101. Para o tema da disputa hegemônica nesse mesmo número, ver DEDECCA, Paula. Sociabilidade, Crítica e Posição: o meio arquitetônico, as revistas especializadas e o debate moderno em São Paulo (1945-1965), (Dissertação de Mestrado) São Paulo: FAUUSP, 2012. Para a oposição entre as “escolas” *paulistas* e *cariocas* ver também CAMARGO, Mônica Junqueira de. Escola paulista, Escola carioca. Algumas considerações. Anais 13o Docomomo Brasil. UFBA. Salvador, 2019.

182 Como argumenta Barbara Weinstein, tal ideia de progresso em uma região implicaria na existência de uma “outra região atrasada”, a região nordeste do Brasil. Esta diferen-

(1954) fora um momento de intenso uso do imaginário bandeirante para celebrar a identidade regional ao lado das realizações técnicas e econômicas da região durante os anos 1950. Mais do que reconhecimento regional, São Paulo reivindicava para si — especialmente a partir daquele momento — um papel central no cenário nacional. Não deixa de ser notável, ao mesmo tempo, que também Juscelino Kubitschek tenha se utilizado intensamente do imaginário bandeirante na propaganda de sua incursão pelo interior do país, com destaque para a própria construção de Brasília.¹⁸³

Alguns dos marcos da arquitetura moderna da cidade foram construídos para aquelas celebrações de 1954, como o Parque do Ibirapuera e o edifício Copan, ambos projetados, ironicamente, por Oscar Niemeyer, o já canônico arquiteto carioca-internacional. O setor imobiliário da cidade estava em intenso desenvolvimento durante aquela década, com uma grande presença de profissionais estrangeiros e empresas criadas a partir de parcerias entre engenheiros e arquitetos.¹⁸⁴ No entanto, os escritórios de arquitetura autônomos — validando a autonomia disciplinar da arquitetura através dos institutos profissionais recém-criados — ainda não eram parte ativa no extenso processo de transformação urbana, ganhando mais espaço e visibilidade, especialmente na década seguinte. Neste contexto, as reivindicações de uma especificidade do campo profissional regional, e portanto de originalidade e autenticidade, começaram a aparecer no trabalho de intelectuais arquitetônicos como em textos de Luís Saia em 1959, Flávio Motta em 1960, e Geraldo Ferraz em 1963. Apesar de tais reivindicações serem amplamente conhecidas na historiografia especializada, poucos trabalhos deram atenção para a presença da imagem do *bandeirante* em tal construção narrativa.¹⁸⁵

Na busca por afirmação de especificidades locais, Ferraz em seu artigo sobre o campus da Universidade de São Paulo em construção na época, destacou as qualidades da arquitetura paulista em oposição aos cariocas

ciação seria sustentada por um elemento racial, com a suposta conexão entre branquitude e progresso em São Paulo, através da presença de imigrantes europeus. Barbara Weinstein, *The Color of Modernity*. Durham: Duke University Press, 2015.

183 Um exemplo explícito disso foi o filme de Jean Manzon, “O Bandeirante de hoje” (1958).

184 LANNA, Ana L D; PEIXOTO, Fernanda A; LIRA, José T C; SAMPAIO, Maria R. A. *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*. São Paulo: Alameda editorial, 2011; SILVA, Joana M de C. *O arquiteto e a produção da cidade: a experiência de Jacques Pilon em perspectiva 1930-1960*. Tese de Doutorado. FAUUSP. 2010.

185 Paula Dedecca chega a debruçar-se sobre os usos de diferentes períodos históricos em disputa no campo profissional na passagem para os anos 1960. DEDECCA, Paula. *Sociabilidade, Crítica e Posição: o meio arquitetônico, as revistas especializadas e o debate moderno em São Paulo (1945-1965)*. Op. Cit.

“formalistas”. Deixados de fora dos primeiros anos da construção de Brasília, arquitetos paulistas trabalhavam então no “maior canteiro de obras da América Latina”. O autor traz, então, como conclusão, o caráter bandeirante:

“Esta São Paulo, à qual nos referimos continuamente, sendo um modelo nacional como emulação para todas as outras províncias do Brasil, (...) através da maneira de se definir criativamente, ampliando as fronteiras na época colonial através do “bandeirismo”, da mineração de ouro, da abertura de estradas, da fundação de cidades no sertão (...).¹⁸⁶

Motta também utilizou o bandeirante em uma descrição do ethos regional para qualificar a arquitetura de Artigas. Para ele, o arquiteto explorou um vazio na arquitetura brasileira, aprofundando a relação entre economia de meios e integração social, de modo a compará-lo a um *bandeirante* heróico e lendário que “derrubou florestas e construiu moradias sólidas”.¹⁸⁷

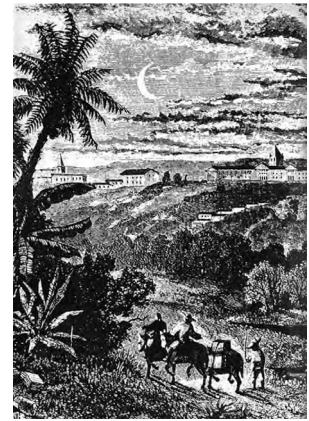
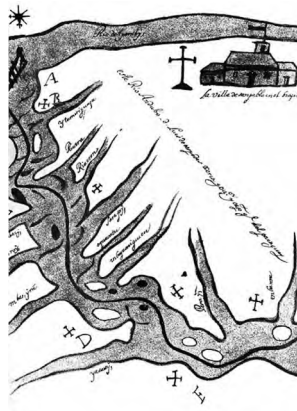
Além do uso direto da história do bandeirante para afirmar uma identidade contemporânea na arquitetura paulista, alguns historiadores da arquitetura estavam interessados em estudar a casa do bandeirante como um capítulo específico da história colonial, o que poderia oferecer pistas para entender as características locais, bem como suas histórias material e cultural. O engenheiro-arquiteto Luís Saia, por exemplo, desenvolveu pesquisas sobre o tema a partir dos anos 1930, a partir de seu trabalho no SPHAN com Mário de Andrade, e um amplo espectro de investigações “folclóricas” que ele desenvolveria na universidade e em viagens com estudantes.¹⁸⁸ Em 1955, Saia publicou uma série de artigos na revista *Acrópole*, reunidos no livro *Morada Paulista*, em 1972.¹⁸⁹ Entre outros estudos da época, a tese de doutorado do arquiteto Júlio Katinsky, de 1973, focalizou a casa bandeirante como materia-

186 FERRAZ, Geraldo. “Uma cidade universitária no Brasil”, *Zodiac* 11, 1963. (Publicação original em português e inglês).

187 MOTTA, Flavio, “Rapporto Brasile”, *Zodiac* 6, 1960. O esforço de estabelecer uma relação entre arquitetura tradicional e nova foi ensaiado por Motta ao se aproximar do *Art Nouveau*, atribuindo a ele traços de liberdade e invenção que escaparam de fórmulas”. Flavio Motta, *Contribuição ao Estudo do Art Nouveau no Brasil*. São Paulo: FAUUSP, 1957. Ver COSTA, Juliana Braga, *Ver não é só ver*. Op. Cit.

188 SODRÉ, João C. A. *Arquitetura e viagens de formação pelo Brasil: 1938-1962*. Dissertação de Mestrado) São Paulo: FAUUSP, 2010.

189 Seus ensaios foram publicados do número 201 ao 207 da Revista *Acrópole*. O ensaio “A Casa Bandeirista” também foi publicado em *Habitat*, 25 de dezembro de 1955.



lização do hibridismo entre as casas portuguesas e indígenas,¹⁹⁰ uma hipótese sugerida por Saia já nos anos 50 como “expressão artística legítima do mestiço: mameluca”.¹⁹¹ Em 1972, Carlos Lemos também destacou a conexão das casas com um “modo de vida peculiar” de uma sociedade com hábitos indígenas.¹⁹² Em seu livro *Arquitetura Brasileira* (1979), inclusive, Lemos dá claro destaque à arquitetura paulista tanto no período colonial quanto na produção contemporânea.

É interessante lembrar que Saia, por exemplo, não só trabalhou em projetos de restauração e preservação, mas também de planejamento regional, e Katinsky — além de parte da equipe de projeto do Pavilhão de Osaka — atuava como arquiteto à época respondendo a inúmeras encomendas de projetos de infraestruturas como barragens, entre outros. Tais reflexões, então, não estavam restritas ao domínio acadêmico, mas de algum modo ligadas às suas agendas de prática arquitetônica.¹⁹³

A “Casa Bandeirista” está entre os ensaios escritos por Saia refletindo sobre diferentes manifestações da habitação paulista ao longo dos séculos.¹⁹⁴ Este ensaio, escrito em 1954, acompanhou a restauração de uma casa bandeirante no bairro do Butantã, coordenada por Saia, obra essa diretamente ligada

190 KATINSKY, Júlio. *A casa bandeirista: nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo*. (Tese de doutorado) São Paulo: FAUUSP, 1973.

191 SAIA, Luís. “*Casa Bandeirista*”, In. *Morada Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

192 LEMOS, Carlos. “Da arquitetura roceira à célula viva de concreto” (1972), In. Carlos Lemos, *Da Taipa ao Concreto*. (org.) José T C Lira. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

193 SODRÉ, João C A. “Viagem e repartição: Luiz Saia e o fazer histórico”, In. *Anais Enanparq* (2010).

194 O ensaio “A Casa Bandeirista” também foi publicado em *Habitat*, 25 de dezembro de 1955.



103 Logomarca para anunciar o Restauo da Casa do Bandeirante, no Butantã em São Paulo. Revista Paulistânia n52, 1955.

às celebrações do IV Centenário de São Paulo.¹⁹⁵ Assim como na criação do SPHAN, em 1937, houve uma busca por selecionar exemplos representativos do patrimônio colonial que reforçassem um discurso de identidade nacional orientado por reivindicações de modernização,¹⁹⁶ operação similar ocorreria em São Paulo quase duas décadas depois, quando a casa do bandeirante se tornou um objeto representativo conectando patrimônio e modernidade. Embora a ligação entre moderno e colonial não tenha sido tão explícita no discurso dos arquitetos, ela ficou muito clara na propaganda da modernização do município de São Paulo, como se pode ver no logotipo desenhado para a inauguração da “Casa Bandeirista” restaurada, em que sua fachada é sobreposta ao monumento em “espiral ascendente” desenhado por Niemeyer para a celebração do IV Centenário.¹⁹⁷

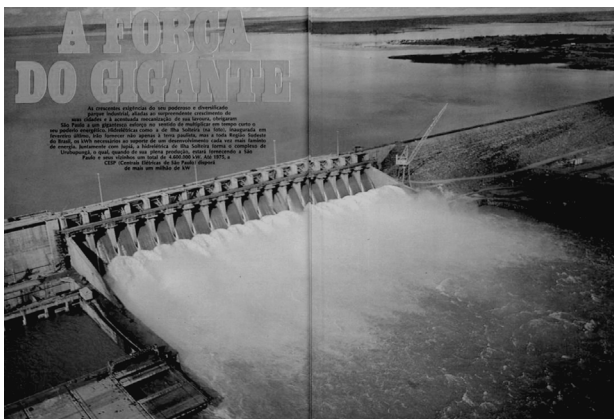
Parece provável, entretanto, que os arquitetos paulistas valorizassem a simplicidade construtiva da casa do bandeirante como uma característica material eticamente carregada, reproduzindo a lógica de Lúcio Costa dos anos 1930, como Lemos afirmou em depoimento.¹⁹⁸ Embora não tão central ou recorrente no discurso dos arquitetos paulistas (como foi para Costa), é importante reconhecer esta operação discursiva como parte da ênfase na identidade de

195 MAYUMI, Lia. “Restauração de casas bandeiristas: experimentações e permanência”, In. *Revista do CPC* 22 (2008): 62.

196 CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação e patrimônio cultural do Brasil, 1930-1940*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

197 SODRÉ, João C A. “A casa bandeirista de Luiz Saia no IV Centenário de São Paulo: restauração e preservação da identidade paulista”, In. *Docomomo* 5, 2010.

198 LEMOS, Carlos. “A invenção da Casa Bandeirista”, In. Mayumi, Taipa, canela-preta e concreto. São Paulo: Romano Guerra, 2008. Lemos é o primeiro a incluir a Casa *Bandeirante* como parte de uma história geral da arquitetura brasileira. LEMOS, Carlos. *Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1979.



105 “A força do gigante” Revista Manchete, Número Especial São Paulo, 1974.

nas casas coloniais e o concreto armado da arquitetura moderna, já foram sugeridos, na historiografia especializada, paralelos entre configurações espaciais e composições formais daqueles dois períodos.²⁰¹ Estes incluíam a planta quadrada organizando quartos em torno de áreas internas comuns; perímetros externos definidos por “fachadas cegas” com pequenas aberturas pontuais; o procedimento de trazer a área aberta para o interior como uma espécie de escavação no volume principal, contrastando vazios e volumes e resultando em salas internas ou “varandas reentrantes”; e, finalmente, o uso de topografias construídas para organizar o terreno.²⁰² Válidas ou não,

201 Embora não seja o foco aqui, uma abordagem através da história da técnica para a questão da relação com a arquitetura bandeirante também seria muito produtiva. A conexão “da *taipa* ao *concreto*” — sugerida de forma positiva em algumas obras brasileiras aqui mencionadas, como as de Lemos ou Mayumi — poderia ser mais bem explorada, e também em uma leitura paralela através da relação do concreto e da terra batida da *pisé construction* francesa, como sugerido em COLLINS, Peter. *Concrete*. Londres: Faber e Faber, 1959. p.21.

202 ZEIN, Ruth Verde. *Arquitetura Brasileira, Escola Paulista, e as casas de Paulo Mendes da Rocha*. (Dissertação de Mestrado) Porto Alegre: UFRGS, 2000. Ver, por exemplo, as casas de Mendes da Rocha: Casa Silveira de Melo (1962), Casa Francisco Malta Cardoso (1963), Casa Massetti (1967), Casa Milão (1970), Casa Rei (1972), e especialmente as casas de praia Casa Nabor, em Guarujá, 1970, e Casa Artemio Furlan Filho, 1973, em Ubatuba, que surpreendentemente tem uma primeira versão com cobertura de telhas e estrutura de madeira em operações de seção e fachada que lembram diretamente a típica casa bandeirante. Naquele projeto, para Heloisa Motta, o próprio arquiteto descreveu a solução como uma referência àquele tipo de construção histórica. Em ROSATTI, Camila G. *Casas burguesas e arquitetos modernos: condições sociais de reprodução da arquitetura paulista*. Tese de Doutorado. FFLCH USP. São Paulo, 2016. p.229. O pátio em casas como Elza Berquó de Artigas foi também um dos exemplos da operação de trazer o espaço livre para o interior da casa, como em várias outras casas da época, o que pode ser visto na seleção feita por Marlene Acayaba nos anos 1980 “Residências

106 “A hora da integração”; “A contribuição ao desenvolvimento”; “Os novos bandeirantes das selvas”. *Jornal do Comércio*, AM, Agosto de 1970, Hemeroteca Biblioteca Nacional



estas comparações foram eventualmente delineadas ao longo das décadas da arquitetura paulista estabelecendo discursos e leituras historiográficas. Diversas casas projetadas durante os anos 1960 mantiveram relações indiretas com tal tradição material.

Parte das mencionadas características arquitetônicas, o volume suspenso pairando sobre uma topografia artificial remanejada — operação recorrente naquela arquitetura dos anos 1960 — é parte fundamental da síntese elaborada no Pavilhão de Osaka. Estes procedimentos de projeto, em intensa circulação e repetição naquele momento, não estavam distantes da abordagem sistemática da arquitetura colonial local que vinha sendo feita tanto na mídia especializada quanto na educação de arquitetos e na história pública de maior acesso.

Como Saia assinalou em seu ensaio de 1954, a relação dos bandeirantes com a terra não se baseava na agricultura ou na exploração extensiva. O objetivo principal da terra conquistada pelo bandeirante era militar, permitindo suas práticas de escravidão da população indígena — que acabava por ser a única e mais valiosa propriedade daqueles “desbravadores de caminhos”. Não surpreendentemente, um dos momentos cruciais da apropriação histórica da imagem do bandeirante foi a “Revolução Constitucionalista” de 1932.²⁰³ Duas décadas depois, nas comemorações do IV Centenário, uma visão opressora de ocupação territorial e de assimilação cultural sustentaria o tom otimista da celebração do progresso. Posteriormente, não seria difícil encontrar os mesmos elementos intensificados no cerne da ditadura militar.

em São Paulo: 1947-1975”. Embora tal comparação seja recorrente em discursos informais, parece haver uma lacuna de tal reflexão na historiografia especializada.

203 WEINSTEIN, Barbara. *The color of modernity*. Op. Cit.

Assim como se fazia com JK em relação à nova capital no interior do país, a incursão pela floresta amazônica foi celebrada pela mídia e pela propaganda oficial do governo como um ato de “novos bandeirantes”, agora “na selva”, algo evidentemente relacionado ao contexto da *Operação Amazônia*, como mencionado no início deste Capítulo, e à construção da rodovia Transamazônica.²⁰⁴ Em 1974, um número especial dedicado ao estado de São Paulo, da Revista *Manchete*, tinha em sua sucessão de reportagens algumas páginas dedicada ao bandeirante como herói nacional e, logo em seguida, páginas dedicadas aos grandes empreendimentos energéticos, com destaque para as grandes usinas, barragens e represas que transformaram a paisagem daquele estado.²⁰⁵ No próprio material da Uselpa — antes mesmo da fundação da CESP —, em 1965, o texto de apresentação das obras da usina de Jupuí estampava, ao lado da foto do Governador Adhemar de Barros: “Urubupungá: bandeirismo de desenvolvimento em resposta ao incessante e inadiável reclamo de potencial energético da região centro sul”.²⁰⁶

As celebrações e desfiles públicos foram momentos fundamentais de propaganda do regime e da montagem ideológica de “Brasil Grande”, que teve amostra *sui generis* no Sesquicentenário da Independência em 1972, deslocando o centro das celebrações para São Paulo, com destaque para o Museu do Ipiranga, com chamada que destacava: “Far-se-á um resumo de nossa história brasileira a partir da fundação da cidade de São Paulo, de 1553 aos dias atuais”, conferindo ao bandeirante centralidade nacional.²⁰⁷ Também naquele ano, ficava pronto finalmente o *Monumento e Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932*, formalizando no Obelisco do Ibirapuera, com seus murais, uma conexão entre *bandeirantes*, constitucionalistas, o IV Centenário — que deu início à obra — e o “milagre” brasileiro, momento de manifestações “cívicas” em que foi finalmente inaugurado. Tendo em vista tais conexões históricas e ideológicas, não por acaso uma das mais brutais operações repressivas do regime teria levado o nome de *Operação Bandeirante*.²⁰⁸

204 Um exemplo, dentre muitos outros, pode ser visto nas páginas do Jornal do Comércio, Amazonas, Agosto de 1970. [Hemeroteca Biblioteca Nacional]. Documento encontrado pela pesquisadora Paula Dedecca, parte da pesquisa da exposição Paisagem e Poder, em produção. Curadoria de José Lira, Magaly Pulhez, Paula Dedecca, Victor Próspero e João Fiammenghi.

205 Revista *Manchete*, Especial São Paulo, 1974.

206 Folheto de apresentação do projeto da usina e barragem de Jupuí.

207 CORDEIRO, Janaina. Ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015. p.307

208 NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2018.

Com tais fatos em vista, a apropriação modernista deste personagem histórico pode ser lida através da ideia de um complexo modernidade-colonialidade, conforme definido por Arturo Escobar, assim como a episteme modernizante que permeou a atuação dos arquitetos aqui tratados, e seus usos — diretos ou indiretos — do bandeirante, que devem ser pensados através de uma perspectiva de *longa duração*.²⁰⁹

Embora Paulo Mendes da Rocha se refira ao Pavilhão de Osaka como uma “revisão crítica do colonialismo”²¹⁰ e não haja ali um uso explícito da figura do bandeirante, o projeto não deixa de ser um caso privilegiado no qual se revelam elementos epistemológicos orbitantes naquela “estrutura de sentimento” — para usar a categoria de Raymond Williams — compartilhada à época, em suas apostas e contradições. É, de fato, em suas contradições imanentes que parece residir também a potência daquele projeto, tão longamente celebrado. Não se trata de um mero exemplo de “colonialidade do poder”²¹¹, tendo em vista o engajamento daqueles arquitetos e intelectuais na busca por uma revisão crítica da herança colonial, ao mesmo tempo que deve-se reconhecer os limites e ambiguidades daqueles discursos, da epistemologia do progresso em que se inseriam, bem como da afirmação da “mirada sobre o território” como traço identitário definidor, aspecto fortemente alinhado com os resgates do bandeirante a eles contemporâneos.

209 Além do conceito braudeliano, a conexão específica aqui mencionada é explorada em obras como ESCOBAR, Arturo, “Mundos e saberes de outra forma”: The Latin American Modernity/Coloniality Research Program”, In. *Cultural Studies* 21, n.2-3 (2007): 179-210 ; e LARA, Fernando. “American Mirror”: The Occupation of the ‘New World’ and the Rise of Architecture as We Know It”, In. *The Plan Journal* 5 / no.1 (2020).

210 PISANI, Daniele. Paulo Mendes da Rocha: obra completa. Op. Cit.

211 QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”, in. LANDER, Edgardo. (org) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO. Buenos Aires, 2005. p.107

2.6 INFRAESTRUTURAS DE CONEXÃO TERRITORIAL

Dentro do complexo de imaginários que convergiu nas reabilitações e reapropriações da figura do *bandeirante*, conforme abordado, foi crucial a frente de investimentos na construção de estradas como forma de “ocupar” e “colonizar” o território. Tal ideário esteve marcado em afirmações ao longo do tempo como aquela de Washington Luiz, ainda no início do século XX: “Governar é povoar.(...) Governar é pois, fazer estradas”.²¹² O governo JK foi um marco fundamental disso, e não à toa, esteve representado assim em peças publicitárias como o filme de Jean Manzon, “O Bandeirante de hoje” (1958). Apesar do início dos planos da rodovia Belém Brasília naquele governo, — exaltada pelos arquitetos em Osaka, como vimos — sua execução se desenrolou sobretudo durante o regime militar, ajudando a compor as peças de propaganda daquela ditadura que intensificou o projeto de “integração nacional”, agora com enfoque na relação entre desenvolvimento e segurança. O lugar de destaque e ilustração dessa capacidade de domínio territorial foi passado, então, para a via Transamazônica, culminando nos dizeres estampados em na placa de inauguração das obras do trecho de Altamira, em Outubro de 1970: “Nestas margens do Xingú, em plena selva Amazônica, o senhor Presidente da República dá início à construção da Transamazônica, numa arrancada histórica para conquista e colonização deste gigantesco mundo verde”.²¹³

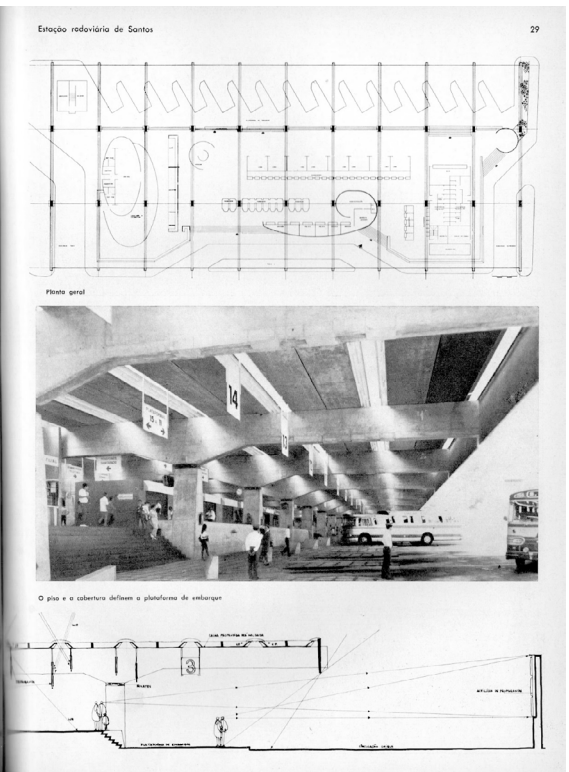
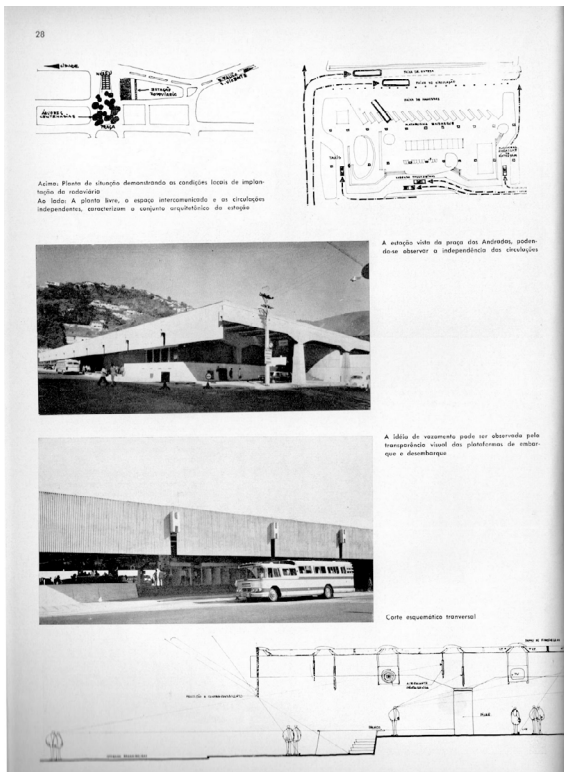
Como bem mostrou o trabalho de Luiz Florence sobre as “autopias” na construção de paisagens do rodoviarismo brasileiro, dentro do setor da construção civil havia uma separação entre obras de alta complexidade, como aquelas usinas hidrelétricas tratadas aqui, e de menor complexidade implicando a ampliação de mão de obra de exploração intensiva em grandes extensões, como era o caso das estradas rodoviárias. Tais estradas, no entanto, eram o instrumento mais efetivo para a aplicação dos planos de integração nacional que se fortaleceram durante o regime militar, dentro de uma visão estratégica e política que viemos desenvolvendo aqui desde o início deste Capítulo.

Este complexo de integração e conectividade, que viabilizava tanto o controle de regiões consideradas distantes quanto a potencialização da exploração econômica dessas áreas, também se reproduziu em outras escalas.

212 Washington Luiz foi prefeito de São Paulo entre 1914 e 1919, e presidente do Brasil entre 1926 e 1930. FLORENCE, Luiz R. A. *Arquitetura e Autopia: infraestrutura rodoviária em São Paulo 1952-1972*. (Tese de Doutorado) São Paulo: FAUUSP, 2021.

213 GONÇALVES, Eliezer. *De assombros e de sonhos. Lugares no Tempo Presente para a convergência e divergência militar-civil ao discurso de um “Brasil Grande” na Amazônia Paraense (1970-1974)*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Pará, 2016.

107 Rodoviária de Santos, Flavio Pastore e Luis Villavecchia, publicação de obra pronta em 1970, Revista Acrópole n.374



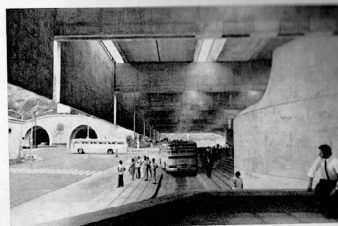


Vista noturna da plataforma de embarque



Vista noturna de embarque de taxis

Detalhe diurno de foto acima



Chegada de passageiros

Aspecto dos bilheteiros



Vista do nível superior com balcão, à esquerda, nível inferior com a plataforma de embarque



Os investimentos em aeroportos, portos especializados voltados ao escoamento de matérias primas ou de áreas de mineração, centros de abastecimento, ou em malhas de infraestrutura de transportes metropolitanos, bem como em equipamentos que configuravam nós de conexão entre tais sistemas, tiveram impulso decisivo naquele período. Elemento fundamental da malha rodoviária estruturada em escala nacional e nos estados, em um momento em que os fluxos migratórios se complexificavam, os terminais rodoviários, por exemplo, tiveram forte protagonismo como equipamento público que demandou projetos ao campo da arquitetura. Tais equipamentos se afirmaram como edifício moderno de destaque em muitas cidades de pequeno e médio porte, excedendo o simples uso como acesso ao transporte, e se consolidando como espaço de sociabilidade central.

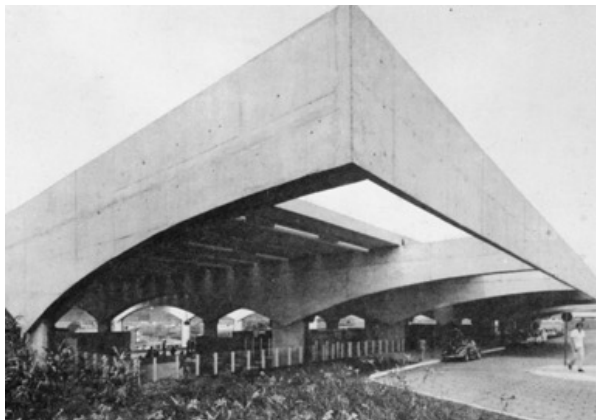
A grande cobertura sobre o chão liberado — procedimentos que vimos condensados no Pavilhão de Osaka — vinha se afirmando em diversas frentes da arquitetura nacional e, especialmente em São Paulo, lançando mão de grandes vãos em concreto, vigas protendidas e pórticos. Desde as grandes coberturas ensaiadas em escolas e fóruns do PAGE, as rodoviárias foram objeto de uma arquitetura que configurava — na linguagem que circulou entre arquitetos — “praças cobertas”.²¹⁴ Por um lado, de forma cada vez menos autoral, por outro, atingindo certa radicalização do chão livre. A maior clareza dessa abertura se deve especialmente à circulação de veículos de grande porte que entram sob a cobertura para chegar às plataformas de acesso, local onde os viajantes aguardam. As áreas de plataformas, em geral em nível mais baixo devido ao pé-direito alto demandado pelos ônibus, já se definem como áreas públicas abertas, com bancos e sequências de assentos, em geral em conexão fluida com meios níveis acima que desenvolvem outro aspecto da praça pública com guichês e pequenas lojas.²¹⁵

214 A dissertação de mestrado de Diogo Pereira sistematizou informações de projetos das rodoviárias no país, mostrando inclusive a recorrência do uso do termo “praça coberta” para descrever tais espaços (embora o termo seja recorrente também na descrição de outros programas). PEREIRA, Diogo A. Mondini. Rodoviárias no Brasil nas décadas de 1960 e 1970: representações e imaginários de um país moderno. Dissertação de Mestrado. FAUUSP. São Paulo, 2020.

215 “Correio e Telégrafos, Telefones interurbanos, Jornais e Revistas, Bebedouros. Engraxataria, Barbearia, Guarda-Volumes, Sanitários, Cafezinho e Informações. Para maior requinte, terão os ‘Gabinetes de banho’, onde possam abrir malas, usar sanitários e chuveiros. Para qualquer emergência, ali estarão, para dar apoio imediato: o Pronto Socorro. Assistência Social, Polícia Feminina, Polícia Federal, Civil e Militar. Além destes, os escritórios do Sindicato dos Transportes, DNER e DERMAT.” Revista *Projeto*, n.26.



108 Estação Rodoviária de São Carlos, 1978, Benno Perelmutter. [Imagens Revista Projeto]

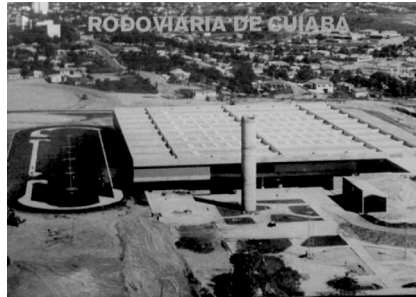


109 Rodoviária de Araçatuba, 1970, João Rodolfo Stroeter. Foto de festa na rodoviária, anos 1980.



110 Rodoviária de Taubaté, 1977, Sami Bussab. Acervo IBGE

111 Rodoviária de Cuiabá, Paulo Mendes da Rocha, 1978. Cartões postais de época.

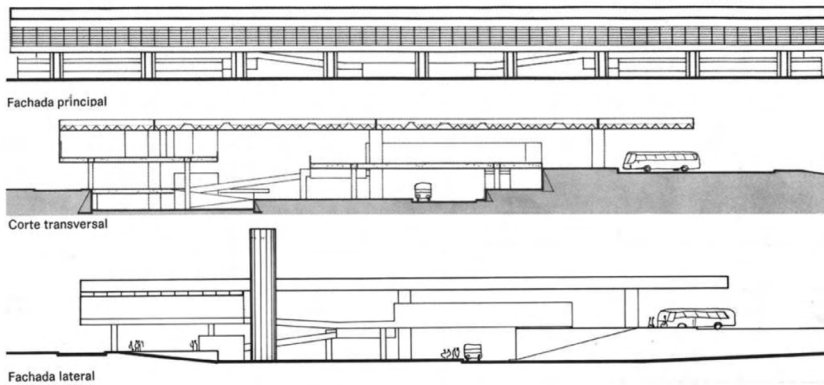


Como aponta Hugo Segawa, antes de 1960 a grande maioria das cidades não conhecia a “tipologia” da estação rodoviária.²¹⁶ Coberturas eram improvisadas para um local de espera, e guichês de agências se abrigavam em construções existentes ou pequenos edifícios com esta única função. Marco fundamental para uma mudança nessa situação foi a inauguração de Brasília e a centralidade de sua plataforma rodoviária em todos os seus aspectos: estrutural, funcional e simbólico. A própria capital, como símbolo da interiorização calcada no rodoviarismo, anunciava a urgência de uma estruturação do sistema não só de estradas mas de seu impacto nas cidades de todos os tamanhos, considerando as relações entre transporte rodoviário e a vida urbana em cidades de diferentes tamanhos, e tendo na estação rodoviária um elemento social crucial, uma vez que os fluxos migratórios definiam em grande medida a imagem do país naquele momento.

Especialmente nos anos 1970 o DNER passa a estabelecer normas para os terminais rodoviários através do Manual de Implantação de Terminais Rodoviários de Passageiros (MITERP), além da configuração de normas estaduais, e investimentos seriam sistematicamente orientados para esta finalidade. As redes de rodovias que configuravam o cerne do Plano de Integração Nacional do regime dependiam também de equipamentos locais eficientes e — porque não? — modernos. Naquela década, as viagens de ônibus representaram aproximadamente 90% dos deslocamentos no país, e os fluxos migratórios não eram mais unidirecionais no sentido sudeste, e sim em diferentes sentidos, indicando o crescimento de centros urbanos nas diferentes regiões.²¹⁷

216 SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. São Paulo: Edusp, 1998

217 Revista *Projeto* n.35, 1981.



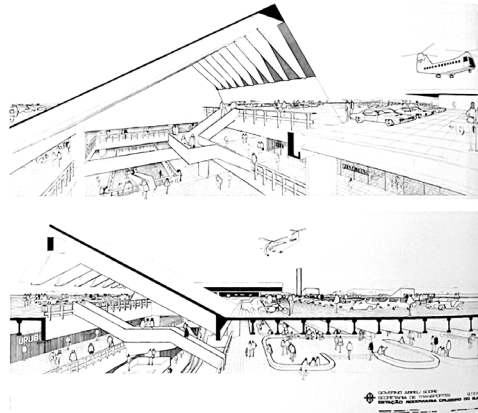
Se o estado de São Paulo teria ao longo dos anos da década de 1970 o maior número de terminais em construção, consolidando a rede mais bem estruturada do país, também no estado da Bahia, desde o início dos anos 1960 rodoviárias estavam sendo construídas em grandes estruturas em concreto armado, com projetos de Diógenes Rebouças, Yoshiakira Katsuki, Alberto Hoisel e Guarani Araripe, entre outros.²¹⁸ Em São Paulo, no entanto, o uso dessas estruturas pesadas parece ter ganhado maior uniformidade de soluções ao longo daqueles anos. O grande vão como abrigo para volumes dispostos nos diferentes níveis definiu invólucros que, de certa forma, constituíram uma tipologia de fato.

A exemplo de casos canônicos como a rodoviária de Jaú (1973), por Artigas, neste estado, tal tipologia de edifício público estava em diálogo com a tradição recente de escolas e fóruns que colaboraram na sedimentação do saber-fazer do desenho de estruturas de concreto em São Paulo. Não à toa seriam esses os poucos edifícios modernos encontrados em cidades pequenas e médias do estado de São Paulo, muitas vezes se firmando como ícones na paisagem urbana. Alguns desses projetos tiveram destaque em publicações especializadas do período, e são eloquentes a respeito do tipo de procedimento projetual que circulou para atender àquele programa. Algo que pode ser visto em casos como as rodoviárias de Araçatuba (1970), por João Rodolfo Stroeter, de Taubaté (1977), por Sami Bussab, que rendeu a sua equipe prêmio no Salão Paulista de Belas Artes,²¹⁹ e São Carlos (1978), projetada

218 ANDRADE JR, Nivaldo. et al. “Arquitetura brutalista na Bahia: levantamento e análise crítica”, In. Curitiba: Anais X Seminário Docomomo Brasil, 2013.

219 “Em Taubaté, uma rodoviária serve de ponto de encontro para a população”, in. *A Construção São Paulo*, 1785, 1982.

113 Projeto da Promon, Marcello Fragelli e Paulo Sérgio Souza e Silva, para a Nova Rodoviária, 1970 [Imagens livro Marcello Fragelli, Quarenta anos de prancheta]

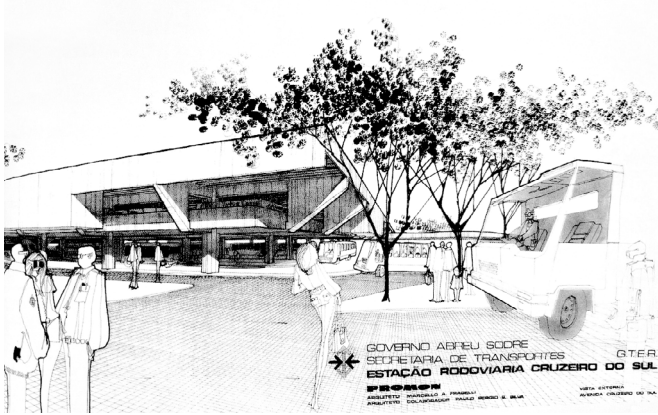


por Benno Perelmutter, entre tantas outras. Esta última mobilizou procedimentos de formalização da estrutura com semelhança flagrante às curvas abatidas do Pavilhão brasileiro em Osaka, mas também com uma série de projetos que exploraram a forma do momento fletor no desenho das vigas, como comentado já na Introdução deste trabalho. No caso de São Carlos, no entanto, as curvas não definem a fachada, como foi comum à época, mas sim as vigas transversais do edifício, tornando-se mais presente na definição do espaço interno da rodoviária. A rodoviária de Santos (1968-1970) e o Terminal Jabaquara (1974), em São Paulo, tiveram soluções similares entre si, ambas com projetos de Luigi Villavecchia. No primeiro, com Flavio Pastore — parceria que firmaram em diversos projetos na cidade litorânea — e, no segundo, com Júlio Neves, em um projeto que teve papel relevante nos planos de infraestrutura para a capital paulista, conectando metrô e linhas de trânsito rodoviário.

A Rodoviária de Cuiabá (1978), por exemplo, projetada por Paulo Mendes da Rocha, Moacyr Freitas, Ercílio Gonçalves de Souza e Newton Arakawa, se tornou literalmente cartão postal da cidade. A importância simbólica dessa rodoviária, extremamente difundida na população local, se daria, contudo, principalmente por ter representado um momento de superação do isolamento da cidade no interior do país.²²⁰ Vale lembrar que este estado passava, desde fins da década de 1960, por uma onda de encomendas passadas a arquitetos paulistas, muitos deles convidados por Oscar Arine, formado na FAU-USP e responsável pelo Departamento de Obras do Mato Grosso a partir de 1969.²²¹

220 CASTOR, Ricardo Silveira. *Arquitetura moderna em Mato Grosso: diálogos, contrastes e conflitos*. Tese de Doutorado. FAUUSP. São Paulo, 2013.

221 Arine foi parte da equipe do QG do Ibirapuera com Paulo Bastos e Leo Bonfim Jr em



114 Projeto de Marcello Fragelli e Paulo Sérgio de Souza e Silva, Promon, para a Nova Rodoviária, 1970 [Imagens livro Marcello Fragelli, Quarenta anos de prancheta]

Dentre os arquitetos e encomendas em Cuiabá e Corumbá, estiveram Haron Cohen, Paulos Bastos, Arménio Arakelian, além de Mendes da Rocha e o próprio Arine, e também do plano de Oscar Niemeyer para a Cidade Universitária de Cuiabá.²²² Neste sentido, o convite ao arquiteto paulista para projetar a Rodoviária de Cuiabá ganha ainda uma camada a mais em relação ao papel da arquitetura como representação da modernidade, sobretudo levando-se em conta que naquele mesmo momento, Mendes da Rocha projetava a Residência Oficial dos Governadores do Mato Grosso (1978).

A Rodoviária de Cuiabá, portanto, se insere em um contexto de consolidação de instituições públicas locais materializadas sobretudo pela circulação da arquitetura marcada pela expressividade estrutural no uso do concreto armado aparente. Além disso, o edifício ícone de uma nova fase de conectividade para Cuiabá, fora objeto de encomenda ao mesmo arquiteto do Pavilhão do Brasil em Osaka, 1970, que, como veremos adiante, representou o país no Japão implicando a afirmação de uma nova hegemonia no campo da arquitetura nacional. Apesar da continuidade do lugar de excelência atribuído a Niemeyer, visto no convite ao Plano da Cidade Universitária, a presença massiva de arquitetos paulistas nas obras públicas de Cuiabá é eloquente a este respeito. Algo não muito diferente pode ser pensado em relação à forte difusão de soluções arquitetônicas semelhantes em rodoviárias por todo o país, que pode ser vista nas soluções projetuais apresentadas para o concurso da Rodoviária de João Pessoa, por exemplo, bem como nos terminais de Fortaleza e Florianópolis.

1965.

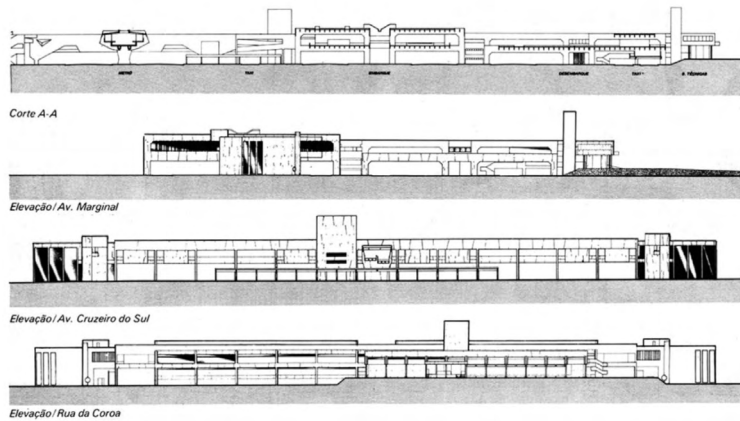
222 Idem.

115 Terminal Tietê,
Renato Viégas e
Marcelo Mac Fadden,
Companhia do Metrô,
1977 [Imagem Revista
Projeto]



No projeto de Cuiabá, para além do papel simbólico de conexão ou da funcionalidade atendida pelo desenho, a rodoviária abriga em seu último nível um pavimento de lazer, reforçando a ideia do terminal como “lugar de encontro”.²²³ Conectando os diferentes níveis de sociabilidade: lazer, utilidades, espera, embarque e desembarque, a conexão dos três principais níveis feita por rampas define um passeio ininterrupto e fluido — a *promenade architecturale* corbusiana — que, ao modo de outros projetos daquela “escola” de pensamento arquitetônico consagrada a partir de São Paulo, conecta em circulação infinita meios níveis e diferentes adaptações à topografia do lote e o perfil natural do terreno. Neste caso, outro elemento caro a Mendes da Rocha nesse tipo de solução em grande cobertura, a iluminação zenital aparece em trechos com telha transparente alternados com telhas autoportantes de aço em meio às vigas-calha. Se em corte transversal a cobertura parece remeter à solução da Faculdade de Arquitetura ou do Pavilhão de Osaka, o sentido longitudinal das telhas desfaz a analogia e aproxima o edifício dos muitos produtos de uma arquitetura da produção massificada na modernização conservadora.

Vale lembrar que, para além da função social daquele equipamento, há também um fator relevante de conexão entre arquitetura e poder a ser destacado. Apesar da construção da memória social a partir de depoimentos do arquiteto, e sedimentada em construções historiográficas que apontam para certo ostracismo de Mendes da Rocha durante a ditadura militar, suas encomendas na região — incluindo outra rodoviária em Goiânia (1985), além dos projetos de clubes, entre outros — parecem mostrar nuances que complexificam tal narrativa. Se a rodoviária fora construída pela empreiteira mineira



116 Terminal Tietê,
Renato Viégas e
Marcelo Mac Fadden,
Companhia do Metrô,
1977 [Imagem Revista
Projeto]

Andrade & Gutierrez, que se firmava como potência da construção civil naquele momento, tinha também interesse simbólico central para a mudança de *status* de Cuiabá no panorama nacional. Além disso, a já mencionada encomenda da Residência Oficial dos Governadores (1978), materialização do centro do poder a ser ocupada por interventores indicados pelo regime e situada no Centro Político-Administrativo da cidade, foi projetada a partir de diálogos com a paisagem daquele estado, mobilizando biomas e regiões como a Chapada dos Guimarães para dar nome às fachadas nos desenhos de estudo preliminar.²²⁴ O domínio visual da paisagem local, mas também a mirada para áreas importantes da cidade, acabava por ser aspecto definidor desse projeto entranhado à política local.

Já na cidade de São Paulo, a rodoviária central construída na região da Luz, em 1961, — projeto atribuído a Carlos Lemos²²⁵ — teve pouco tempo de vida. Aquele edifício estava relativamente dentro daqueles parâmetros da grande cobertura com espaços indefinidos, embora, neste caso, mais segmentados, que se juntavam às plataformas de ônibus. Naquele momento de rápido e intenso crescimento da capital paulista, uma década foi suficiente para que a mudança de localização e de organização interna da rodoviária fosse proposta. Construída com treliças metálicas simples, e associada a uma cúpula central, sua cobertura divergia da maioria dos equipamentos públicos que vinham sendo construídos naquele início de década, dado o uso de certa forma *pop* que fazia do acrílico colorido em suas empenas, algo que não teve

224 CASTOR, Ricardo Silveira. *Arquitetura moderna em Mato Grosso: diálogos, contrastes e conflitos*. Op. Cit.

225 GUERRA, Abilio. “A antiga Rodoviária da Luz. Sobre a autoria do projeto do edifício”, in. *Arquitetura*, São Paulo, ano 10, n. 108.04, Vitruvius, mar. 2016



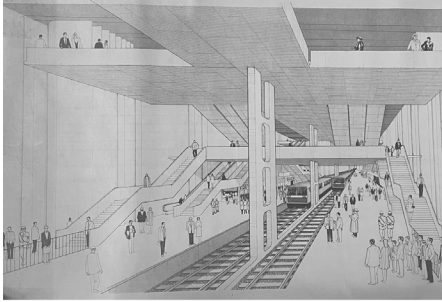
grande adesão no campo profissional local. Mas foi a posição da rodoviária no centro da cidade que passou a representar um problema técnico (e ideológico, na medida em que, já à época, se desejava re-valorizar aquela área), considerando o cruzamento de fluxos intermunicipais e a posição assumida por São Paulo naquele momento como atratora de fluxos de migração intensos. A rodoviária seria, então, desativada em 1982 e substituída por um novo edifício em outra localização, conectado à rede de Metrô, e agora em posição estratégica para as dimensões da cidade que se consolidava na década de 1970.²²⁶ A Nova Rodoviária de São Paulo levaria anos para ter seu projeto revelado, após controvérsias em relação a sua localização entre outros aspectos.

O primeiro projeto para a Nova Rodoviária (1970), localizada no Tietê, em frente à então estação Cruzeiro do Sul do Metrô, se configurava portanto como Terminal de conexão de alta centralidade para o país, naquele momento de inquestionável hegemonia paulista no cenário econômico nacional. O terminal rodoviário passava, ali, por uma mudança de *status*, deixando para trás o paradigma do terminal enquanto “praça” pública, lugar de encontro, para tornar-se uma grande estrutura de otimização de fluxos. Pessoas chegando ou saindo para as mais diversas partes do país passavam agora por uma estrutura que otimizava a chegada de alto número de veículos, e que, além da conexão com o recém inaugurado Metrô, conectava os viajantes às vias de escoamento da cidade e a uma malha rodoviária em franca expansão naquele momento, com a criação das vias expressas marginais, entre outras.²²⁷

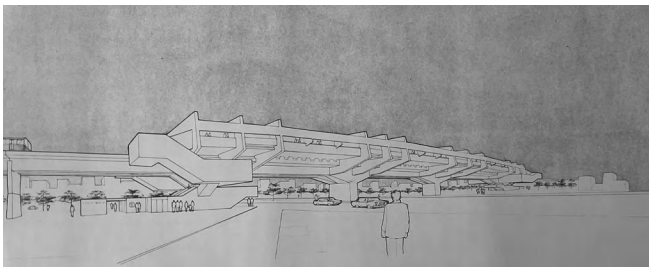
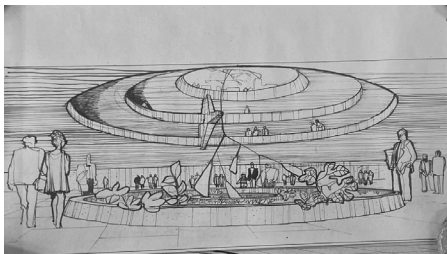
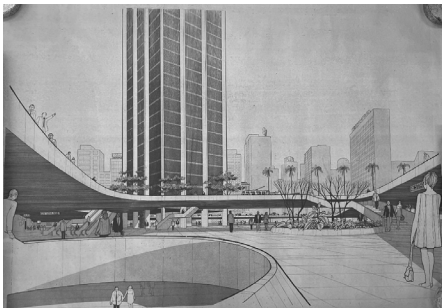
226 PEREIRA, Diogo A. Mondini. Rodoviárias no Brasil nas décadas de 1960 e 1970: representações e imaginários de um país moderno. Dissertação de Mestrado. FAUUSP. São Paulo, 2020.
 227 Sobre as marginais, ver também FLORENCE, Luiz R A. *Arquitetura e Autopia*. Op. Cit.

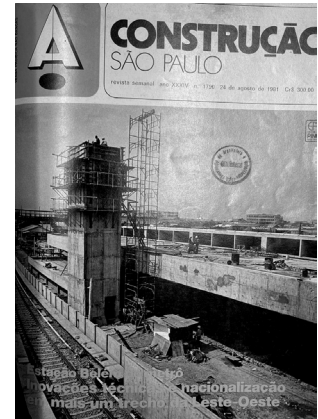


118 Estação Santana do Metrô, Marcello Fragelli, Promon, 1970 [Revista Projeto, 1983]



119 a 122 Marcello Fragelli, Perspectivas para estações São Bento, Liberdade e Ponte Pequena [Acervo FAU-USP - Marcello Fragelli]





A escala do projeto e seu papel de alta eficiência colocaram diferentes soluções em conflito naquele momento.

A encomenda era fruto de uma concorrência da qual participavam consórcios de empresas de projeto e engenharia. Marcello Fragelli, arquiteto carioca estabelecido em São Paulo, havia participado da concorrência dos projetos para o Metrô de São Paulo e para a Nova Rodoviária pelo consórcio HMD, formado pelas empresas Hochtief, Montreal²²⁸ — parte da Promon, já à época — e Deconsult. O consórcio, que já havia concebido e desenvolvido projetos para as estações da linha Norte-Sul do Metrô, agora fundava seu departamento de arquitetura graças à perspectiva da encomenda da Nova Rodoviária. Naquele projeto, Fragelli apresentou um desenho de rodoviária em plena harmonia com as estações de Metrô elevadas que havia projetado para a linha Norte-Sul, com que o Terminal se conectaria.

Frente ao consórcio formado, Fragelli insistiu na importância da criação interna à Promon de um departamento de arquitetura robusto capaz de assumir todo o detalhamento das obras, de modo a garantir sua coerência e autoria plena. No desenvolvimento da proposta, o arquiteto convidou Paulo Sergio Souza e Silva para colaborar, de modo que ficasse responsável por montar uma equipe de arquitetos na Promon. Silva já havia trabalhado na Hidroservice, mas também em diferentes escalas de projeto, incluindo alguns quartéis militares — como vimos há pouco — e se dedicaria, dali em diante,

228 Considerando o escopo de análise da presente tese, olhando pela lente do entrelaçamento intrínseco entre arquitetura, construção e política, não é desprezível a informação de que a Montreal figurava na lista de empresas apoiadoras do IPES, um dos centros da intelectualidade de extrema direita e de centralidade na consolidação da base social do golpe civil-militar de 1964. Ver DREIFUSS, René. A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1987.

O METRO COMEÇA HOJE!

11-12-68

Alinaí, o METRO. Sonho de 40 anos. Feliz realidade que principia a existir. Começo de todo um enorme acervo de realizações que definem a Nova São Paulo. Trabalho do mais complexo projeto de engenharia urbana de todo o País. Resolvida de vez, o problema de transporte para toda a população. **Será dos mais modernos do mundo! Em tudo!** É natural que comecemos a nos orgulhar, desde já, do METRO que a nossa cidade terá.

O início das obras será às 10 horas de manhã, na Av. Jabaquara, altura do n.º 1500.

—VOCÊ ESTÁ CONVIDADO!

Compareça. Leve a família. Vá com sua máquina fotográfica e registre esse acontecimento milagroso. Guarde uma recordação desse singular momento histórico: O INÍCIO DAS OBRAS DO METRO DE SÃO PAULO!



COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO-METRO
ADMINISTRAÇÃO FARIA LIMA



124 e 125 Anúncio de inauguração da obra do Metrô na gestão Faria Lima [Neves, D.] Maluf com Abreu Sodré em inauguração de obra do Metrô [Arquivo Público do Estado de São Paulo]

especialmente a planos diretores e projetos habitacionais. O projeto da Nova Rodoviária, desenvolvido ainda em 1970, acabou sendo engavetado por uma mudança de governo. O programa passou por modificações, como a supressão de uma área de shopping center, ou a proposta de um hotel, e a encomenda foi passada à equipe interna da Companhia do Metrô.²²⁹ A solução definitiva para a Nova Rodoviária, concebida por Renato Viegas e Roberto Mac Fadden, arquitetos do Metrô, teve projeto executivo desenvolvido pela Hidroservice em 1978.

Antes disso, nas estações metroviárias da Linha Norte-Sul, a coordenação de Fragelli havia dado tom de conjunto e, de certa forma, mais autoral do que seria desenvolvido na linha Leste-Oeste, o que era garantido pelo protagonismo do desenho da estrutura, resolvido em grande parte a partir de um gesto de projeto bem definido e da expressividade da grande estrutura elevada em concreto armado aparente. Apesar de conciliar elementos pré-moldados, a solução dada por Fragelli às estações elevadas se resolvia em corte transversal de modo a dar força à unidade do conjunto. O encontro entre Metrô e Rodoviária — de fato construído — no Terminal do Tietê evidencia diferenças de abordagem entre os projetos desenvolvidos pela equipe da Promon com Fragelli em relação àqueles concebidos pela equipe interna do Metrô, e desenvolvidos pela Hidroservice, já na segunda metade dos anos 1970. Diferente da expressividade das estações metroviárias elevadas, a Nova Rodoviária do Tietê se materializaria sobretudo a partir da resolução e coordenação de problemas complexos de fluxo, instalações e sistemas construtivos de rápida execução, otimização de processos, com o uso de pré-moldados leves, de modo que a legibilidade formal do edifício e sua apreensão como produto de trabalho intelectual, com atributos artísticos reconhecidos pelo

229 FRAGELLI, Marcello. Quarenta anos de prancheta. Romano Guerra. São Paulo, 2012.

126 e 127 Visita do
Presidente General
Garrastazú Médici
às obras do Terminal
Jabaquara
[Arquivo Público do
Estado de São Paulo]



campo arquitetônico, seria certamente muito diferente daquela conferida ao Metrô de Fragelli.

Embora nos dois projetos para a Nova Rodoviária, de 1970 e de 1977, o equipamento se configurasse como grande estrutura que se diferenciava dos terminais locais em construção país afora, o projeto de Fragelli, por sua solução formal e estrutural que visava a unidade volumétrica garantida pelo desenho de vigas e pórticos — sempre com apoios recuados em relação à fachada — parecia se aproximar mais à solução de destaque à grande cobertura única. A carga conferida pelo desenho aos espaços de circulação e permanência também aproximava mais o projeto de Fragelli àqueles das rodoviárias que se afirmavam como espaço de encontro, embora sua posição na cidade fosse inevitavelmente mais voltada à intensa otimização de fluxos. O projeto de Viegas e Mac Fadden, por outro lado, assumia a insuficiência da grande cobertura que, agora, não dava mais conta de abrigar ao mesmo tempo veículos e passageiros em espera e passagem. O lugar de esperas e serviços se configurava no andar superior, as plataformas de direcionamento dos viajantes se desdobravam sequencialmente no pavimento inferior, mesmo nível de parada dos ônibus, separados por caixilharia para proteger o espaço interno de circulação e permanência dos gases emitidos.²³⁰ Ficavam claramente separadas também as áreas de embarque e desembarque, fruto de uma organização de fluxos por meio da arquitetura e do desenho dos espaços. A estação rodoviária passava por uma mudança de paradigma, do edifício moderno como centro de sociabilidade local à condição de infraestrutura pesada especializada, vista como parte de um sistema de transporte mais amplo, resultante de diferentes escalas de planejamento. A cobertura como abrigo se organizava agora por meio de



elementos pré-moldados leves, com vãos menores, pilares pré-fabricados e dispostos desde a fachada do edifício, e conexões feitas por escadas rolantes, sem concessão a *promenades* ou grandes átrios. O acesso ao mezanino social via avenida é feito por meio de escadas e elevadores, enquanto a chegada pelo Metrô — remanescente do projeto de Fragelli — se dá através de rampas que garantem fluidez e continuidade entre as estações.²³¹

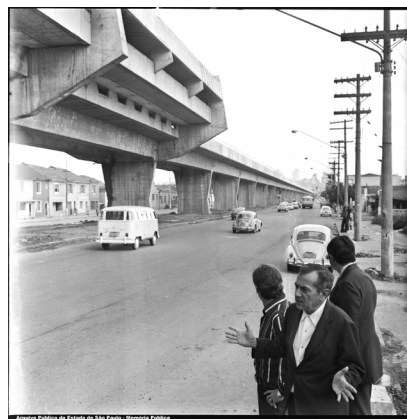
Esse novo paradigma que marca um equipamento como o Terminal Tietê é resultante do raciocínio técnico multidisciplinar, típico da engenharia consultiva que marcou grande parte das obras públicas do período, com grande impacto no campo profissional da arquitetura, como veremos mais adiante.

Conforme mencionado, à diferença do projeto levado à cabo para a Nova Rodoviária de 1977, as estações da linha Norte-Sul do Metrô, com projetos coordenados por Fragelli no fim dos anos 1960, foram marcadas pela unidade e expressividade estrutural. A solução para as estações elevadas teve como momento crucial de sua elaboração o desenho da estação Ponte Pequena, fruto do desafio de vencer um grande vão para passar sobre o rio e ao mesmo tempo fazer uma curva necessária para adaptar-se ao trajeto definido. Foram combinadas técnicas diferentes que se fazem ver no corte transversal definidor da maior parte da linha elevada, com uso de elementos pré-moldados em concreto associado a outros moldados *in loco*.²³² Soma-se ao conjunto de estações elevadas, aquelas inteiramente em subsolo, que foram comparadas frequentemente a cavernas, e têm como exemplos de desenho

231 Revista *Projeto*, n.40, 1982; Ver também revista *Projeto* n.116, p.109.

232 TERAZAKI, Márcia. “A linha Norte-Sul e a estação Ponte Pequena”, in. AMORIN, Anália; GONÇALVES, Luisa; ISODA, Marcos. *O Metrô de São Paulo em projeto: arquitetura e metrópole*. São Paulo: FAU-USP, 2022.

128 e 129 Visita do Governador Laudo Natel ao teste de trens do Metrô à Estação Ponte Pequena [Arquivo Público do Estado de São Paulo]



128 e 129 Visita do Presidente General Ernesto Geisel às obras da Estação Liberdade do Metrô, junto ao prefeito Miguel Colassuono e Plínio Assman [Arquivo Público do Estado de São Paulo]



130 Governador Laudo Natel e Prefeito Miguel Colassuono em visita à Estação Liberdade do Metrô (Respiros ao fundo) [Arquivo Público do Estado de São Paulo]



cuidadoso pelos arquitetos as estações Liberdade e São Bento, na mesma linha Norte-Sul.²³³ Enquanto a primeira foi marcada por um desenho fino das estruturas de modo a extrair expressividade da estática e conferir texturas ao ambiente interno sem aberturas para o exterior, a segunda tinha seu acesso para a rua construído como galeria em torno de um átrio aberto, em linha com a solução “megaestrutural” defendida por Nestor Goulart na EMURB em 1972 para o Anhangabaú.²³⁴

É interessante notar que, mesmo mobilizando procedimentos de formalização carregados da “ética construtiva” que conferiam certa legitimação política, simbólica e profissional aos arquitetos no período, aparece de maneira difusa em documentos da época certa reserva aos projetos do Metrô como fruto da atividade de empresas de engenharia.²³⁵ Dada a composição de empresas do consórcio HMD, o grupo tinha em parte uma equipe alemã já experiente em empreendimentos do tipo e que traziam soluções já, de certa forma, padronizadas. A interação de Fragelli com estes técnicos — envolvendo certa disputa por soluções e pela condução do processo — resultou nas estações elevadas da linha Norte-Sul, com soluções como aquela da estação Ponte Pequena.²³⁶

Em depoimento de 1980, Marcelo Fragelli menciona que, em meio ao caráter tecnocrático e de alta complexidade da elaboração dos planos para o Metrô pelo consórcio HMD, chamava atenção a insistência em dar prioridade à construção da linha Norte-Sul em detrimento da Leste-Oeste. Os cálculos de tráfego e demanda chegaram a ser feitos com auxílio de um computador IBM de alta tecnologia em Nova York, fato que demandava viagens de parte da equipe e também era motivo de orgulho e propaganda. Segundo Fragelli, chegava a ser caricata a sucessão de tentativas dos técnicos para que o computador apresentasse resultados que indicassem a necessidade de iniciar as obras pela linha Norte-Sul, apesar de indicar o contrário.²³⁷

A historiadora Deborah Neves demonstrou tal prioridade, desde a gestão Faria Lima (1965-1969), através de diversos elementos políticos do período, restando evidente o interesse em valorização imobiliária e benéficos

233 FRAGELLI, Marcello. *Quarenta anos de prancheta*. Romano Guerra. São Paulo, 2012.

234 REIS FILHO, Nestor Goulart, “Megaestrutura: solução para o Anhangabaú”, *A construção São Paulo*, no.1293, 1972.

235 ZEIN, Técnica e Sensibilidade na obra de Marcello Fragelli. *Projeto*, n.55, 1983 ; IAB/DN, Depoimentos, Arquitetura Pós-Brasília. Depoimento de Fragelli: o arquiteto conta que o IAB-SP não queria, inicialmente, realizar exposição com seus projetos para o Metrô (fato que merece pesquisa aprofundada uma vez que se trata de uma memória).

236 História já muito conhecida pode ser vista em FRAGELLI, Marcello. *Quarenta anos de prancheta*. São Paulo: Romano Guerra, 2012.

237 *Arquitetura Pós-Brasília: Depoimentos*. IAB-RJ, 1978.

comerciais das regiões pelas quais a linha passaria. Ademais, a linha Leste-Oeste implicava maior complexidade no trato político, uma vez que envolvia terrenos federais e estaduais e também a linha ferroviária, o que reduzia a autonomia do município — responsável pelo Metrô à época — para estabelecer sua própria agenda. A historiadora, a partir dessa e de outras evidências, traz nuances críticas importantes ao discurso oficial de que o regime militar era guiado pela excelência técnica, sobretudo em momentos como este em que o interesse comercial prevaleceu, ou naqueles em que a disputa política em diferentes níveis de poder dava o tom das decisões. É o caso por exemplo da negligência da gestão de Paulo Maluf (1969-1971) que, ao assumir a prefeitura após saída de Faria Lima, voltaria o foco à execução do Minhocão, deixando as obras do Metrô em segundo plano, atrasadas já em sua primeira etapa de construção. Ou, ainda mais evidente na dificuldade encontrada por Figueiredo Ferraz (1971-1973) para dar andamento às obras devido ao contingenciamento de recursos imposto pelo governo federal através de Delfim Neto que, apesar de ter sido próximo a Ferraz, compondo o grupo inicial de planejamento do modal para a cidade ainda na gestão Faria Lima, agora operava no sentido de conter o sucesso político do novo prefeito que se negava a filiar-se à Arena e assumia slogans contraditórios em relação ao regime.²³⁸

Importante lembrar que Figueiredo Ferraz fora engenheiro de obras icônicas do período como a FAU-USP e o MASP, símbolos de arquiteturas da emancipação construídas durante o regime, característica atribuída a estes edifícios graças à técnica de concreto protendido patenteada por Ferraz de forma pioneira no país. O escritório técnico de Ferraz já atuava como empresa multidisciplinar voltada exclusivamente a projetos de engenharia, desdobrando um modelo que se iniciara no país com Saturnino de Brito e agora ganhava corpo e hegemonia com as grandes empresas de consultoria como Promon e Hidroservice, diretamente envolvidas nas obras aqui mencionadas para infraestruturas públicas no Brasil.²³⁹ Não à toa, portanto, a imagem de Ferraz como prefeito era fortemente associada à ideia de um perfil “técnico e não político”, embora mesmo que por seus atributos técnicos, tenha ocupado Secretarias de Obras no estado e na prefeitura. Também Maluf buscava afirmar-se dessa maneira, como “gestor que vinha de fora da política”, talvez um mito onipresente na história política de São Paulo.

238 NEVES, Deborah R L. Construindo o Poder: ditadura e obras públicas em São Paulo (1965-1976). (Tese de Doutorado) Campinas: Unicamp-IFCH, 2020.

239 PULHEZ, Magaly Marques. O arranjo gerencial: Estado, empresas de engenharia e arquitetos nos cotidianos de gestão da política habitacional em São Paulo. Tese de Doutorado. IAU USP, São Carlos. 2014.

Apesar de ser responsável por casos de claro conflito de interesses, já que seu escritório era responsável por trechos da obra do Metrô, Ferraz acabaria por ter uma postura no sentido de fortalecer empresas públicas e seus corpos técnicos, como foi o caso do Metrô, ou da criação de órgãos como a EMURB e a COGEP, algo que ia no sentido contrário da tendência no período, que era a de terceirizar quase a totalidade dos serviços técnicos para empresas de engenharia e consultorias. A nova lei de Zoneamento de 1972, aprovada em sua gestão, gerou controvérsias às quais muitos atribuíram a queda de Ferraz, que foi exonerado pelo governador Laudo Natel devido a disputas políticas em nível nacional, de modo que o prefeito engenheiro chegou a ser considerado uma “ameaça ao regime”, a despeito de seu apoio incondicional ao golpe de 1964 e às reformas feitas pela ditadura.

Deborah Neves mostra que o Metrô oscilou, portanto, de objeto de disputa política — tendo o atraso de suas obras sido usado como um instrumento para prejudicar adversários políticos — a elemento fundamental de propaganda do governo federal, que no início dos planos e obras se colocava completamente distante, a ponto de não comparecer à inauguração das obras em 1968. Após anos de disputas de interesse em torno do Metrô, com impactos variados no andamento das obras, a reação federal à crise do Petróleo (e do “milagre”) viria via 2o Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que ressaltava a importância da redução do petróleo como matriz energética e do incentivo à indústria de base e de bens de capital, visando reduzir a dependência externa. O cenário de autonomia municipal em relação ao Metrô muda, portanto, a partir da crise do Petróleo, na gestão de Miguel Colassuono (1973-1975), sobretudo na linha Leste -Oeste, que já se sabia ser mais sujeita à interferência federal, chegando a ter mudanças de traçado em reuniões diretamente com o Ministro de Transportes.²⁴⁰ Esta linha confirmaria ainda o fortalecimento do corpo técnico da Companhia do Metrô, conforme mencionado anteriormente, com o desenvolvimento dos projetos por suas equipes, como foi o caso de Viegas e Mac Fadden, apesar de nesse momento a ideia de “projeto básico” ter começado a ganhar força, implicando na terceirização sistemática de projetos executivos.

A multiplicação de técnicos capacitados internamente às empresas públicas — refletindo em melhorias técnicas de diversas escalas, do trem à qualidade do concreto — chamou a atenção do Governo Federal, ao mesmo tempo em que a leitura do papel do Metrô na economia nacional se transfor-

240 NEVES, Deborah R L. Construindo o Poder: ditadura e obras públicas em São Paulo (1965-1976). Op. Cit.

131 Presidente
General Garrastazú
Médici em visita à obra
da Ponte Rio Niterói,
[Arquivo Nacional]

132 Estação Ponte
Pequena, 1969. Foto
de Eduardo Kneese de
Mello, 1970s.



mava.²⁴¹ Aquele momento de crise do milagre, no entanto, foi marcado pelo desembarque de frações do empresariado do apoio que prestaram ao regime desde seu início.²⁴² Para além da crise do Petróleo, a crise fiscal no país se combinava com consequências das denúncias internacionais das práticas de tortura e assassinatos cometidos pelo regime, que abalaram intensamente relações comerciais com antigos parceiros do regime como os EUA. Figuras como Henry Maksoud, presidente da Hidroservice, passaram a atacar diariamente na mídia o estatismo e a centralização do regime, em nome do liberalismo econômico, apesar de ser um dos maiores prestadores de serviços para o governo, nesse caso. No mesmo ano de 1974, Maksoud comprou a Revista *Visão* e passou a estruturar nela um meio perene de crítica ao regime pela via econômica.

Este quadro intensificou, portanto, a estratégia de uso do Metrô para fortalecer a imagem do governo federal. Mas já em 1972, antes do agravamento da crise, ainda no bojo do “milagre”, o governo faz um movimento de alta relevância simbólica ao comemorar o Sesquicentenário da Independência em São Paulo, deslocando pela primeira vez as comemorações do 7 de Setembro da capital política para a capital econômica do país. Deste modo, o regime militar buscava afirmar a proeminência da economia e seu sucesso como governo de caráter técnico, ao mesmo tempo que o fazia através de uma associação à imagem de São Paulo como ícone do desenvolvimento no país, buscando ainda contar a história nacional a partir de uma “perspectiva bandeirante”.²⁴³

241 idem.

242 Codato, Adriano Nervo. “A Burguesia contra o Estado? Crise política, ação de classe, e os rumos da transição” In. *Revista de Sociologia e Política*. num 4-5, 1995.

243 CORDEIRO, Janaina. *Ditadura em tempos de milagre: Comemorações, orgulho e consentimento*. Op. Cit.



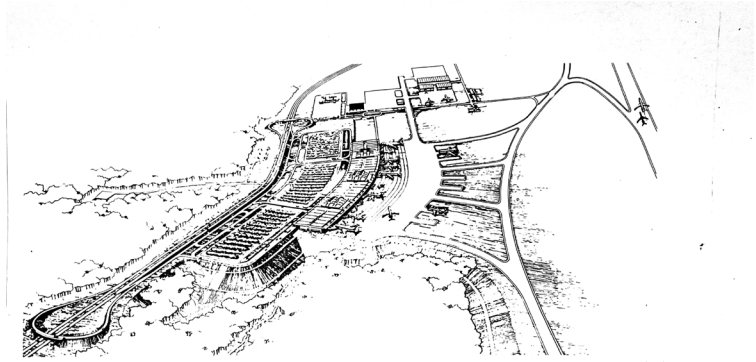
133 Centro de Exposições do Anhembi. (1969) Imagem utilizada na tese de Raissa de Oliveira [Acervo do IMS]

134 Estação Tatuapé, Linha Leste-Oeste [Imagem Revista Projeto]

Em diálogo com o importante estudo de Janaína Cordeiro sobre a construção da imagem do milagre nas celebrações públicas como o Sesqui-centenário, Deborah Neves traz ainda um elemento de alto interesse para o debate que fazemos aqui: a participação do Brasil na Feira de Transportes *Transpo'72*, em Washington, EUA, 1972. Organizada pelo Ministério de Relações Exteriores, a participação do Brasil buscou mostrar ao mundo que a economia nacional não girava apenas em torno do perfil agroexportador, mas também produzia alta tecnologia e grandes feitos como a Transamazônica, o aeroporto do Galeão, a Ponte Rio Niterói, modelo do avião 14 Bis, e, é claro, os Metrô do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo o último materializado em estações elevadas que representavam a boa arquitetura brasileira. A exposição brasileira foi desenhada pelos arquitetos Flávio Mindlin e Roberto Loeb, que tinham bom trânsito com o Ministério e fizeram dezenas de encomendas análogas naquele período.²⁴⁴

É inevitável o paralelo entre a *Transpo'72* e a *Expo 70* em Osaka, o que nos leva a comparar a postura do júri no concurso para o Pavilhão Brasileiro no Japão com a postura do Ministério das Relações Exteriores na mostra levada aos EUA. Como vimos, no Japão, a representação brasileira foi escolhida a partir do reconhecimento da inquestionável inferioridade tecnológica e econômica do Brasil em relação a países como EUA e URSS, de modo a afirmar antes a identidade nacional e a “alma harmoniosa do povo brasileiro”, que seu desenvolvimento industrial e tecnológico. Em 1972 nos EUA, talvez por não ser uma exposição universal na forma de pavilhões nacionais, tal contraste ficava menos evidente. O momento político do Brasil no cenário

244 NEVES, Deborah R L. Construindo o Poder: ditadura e obras públicas em São Paulo (1965-1976). Op. Cit; Entrevista realizada pela autora.



internacional, entretanto, era outro, de modo que a necessidade de reconquistar parceiros comerciais parece ter se tornado mais urgente, especialmente frente à dificuldade em contornar as denúncias no exterior de arbitrariedades que dois anos depois da ida ao Japão já se difundiam de maneira contundente e ameaçadora para o regime.

Os projetos para o Metrô podem ser lidos dentro do processo mais amplo de investimentos na integração nacional e planejamento regional e metropolitano, e também em diálogo com o imaginário rodoviarista hegemônico nas operações de dimensão continental do período. A solução projetual criada a partir do caso da estação Ponte Pequena, para as estações elevadas, combinou a legitimidade simbólica da expressividade estrutural — para o campo da arquitetura — e, ao mesmo tempo, o paradigma do “Brasil Grande” em que o Estado imprimiu sua marca na paisagem também através de grandes estruturas elevadas. Era o caso das maiores obras em andamento nas cidades, como as vias perimetrais e elevadas no Rio de Janeiro e no Recife, o Minhocão em São Paulo, também projetado pela Hidroservice — e que mereceu esforço especial do prefeito Paulo Maluf — e notadamente estruturas como a Ponte Rio-Niterói, uma das grandes vitrines do progresso técnico do país e da operação de encurtar distâncias, conectar regiões, integrar o território.

Para além daquelas grandes estruturas de concreto que se espalharam pelo país, em um processo paralelo de otimização da construção — que visava sobretudo a execução rápida de obras de infraestrutura pública —, com o surgimento de novos sistemas construtivos no mercado, vale chamar atenção para as soluções que ganharam espaço nos projetos da linha Leste-Oeste do Metrô, mencionadas aqui, na medida em que se avançava nos anos 1970.

O sistema estrutural em treliças viria a ser amplamente difundido nas obras públicas, para variados programas, notadamente nas estações da



linha Leste-Oeste desenvolvidas pelo Metrô.²⁴⁵ Segundo Renato Viegas, um dos responsáveis pelos projetos da linha, ganhava espaço no mercado um sistema brasileiro que imitava estruturas alemãs.²⁴⁶ Nas revistas da época é possível ver a profusão de propagandas da Alcan, difundindo sistemas em alumínio para obras de portes diversos. A grande cobertura em treliças metálicas não era novidade, mas de fato as estruturas espaciais alteravam o status e capacidade dos vãos alcançados. Com material leve e industrializado, os grandes vãos antes ensaiados em concreto agora se reproduziam rapidamente em diversos equipamentos, assumindo no entanto uma expressividade muito diversa daquela garantida pelas lajes de concreto protendido aparente.

Naquele momento histórico da construção civil, como demonstrou Raíssa Pereira, as treliças espaciais em estruturas tubulares de alumínio e aço tiveram grande vitrine na construção do centro de exposições do Anhembi (1969): uma grande cobertura — a maior na América Latina até aquele momento — montada e erguida para se apoiar nos pilares também em estrutura espacial com peças tubulares metálicas. Este edifício teve amplo uso na propaganda do regime militar a ponto de ser relacionado com “o país que constrói a Transamazônica”, como referência de avanço tecnológico.²⁴⁷

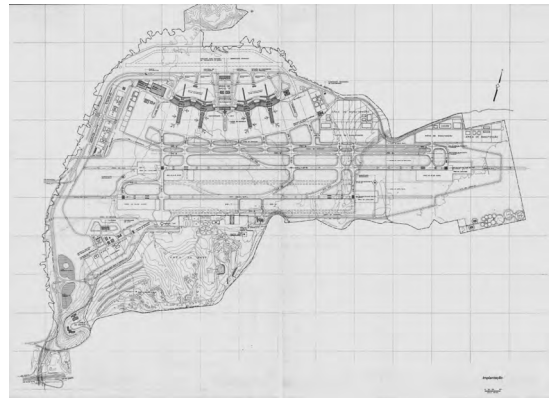
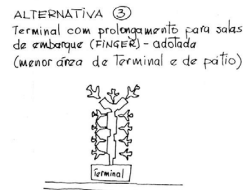
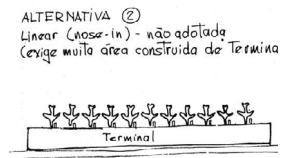
É interessante notar como, neste ponto de racionalização e alta produtividade, projetos como a Nova Rodoviária de São Paulo, terminais da linha Leste Oeste, como Barra Funda ou Itaquera, se aproximavam de

245 “O Projeto Arquitetônico - Diretrizes de implantação para a linha Leste/Oeste”, In. *Projeto*, n.35, 1981. E também Revista *Projeto*, n.96, n.116.

246 JEREZ, Clarissa T; MELLO, Joana. Renato Viégas. Entrevista, São Paulo, ano 09, n. 035.02, Vitruvius, jul. 2008

247 OLIVEIRA, Raíssa Pereira Cintra de. Parque Anhembi: a produção de um centro de exposições em São Paulo (1963-1972). São Paulo: FAUUSP, 2016.

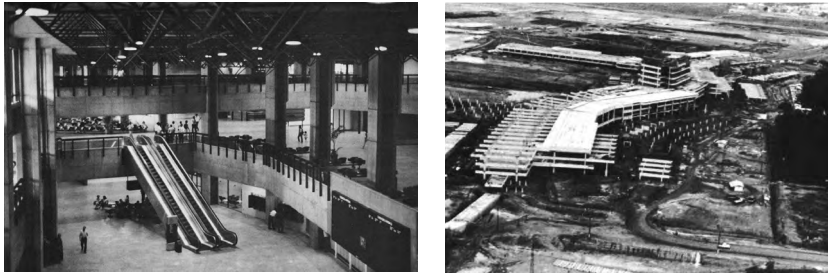
137 e 138 Esquema explicativo sobre alternativas de relação terminal, embarque e pátio. Walter Maffei. Implantação geral do Aeroporto de Guarulhos, Plano Diretor de ocupação. Revista Projeto, n.72, 1985.



soluções que viriam a ser aplicadas no novo aeroporto internacional de São Paulo, uma obra emblemática para o período, e que diz respeito também a reconfigurações internas ao campo profissional da arquitetura.

Frente aos altos investimentos em infraestruturas de conexão em escala regional e nacional, que concretizavam as conexões previstas nos planos — e, ao mesmo tempo, injetando recursos no setor das grandes obras, que demandavam técnica especializada, como vimos — também o investimento na logística e maior conectividade internacional foram estratégicos naquele momento, e acabaram representando uma encomenda de crescente atenção no campo da arquitetura.²⁴⁸ O programa aeroportuário configurava uma perfeita encomenda às empresas de engenharia consultiva dada a complexidade do programa que, para além do caráter das instalações, demandava maior proatividade dos departamentos de arquitetura. Tais empresas — sobre as quais trataremos mais detidamente no próximo Capítulo —, como

248 É importante lembrar de outro programa fundamental na expansão econômica e de logística da produção e distribuição de alimentos e mercadorias no período, os Centros de Abastecimento, que passaram a ser encomenda direcionada também a empresas de engenharia consultiva. A Hidroservice foi responsável pelos centros de Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba, João Pessoa e Campina Grande. Todos projetados nos anos 1970, grande parte deles teve como solução estrutural a cobertura em abóbadas, a exemplo do Centro de Abastecimento de Porto Alegre, projeto de Eladio Dieste com Carlos Fayet, Carlos Araújo e Carlos Comas (1970). Em São Paulo, o CEAGESP, com estrutura em desenho delicado e expressivo em vigas de concreto pretendido, foi projetada no início dos anos 1960 pelo Escritório Técnico de Figueiredo Ferraz, que havia patenteado tal sistema construtivo já nos anos 1950 no país. Sobre este último, ver: FIAMMENGHI, João. “O Pavilhão do Mercado Livre do Produtor da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo: olhares possíveis e documentação necessária” in. Salvador: UFBA, 13o Seminário Docomomo Brasil, 2019.



a Hidroservice e a Promon e a Internacional (IESA) se disputaram intensamente em concorrências como a do novo aeroporto internacional em São Paulo, dada sua centralidade no cenário nacional. Este empreendimento teve duradouras polêmicas envolvendo sua futura localização, que demorou anos para ser definida, passando por diferentes possibilidades, como a região de Cotia, o que levou à intervenção do governo federal naquilo que estava sob responsabilidade do Estado de São Paulo. Foi designada, então, uma área da aeronáutica, em Guarulhos, para o novo empreendimento.

A concorrência para a encomenda do projeto, envolvendo aquelas três empresas, também foi objeto de controvérsias. A Hidroservice teria, supostamente, vencido a competição e sido então desclassificada, o que foi atribuído, no depoimento de arquitetos da empresa²⁴⁹, ao desentendimento do empresário com um dos militares responsáveis pela concorrência, o brigadeiro Teodósio Pereira da Silva. O militar negou a desclassificação, alegando à imprensa que a firma ficara em segundo lugar.²⁵⁰ A empresa vencedora foi a IESA, que teve como arquiteto coordenador do Plano Diretor e do desenvolvimento de projetos dos Terminais o arquiteto Walter Maffei. O arquiteto, experiente em encomendas industriais, havia desenvolvido pesquisa relacionada à produção de aviões e os espaços necessários para tal, o que o levou a trabalhar na Montreal, empresa de engenharia consultiva, e depois na IESA com um projeto de tamanha complexidade.

A Hidroservice, apesar do episódio de Guarulhos, foi responsável pelos projetos do Galeão, no Rio de Janeiro (1970), e dos aeroportos de Manaus

249 Entrevistas com Nelson Andrade, Paulo Lúcio de Brito e João Rodolfo Stroeter mencionaram o caso.

250 “Plano diretor de aeroportos já tem firmas”, *Folha de S. Paulo*, 28 de Junho de 1980.

(1970) e Florianópolis (1972), com destaque para a coordenação desses projetos pelos arquitetos Nelson Andrade e João Rodolfo Stroeter, sobre quem falaremos mais adiante. Tais projetos foram fundamentais para a consolidação do departamento de arquitetura da empresa, que antes contava com um departamento de urbanismo criado para dar conta das encomendas de Planos Diretores, como vimos.

A racionalidade estrutural dos aeroportos se combinava com a demanda por uma meticulosa otimização de fluxos. A distância entre o acesso público e o embarque era vista como objeto de atenção especial naquela época (quando as normas e requisitos eram ainda muito incipientes frente ao desenvolvimento nas décadas seguintes). Para tal redução de distâncias, era comum a distribuição dos portões de embarque em curva, de modo a manter um mesmo raio a partir do acesso centralizado. Tal esquema pode ser visto tanto em Manaus quanto no Galeão, desenvolvidos pela Hidroservice. Segundo Walter Maffei, teria sido justamente esse tipo de solução o responsável pelo fracasso daquela empresa na concorrência de Guarulhos. Tamanha proximidade entre diferentes usos, com o maquinário e as áreas de manobras dos aviões tão próximos da chegada de passageiros, teria transformado os aeroportos recém inaugurados em equipamentos caóticos, além de gastar muita área construída em um terminal. A solução defendida por seu projeto na IESA, portanto, apresentava outra alternativa, que aumentava a distância entre chegada e área de embarque de fato, reduzindo a área construída de terminal e distribuindo as áreas de embarque de forma otimizada.²⁵¹

Frente a todo o contexto de polêmicas e atrasos enfrentados pelo novo aeroporto internacional, a solução do projeto com grande parte de seus elementos pré-fabricados teve sucesso em minimizar o tempo de execução. Além da montagem da estrutura principal, elementos de fachada que definem o edifício são em maior parte painéis pré-moldados em concreto. Áreas de maior pé-direito, com grandes vãos para ambientes internos, são definidas por treliças espaciais metálicas utilizadas como forro de instalações secundárias, solução em ampla difusão naquela passagem de década.²⁵²

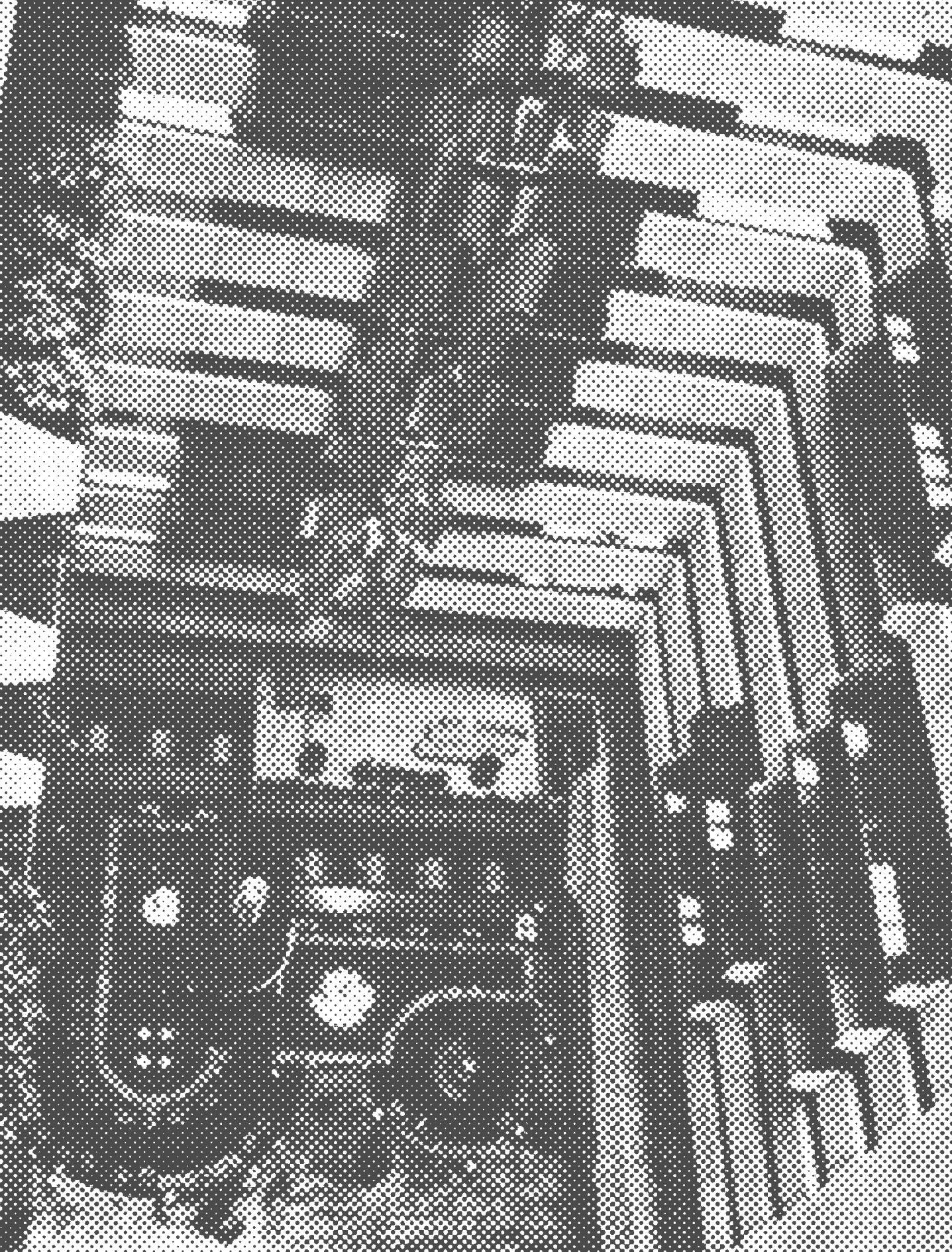
As grandes obras de infraestrutura viária ou metroviária e aeroportuária, de conexão, transportes e integração territorial, tiveram, portanto, um impacto significativo no campo profissional da arquitetura durante o regime militar, sendo inclusive empreendimentos centrais da construção daquele regime em si. Para além desse impacto nos próprios setores técnicos e

251 Depoimento de Walter Maffei ao autor.

252 “A nossa engenharia e o novo aeroporto”, in. *A construção São Paulo*, n.15101, 1977.

diferentes profissões, a concretização daqueles empreendimentos criou novos espaços e estruturas que reconfiguraram a paisagem cultural das cidades brasileiras, mas também de regiões inteiras cortadas por estradas, represas e barragens, entre outros sistemas. A proeminência dessas grandes estruturas na transformação da paisagem em escala nacional, contudo, foi fruto não só dos desejos de governos militares, mas especialmente do pacto de classe, tecnocrático-modernizante, que garantia a reprodução do “milagre econômico” e a reprodução e impulsionamento dos negócios do empresariado das grandes empreiteiras, base civil fundamental para a construção daquele regime.²⁵³

253 CAMPOS, Pedro. H. P. *Estranhas Catedrais: as Empreiteiras brasileiras e a ditadura*. Eduff. 2011.



CAPÍTULO III
CONSTRUÇÕES DO CAPITAL

Considerando as ambivalências entre repressão e inserção profissional dos arquitetos de esquerda na reprodução do regime (conforme analisado no capítulo 1), e também a complexidade dos pontos de oposição e contato entre as formas discursivas de parte da esquerda arquitetônica com elementos da Doutrina de Segurança Nacional (conforme analisado no capítulo 2), é fundamental um olhar ainda para a estrutura econômica que conectou Estado, mercado e arquitetos desde o chamado “milagre econômico” até sua crise e as novas formas financeiras que se faziam ver nas frentes de urbanização da segunda metade dos anos 1970. Este eixo específico de relações entre arquitetura e política na ditadura, analisado no presente capítulo, será abordado sobretudo a partir de três instituições: a) as empresas de engenharia consultiva, já abordadas no capítulo anterior a partir de sua atuação na produção de infraestruturas, mas agora lidas a partir de seu lugar no campo profissional; b) a política habitacional do regime e seus impactos no mercado imobiliário e na produção arquitetônica; c) as formas construídas e impactos na paisagem urbana decorrentes do processo de financeirização da economia e crise do “milagre”.

3.1 ARQUITETURA NA EMPRESA

3.1.1 ASSALARIAMENTO E MULTIDISCIPLINARIDADE

Conforme vimos no capítulo anterior, a enorme demanda de projetos de infraestrutura em todo o país foi motor essencial para a consolidação do setor de engenharia de alta complexidade, que comportava em si também setores do urbanismo para dar conta da demanda por planos urbanos. Se na passagem para os anos 1960 instituições externas ao Estado, ou ligadas às universidades, dedicaram-se a prestar assistência técnica às administrações municipais, ainda dentro de uma perspectiva de “não separar política de técnica e nem pesquisa de engajamento político”¹, como descreveu Celso Lamparelli sobre a SAGMACS e movimento economia e humanismo, já na passagem para os anos 1970 emergia um novo modelo em que a “concepção administrativa tem como principal característica o divórcio entre a atividade técnica e a ação política e cotidiana da administração”, conforme descrito por Sarah Feldman.²

1 FELDMAN, Sarah. *Planejamento e Zoneamento. São Paulo, 1947-1972*. São Paulo: Edusp/Fapesp. 2005. p.225

2 FELDMAN, Sarah. “O arranjo Serfhau: assistência técnica aos municípios, órgãos de planejamento, empresas de engenharia consultiva” Salvador: Anais do XI Enanpur. 2005 p.3

Ao passo que ocorria a institucionalização da política urbana no país via Serfhau, acontecia também um processo de “tecnização do urbanismo”, a partir da ampla terceirização dos serviços de planejamento para o novo “empresariado do planejamento”, agora nas palavras de José Carlos Durand.³ De modo emblemático, o desenvolvimento do Plano Urbanístico Básico de São Paulo, em 1968, foi também objeto de um consórcio de empresas de consultoria envolvendo empresas como a Asplan e a Montreal.⁴ Para a pesquisadora Magaly Pulhez, este processo de expansão da terceirização e consequente afirmação das empresas já indicava, no próprio cerne da produção de infraestruturas do regime, uma face neoliberal da ditadura militar, pouco reconhecida geralmente.⁵

Como visto no capítulo anterior, as encomendas de Planos Diretores abriam às empresas contratos para projetos de infraestrutura viária, saneamento, redes de energia e, por vezes, edificações de alta complexidade, como aeroportos ou hospitais. Dessa forma, a criação de departamentos de urbanismo nas empresas se deu justamente para consolidar este caminho de contratos — sobretudo após a regulamentação do Serfhau em 1966 — e, em seguida, na passagem para os anos 1970, estruturam-se os departamentos de arquitetura, respondendo ainda a outras demandas que se apresentavam. Foi o caso da Promon com o projeto para a Nova Rodoviária de São Paulo (1970), de Marcello Fragelli, e foi o caso da Hidroservice com os aeroportos do Galeão (1970) e de Manaus (1970), coordenados pelos arquitetos João Rodolfo Stroeter e Nelson Andrade, respectivamente.

Como bem mostrou Pulhez, as empresas dedicadas exclusivamente ao desenvolvimento de projetos de engenharia vinham de uma linhagem que remete ao escritório de Saturnino de Brito (1920), passando pelo Escritório Técnico Figueiredo Ferraz (1943) que representou o primeiro de uma linhagem de “criação e diversificação”, segundo periodização de Teresinha Camargo.⁶ Nesse sentido, os contratos das empresas, especialmente a partir dos anos 1960, passariam a ter uma crescente complexidade em seu escopo. Muitas das empresas aqui abordadas foram criadas para atender a demandas

3 DURAND, José Garcia. *A profissão do arquiteto (estudo sociológico)*. Dissertação de mestrado. FFLCH USP, São Paulo, 1972.

4 FELDMAN, Sarah. *Planejamento e Zoneamento. São Paulo, 1947-1972*. Op Cit. p.247

5 PULHEZ, Magaly Marques. *O arranjo gerencial: Estado, empresas de engenharia e arquitetos nos cotidianos de gestão da política habitacional em São Paulo*. Tese de Doutorado. IAU USP, São Carlos. 2014.

6 CAMARGO, Teresinha. *As empresas de engenharia de grande porte no Brasil: passado, presente e reengenharia para o futuro*. Tese de Doutorado. São Paulo: Politécnic USP, 1994.

inicialmente mais específicas no ramo da engenharia, e com o passar dos anos, portanto, os departamentos de urbanismo e de arquitetura se integravam a grandes equipes multidisciplinares, estruturadas para atender um vasto escopo de encomendas e organizadas de modo a obter a mais alta eficiência.

A Promon, em 1960, surgiu para atender a demandas da expansão do setor petroquímico, a Hidroservice, em 1958, com foco em projetos hídricos e estradas. A IESA foi criada a partir da Montreal — que tinha expertise em projetos estruturais e de montagem, atuando no planejamento da construção da Ponte Rio Niterói —, após aquisição e fusão com outras empresas, e a THEMAG foi criada em 1961 por um grupo de engenheiros consultores egressos da CELUSA (Centrais Elétricas de Urubupungá), sociedade de economia mista criada pelo Estado a partir da CIBPU, que incentivou a criação daquela nova firma projetista “genuinamente brasileira” para atuar no mercado e responder a demandas do Estado.⁷ Como vimos, no capítulo anterior, o setor de usinas e barragens abriu amplo campo de atuação para essas empresas, apesar do controle dos projetos centralizado em uma empresa pública, a CESP. Outras empresas, de diferentes dimensões, vinham de variados ramos da atividade, como a SERETE, que desenvolveu trabalhos com Jorge Wilhelm, a ASPLAN, ligada a profissionais que vinham da SAGMACS e atuou especialmente no planejamento urbano, ou aquelas ligadas a empreiteiras, como a CNEC que seria incorporada como braço da Camargo Corrêa nos anos 1970, e a Engevix, controlada por grupo ligado à Andrade Gutierrez.⁸

É interessante notar em depoimentos de arquitetos que compuseram tais equipes à época a recorrência do fator “eficiência” e sua relação com o modelo de contrato de projetos remunerados por hora, no caso da Hidroservice, por exemplo.⁹ Essa forma de funcionamento otimizava o fluxo interno de atividades e diferenciava — dentre uma série de outros aspectos, é claro

7 VIANNA, Mônica P. Da edificação ao traçado urbano: a experiência de planejamento regional integrado da CESP. (Tese de Doutorado) São Carlos: IAU-USP, 2012.

8 Importante lembrar do crescimento exponencial das empreiteiras no período do regime militar, e seu papel central na economia e na política do “milagre”. Como mostrou Campos (2012), uma série de empreiteiras tiveram em seu corpo técnico projetistas e departamentos que faziam o papel das empresas de engenharia. São poucos os relatos, no entanto, de arquitetos que trabalharam dentro dessas empresas. Dentre os depoimentos a que tivemos acesso, apenas o arquiteto Leo Bonfim Jr mencionou ter trabalhado para a Guarantã, que não era uma empreiteira do porte das grandes obras de infraestrutura.

9 A forma de cobrar os projetos por hora assume lugar de relevância em depoimentos tanto de Paulo Lúcio de Brito quanto de Nelson Andrade, sobre a organização interna da Hidroservice, mas também seu sucesso e a garantia da qualidade dos projetos, segundo eles. Entrevistas realizadas pelo autor.

— a atividade de projeto em uma empresa daquela do ateliê autônomo de arquitetura. Além de ser atribuído a este modelo “por hora” uma maior valorização do projeto — que não se submetia a um preço fechado — fica evidente a necessidade de otimização de processos, algo reiterado por arquitetos da empresa, muitas vezes como aspecto de exaltação do tipo de trabalho que desenvolviam ali. A racionalização da própria prática projetual, concatenada com processos de outras disciplinas em andamento dentro da mesma estrutura empresarial, tornava — para alguns — a atividade plena de sentidos, uma vez que se tratava de otimizar processos para responder a demandas em sua grande maioria públicas.

É o que se pode notar através de depoimentos cedidos por Nelson Andrade, Paulo Lúcio de Brito, João Rodolfo Stroeter e Walter Maffei, que passaram por diferentes empresas.¹⁰ Arquitetos que após experiências pontuais, ou tentativas de abrir escritórios autônomos quando recém formados, viram nas empresas de engenharia consultiva uma oportunidade de trabalho interessante. Stroeter, por outro lado, havia se formado em 1957 na FAU-USP e passado cinco anos no Japão, tendo entrado na Hidroservice no fim da década de 1960, já mais experiente, para coordenar o projeto do Galeão, tornando-se então o coordenador geral do recém criado departamento de arquitetura. Já Andrade e Brito se formaram em 1963 e 1965 respectivamente, ambos na FAU-USP, tendo entrado na empresa depois de um período não muito longo de trabalhos diversificados. Maffei, também formado em 1965, no Mackenzie, especializou-se em arquitetura industrial, elaborando sistemas complexos de gerenciamento da produção em fábricas, o que o levou, mais tarde, a ser contratado pela Promon, que atuava também no ramo. Com exceção de Stroeter, estes arquitetos formaram-se em um ambiente político similar, e foram ao Congresso da UIA em Havana, 1963, que marcou de forma importante a formação de uma geração, com debates sobre o papel da arquitetura nos países em desenvolvimento e sobre as possibilidades de racionalização da construção, de modo intimamente ligado com proposições políticas.

É possível notar, através dos depoimentos desses atores do período, que as empresas de engenharia consultiva, apesar de representantes do grande capital, consistiam também em uma das opções viáveis para que profissionais desempenhassem a “função social da arquitetura”, projetando infraestruturas e equipamentos de interesse público. As empresas, além de serem meio efetivo para tal, ofereciam estrutura que garantia a melhor performance em termos de custo, racionalização de processos de compatibilização e de

10 Entrevistas realizadas pelo autor entre 2022 e 2023.

facilitação do planejamento de obra que viesse na etapa seguinte. É revelador que arquitetos que em 1963 foram ao congresso de Havana, e faziam parte da cultura política das esquerdas no campo da arquitetura, tenham, no fim da mesma década, encontrado nas empresas de engenharia considerável realização profissional, ligada também aos ideais de coletividade e modernização que os alimentavam desde a formação. A alta produtividade em projetos que atendiam a demandas do desenvolvimento nacional se traduziu, para eles, em forma de responsabilidade social. Tal aspecto, presente nos depoimentos de arquitetos aqui mencionados, aparecia também nas reflexões de Rodrigo Lefevre já em 1979, ao ser questionado sobre sua atuação na Hidroservice. Afirmando ser parte de uma linha de produção, como um operário, que tem sua politização independente da empresa para qual trabalha, Lefevre também defendeu a finalidade dos projetos em que atuou, como o Hospital das Clínicas, que atendiam a uma demanda social por equipamentos públicos, segundo o arquiteto, a despeito até mesmo da ditadura que os construía.¹¹ Voltemos a este ponto em breve.

O modelo vigente de concorrência para contratação de projetos e consultorias passava, na maior parte das vezes, pela consideração não só de preço mas também de experiência técnica, o que beneficiava tais empresas por sua composição múltipla, portfólio com concentração de encomendas variadas e complexas, e também pela presença de quadros técnicos experientes. Engenheiros de diversas nacionalidades compunham a equipe da Hidroservice, por exemplo, que herdou equipes inteiras da companhia Light. Este não deixava de ser outro aspecto de satisfação dos arquitetos empregados na empresa, de acordo com os depoimentos.

Iremos aqui focar especialmente a Hidroservice, por sua forte presença nas grandes obras do período, assumindo certo protagonismo no setor, mas também pela presença de arquitetos que se destacaram, de alguma forma, no desenvolvimento de projetos que ganharam visibilidade no campo da arquitetura. Certamente a pesquisa mais aprofundada nas outras empresas será enriquecedora do panorama de compreensão do período em futuras pesquisas, e ainda nesta tese passaremos por fatos e projetos delas, especialmente da Promon.

11 IAB-SP. Arquitetura e Desenvolvimento Nacional. Depoimentos de Arquitetos Paulistas. 1979.

Uma característica que diferenciava a Hidroservice de outras empresas no período é certamente a figura de seu proprietário, Henry Maksoud. Engenheiro formado pelo Mackenzie, com especialização nos EUA, Maksoud fundou a empresa em 1958 e ao longo das décadas atuou com alta ingerência e controle sobre suas atividades. Segundo arquitetos como Brito, Andrade e Stroeter, a presença constante do engenheiro dava à empresa um caráter pessoal, apesar de suas dimensões e da vasta carta de encomendas atendidas. O perfil temperamental de Maksoud esteve envolvido em decisões importantes como a polêmica desclassificação da empresa na concorrência do Aeroporto Internacional em São Paulo em 1980¹², como vimos — atribuída, no depoimento de tais arquitetos, ao desentendimento do empresário com um dos militares responsáveis pela concorrência, o brigadeiro Teodósio Pereira da Silva, que negou a desclassificação, alegando que a firma ficara em segundo lugar — ou em demissões repentinas de funcionários de longa data com cargos relevantes, como no caso de Stroeter, diretor chefe do departamento de arquitetura durante a década de 1970.

O envolvimento pessoal de Maksoud nas atividades da empresa trazia resultados também através de sua circulação nos bastidores da política, — em parte fomentada por sua participação no Instituto de Engenharia, do qual foi presidente¹³ — que garantia uma série de contratos naquele momento agitado do urbanismo e da construção civil.¹⁴ Esse tipo de relação teve episódio exemplar na construção do Hotel Maksoud Plaza (1974-1979), símbolo dessa relação pessoal entre o engenheiro e a empresa, que ganhava agora um marco de renome na cidade. Um hotel de alto luxo, nas proximidades da avenida Paulista, que buscava associar a capacidade tecnológica e de bom gosto ao nome do proprietário da empresa, o Maksoud Plaza e seu grandioso lobby — o primeiro de inspiração nos hotéis das capitais corporativas estadunidenses, como aqueles da rede Bonaventure — serviu também de acomodação

12 “Plano diretor de aeroportos já tem firmas”, *Folha de S. Paulo*, 28 de Junho de 1980.

13 Ver PULHEZ, Op. Cit; E também FLORENCE, Luiz R A. *Arquitetura e Autopia: infraestrutura rodoviária em São Paulo 1952-1972*. (Tese de Doutorado) São Paulo: FAUUSP, 2021.

14 O livro de Durand menciona o bom trânsito dos empresários nos gabinetes de políticos sempre atrás de novos contratos. DURAND, José Garcia. *A profissão do arquiteto (estudo sociológico)*. Op Cit. p76; Pedro Campos descreve também como o Instituto de Engenharia, entre outras entidades da categoria, era espaços importantes de pressão e articulação política dos empreiteiros. Mário Andreazza, Ministro dos Transportes entre 1968 e 1974, e do Interior entre 1979 e 1985, foi personagem fundamental neste canal. Ver CAMPOS, Pedro H P. “A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado brasileiro (1964-1985)”, in. *Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*, UFRJ, Vol21, n1, 2011. p.140

a visitantes que fossem à cidade para reunir-se com ele devido a negociações e contratos federais e internacionais.

O projeto, segundo reportagem na revista *Manchete* à época de sua inauguração já em 1980, era a “simbiose perfeita entre palácio e tecnologia do século XX”, tendo se tornado uma “atração turística obrigatória” da cidade. No grande vazio central do edifício, conviviam obras de arte de Emanuel Araújo e Renina Katz com quatro elevadores panorâmicos, que se tornaram uma atração à parte e demandaram longas negociações entre arquitetos da Hidroservice e o corpo de bombeiros, que nunca havia aprovado algo do tipo antes.¹⁵ Tal arranjo de elementos acabava por conferir ao novo edifício um “arcabouço cinematográfico que lembra a reprodução de uma cidade espacial”.¹⁶ Ainda em outra propaganda, o vazio central ganhava destaque: “Classe é classe: a nossa começa no Atrium”, fazendo questão de lembrar que se tratava do “único Atrium existente em hotéis brasileiros”.¹⁷ É curioso notar que o projeto, que visava se aproximar de referências internacionais do ponto de vista simbólico, foi defendido pelo arquiteto Paulo Lúcio de Brito como fruto tanto de uma equipe quanto de tecnologia totalmente nacionais, sem recorrer a qualquer *know how* estrangeiro.¹⁸

A localização escolhida para o novo empreendimento, no entanto, era a mesma onde existia a Abadia de Santa Maria, convento de monjas beneditinas em processo de tombamento como patrimônio histórico da municipalidade naquele momento. Em uma história amplamente difundida, Maksoud ligou para o prefeito Olavo Setúbal, solicitou que segurasse o tombamento o quanto pudesse, de modo que conseguisse demolir o convento antes, o que ocorreu de fato em 1976.¹⁹

A relação entre Maksoud e Setúbal ilustra um momento típico do patrimonialismo brasileiro com mistura entre interesses públicos e privados. Vale lembrar que a estrutura que embasou a produção de riqueza pela empresa de Maksoud foi eminentemente pública, por sua natureza na atuação em grandes obras de infraestrutura, com financiamento ou investimento direto do Estado, mas o empresário sustentou discurso anti-estatal ao longo das décadas, chegando a se mobilizar frequentemente na manifestação pela

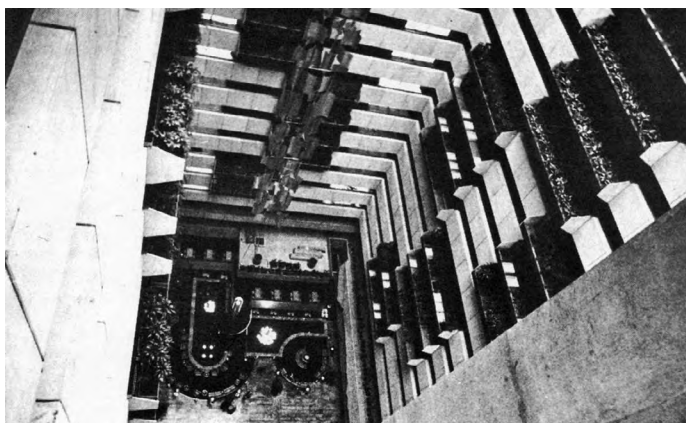
15 Entrevista Paulo Lúcio de Brito, 2022.

16 Revista *Manchete*, n.1478, 1980.

17 Propaganda Maksoud Plaza veiculada em revistas da época, separada em documentação de portfólio de Stroeter, em seu arquivo pessoal.

18 Revista *Projeto*, n.57, 1980.

19 Entrevista de Paulo Lúcio de Brito, 2022 ; “Um hotel por um convento: depois de 65 anos, abadia será demolida” *Folha de S. Paulo*. 18 de maio de 1976



liberalização econômica do país. Maksoud comprou em 1974 a revista *Visão*, que à época tinha grande circulação e peso na opinião pública, sobretudo de setores do empresariado. Assim, implicando uma mudança editorial relevante, teve uma plataforma para divulgar suas ideias desestatizantes e ser crítico ferrenho ao regime, não por seu autoritarismo mas pelas dimensões da máquina estatal. A Hidroservice chegou a projetar a sede da revista em São Paulo.²⁰ Não deixa de ser interessante que das poucas edificações projetadas pela empresa que não voltadas à encomenda estatal e de infraestruturas, têm destaque essas instituições privadas diretamente associadas à construção de uma autoimagem da empresa e de Henry Maksoud ele mesmo: a revista *Visão* e o luxuoso Hotel Maksoud Plaza, ambos negócios operados diretamente pelo engenheiro empresário.

É instigante, para além disso, olhar também esse tipo de figura de empresário através de suas ambivalências. Segundo relatos de arquitetos empregados na Hidroservice, mas também de figuras como Sérgio Ferro,²¹ Maksoud teve papel importante na acolhida a Rodrigo Lefevre em meio ao momento mais tenso da perseguição política aos grupos de luta armada na ditadura. Após período de atividades na ALN (Ação Libertadora Nacional) junto ao grupo de arquitetos próximos a Marighella, Lefevre foi preso em 1970 e solto em 1971. Ao sair, o arquiteto procurou João Rodolfo Stroeter, chefe do recém criado departamento de arquitetura da Hidroservice, que

20 Os documentos do projeto não foram encontrados. O acervo da empresa segue inacessível devido à situação de espólio familiar. As posições políticas de Maksoud no então aparecem em variadas publicações e é fato recorrente nos depoimentos de arquitetos colhidos na pesquisa.

21 Entrevista com Sérgio Ferro realizada pelo autor em 2023 junto a Felipe Contier e João Fiammenghi.



A melhor atração de São Paulo já está pronta para receber você: o Maksoud Plaza.

Faça sua reserva ainda hoje.



3 Anúncios do Hotel Maksoud Plaza para jornais. Reproduzido em documentos do acervo de João Rodolfo Stroeter cedidos para a pesquisa.

o apresentou a Henry Maksoud.²² Por alguns anos impedido de retornar à docência na FAU-USP — por conta de manobras políticas da administração central alinhada com o regime, como vimos²³ —, Lefevre iniciava então um período altamente produtivo coordenando projetos dentro da empresa. Naquele momento, por volta de 1972, o governador Paulo Maluf, pessoalmente, chegou a solicitar que Maksoud afastasse Lefevre da empresa por conta de seu perfil subversivo. Segundo relatos de seus colegas arquitetos, a resposta negativa do proprietário da empresa fora enfática.²⁴ Provavelmente se misturava, naquele caso, um misto de prazer de Maksoud em negar pedidos de políticos, afirmar sua autonomia enquanto empresa e afirmar-se também perante funcionários. Ao mesmo tempo, nada impede que de fato uma boa relação pessoal entre o arquiteto e seu chefe tenha se constituído no caso. A afeição de Maksoud a um dos funcionários arquitetos era conhecida, por exemplo, em relação a Paulo Lúcio de Brito, que logo de início na empresa fora escolhido para projetar a sede da Hidroservice, situada no bairro da Vila Mariana em São Paulo, e mais adiante convocado a coordenar o projeto mais importante pessoalmente para o empresário, seu Hotel, Maksoud Plaza.

As questões que a trajetória de Rodrigo Lefevre na Hidroservice coloca ao campo da arquitetura já foram consideravelmente exploradas na historiografia da arquitetura paulista.²⁵ O fato de o arquiteto ter tido reconhecimento

22 Entrevista com João Rodolfo Stroeter realizada pelo autor em 2023.

23 Comissão da Verdade da USP, Volume 5.

24 Fato que aparece nas entrevistas concedidas por Paulo de Lúcio Brito e Geraldo Gomes Serra, 2022.

25 BUZZAR, Miguel. *Rodrigo Brotero Lefevre e a ideia de Vanguarda*. Tese de Doutorado. FAUUSP, 2001; KOURY, Ana Paula. *Grupo Arquitetura Nova: Flávio Império, Rodrigo Lefevre e Sérgio Ferro*. Romano Guerra. FAPESP. São Paulo, 2003; ARANTES, Pedro Fiori.

interno ao campo e em seus círculos intelectuais de mais alto prestígio parece ter acabado por trazer maior atenção à condição do assalariamento dos arquitetos. Tal elemento se colocava agora também a atores antes reconhecidos a partir das regras liberais da arte, da autoria, da postura crítica e da legitimação entre os pares, como era o caso de Lefevre. Não que os demais arquitetos trabalhando em empresas fossem desprovidos da mesma agência, mas sabemos que o estatuto de autoria não lhes era conferido da mesma forma, uma vez que em grande parte não só não tiveram sua autoria identificada pelas empresas, como foram pouco mencionados na memória do campo e conseqüentemente na historiografia da arquitetura. Ao mesmo tempo, no caso de Lefevre, a atuação de um arquiteto identificado à esquerda revolucionária no interior de uma das maiores empresas privadas de engenharia consultiva no país, responsável por amplo conjunto de encomendas do regime ditatorial, sugere indagações sobre o conteúdo contraditório ou não de sua trajetória naqueles anos 1970. Algo que parece ser respondido de forma coerente pelo próprio arquiteto em diversas oportunidades mais ao fim da década, bem como em sua dissertação de mestrado, dedicada a pensar sistemas construtivos e modelos de produção na organização do canteiro de obras, em face à questão habitacional de modo amplo, que aliava uma abordagem política agora informada por Paulo Freire a suas preocupações inerentes à prática projetual também presentes na “linha de montagem” dos grandes projetos na Hidroservice.²⁶

O debate mais amplo sobre as novas condições da profissão, envolvendo diversos atores do período, pode ser visto com riqueza nas edições do jornal *Arquiteto*,²⁷ editado pelo IAB-SP e pelo Sindicato dos Arquitetos de São Paulo que nascia no início dos anos 1970 justamente a partir daquelas transformações estruturais da atividade.²⁸ Um momento privilegiado para

Arquitetura nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Editora 34, 2004 ; GUIMARÃES, Humberto Piu. *Rodrigo Brotero Lefevre: a construção da utopia.* Dissertação de mestrado. EESC USP. São Carlos, 2006; OLIVEIRA JR, Jorge Antônio de. *Edifício-sede do DNIT: o monumento de Rodrigo Lefevre fora do eixo.* Dissertação (Mestrado). Brasília: UnB, 2017

26 LEFÈVRE, Rodrigo. “Projeto de um acampamento de obras: uma utopia” in. KOURY, Ana Paula. *Arquitetura moderna brasileira: uma crise em desenvolvimento: textos de Rodrigo Lefèvre (1963-1981).* São Paulo: Edusp, Fapesp, 2019.

27 Vale ver como o tema “o arquiteto na empresa” ou “o poder público e o mercado de trabalho na arquitetura”, aparecem entre os números 8 e 10 do jornal, em 1972, e mais adiante, já em 1978, no número 57, os temas seguem presentes, com reflexão mais amadurecida, em artigo intitulado “Ideologia e Produção Arquitetônica”, de Mayumi Watanabe, Erminia Maricato, Edmilson Carvalho e Nelson Souza, onde novamente o tema do assalariamento é tratado e se reflete sobre o “fim do autônomo”.

28 VIDOTTO, Taiana Car. *O papel das instituições representativas dos arquitetos no Estado de*

este debate foi o ciclo de depoimentos no IAB-SP, em 1979, que resultou em publicação intitulada “Arquitetura e Desenvolvimento Nacional”.²⁹ Ali, um conjunto amplo de profissionais de perfis variados se reuniu em diferentes mesas abertas ao público para refletir sobre as transformações no cenário nacional, na condição das cidades e na produção arquitetônica.

É notável como na participação de Lefevre no evento a questão da empresa de consultoria se coloca. O arquiteto chegou a ser questionado sobre eventuais contradições entre sua posição política e seu trabalho para a Hidroservice, ao que respondeu com o paralelo entre arquiteto assalariado e operário da Volkswagen na linha de montagem, acrescentando a observação sobre a finalidade dos projetos e sua colaboração com o desenvolvimento. Há, certamente, um componente de valorização do operário naquele paralelo retórico, tendo em vista especialmente o momento de ascensão do novo sindicalismo, com destaque para o ABC, justamente naquele período. Mas não deixa de ser interessante lembrar que Lefevre acabava por se aproximar, neste momento, das posições defendidas por Artigas desde as querelas em torno do estatuto da arquitetura após o golpe de 1964: pelo desenvolvimento das forças produtivas, apesar e independentemente da ditadura.

Vale lembrar que Lefevre desde 1963, junto a Ferro e Flávio Império, colocava de forma contundente questões críticas ao desenvolvimentismo e, especialmente após o golpe civil-militar, intensificou tal leitura defendendo que não seria possível que arquitetos seguissem atuando da mesma forma após aquela ruptura política. A leitura continha de fato grande dose de clareza a respeito do processo de modernização conservadora e autoritária que se estabeleceria dali em diante. No entanto, a trajetória de Lefevre ilustra não tanto suas contradições individuais, mas exacerbava uma postura coletiva comprometida com as possibilidades concretas de atuação frente ao delicado momento histórico vivido: da aposta no desenvolvimento à sua crítica, da investigação no canteiro de obras à luta armada, da saída da prisão ao retorno do projeto enquanto lugar de atuação minuciosa e dedicada a produzir equipamentos que durariam para além da tecno-burocracia autoritária que os produziu.

Aliado à oportunidade de trabalhar com grandes projetos de interesse público, um outro aspecto do trabalho nas empresas, na visão de Walter Maffei, por exemplo, era o fato de não precisar preocupar-se com a busca por contratos. Este trabalho era feito por uma diretoria de caráter assumida-

São Paulo durante o Regime Militar (1964-1985). Tese de Doutorado. Unicamp: Campinas, 2020.

29 IAB-SP. Op Cit.

mente político e de negócios, o que tornava seu trabalho enquanto arquiteto muito mais efetivo e liberado de outros tipos de atuação menos afeitas ao trabalho técnico e de projeto. Não fosse a autonomia do caráter autoral, lhe era garantida, na verdade, uma outra autonomia: a de desenvolver com foco e precisão o projeto enquanto resolução de problemas, a organização de fluxos e sistemas, que demandavam estudos longos e intensivos.³⁰

Se, por um lado, os arquitetos da Hidroservice aqui mencionados foram entusiastas daquela forma de produção de arquitetura, — marcada pela produtividade e pela multidisciplinaridade, responsável pelo projeto de inúmeros equipamentos públicos e infraestruturas do país — por outro lado, no campo profissional de forma mais ampla a figura das grandes empresas de engenharia consultiva também se revelava frustrante em relação às expectativas do papel do arquiteto. Como mostrou a pesquisa de João Carlos Durand publicada em 1972, jovens arquitetos recém formados expressavam decepção ao sair da universidade e deparar-se com um mercado de trabalho em que a opção viável era inserir-se em grandes equipes para participar de uma espécie de linha de montagem, para usar a expressão a que Lefevre atribuiu certo valor. O conflito relatado por jovens arquitetos se devia especialmente ao descompasso entre os espaços de formação e de trabalho. Na universidade a referência central era a atividade do arquiteto enquanto autor, permeada por atributos de genialidade e inventividade, figuras em geral associadas também ao espírito crítico e muitas vezes à cultura política de esquerda. Pelo quadro de professores, o espaço de formação era permeado por determinada estrutura de sentimentos associada também às apostas nacional-desenvolvimentistas correspondentes mais ao otimismo dos primeiros anos 1960 que àquele momento de modernização tecnocrática dos anos 1970. No que diz respeito aos alunos, no entanto, sabe-se que a crítica ao desenvolvimentismo havia ganhado espaço, e que uma postura crítica à própria atividade de projeto fora difundida, de modo que muitos buscavam satisfação de suas expectativas de atuação política na área de planejamento urbano — o que levaria também inevitavelmente às consultorias ou ao setor público — ou, ao fim dos anos 1970 na atuação junto a movimentos sociais emergentes. A ideia recorrente de que haveria um processo mais amplo de “negação da prancheta” em curso naquele período, no entanto, não parece muito fiel à realidade se levarmos em conta a pesquisa sociológica de Durand e a grande quantidade de profissionais absorvidos pelas empresas de consultoria — projeto — e pelo setor público (abordado no capítulo 1).

O espaço crescente do assalariamento e do funcionalismo público na categoria profissional teve, portanto, impacto direto na demanda por sindicalização dos arquitetos. A necessidade teve o IAB-SP como catalisador e lugar de debates iniciais, e figuras como Alfredo Paesani, Vespasiano Puntoni, Jon Maitrejean, entre outros, foram figuras ligadas ao instituto e ativas na mobilização para a fundação do sindicato.³¹

Diferente ainda do setor público, das consultorias de planejamento, ou das empresas de engenharia consultiva, havia grande contingente de arquitetos sendo absorvido pelo mercado da construção habitacional em ascensão vertiginosa à época dada a centralidade do BNH no ciclo econômico do regime. Empresas construtoras desenvolviam projetos modulares e padronizados, que passavam por pequenas alterações para implantação em diferentes áreas da cidade. Nesse quadro, o papel do arquiteto nas equipes tinha distância ainda maior em relação ao ideal de autoria do arquiteto autônomo. Como nas empresas de engenharia consultiva a especialidade era responder a problemas de alta complexidade, de modo a compatibilizar disciplinas diversas e otimizar processos, o papel da arquitetura se mostrava de fato central enquanto articulador, gerenciador e elaborador de sínteses. Já nas encomendas habitacionais, especialmente de menor custo, a otimização acabava por implicar a supressão do papel da arquitetura, rebaixando muitas vezes a participação de profissionais da área à mera aplicação de padrões, repetição e ajuste.³² É claro que isso não deve ser generalizado para toda a experiência de projetos habitacionais relacionados ao BNH, até porque este sistema financeiro foi base de quase toda construção durante as duas décadas de regime militar.

3.1.2 ENGENHARIA CONSULTIVA E SEUS PROTÓTIPOS DE EFICIÊNCIA

Ainda sobre as empresas de engenharia consultiva, vale buscar compreender seu funcionamento, especificidades e lógica de produção a partir de um olhar para projetos como aqueles das próprias sedes das empresas, edifícios constituídos por uma determinada racionalidade que se veria repetida em projetos também para clientela externa em programas análogos.

31 Ver VIDOTTO, Taiana Car. *O papel das instituições representativas dos arquitetos no Estado de São Paulo durante o Regime Militar (1964-1985)*. Tese de Doutorado. Unicamp: Campinas, 2020.

32 PULHEZ, Magaly Marques. *O arranjo gerencial: Estado, empresas de engenharia e arquitetos nos cotidianos de gestão da política habitacional em São Paulo*. Op Cit.



ideia de planta livre no desenvolvimento da arquitetura moderna — de que o Ministério de Educação e Saúde (1936-1943) brasileiro foi um marco —, passando por sua reelaboração em projetos emblemáticos como a Lever Tower (1952) e outros do escritório Skidmore Owings & Wilson, ou nos edifícios corporativos de Mies Van der Rohe como a Seagram Tower (1958). A guinada desse tipo de arranha-céu para as sedes administrativas que analisamos aqui pressupõe a construção de escritórios de uma só empresa, em detrimento da torre corporativa com lajes de aluguel. Pressupõe também, talvez, um tipo de empresa específica que teve maior força nos anos 1970, aspecto que demandaria melhor investigação, mas do qual o grande porte das empresas de engenharia consultiva com suas equipes de centenas de profissionais em diferentes especialidades parece ser um indício relevante. As soluções adotadas para edifícios em menor altura, com maior ocupação horizontal, sua modulação e distribuição dos espaços, volumes de infraestruturas separados das áreas mais flexíveis, como veremos, parecem sintonizados com projetos selecionados à época na publicação alemã sobre edifícios administrativos, de autoria do arquiteto Paulhans Peters, sobretudo com concursos de arquitetura para sedes administrativas na Europa dos anos 1970, dentre os quais propostas para o Banco da Baviera em Munique e a sede da Mobil Oil em Hamburgo se destacam por soluções próximas às que veremos aqui.³⁴

A sede da Hidroservice (1970) em São Paulo, projetada por Paulo Lúcio Brito, é um exemplo relevante. Construída em etapas nos anos 1970, chegou a uma área de aproximadamente 30.000m², para comportar um corpo de

34 PETERS, Paulhans. *Edifícios administrativos*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1974. O exemplar da publicação pertencente à biblioteca da FAU-USP possui carimbo do DOP, da Secretaria de Serviços e Obras Públicas, datado de 1975.

8 Propaganda da
“Sobraf - Construções
industrializadas”
mostrando anexo da
sede da Hidroservice
em São Paulo.
“Construção com
pré-moldados em 90
dias”.



funcionários de mais de 800 profissionais especializados.³⁵ O edifício se organizava em grandes lajes de aproximadamente 1500m², divididas em duas por um hall central, torres de circulação e sanitários, seguindo a distribuição de diferentes setores da empresa. O edifício ficava, portanto, mais definido pela disposição horizontal de seus espaços que pela repetição de pavimentos em verticalização: um subsolo e cinco pavimentos tipo. A laje se estendia por meio de vãos médios e modulação estrita, de modo a garantir certa flexibilidade dos espaços internos, mas sobretudo refletindo uma forma de organização do trabalho que pressupunha diferentes equipes trabalhando no mesmo pavimento, entrando em interação quando necessário e sendo acompanhadas por uma supervisão técnica e em interação com atividades administrativas. Aos pavimentos tipo se somavam ainda áreas de auditório e restaurante. A repetição da laje apenas cinco vezes é acompanhada da reprodução horizontal do espaço, organizada pela racionalidade modular da estrutura. Em uma segunda etapa, um edifício anexo com seis pavimentos e estrutura pré-fabricada em concreto foi adicionado ao conjunto, conectado por uma passarela metálica.

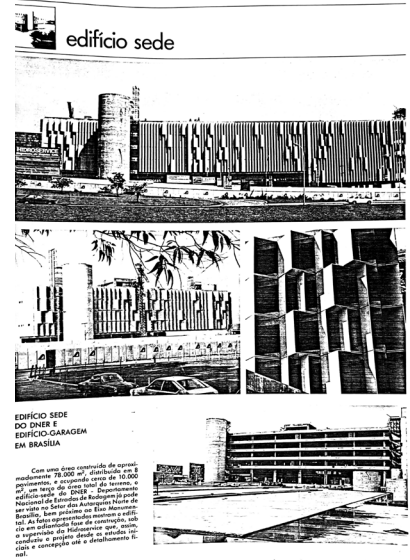
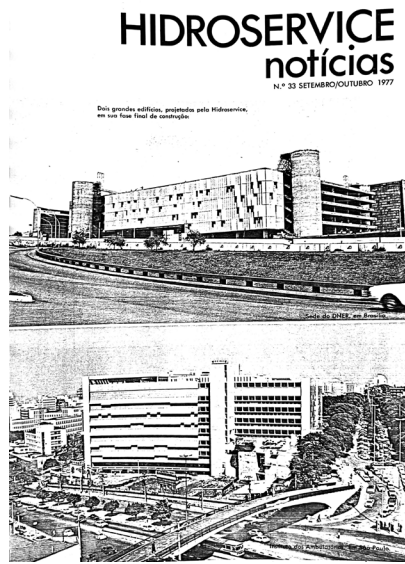
O edifício sede da Hidroservice, assim, constitui objeto eloquente do tipo de eficiência pretendida pela empresa, na medida em que a estrutura tem poucos momentos de exceção, ao mesmo tempo em que alto desempenho no uso do espaço pela interação de equipes multidisciplinares, e finalmente no arremate de todo o volume edificado por brises em placas pré-moldadas em todas as fachadas, de modo a eliminar uma vez mais as exceções, garantir proteção solar e ao mesmo tempo a legibilidade do objeto construído como um todo sem maiores arroubos de autoria.

Parece emblemático que o esquema do edifício Sede da Hidroservice faça parte de um modelo em circulação, que pode ser visto em outros casos de edifícios administrativos, ou de usos relacionados. A sede carioca da empresa era também definida por brises, embora configurando um edifício mais verticalizado. Mesmo o Hotel Maksoud Plaza, símbolo de luxo, recorria aos elementos de concreto na fachada para definir um volume coeso e expressivo na paisagem. Também o Ambulatório do Hospital das Clínicas em São Paulo (1973), projeto coordenado por Rodrigo Lefevre — desdobramento de um estudo anterior a sua entrada na empresa — acabava por ter seu volume externo definido por brises de concreto, embora as especificidades e complexidade do projeto estivessem na organização de fluxos e instalações de seus espaços internos, átrio definido por elementos pré-moldados em concreto, e pavimentos de uso estritamente técnico e de maquinário intercalados com os pavimentos de atendimento, solução alinhada ao esquema de áreas infraestruturais e áreas servidas trabalhado pelo arquiteto Louis Kahn.³⁶ O Centro de Serviços de Comunicação do Banco do Brasil (CESEC), em Brasília, de 1979, foi exemplar também do tipo de edificação com lajes de grande extensão horizontal, com torres de circulação e infraestrutura distribuídas nas periferias de sua planta — formalizadas em volumes fechados com pequenas seteiras distribuídas para ventilação dos ambientes, de modo similar aos volumes no Ambulatório do HC de São Paulo — de modo a liberar ao máximo os espaços internos, e também arrematando todo o volume construído com elementos de quebra-sol. Neste caso, as fachadas foram propostas com grandes planos protegidos por treliças espaciais metálicas, solução que acabou por não ser adotada no edifício construído.³⁷

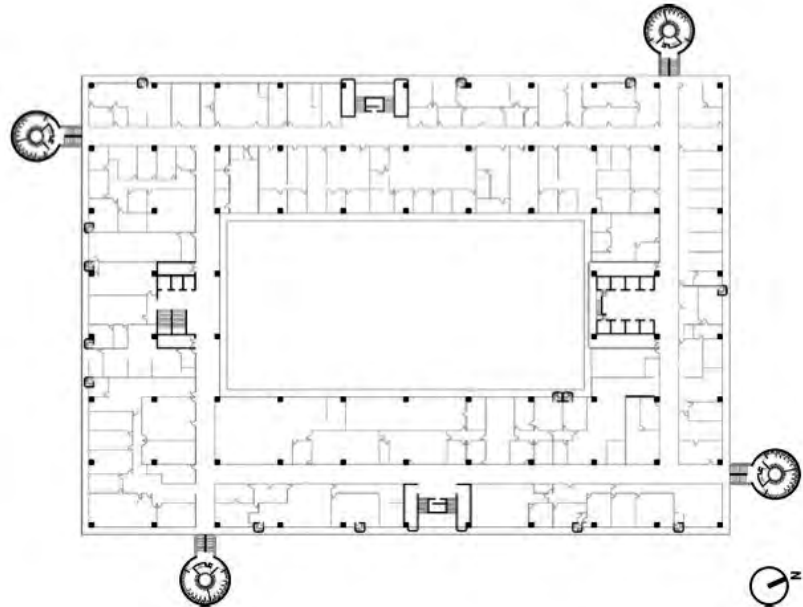
36 Paralelo já levantado por BUZZAR, Miguel. *Rodrigo Brotero Lefèvre e a vanguarda da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019.

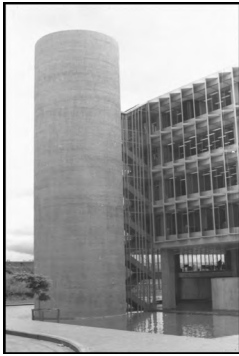
37 Idem.

9 Hidroservice
 Notícias, 1977.
 Reprodução em
 material cedido por
 João Rodolfo Stroeter.



10 Planta Tipo DNIT.
 [Fonte: OLIVEIRA JR, Jorge Antônio de. Edifício-sede do DNIT. Dissertação de Mestrado, UnB, 2017]





A sede do DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem), 1972, em Brasília, também coordenada por Lefevre, parece ter atingido um patamar elevado na aplicação dessa lógica de edifícios administrativos de alta eficiência, por seu detalhamento e racionalidade, mas também por sua expressividade. As instalações para o órgão federal ocuparam, já em fins da década de 1970, quatro pavimentos tipo, dois subsolos e térreo, em um total de 77.000m².³⁸ Situado na vasta paisagem da nova capital — fora do eixo monumental, em uma derivação onde se localizam setores da máquina pública para além dos ministérios — o edifício se define como enorme massa horizontal suspensa sobre térreo livre, com superfície uniforme formada por elementos de concreto com variação de dimensão e abertura. “Uma solução que expressa grandeza sem recorrer ao monumentalismo ou ostentação material, mas rica em volumes e espaço, e sem virtuosismos formais”, assim a Hidroservice apresentava publicamente o projeto da nova sede do DNER.³⁹

O volume edificado paira sobre espelhos d’água que definem o chão de seu perímetro, através dos quais se acessa o térreo amplo e aberto, entre piso de granilite escuro e forro em laje plana de concreto aparente. O térreo livre tem seus espaços de circulação e abrigo equilibrados por um grande pátio interno ajardinado definido pela organização da planta tipo em torno de um pátio central. Ainda no térreo, um volume de exceção — o auditório — se destaca como elevação no solo e para além dos limites da projeção do edifício suspenso. Próximo aos cantos do edifício, em cada uma das quatro faces, foram localizadas quatro torres cilíndricas de aproximadamente 40m de altura, que concentram escadarias e banheiros, de modo a centralizar

38 “Edifício para sede do DNER” In. *Revista Módulo*, n.66, 1981

39 *A Construção São Paulo*, n.1520, 1977.

13 e 14 DNER
recém construído
(imagem Dissertação
de Mestrado Humberto
Piu);
Fotografia de maquete
no local da obra
em andamento,
publicada na revista A
Construção São Paulo,
n.1520, 1977.



infraestruturas de circulação vertical, fuga, e hidráulica, complementando escadarias maiores existentes no corpo do edifício.

Com a concentração das prumadas hidráulicas nas torres destacadas, enquanto definição estrutural do partido do projeto, as lajes em grelha de concreto resultaram livres de interferências de instalações, que passavam ou no contrapiso ou sobre o forro falso em alumínio. O pavimento tipo, de aproximadamente 8.000m², ficava completamente aberto à subdivisão em divisórias móveis de acordo com o trabalho das equipes e setores daquela repartição pública, dentro de uma modulação estrutural com vãos de 11,70m². Uma outra solução, contudo, complementava a possibilidade de flexibilidade de usos aberta por tal amplitude: entre os elementos quebra-sol na fachada e a caixilharia de vidro, um trecho de laje se configurava como passadiço técnico para manutenção externa, ao mesmo tempo em que abria faixa de entre-forro perimetral para a passagem de instalações hidráulicas leves, viabilizando a criação de banheiros novos associados às salas de gerência próximas à fachada externa.⁴⁰

Ainda que o projeto tenha previsto a instalação de sistemas de ar-condicionado,⁴¹ a proteção solar, em elementos pré-moldados de concreto, teve

40 OLIVEIRA JR, Jorge Antônio de. *Edifício-sede do DNIT: o monumento de Rodrigo Lefevre fora do eixo*. Op Cit.

41 Um dos subsolos do edifício concentrava reservatório de água, casas de máquinas, sistemas de ar-condicionado e incêndio, e até mesmo sistema “no break” para computadores do órgão. A reportagem sobre o edifício na revista *A Construção São Paulo* destaca sistemas e instalações, além das soluções arquitetônicas e estruturais, de modo a ficar evidente o momento histórico em que a construção civil atingia então outro patamar de normatização. O uso de *sprinklers* e portas corta-fogo, bem como o funcionamento das instalações hidráulicas, elétricas e de ar-condicionado são motivo de atenção para a revista.

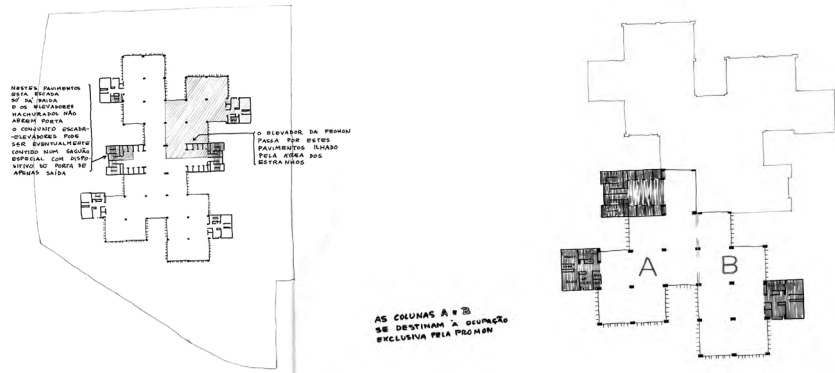


papel central em seu desenvolvimento. A solução foi resultado de um estudo minucioso da arquiteta Anésia Barros Frota, especialista em geometria da insolação,⁴² algo que parece corresponder com a especialização em curso na disciplina, processo com lugar relevante dentro das empresas de engenharia consultiva. A alta eficiência de uso e construção daquele edifício se materializou através de uma consistência estética em diálogo com a produção contemporânea à época, de Louis Kahn — na forma de hierarquizar usos e espaços, refletindo na planta e estrutura de modo definidor —, ou mesmo da tradição que desde os anos 1950 se desdobrava a partir do convento de La Tourette de Le Corbusier, e dentro da qual Lefevre se formara com professores como Carlos Millan.

A tipologia de edifício administrativo que abrigou setores administrativos como o DNER em Brasília ou empresas de engenharia com grandes equipes multidisciplinares, pode ser compreendida em sua diferença em relação a torres corporativas, por exemplo. Enquanto a primeira tem espaços marcados pela extensão horizontal e modulação estrutural compatível com certa flexibilidade de usos, a segunda, também definida por uma clara e otimizada modulação estrutural, ganha forma especialmente através da multiplicação do solo e de sua comercialização, de modo que a extensão horizontal interessa menos que a repetição dos pavimentos em dimensões dadas pelo lote disponível e pela legislação urbana.

O edifício construído para abrigar a sede da Promon, com projeto de Marcello Fragelli de 1974, e obra realizada em etapas até 1989, parece operar certa forma de combinação entre os dois tipos. Localizado no bairro do Itaim,

42 OLIVEIRA JR, Jorge Antônio de. *Edifício-sede do DNIT: o monumento de Rodrigo Lefevre fora do eixo*. Op Cit.



à avenida do Córrego do Sapateiro, à época, que viria a chamar-se avenida Juscelino Kubitschek, em São Paulo, o Condomínio São Luís chega a explorar ainda mais a arquitetura resultante da lógica de modulação estrutural gerando espaços a partir de uma quadrícula em planta. Além de expandir-se horizontalmente, o projeto foi desenhado para construções em diferentes etapas; mais uma camada de flexibilidade, em consonância com as possibilidades de investimento da empresa. Tal raciocínio parece viabilizar também certa liberação do grande retângulo que acabava por ser definido nos outros casos mencionados. A modulação da estrutura de 10m em 10m guia variações em planta, operando uma forma de conexão entre torres, algo que conferia ao partido de projeto aspectos tectônicos não definidos apenas pela superfície de quebra-sol, como vimos nas outras sedes. Essas “reentrâncias”, segundo Fragelli, visavam aproximar as áreas de escritório das janelas, evitando conformar um grande piso em que as áreas ocupadas em seu miolo ficassem muito distantes da luz natural.⁴³

Neste esquema, os volumes acabam por se destacar uns dos outros por consequência do próprio raciocínio estrutural em planta. Soma-se a isto ainda o uso de painéis verticais associados a *brises* horizontais de menor peso e a aberturas controladas e pequenas seteiras, que contrastam e delimitam volumes vizinhos em concreto. A textura dos materiais manipulados parecia dialogar naquele momento com produções que iam de Paul Rudolph a Lina Bo Bardi. Segundo Fragelli a textura se inspirava no metrô de Montreal, em versão mais econômica, que traria maior verticalidade àquele conjunto considerado baixo.⁴⁴ Nesse sentido, vale chamar atenção para a evidente contra-

43 FRAGELLI, Marcello. *Quarenta anos de prancheta*. São Paulo: Romano Guerra, 2012.

44 idem.



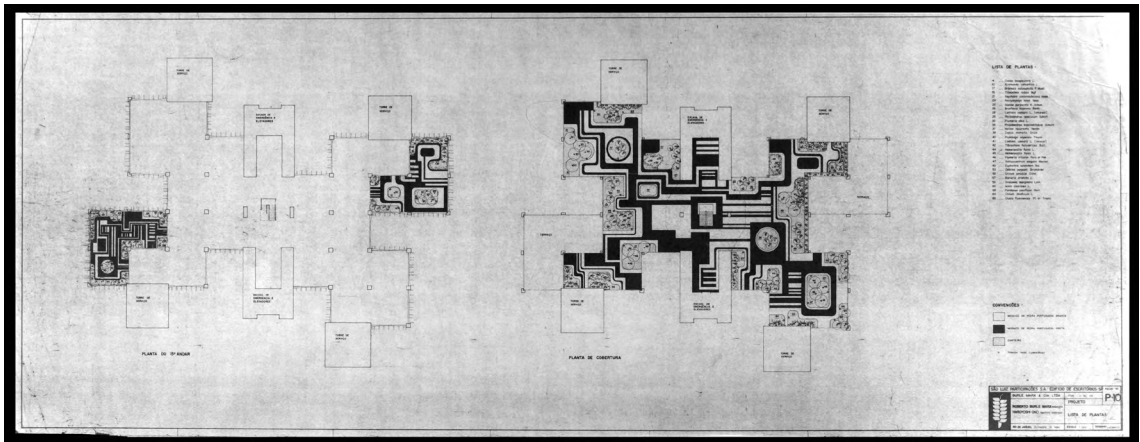
19 e 20 Fotos José Moscardi e Moscardi Jr. Revista Projeto, n.123, 1989

dição entre a eficiência do projeto em diversos aspectos — sua racionalização modular, seus sistemas de instalações, entre outros — e o caráter artesanal da execução da textura no concreto dos blocos fechados, algo incompatível com as dimensões do conjunto. A análise do complexo publicada na revista *Projeto* de 1989 descreve o trabalho do qual resultava percepção mais orgânica e menos padronizada da textura do material:

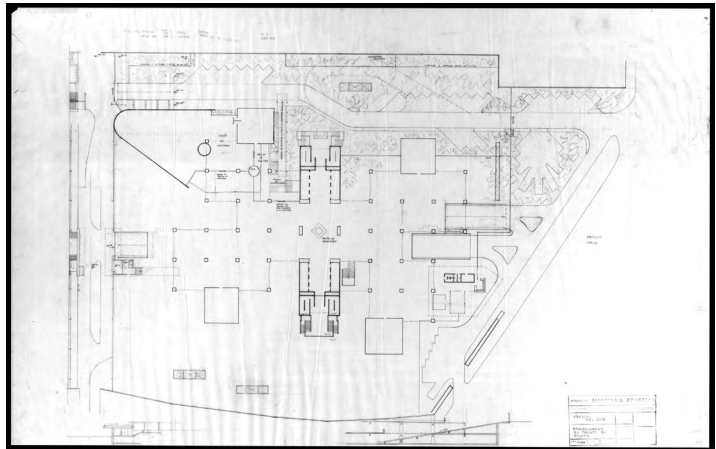
“Nas torres — blocos maciços fechados —, o projeto buscou uma textura de concreto que transmitisse a ideia de força e peso; conseguiu-se isso com uma fôrma especial de tábuas verticais de larguras variadas, cortadas com serra em ângulo de 30 graus, de modo que entre uma e outra penetrasse o concreto, criando franjas quebráveis aleatoriamente na desforma”⁴⁵

Em outra operação que confere ao projeto certo aspecto de movimento, a negação de um volume prismático ao modo da tradição modernista acaba por criar uma área de pilotis também diferente, definida por reentrâncias que puderam ser exploradas pelos desenhos de piso e projeto paisagístico de Roberto Burle Marx, que desenhou também o terraço-jardim na cobertura do edifício. Em meio ao chão livre, o auditório surge como volume de exceção, definido por parede curva em concreto aparente, de modo muito próximo àquele feito no DNER, em Brasília, embora aqui com maior investimento na expressividade das curvas.

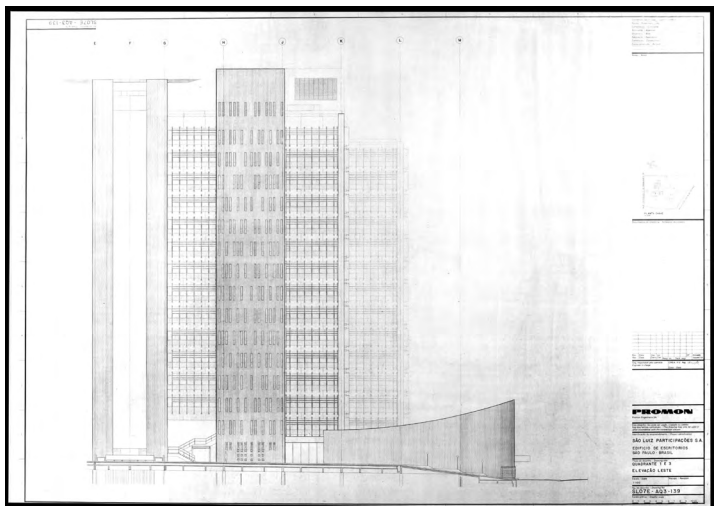
45 “Circulações e usos flexíveis no edifício-sede da Promon” In. Revista *Projeto*, n.123, 1989. (Texto publicado sem autoria, parece ser de autoria do próprio Marcello Fragelli)



21 Planta de pisos,
Terraço jardim na
cobertura, Roberto
Burle Marx.
Coleção Marcello
Fragelli, Seção de
Materiais Iconográficos
Biblioteca da FAUUSP



22 Planta Térreo.
Pilotis e acessos, ainda
sem desenho de Burle
Marx.
Coleção Marcello
Fragelli, Seção de
Materiais Iconográficos
Biblioteca da FAUUSP



23 Elevação
Condomínio São Luís,
1974.
Coleção Marcello
Fragelli, Seção de
Materiais Iconográficos
Biblioteca da FAUUSP

No memorial descritivo do partido de projeto — escrito à mão por Fragelli em volta de um croqui definido apenas pela linha exterior do edifício — destaca-se: “Um edifício sem luxo, mas de alta categoria, que apresente a Promon”, descrição que também lembra aquela feita para o edifício projetado pela Hidroservice em Brasília. Ao mesmo tempo, o memorial o caracteriza como um “prédio não específico”, uma vez que seus pavimentos poderiam ser locados ou vendidos, de modo que o projeto não dependia da ocupação de uma só empresa para seu bom funcionamento.⁴⁶

Se Fragelli descrevia o projeto inicialmente como um edifício baixo, ao longo do processo teve que responder à demanda de aumento de área construída — logo, também a altura do edifício, que chegou a quatorze pavimentos — devido à promulgação da nova Lei de Zoneamento (que discutiremos adiante), que acabava por impactar no valor do terreno e levar a empresa a criar a nova condição para o projeto.⁴⁷ Assim fica explícito o caráter híbrido daquele projeto, entre os edifícios administrativos como aqueles das sedes de grandes empresas, descritas há pouco, e as torres corporativas que analisaremos a seguir. O Condomínio São Luís é, portanto, vertical e horizontal ao mesmo tempo. Sua modulação se estende horizontalmente viabilizando grandes equipes distribuídas em uma mesma laje livre, ao passo que o pavimento tipo é multiplicado e a localização do eixo de torres de acesso garante possibilidade de subdivisão dos andares em ao menos quatro partes. Nesse sentido, a implantação de acessos separados, para Promon e outras empresas, foi objeto de estudos detalhados e que se desdobraram no tempo e em modificativos de projeto. Ao longo do desenvolvimento do projeto e da obra a divisão de acessos foi suprimida — especialmente tendo em vista as projeções da economia nacional desfavoráveis para o crescimento da Promon previsto no início do projeto, favorecendo assim a consolidação da empresa como apenas uma parte do condomínio — de modo a reforçar o caráter de térreo livre sob pilotis.⁴⁸

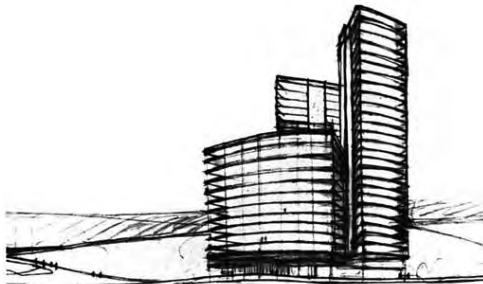
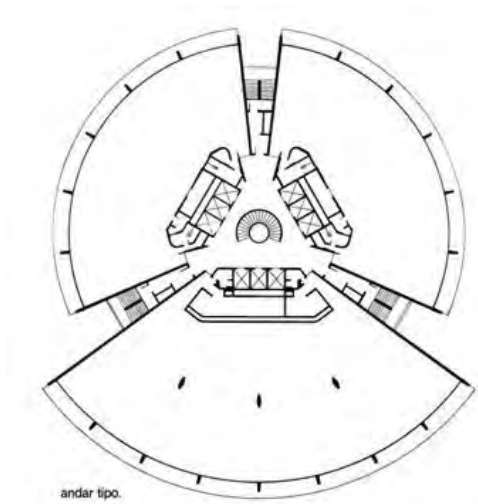
A divisão da planta em quadrantes, com eixo central de circulação vertical — que acaba por ser pouco perceptível no volume final dadas as reentrâncias operadas pelos módulos estruturais — acabou por ser reiterada na planta por uma demanda do corpo de bombeiros, obrigando a construção

46 Memorial do projeto, pranchas na Coleção Marcello Fragelli, Seção de Materiais Iconográficos da Biblioteca da FAUUSP.

47 FRAGELLI, Marcello. *Quarenta anos de prancheta*. Op Cit.

48 MOURA FILHO, Mário Tavares & SAKURAI, Tatiana. “A importância dos acervos iconográficos para a compreensão do processo projetual na arquitetura: o exemplo do edifício São Luiz, de Marcello Fragelli” in. *Anais do 8o Seminário Docomomo SP*, 2022.

24 a 26 Sede da Serete, Jorge Wilhelm, (1971). Planta, Croqui e Foto do trecho construído.
[Fonte: sítio eletrônico Acervo Jorge Wilhelm]



de paredes corta-fogo para setorização horizontal do espaço e das rotas de fuga e propagação da chama. Mais importante, entretanto, foi que tal setorização acabou por facilitar o faseamento da obra em si. Ao longo dos quatorze anos, entre projeto e obra, as etapas de obra por quadrante passaram por modificações de detalhamento ou mesmo de elementos relevantes, como a laje nervurada aparente aplicada inicialmente e substituída, em fases posteriores, por forros falsos, modificação que teria ocorrido após saída de Fragelli da empresa e da coordenação do projeto, em 1983, devido à situação cada vez mais insustentável na empresa por conta da crise econômica no país.⁴⁹

Vale ainda mencionar outras sedes administrativas das empresas de engenharia com situações diferentes, mas que confirmam os mesmos tipos de demanda nos espaços de trabalho. A IESA, segundo o arquiteto Walter Maffei, ocupou um edifício antigo em que funcionava uma fábrica de tecidos, com pavimentos amplos porém reproduzidos verticalmente. O arquiteto ficou responsável pela reforma e readequação do edifício existente para a instalação da sede.⁵⁰ Também a SERETE teve sua sede projetada por um arquiteto colaborador, no caso, Jorge Wilhelm, que havia participado da concorrência para os projetos do Metrô de São Paulo junto à empresa em 1968, além de outros projetos desenvolvidos em colaboração. A sede da empresa, aqui, fora lugar de maior experimentação para o arquiteto, diferente do pragmatismo visto em outros casos. O projeto juntava três torres, de modo similar às divisões geradas no projeto da Promon por Fragelli. Na Serete, no entanto, a divisão foi feita a partir da lógica radial da planta circular. A estrutura de concreto aparente se distribuía de modo perimetral na fachada curva, tendo uma linha a mais de colunas apenas na torre mais larga e profunda em planta. Apenas uma das torres foi construída, no entanto.

Considerando-se portanto o perfil de atuação de arquitetos no amplo escopo de encomendas decorrentes do modelo de desenvolvimento adotado pelo regime militar, vale retornar às diferenças entre os projetos para as empresas de consultoria — reconhecidas como espaço de técnica avançada — e a produção habitacional para o BNH. Se o primeiro abria espaço para a atuação de arquitetos junto à excelência técnica e à eficiência do projeto voltadas à produção de infraestruturas públicas de modo geral, o segundo podia ser visto como também atendendo a uma demanda social, uma vez que se tratavam de unidades habitacionais. Como já mencionado, no entanto, a produção habitacional acabou por ser lugar sobretudo da repetição, da padro-

49 idem.

50 Entrevista com Walter Maffei realizada pelo autor em 2023.

nização e do barateamento, na qual grande parte do campo profissional não reconheceu como espaço possível de atuação, apesar de muitos terem trabalhado dentro de construtoras que produziram em grande escala naquele contexto, ou mesmo alguns que encontraram brechas de atuação específicas dentro das possibilidades que aquela política proporcionava.

É revelador, nesse sentido, ver como no depoimento de Lefevre, em 1979 no IAB-SP, o arquiteto defende as empresas de consultoria e seus projetos de equipamentos de finalidade social, de modo a transferir a carga de “contradição” para os colegas arquitetos que trabalharam para encomendas do BNH naquele período, sugerindo que essas sim seriam produto da ditadura e problemáticas para o campo profissional.⁵¹ Veremos adiante alguns dos diferentes caminhos tomados neste contexto, seus significados para a produção arquitetônica e para a expansão urbana no período.

3.2 POLÍTICA HABITACIONAL E MERCADO IMOBILIÁRIO

A enorme expansão do setor da construção civil teve, como vimos, impacto nas formas de organização do trabalho da arquitetura. Grande parte das encomendas públicas de projetos para infraestrutura pesada foram direcionadas às empresas de engenharia consultiva, que absorveram largos contingentes de arquitetos assalariados em suas equipes. O motor do crescimento econômico do “milagre brasileiro”, no entanto, não estava concentrado somente nas obras de alta complexidade projetual ou tecnológica. Dois outros eixos da construção civil mantinham a roda daquela economia a girar, com menor grau de complexidade e, portanto, alta capacidade de ganhos intensivos e em escala: a construção de estradas,⁵² como mencionado no capítulo anterior, e a construção de unidades habitacionais. O segundo item esteve no cerne do funcionamento do Banco Nacional de Habitação (BNH), que, como vimos, financiou vasto escopo de obras de infraestrutura, mas voltava-se sobretudo para a produção habitacional. Como apontado de modo contundente por vários autores desde os anos 1970, sabe-se que o banco financiou sobretudo a produção de unidades voltadas às classes médias urbanas e foi responsável também pela criação de conjuntos periféricos em áreas ainda muito pouco servidas por infraestrutura pública, entre outros aspectos definidores da “lógica da desordem”⁵³ na urbanização de cidades como São Paulo naquele período.⁵⁴

Durante os anos 1970, os projetos para produção habitacional decorrentes das políticas do BNH, além disso, foram concentrados sobretudo nas próprias construtoras e incorporadoras do período ou nas COHABs (Companhias Estaduais e Municipais de Habitação), e não em empresas de engenharia consultiva⁵⁵ — que se ocupavam de obras públicas de alta complexidade — e muito menos em escritórios autônomos de arquitetos, com algumas exceções

52 FLORENCE, Luiz R. A. *Arquitetura e Autopia: infraestrutura rodoviária em São Paulo 1952-1972*. (Tese de Doutorado) São Paulo: FAUUSP, 2021.

53 Para usar o termo qualificado no trabalho CAMARGO, Cândido P. F. et. alli. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Edições Loyola, 1975.

54 BOLAFFI, Gabriel. “A casa das ilusões perdidas: aspectos sócio-econômicos do Plano Nacional de Habitação”, In. *Caderno CEBRAP* n.27. São Paulo, 1977 ; KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980 ; AZEVEDO, Sérgio de & ANDRADE, Luís A G de. *Habitação e Poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982 ; MARICATO, Ermínia. *Política habitacional no regime militar: do milagre brasileiro à crise econômica*. São Paulo. Vozes, 1987.

55 PULHEZ, Magaly Marques. *O arranjo gerencial: Estado, empresas de engenharia e arquitetos nos cotidianos de gestão da política habitacional em São Paulo*. Op Cit.

27 Trecho de carta de Jorge Oscar de Mello Flores a Glycon de Paiva, Apêndice R, 1964: A Conquista do Estado, René A Dreifuss.

1) Preparar, com a maior rapidez possível, os projetos de reformas de base que os esquerdistas, petebistas e demagogos consideram vitais para nosso País.

11) Tais projetos são:

110) Reforma agrária, já pronta e em mãos da A.D.P.

112) Reforma bancária, facilmente elaborável a partir dos projetos da Comissão designada pelo Ministro Miguel Calmon e do Congresso de Reformas de base de S. Paulo.

113) Reforma urbana, restringindo-se principalmente ao problema da moradia própria, já em estudo avançado pelo IBOP, entregue com o estudo de Alvaro Cotto da A.D.P.

114) Reforma administrativa, já

que veremos adiante. Se os técnicos eram valorizados nas consultorias, na produção para o BNH era o modelo econômico e de reprodução das unidades que tinha a maior importância. Como mostrou a pesquisa de José Carlos Durand em 1972, o trabalho de arquitetos dentro das construtoras era tratado de forma análoga àquele dos *peões*, e devia se enquadrar na lógica comercial de massificação.⁵⁶

Para além da generalização desse trabalho, ao qual — de forma problemática — se atribui a caracterização de anonimato, é indispensável incluir dentro deste contexto alguns casos de avanços na modulação e padronização de elementos construtivos, e também as obras de exceção viabilizadas por incorporadoras de menor porte e seus contratos junto a escritórios autônomos que resultaram em obras reconhecidas no campo e na historiografia, como veremos adiante.

3.2.1 CONFLITOS EM TORNO DO MODELOS BNH

Antes de abordar esta produção arquitetônica, para tratar do impacto da política urbana e habitacional do regime no campo da arquitetura é importante ressaltar um primeiro aspecto, presente desde a tensão política pré-golpe de 1964: o caráter estratégico do problema habitacional. Se respostas contundentes emergiam do campo da esquerda em momentos como o Seminário de Habitação e Reforma Urbana, em 1963, ou em escala municipal e estadual como nas gestões democrático populares em Pernambuco e Rio Grande do Sul, o campo conservador se articulava para apresentar propostas alternativas e disputar popularidade, movido pelo medo da expansão de hegemonia

das esquerdas, que buscavam soluções para o problema social estrutural do país. A ofensiva da direita na disputa pelas soluções para o problema habitacional passou por propostas de reprodução dos programas de “erradicação de favelas” do Rio de Janeiro de Carlos Lacerda, pelo investimento das agências estadunidenses no Nordeste — sobretudo a partir dos acordos USAID —, por estudos dos centros de referência da produção intelectual golpista e conservadora, como IPES e IBAD,⁵⁷ até culminar no próprio desenho institucional proposto pelo primeiro governo militar, desembocando no Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

Para além da relação já instituída com a Aliança para o Progresso em 1949, da qual eram oriundos alguns atores centrais da direita organizada nas décadas posteriores, desde o início dos anos 1960 o governo Kennedy vinha trabalhando na formulação de acordos para aumentar a influência dos EUA sobre o Brasil por meio de programas de ajuda econômica e empréstimos. O presidente norte-americano deu foco pessoal à região Nordeste do Brasil como problema a ser enfrentado, estabelecendo acordos entre USAID e a Sudene, para financiamento de obras de emergência e fornecimento de alimentos nas épocas de seca. Os programas envolveram também a provisão de habitação, incluindo projetos de “auto-ajuda” (*self-help*) na construção de unidades.⁵⁸ Este contexto político e diplomático foi objeto de conflitos, uma vez que a ajuda estadunidense pressupunha o controle sobre a aplicação dos recursos e a supervisão dos programas em andamento no Brasil, o que ia contra os pressupostos de soberania nacional e as razões de ser da Sudene. Se a autarquia voltava-se ao objetivo de impulsionar o desenvolvimento regional e a superação do subdesenvolvimento, a agência norte-americana tinha como objetivo central a ação estratégica voltada à “segurança” — dentro de uma perspectiva de Guerra Fria. Investir no Nordeste brasileiro era movimento crucial, na visão de Kennedy, para evitar a adesão da população aos emergentes grupos de guerrilha, tendo em vista o momento internacional e o peso da experiência cubana na América Latina. Frente aos impasses decorrentes de tal ingerência e do reconhecido impulso imperialista frente ao problema habitacional, as recomendações resultantes do SHRu em

57 LUCCHESI, Maria Cecília & ROSSETTO, Rossella. “A política urbana no governo militar (1964-1985)” In: BONDUKI, Nabil (org). *A luta pela reforma urbana no Brasil: do Seminário de Habitação e Reforma Urbana ao Plano Diretor de São Paulo*. São Paulo: Instituto Casa da Cidade, 2018. pp.35-81

58 SOUZA, Diego B. Inglez. *Reconstruindo Cajueiro Seco: arquitetura, política social e cultura popular em Pernambuco (1960-1964)*. Dissertação de Mestrado. FAUUSP São Paulo, 2008.

1963 incluíram a necessidade de órgão federal regulador da entrada de investimentos externos para programas do tipo.⁵⁹

A legislação para a política habitacional criada logo no nascer do regime militar tinham muito em comum com a postura de Kennedy na busca por neutralizar o debate à esquerda e suas soluções para problemas sociais que incluíam a habitação. Trata-se de mais um elemento dentro da visão de “segurança nacional”, que visou ocupar um vácuo político na provisão de habitação em grande escala. A continuidade dessa abordagem é reiterada, agora com outro enfoque, no dizer do próprio ministro Roberto Campos sobre o recém criado BNH, em 1966, compreendendo a habitação eminentemente enquanto fator de estabilização social: “O proprietário da casa própria pensa duas vezes antes de se meter em arruaças ou depredar propriedades alheias e torna-se um aliado da ordem.”⁶⁰

A direita organizada no contexto pré-golpe, sobretudo no IPES e no IBAD, buscava consolidar o quanto antes uma ação direcionada para fazer frente aos itens centrais da agenda de Reformas de Base, de modo a desarticular o centro do discurso das esquerdas naquele momento, bem como seus principais trunfos de apoio popular. Entre esses pontos, estavam a Reforma Agrária e a Reforma Urbana, esta última deveria ser abordada pela direita “restringindo-se principalmente ao problema da moradia própria”, conforme constava em correspondência entre membros do IPES publicada na pesquisa de René Dreifuss.⁶¹ A abordagem torna evidente os desdobramentos da política habitacional que seria desenhada no regime, voltada ao financiamento do produto final e ao impulsionamento do empresariado da construção, sem qualquer base de planejamento econômico e produtivo associada, muito menos direcionando-se à estrutura fundiária.

Em busca de legitimação e apoio popular, os grupos golpistas afirmavam que os problemas sociais e habitacionais eram questões técnicas, e não políticas.⁶² As articulações de propostas alternativas àquelas formuladas pela esquerda no período pré-golpe tiveram participação inclusive de arquitetos que circularam no IAB Guanabara, como Harry James Cole e o engenheiro

59 Idem.

60 Seminário Sobre o Plano Nacional de Habitação, São Paulo, 1966. *Plano nacional de habitação*, s.1. Banco Nacional da Habitação, 1966. v. 2, pp. 20-21. Apud. AZEVEDO, & ANDRADE, . *Habitação e Poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação*. p.41

61 DREIFUSS, René. *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1987.

62 LUCCHESI, Maria Cecília & ROSSETTO, Rossella. “A política urbana no governo militar (1964-1985)” Op Cit.

Rubens de Mattos Pereira, que viriam a ser responsáveis pelo desenvolvimento da política urbana no início do regime, sob o comando de Roberto Campos no Ministério do Planejamento, e também José Eduardo de Oliveira Penna, engenheiro e diretor do BNH a partir de 1965.⁶³

O evidente caráter estratégico do tema se faria ver imediatamente após o golpe civil-militar. O assunto deveria ser abordado junto à questão da Reforma Agrária, também objeto central na busca por atenuar o descontentamento de setores da população por meio de uma resposta do regime como o Estatuto da Terra. Antes mesmo do golpe, o projeto de lei para o BNH já estava pronto, a despeito das disputas internas ao próprio campo golpista, como mostrou Mariana Fix sobre os diferentes interesses em jogo em sua formulação.⁶⁴ Em 1o de Maio de 1964, a imprensa anunciou a prioridade para o problema habitacional dada pela presidência da República. Na semana seguinte à divulgação da nova lei, IAB atuou junto ao Congresso Nacional para comentar e se opor a uma série de pontos da proposta que conflitavam com a compreensão que desde o Congresso de Arquitetos de 1954 vinha se consolidando nos fóruns da categoria profissional. O Instituto se colocou à disposição para atuar junto ao novo governo, mas não sem apontar críticas.⁶⁵

“(...) o IAB vê com apreensão o encaminhamento do problema habitacional ser interrompido por força do movimento político de 31 de março de 1964. Contudo, ao serem divulgados os firmes propósitos do governo Castelo Branco em empenhar-se a fundo na solução do problema habitacional do país, o IAB imediatamente envia um telegrama ao presidente da República, congratulando-se com a atitude e colocando-se à disposição para participar de um tal esforço”⁶⁶

O trabalho minucioso do IAB elencando uma série de medidas e comentários ao texto apresentado pelo governo acabaria por ter efeito quase nulo. A urgência do tema e a truculência do novo regime não abriam espaço para tal diálogo, apesar de muito do conteúdo que dava forma ao nascente SFH

63 Idem.

64 FIX, Mariana de A B. *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2011.

65 SERRAN, João Ricardo. *O IAB e a política habitacional (1954-1975)*. IAB: São Paulo: Editora Schema, 1976.

66 idem.

e ao BNH vir justamente dos insumos gerados pelo Seminário de Habitação e Reforma Urbana de 1963.⁶⁷ Ao contrário de um desenho institucional, como proposto em 1963, para resolver o problema da habitação integrando aspectos que iam da questão fundiária ao planejamento da industrialização da construção, passando pela arrecadação de recursos junto à atividade imobiliária, ou para direcionar políticas de planejamento urbano — o que o Serfhau, como vimos, teve limitações fundamentais para fazer de fato — a criação do SFH fazia parte de um conjunto de reformas administrativas e econômicas e visava sobretudo impulsionar a economia nacional.⁶⁸

Se na primeira presidência do Banco, com Sandra Cavalcanti, o objetivo central era reproduzir experiências que se iniciavam no Rio de Janeiro para a “erradicação de favelas” e construção de conjuntos habitacionais nas periferias urbanas, — nos dois primeiros anos do regime, 19 COHABs foram construídas no país — a pressão de grupos financeiros apoiadores do regime buscou acertar a orientação do BNH para o indiscriminado fomento ao setor da construção civil.⁶⁹ A aprovação da Lei 4.864, em Novembro de 1965, que criou medidas de estímulo à ao setor da construção civil, foi no sentido de flexibilizar os critérios de aplicação do financiamento àquele setor, reduzindo desde aquele momento o enfoque em setores de renda mais baixa, por exemplo.⁷⁰ Passados oito anos, em 1973, o BNH lançou o PLANHAP (Plano Nacional de Habitação Popular), em reconhecimento à insuficiência dos investimentos em atendimento à demanda social para qual o Banco teria sido criado a princípio. Até então, apenas 8,21% dos financiamentos concedidos tinham tal natureza social, enquanto mais de 60% voltava-se ao mercado da construção civil diretamente, através do SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo). Por outro lado, as limitações do financiamento fora de programas específicos de habitação social, restringiram consideravelmente o acesso às camadas de renda mais baixa, de modo que aproximada-

67 KOURY, Ana Paula & BONDUKI, Nabil. “Das reformas de base ao BNH. As Propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana”, in. *Arquitextos*. São Paulo. Ano 10. N.120.02. Vitruvius. Maio 2010.

68 Nos primeiros anos do regime foram feitas Reformas Trabalhista — incluindo a Lei de Greve e a Política Salarial — Tributária, Penal e da Previdência. Transversal a essas reformas e à política habitacional e urbana estava a criação do FGTS.

69 Ver FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia L. Capítulos da Memória do Urbanismo Carioca: depoimentos ao CPDOC-FGV. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

70 Segundo Luciana Royer, tal guinada na orientação do Banco se baseava no modelo “savings and loans” estadunidense, com diferenças como o caráter nacional. ROYER, Luciana E. Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas. São Paulo, FAU-USP. Tese de Doutorado, 2009.

mente 80% dos empréstimos concedidos pelo Banco se voltaram às classes média e alta.⁷¹ E mesmo no âmbito do PLANHAP, o foco acabou por se voltar a faixas entre 4 e 5 salários mínimos, potencializando a construção para classes médias urbanas.⁷² É certo que a produção de grandes conjuntos habitacionais para renda mais baixa continuou existindo desde o início do BNH, especialmente através das COHABs, com grandes obras nas periferias urbanas ainda remotas e sem acesso a infraestrutura, empreendimentos estes que também eram usados pelo regime como peça de propaganda para demonstrar sua pretensa preocupação social e a eficiência de sua política habitacional.⁷³

Segundo Ermínia Maricato demonstrou já em 1987, o SFH havia financiado mais de 3,5 milhões de unidades habitacionais em 17 anos de existência. O setor da construção civil ocupava, em 1980, 7,2% da população do país, para além de seus impactos indiretos no setor industrial. Ainda assim, o subsetor de edificações não era o mais dinâmico na área, e sim aquele da construção pesada.⁷⁴ Com todo o esforço empenhado pelo SFH em financiar a reprodução do capital imobiliário, a produção habitacional para as camadas de renda mais baixa corresponderam à menor fração das obras realizadas. Este quadro é fundamental para compreender a transformação do ambiente construído em cidades com franco processo de metropolização como São Paulo, na dinamização de seu mercado imobiliário para as classes médias mas também na produção automática de uma periferia autoconstruída, frequentemente estabelecida sobre loteamentos irregulares.

Na leitura de Maricato, o sistema foi bem sucedido considerando o objetivo de promover a habitação como mercadoria a ser comercializada em moldes estritamente capitalistas, algo que evidentemente deixou de fora parcela considerável da população. Isso se deu através do fortalecimento de empresas ligadas ao financiamento, à produção e à venda de moradia, por meio da drenagem de recursos da poupança voluntária e recursos compulsórios via FGTS, parte das reformas do regime que, como mencionado anteriormente, só foram possíveis graças à repressão e intervenção nos sindicatos. Sob a forma da casa própria, algo em torno de 90% dos apartamentos lançados nas cidades brasileiras desde 1964 período tinham financiamento

71 Idem.

72 MARICATO, Ermínia. *Política habitacional no regime militar: do milagre brasileiro à crise econômica*. São Paulo. Vozes, 1987.

73 Sobre as COHABs e grandes conjuntos em São Paulo, como o de Cidade Tiradentes, ver SOUZA, Diego B. I. *Tumulto no Conjunto: habitação, utopia e urbanização no limite de duas metrópoles contemporâneas. São Paulo / Paris (1960-2010)*. Tese de Doutorado, FAU-USP / Université Paris Panthéon-Sorbonne, 2014.

74 MARICATO, Ermínia. Op Cit.

do SFH.⁷⁵ Por um tempo, grande parte da classe média beneficiária do financiamento direto ao consumidor se reverteu em apoio ao regime, bem como do setor empresarial da construção, intimamente ligado às bases de seu funcionamento desde o início. Este quadro só passaria a mudar com as sucessivas crises desde 1974, combinadas ao enfraquecimento político decorrente de uma miríade de circunstâncias.

O regime havia, desde suas primeiras reformas, buscado estabilizar a inflação através do arrocho salarial. A maior parte dos trabalhadores atingidos por essa política ficaram de fora dos programas de financiamento do BNH, uma vez que se tornaram inelegíveis para atender parte dos critérios estabelecidos.⁷⁶ Assim, a maioria da população que recebia até cinco salários mínimos ficava excluída da política habitacional.⁷⁷

O próprio presidente do BNH, em 1971, já deixava claro que naquele momento do desenvolvimento brasileiro tratava-se não de resolver o problema da habitação de fato, mas dinamizar o setor da construção civil com mais encomendas e geração de empregos, algo que ele mesmo associa ao aumento de trabalho também para firmas de engenharia e arquitetura.⁷⁸ Isso não foi suficiente para que houvesse um incremento real na capacidade produtiva da construção civil no mercado imobiliário, uma vez que se optou pelo modelo de exploração de mão de obra intensiva, sem investimentos de longo prazo — uma vez que, segundo os próprios empresários da época, não havia demanda fixa garantida — dada a total desarticulação do Estado no sentido de um planejamento econômico e produtivo daquele setor. Este quadro não colaborava nem para o aumento dos salários do trabalhador na construção civil, nem para o aumento de produtividade e otimização da produção habitacional.⁷⁹

Mesmo assim, uma vez que nada escapava à estrutura do BNH naquele período, projetos com destino de interesse social também foram feitos, a

75 Idem. Citação a documento de empresários imobiliários publicado no *Jornal da Tarde* em 07/05/1982. (p.30)

76 SINGER, Paul. *A crise do milagre*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.

77 MARICATO, Ermínia. *Política habitacional no regime militar: do milagre brasileiro à crise econômica*. Op Cit.

78 TRINDADE, M. – “Um modelo genuinamente brasileiro”, in. *Habitação e desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 1971. Apud. AZEVEDO, & ANDRADE, . *Habitação e Poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação*. p.42

79 Era essa a leitura do arquiteto e professor Paulo Bruna à época em sua tese de doutorado de 1973, tratando a industrialização da construção como elemento indispensável para uma planificação capitalista eficiente. BRUNA, Paulo. *Arquitetura, industrialização e desenvolvimento*. São Paulo: *Perspectiva*, 1976.

despeito da pequena representatividade frente ao contexto e das contradições de cada situação. Embora a qualidade dos projetos fosse em grande parte duvidosa, e sobretudo a localização e implantação fossem extremamente problemáticos, novas experiências de canteiro e experimentação em elementos construtivos emergiram, como no caso de Narandiba, BA,⁸⁰ envolvendo diversas construtoras, e também conjuntos como aqueles do Cecap em cidades do interior paulista, comentados no primeiro capítulo.

Não abordaremos nesta tese a produção das COHABs, uma vez que daremos preferência para acompanhar a circulação de procedimentos de projeto associados a determinado imaginário político, como já exposto algumas vezes até aqui, e que foram relativamente pouco incorporados nos projetos por elas realizados (exceções como projetos para a CECAP já foram comentados em outros momentos da Tese). Vale mencionar, entretanto, que muitos arquitetos do círculo aqui estudado chegaram a fazer projetos para COHABs em momentos de suas trajetórias, mas em geral evitaram publicizá-los. Arquitetos como Nelson Andrade e Léo Bomfim Jr, que trabalharam em empresas de engenharia consultiva, passaram antes por projetos para COHABs. Paulo Sergio de Souza Silva, também com passagem por diferentes empresas e tipos de projetos, acabou por se dedicar mais à habitação social a partir dos anos 1980, trabalhando em projetos como Promorar, e sendo responsável pelo projeto do primeiro canteiro de ajuda-mútua em São Paulo, Vila Nova Cachoeirinha.⁸¹ Considerando a clientela da habitação social de maneira menos abstrata e mais engajada, o projeto vinha na esteira de experiências importantes no cenário brasileiro, como Brás de Pina (1969), no Rio de Janeiro, por Carlos Nelson Ferreira dos Santos, como também do cenário internacional, como as cooperativas de habitação do Uruguai durante os anos 1970, ou o debate em torno do Previ, em Lima, 1969.

80 KOURY, Ana Paula. *Arquitetura construtiva: proposições para a produção material da arquitetura contemporânea no Brasil*. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU-USP, 2005.

81 Sobre isso, ver BARAVELLI, José E. *O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo*. FAU-USP, Dissertação (Mestrado), 2006.

28 Reunião sobre a Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, 1973. Oswaldo Correa Gonçalves (IAB), Miguel Pereira (IAB), Presidente General Garrastazú Médici, Cicillo Matarazzo (Fundação Bienal), Mário Trindade (BNH) [Acervo IABsp]



Entre os anos 1970 e 1980 importantes críticas ao BNH foram formuladas por intelectuais como Paul Singer, Gabriel Bolaffi, Francisco de Oliveira, Ermínia Maricato, entre outros.⁸² Como mencionado anteriormente, em 1975 João Carlos Serran organizou seu livro sobre a relação entre IAB nacional e BNH, sistematizando uma série de interações entre o Instituto e a política habitacional e urbana do regime, sobretudo vocalizando as críticas que o Instituto pôde fazer ao longo daquele período. No âmbito do estado de São Paulo, o IAB-SP teve aproximações relevantes ao Banco através de debates em torno do ensino — capitaneados pela ABEA (Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura) — e pelo convênio estabelecido com a autarquia para a realização da primeira Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo em 1973. Aquele momento servia de vitrine tanto para o Instituto, buscando ampliar o diálogo com um público mais amplo que o dos arquitetos, quanto para o regime, que — em sua iminente derrocada econômica e com paulatina perda de apoio público frente às denúncias de arbitrariedades como a tortura — buscava associar sua imagem a práticas inovadoras, à modernização, à emergente discussão sobre a qualidade de vida nas cidades, e também às práticas de pesquisa e ensino.⁸³

O campo da arquitetura, portanto, não parece ter sido unânime em relação aos significados do BNH. Se pesquisadores e intelectuais de esquerda tiveram uma leitura crítica implacável daquele sistema financeiro, por outro lado a categoria organizada no IAB oscilava entre críticas, parcerias, ou mesmo elogios. Além disso, é interessante notar como no ciclo de depoimentos de 1979, no mesmo Instituto, grande parte dos arquitetos apresentava uma visão crítica e hostil ao banco, passando em revista as décadas de ditadura da qual estavam prestes a sair naquele momento, ao passo que em 1982, em outro conjunto de depoimentos, agora organizado pelo IAB Guanabara — o II Inquérito Nacional de Arquitetura — apesar de a maioria das leituras tecer críticas menos ou mais incisivas ao Banco, arquitetos paulistas como Joaquim Guedes, Jorge Wilhelm e Júlio Katinsky tendiam a formular análises positivas, ao menos em parte, em relação ao papel do BNH enquanto política habita-

82 OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. (1972) São Paulo. Boitempo. 2013 ; SINGER, Paul. *A crise do milagre*. (1973) Op Cit ; BOLAFFI, Gabriel. “A casa das ilusões perdidas: aspectos sócio-econômicos do Plano Nacional de Habitação” (1977) Op Cit; AZEVEDO, Sérgio de & ANDRADE, Luís A G de. *Habitação e Poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação*. Op Cit. (1982) ; MARICATO, Ermínia. *Política habitacional no regime militar: do milagre brasileiro à crise econômica*. (1987) Op Cit.

83 Ver *Jornal Arquiteto*, reportagens recorrentes acerca do convênio entre os números 17 e 20, entre outras aparições.

cional. Para Katinsky, a política habitacional “havia encontrado a maioria” com o Banco, e para Guedes, o que havia começado mal “foi se corrigindo aos poucos”. Tais balanços positivos eram acompanhados de outras figuras em espectros políticos variados no cenário nacional, como Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Maurício Roberto e Acácio Gil Borsoi, enquanto grande parte dos entrevistados — entre eles, Lina Bo Bardi, Ermínia Maricato, Paulo Bastos, Demétrio Ribeiro, Alfredo Britto, e até mesmo Sérgio Bernardes, entre outros — ressaltava ainda o caráter comercial e financeiro que guiava a atuação do Banco e era, portanto, problema intransponível no modelo.⁸⁴

3.2.2 INCORPORAÇÃO E PROJETOS PARA A CLASSE MÉDIA

No mesmo ano de 1964, após a aprovação da Lei que criou o BNH, foi aprovada a Lei n.4.591, que dispunha sobre condomínios e incorporações imobiliárias. Se na década de 1950 a figura da incorporação começava a aparecer, através de investimentos conjuntos de diferentes proprietários e da criação de empresas para empreendimentos específicos, é no âmbito do novo sistema de financiamento à habitação e à construção civil que a nova Lei de Incorporação viria a tomar forma. Agora, a venda de frações de um produto “ideal”, ainda não construído, era formalizada em um aparato legal que impulsionava a expansão urbana através da verticalização e do mercado imobiliário.⁸⁵ Por um lado esse tipo de transação regulamentada se baseava num valor virtual, a ser concretizado, portanto fictício, especulativo, e viabilizado através de empréstimos e financiamentos, por outro, ele se realizava na construção civil, em edifícios sólidos, que passaram a transformar a paisagem das cidades de modo extensivo.

O motor desse mercado, como vimos, foi o sistema de financiamento público. Quando não na habitação social, o financiamento estimulava diretamente o setor da construção, que oferecia os mais variados padrões construtivos e dimensões de apartamentos. Grande parte dos trabalhos sobre o BNH no campo da arquitetura e do urbanismo acabou por se focar nas contradições da produção para habitação social, em detrimento de um olhar para relações entre o sistema de financiamento e o mercado imobiliário em franca ascensão no período. É por esta segunda via que seguiremos como fio condutor, mas para abordar a produção arquitetônica do período, sem perder de vista sua relação com o regime militar através daquela política econômica.

84 II Inquérito Nacional de Arquitetura / Depoimentos. Projeto Editores Ltda. Instituto de Arquitetos do Brasil / Departamento do Rio de Janeiro. 1982.

85 Lei n.4591, Dezembro de 1964.

Apesar de a maior parte da produção habitacional financiada pelo BNH ficar distante do reconhecimento pelo campo da arquitetura, no “anonimato” de profissionais dentro das construtoras ou das COHABs, o financiamento direcionado às classes médias urbanas teve impacto em uma fração de escritórios autônomos através do setor do mercado imobiliário que apostou na encomenda de projetos a arquitetos reconhecidos e na elaboração de protótipos que partissem da modulação e racionalização de processos para apresentar “boa arquitetura” a uma clientela também de profissionais liberais.

Embora pouco representativos do processo massivo de incorporação e construção médias na cidade, são amplamente conhecidos os exemplos como o da incorporadora Formaespaço — abordada por Maria Isabel Imbroni e Ana Paula Koury, entre outros trabalhos — que, de todo modo, merece uma breve análise por conta das relações entre o campo disciplinar, suas propostas de abordagem produtiva da arquitetura, e o mercado imobiliário durante o regime. Esta incorporadora, ativa entre 1963 e 1973, teve uma guinada importante a partir de 1968. Os círculos sociais de seus empresários, e sua clientela, levariam à escolha por valorizar o projeto de arquitetura enquanto parte do marketing de seus produtos. Tal abordagem se somou ao contexto de financiamentos disponíveis para aquele setor do mercado de classes médias, resultando na encomenda de projetos a arquitetos reconhecidos no meio profissional paulista como Paulo Mendes da Rocha, Eduardo de Almeida e Abrahão Sanovicz. Tratava-se de um tipo diferente de projeto em relação àqueles com que tais arquitetos costumavam trabalhar, uma vez que o cliente final seria um consumidor do produto vendido, o apartamento: nem edifícios públicos, para usuários também indeterminados, nem casas, que eram desenhadas exclusivamente para as demandas do cliente conhecido. A construção era, aqui, objeto a ser comercializado.

Diferente da produção corrente do período, no entanto, aquelas unidades comercializadas eram objeto de gosto distinto uma vez que mobilizavam elementos de uma arquitetura não tão comum nos apartamentos da época: concreto aparente e elementos estruturais com protagonismo, e em alguns casos como veremos adiante, paredes curvas nas divisórias internas. Características essas que se destacavam na própria unidade e não só no edifício em seu invólucro. Tais elementos circulavam — para além dos inúmeros programas de edificações públicas e infraestruturas — em casas unifamiliares de profissionais liberais que, muitas vezes, faziam parte dos mesmo círculos culturais daqueles arquitetos.⁸⁶

Dentro do contexto mais amplo da política habitacional baseada no financiamento à atividade da construção civil e ao consumo de classes médias, é interessante notar o lugar encontrado pela arquitetura de caráter mais autoral — de exceção — dentro de um setor tão específico, produzida por empresas de nicho. A técnica, valorizada nas grandes obras pesadas do regime, não era fator relevante na produção de massa do BNH — fosse ela para as classes médias ou para as Cohabs — de modo que, no universo da habitação coletiva, restava à arquitetura enquanto processo autoral o lugar do produto exclusivo. Por outro lado, o papel dos arquitetos nesse processo foi muito além de conferir aos edifícios um caráter autoral. As encomendas de incorporadoras como a Formaespço foram também ocasião de investigação em apostas produtivas que articulavam construção civil e desenho industrial, visando a produção em série e a otimização dos processos construtivos.

Embora a maior parte desses projetos não tenha alcançado um processo de industrialização ou pré-fabricação das estruturas, o desenho modular buscava essa lógica e chegava a níveis elevados de otimização do canteiro de obras, combinando peças pré-moldadas na própria construção a componentes industrializados. Foi o caso do edifício Modular, de Sanovicz, projeto reproduzido em diferentes situações, em que as soluções projetuais foram se adequando e desenvolvendo. Os projetos do arquiteto para a Formaespço se guiaram por parâmetros das linhas de financiamento do BNH, produzindo apartamentos de 125m² ou 75m², com estruturas em vãos que não demandam soluções em laje nervurada ou caixão perdido.⁸⁷ No caso de Eduardo de Almeida, a modulação estrutural seguiu um sistema de medidas que visou a otimização, definindo também a setorização dos espaços internos, como se pode ver nos edifícios Gemini (1969).

Ao contrário disso, Paulo Mendes da Rocha trabalhou com plantas mais próximas à experimentação das casas unifamiliares, utilizando-se de paredes de concreto curvas, elementos de mobiliário fixo e sobretudo buscando garantir grandes vãos abertos para o espaço social da casa em contraponto com a subdivisão dos quartos. Sua solução estrutural no edifício Clermont (1973), com colunas triangulares nas fachadas do edifício, chegam a lembrar as soluções de Artigas para edifícios como o Sindicato dos Têxteis de 1959. Mendes da Rocha usou ainda elementos pré-fabricados de grande porte que resolviam fachadas, vedações, quebra-sóis, em um raciocínio que privilegiava o aspecto totalizante do objeto construído, algo que pôde ser visto tanto no

dução da arquitetura paulista. Tese de Doutorado. FFLCH USP. São Paulo, 2016.

87 SILVA, Helena Ayoub. *Abraão Sanovicz Arquiteto*. Romano Guerra. São Paulo, 2018.

edifício Guaimbê (1962), anterior à Formaespço, quanto no não construído Protótipo (1972).⁸⁸ Assim como as obras de infraestrutura, essas encomendas acabavam por abrir espaço para a continuidade da busca por afirmação da “função social da arquitetura”, uma vez que os arquitetos exercitavam e experimentavam soluções na interface entre arquitetura e indústria, portando ainda trabalhando com signos que poderiam ser exemplares de um desenvolvimento nacional por vir.

É fundamental pensar tais projetos, ainda que dentro do contexto do BNH — e por isso mesmo —, como continuidade e desdobramento de apostas produtivas que vinham se sedimentando no campo arquitetônico brasileiro desde fins dos anos 1950. Como discutido por Ana Paula Koury, a abordagem de Mendes da Rocha nesses projetos visou a aplicação de estruturas de pré-fabricação pesada, aos moldes da proposta inicial para o Cecap Guarulhos em 1967, produzido em parceria com Vilanova Artigas e Fábio Penteadó, conforme vimos no Capítulo 1. Esse tipo de projeto demandava uma unidade de produção atendendo àquela ou mais obras, configurando portanto experiência mais afim ao planejamento estatal que à organização produtiva do setor imobiliário, que em geral evitou investimentos que não fossem de curto prazo.⁸⁹ Vale lembrar que o Cecap acabou por ser construído no modelo convencional — ou seja, de manufatura serial, com exploração intensiva de mão de obra barata — abandonando as premissas produtivas que guiaram o projeto. Já o edifício Protótipo, de Mendes da Rocha, que contava em grande medida com esta lógica de elementos pré-fabricados pesados, não chegou nem mesmo a ser construído.

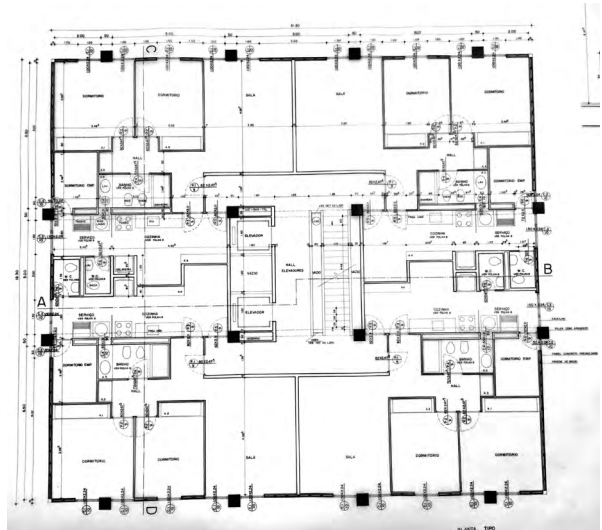
As abordagens de Eduardo de Almeida e Abrahão Sanovicz, com alto grau de detalhamento de elementos construtivos industriais como caixilhos, visava colaborar para o estabelecimento de linhas de produção em série, de modo a incluir a iniciativa privada na lógica produtiva inerente ao próprio desenho arquitetônico.⁹⁰ Vale notar também a relevância da experiência acumulada de modo transversal entre encomendas para o mercado imobiliário, para habitação produzida pelo setor público ou para vilas residenciais ligadas às obras de infraestrutura, algo evidente na trajetória de Sanovicz e na aplicação de elementos pré-moldados leves em diferentes escalas de projetos

88 IMBRONITO, Maria Isabel. *Tres edifícios de habitação para a Formaespço: Modulares, Gemini e Protótipo*. 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

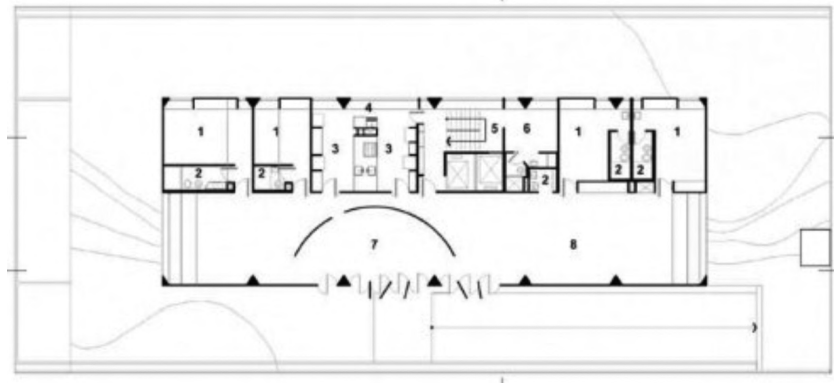
89 KOURY, Ana Paula. *Arquitetura construtiva: proposições para a produção material da arquitetura contemporânea no Brasil*. Op. Cit.

90 Idem.

29 e 30 Planta
Tipo Edifício Gemini,
Eduardo de Almeida.
[Coleção Eduardo de
Almeida, Seção de
Materiais Iconográficos
da Biblioteca da
FAUUSP] ; Fotografia
Edifícios Gemini,
Fonte: SHUNDI, César
Y.



31 Planta Tipo Edifício
Clermont, Paulo
Mendes da Rocha,
1973
ÁVILA, Débora
Saldanha de.
Habitações Coletivas
Verticais de Paulo
Mendes da Rocha



de habitação coletiva para diversos agentes,⁹¹ pesquisa que acompanha o caráter ambivalente da produção habitacional na economia política brasileira, mas que portava em si mesma um aspecto social inerente. Como vimos no caso de Mayumi Watanabe, a interdição de obras que previam modelos racionalizados e industrializados, com substituição pelo modelo convencional, foi um conflito— decorrente de cálculos de investimento— recorrente desde a passagem para os anos 1960. Da mesma forma, a adoção de componentes industrializados em menor escala apareceu como solução possível em diferentes casos, como na produção de escolas da CONESP nos anos 1970, ou nas iniciativas de incentivo à coordenação modular levadas a cabo pelo próprio BNH, por meio de convênios com a ABNT, CBC e Cenpha, e a edição de manuais a respeito.⁹²

A Companhia City, que desde a primeira metade do século XX vinha atuando na cidade com loteamentos e empreendimentos de diferentes escalas, agora nos anos 1970 investiu também em edifícios de apartamentos para as classes médias urbanas de São Paulo. A partir de 1957 a Companhia entra no ramo de incorporação com mais intensidade, com parcerias como a empresa Deltec, ainda fazendo empreendimentos de bairros jardins em novos vetores de expansão urbana, como na Zona Norte do município, e mantendo o investimento em empreendimentos imobiliários de apartamentos para classes médias e altas no quadrante sudoeste.⁹³ Diversos tipos de apartamentos produzidos pelos novos empreendimentos da Companhia foram beneficiários da política de financiamento à habitação do regime, alguns deles grandes conjuntos habitacionais para classe média em áreas ainda menos verticalizadas, como Osasco e Butantã — este com projeto construído de Paulo Mendes da Rocha e raramente publicado ou comentado⁹⁴ — e também edifícios de apartamentos para um perfil de renda mais alta, apartamentos maiores em áreas consolidadas como de alto valor imobiliário. Segundo reportagem na revista *Manchete*, em número especial dedicado ao BNH, uma empresa como a Cia City “não poderia ficar alheia” à política do BNH. O projeto de Mendes da Rocha aparecia como um exemplo de resultados do financiamento do Banco, com apartamentos de dois e três dormitórios. Muito próximo a ele, o

91 SILVA, Helena Ayoub. *Abrahão Sanovicz Arquiteto*. Op Cit.

92 NOBRE, Ana Luíza S. *Fios cortantes: Projeto e produto, arquitetura e design no Rio de Janeiro (1950-70)*. PUC-RJ. Rio de Janeiro, 2008.

93 Sobre os bairros jardins na Zona Norte de São Paulo, ver ALMEIDA, Deborah S. *Companhia City além-rios. Os bairros jardins na Zona Norte de São Paulo e a trajetória empresarial*. Dissertação (Mestrado) FAU-USP, 2020.

94 A única referência ao projeto foi encontrada em reportagem da revista *Manchete* n.991, 1971.



edifício Quatiara, projetado por Ruy Ohtake, estampava em sua fachada logo após construído a descrição “alto luxo”, a despeito de fazer parte daquele contexto da nova “parceria” da Companhia com o governo federal, para usar os termos do número especial da revista.⁹⁵

O escritório de Ruy Ohtake foi colaborador preferencial da empresa naquele período.⁹⁶ Para além de edifícios corporativos e centros comerciais, como veremos no item a seguir, Ohtake produziu uma série de estudos para a companhia, que chegou a ser compilada em um caderno de apresentação de estudos preliminares consolidando uma síntese dos resultados da parceria. Tendo um perfil de produto muito claro, a encomenda se repetia em diferentes lotes dos bairros do quadrante sudoeste em expansão vertical naquele momento.

No material síntese dos estudos para tais edifícios, é interessante notar como suas representações em perspectiva se parecem, mas as plantas

95 Revista *Manchete* n.991, 1971

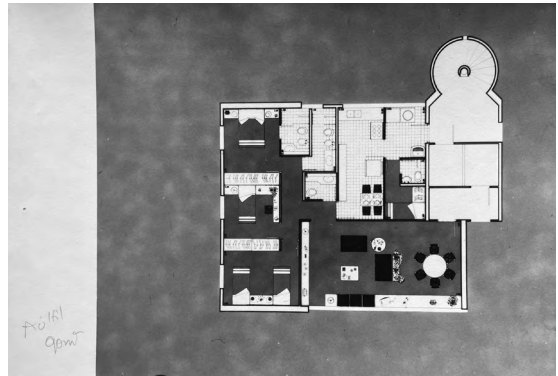
96 Parcerias duradouras desse tipo ocorreram com vários arquitetos, como no caso de Salvador Candia com a emergente incorporadora Gafisa (produção que vem sendo analisada por trabalhos conduzidos e orientados pela professora Paula Dedecca na Escola da Cidade, em São Paulo, que hoje abriga o acervo do arquiteto). Outro caso conhecido é o do arquiteto João Kon, que respondeu com sucesso a uma demanda numerosa de edifícios de apartamentos em bairros como Higienópolis e Cerqueira César. Ver GUERRA, Abílio; GIMENEZ, Luiz E; SERAPIÃO, Fernando. *João Kon Arquiteto*. São Paulo: Romano Guerra, 2016. O caso de Rino Levi, em escala muito pontual, — com edifícios na avenida 9 de Julho já próximos à avenida Cidade Jardim — merece também ser lembrado, especialmente como um momento de aproximação e elaboração de procedimentos de projeto com aposta na expressividade estrutural do concreto, no desenho das colunas e brises. Ver ANELLI, Renato. *Rino Levi. Arquitetura e Cidade*. São Paulo: Romano Guerra, 2019.

não necessariamente. A maior parte dessas plantas estava entre 100m² ou 120m², com três dormitórios, dependências de serviços junto às áreas de lavanderia, em um esquema em grande medida tradicional — e reproduzindo relações sociais e de trabalho, como vinha sendo a regra na produção habitacional das classes médias daquelas décadas — que otimizou menos ou mais as soluções espaciais, mas não se pautou exatamente na racionalização ou em uma modulação estrutural rígida. Em geral essas torres foram projetadas para uma estrutura de concreto aparente que definiu a fachada dos edifícios como um todo, sem clara distinção de módulos estruturais, opção que fez tais edifícios dialogarem com a produção de residências unifamiliares em alta no período. Diálogo estabelecido menos por uma proposta de lógica produtiva e mais pelo aspecto visual que remetia às superfícies austeras das construções contemporâneas em diversos programas.

É possível notar que na organização das plantas há uma lógica de separação funcional, que buscou alinhar quartos, definir o espaço mais liberado da área social — muitas vezes interrompida por uma parede curva que delimita a sala de jantar ou algum elemento de exceção — separando em geral áreas “servidas” e áreas de “serventes” como cozinha, áreas de serviço e banheiros. Os banheiros configuraram, em vários desses projetos, também elementos curvos de exceção, que muitas vezes foram utilizados para definir superfícies curvas na fachada, a partir de uma lógica em que o espaço infraestrutural dos banheiros era colocado praticamente para fora da planta. Tal procedimento dialoga com a lógica de hierarquização funcional e sua consequência nos volumes construídos, como vimos também no caso de Lefevre em Brasília.



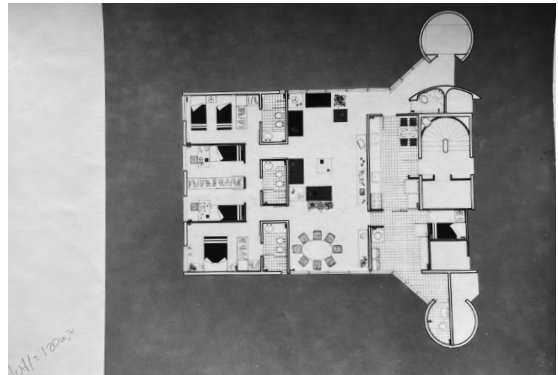
CIA. CITY CIA. CITY DE DESENVOLVIMENTO / Rua D. Pedro II



CIA. CITY CIA. CITY DE DESENVOLVIMENTO / RUA D. PEDRO II 1174 /



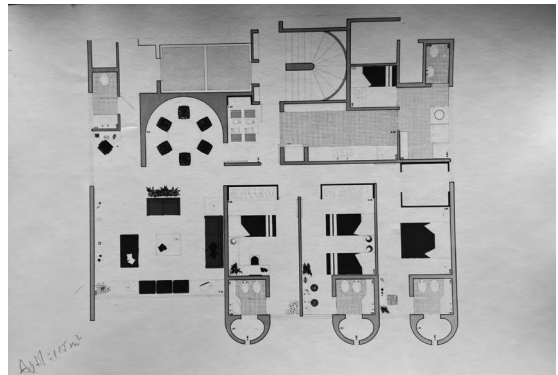
CIA. CITY CIA. CITY DE DESENVOLVIMENTO / Rua Jacques Felix 84



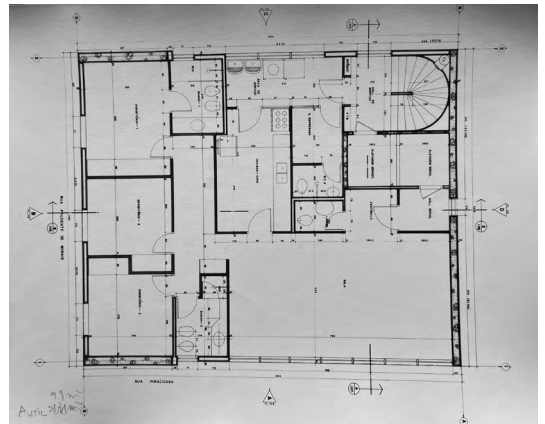
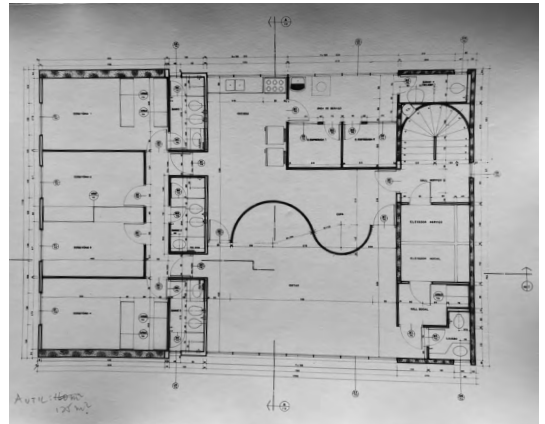
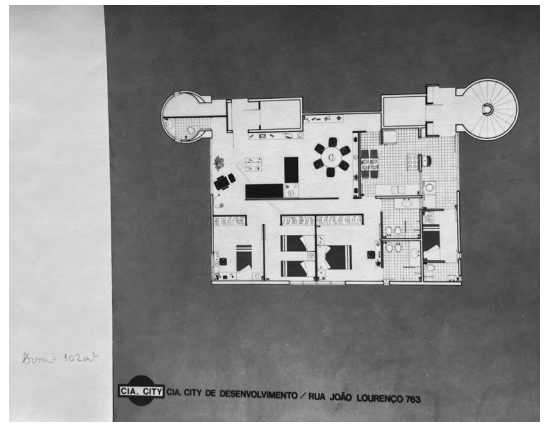
CIA. CITY CIA. CITY DE DESENVOLVIMENTO / RUA JACQUES FELIX 78 /



CIA. CITY CIA. CITY DE DESENVOLVIMENTO / Rua Bela Cintra 1476

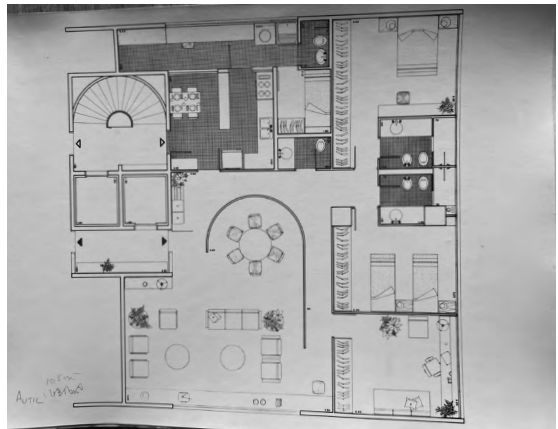
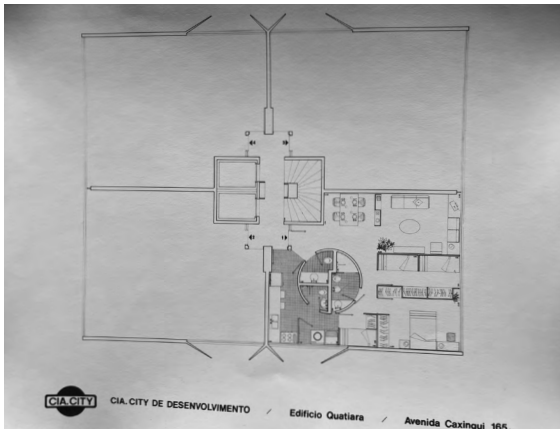
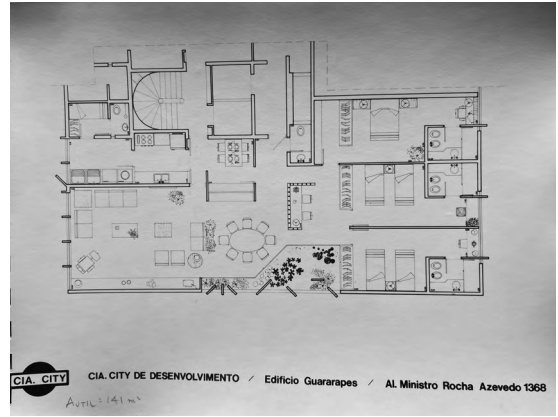
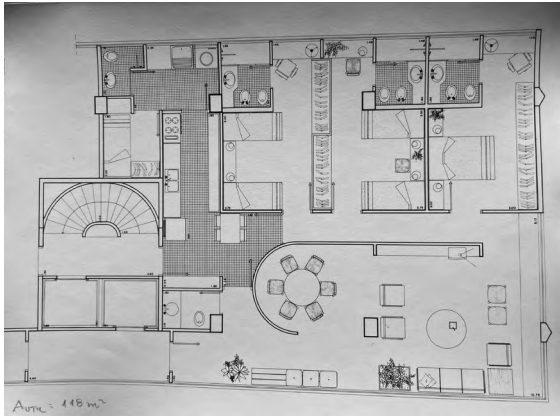


CIA. CITY CIA. CITY DE DESENVOLVIMENTO / Rua Bela Cintra 1466





pp 374 a 377
Edifícios projetados por
Ruy Ohtake para a Cia
City nos anos 1970.
Caderno "portfólio" de
projetos da parceria
Ohtake / Cia City.
Acervo Escritório
Ohtake.



Se naquele período Ohtake vinha se aprofundando na pesquisa formal com curvas no concreto armado em seus projetos, nos edifícios de apartamentos é possível notar tentativas de incorporar tal expressividade em poucos elementos onde isso seria possível dentro do esquema padronizado decorrente do contexto de financiamento e reprodução daqueles empreendimentos imobiliários. Soma-se a isto ainda as novas restrições da legislação urbana, com aspectos da “fórmula de Adiron”, que substituiu as limitações de gabarito pelo Coeficiente de Aproveitamento como parâmetro central. O volume construído permitido ficava associado à multiplicação da área do terreno — estipulada para os diferentes tipos de Zonas criadas pela lei de 1972 — e também à Taxa de Ocupação do lote. Essa ocupação tendia a reduzir-se para viabilizar maior verticalização e conseqüentemente maiores ganhos financeiros, o que resultou na reprodução da repetida imagem da torre isolada no lote, com grandes áreas livres privadas no térreo que passavam a definir uma nova paisagem urbana. A altura desses edifícios residenciais evidencia como estavam localizados em áreas restritas — equivalentes a 11,5% do município, segundo Somekh — onde o novo zoneamento permitia maior verticalização com coeficientes de aproveitamento de quatro vezes a área do terreno.⁹⁷ Para usar novamente o edifício Quatiara como exemplo, localizado na avenida Caxingui, — em um dos poucos quarteirões de exceção na região naquele novo Zoneamento — afastada dos vetores de crescimento da cidade naquele momento, o grande espaço livre resultante dos cálculos que viabilizaram sua verticalização em 20 pavimentos foi objeto de um projeto de paisagismo de Roberto Burle Marx.

Em São Paulo, como mostrou Somekh (1987), o número de aprovações de projetos verticais junto à prefeitura aumentou exponencialmente entre 1967 e 1972. Além da confluência de fatores e estímulos do BNH à produção imobiliária, o processo que antecede a revisão das normativas, que se concluiria em 1972, colaborou para um grande número de aprovações prévias por parte de incorporadores visando a criação de estoques de garantia da possibilidade de construção em locais que teriam seu potencial construtivo reduzido pela nova lei.⁹⁸ Com o PDDI e o Zoneamento de 1972, a concentração de coeficientes de aproveitamento mais altos em áreas servidas de infraestrutura levou a um

97 Fica em aberto uma relevante frente de pesquisa nos arquivos da Prefeitura para verificação dos processos de aprovação desses projetos, a interação entre soluções arquitetônicas e novas normativas, algo que não foi possível realizar durante o presente trabalho.

98 SOMEKH, Nadia. *A (des)verticalização de São Paulo*. Dissertação (Mestrado), FAUUSP, São Paulo, 1987. p.126

aumento do preço da terra em áreas mais consolidadas e conseqüentemente à expansão da verticalização ao longo de tais eixos, para além dos limites onde até então o mercado imobiliário atuava com maior intensidade, e com deslocamentos de zonas de valorização no sentido sudoeste. Para Somekh, a Lei de 1972 teria gerado um espraiamento da verticalização, como resultado da busca por terrenos mais baratos em um quadro onde algo em torno de 11,5% da cidade foi dotado dos mais altos coeficientes de aproveitamento, enquanto todo o restante não.⁹⁹

O perfil de investimentos imobiliários voltado às classes médias decorrente da política habitacional do BNH, especialmente em fins da década de 1960, se faria ver na expansão da verticalização em bairros como Cerqueira Cesar, Pinheiros, Vila Mariana, Consolação, Itaim, Indianópolis, Vila Olímpia, Brooklin, Perdizes, Santa Cecília, Bela Vista, Santana, e também no crescimento, embora em menor velocidade, do número de empreendimentos verticais em áreas como Jabaquara, Mooca, Penha, Tatuapé, Tucuruvi, Casa Verde.¹⁰⁰ Para além do processo que se iniciava também em diversos bairros de outras regiões da cidade, os números de empreendimentos em tais bairros do quadrante sul e sudoeste nesse período têm destaque relevante e representativo do tipo de construção que se fazia com financiamento do BNH especialmente durante a década de 1970 e mesmo no período de decréscimo no número de construções após a crise. Em paralelo a este processo, a cidade tinha crescimento horizontal também sem precedentes, ligado não só à nova lei de zoneamento e o encarecimento do solo naquelas regiões, mas especialmente à necessidade de autoconstrução que acabava por definir as formas de moradia da maior parte da população excluída das linhas de financiamento do Banco.¹⁰¹

Com este amplo mercado em vista, para além dos exemplos pontuais de arquitetura modular experimentados pela Formaespço, a companhia Hindi

99 Idem, p.51

100 Dados da pesquisa de Somekh, 1987. É fundamental, no que toca à verticalização em bairros não centrais ou não do eixo sudoestes de crescimento, cotejar tal análise com pesquisas mais recentes, para além da amostragem utilizada por Somekh ainda nos anos 1980. Sobre a produção de arquitetura naquele contexto do mercado imobiliário, ver também VILARIÑO, Maria do Carmo. *Habitação verticalizada na cidade de São Paulo dos anos 30 aos anos 80. Investigação acerca da contribuição dos arquitetos modernos ao tema. Estudos de casos*. São Paulo: Dissertação (Mestrado), FAUUSP. 2000.

101 A pesquisa realizada por Carlos Lemos e Maria Ruth Sampaio (1966, publicada em 1979) sobre a moradia nas periferias da cidade foi emblemática naquele período, gerando desdobramentos críticos e continuidades, inclusive em trabalhos como “A casa popular” (1969) publicado por Sérgio Ferro em 1972, entre outros.

— fundada pelo arquiteto Anuar Hindi, formado no Mackenzie em 1959 — foi um caso de sucesso no número de empreendimentos, e já bem mapeado em pesquisas acadêmicas, que não deve ser desconsiderado ao se pensar no campo profissional durante o regime e os impactos do BNH na produção arquitetônica. Só durante a ditadura militar, a empresa construiu por volta de 150 edifícios de apartamentos.¹⁰² A mudança do papel da arquitetura nos empreendimentos imobiliários vinha tomando forma desde os anos 1950 com a sedimentação da incorporação como operação que passou a viabilizar as novas edificações verticais. O projeto arquitetônico, em casos como a Hindi, desempenha função relevante de instrumento para otimização dos processos construtivos e aumento de ganhos de escala.

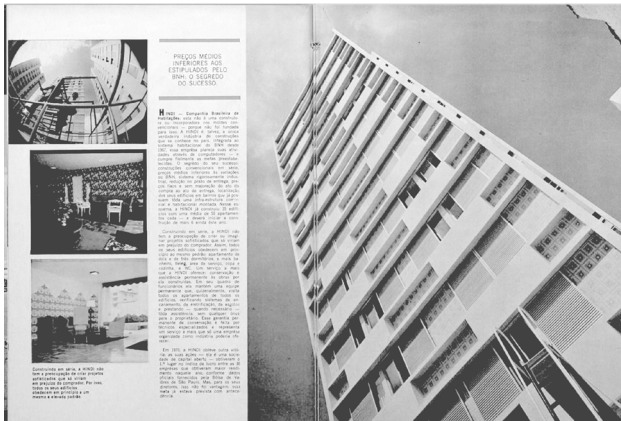
Naquela companhia, o projeto seria desenvolvido por equipe interna de arquitetura, que se adequasse à sistematização de procedimentos, etapas, cronogramas, fornecedores, elementos, metragens, no sentido do desenvolvimento de tipologias padrão. Uma série de inovações tecnológicas eram feitas na medida em que se buscava maior eficiência econômica e no tempo de obra. Entre 1970 e 1972 a companhia produziu uma série de edifícios que se repetia, com variações, e seria reconhecível pela formalização austera de suas fachadas, definidas pela modulação estrutural, com grandes aberturas — embora controladas — e venezianas piso a teto em alumínio correndo por fora da caixilharia.¹⁰³ Esse tipo de edifício estava ainda em diálogo com a produção moderna de edifícios altos, como aqueles projetados por Franz Heep — professor de Anuar Hindi em sua formação — nos anos 1950, e também, de certa forma, em diálogo com o que vinha sendo produzido pela Formaespço.

A arquiteta paisagista Rosa Kliass teve uma série de encomendas para a companhia, algo que reforça e mantém vínculos daquela empresa com o campo profissional da arquitetura em seu *métier* mais legitimado nos aspectos de autoria e autonomia disciplinar. Em meados da década a empresa passaria a experimentar fachadas com um novo apelo de marketing, reduzindo drasticamente as dimensões de aberturas, revestindo todo o edifício em massa e pintura, adicionando pequenas varandas e arrematando-as com ornamentos, de modo que passava a incorporar estratégias comerciais já em uso pela construtora Adolpho Lindenberg desde o início dos anos 1960.¹⁰⁴

102 BARBOSA, Eliana R de Q. *O BNH e a verticalização em São Paulo: a Cia Hindi*. Dissertação (Mestrado) Mackenzie, São Paulo, 2009. p.75 ; ver também “Anuar Hindi”, in. *A Construção em São Paulo*. n.12861, 1972.

103 Idem.

104 Idem. Este processo foi também analisado no livro “São Paulo nas alturas”, do jornalista



33 Revista Manchete, n.991, 1971, Reportagem sobre o BNH dá destaque à produção em série da Cia Hindi.

A construtora Albuquerque Takaoka, responsável por grandes empreendimentos como o Ilhas do Sul (1972), no Alto de Pinheiros, ou os primeiros conjuntos Alphaville (1973), em Barueri, estava, no início dos anos 1970 operando através do sistema financeiro do BNH, conforme reportagem da revista manchete, e tinha preocupação especial “com a localização dos seus empreendimentos: quase todos estão situados nos bairros mais elegantes de São Paulo, com vida própria e sistema de infraestrutura consolidado”.¹⁰⁵ Tal afirmação evidencia o tipo de produto que vinha resultando do financiamento do Banco. Por outro lado, o empreendimento Ilhas do Sul foi um exemplo de aprovação corrida antes da promulgação do novo Zoneamento de 1972, de modo a viabilizar a grande quantidade de torres em altura, em uma área ainda distante e não verticalizada de modo a aproveitar o baixo valor do terreno comparado à reacomodação de preços decorrente dos coeficientes de

Raul Lores, com uma interpretação de fundo da qual discordamos aqui, que atribui em grande medida a responsabilidade pela dissociação entre arquitetura e mercado imobiliário ao papel do Estado, através do BNH. Trata-se de um argumento que constitui parte da operação ideológica liberal do autor, que atribui também parcela de tal culpa aos arquitetos comunistas que preferiam trabalhar para o Estado, como se fossem responsáveis pela derrocada da qualidade nos projetos das incorporadoras por omissão. Como procuramos demonstrar ao longo desta Tese, a arquitetura moderna e seus desdobramentos nos anos 1960 e 1970, na verdade, compareceram e mesmo deram diretrizes para a generalização verticalizante do BNH e de seu financiamento a projetos de classe média, desempenhando papel definitivo na atuação do mercado. A segregação do arquiteto dentro de tal processo foi antes fruto da organização do capital, que não incorporou a maior parte das propostas de racionalização quando incluíam a premissa de melhora nas condições de trabalho, assim como preferiu padronizar projetos em detrimento da valorização do papel do arquiteto enquanto papel de gerenciamento e resolução de problemas de forma crítica.

105 Revista *Manchete* n.991, 1971

aproveitamento. Este projeto vendia, junto com os apartamentos, um novo modelo de sociabilidade protegida. O conjunto foi projetado já segregado de seu entorno por cercas, com praças internas, abrigo para os condôminos um clube, piscinas, creche, lanchonete, cinema, ginásio de esportes, salão de cabeleireiros, entre outras atrações. O engenheiro Takaoka defendeu o empreendimento na revista *Veja* em 1972, justificando que era “melhor morar longe, um lugar mais tranquilo”.¹⁰⁶

É notável, portanto, ao tratar da construção pelo mercado, como o cruzamento dos ciclos econômicos e seus modelos de financiamento à construção, ou suas relações intrínsecas com um regime autoritário e as reformas administrativas que garantiram a sustentação daquele sistema financeiro, ou ainda com as demandas de eficiência do mercado imobiliário somadas à nova legislação urbana e também aos desejos do campo arquitetônico em criar soluções de racionalização produtiva aliadas à expressividade estrutural; tais cruzamentos tiveram impacto decisivo na transformação do ambiente construído e da paisagem urbana em cidades como São Paulo no período da ditadura militar. Ao mesmo tempo, apesar da frustração nas várias tentativas de indicar por meio da arquitetura modelos de planejamento econômico e produtivo, a imagem de edifícios modulados despontando repetidamente na paisagem não deixou de representar uma aparente concretização do “projeto moderno”. As estruturas planejadas e desenhadas teriam tomado a paisagem, em grande medida na forma de arquiteturas, autorais ou não, marcadas por ecos das apostas modernistas na cultura disciplinar. Essa aparente concretização, perpetrada justamente pelo estado autoritário, parece ter sido fundamental para alavancar discursos e formulações de reação, ora mobilizando o anti-estatismo, ora abrindo mão das apostas de industrialização e soberania nacional, elementos que acabaram por definir os rumos do país em seu período de redemocratização.

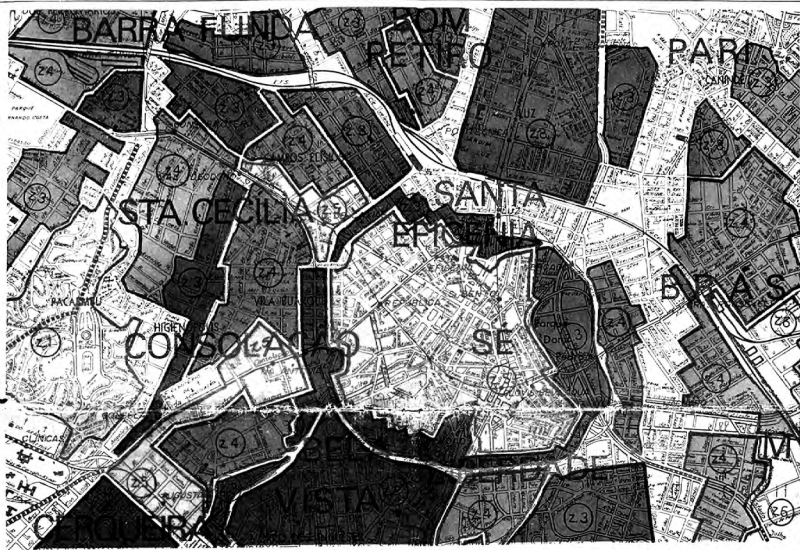
EDIÇÃO ESPECIAL

FOLHA DE S. PAULO

Director-Presidente: Octavio Passos de Oliveira • Um jornal a serviço do Brasil • São Paulo, novembro de 1972 • Al. Base de Lintra, 425

1
15
1972

Novo Mapa do Zoneamento da Cidade de São Paulo



O Novo Zoneamento da Capital foi elaborado por uma equipe especializada da FOLHA DE S. PAULO com base na lei e num mapa cedido gentilmente pela GEOMAPAS Editora de Mapas e Guias Ltda.

A edição deste Novo Mapa do Zoneamento da Capital é mais um serviço de utilidade pública da

FOLHA DE S. PAULO. Ele inclui, além do Mapa, a íntegra da lei, a lista das ruas que marcam o

perímetro de cada zona e os quadros que fixam as normas de construção. Para facilitar a identifi-

cação, cada uma das zonas aparece numa cor e a Zona 2 é apresentada em branco e preto.

- ZONA 1
- ZONA 2
- ZONA 3
- ZONA 4
- ZONA 5
- ZONA 6
- Zona 7 não marcada no Mapa por ter sido definida anteriormente
- ZONA 8

ZONA 1 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 2 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 3 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 4 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 5 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 6 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 7 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 8 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 9 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 10 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 11 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 12 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 13 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 14 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 15 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 16 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 17 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 18 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 19 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 20 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 21 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 22 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 23 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 24 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 25 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 26 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 27 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 28 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 29 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 30 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 31 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 32 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 33 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 34 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 35 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 36 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 37 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 38 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 39 - Área compreendida entre as ruas: ...

ZONA 40 - Área compreendida entre as ruas: ...

Sujeito às disposições do artigo 19 da lei

Enquadro no 22

Enquadro no 23

Enquadro no 24

Enquadro no 25

34 Folha de S. Paulo, novembro de 1972. Especial Especial sobre o novo Zoneamento.

3.3 PROJETO NA NOVA ONDA FINANCEIRA

O período do “milagre econômico” teve, como vimos, impacto relevante na produção arquitetônica. E no impulsionamento da construção civil, fosse pela construção de infraestruturas envolvendo alta complexidade técnica e multidisciplinariedade, fosse na produção habitacional de massa, voltada para diferentes estratos sociais mas com investimentos voltados sobretudo para as classes médias urbanas. Em um movimento de continuidade e ao mesmo tempo que de deslocamento gradual, a produção arquitetônica parece ter respondido também às transformações econômicas e políticas que vieram com a crise do “milagre”.

O choque do petróleo de 1973 anunciava um período de mudança gradual no cenário econômico no Brasil, que continuou crescendo nos anos seguintes, embora em ritmo cada vez mais lento. Mesmo com um preço em torno de quatro vezes maior para o insumo, uma série de áreas da produção no país — transporte, indústria, agricultura, no uso de energia de termelétricas, gasolina e óleo diesel, entre outros — mantinha o consumo no mesmo nível por falta de alternativas. O impacto se fazia sentir diretamente em bens de consumo e serviços. O choque, portanto, estimulou o sistema financeiro internacional pela volta dos empréstimos entre países. Uma espiral de impactos entre aumento dos preços e rebaixamento dos salários seria fatal para o regime dali em diante. A resposta do governo Geisel com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) vinha com mais investimento público, apostando em empréstimos externos para financiar a indústria pesada, com um descompasso criado entre a formação bruta de capital e a capacidade de financiamento.¹⁰⁷ O número de importações também seguia aumentando, dada a dependência econômica, a despeito do grande número de exportações, sobretudo de commodities e manufaturados.¹⁰⁸ O grande endividamento se somaria à crise mundial que se agravou no fim da década, desta vez sim impactando nas exportações. As manobras do regime para subestimar a inflação tinham impacto direto nos salários e seriam respondidas pela mobilização dos sindicatos, que passavam a reivindicar também a volta do direito de greve.¹⁰⁹

107 SINGER, Paul. “O processo econômico” In. REIS FILHO, Daniel Aarão. (org.) Modernização, Ditadura e Democracia. 1964-2010. Rio de Janeiro: Objetiva. 2014. (História do Brasil Nação 1808-2010. Vol.5), pp.183-232

108 BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A construção política do Brasil. Sociedade, economia e Estado desde a Independência. Editora 34. São Paulo, 2016.

109 SINGER, Paul. “O processo econômico”. Op Cit.

Não só a classe trabalhadora se reorganizou de forma incontornável contra o regime, mas também a burguesia empresarial que fora base principal de sua sustentação. A partir de 1974, e sobretudo após o II PND, muitos empresários passaram à oposição à ditadura, mobilizando inclusive aspectos da luta contra as arbitrariedades daquele regime autoritário para fortalecer sua agenda privatista.¹¹⁰ Foi o caso, inclusive, de empresários ligados ao setor da construção civil. Após mais de uma década se beneficiando do Estado, empresários como Henry Maksoud se colocavam agora contra o regime e seu “estatismo” exagerado. Reivindicavam-se parte da “sociedade civil organizada”, contra o Estado repressor.¹¹¹ Este fato era, como se sabe, caminho sem volta na derrocada da ditadura. A movimentação fazia parte também de mudanças econômicas mais estruturais, como a crescente fuga de capitais do setor produtivo para a área financeira.

O economista Pedro Sandroni falou do processo, ainda à época, para a jornalista de arquitetura Haifa Sabbag, na revista *Módulo*:

“As instituições financeiras têm maior importância na medida em que o financiamento do desenvolvimento mudou um pouco na sua configuração pois passou a ser dependente, em maior grau, da dívida interna e da dívida externa. Os bancos passaram a ampliar a sua rede de captação de recursos, ‘democratizando’ o jogo especulativo. As cadernetas de poupança e o ‘open-market’ eram exemplos disso.”¹¹²

O “jogo especulativo” era, então, “democratizado” e se difundia na população, apesar dos juros cada vez mais altos, fruto do cenário internacional. O enraizamento desse processo de financeirização encontraria rebatimento espacial e concreto nas cidades: surgia uma profusão de novas agências bancárias e edifícios corporativos, que, segundo o economista Alfredo Filellini, mesmo que não gerassem grandes lucros diretamente, serviam para valorizar o capital das empresas.¹¹³ A relativa monumentalidade dos

110 Codato, Adriano Nervo. “A Burguesia contra o Estado? Crise política, ação de classe, e os rumos da transição” In: *Revista de Sociologia e Política*. num 4-5, 1995.

111 Ver NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*: , v. 8, n. 15 esp., p. 09-44, nov. 2015.

112 SABBAG, Haifa Y. “Arquitetura bancária”, In: *Módulo*. Rio de Janeiro, n.79, mar. 1984. p.40-63

113 idem.

símbolos corporativos na cidade passava por transformações entranhadas no momento da geopolítica global, ao mesmo tempo em que a economia financeirizada chegava cada vez mais à vida cotidiana da população por meio de pequenas agências espalhadas pelo país e materializadas em pavilhões, estruturas tão ordinárias quanto icônicas. Já que não seriam apenas objeto de lucro imediato, tais edificações concretizavam espaços de expectativa da geração de valores futuros, “fictícios”. Para dialogar com Manfredo Tafuri, teriam a função de “emitir mensagens facilmente reconhecíveis para suavizar a percepção distraída” em meio ao bombardeio de choques visuais e econômicos produzidos pelas cidades naquele momento.¹¹⁴

3.3.1 TORRES CORPORATIVAS COMO ILHAS DE ESPECULAÇÃO

No depoimento de Rodrigo Lefevre ao IAB-SP, em 1979, o arquiteto levantou um ponto de leitura acerca do lugar da arquitetura naquele momento histórico de relevância para a análise que fazemos aqui. Discordando das lamentações de seus colegas a respeito da inoperância dos arquitetos na construção da cidade, Lefevre chamou atenção para o fato de que o ambiente construído ao longo daquelas duas décadas de regime militar vinha, na verdade, sendo projetado em grande medida por arquitetos, e por aqueles mesmos atores que circulavam pelo Instituto, inclusive: “É só olhar para a verticalização na Faria Lima e na Paulista”, chamou atenção.¹¹⁵ De fato, as torres corporativas que redefiniram a paisagem de tais eixos a partir dos anos 1970 foram projetadas por arquitetos como Júlio Neves, Giancarlo Gasperini, Alberto Botti, Miguel Juliano, Pedro Paulo de Mello Saraiva, Jorge Wilhelm, Ruy Ohtake, entre outros. Entre arquitetos ligados à cultura política de esquerda ou arquitetos mais sintonizados com o mercado imobiliário na cidade, com escritórios de grande escala e alto fluxo de encomendas de fato, o campo profissional participou em grande medida da produção da cidade naquele momento.

A abertura desse flanco de encomendas não se dava à toa. Parece haver certa especificidade na produção projetual que respondeu a um processo de verticalização naqueles eixos de expansão imobiliária e do capital financeiro e de serviços ao longo do quadrante sudoeste da cidade. Se por um lado a crise do milagre econômico, crescente a partir de 1974, parece coincidir com

114 TAFURI, Manfredo. “La Montaña Desencantada. El Rascacielos y La Ciudad”, In: CIUC-CI, Giorgio et al. (ed.). *La Ciudad Americana: de la Guerra Civil Al New Deal*. Barcelona: Gustavo Gili, 1975.

115 IAB-SP. *Arquitetura e Desenvolvimento Nacional*. Op Cit.

certo redirecionamento dos investimentos para um setor diferente daquele das infraestruturas pesadas, por outro lado, a cidade passava desde 1972 por um momento de mudança normativa, que envolvia o novo Zoneamento aprovado naquele ano, ou a criação da Região Metropolitana, com planos associados, em escala ampla ou mais localizada, com incentivos e planos de renovação, associados ao Metrô ou a projetos Cura, como vimos aqui. Uma confluência desses processos teria resultado em novos casos de materialização daqueles procedimentos técnicos e estéticos — sobretudo nas formas de uso do concreto armado aparente — mobilizados por arquitetos paulistas desde o início dos anos 1960, agora passando por transformações atreladas tanto ao processo de difusão quanto às novas demandas a que passavam a responder.

O Zoneamento de 1972, como demonstra Sarah Feldman, manteve áreas estritamente residenciais que foram cortadas por corredores de adensamento, verticalização e diversificação de usos. Tal esquema, concretizado pelos investimentos do mercado no setor sudoeste, implicaram na formação de novos corredores de verticalização como a avenida Faria Lima, a avenida Cidade Jardim e partes da avenida 23 de Maio. Além disso, o zoneamento atinha-se ainda a um parcelamento do solo voltado fundamentalmente a atender grandes residências unifamiliares isoladas no lote, e o modelo de verticalização passou a se dar através da relação entre coeficiente de aproveitamento e taxa de ocupação que combinada aos recuos obrigatórios passava a definir uma morfologia urbana radicalmente diversa daquela estabelecida em décadas anteriores na região central.¹¹⁶

Dentre esses novos vetores da expansão vertical na cidade, a avenida Paulista foi aquela que se consolidou de modo mais marcante. Na Lei de 1972, a avenida era finalmente reconhecida como área central, equiparada ao centro tradicional, e enquadrada como Z-5, com o coeficiente de aproveitamento mais alto previsto e ainda algumas regras de exceção que permitiam verticalizar ainda mais naquele eixo. Este momento de transformação urbana evidencia o papel do Estado — naquela conjuntura política, vale dizer — na produção capitalista do espaço urbano, na medida em que garante a coerência social da produção privada e, na verdade, a impulsiona por meio das condições que cria através da legislação urbanística e do investimento em infraestruturas.¹¹⁷

116 Ver a contextualização da atuação de Adiron Ribeiro na prefeitura de São Paulo e seu papel nas novas normativas para o crescimento urbano em: FELDMAN, Sarah. *Planejamento e Zoneamento. São Paulo, 1947-1972*. Op Cit.

117 SOUZA, Maria Adélia. “Produção e apropriação do espaço metropolitano: a avenida Paulista em São Paulo” in. SOUZA, Maria Adélia; SANTOS, Milton. (org.) *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.

35 Sede da IBM,
avenida 23 de Maio,
Plínio Croce, Roberto
Aflalo, Giancarlo
Gasparini, 1970

36 Capa revista
A Construção São
Paulo, n.1178, 1970.
[Biblioteca FAUUSP]



Algo que vimos no Capítulo 1, pela ação dos projetos de renovação urbana da EMURB, mas que também operou em incentivos de natureza indutora ou de pressão sobre o valor da terra.

É certo que desde os anos 1950 a verticalização em São Paulo já trazia uma série de questões no que diz respeito à paisagem urbana que se constituía, e também à história interna da arquitetura moderna no país. À época em que passaram a despontar arranha-céus com maior frequência no centro da cidade havia uma tensão entre elementos como a quadra-densa de modelo europeu, a legislação que obrigava a forma edificada a seguir escalonamentos no gabarito mais alto para garantir a iluminação natural das ruas, e o desejo emergente no campo arquitetônico por uma geometria regular dos edifícios.¹¹⁸ Desde o Ministério da Educação e Saúde, a possibilidade do edifício isolado na quadra, estabelecendo diálogos internos com seus próprios elementos de embasamento e áreas livres de modo a afirmar-se como volume único, de superfícies claramente definidas e de total controle do projeto arquitetônico que respondiam às demandas funcionais e formais a um só tempo: peles de vidro, sistemas de quebra-sol, fachada cega, murais, entre outros.¹¹⁹ Em São Paulo a referência do ministério teria variados desdobramentos em edifícios que se soltaram da quadra-densa, por dispositivos variados, e

118 CORRÊA, Vanessa F. “Negociando o prisma puro: o embate pelo edifício alto moderno em São Paulo nos anos de 1940 e 1950”. Pesquisa de doutorado em desenvolvimento apresentada no 4o Seminário de Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo da FAUUSP, 2023.

119 Sobre o Ministério da Educação e Saúde, ver: RECAMAN, Luiz. “Forma sem utopia” in. FORTY, Adrian. FORTY, Adrian; ANDREOLI, Elisabetta. (org). *Arquitetura Moderna Brasileira*. London: Phaidon, 2004; SEGRE, Roberto. *Ministério da Educação e Saúde: ícone da modernidade brasileira*. São Paulo: Romano Guerra, 2013.



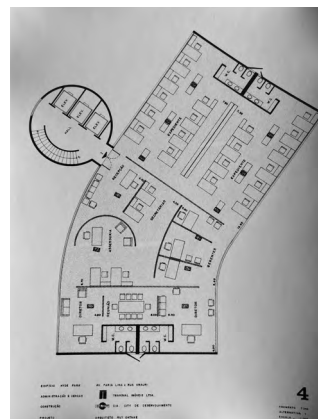
37 Edifício Hyde Park, Ruy Ohtake, 1974. Material de apresentação de projetos para a Cia City. Acervo Escritório Ohtake.

driblaram a norma do escalonamento. Os embasamentos, na maior parte das vezes, serviam de transição para que se ocupasse todo o lote e fosse garantido o volume único a partir de cotas mais altas. Foi o caso desde o edifício Copan ou do Conjunto Nacional, no início dos anos 1950, passando por projetos icônicos feitos por arquitetos estrangeiros como o edifício Esplanada, de Lucjan Korngold, ou o edifício Itália, por Franz Heep e Jacques Pilon, até o Hotel Hilton, projetado por Maria Bardelli e Ermanno Siffredi em 1963, pronto apenas em 1970 e já em diálogo com soluções que viriam a se proliferar naquele novo contexto de torres corporativas. Sua torre em planta circular era definida por planos alternados que conferiam à fachada modulação e ritmo, além de definir as aberturas dos quartos de hotel.¹²⁰ Como veremos adiante, tal marcação vertical obtida em torres de planta circular se repetiu com frequência naquele momento, mas o elemento vertical passaria a ser definido cada vez mais pela própria estrutura em concreto armado aparente.

A arquitetura que tirava partido sobretudo da estrutura para extrair expressividade operava, certamente, de modo a intensificar a especificidade do funcionamento estrutural nas torres: sua verticalidade. Ao mesmo tempo, nos embasamentos uma série de soluções estruturais geralmente utilizadas em edifícios mais baixos eram aplicadas. Esta combinação de procedimentos de formalização da estrutura pode ser vista por exemplo no edifício de escritórios Hyde Park, projetado por Ruy Ohtake para a Companhia City, na avenida Faria Lima (1974). A arcada em empenas de concreto no embasamento foi procedimento recorrente no período, mas aqui a manipulação da forma caminhava em sentido menos funcional e mais simbólico — não se tratava de uma modo de distribuir os esforços, uma vez que os arcos não

120 *A Construção São Paulo*, n.1178, 1970.

38 e 39 Edifício
Hyde Park, Ruy
Ohtake, 1974. Material
de apresentação de
projetos para a Cia
City. Acervo Escritório
Ohtake.



tocavam o chão, em uma operação já pós-moderna de ironia e citação, em relação à verdade estrutural. Já na torre, Ohtake liberou a fachada como pano de vidro livre, com montantes que marcam a verticalidade, mas com a estrutura principal do edifício recuada, de modo a garantir também a formalização da planta em curva. É possível notar que nas perspectivas da primeira versão do projeto o embasamento era mais baixo e com arcos que de fato estruturam o volume.¹²¹ Com o aumento do volume de sobreloja, a permanência dos arcos enquanto solução formal para a galeria junto à calçada parece ter se dissociado da solução estrutural.

Grande parte dos edifícios corporativos da época foram definidos por estruturas perimetrais de concreto armado nas fachadas, solução que demandava, no nível térreo, transições de carga para um número menor de pilares. Exatamente no momento da transição é comum ver grandes elementos em forma de “V”, movimento que segue os esforços estruturais e que, de certa forma, se aproximava da expressividade estrutural explorada por projetos não verticais dos anos 1960 que se repetiram em grande quantidade, em filiação às diagonais dos pórticos de Reidy e depois de Artigas. Não se tratava, portanto, das colunas em “V” de Niemeyer, que apesar de fazerem também a transição de esforços, ocupavam todo o pé-direito e tinham a finalidade de marcar formalmente o conjunto. As transições da produção em questão aqui se materializam em formas mais fiéis ao cálculo estrutural estrito e à materialidade do concreto aparente.

Esse tipo de solução, na verdade, aparece no *métier* paulista desde pelo menos a virada para os anos 1960. Em 1962, Pedro Paulo de Mello Saraiva

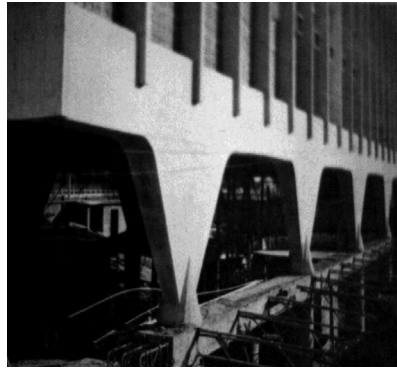


40 Palácio da Justiça de Santa Catarina, 1966, Pedro Paulo de Mello Saraiva

já tinha em construção um projeto seu para edifício corporativo na avenida Nove de Julho, o edifício Pedra Grande, em que montantes de concreto marcavam a fachada e eram concentrados em apoios robustos no nível térreo por meio de transições bem desenhadas. A transição, na verdade, estabelecia certo diálogo com o tipo de procedimento existente em colunas como as da FAU-USP, desenhadas por Artigas, algo que apareceu em projetos da passagem para a década de 1960 como em uma escola de Abraão Sanovicz no âmbito do PAGE e, antes disso, no projeto do Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no Rio de Janeiro, de Marcos Konder Netto e Hélio Ribeiro Marinho (1957-1960). Nos dois últimos, a coluna faz uma transição de esforços entre laje e piso, no intervalo de um pé-direito. No caso da FAU-USP, há de fato uma transição de esforços feita da empena externa do edifício para os pilares, de modo que o desenho representa determinado encontro e a marcação desejada de delicadeza nos pontos de apoio. O edifício Pedra Grande operava da mesma forma, marcando a diferença da viga de transição, em um sentido, e do ponto de apoio que levaria às fundações, em outro.

Saraiva foi um dos que explorou a fundo tal funcionamento estrutural em edifícios altos. Seu projeto para o Palácio de Justiça de Santa Catarina (1966), em Florianópolis, tirou proveito da estrutura perimetral para construir *brises*, operando na verdade uma espécie de distorção e tirando partido de uma forma estrutural assumidamente exagerada como meio de expressão. O projeto dialoga com a solução de formalização da estrutura dada anteriormente por Saraiva no Clube XV de Santos, um pavilhão horizontal em que a sucessão de vigas definia um volume ritmado. Menos acentuado que no projeto de Saraiva para Florianópolis, fazia parte desse contexto de circulação de procedimentos o projeto de Rino Levi para o Paço Municipal de Santo André (1967), que extrai grande expressividade de volumes diferentes

41 e 42 Edifício
Pedra Grande, Pedro
Paulo de Mello
Saraiva, 1962. Acervo
Pedro Paulo de Melo
Saraiva.



em concreto, e afirmava na torre principal a verticalidade por meio dos montantes modulados. É possível notar, portanto, certa continuidade na sedimentação e elaboração de soluções formais e estruturais entre projetos públicos e privados, com transformações graduais.

Pedro Paulo de Melo Saraiva avançou na experimentação desse tipo de estrutura perimetral nos edifícios corporativos construídos na avenida Cidade Jardim, Edifício Acal (1974) e Edifício Capitânia (1973). No primeiro, a estrutura em concreto armado envolve o edifício na forma de treliças, algo inusitado para o funcionamento convencional do concreto, e que conferia àquele edifício forma única e distinção em meio ao processo de adensamento da avenida. Sua planta é definida por alta eficiência quanto à flexibilidade e abertura da planta livre, demanda central dos programas de escritórios para que aqueles edifícios eram projetados. Neste caso, a estrutura segue o mesmo alinhamento da fachada até o encontro com o chão. No segundo, a modulação ganha forma menos icônica, mas também com alta eficiência na planta livre de escritórios, e com grandes vigas de transição marcando a passagem da torre para o embasamento à vista na fachada. O mesmo tipo de transição aparece em projetos de Júlio Neves na avenida Faria Lima. Em diferentes proporções e variações, tal forma de expressividade a partir do elemento estrutural de transição apareceu com frequência a partir de meados do século XX, em variáveis daquilo que se consagraria como “brutalismo”, e em projetos como Centro de Pesquisas da IBM em La Gaude, França, de Marcel Breuer (1960), mas talvez especialmente com a referência de Pier Luigi Nervi, que circulou mais no Brasil, ao menos desde sua exposição na Bienal de Artes em 1951. Em oposição à alta plasticidade buscada em casos como o de Breuer, referência para muitos no meio paulista, a via que buscava industrializar e otimizar processos na arquitetura também mobilizou com frequ-

ência tal solução de transferência de esforços e marco expressivo do conjunto projetado. É o que se pode ver com clareza no projeto de Mayumi Watanabe para a Superquadra São Miguel, em Brasília, conforme vimos anteriormente.

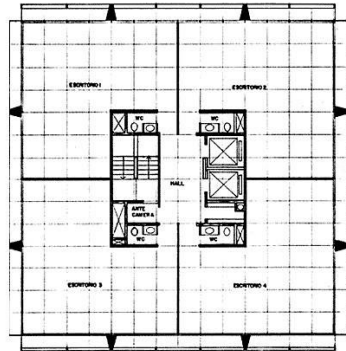
Próximo à avenida Paulista, um empreendimento da Auxiliar Construtora propunha a ocupação de três grandes quarteirões a serem projetados pelo escritório do arquiteto Jorge Wilhelm.¹²² Realizado entre 1972 e 1975, o início do projeto coincidia com a execução do primeiro trecho do plano para a Nova Paulista, na gestão do prefeito Figueiredo Ferraz, e que seria abandonado por Miguel Colassuono, de modo que uma questão relevante se coloca sobre o imaginário de base do projeto das torres enquanto parte de um conjunto urbano mais amplo. O próprio Wilhelm havia desenvolvido estudos sobre uma “Nova Paulista” já em 1964, publicados na revista *Acrópole*¹²³, e durante os anos 1970 seu plano para a “Nova Augusta” estava entre vários outros que vinha desenvolvendo para localidades pontuais na cidade. Mais que isso, o arquiteto vinha, ao longo da década de 1960, se consolidando como referência no debate urbanístico, tornando-se consultor para inúmeros Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado, bem como publicando livros e realizando uma série de estudos e planos para São Paulo. Imerso naquele debate, portanto, Wilhelm buscou qualificar as Torres do Espigão como um exemplo de oposição à “tirania do lote”, tão comum na cidade de São Paulo.

Mantendo a unidade da gleba como um todo, volumes de embasamento definiriam os quarteirões e, sobre eles, torres de planta circular seriam erguidas — esquema que não deixava de lembrar visões futuristas de cidade como aquela da proposta de Sérgio Bernardes para o “Novo Rio” em 1965. A torre circular dava àqueles edifícios identidade própria e fugia aos volumes retangulares resultantes de recuos definidos pelo lote, forma que definia a maior parte dos vizinhos ao terreno. Apenas um dos edifícios foi construído, no entanto, na menor parte das glebas disponíveis, ocupada por um embasamento com desenho de níveis escalonados e em curva, e com jardins projetados por Roberto Burle Marx. Wilhelm descreve o projeto ainda como uma negação das peles de vidro em alta no período, resgatando a tradição do quebra-sol como modo de formalização e eficiência. A estrutura perimetral desenhada segue lógica radial, forma que ao chegar no nível térreo facilita o direcionamento das cargas para o núcleo central de cada torre, implicando uma menor ocupação do solo e do nível público de embasamento e, sobretudo, otimizando a distribuição de vagas de garagem. O funcionamento radial, no entanto, opera com

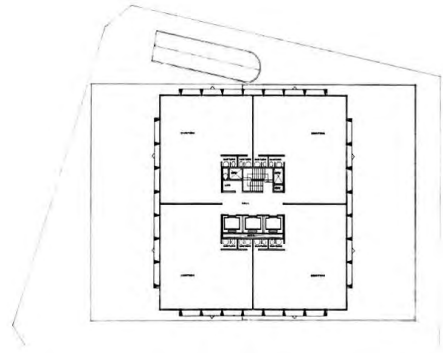
122 ver “Torres do Espigão, projeto de Jorge Wilhelm”, In. *CJ Arquitetura*, (3): 110.2, nov./dez. 1973/jan. 1974.

123 *Acrópole*, n.303, 1964

43 e 46 Edifício Acal (esquerda) e edifício Capitânia (direita). [Imagens sítio eletrônico "arquivo arq"]



PLANTA DO ANDAR TIPO



47 e 48 Centro Empresarial Faria Lima (1973) e Edifício Itaquera (1973), Júlio Neves. [Fonte: sítio eletrônico escritório Júlio Neves]



círculos excêntricos, sendo a laje tipo deslocada em relação ao núcleo estrutural e hidráulico. A estrutura perimetral da fachada tem pilares que de fato seguem até a laje do embasamento alternados com elementos que têm sua carga transferida para o núcleo circular central da torre.

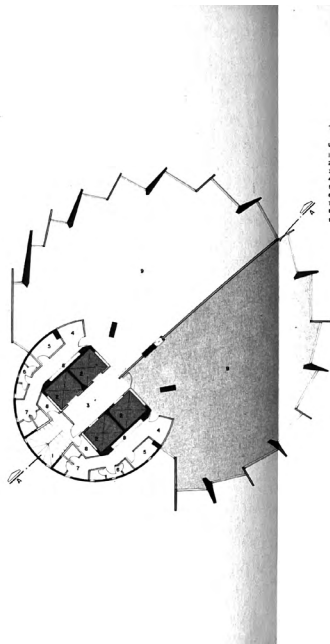
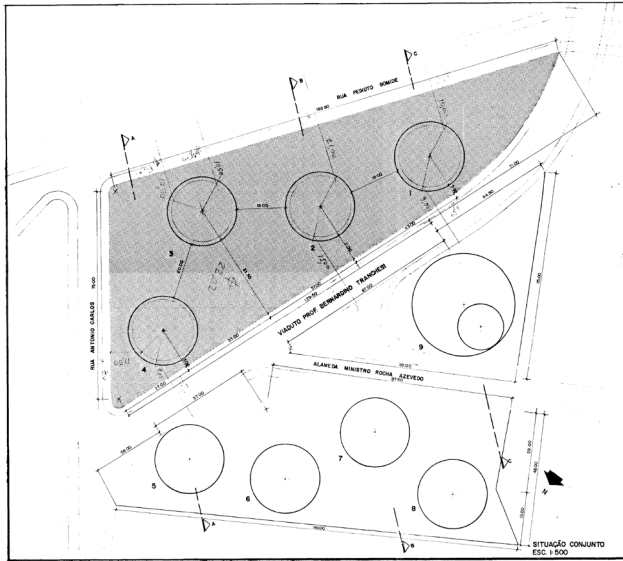
O empreendimento era vizinho direto de projetos de Giancarlo Gasperini e Alberto Botti recém construídos, e muito próximo ao MASP, inaugurado em 1969. A operação comercial envolvia, junto à Auxiliar Construtora, o registro de Aziz Helcer como comprador e do Wall Trust Investment Trust como vendedor, tratando-se portanto de uma incorporação de nível internacional. A despeito do interesse de agentes financeiros de peso, a não conclusão do plano completo deixa entrever um possível descompasso entre a ousadia dos estudos iniciais e o pragmatismo dos empreendedores, como veremos ainda em outros projetos do período. Após a construção de uma única torre, na porção de meio quarteirão que dividia a implantação com edifícios já existentes, as outras duas quadras foram vendidas para a CESP, que pretendia construir ali sua nova sede, a partir de um projeto de Oscar Niemeyer feito em 1978. Os estudos da Companhia não foram adiante e o terreno foi vendido novamente.

O edifício construído e remanescente, então, do empreendimento das Torres do Espigão, restou como testemunho de um desejo de abertura e integração, e, ao mesmo tempo, de uma visão que se pretendia totalizante e movida pelo impulso de especulação do capital. Ainda que solitária em relação ao projeto original, a torre única mistura-se a várias outras a seu redor, de mesmo porte, sem qualquer comunicação ou lógica comum entre si. Condição que faz lembrar as “ilhas de especulação equilibrada”, como definiu Tafuri sobre os arranha-céus de Manhattan. O arranha-céu, neste caso, deixava de ser uma “expressão” das leis da economia de concorrência ou do sistema corporativo, para então tornar-se instrumento daquela política, encontrando nela seu verdadeiro “valor”.¹²⁴

124 TAFURI, Manfredo. “La Montaña Desencantada. El Rascacielos y La Ciudad”, In: CIUC-CI, Giorgio et al. (ed.). *La Ciudad Americana: de la Guerra Civil Al New Deal*. Barcelona: Gustavo Gili, 1975.

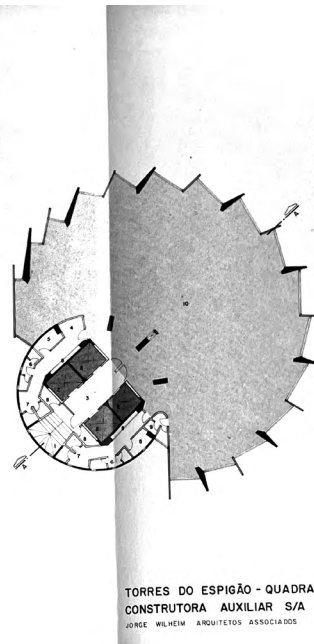
49 a 54 Torres do Espigão, Jorge Wilhelm (1972). Acervo da família, Auxiliar Construtora.





TIPO 2 - SALÕES

- LEGENDA**
- 1- ESCADA PRINCIPAL
 - 2- ELEVADOR
 - 3- SALA DOS ELEVADORES E ESCADA
 - 4- COZA
 - 5- AR CONDICIONADO
 - 6- SANITARIO MASCULINO
 - 7- SANITARIO FEMININO
 - 8- SHAF
 - 9- SALÃO



TIPO 1 - SALÃO

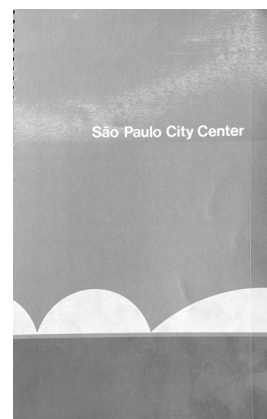
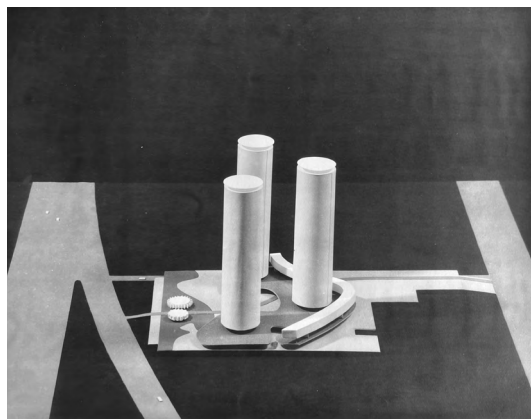
- LEGENDA**
- 1- ESCADA PRINCIPAL
 - 2- ESCADA
 - 3- SALA DOS ELEVADORES E ESCADA
 - 4- COZA
 - 5- AR CONDICIONADO
 - 6- SANITARIO MASCULINO
 - 7- SANITARIO FEMININO
 - 8- SHAF
 - 9- BANHEIRO PARATIVO
 - 10- SALÃO

TORRES DO ESPIÇÃO - QUADRA B
CONSTRUTORA AUXILIAR S/A
 JORGE WELHEIM ARQUITETOS ASSOCIADOS

PLANTAS TIPOS/
 1 E 2 SALÕES 1972

55 Conjunto corporativo à Avenida Nações Unidas, Ruy Ohtake, 1972.

56 São Paulo City Center, Ruy Ohtake (1973). Caderno de Apresentação do empreendimento. [Acervo Escritório Ohtake]



Em outra parte da cidade, na Marginal Pinheiros, eixo por onde o processo de verticalização corporativa tardava a deslanchar, um projeto de Ruy Ohtake para a Companhia City (1972), trabalhou também com o conjunto de torres circulares sobre um embasamento que contava com centro de conferências, entre outros atrativos. Na mesma Marginal, e para a mesma Companhia, em 1973, Ohtake desenvolveu estudos para outro complexo de torres corporativas com conjunto comercial, em que a arquitetura era marcada pela expressividade do concreto. Com o nome de São Paulo City Center, a proposta para este complexo, não construído, mobilizou atores poderosos do mercado e análises econômicas refinadas. Nos estudos preliminares de arquitetura, três torres deveriam ser implantadas junto a um volume baixo e horizontal que abrigaria um *shopping center*. Este grande pavilhão se formalizava a partir de procedimentos de desenho com estrutura perimetral em empenas de concreto que distribuía esforços em arcos de variadas dimensões. A variação rítmica da fachada resultante parece dialogar tanto com projetos do círculo de arquitetos paulistas em que Ohtake circulava, como o Hospital Escola da Santa Casa (1968), de Fábio Penteado, a Escola de Administração Fazendária (1973), de Pedro Paulo de Melo Saraiva, ou a Escola Técnica de Santos (1967), por Artigas e Mendes da Rocha, — que geralmente dividiram vãos simétricos em arcos abatidos — assim como com o projeto de Niemeyer para Mondadori (1968), que distribuiu os arcos com variação rítmica. O projeto de Ohtake, no entanto, mobilizou tal vocabulário com grandes diferenças em proporção, princípio estrutural, e na forma resultante.

O empreendimento mereceu uma série de estudos preliminares pelo escritório de Ruy Ohtake. Inicialmente as torres eram o foco de expressividade, com algumas variações apresentadas em que as lajes tipo ganhavam liberdade formal em relação ao núcleo rígido de circulação e instalações, e



o pavilhão se definia em grande extensão horizontal genérica — ora retangular, ora circular. Os estudos mais avançados caminharam, no entanto, para uma troca de papéis, com as torres sóbrias e retilíneas e o centro comercial ganhando maior dimensão e expressividade, com curvas na fachada e variações espaciais internas como um pátio central, níveis de subsolo, e lajes escalonadas.¹²⁵ Não deixa de ser sintomático da mudança de perspectiva política que certo saber-fazer arquitetônico e suas formas em circulação tenham passado da aplicação em escolas públicas para abrigar, agora, um *shopping center*, tipologia que apenas começava a se afirmar no país. Passagem esta que não seria feita sem ajustes na formalização dura do concreto armado aparente.

O projeto foi desenvolvido por parceria entre a Cia City, a construtora Adolpho Lindenberg e a Anastácio Construtora, subsidiária da Deltec International Limited, empresa de Nova York ligada à atividade bancária com subsidiárias pelo mundo e divisões imobiliárias. Os acionistas reunidos criaram a São Paulo City Center S.A, que faria também as vendas e administração do conjunto. A apresentação do empreendimento se referia ao processo de investimentos na avenida Faria Lima após a inauguração do Shopping Iguatemi, oito anos antes, e na região da Augusta, considerando ambas as áreas com seu potencial comercial já saturado, com problemas de estacionamento e alto preço da terra, e complementava:

“Surge, assim, a Marginal do Pinheiros como nova e definitiva fronteira do comércio de São Paulo na zona

125 Variações encontradas em cadernos de diferentes fases de projeto no Acervo do Escritório Ohtake.

sul, já que o Rio Pinheiros funcionará como uma barreira naquela direção, pois sua margem oposta é reservada exclusivamente para fins residenciais pelas novas leis municipais de uso do solo.”¹²⁶

Note-se, portanto, que logo de início a apresentação do empreendimento indica os elementos da lógica de expansão comercial voltada às elites no eixo sudoeste do município,¹²⁷ — às margens do recente anel perimetral de vias expressas — bem como a resposta ao Zoneamento de 1972, tanto ao mencionar a saturação de eixos de adensamento e de uso comercial já existentes, como nos limites colocados pelas zonas exclusivamente residenciais.¹²⁸ É evidente que o São Paulo City Center propunha-se na vanguarda do capital imobiliário, ali onde a disponibilidade e o preço da terra ofereciam grandes possibilidades de lucros futuros. A justificativa da localização do novo Centro remetia ainda à proximidade de áreas de alto poder aquisitivo, a facilidade de acesso por meio da via expressa, e a proximidade ao distrito industrial de Jurubatuba, do qual o centro administrativo poderia se beneficiar.¹²⁹ A “tendência” de urbanização da Marginal Pinheiros, de acordo com o texto, justificava o desenvolvimento do projeto de um centro administrativo e comercial integrado na região, funcionando como “catalisador” de tal processo, a exemplo do que teria feito o primeiro *shopping center* na avenida Faria Lima.¹³⁰ Vale lembrar a euforia criada à época para a inauguração do *shopping* Iguatemi, inaugurado em 1966 pela Alfredo Mathias Empreendimentos Ltda, produzindo grande movimentação midiática e um evento de abertura que, curiosamente, contou com shows dos jovens Chico Buarque e Nara Leão. Uma das peças publicitárias do dia de inauguração do empreendimento, em fins de 1966, estampava, a respeito do novo modelo comercial: “Uma profissão de fé democrática, porque representa uma soberba demonstração das possibilidades ilimitadas da iniciativa privada através da verdadeira democratização do capital”.¹³¹ As transformações no modelo de urbanização vigente, bem como nas propostas de fruição urbana, nas quais a arquitetura era peça chave, ficam evidentes nesses casos.

126 Caderno de Apresentação do empreendimento. São Paulo City Center, 1973. [Acervo Escritório Ohtake]

127 VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1998.

128 Feldman, Sarah. *Planejamento e Zoneamento. São Paulo, 1947-1972*. Op Cit.

129 Caderno de Apresentação do empreendimento. Op Cit.

130 Idem.

131 Folha de S. Paulo, 24 de Novembro de 1966.

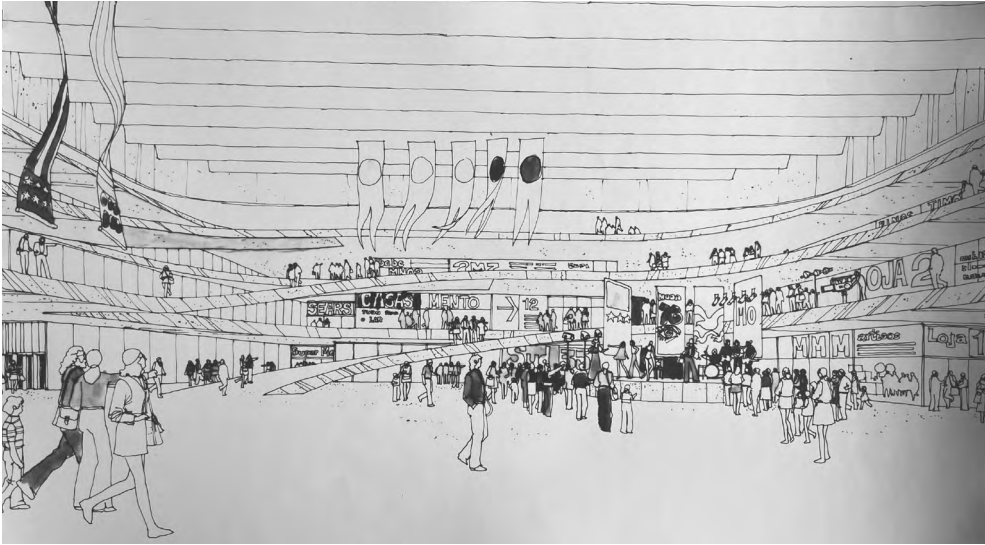
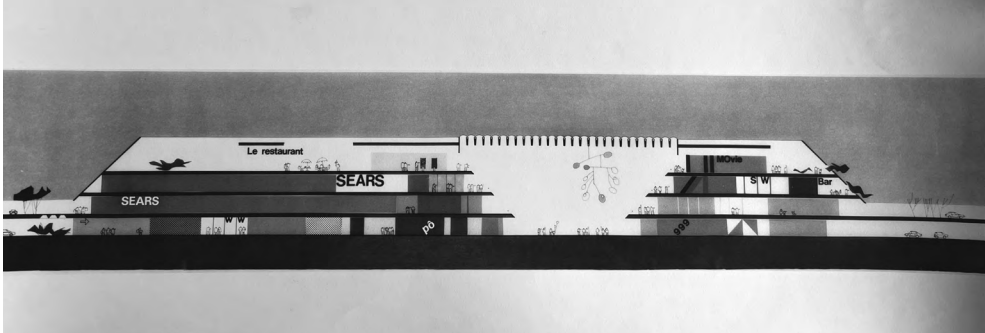
Da mesma forma que as Torres do Espigão, o São Paulo City Center partia de uma lógica menos restrita ao lote, que beneficiava as propostas de implantação do projeto arquitetônico, uma vez que seria feita naquele terreno de cem mil metros quadrados. Dessa forma, os volumes edificados poderiam formar uma composição em meio a espaços livres, contrastando linhas verticais e horizontais, retas e curvas. O grande pavilhão do *shopping center* era apresentado como caminho sem volta para o comércio em nível mundial, trazendo “condições de competição muito superiores às dos centros espontâneos”. Um estudo detalhado de estimativas para demandas futuras, tipo de produtos, perfil e renda de famílias consumidoras foi realizado pela Real Estate Research Corporation, de Chicago. Dentre as qualidades listadas no caderno de apresentação do empreendimento, eram oferecidas ao consumidor o “acesso integrado às vias expressas que atendem aos bairros de maior poder aquisitivo” e também as “condições de segurança pessoal no interior e exterior do centro comercial”, indicando com clareza o momento de tensão e segregação social já expresso na aparente *lógica da desordem* definidora da urbanização paulistana resultante do “milagre brasileiro”.¹³²

O grande shopping center tinha, em seu partido arquitetônico a praça central como modo de orientação dos consumidores em meio à variedade de serviços oferecidos, ao mesmo tempo garantia espaço de respiro e luz natural, e conferia “características urbanas” ao conjunto, sendo lugar para eventos, shows, desfiles, afirmando o *shopping* como “agradável ponto de encontro e convivência”. Mencionando o *introvert mall* estadunidense, o memorial de projeto defende o acesso às lojas somente pelo interior do centro, de modo que “o usuário ao penetrar na praça central recebe a influência do conjunto antes de fazer sua opção de compra”. Algo que faz lembrar a disposição cenográfica da tipologia *shopping*, comentada por Beatriz Sarlo, enquanto um paraíso de contato direto com a mercadoria, imaginariamente inclusivo, ainda que os diversos níveis de consumo sejam excludentes.¹³³

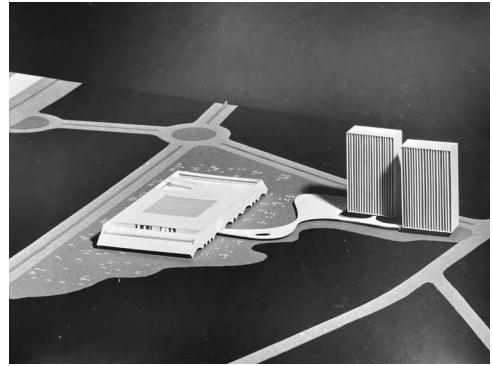
132 CAMARGO, Cândido P. F. et. alli. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Edições Loyola, 1975.

133 SARLO, Beatriz. *La Ciudad Vista: mercancías y cultura urbana*. Buenos Aires: Siglo veintiuno editores, 2009.

60 e 61 São Paulo City Center, Ruy Ohtake (1973). Perspectiva e corte esquemático no Caderno de Apresentação do empreendimento. [Acervo Escritório Ohtake]



62 a 64 São Paulo
City Center, Ruy
Ohtake (1973). Foto de
maquete no Caderno
de Apresentação do
empreendimento.
[Acervo Escritório
Ohtake]



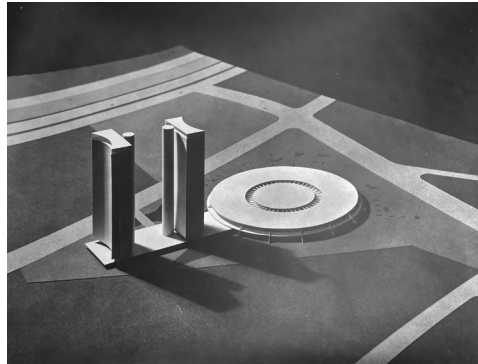
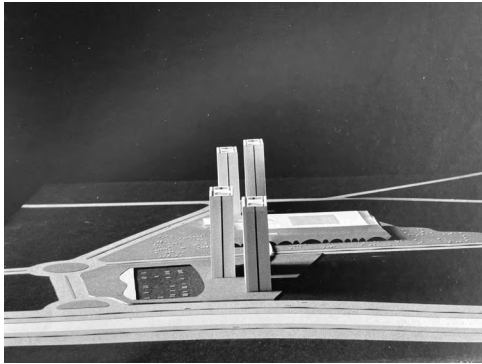
Este grande pátio central do shopping center, aqui, não assumia ainda os contornos de “mundo paralelo” da virada cultural pós-moderna atribuídos por Fredric Jameson ao Hotel Bonaventure (1974), de John Portman.¹³⁴ O pátio do São Paulo City Center, nos cortes do arquiteto, seria marcado por um móbile que remete à produção de Alexander Calder, referência presente no campo arquitetônico da cidade desde os anos 1940, quando o artista doou sua peça “Viúva Negra” ao IAB-SP, permanecendo ao longo dos anos 1950, em bienais e até mesmo chegando a desenhar a capa de uma edição da revista *Pilotis* organizada por estudantes do Mackenzie.¹³⁵ Portanto, ainda em uma chave da cultura política e estética que permeava a prática de grande parte dos arquitetos paulistas — mesmo em um empreendimento de tamanho caráter comercial, e com as licenças formais de Ohtake — as operações mobilizadas naquele *shopping center* seguiam buscando aliar plasticidade, espaços de encontro, legibilidade formal, referência a certa austeridade da técnica do concreto, como parte de um *saber-fazer*, ou de práticas semio-materiais,¹³⁶ ainda profundamente marcados por determinada estrutura de sentimento comum aos círculos de prestígio no campo arquitetônico paulista.

No contexto de crise econômica internacional somado ao paulatino enfraquecimento do regime com a crise do “milagre” e os desdobramentos de denúncias internacionais das arbitrariedades e atentados contra direitos humanos cometidos no país, os investimentos parecem se repositonar. A

134 JAMESON, Fredric. “Pós-Modernidade e Sociedade de Consumo”. In. *Novos Estudos CEBRAP* no.12, junho de 1985.

135 ACAYABA, Marlene Milan. *Branco & Preto: uma história do design brasileiro nos anos 50*. São Paulo: Instituto Lina Bo Bardi, 1994.

136 BORTOLUCCI, José Henrique. *Architecture and the people: material and cultural politics of housing in São Paulo. 1950-1995*. University of Michigan. 2016.



avidez dos empreendedores locais por parcerias com fundos estrangeiros encontrava no novo zoneamento da cidade uma frente de expansão possível, e tinha eco também nas transformações culturais, que colocavam o acesso a bens de consumo em lugar privilegiado. A expansão urbana violenta e o processo de periferização desacompanhado de investimentos sólidos que o amparasse, ficavam em segundo plano na medida em que a reprodução do capital — apesar da crise, e impulsionada por ela — precisava seguir em marcha.

Não construído, provavelmente devido à ousadia do empreendimento que abria uma nova frente em áreas ainda pouco valorizadas na cidade, o *shopping center* localizado na nova avenida expressa, em busca de eficiência e segurança, era produto exemplar das duas décadas de modernização conservadora e autoritária. Após anos de disputa entre projetos diferentes de nacional desenvolvimentismo, tal resultado parece ilustrar bem o processo de interação entre dependência cultural e dependência econômica, explicado por Celso Furtado como revelador do *mito do desenvolvimento econômico*.¹³⁷ Se antes as formas livres da arquitetura brasileira, entre marquises curvas e delicados pontos de apoio, seriam parte crucial da afirmação de uma soberania nacional possível, agora agiam, de certa maneira, em pastiches e como parte de operações econômicas com programas que emulavam lógicas estadunidenses elevadas à terceira potência, uma vez que aplicadas de modo implacável na “periferia do capitalismo”.¹³⁸

137 FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

138 Segundo Otilia Arantes, é na periferia do capitalismo que se revela a verdadeira essência do projeto moderno. ARANTES, Otilia. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo: Edusp, 1998.

3.3.2 ARQUITETURA BANCÁRIA COMO INFRAESTRUTURA FINANCEIRA

Parte desse processo econômico-político mais amplo, outro conjunto de projetos que merece atenção em sua forma de manipulação dos procedimentos de formalização são as agências bancárias, que se difundiram no país nesse período, afirmando-se como programa específico e tipologicamente investido. Conforme desenvolvido no início deste item, este tipo de encomenda tornou-se cada vez mais frequente nos escritórios de arquitetura ao longo da década de 1970, chegando a ser o tipo de encomenda dominante na segunda metade da década. Olhar para alguns desses objetos parece relevante para refletir sobre as transformações nos procedimentos de projeto em suas adequações aos novos programas que emergiam em relação íntima com o momento econômico e político do país.

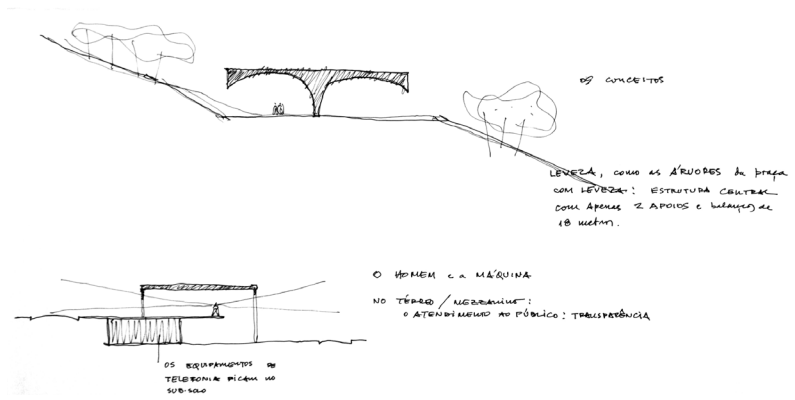
Na esteira do projeto de *shopping center* comentado há pouco, dois projetos de Ruy Ohtake — ainda não agências bancárias — merecem um breve comentário, já que podem auxiliar na reflexão sobre a escala de projeto das agências e também na pesquisa formal levada a cabo por Ohtake a partir daquele momento. Um deles é a agência da COTESP, Companhia Telefônica do Estado de São Paulo, em Campos do Jordão, projetada por Ruy Ohtake em 1973 e construída em 1975, um caso profícuo para pensar os elementos formais em circulação e transformação no período. O projeto foi desenvolvido por Ohtake junto aos arquitetos Júlio Katinsky, Hélio Pasta e Hélio Penteado, todos envolvidos desde a década anterior em projetos de infraestrutura, sobretudo para a CESP. As instalações hidráulicas e elétricas foram objeto de contrato com a Promon. A mesma equipe, em sua totalidade, foi mobilizada para projeto de outra central telefônica na cidade de Ibiúna, SP (1974), também construída, entre estudos para várias outras no interior do Estado, como nas cidades de Cachoeira Paulista, Capão Bonito, Aparecida do Norte e Caçapava.

Na Central Telefônica de Campos do Jordão, a grande cobertura se destaca do volume construído, de modo a abrigar tanto a caixa de vidro que define o programa propriamente quanto a variação topográfica que divide a área interna em dois acessos. As operações construtivas se definem, portanto, de modo claro. Uma área destinada a aparelhos telefônicos fica junto ao pequeno arrimo que constitui a separação de níveis já dada no perfil natural do terreno, e uma caixa de vidro e elementos leves define a área de atendimento ao público. A grande cobertura se projeta sobre todo o conjunto, adequando-se também aos dois níveis de acesso.

Em operação que resolve estrutura e fachada do edifício, a laje superior se desdobra em duas empenas de concreto que se transmutam de vigas curvas em pontos de apoio. As duas fachadas principais se constituem a partir desse movimento. Aquela voltada à área de acesso superior fica marcada quase que totalmente pelos arcos abatidos, logo encontrando o chão; enquanto a outra, de maior altura, tem o encontro entre arcos e ponto de apoio prolongado em continuidade vertical. O desenho resultante da fachada mais alta acaba por materializar uma espécie de “T”, que não deixa de criar uma relação de ícone, vinculado ao próprio uso da central telefônica. A grande cobertura, portanto, que estaria aqui conferindo totalidade e aspecto de síntese ao projeto, parece ter sua razão de ser também por um flagrante aspecto comunicacional. É interessante que o fato ocorra em um equipamento de infraestrutura pública, desenhado por equipe eminentemente ligada às grandes infraestruturas pesadas em construção no país de então, a ponto de envolver a Promon, empresa voltada à engenharia de ponta, que estava também envolvida no planejamento das instalações de telefonia pelo país. A relação entre forma e uso ganha destaque, mesmo assim, por se tratar de uma infraestrutura de comunicação propriamente.

Em Ibiúna, o pavilhão para a Central Telefônica não assume o mesmo aspecto, quase literal, de comunicação. Sua forma, por outro lado, também se destaca para além de um edifício estritamente funcional. Com a maior parte do programa organizada em um nível semi-enterrado, a central estabelece sua primeira imagem na paisagem por meio de uma caixa de vidro sob laje e um elemento de apoio formalizado em triângulo invertido, que transfere os esforços da laje para ponto de contato com o chão. Como em muitos outros casos vistos aqui, tal procedimento confere leveza ao conjunto construído. A caixa de vidro é menos sombreada pela laje do que em outros casos, como o de Campos do Jordão, de modo que ganha contornos quase *miesianos*, o que se torna possível pelo uso concentrado no nível subsolo. O conjunto ainda afirma certa identidade por meio de sua empena triangular como fachada principal voltada para a rua. Certamente esse tipo de construção não era comum na paisagem de Ibiúna, pequena cidade na região a oeste de São Paulo.

65 a 69 Central Telefônica de Campos do Jordão, Ruy Ohtake e equipe (1973). Acervo Escritório Ohtake.





Talvez uma combinação entre os procedimentos de Ibiúna e Campos do Jordão possa ser vista em outro projeto de Ohtake, aquele para a agência do Banespa, Banco do Estado de São Paulo (1976), na avenida Francisco Morato, Butantã, bairro da cidade de São Paulo. Neste projeto, como em Campos do Jordão, a cobertura define toda a área ocupada e se desdobra em empenas que transferem esforços ao ponto de apoio. O movimento das empenas é de redução de sua área até um ponto reduzido de contato com o chão, ao modo da empena frontal de Ibiúna, mas aqui dividida em uma dupla de triângulos. Sob a cobertura, uma caixa de vidro recuada define os programas de uso da agência bancária. No acesso principal a caixilharia recua como em uma reentrância no volume principal, espaço ainda externo criado e marcado por um espelho d'água com vegetação e iluminação zenital via aberturas circulares na laje, que lembravam as aberturas de Frank Lloyd Wright em Kentuck Knob (1954).

O espaço interno se abre como espaço genérico desse tipo de agência, que se espalhou pelo estado de São Paulo e também em outros pelo país: áreas de espera e recepção com mobiliário moderno, aberturas de luz natural, elementos de vegetação nas áreas internas, guichês e áreas de atendimento desenhados conforme comunicação visual unificada do sistema de design Banespa, que viria a ser desenhado pelo escritório Cauduro e Martino em 1975. A dupla de arquitetos-designers havia desenhado também a comunicação visual do Metrô de São Paulo, entre várias outras marcantes na paisagem do desenvolvimento urbano daquele momento.¹³⁹

139 LONGO JR. Celso C. *Design Total: Cauduro Martino, 1967-1977*. Dissertação (Mestrado), FAUUSP, 2007.

72 a 74 Agência
Banespa, Butantã, Ruy
Ohtake (1976). Acervo
Escritório Ohtake





75 Agência Banespa,
Butantã, Ruy Ohtake
(1976). Acervo
Escritório Ohtake

A partir disso, vale notar a sucessão de elementos da agência bancária que a aproximavam de uma infraestrutura pública — considerando-se também que o Banespa era em si um banco público, apesar de ter seu capital aberto nos anos 1970 — além do concreto aparente e os grandes vãos em lajes protendidas e caixões perdidos, o piso em plurigoma era traço típico das estações de metrô, e chegava a aparecer em casas unifamiliars da época como parte da experimentação, das sínteses e metáforas elaboradas por arquitetos nas mais diversas escalas no período. O projeto da agência no Butantã, além da coordenação e responsabilidade técnica de Ruy Ohtake, levava também a assinatura do arquiteto Alfred Talaat e responsável pelo desenho industrial Takeshi Katsumata.

A combinação, portanto, entre grande cobertura, expressividade do concreto nas empenas e pontos de apoio, caixas de vidro recuadas, iluminação zenital nas áreas internas, mobiliário padronizado, entre outros elementos, era recorrente nas agências bancárias do período, e sobretudo naquelas produzidas para o Banespa, e não apenas naquelas projetadas por Ruy Ohtake. Contudo, em um conjunto de contratos para projetos de agências do Banco em cidades do interior paulista, o arquiteto elaborou quase que projetos-tipo, que resolviam o programa dentro do vão entre dois muros de limite do lote disponível, de modo a inserir os espaços de uso, guichês, caixas, mobiliário, sob o vão, e arrematar o conjunto com uma fachada de certo modo expressiva, única, reconhecível dentro da paisagem urbana daquelas cidades — em geral, à época, marcada por casario baixo e mais antigo.



Segundo pesquisa realizada por Haifa Sabbag no início dos anos 1980, publicada em artigo para a revista *Módulo* de 1984, as agências bancárias tornaram-se uma encomenda em crescimento exponencial desde 1974, chegando a representar 80% dos contratos no campo profissional naquela segunda metade de década.¹⁴⁰ Ao fim da década de 1970, Siegbert Zanettini já havia projetado em torno de cem agências. Àquela altura, o banco Bradesco já tinha mais de 1500 agências pelo país, e o Itáu, 900. Arquitetos como Pedro Paulo de Melo Saraiva, Sidônio Porto, Paulo Bastos, Júlio Neves, entre outros, também desenvolveram grande número de agências. Para além da encomenda de projetos a escritórios autônomos, os próprios bancos passaram a criar seus departamentos de engenharia e arquitetura. Um caso emblemático foi o da Itauplan, que ao fim daquela década chegava a um total de 200 profissionais, entre arquitetos, engenheiros e desenhistas (e no decorrer dos anos 1980 chegaria a 700).¹⁴¹

O campo arquitetônico respondia, de fato, ao contexto de “democratização do jogo especulativo”, resultado da crescente migração de capitais do setor produtivo para a área financeira, conforme vimos. Aquelas novas agências, espalhando-se por todo o território nacional, valorizavam o capital das empresas, mas viabilizavam também o contato direto da população com uma economia financeirizada.¹⁴²

140 SABBAG, Haifa Yazigi. “Arquitetura bancária” In. *Módulo*, Rio de Janeiro, n.79, Avenir Editora, mar. 1984, p.40-63.

141 Entrevista João de Gennaro a Revista *Projeto*.

142 Pedro Sandroni apud. SABBAG, Haifa Yazigi. “Arquitetura bancária”. Op Cit. Ver também BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A construção política do Brasil. Sociedade, economia e Estado desde a Independência*. Editora 34. São Paulo, 2016.



Segundo depoimentos selecionados por Sabbag, Zanettini, apesar do enorme número de agências que projetou, chegou a afirmar que se sentia “na contradição de ter que trabalhar para o capitalismo financeiro, contradição que o agredia profundamente”. No mesmo evento, Vilanova Artigas deu depoimento que refletia aquele momento da economia nacional em fins da década de 1970: sua equipe de arquitetos mobilizada “ao longo de trinta anos” agora se desfazia, dado o momento de crise e o esfriamento da construção civil no país, e concluía ironicamente: “parte dos arquitetos hoje estão trabalhando nos departamentos dos bancos”.¹⁴³ A dominância daquele tipo de projeto chegou ao debate nas revistas do início dos anos 1980. Carlos Lemos escreveu protestando contra a multiplicação de edifícios em concreto aparente que despontavam na paisagem de cidades pequenas e médias do interior — segundo ele ainda com alguma unidade formal — de modo a “violentar as pessoas em seu patrimônio”.¹⁴⁴ A manifestação teve respostas de Zanettini e de Paulo Bastos, que além das agências, à época já começava a trabalhar com projetos de restauro e preservação de conjuntos históricos.¹⁴⁵

Além do depoimento de Zanettini a respeito de sua própria contradição, vale lembrar que em 1984 Bastos assinava a lista de refundação do PCB, junto a Artigas e outros comunistas históricos. É interessante a reflexão que se coloca, ao olhar para este momento, após duas décadas de *zona cinzenta* na maior parte das encomendas que se abriam aos arquitetos. O campo do

143 SABBAG, Haifa Yazigi. “Arquitetura bancária”. Op Cit.

144 LEMOS, Carlos. “Arquitetura bancária e outras artes”, Folha de S. Paulo, Caderno Opinião. São Paulo, 03 de jul. de 1979, p.03; Este artigo foi reproduzido no n.26 da Revista *Projeto*, de 1981, p.27-28.

145 ZANETTINI, Siegbert. “Arquitetura bancária assim como todas as artes...” in. Revista *Projeto* n.26, 1981, p. 29-30

projeto de edificações parecia exaurido em suas possibilidades de contestação da ordem e já acostumado a atender às diferentes figuras de poder que se sucediam na história da modernização conservadora brasileira. Era chegada a hora do emergente capital financeiro.

Tendo em vista este quadro de oscilações e conflitos, é interessante notar como as encomendas eram marcadas pela ambivalência também entre padronização e experimentação. Se os espaços internos eram já muito normatizados, de acordo com regras internas dos Bancos, fluxos definidos para espera, atendimento, segurança, áreas de funcionários, etc, já a fachada dos edifícios tinha como função primordial marcar a paisagem com certa iconicidade, de modo a chamar atenção para aquela instituição. A tipologia da caixa de concreto, criticada por Lemos, serviu muito bem a tal ambivalência, uma vez que o desenho das empenas e pontos de apoio conferia, a um só tempo, um aspecto modernizador à paisagem, ares de novidade com desenhos estruturais ousados, mas também certa sobriedade e solidez. Além disso, tal tipo de operação liberava grandes vãos para instalações padronizadas e flexíveis, agora marcadas pela introdução da informática na organização do trabalho. Assim, atendia-se ao desejo dos bancos em apresentar-se por meio de imagens de inovação mas também de confiança e credibilidade.

Em 1984, quando muitas dessas agências acabavam de ser construídas, Hugo Segawa escreveu para a revista *Projeto* sobre os projetos para bancos. Segundo o crítico, as agências “obviamente não conformam uma nova tipologia arquitetônica”, mas reciclavam um vocabulário dos anos 1960 e 1970, “tomando emprestado soluções empregadas em outras tipologias”.¹⁴⁶ Se Ruth Verde Zein,¹⁴⁷ em outro número da mesma revista, no mesmo ano, atribuiu aos bancos dos anos 1970 o papel de laboratório dos arquitetos que as casas tiveram nos anos 1960, Segawa, em seu artigo, escrito meses depois, lembrava que as agências bancárias jamais mereceriam a teorização que foi dada ao tema da habitação por arquitetos como Artigas ou Lefevre.¹⁴⁸ Fato que aponta, é claro, para o conteúdo político que circulava junto aos modos de formalização daqueles projetos, e que portava, não é preciso dizer, uma contradição evidente em sua realização para os bancos naquele momento histórico, político e econômico.

146 SEGAWA, Hugo. “A atividade bancária e sua arquitetura” In. Revista *Projeto*, n.67, 1984.

147 ZEIN, Ruth V. “Arquitetura bancária: Muita construção, muita arquitetura” In. Revista *Projeto*, n.63, 1984.

148 SEGAWA, Hugo. “A atividade bancária e sua arquitetura”.

De fato, é possível fazer paralelos das agências bancárias com as casas unifamiliares da época, especialmente pela semelhança em escala. Uma série de soluções projetuais parece se repetir, como a grande cobertura, a expressividade do concreto nos pontos de apoio, a mistura entre áreas internas e externas com uso de jardins e iluminação natural, a horizontalidade, entre outros procedimentos. Tal comparação revela, na verdade, os pontos de diferença entre essas “tipologias”. Se nas casas, muitas vezes, a empena de concreto e a manipulação do perfil natural do terreno serviam de elementos para proteger os espaços internos da rua, resguardando-os da visão de fora e restringindo os acessos — modelo que tem na Casa Baeta (1956) de Artigas um exemplo paradigmático — nas agências, a grande estrutura podia sombrear as áreas internas, mas em geral não as isolava, pelo contrário. Nos bancos, mesmo que resguardados pela sombra da estrutura de concreto — elemento de desenho com maior expressão — os panos de vidro assumiam o papel de fachada pública, uma vez que aquele edifício se pretendia convidativo à clientela das instituições financeiras.

Nesse sentido, os projetos de Zanettini trazem ainda outros elementos de interesse, uma vez que o arquiteto sabidamente buscava afastar-se do paradigma da caixa de concreto. Se seus projetos para outras encomendas já vinham procurando explorar as estruturas metálicas, por exemplo, nas agências bancárias, Zanettini parece buscar movimentos eloquentes de experimentação formal dentro da norma de padronização das construções bancárias. É mantido o concreto, a caixa de vidro, a mesma forma de encadear os espaços internos e seus mobiliários, ao passo que os volumes externos que definem a edificação — resultantes das operações de implantação feitas pelo arquiteto — se diferenciam em muito das caixas e suas empenas. É certo que em projetos como os da agência da Caixa Econômica Federal em Ibitinga (1976) e em Cosmópolis (1978), o paradigma segue o mesmo. Mas é notável a busca por outros procedimentos de formalização nos casos de Alto da Boa Vista (1977) e no projeto não construído para a agência do Banespa na Cidade Universitária (1979), onde vigas curvas e elementos de concreto independentes do volume principal definem áreas intersticiais. Outra tipologia explorada por Zanettini, em projetos para o Banespa aparece na rua Tutóia (1976) ou em Mogi das Cruzes (1978), com fachadas definidas por meio de grandes brises verticais em concreto armado, mais que colunas.

80 e 81 Agências para a Caixa Econômica Federal, Siegbert Zanettini. Ibitinga (1976) e Alto da Boa Vista (1977) [Fonte: Livro Zanettini]



82 Agências Paulo Bastos, São Manoel (1976) [Acervo Escritório Paulo Bastos]



83 Agência Banespa, avenida Chucri Zaidan, Morumbi, São Paulo. Projeto de Júlio Neves (1985)



Às encomendas de agências feitas a escritórios autônomos de arquitetura, que refletem a busca por afirmação autoral nos procedimentos de formalização do concreto em suas fachadas, soma-se a produção dos grandes departamentos internos aos bancos, como mencionado. A Itauplan, criada em 1976, produziu cerca de 80 agências por ano durante aquele período. O arquiteto João de Gennaro, coordenador de projetos da empresa entre 1973 e 1993, veio de uma formação intimamente ligada ao meio paulista próximo a Artigas. O arquiteto foi sócio de Paulo Mendes da Rocha durante as décadas anteriores, até sua entrada na Duratex, em 1967, empresa do grupo Itaú, da qual se desdobraria o Departamento de Engenharia e a Itauplan.

Segundo seu sócio à época, Gennaro era responsável pela qualidade do detalhamento, aspecto fundamental de obras celebradas da dupla (em geral atribuídas apenas a Mendes da Rocha), como o Ginásio do Clube Paulistano (1958). João de Gennaro chegou ao trabalho no Itaú através do engenheiro José Marques Comparato, que havia sido responsável pela construção do Fórum de Avaré (1963). O engenheiro apresentou Genaro diretamente a Olavo Setúbal, que o contratou para trabalhar na Duratex para desenvolver projetos para a indústria. Segundo o arquiteto, a mudança para o novo emprego era, em parte, uma resposta ao momento difícil por que passavam naquele início de ditadura militar. Chegou a ser recebido pela polícia em seu escritório no Conjunto Nacional enquanto o sócio Mendes da Rocha estava em Cuba, e presenciava a tensão vivida por amigos próximos, como Artigas, naquele período.¹⁴⁹

O relato de Gennaro a respeito do trabalho na Itauplan lembra a organização das empresas de engenharia consultiva: ali se fazia o projeto completo, com engenheiros de estrutura, hidráulica e elétrica, em equipes integradas. Segundo o arquiteto, muitos colegas desejavam trabalhar para a empresa por conta da qualidade do processo organizado de tal maneira, dado interessante levando-se em consideração os relatos de frustração profissional levantados por Durand baseados na clivagem entre prática autônoma autoral e prática assalariada em empresas, como vimos.

Como demonstrou a historiadora Deborah Neves, o Itaú, em 1982, comprou da municipalidade área de quase 20.000m² que havia sido desapropriada em 1976 pelo próprio Olavo Setúbal — presidente do banco — quando era prefeito da cidade de São Paulo, período que durou até 1979. Sua gestão também ampliou o coeficiente de aproveitamento do terreno para quatro, aumentando o potencial construtivo e conseqüentemente o valor a ser criado

149 Entrevista de João de Gennaro à revista *Projeto*.

84 e 85 Centro
Técnico Operacional
(1977); CEIC. João
de Gennaro, Itauplan
(1982)
[Fonte: Revista Projeto,
n.63, 1984]



a partir daquela terra. Parte da área foi adquirida para a construção de apartamentos, e outra parte para a construção do CEIC, Centro Empresarial Itaú Conceição, em 1982. Uma série de investimentos, como a planificação da área, foram feitos pela administração municipal de Setúbal com a justificativa de construir um parque público, com cinemateca e escola de dança, programa que estava dentro do escopo de financiamento do Projeto Cura, para reestruturação de áreas urbanas, no âmbito do SFH. Após uso dos recursos do BNH, a prefeitura vendeu a área para o Banco.¹⁵⁰

A substituição de um futuro parque público pelo novo conjunto empresarial do Itaú tentava ser minimizada no projeto coordenado por De Gennaro para o CEIC através do desenho de espaços semi-públicos entre avenidas, acessos do Metrô e acessos ao conjunto privado, de uso direcionado aos funcionários de suas torres corporativas. Ali, o paisagismo combinava desenho de níveis, jardins e espelhos d'água, com modulação de escalas que criou de fato espaços aconchegantes para uso público, mas nada que se aproximasse de um parque de fato, e tudo sob o controle estrito do sistema de segurança do Banco.

Vale notar como nos espaços internos do CEIC a referência constante à tradição brasileira da arquitetura moderna feita para instituições, sobretudo públicas e governamentais, por meio de espaços a sua maneira monumentais,

150 NEVES, Deborah. *Construindo o poder: ditadura e obras públicas em São Paulo (1965-1976)*. Tese de Doutorado. Unicamp. Campinas, 2020; O estudo inicial do projeto CURA para a área da Conceição, vizinha ao Jabaquara, foi desenvolvido pela Promon, para a EMURB, pelo arquiteto Paulo Sergio Sousa e Silva. Ver ANELLI, Renato. "Urbanização em rede. Os Corredores de Atividades Múltiplas do PUB e os projetos de reurbanização da Emurb - 1972-1982", in. *Arquitextos*, São Paulo, ano 08, n. 088.01, *Vitruvius*, set. 2007



pilotis e vãos entremeados por vegetação e espelhos d'água, e ainda uma referência à tradição de síntese das artes nos espaços de passagem e acesso. Na verdade, os bancos, desde a primeira metade do século XX já operavam com os mesmo elementos, com grandes murais de citação histórica, muitas vezes ironicamente referindo-se ao “povo brasileiro” e seu trabalho, como no caso do Banco Boavista (1945), Rio de Janeiro, projetado por Niemeyer e com mural de Cândido Portinari no hall central.¹⁵¹ No caso do CEIC, o que se vê é uma combinação entre tal tradição da arquitetura — carregada de seus significados — e da emergente arquitetura corporativa da segunda metade dos anos 1970. Grandes murais, esculturas, marcam aqueles espaços como que em uma disputa de capital simbólico travada, no momento, entre capital financeiro emergente e o Estado. De fato essa relação não era necessariamente de disputa, mas tratando-se do Estado brasileiro, até aquele período, teria sido sobretudo uma relação simbiótica, típica do patrimonialismo descrito por Raymundo Faoro.¹⁵²

João de Gennaro foi responsável pelos projetos de maior porte e centralidade para o banco Itaú. Inicialmente o CTO, Centro Técnico Operacional (1977) e, em seguida, o CEIC (1982), junto à estação Conceição da recém construída linha Norte-Sul do Metrô.¹⁵³ É flagrante a diferença entre as torres do CEIC e o edifício do CTO (1977), também coordenado por Gennaro, que, formalizado em um grande volume em concreto aparente e brises em todas as

151 Ver Sabbag, mas também Hugo Segawa fez uma retrospectiva da história da arquitetura bancária em artigo para a revista *Projeto* n.67, 1984, e Ruth Verde Zein também, avançando para mais análises de projetos contemporâneos, na mesma revista, n.63, 1984.

152 FAORO, Raymundo. Os donos do poder. (1958) São Paulo: Cia das Letras, 2021.

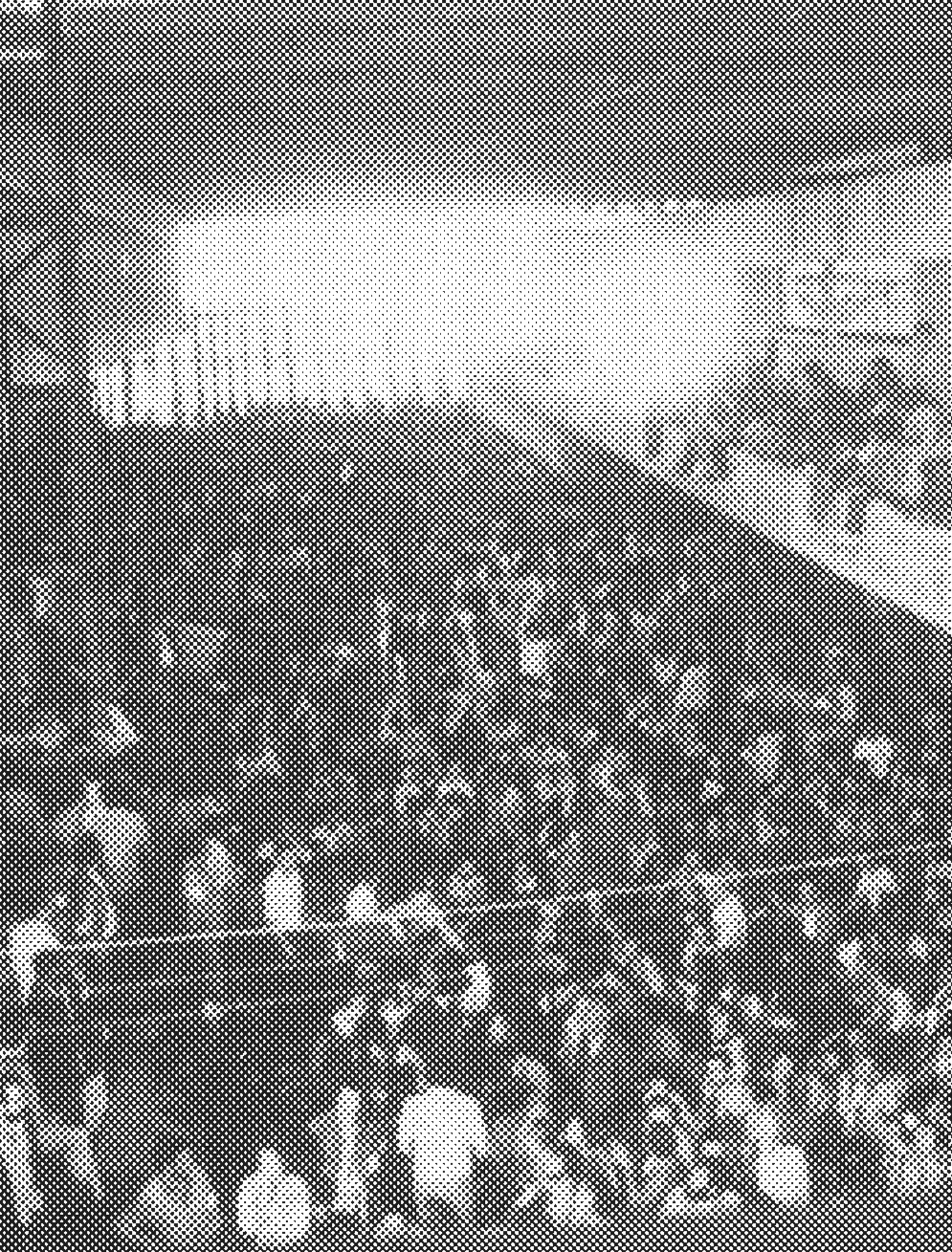
153 Ver “Arquitetura bancária: Itauplan” in. Revista *Projeto* n.63, 1984.

fachadas, se aproximava mais dos edifícios administrativos da Hidroservice e Promon, discutidos aqui, que das novas torres de fins da década, com suas estruturas revestidas e seus elementos construtivos trabalhados com menor evidência. Talvez as torres do Banco agora se apresentassem transparecendo certo tipo de aporia, já distante do estado bruto do concreto dos anos 1970, mas ainda não faziam parte das peles de vidro espelhado que passariam a redefinir paisagens da fantasmagoria neoliberal.

Os deslocamentos da economia política entre o momento pré-golpe civil militar e o momento de derrocada do regime parecem ter conexão íntima com as transformações da forma construída, sem que isso implicasse, naquele momento, necessariamente a importação de tendências pós-modernas *avant la lettre*. A própria tradição de base modernista abrigou tais transformações, tendo em vista a intensa participação de arquitetos nas construções da ditadura militar. Se por um lado o regime era marcado por seu afã planejador e por grandes obras de infraestrutura, por outro lado, como vimos aqui, um aspecto central da própria produção do “milagre” esteve relacionado com o sistema financeiro por ele desenhado. Nesse sentido, se estabelece uma relação entre a produção concreta do espaço e a geração abstrata de valor. Cabe lembrar a caracterização do valor da terra enquanto “capital fictício”,¹⁵⁴ e no caso de sua reprodução via construção civil, a criação massiva de esteios para a especulação financeira, através da solidez das lajes e colunas de concreto. A expressividade do concreto armado aparente, na história aqui apresentada, parece ter se deslocado da busca pela representação da dialética das relações de trabalho, ou do impulso ao desenvolvimento das forças produtivas, para a composição de novas formas que amparassem a “reorganização estrutural do tempo num tipo de mercado futuro”.¹⁵⁵

154 HARVEY, David. Os limites do capital. São Paulo: Boitempo, 2015.

155 JAMESON, Fredric. “O tijolo e o balão: arquitetura, idealismo e especulação imobiliária” in. JAMESON, Fredric. *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Vozes. Petrópolis 2001.



CONCLUSÃO
**DESLOCAMENTOS E CONTINUIDADES
NA POLÍTICA DA ARQUITETURA**

As relações entre política e arquitetura durante o regime militar abrem, como vimos, uma série de reflexões possíveis e um vasto espectro de contradições e possibilidades interpretativas. Tanto para situar o conteúdo político que vincula o campo disciplinar e as formas de militância dos arquitetos, quanto para entender as maneiras como a prática profissional e seus objetos — e a própria produção da arquitetura, desde sua materialidade até seus usos simbólicos — participam ativamente da reprodução econômico-política do capital e dos investimentos modernizadores encampados pelo Estado autoritário no país. Tais relações dizem respeito à cultura política e às tramas do poder, tanto quanto às formas arquitetônicas em si mesmas e à sua circulação.

Mais do que simples contradições, a persistência, o aprofundamento e a difusão de um determinado *saber-fazer* arquitetônico durante o período atestam que havia, na arquitetura ela mesma, elementos de uma racionalidade prática em comum com a reprodução do regime vivido à época. Sabemos, como visto até aqui, tratar-se especialmente da reprodução econômica do regime, com bases relevantes no complexo da construção civil. Tendo em vista os impactos variados da ditadura no campo profissional da arquitetura — para além da repressão e do autoritarismo — como a institucionalização do planejamento urbano e regional em escala nacional, o investimento pesado em infraestrutura rodoviária e de geração de energia elétrica, o fortalecimento de grandes empreiteiras e empresas de engenharia consultiva, o desenvolvimento sem precedentes da exploração mineral e da indústria de materiais de construção a ela associada, a expansão dos postos de trabalho no setor público, mas também a incorporação de determinada arquitetura a diferentes tipos de encomenda de mercado; é possível perguntar quais teriam sido os caminhos do engajamento político na arquitetura.

Se a arquitetura que apostou no impulsionamento da indústria a partir do desenho de grandes estruturas em concreto protendido — conferindo ainda expressividade e eloquência singulares aos exemplares daquela produção — acabou por se misturar com a imagem da própria reprodução do regime pelo território nacional, em seus terminais rodoviários, aeroportos, estações de energia, agências bancárias, escolas públicas, quartéis, entre outros equipamentos, é de se compreender que a carga política antes atribuída a tal estética agora, ao fim da ditadura, deslocava-se rumo a outros símbolos e objetos.

A exemplo de alguns episódios aqui comentados brevemente, parte muito significativa da esquerda arquitetônica parece ter migrado durante a ditadura para campos como o planejamento urbano — fortalecido no interior da disciplina desde Brasília e agora mais especializado, como decorrência das políticas do regime e de suas ramificações na administração paulista, no

interior de secretarias e organismos como Cecap, Cohab, Emplasa, Emurb, Cogep ou em consultorias e escritórios a seu serviço etc —, bem como a atuação junto a comunidades e movimentos sociais organizados. Este último teria sido um desdobramento de debate crucial que vinha aparecendo nas elaborações de Sérgio Ferro, Rodrigo Lefevre, Mayumi Watanabe, e depois levado a cabo por Ermínia Maricato no debate teórico e político sobre renda da terra e moradia popular, Paulo Sergio Sousa e Silva na aplicação de soluções para mutirões habitacionais já em 1980 — em parceria com o engenheiro Guilherme Coelho, que havia trazido imagens inéditas das cooperativas uruguaias para mostrar no movimento de moradia de Vila Nova Cachoeirinha —, ou ainda na experiência da cooperativa de arquitetos do IAB-SP em fins dos anos 1970, iniciada por Alfredo Paesani e Jon Maitrejean, e que teria desdobramentos relevantes nos Laboratórios de Habitação da faculdade Belas Artes e mais adiante na Unicamp, com o arquiteto Joan Villà.¹ Esse tipo de abordagem esteve em diálogo com a produção em outros estados do país, é claro; desde a experiência de ajuda mútua e racionalização da construção em baixa tecnologia de Cajueiro Seco, em Pernambuco de 1963, até as formulações de Carlos Nelson Ferreira dos Santos, repensando formas de intervir na malha urbana existente das favelas cariocas já em fins dos anos 1960. No contexto paulista, tais frentes foram abertas em geral por arquitetos formados ainda na geração mais ligada à cultura política desenvolvimentista e tiveram desdobramentos de grande impacto para gerações mais novas, que levaram o impulso adiante e o aprofundaram com êxito na concretização de uma série de mutirões na passagem para os anos 1990, bem como na formulação de novas diretrizes para a política urbana e de moradia.²

-
- 1 POMPÉIA, Roberto, A. *Os laboratórios de habitação no ensino de arquitetura: uma contribuição ao processo de formação do arquiteto*. Tese de Doutorado. FAU-USP, São Paulo, 2006; BARAVELLI, José E. *O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo*. FAU-USP, Dissertação (Mestrado), 2006; ARAVECCHIA-BOTAS, Nilce; CASTRO, Ana. C. V. “Fim de semana y loteamiento clandestino: aproximaciones al universo popular de la vivienda en São Paulo (1970-1990)”, in. *Ensayo: Revista De Arquitectura, Urbanismo Y Territorio*, 2021, 1(2), 13-35.
 - 2 Ver ANDRADE, Carlos; BONDUKI, Nabil; ROSSETTO, Rossella. “Arquitetura & Habitação Social em São Paulo. 1989-1992”. *II Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo*. IAB / Fundação Bienal de São Paulo. 1993; PULHEZ, Magaly. *Espaços de favela, fronteiras do ofício*. Dissertação (Mestrado), EESC USP, 2007; SOUZA, Diego B. I. *Tumulto no Conjunto: habitação, utopia e urbanização no limite de duas metrópoles contemporâneas*. São Paulo / Paris (1960-2010). Tese de Doutorado, FAU-USP / Université Paris Panthéon-Sorbonne, 2014; ARANTES, Pedro. Op Cit.

Esses deslocamentos estavam intrinsecamente ligados, é claro, às transformações no cerne das esquerdas brasileiras, com a entrada em cena de novos personagens e a disputa por hegemonia agora abrindo caminho ao Partido dos Trabalhadores, fundado em 1980, com a reforma partidária de fins da ditadura.³ Apesar de arquitetos como Paulo Bastos e Vilanova Artigas terem feito parte das assinaturas de “refundação” do PCB em 1984,⁴ pode-se dizer, talvez, que certa linhagem de críticas ao desenvolvimento, vinda desde Ferro, teve relativo sucesso entre os círculos mais politizados da profissão. Além disso, a crítica ao nacional-desenvolvimentismo vinha ganhando força por meio de outra linhagem, que opunha intelectuais de esquerda à própria figura do Estado, uma vez que este, já nos anos 1980, passou a ser reconhecido como sinônimo da tecnoburocracia e do autoritarismo do regime militar.⁵ Portanto, a nova hegemonia interna às esquerdas que começava a se formar, dava lugar privilegiado aos trabalhadores organizados no novo sindicalismo, aos intelectuais atuantes na universidade que retomavam seu protagonismo após um período de cassações e repressão, bem como de exilados que retornavam ao país — alguns vindos da luta armada — e integravam a “nova esquerda”, agora com reflexões renovadas e com apostas diferentes daquelas antes nutridas pelo PCB, como a aposta na aliança entre trabalhadores e burguesia nacional para concretizar uma revolução capitalista no país.⁶

3 SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; NAPOLITANO, Marcos. *Coração civil: a vida cultural brasileira sob o regime militar brasileiro (1964-1985) – ensaio histórico*. São Paulo: Intermeios, Casa de Artes e Livros, 2017; SECCO, Lincoln. *História do PT*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2018.

4 Documento de assinaturas para “Refundação do PCB”. 1984. Arquivo Nacional.

5 Esse tipo de posição pode ser vista no livro CHAUI, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

6 NAPOLITANO, Marcos. *Coração civil*. Op. Cit.

Uma outra postura que pode ser entendida também como uma orientação política interna ao campo da arquitetura, e que teve sucesso a partir dos anos 1980, foi aquela da celebração da multiplicidade de abordagens e diversidade na produção arquitetônica nacional. Esse tipo de leitura do cenário arquitetônico mais amplo buscou se afastar do que considerava “dogmático” na relação entre arquitetura e política, especialmente no campo profissional paulista, de modo a afirmar a riqueza de manifestações da cultura arquitetônica no país como um todo. Tal posição foi levada adiante em meio a disputas discursivas e por espaço com revistas como *AU* e *Projeto*, no meio paulista. No caso da segunda, conduzida Vicente Wissenbach e por jovens críticos de arquitetura como os arquitetos Hugo Segawa e Ruth Verde Zein, que buscaram afirmar tal multiplicidade na organização de exposições e na publicação de projetos e artigos críticos, que introduziam no debate paulista obras como as de Severiano Porto, Assis Reis, Éolo Maia, entre outros.⁷ A ideia de multiplicidade, respondia à circunstância de hegemonia da produção lida como “brutalista”, aproveitando-se também do ambiente de questionamento da ação do Estado em meio à crise econômica dos anos 1980, associando-se, de certa forma, a chamada “escola paulista” às obras públicas durante o regime.

Por outro lado, cabe lembrar o plano de Paulo Mendes da Rocha para a Cidade do Tietê, em 1980, cuja solução tida como uma atitude de projeto voltada à “construção do território” teve desdobramentos longevos e com grande impacto na produção arquitetônica dos anos 2000 no país. Sobretudo após o reconhecimento internacional conquistado pelo arquiteto, alçando suas contundentes posições à prefiguração do que poderia ter sido e não foi. Não custa lembrar como a origem desse tipo de projeto está ligada aos planos de desenvolvimento regional da CESP, em torno dos grandes empreendimentos hidrelétricos: um tipo de planejamento fundamental para a superação da condição de subdesenvolvimento, mas que, ao mesmo tempo, esteve ancorado em grandes obras de impacto ambiental e social cada vez menos aceitáveis desde então. Talvez tal contradição tenha se mantido enquanto característica daquela arquitetura que ganhou status internacional e tornou-se hegemônica nos círculos de “distinção” da produção arquitetônica.⁸ A partir dos anos 1990, aliás, — dado o avanço das políticas neoliberais, da desindustrialização e do desmonte do Estado enquanto agente direto das construções públicas — sua reprodução parece ter avançado no

7 Exposição Arquiteturas no Brasil, Anos 1980; Bienal de Arquitetura em Buenos Aires. Ver também entrevistas com Hugo Segawa e Ruth Zein em LIRA, José et al. (org) *Arquitetura e Escrita: relatos do ofício*. São Paulo: Romano Guerra, 2023.

8 BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974.

refinamento das soluções e das relações internas de seus elementos, mas seu lugar social tornou-se paulatinamente isolado enquanto produção de espaços para as elites e manifestações estéticas do desejo interdito de um possível desenvolvimento industrial democratizante (com exceções dignas de destaque, que criaram de fato espaços potentes de uso público).

Não deixa de ser irônico que, justamente quando o país se redemocratizava, — com exceção das primeiras conquistas das chamadas “prefeituras democráticas”, fruto da reorganização das esquerdas no país — as possibilidades de construção de espaços e equipamentos públicos passou a se fragilizar. O projeto econômico triunfante naquele período explica tal frustração. Não à toa, na virada para os anos 1980, o discurso de parte da esquerda arquitetônica se deslocou da afirmação do desenvolvimento industrial para a celebração dos espaços públicos. Fato que se verifica em falas de Fábio Penteadado em odes à multidão, à praça pública, ou de Paulo Mendes da Rocha desde o Pavilhão de Osaka defendendo a cidade como “lugar de encontro”, algo que ganhou espaço crescente em seus discursos ao longo dos anos 1970 e 1980.⁹ O próprio discurso presente nos documentos oficiais do IAB-SP parecem demonstrar um deslocamento lento entre os temas da industrialização e soberania nacional, no início dos anos 1960, para menções frequentes ao tema da urbanização, como uma demanda fundamental ao campo da arquitetura.

Além disso, vale destacar a centralidade do Instituto para pensar as manifestações e posições políticas daquele campo em relação ao regime. Nos anos imediatamente após o golpe civil-militar de 1964 foram poucas as manifestações políticas do IAB-SP, mas é possível entrever formas de apoio a perseguidos políticos — embora nem sempre — ou mesmo manifestações públicas como a demonstração de preocupação em relação aos ataques da direita contra o Congresso de Solidariedade a Cuba em 1963. No dia do golpe civil-militar, 01 de abril de 1964, o Instituto submeteu documento a diferentes instâncias de governo manifestando sua preocupação em relação ao “derramamento de sangue entre irmãos” e fazendo um apelo pela manutenção da democracia (p.186), um caminho discursivo que fugiu à regra da maior parte das associações profissionais, que, em geral, manifestaram publicamente apoio ao golpe. Em outubro do mesmo ano, o IAB-SP dirigiu ao governo federal um manifesto contra a prisão de profes-

9 GIROTO, Ivo Renato. *A praça é o povo. Intenção, projeto e multidão na arquitetura de Fábio Moura de Penteadado*. Tese de Doutorado. Barcelonatech. Barcelona. 2013; WISNIK, Guilherme. (org) *Encontros, Paulo Mendes da Rocha*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

sores nas universidades por motivos ideológicos (p.72). No fim dos anos 1970, também são significativos a participação do Instituto na articulação do Congresso Nacional pela Anistia — abrigado na própria sede do Instituto em São Paulo — e, com grande peso simbólico, o velório de Carlos Marighella também ocorrido naquele espaço histórico dos arquitetos em 1979. Naquele fim de década, o IAB-SP registrou eventos públicos com Dom Paulo Evaristo Arns, e as críticas ao regime passaram a ser mais frequentes em veículos como o *Jornal Arquiteto*. Naquele fim de década, o IAB-SP registrou eventos públicos com Dom Paulo Evaristo Arns, e as críticas ao regime passaram a ser mais frequentes em veículos como o *Jornal Arquiteto*.¹⁰

Ainda sobre os caminhos da politização da prática arquitetônica a partir da redemocratização, também os investimentos de energia em criar possibilidades e alternativas para a racionalização da construção não deixaram de ser levados adiante. Algo que se pode ver na trajetória de Mayumi Watanabe durante os anos 1990, especialmente com a vitória do PT nas eleições municipais de São Paulo em 1989, buscando colocar outro projeto de desenvolvimento em disputa em meio à avassaladora neoliberalização do país, quando a arquiteta pôde desenvolver sistemas de pré-fabricação de elementos construtivos em uma estrutura pública da prefeitura para diversos usos em equipamentos e infraestruturas pela cidade.¹¹ No mesmo sentido, extrapolando o campo profissional paulista, vale lembrar o êxito de João Filgueiras Lima nos projetos hospitalares, entre outros, que puderam estabelecer usinas para pré-fabricação de elementos construtivos e componentes de pequenas obras de infraestrutura pública. Além disso, o setor público desde o CONESP nos anos 1970 estabeleceu padrões, modulações e componentes com os quais o campo da arquitetura seguiu trabalhando ao longo das décadas seguintes para a construção de novas escolas públicas; também uma das poucas encomendas remanescentes daquelas apostas de incidência pública dos arquitetos e de sua “função social”, construções que agora, contudo, assumiam contornos cada vez menos expressivos.

10 Boletim IAB-SP, 1963; “Homenagem a Marighella: Juntos, Prestes, Apolônio, etc”, in. *Jornal República Política*, 11 de Dezembro de 1979; Congresso Nacional Pela Anistia, 1979, Acervo Instituto Virgínia e Vilanova Artigas; “Igreja e arquitetos por uma cidade melhor”, in. *Jornal Arquiteto*, n. 45.

11 BUITONI, Cássia Schroeder. *Mayumi Watanabe de Souza Lima: a construção do espaço para a educação*. Dissertação de Mestrado. FAUUSP São Paulo, 2009; ECKERMAN, Sergio. *Tecnologia e transformação: pré-fabricação para reestruturação de bairros populares e assistência técnica à construção*. Salvador, FAU-UFBA, (Tese de Doutorado), 2018.



4 Arquitetos na manifestação pelas Diretas Já, 1984. Foto: Ary Costa, Acervo IAB-SP.

Nesse sentido, a reflexão sobre as múltiplas dimensões da atuação do campo arquitetônico durante o regime militar parece ser um meio de indagar e vislumbrar elementos daquilo que nos trouxe até o presente momento. Olhar para aquele período histórico em sua complexidade e riqueza, em suas contradições mais íntimas e para além dos esquemas fáceis de oposição binária, parece ser uma forma de contribuir não só para que não se esqueça dos horrores perpetrados pelo Estado, como também da organicidade do tecido social que compôs e constituiu parte das formas de reprodução daquele regime, e, é claro, das resistências e brechas possíveis nele. Algo que deve ser compreendido também para fomentar avaliações críticas que nos ajudem a não repetir o passado, em suas diversas camadas entre as menos ou mais visíveis.

BIBLIOGRAFIA

- ACAYABA, Marlene Milan. Residências em São Paulo. 1947-1975. São Paulo: Ed. Projeto, 1986.
- ADORNO, Theodor. Funcionalismo hoje. Revista Gávea. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, CCS, Departamento de História, n. 15, 1997.
- ADORNO, Theodor. Palestra sobre lírica e sociedade. In. Notas sobre literatura I. Editora 34. São Paulo.
- ADORNO, Theodor W & HORKHEIMER, Max. Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.
- ADUSP. O controle ideológico na USP (1964-1978). Edusp. São Paulo, 2018.
- ALBUQUERQUE BOMFIM, P. R. de. “Fronteira Amazônica e planejamento na época da ditadura militar no Brasil: inundar a hileia de civilização”, in. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 30, n. 1, p. 13–33, 2010.
- ALFIERI, Bruno. “João Vilanova Artigas: ricerca brutalista” ; MOTTA, Flávio. “Rapporto Brasile”, Zodiac, Milano, n.6, p.58-59, 1960
- AMARAL, Aracy A. Arte para quê? A preocupação social na arte brasileira. 1930-1970. São Paulo: Nobel, 1986.
- ARANTES, Pedro Fiori. Arquitetura nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Editora 34, 2004.
- ARANTES, Otília. Urbanismo em fim de linha. São Paulo: Edusp, 1998.
- ARANTES, Otília. O lugar da arquitetura depois dos modernos. EDUSP. São Paulo. 2000.
- ARTIGAS, João Batista Vilanova. Caminhos da arquitetura. Org. José T. C. Lira, Rosa Artigas. CosacNaify, 2004
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- AZEVEDO, Sérgio de & ANDRADE, Luís A G de. Habitação e Poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BANHAM, Reyner. The New Brutalism: Ethic or Aesthetic? London: Architectural Press, 1966.
- BANHAM, Reyner. Megastructure: urban future of the recent past. London: Thames and Hudson, 1976.

BASTOS, Maria Alice Junqueira; ZEIN, Ruth Verde. Brasil: arquiteturas após 1950. São Paulo: Perspectiva, 2010.

BAXANDALL, Michael. Padrões de Intenção: a explicação histórica dos quadros. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

BENJAMIN, Walter. Magia, técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BERMANN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BERNSTEIN, Serge. Por uma Cultura Política. FGV: Rio de Janeiro, 2009.

BRANDÃO, Gildo Marçal. A Esquerda Positiva: As duas almas do Partido Comunista – 1920-1964. Hucitec. 1997.

BIELSCHOWSKY, R. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: IPEA/INPES. 1988.

BOLAFFI, Gabriel. A casa das ilusões perdidas: aspectos sócio-econômicos do Plano Nacional de Habitação. Caderno CEBRAP. n.27. São Paulo, 1977.

BONDUKI, Nabil. KOURY, Ana Paula. Das reformas de base ao BNH. As Propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana. *Arquitextos*. São Paulo. Ano 10. N.120.02. Vitruvius. Maio 2010.

BORTOLUCCI, José Henrique. Architecture and the people: material and cultural politics of housing in São Paulo. 1950-1995. University of Michigan. 2016.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A construção política do Brasil. Sociedade, economia e Estado desde a Independência. Editora 34. São Paulo, 2016

BRUAND, Yves. Arquitetura Contemporânea no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1981.

BURGER, Peter. Teoria da vanguarda. Cosac Naify. São Paulo, 2008

BUZZAR, Miguel Antonio. João Batista Vilanova Artigas: elementos para a compreensão de um caminho da arquitetura brasileira. 1938-1967. Editora Unesp. 2014.

BUZZAR, Miguel. Rodrigo Brotero Lefevre e a ideia de Vanguarda. Tese de Doutorado. FAUUSP. 2001.

CAMARGO, Cândido P. F. et. alli. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Edições Loyola, 1975.

CAMARGO, Mônica Junqueira de. *Poéticas da razão e construção: conversa de paulista*. Tese de Livre Docência. 2012.

CAMARGO, Mônica Junqueira de. *Escola paulista, Escola carioca. Algumas considerações*. Anais 13o Docomomo Brasil. UFBA. Salvador, 2019.

CAMPOS, Pedro. H. P. *Estranhas Catedrais: as Empreiteiras brasileiras e a ditadura*. Eduff. 2011.

CANÇADO, Wellington. *Sob o pavimento a floresta: metamorfoses urbanas e cosmopolíticas do antropoceno*. Tese de Doutorado. UFMG. 2019.

CANDIDO, Antônio. *Radicalismos*. Instituto de Estudos Avançados, 1988. 28 de Setembro.

CANDIDO, Antonio. “Uma palavra instável”, in. *Folha de S. Paulo*, 27 de Agosto, 1995.

CARONE, Edgard. *O PCB. (1964-1982)*. Vol.3. DIFEL. São Paulo, 1982.

CHIRIO, Maud. *A ditadura, o capitão e o general (Brasil, 1964-1985)*. In. HERNÁN, Ramírez. FRANCO, Marina. (org) *Ditaduras no Cone Sul da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis. Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CLARK, T. J. *Modernismos: ensaios sobre política, história e teoria*. SALZSTEIN, Sônia [org]. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

CODATO, A. *O golpe de 64 e o regime de 68*. *História, Questões e Debates*, Curitiba, n.40, 2004, p.

CONTIER, Felipe de Araujo. *O edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Cidade Universitária: projeto e construção da escola de Vilanova Artigas*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015.

CORDEIRO, Janaina. *Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, no 43, jan-jun, 2009, p. 85-104.

CUNHA, Gabriel Rodrigues. *Uma análise da produção de Vilanova Artigas entre os anos de 1967 e 1976*. IAU USP. São Carlos. 2009.

D'ALMEIDA, Carolina Heldt. Produção empresarial da cidade: um laboratório (1965-1974). Dissertação de mestrado. USP, São Carlos, 2012.

DEDECCA, Paula. A ideia de uma identidade paulista na historiografia de arquitetura brasileira. Revista Pós, n. 32, São Paulo, dezembro de 2012, p. 90-101.

DEDECCA, Paula. Sociabilidade, crítica e posição. O meio arquitetônico, as revistas especializadas e o debate do moderno em São Paulo (1945-1965). Dissertação de mestrado. São Paulo: FAUUSP, 2012.

DEDECCA, Paula Gorenstein. Arquitetura e engajamento: o IAB, o debate profissional e suas arenas transnacionais (1920-1970). Tese de Doutorado. FAUUSP. 2018.

DREIFUSS, René. A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1987.

DURAND, José Garcia. A profissão do arquiteto (estudo sociológico). Dissertação de mestrado. FFLCH USP. São Paulo, 1972.

“Escola Paulista, o que restou?”, AU, 17, abr. mai, 1988.

ESCOBAR, Arturo. Encountering Development: The making and unmaking of the Third World. New Jersey: Princeton University Press, 1995.

ESPALLARGAS Gimenez, Luis. Arquitetura paulistana da década de 1960: técnica e forma. Tese de doutorado. Orientado: Ricardo Marques de Azevedo. São Paulo: FAUUSP, 2004.

FELDMAN, Sarah. “O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau) e a reconfiguração do campo profissional do urbanista”. In. LEME, Maria Cristina.(org.) Urbanismo e política no Brasil dos anos 1960. Annablume, 2019. São Paulo. pp.99-128

FELDMAN, Sarah. Planejamento e Zoneamento. São Paulo, 1947-1972. São Paulo: Edusp/Fapesp. 2005.

FELICETTI, Marcelo. “Do milagre à maldição: Sergio Bernardes e quatro projetos em Brasília na Ditadura Militar (1968-1974). In. MULLER, Luis; SHMIDT, Claudia. ed. Arquiteturas de Estado: empresas, obras e infraestruturas. 1955-1975: casos y debates en Sudamérica. Santa Fe: Ediciones UNL, 2020.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica. Zahar Editores. 1974.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart, o golpe de 1964 e a ditadura militar no Brasil. In. HERNÁN, Ramírez. FRANCO, Marina. (org) Ditaduras no Cone Sul da América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.
FERRO, Sérgio. “Concrete as a weapon”, in. Harvard Design Magazine n.46 dez.2018

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p.05-74. Jan./abr. 2017

FICHER, Sylvia; ACAYABA, Marlene M. *Arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Projeto Editores, 1982.

FICHER, Sylvia. *Os Arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. EDUSP, 2005.

FIX, Mariana de A B. *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2011.

FLORENCE, Luiz R A. *Arquitetura e Autopia: infraestrutura rodoviária em São Paulo 1952-1972*. (Tese de Doutorado) São Paulo: FAUUSP, 2021.

FORTY, Adrian; ANDREOLI, Elisabetta. (org). *Arquitetura Moderna Brasileira*. London: Phaidon, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Space, Knowledge and Power*. Entrevista a Paul Rabinow. Skyline. 1982. In. HAYS, Michael. *Org. Architecture Theory since 1968*. The MIT Press.

FOUCAULT, Michel. “A Governamentalidade” In. *Microfísica do Poder*. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

FURTADO, Celso. *Reflexões sobre a pré-revolução brasileira*. Fundo de Cultura. Rio de Janeiro. 1962.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Fundo de Cultura. Rio de Janeiro. 1961.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GONÇALVES, Eliezer. De assombros e de sonhos. Lugares no Tempo Presente para a convergência e divergência militar-civil ao discurso de um “Brasil Grande” na Amazônia Paraense (1970-1974). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Pará, 2016.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo / Expressão Popular, 2014. [1987]

GORELIK, Adrián. Das vanguardas a Brasília: Cultura Urbana e Arquitetura na América Latina. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

GUATTARI, Felix. Espaço e Poder. Espaço & Debates. n.16. São Paulo 1986.

IANNI, Octavio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Ed Civilização Brasileira, 1968.

IANNI, Octavio. *A Ditadura do Grande Capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2019. [1981]

IMBRONITO, Maria Isabel. Três edifícios de habitação para a Formaespço: Modulares, Gemini e Protótipo. Dissertação de Mestrado. FAUUSP, 2003.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. (1989) São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HECK, Eneida R B G. A Emurb como instrumento de planejamento urbano em São Paulo 1971-2001. Dissertação (Mestrado). São Paulo, FAU USP, 2005.

KAMIMURA, Rodrigo. O problema social da arquitetura e o processo de modernização em São Paulo: diálogos. 1945-1965. Tese de Doutorado. 2016. São Carlos.

KOURY, Ana Paula. A política urbana e a questão social: Quitandinha, o que restou? *Arquitextos*, São Paulo, ano 14, n. 159.03, Vitruvius, ago. 2013

KOURY, Ana Paula. *Arquitetura construtiva: proposições para a produção material da arquitetura contemporânea no Brasil*. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU-USP, 2005.

KOURY, Ana Paula. *Grupo Arquitetura Nova: Flávio Império, Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro*. Romano Guerra. FAPESP. São Paulo, 2003.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

JAMESON, Fredric. Is space political? In. LEACH, Neil. ed. *Rethinking Architecture*. Routledge: London, 1997.

JAMESON, Fredric. A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização. Vozes. Petrópolis 2001.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. Tempo e Argumento, v. 10, n. 23,p. 204-251, jan./mar. 2018

LEME, Maria Cristina.(org.) Urbanismo e política no Brasil dos anos 1960. São Paulo: Annablume, 2019.

LEMOS, Carlos; CORONA, Eduardo; XAVIER, Alberto. Arquitetura Moderna Paulistana. São Paulo: Romano Guerra; Pini, 2017.

LIERNUR, Jorge Francisco. Trazas de futuro: Episodios de la cultura arquitectónica de la modernidad en América Latina. Santa Fe, Argentina: Ediciones UNL, 2008

LIMA, Hamilton. O ocaso do comunismo democrático: o PCB na última ilegalidade. Dissertação de Mestrado, Ciência Política, UNICAMP, 1995.

LIMA, Gabriel Amato. “A contestação, um fenômeno mundial”: movimento estudantil e ditadura civil-militar nos primeiros anos do Projeto Rondon (1967-69). XVIII Encontro Regional da ANPUH-MG, 2012.

LIRA, José T. C. et al. (org) Arquitetura e escrita: relatos do ofício. São Paulo: Romano Guerra, 2023.

LUCCHESI, Maria Cecília & ROSSETTO, Rossella. “A política urbana no governo militar (1964-1985)” In. BONDUKI, Nabil (org). A luta pela reforma urbana no Brasil: do Seminário de Habitação e Reforma Urbana ao Plano Diretor de São Paulo. São Paulo: Instituto Casa da Cidade, 2018. pp.35-81

LUCCHESI, Maria Cecília. Curam-se cidades: uma proposta urbanística da década de 70. São Paulo: Dissertação (Mestrado), FAUUSP. 2004.

MARICATO, Ermínia. Política habitacional no regime militar: do milagre brasileiro à crise econômica. São Paulo. Vozes, 1987.

MARTINS, Carlos A. F. Arquitetura e Estado no Brasil: Elementos para uma investigação sobre a Constituição do Discurso Modernista no Brasil. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH-USP, 1988.

MARTINS, Heloísa H T de Souza. O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 1979.

MARTINS FILHO, João Roberto. O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964–1969). São Paulo , Alameda, 2019.

MATERA, Sergio. *Carlos Millan: um estudo sobre a produção em arquitetura*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

McLEOD, Mary. “Architecture or Revolution”: Taylorism, Technocracy, and Social Change. In. *Art Journal*, Vol. 43, No. 2, Revising Modernist History: The Architecture of 1920s and 1930s (Summer, 1983), pp. 132-147.

MEDRANO, Leandro Silva; RECAMÁN, Luiz. *Vilanova Artigas: Habitação e Cidade na modernização brasileira*. Campinas, SP. Editora da Unicamp. 2013.

MOORE JR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MORAES, João Quartim de. Configurações históricas da ditadura. In. *Crítica Marxista*, n.50, Unicamp, Campinas, Março, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo. (org) *Comunistas Brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG: Humanitas, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. REIS FILHO, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo. (org.) *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. *Revista Brasileira de História* [online]. 2018, vol.38, n.79, pp.195-216;

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar. Cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política*. Páginas, Universidad Nacional de Rosario, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. “Desafios para a história nas encruzilhadas da memória: entre traumas e tabus.” In. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 68, n. 01, p. 18-56, jan./jun., 2020.

NAPOLITANO, Marcos. *O golpe de 64 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão bibliográfica*. Contemporânea - Historia y problemas del siglo XX, v. 2, p. 208-217, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. *Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro*. Antíteses: , v. 8, n. 15 esp., p. 09-44, nov. 2015.

NAPOLITANO, Marcos. No exílio contra o isolamento. Intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970. *Estudos Avançados* 28 (80), 41-59, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. Contexto. São Paulo, 2018.

NEVES, Deborah. Construindo o poder: ditadura e obras públicas em São Paulo (1965-1976). Tese de Doutorado. Unicamp. Campinas, 2020.

NETO, Murilo Leal Pereira. A reinvenção do trabalhismo no “vulcão do inferno”. Um estudo sobre os metalúrgicos e têxteis em São Paulo: a fábrica, o bairro, o sindicato e a política (1950-1964). Tese de Doutorado. FFLCH USP. São Paulo, 2006.

NOBRE, Ana Luiza S. Fios cortantes: Projeto e produto, arquitetura e design no Rio de Janeiro (1950-70). PUC-RJ. Rio de Janeiro, 2008.

NORDENSON, Catherine Savitt. Depositions: Roberto Burle Marx and public landscapes under dictatorship. Austin University Press, 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica da razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.

PONTUAL, Virgínia; RIBEIRO, Cecília. A Reforma Urbana dos primeiros anos da década de 1960. *Vitruvius. Arquitectos*. 109.07. ano 10, 2009.

PULHEZ, Magaly Marques. O arranjo gerencial: Estado, empresas de engenharia e arquitetos nos cotidianos de gestão da política habitacional em São Paulo. Tese de Doutorado. IAU USP, São Carlos. 2014.

PCB: Vinte Anos de Política. Documentos. 1958-1979. pp. 291-292 Ed. Ciências Humanas. 1981. São Paulo.

PERICÁS Luiz Bernardo. Caminhos da Revolução Brasileira. São Paulo: Boitempo, 2019.

PIÑÓN, Helio. Prólogo: Perfíles encontrados. In. BURGER, Peter. Teoría de la Vanguardia. Ediciones Península. Barcelona, 1974.

PISANI, Daniele. Paulo Mendes da Rocha: obra completa. Barcelona: Gustavo Gili, 2013.

PRADO JR, Caio. A Revolução Brasileira ; A questão agrária no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

REIS FILHO, Daniel A. Ditadura, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2000

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIDENTI, Marcelo. Brasilidade Revolucionária: um século de cultura e política. São Paulo. Unesp. 2010.

RIDENTI, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira. Unesp. São Paulo, 2010.

RIDENTI, Marcelo. Em busca do povo brasileiro. Artistas da revolução, do CPC à era da TV. Unesp. São Paulo, 201

RODRIGUES, Pedro Henrique C. *A obra do arquiteto Paulo Bastos*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (org.) *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

ROLLEMBERG, Denise . “Memória, Opinião e Cultura Política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974)”. Daniel Aarão Reis; Denis Rolland. (Orgs.). *Modernidades Alternativas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2008, p. 57-96)

ROLLEMBERG, D. “O esquecimento das memórias” IN: João Roberto Martins Filho (org.). O golpe de 1964 e o regime militar. São Carlos: Ed.UFSCar, 2006, pp. 81-91;

SABBAG, Haifa Y. Arquitetura bancária. In. *Módulo*. Rio de Janeiro, n.79, Março, 1984. pp.40-63.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAIA, Luís. Arquitetura Paulista. In. XAVIER, Alberto (org) Depoimento de uma geração – arquitetura moderna brasileira. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e Política (1964-1969). In. SCHWARZ, Roberto. Cultura e Política. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

SECCO, Lincoln. História do PT. São Paulo: Ateliê Editorial, 2018.

SECCO, Lincoln; PERICÁS, Luiz. (org.) História do PCB. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2022

SEGATTO, José Antonio. *Uma breve história do PCB. Coleção “A questão social no Brasil” ; PCB: Vinte anos de política. Documentos. 1958-1979. n.7 e n.8.* São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

SEGATTO, José Antonio. *Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990.* São Paulo: Edusp, 1998.

SERRAN, João Ricardo. *O IAB e a política habitacional (1954-1975).* IAB: São Paulo: Editora Schema, 1976.

SERRA, Geraldo G. *Urbanização e centralismo autoritário.* São Paulo: Edusp, 1991.

SINGER, Paul. “O processo econômico” In. REIS FILHO, Daniel Aarão. (org.) *Modernização, Ditadura e Democracia. 1964-2010.* Rio de Janeiro: Objetiva. 2014. (História do Brasil Nação 1808-2010. Vol.5), pp.183-232

SINGER, Paul. *A crise do milagre.* São Paulo: Paz e Terra, 1973.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Soldado.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

TAFURI, Manfredo. *The Sphere and the Labyrinth.* The MIT Press. 1992.

TAFURI, Manfredo. *Architecture and Utopia.* The MIT Press. 1976.

TAVARES, Paulo. “Modern frontiers: Beyond Brasilia, the Amazon” In. REAL, Patricio del, and Helen Gyger. *Latin American Modern Architectures: Ambiguous Territories* (New York: Routledge, 2012), pp. 191-212

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre Economia Brasileira.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

TELES, Janaina. “Os familiares de mortos e desaparecidos e a luta por verdade e justiça no Brasil”. IN: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (orgs). *O que resta da ditadura.* São Paulo, Boitempo Editorial, 2010, p. 253-298

TELLES, Sophia da Silva. *Arquitetura Moderna no Brasil: O desenho da superfície.* FFLCH-USP. 1988.

THOMAZ, Dalva Elias. *Um olhar sobre Vilanova Artigas e sua contribuição à arquitetura brasileira.* Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

TOLEDO, Caio Navarro. *O governo Goulart e o Golpe de 1964.* Coleção Tudo é História. Paz e Terra. Brasiliense. São Paulo, 1985.

- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In. LANDER, Edgardo. org. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO. Buenos Aires, 2005. (p.107)
- WEFFORT, Francisco C. Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após-guerra). In. *Estudos Cebrap*, num 4, abr, mai, jun, 1973. pp. 65-106
- WILLIAMS, Raymond. Cultura e Materialismo. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- WILLIAMS, Raymond. “A fração Bloomsbury”. Plural (Online), São Paulo, v. 6, p. 137-168, dez. 1999.
- WISNIK, Guilherme T. Formalismo e Tradição. Dissertação de Mestrado. FFLCH-USP. 2003.
- VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- VIANNA, Mônica Peixoto. Da edificação ao traçado urbano: a experiência de planejamento regional integrado da CESP. Tese de Doutorado. IAU USP. São Carlos, 2012.
- VIDOTTO, Taiana Car. O papel das instituições representativas dos arquitetos no Estado de São Paulo durante o Regime Militar (1964-1985). Tese de Doutorado. Unicamp: Campinas, 2020.
- VIEGAS, Daniela H. Território, Ditadura e desenvolvimento: perspectivas históricas sobre os programas de regionalização no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V.22. 2020.
- XAVIER, Alberto (org) Depoimento de uma geração – arquitetura moderna brasileira. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- ZEIN, Ruth Verde. A arquitetura da escola paulista brutalista 1953-1973. Tese de doutorado. Porto Alegre: FAU-UFRGS, 2005.

LISTA DE ACERVOS CONSULTADOS

Seção de Materiais Iconográficos da Biblioteca da FAU-USP
Instituto de Arte Contemporânea, São Paulo
Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento São Paulo
Instituto Virgínia e Vilanova Artigas
Casa da Arquitectura
Acervo de projetos da Biblioteca Frances Loeb, Universidade de Harvard
Escritório Paulo Bastos
Escritório Ohtake
Escritório Minoru Naruto
Acervo Fábio Penteado
Acervo João Rodolfo Stroeter
Acervo Sociedade Harmonia de Tênis
Acervo familiar da Auxiliar Construtora
Acervo Mayumi Watanabe - Fundação Perseu Abramo
Arquivo Nacional do Ministério da Justiça
Arquivo Público do Estado de São Paulo
Acervo digital do Metrô de São Paulo
Hemeroteca da Biblioteca Nacional
Acervo Revista Projeto

Entrevistas realizadas:

Paulo Markun, Paulo Vidal, Leo Bonfim Jr, Eduardo de Castro Mello, Cristina de Castro Mello, Maria Helena Flynn, João Rodolfo Stroeter, Nelson Andrade, Paulo Lúcio de Brito, Walter Maffei, Ivone Arantes e Sérgio Ferro.

